

EXTREMA-DIREITA E NEOCONSERVADORISMO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Patrícia Sposito Mechi
Tereza M. Spyer Dulci
(Orgs.)



Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe

Esta obra foi produzida com recursos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

ICAL-UNILA 



**Patrícia Sposito Mechi
Tereza M. Spyer Dulci
(Organizadoras)**

**Extrema-direita e neoconservadorismo
na América Latina e no Caribe**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Patrícia Sposito Mechi; Tereza M. Spyer Dulci [Orgs.]

Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 461p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0180-1 [Impresso]

978-65-265-0181-8 [Digital]

1. Extrema direita. 2. Neoconservadorismo. 3. América Latina. 4. Caribe. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Sumário

Apresentação	9
Patrícia Sposito Mechi e Tereza M. Spyer Dulci	

SEÇÃO 1: “O império contra-ataca”

1. Contrarreação hegemônica e a ascensão da direita na América do Sul: o papel do intervencionismo estadunidense	29
--	----

Ana Karolina Morais da Silva

2. Organizando la reacción: los aparatos privados de hegemonía de la extrema derecha en el Cono Sur desde 2015	65
--	----

Rejane Carolina Hoeverler

3. A projeção internacional do Brasil em meio à convulsão democrática regional: crise da integração, neoliberalismo e Política Externa do governo Bolsonaro	91
---	----

Renata Peixoto de Oliveira

4. As hegemonias do capitalismo, os Estados Profundos e a desestabilização da economia política do Brasil nas primeiras décadas do século XXI	111
---	-----

André Luis André

SEÇÃO 2: “América Latina e Caribe à direita”

5. El conservadurismo chileno: de Pinochet a Kast	133
Vania Macarena Alvarado Saldivia e Tereza M. Spyer Dulci	

6. Nayib Bukele: um príncipe antimoderno no século XX 175
Patrícia Sposito Mechi

7. Colombia a diestra y siniestra: giros y desvíos en un 209
espacio estriado
Marcela Landazábal Mora

8. O médico e o monstro: a onda progressista e o seu 233
depois
Daniel Feldmann e Fabio Luis Barbosa dos Santos

SEÇÃO 3: “Bolsonarismos, bolsonaristas: seus nomes e suas formas”

9. Homeschooling no Brasil: influência estadunidense e 265
a Brasil Paralelo
Bianca Gabriele Mariz de Albuquerque

10. Envolvimento (neo)pentecostal na política brasileira 297
João Roberto Barros II

11. Sociologia do Bolsonarismo: genealogia de uma 313
reação brasileira
Juan Agulló

SEÇÃO 4: “Neoconservadorismo e violência”

12. Pré-sal brasileño y la extrema derecha 341
Besna Gissel Rodríguez Yacovenco

13. O sentido da gestão da violência no Haiti: direita ou 381
esquerda?
Loudmia Amicia Pierre Louis e Wendy Ledix

14. El conservadurismo está en la casa. Las reacciones institucionales a las demandas de las mujeres organizadas en la Unam Daniel Inclán Solís	411
15. O golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff e a sua dimensão patriarcal Daiane Soares de Lima, Tatiane de Melo Cardoso Freitas e Sérgio Pedro da Silva	431
Sobre as autoras e os autores	455

Apresentação

Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe

Patrícia Sposito Mechi e
Tereza M. Spyer Dulci

As duas primeiras décadas do século XXI na América Latina e no Caribe foram marcadas pela ascensão e declínio de governos progressistas e conservadores, que em maior ou menor medida pareciam tender à acomodação. No esforço pela convivência democrática entre diferentes forças políticas, as esquerdas fizeram as maiores concessões e exigiram pouco em contrapartida: de um lado, mantinham afastadas as ameaças ao *status quo* e podiam gerir, em tempos de bonança econômica, algum grau de transferência de renda, não por meio de políticas de combate à desigualdade que promovessem mudanças de fato estruturais e sustentáveis, mas sim com políticas focalizadas, via programas sociais que intervinham em situações dramáticas herdadas de um passado colonial, determinante na conformação das classes, da estrutura econômica, política e jurídica e cultural dos países latino-americanos e caribenhos.

Isso contribuiu para que a nossa região continuasse a ser a mais desigual do planeta, ainda que não a mais pobre (BÁRCENA, 2018). Esse cenário piorou muito com a Covid-19, pois a região se tornou o epicentro da pandemia, o que aprofundou as crises econômicas e sociais, bem como aumentou muito os índices de violência (PNUD, 2021).

Além da crise financeira, a tensão social tem se agravado nos últimos anos, com o ressurgimento de uma extrema-direita, ou direita radical, como preferem alguns autores (TEITELBAUM,

2021; TRAVERSO, 2021). Este fenômeno tem sido desafiador para aqueles que procuram explicá-lo e combatê-lo. Não é restrito à América Latina e o Caribe e se desenvolve em boa parte do mundo, mas, apesar das particularidades regionais ou nacionais, são muitas as simetrias que podem ser identificadas em nossa região.

Visando contribuir com as reflexões sobre a ascensão das direitas radicais ou neoconservadoras na América Latina e no Caribe, reunimos neste volume textos produzidos por pesquisadores(as) em diferentes momentos de seus percursos acadêmicos, de várias nacionalidades e enfocando temas que direta ou indiretamente perpassam os debates realizados no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), onde as organizadoras do livro atuam como docentes, orientando algumas das pesquisas apresentadas neste livro.

A ideia da publicação surgiu durante a orientação das pesquisas de Bianca Gabrielle Mariz Albuquerque, sobre a produtora Brasil Paralelo, em que a autora apresenta uma parte de suas reflexões no texto “Homeschooling no Brasil: influência estadunidense e a Brasil Paralelo”.

Frente aos resultados da pesquisa de Bianca, tivemos certeza da importância de divulgar este e outros trabalhos produzidos por estudantes e docentes do Programa, além de pesquisadores(as) de outras instituições que refletissem sobre temas como, as formas de organização e mobilização da militância de extrema-direita, as estratégias de difusão de seu ideário nas redes sociais e na produção cultural, formas proto ou neofascistas de gestão da crise capitalista, aprofundamento da subjetividade neoliberal e revisionismos históricos, entre outros.

Além disso, outra de nossas motivações foi de ordem pedagógica: quisemos com a publicação oportunizar aos/as jovens pesquisadores(as) um canal para divulgar reflexões que desenvolveram durante suas trajetórias acadêmicas, mas que muitas vezes não tiveram ou não terão espaço para serem aprofundadas em suas teses e dissertações. Desse modo, alguns dos

capítulos foram os primeiros exercícios de autonomia acadêmica e intelectual de autores(as) ainda em início de carreira, cujo maior estímulo foi a possibilidade de publicar em meio a pesquisadores(as) mais experientes.

Os temas que este livro aborda tratam de um cenário complexo, de desfechos ainda incertos. Se vinculam à compreensão da conjuntura aberta pelos golpes de Estado na América Latina e no Caribe, que permitiram criar fissuras na frágil institucionalidade democrática, cujos flancos foram sendo ocupados pela extrema direita.

A ascensão de uma direita radical não é um fenômeno regional, já que pelo mundo todo políticos(as) de inspiração autoritária assumiram a liderança de seus países, incluindo Donald Trump nos Estados Unidos, que foi presidente da República entre 2017 e 2021, Rodrigo Duterte nas Filipinas entre 2016 e 2022, ou Recep Tayyip Erdogan na Turquia, no poder desde 2003.

Na América Latina e no Caribe, até o momento, os tensionamentos da extrema-direita têm apresentado no Brasil os resultados mais impactantes, mas a extrema direita avança por toda a região e é importante aprofundar alguns aspectos desse contexto. Nesse sentido, apresentamos alguns apontamentos sobre o neogolpismo latino-americano e caribenho no século XXI e aspectos da ascensão da extrema direita, indicando certos elementos de sua cronologia.

Em junho de 2009 o presidente de Honduras, Manoel Zelaya, foi sequestrado pelo Exército e levado ainda de pijamas para uma base militar, de onde foi conduzido para o aeroporto e deportado para a Costa Rica. Este é lembrado como o primeiro golpe do século XXI, que inaugurou o neogolpismo latino-americano e caribenho (LOPEZ, 2011). Entretanto, em 2002 Hugo Chávez da Venezuela já havia sido vítima de uma tentativa fracassada de golpe e em 2004 Jean-Bertrand Aristide, presidente do Haiti, foi deposto por tropas estadunidenses e deportado para a República Centro-Africana (VELADOR & FIGUEROA IBARRA, 2018).

Vale lembrar que o golpismo contra chefes de Estado na América Latina e no Caribe foi prática comum ao longo de todo o século XX e em sua maioria foi encabeçado por forças militares. Também registraram-se autogolpes, visando a perpetuação no poder daqueles que já o ocupavam, impedindo a realização de eleições, como ocorreu com Getúlio Vargas no Brasil em 1937 ou Alberto Fujimori no Peru em 1992. A novidade do século XXI, é a ocorrência de golpes parlamentares, ou jurídico-parlamentares e neste sentido, as análises apontam a deposição de Zelaya como o primeiro de uma onda neogolpista que atingiria a região. Entretanto, não há consenso entre os(as) pesquisadores(as) sobre a caracterização dos golpes e, em alguns casos, a própria ideia de golpe não é ponto pacífico (MARTUSCELLI, 2020).

Nesse sentido, apesar da violência do primeiro golpe na região no século XXI evocar a lembrança de um passado recente, em que as rupturas democráticas significavam colocar em funcionamento uma engrenagem de Terrorismo de Estado sob tutela militar, este não foi o padrão que se estabeleceu na América Latina e no Caribe nos anos iniciais do século XXI. O que se observou foi um protagonismo do sistema judiciário, em associação com os parlamentos e a caracterização deste novo fenômeno político como golpe jurídico-parlamentar, o que tomou contornos mais nítidos a partir da derrubada de Fernando Lugo, presidente do Paraguai em 2012, mas principalmente com a derrubada de Dilma Roussef em 2016, por meio de um *impeachment*.

Pouco mais de um ano após a queda de Lugo, em junho de 2013, grandes manifestações de rua irromperam no Brasil, cuja fagulha foi a reivindicação do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa de ônibus. O MPL trazia à cena pública o direito à cidade e à mobilidade urbana. Estas foram as primeiras pautas a aparecerem nas manifestações nas ruas, logo potencializadas pela proximidade da Copa do Mundo, que se realizou no ano seguinte. Naquele contexto, em diversas cidades do país, “as obras da Copa” tensionavam o já conflitivo cenário urbano, em que áreas ocupadas por comunidades de baixa renda

foram alvos de remoções pelas forças policiais, mas também eram desalojadas por incêndios criminosos, em áreas cobiçadas pela especulação imobiliária (VAINER, HARVEY, MARICATO, et al, 2013).

Se junho de 2013 foi visto por muitos setores de esquerda como uma novidade histórica, em que a crítica aos limites da política de distribuição de renda e da cidadania atrelada ao consumo poderiam fomentar a correção de rumos nas políticas implementadas pelos petistas, o mês seguinte foi o de tomada das ruas por pautas cada vez mais difusas, insufladas e capturadas pela extrema-direita e seus *think tanks*, cuja militância era arregimentada pelas redes sociais, em fóruns de internet e entre *gamers* e blogueiros (CASIMIRO 2016, SILVA, 2017), um universo com o qual as esquerdas tinham uma inserção quase nula.

Nas ruas, reivindicações em torno da mobilidade urbana se somaram a outras por mais saúde, educação, o combate ao patriarcado e a homofobia, que começavam a disputar espaço com cartazes como “o gigante acordou” ou “desculpe o transtorno, estamos consertando o país”, enquanto centrais sindicais e partidos de esquerda eram hostilizados; a grande mídia, depois de uma breve condenação dos movimentos (enquanto os manifestantes ainda eram identificados com as pautas do MPL, em junho) mudou o tom e passou a dar grande cobertura ao que denominava de “manifestações pacíficas” à medida que o “cidadão comum” ganhava as ruas. Entretanto, o que se via de fato era um movimento que cada vez mais se radicalizava à direita. No bojo dessas manifestações surgiu e ganhou força movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), cuja sigla era quase idêntica ao Movimento Passe Livre (MPL).

Em paralelo, militares que voltavam do Haiti, num contexto em que no Brasil ocorriam investigações da Comissão Nacional da Verdade, movimentam-se para recobrar um papel preponderante na política nacional. Apesar de nunca terem saído de cena, passaram a atuar cada vez mais como força política, com poderes de intervir a cada vez que, segundo seu julgamento, “a paz social

estiver ameaçada”. Com tecnologias do século XXI, gerais reavivaram elementos da paranóia da Guerra Fria, como a ideia de “inimigo interno” (FREIXO, 2021).

A movimentação de uma nova extrema-direita nas ruas e da velha extrema-direita nos partidos e quartéis – seguia *pari passu* a criminalização do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio da Operação Lava-Jato. O espetáculo midiático já havia sido tentado em 2005, com o “escândalo do mensalão”, mas o sucesso do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva impediu que ali mesmo acabasse a experiência de um governo que, apesar das críticas, retirou milhões de pessoas da extrema-pobreza, implementou importantes programas sociais, investiu em saúde, educação, infraestrutura, etc.

Entretanto, condenar o PT por aquilo que sabidamente era a maneira corriqueira de se fazer política no país ganhou novas dimensões e atores a partir da Operação Lava-Jato. Por meio dela, vários empresários e políticos foram presos, incluindo o ex-presidente Lula, condenado por um juiz que ao mesmo tempo o julgou, orientou a promotoria, vazou informações sigilosas para a imprensa e foi alçado por setores da extrema-direita e da direita tradicional à super-herói nacional.

Os “escândalos de corrupção” que envolviam a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) eram noticiados na grande imprensa diariamente e tubulações jorrando dinheiro ilustravam o Jornal Nacional. Em meio à crise política, os efeitos da crise econômica com o declínio da demanda por *commodities* pela China, agravou ainda mais o cenário do país que nos últimos anos avançara na desindustrialização e no fortalecimento do agronegócio.

Assim, a crise política que se abriu em 2013 teve como um de seus episódios mais dramáticos o *impeachment* da primeira e única presidenta do país, Dilma Rousseff, em abril de 2016. Num espetáculo grotesco, parlamentares votavam “por deus, pela família”, pelo impedimento de uma presidenta por “crime de responsabilidade”, apelidado de “pedalada fiscal” que poucos meses depois do *impeachment* deixou de ser crime e pelo qual ela

foi absolvida. Dentre os(as) parlamentares, estava Jair Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro que ao votar, declarou:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 2016).

Além do tom conspiracionista que reavivava fantasmas da Guerra Fria, o discurso antecipava alguns elementos que seriam retomados e desenvolvidos na campanha presidencial de Bolsonaro, tais como as *fake news* a respeito de um “kit gay” distribuído nas escolas, além de já constar referência ao que se tornaria seu *slogan* de campanha e mandato “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Entretanto, o mais grave do discurso era a evocação explícita da ditadura, de um notório torturador e da prática terrorista contra a vítima do passado e do presente: Dilma Rousseff, que foi torturada aos 19 anos de idade, permaneceu por três anos presa e mais de 40 anos depois, era vítima de um golpe de Estado que levaria à extrema direita ao poder.

Bolsonaro chegou à presidência do Brasil em 2018, após Lula – o favorito nas pesquisas eleitorais – ter sido preso pelo juiz Sérgio Moro, que se tornaria Ministro da Justiça. Nesse governo mais de 8000 militares ocuparam cargos públicos e reassumiram o protagonismo político desejado pelos generais que atuaram na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). Apesar de um mandato catastrófico, com uma gestão da pandemia que lhe rendeu acusações de genocídio em cortes internacionais, Bolsonaro ainda preservou uma massa de apoiadores(as) mobilizados(as), muitos(as) deles(as) vinculados(as) ao agronegócio e as igrejas evangélicas, mas, não o suficiente para lhe garantir a reeleição.

Durante o período de governo de Bolsonaro, outros líderes de extrema-direita despontaram na América Latina e no Caribe, tais

como José Antonio Kast no Chile ou Keiko Fujimori no Peru. Ambos disputaram eleições presidenciais nos seus países e foram derrotados pela esquerda. Além destes, vale mencionar Nayib Bukele, presidente de El Salvador e o histriônico Javier Milei, deputado que tem ascendido entre a juventude empobrecida da Argentina, um dos nomes que vem despontando nas pesquisas eleitorais para suceder Alberto Fernandes na presidência. Milei tem fortes ligações com a extrema-direita brasileira e participa com certa frequência de atividades que ela promove.

Cumpramos destacar que no processo de escrita destas linhas, vimos desde empresários(as) golpistas financiando o bloqueio em estradas do país, contestando o pleito presidencial do qual Lula saiu vitorioso, acampamentos golpistas em frente à quartéis e uma ainda não esclarecida tentativa de criar as condições para um golpe de Estado, com fascistas invadindo e depredando o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

Esta obra, finalizada entre o apagar das luzes do nefasto governo Bolsonaro – que entre outras ações no dia 28 de novembro de 2022 bloqueou consideravelmente parte da verba do Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior – e o primeiro mês do governo Lula, pretende contribuir com as discussões acerca da extrema-direita e do neoconservadorismo na América Latina e no Caribe, bem como difundir para além das fronteiras nacionais, as pesquisas realizadas no âmbito pós-graduação, não só no Brasil, mas também nos demais países da nossa região.

Deste modo, em termos de organização este livro está estruturado em quatro seções, contando com um total de 15 artigos escritos por 20 autores(as). Vale a pena destacar que 9 desses(as) autores(as) estão ainda em formação na pós-graduação e 11 são docentes universitários(as). A área de formação e atuação dos(as) autores(as) é muito diversa: sociologia, ciência política, economia, geografia, filosofia, história, letras, saúde, relações internacionais e estudos latino-americanos. Além disso, cumpre ressaltar que os(as) autores(as) provêm de 10 instituições brasileiras e estrangeiras e 7 países (Brasil, Chile, Colômbia, Haiti, México, Uruguai e Venezuela).

Abrimos o nosso livro com a seção **“O império contra-ataca”**. O primeiro capítulo, intitulado **“Contrarreação hegemônica e a ascensão da direita na América do Sul: o papel do intervencionismo estadunidense”** foi escrito por Ana Karolina Morais da Silva, mestre pelo PPGICAL e doutoranda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP). Neste texto a autora procura analisar como a contrarreação hegemônica estadunidense no contexto sul-americano tem favorecido a ascensão da direita na região. De acordo com a internacionalista, a estratégia dos Estados Unidos para a América do Sul após 2010 foi operacionalizada por meio de práticas neointervencionistas que levaram a desestabilização de diversos governos, aprofundando a polarização política dentro e entre os países da região que, conseqüentemente, favoreceu nos últimos anos a ascensão de novos governos de direita.

O segundo capítulo, **“Organizando la reacción: los aparatos privados de hegemonía de la extrema derecha en el Cono Sur desde 2015”**, foi escrito por Rejane Carolina Hoeveler, mestre e doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). O texto trata do retorno da direita às ruas no Brasil, a partir de 2015, culminando com a ascensão ao poder de Bolsonaro, o que teve um impacto significativo na arena política dos países vizinhos. Para a autora, durante a última década, um aspecto fundamental do crescimento da extrema-direita nos três maiores países do Cone Sul, em consonância com o que estava acontecendo em várias outras partes do mundo, foi a criação de aparelhos privados de hegemonia. Entre os numerosos aparelhos, destaca-se o brasileiro MBL e Vem pra Rua; a argentina Fundación Libre e Fundación Libertad; e os chilenos Fundación para el Progreso (FPP) e Libertad y Desarrollo (Lyd). O objetivo do texto é comparar algumas das principais modalidades de ação desses aparelhos, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo político e comunicacional, considerando as semelhanças (por exemplo, na defesa sem restrições das privatizações e da moral conservadora) e as diferenças (como a

defesa mais ou menos explícita das ditaduras militares dos anos 60 e 70 no continente) entre elas.

O terceiro capítulo, “A projeção internacional do Brasil em meio à convulsão democrática regional: crise da integração, neoliberalismo e Política Externa do governo Bolsonaro”, foi escrito por Renata Peixoto de Oliveira, mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da UNILA. O texto busca analisar, desde o contexto de reconfiguração neoliberal conservadora e da crise da democracia a nível regional, a projeção internacional do Brasil, a partir dos novos rumos da Política Externa do governo Bolsonaro.

O quarto e último capítulo desta seção, “As hegemonias do capitalismo, os Estados Profundos e a desestabilização da economia política do Brasil nas primeiras décadas do século XXI”, é de autoria de André Luis André, doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), colaborador do PPGICAL e professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O autor afirma que as condições da economia política brasileira estão em franca disputa nas primeiras décadas do século XXI, assim como já estiveram em outros momentos históricos de transição de hegemonia do capitalismo e de alterações na matriz territorial. Sendo assim, esse texto vislumbra elucidar algumas das características da correlação entre esses processos e seus operadores a partir da perspectiva de que é possível colocar em diálogo as teorias do sistema-mundo, a geografia política crítica e as postulações da chamada geografia libertária, para então estabelecer hipóteses para os pactos políticos e os contratos sociais desse decênio que se inicia, dentre os quais, o híbrido de fascismos sociais e o choque ultraliberal que se instalou a partir da desestabilização política e a alternativa liberal-keynesiana em elaboração que busca reviver a mitigação do neoliberalismo dos anos 2000, colapsada pelo golpe parlamentar de 2016, mas colocada como opção para os próximos anos.

A segunda seção do livro, “**América Latina e Caribe à direita**”, inicia com o capítulo “El conservadurismo chileno: de Pinochet a Kast”, escrito por Vania Alvarado Saldivia e Tereza M. Spyder Dulci. A primeira é formada em Relações Internacionais e Integração e em História-Licenciatura pela UNILA e mestre pelo PPGICAL. Já a segunda é doutora em História pela USP, professora do PPGICAL e do Programa de Pós-Graduação em História da UNILA. Este texto procura analisar o conservadorismo chileno. Para isso, se centra na história recente do Chile, considerando eventos como o *Estallido Social*; o acordo para uma nova constituição; os plebiscitos constituintes; as últimas eleições presidenciais entre José Antonio Kast e Gabriel Boric e a estrondosa derrota da proposta para uma nova constituição. O capítulo oscila entre o passado ditatorial liderado por Augusto Pinochet e a transição acordada para a democracia, a fim de tentar entender como se configura o setor conservador, o imaginário de um “nova direita”, seus discursos, propostas e principais líderes. Finalmente, apresenta algumas reflexões sobre a situação atual do país, em um cenário de derrota do documento constitucional.

O segundo capítulo, “Nayib Bukele: um príncipe antimoderno no século XXI”, é de autoria de Patrícia Sposito Mechi, doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora do PPGICAL. O texto discute a ascensão da extrema-direita em El Salvador a partir de sua figura mais proeminente: o presidente do país, Nagyb Bukele. A exemplo de outras lideranças que empregam elementos do fascismo em sua retórica, o salvadorenho se apresenta como antissistema, com um discurso salvacionista e autoritário. Assim, a autora pretende discutir alguns aspectos da relação de Bukele com as Maras (gangues), sua perseguição aos jornalistas e o aprofundamento do Estado de Exceção em El Salvador. De acordo com Mechi, Bukele aprofunda a corrosão da democracia ao mesmo tempo em que constrói para si a imagem de liderança moderna, que tornou El Salvador o primeiro país a adotar a Bitcoin como moeda oficial, fazendo política por meio das mídias digitais.

O terceiro capítulo, “Colombia a diestra y siniestra: giros y desvíos en un espacio estriado”, foi escrito por Marcela Landazábal Mora, doutora em em Estudos Latino-Americanos pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). De acordo com a autora, a Colômbia é o país com o maior número de líderes ambientais assassinados no mundo após o Processo de Paz de 2017 e também um dos países com áreas de elevada biodiversidade. Da conjunção entre a bio-política pós-acordo e a deterioração da biodiversidade, as narrativas sobre a violência são observadas como remanescentes do conflito armado e de uma administração específica sobre a ideia de segurança nacional avançada pelos recentes governos de direita. Assim, este capítulo toma como ponto de referência a reviravolta política de 2022, com a chegada de Gustavo Petro à presidência, com a defesa da biodiversidade e da paz total como bandeiras de campanha em oposição aos governos de direita que tinham liderado o país nas últimas décadas, com fortes impactos em termos de desgaste social, mas também de deterioração ecológica. Neste contexto, este texto procura problematizar, por um lado, a capitalização da defesa da biodiversidade (ou a narrativa da selva) como uma posição de esquerda, e por outro lado, a resposta dos setores mais conservadores ao apelo à Paz Total no país. Em suma, o objetivo é traçar a ressemantização da vida após uma longa memória do conflito armado.

O capítulo que fecha esta seção, “O médico e o monstro: a onda progressista e o seu depois”, foi escrito por Daniel Feldmann e Fabio Luis Barbosa dos Santos. O primeiro é doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP) e professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Já o segundo é doutor em História Econômica pela USP, professor do Departamento de Relações Internacionais da UNIFESP, membro do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP). Neste texto os autores argumentam que a evolução recente do capitalismo modificou as

bases materiais que davam sentido ao desenvolvimentismo como utopia civilizatória na América Latina, tornando o neodesenvolvimentismo que inspirou diferentes nuances de progressismo no século XXI, uma ideia fora do lugar. A partir desta premissa, são discutidas as noções do “progressismo como regressão” e de “contenção aceleracionista”, como alicerces de uma interpretação da onda progressista que enfatiza as contradições inerentes à sua própria dinâmica, que reforçou a razão neoliberal. Os pesquisadores sustentam que a pretensão de governar as tensões sociais por meio de políticas de contenção do movimento dissocializante em curso, não evitou a regressão da estrutura produtiva e o aprofundamento de uma dinâmica social autofágica. O progressismo revela-se como uma racionalidade política diferente, mas não contraditória em relação aos seus opositores, em uma realidade em que o capital se impõe como uma força extra-parlamentar totalizante.

Por sua vez, a terceira seção do livro, **“Bolsonarismos, bolsonaristas: seus nomes e suas formas”**, começa com o capítulo *“Homeschooling no Brasil: influência estadunidense e a Brasil Paralelo”*, de Bianca Gabriele Mariz de Albuquerque, especialista em Ensino de História e América Latina pela UNILA. Para a autora, a modalidade *homeschooling* tem origem estadunidense fomentada pela direita cristã e direita libertária ultraliberal, as quais são de igual maneira canais de influência no Brasil. Tais direitas replicam na sociedade brasileira o processo de regulamentação que ocorreu nos EUA com base na mesma argumentação fundamentalista religiosa e ultraliberal que visa reduzir a função do Estado, sobretudo na educação. De tal maneira, a educação demonstra ser o principal tema de confluência dos interesses destes agentes para a implementação de um outro projeto societário essencialmente individualista, meritocrático e com a prevalência de um fundamentalismo religioso. Nesta empreitada, têm servido como operadoras as *think tanks* de direita e extrema direita, como os Institutos Mises Brasil e Rothbard, além da produtora Brasil Paralelo.

O segundo capítulo, “Envolvimento (neo)pentecostal na política brasileira”, foi escrito por João Roberto Barros II, doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA), bem como professor do PPGICAL. O objetivo nesse texto é discorrer sobre a relação entre evangélicos e política no Brasil. O foco estará nos ramos pentecostal e neopentecostal, importantes no cenário político atual. O autor começa tematizando o ressurgimento da religião no espaço público e na política de acordo com a proposta de Huntington, para então problematizá-lo. Em um segundo momento, discute a formação de uma subjetividade de mercado através da ação religiosa. Seu intuito é averiguar em que medida a incidência desse fundamentalismo religioso serve aos ideais neoliberais e neoconservadores.

O terceiro capítulo, “Sociologia do bolsonarismo: genealogia de uma reação brasileira”, é de autoria de Juan Agulló, doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e professor do PPGICAL. O pesquisador entende que o bolsonarismo é um fenômeno que vai além da liderança carismática. Para ele, tentar classificá-lo não contribui para compreender bem nem o contexto geopolítico em que se desenvolveu, nem as complexas dinâmicas sociais que alimentaram o seu crescimento. Assim, a hipótese do texto é simples: o bolsonarismo, que pode ser pensado como efeito político de uma reinserção dependente da reprimarizada economia brasileira na economia mundial (e das suas consequências em termos de segmentação social) parece ser um fenômeno político típico do Sul Global contemporâneo. De fato, as suas analogias mais eloquentes deveriam ser procuradas mais em fenômenos recentes acontecidos em países como a Índia ou as Filipinas, do que nos Estados Unidos ou na Itália.

A quarta e última seção do livro, “**Neoconservadorismo e violência**” começa com o capítulo “Pre-sal y la extrema derecha”, escrito por Besna Gissel Rodríguez Yacovenco, mestre pelo PPGICAL. Neste artigo a autora trata das disputas acerca das

reservas de Pré-sal encontradas em 2007. Petróleo bruto de excelente qualidade a baixo custo de produção, permitiu o acesso a conhecimentos sem precedentes, novas fontes de lucro e garantia de soberania e segurança energética do Brasil. Esta oportunidade de reforçar um projeto emancipatório na esfera econômica e social foi cobiçada pelas estruturas hegemônicas e pelos países centrais, fato que pôde ser visto na reorganização das forças que disputaram o controle das políticas energéticas, envolvendo vários setores da sociedade brasileira e internacional. Neste processo, a autora analisa os objetivos da extrema-direita brasileira acerca do Pré-Sal e a sua relação com a hegemonia estadunidense. Para tal, apresenta a nacionalização moderada das reservas de Pré-sal durante os governos de Lula e Rousseff, passando pela crise política e social entre 2013 e 2016, terminando com a Operação Lava Jato e o enfraquecimento da Petrobras.

O segundo capítulo, “O sentido da gestão da violência no Haiti: direita ou esquerda?”, foi escrito por Loudmia Amicia Pierre Louis e Wendy Ledix. A primeira é especialista em Ensino de História e América Latina e mestre em História pela mesma instituição. O segundo é mestre em Saúde Pública pela USP e doutorando na Faculdade de Medicina na mesma instituição. Este texto visa apresentar um panorama da gestão da violência no território haitiano em meio aos discursos de direita e de esquerda. Seu objetivo é, além de propor algumas reflexões referentes ao uso do conceito de “classe política”, compreender de que forma operam as governanças no/do país desde o fim da ditadura militar até o cenário hodierno. Deste modo, serão identificadas e analisadas as diferentes dimensões destas governanças que criam um clima de instabilidade crônica no país; geram a necessidade da naturalização da ajuda humanitária e desvendam a vigência de políticas de morte.

O capítulo seguinte, intitulado “El conservadurismo está en la casa. Las reacciones institucionales a las demandas de las mujeres organizadas en la Unam”, foi escrito por Daniel Inclán Solís, doutor em Estudos Latino-Americanos pela Faculdade de Filosofia e Letras da UNAM e pesquisador do Instituto de Investigaciones

Económicas da mesma universidade. Para o autor, as mobilizações das mulheres continuam avançando com seu impulso telúrico: tremem, deslocam e racham estruturas sociais hegemônicas, especialmente a patriarcal. Há anos que questionam a ordem dominante das coisas, mas o homólogo masculino é rápido em reagir, tentando integrar as suas exigências, satisfazendo-as parcialmente e fazendo todo o possível para preservar um dos núcleos do exercício do seu poder: o controle institucional e o seu quadro jurídico regido por princípios conservadores. As universidades são um dos cenários em que este processo de contestação e recomposição é mais evidente; nos últimos cinco anos, experimentaram a mobilização de mulheres organizadas com força, ao mesmo tempo que tentavam proteger as suas redes de poder. No caso mexicano, a maior universidade do país, UNAM, é o cenário de uma reação conservadora que procura isolar, silenciar e distorcer as exigências dos colectivos estudantis organizados através de uma série de ações institucionais que são apresentadas como sensíveis às múltiplas formas de violência experimentadas pelas mulheres e pelas diversidades sexuais, pois o conservadorismo universitário disfarça-se de tolerante, empático e feminista.

Fechando o livro, temos o capítulo, “O golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff e a sua dimensão patriarcal”, escrito pelos(as) estudantes do PPGICAL Daiane Soares de Lima, Sérgio Pedro da Silva e Tatiane de Melo Cardoso Freitas. O artigo busca, de forma geral, refletir sobre as novas ondas conservadoras, também denominadas de “marés azuis”, em que se observam governos de direita, neoliberais e autoritários em ascensão ao poder, por meio de golpes de Estados e, também, por eleições regulares. Um dos objetivos é tratar da atual conjuntura política do Brasil, em que ocorreu o fortalecimento do novo conservadorismo. Os(as) autores(as) buscam apresentar como as formas autoritárias e conservadoras construíram os caminhos para o golpe jurídico-parlamentar em 2016. Para tal, em um primeiro momento, será realizado um breve resgate histórico sobre autoritarismo e democracia desde a formação da República até os dias atuais, e, em

um segundo momento, são destacados alguns elementos sobre a ex-presidenta Dilma Rousseff e as violências por ela enfrentadas.

Referências

BÁRCENA, A. “América Latina e Caribe é a região mais desigual do mundo, revela a comissão da ONU”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-e-regiao-mais-desigual-do-mundo-revela-comissao-da-onu/>.

BOLSONARO, J. Agência Brasil, 2016. Governo repudia menção e aplausos a torturador na votação do impeachment. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/governo-repudia-mencao-torturador-na-votacao-do-impeachment>

CASIMIRO, F. A nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

FREIXO, A. Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. Copenhagen / Rio de Janeiro : Zazie Edições, 2020, disponível em <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/51734/30805>

LÓPEZ, F. Honduras: golpe y experimento imperial. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

MARTUSCELLI, D. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. Revista de Estudos e pesquisas sobre as Américas, dossiê: Crises políticas na América Latina, UNB v. 14 n. 2, 2020.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano Regional 2021. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/132852-relatorio-do-pnud-destaca-armadilha-de-alta-desigualdade-e-baixo-crescimento-na-america>

SILVA, C. Mídia e ascensão conservadora. Argum., Vitória, v. 9, n. 2, p. 172-182, maio/ago. 2017, disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475555301015.pdf>

TEITELBAUM, B. Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas, SP, Unicamp, 2020.

TRAVERSO, E. As Novas Faces do Fascismo. Belo Horizonte, Âyiné, 2021.

VAINER, HARVEY, MARICATO, et al, 2013. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo, 2013.

VELADOR, O. H M & FIGUEROA IBARRA, Carlos. Golpismo y neogolpismo en América Latina. Violencia y conflicto político en el siglo veintiuno. Iberoamérica Social: Revista-Red De Estudios Sociales, 2019. pp. 98–122. disponível em: <https://iberoamerica-social.com/ojs/index.php/IS/article/view/352>

SEÇÃO 1:

“O império contra-ataca”

1. Contrarreação hegemônica e a ascensão da direita na América do Sul: o papel do intervencionismo estadunidense

Ana Karolina Morais da Silva

Introdução

Na segunda década do século XXI, a atuação dos Estados Unidos na América do Sul passou por uma reorientação estratégica, denominada por Pecequillo e Carmo (2016) como “contrarreação hegemônica”, a qual foi desencadeada por diversos elementos regionais e globais que se desenvolveram ao longo dos anos 2000: (I) no plano regional sul-americano, governos de esquerda e centro-esquerda buscaram, por meio de sua política externa, uma inserção internacional mais autônoma da América do Sul – sob este contexto, destacaram-se as atuações de Brasil e Venezuela como líderes regionais; (II) no plano global, o aprofundamento da competição interestatal entre Estados Unidos, China e Rússia levou a uma crescente presença das potências eurasiáticas na América do Sul, através de parcerias políticas e econômicas. Desta forma, a resposta estratégica estadunidense esteve orientada pelo objetivo de impedir que qualquer potência, regional ou extrarregional, exercesse um papel de liderança ou influência na região.

Com isto posto, o objetivo deste artigo é analisar como a contrarreação hegemônica dos Estados Unidos tem favorecido a ascensão de governos de direita na América do Sul, especialmente a partir da segunda década do século XXI. Interpretamos que a estratégia estadunidense tem sido operacionalizada por meio de uma tática neointervencionista que se traduz em práticas políticas veladas. Tais práticas estão voltadas para a execução de golpes

jurídico-parlamentares que desestabilizam governos não-alinhados para favorecer a ascensão de governos neoconservadores e neoliberais na região, levando, portanto, à uma alteração na correlação de forças políticas na América do Sul que favorece a potência norte-americana.

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, empregando como principal técnica de pesquisa a revisão bibliográfica. Dois casos de desestabilização foram escolhidos para a execução da análise: Brasil e Venezuela. A escolha por estes dois casos se baseia, essencialmente, em dois fatores: (I) o papel de liderança desempenhado por Brasil e Venezuela na articulação de um regionalismo autonomista na América do Sul na primeira década dos anos 2000; (II) a centralidade que Brasil e Venezuela possuem para a competição entre as potências na América do Sul. Essa centralidade se deve a condições políticas, econômicas e geográficas, mas também ao potencial energético de ambos países, que lhes conferem especial relevância para a competição interestatal entre as grandes potências¹. Para realizar a análise, pretendemos explorar as táticas que foram empregadas para a desestabilização dos governos de Dilma Rousseff e Nicolás Maduro, especialmente a partir de 2013, e como a ação de grupos políticos internos foi apoiada ou até mesmo conduzida por grupos e membros do governo estadunidense.

Contrarreação hegemônica: o neointervencionismo como tática

Ao longo dos anos 1990, os Estados Unidos empreenderam uma verdadeira ofensiva na América do Sul, baseada especialmente na promoção da cooperação econômica com a

¹ A descoberta das reservas do cinturão do Orinoco posicionou a Venezuela como a maior reserva de petróleo do mundo (300 bilhões de barris). Por sua vez, com reservas estimadas de 13 milhões de barris, o Brasil ocupa o décimo quinto lugar do ranking mundial – contudo, se considerarmos as estimativas sobre o Pré-Sal, o país pode concentrar até 176 bilhões de barris (FIORI, 2019).

região. Contudo, na primeira década do século XXI a presença estadunidense é redimensionada, passando a ser cada vez mais militarizada e, ao mesmo tempo, relativamente mais distante. Este segundo contexto favoreceu a expansão das iniciativas de integração autonomistas na América do Sul e o aumento da presença de China e Rússia na região. Com o avanço dos projetos de integração autóctones na América do Sul entre 2000 e 2010, “criou-se uma dinâmica de autonomia interna que reforçou a cooperação regional Sul-Sul” (PECEQUILO, 2013, p. 101). Assim:

Diante deste contexto, que não se restringe à América do Sul, mas a todo o sistema internacional, sintetizado na premissa da multipolaridade e desconcentração de poder, representadas pela ascensão dos emergentes, os Estados Unidos investiram em um processo de contrarreação hegemônica (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 365).

A partir da contrarreação hegemônica, os Estados Unidos intervêm política, militar e economicamente na região para dissuadir seus potenciais competidores sul-americanos de buscarem um papel regional ou global de relevância. Rodrigues (2020) sintetiza a estratégia dos EUA para a América do Sul no século XXI a partir dos seguintes objetivos: (I) garantir sua supremacia e presença militar por meio da redução das capacidades militares dos países sul-americanos; (II) impulsionar a agenda de liberalização econômica através de acordos bilaterais ou regionais; (III) exercer o controle sobre os mercados e recursos estratégicos da região; (IV) contrapor os papéis desempenhados por Brasil, Venezuela, Rússia e China na subcontinente, minando projetos regionais como Mercado Comum do Sul (Mercosul), União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e fazer frente ao agrupamento dos cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). Acrescenta-se que:

No caso específico da América do Sul, [a estratégia estadunidense] consiste em breçar o protagonismo regional e internacional do Brasil, através da inviabilização dos projetos de integração regional, destruição de complexos econômicos por vias diretas e indiretas (como as empreiteiras brasileiras e

empresas relacionadas ao pré-sal), e submissão da política externa brasileira aos interesses imediatos dos Estados Unidos (RODRIGUES, 2020, p. 143).

Neste sentido, os primeiros aspectos da contrarreação hegemônica estadunidense na América do Sul se dão ainda durante o governo Bush, e são materializados em ações estratégicas que foram responsáveis por aprofundar a militarização da presença estadunidense na América do Sul. A partir de 2004, os Estados Unidos empreendem importantes mudanças no Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM), reativando a Quarta Frota do Atlântico Sul e ampliando os investimentos no Comando Sul (PECEQUILO, 2013).

Durante este mesmo período os Estados Unidos passam a promover tratados bilaterais de livre comércio com países da região, o que perpetua uma relação de dependência dos países signatários à nação norte-americana. Por meio desses acordos, o acesso adicional ao mercado estadunidense fica garantido por poucas concessões, enquanto os países sul-americanos têm uma grande perda de autonomia em áreas como política industrial, serviços, controle sobre o capital estrangeiro, entre outras. Essa estratégia visa enfraquecer o processo de integração defendido pelo Brasil e o comércio intrabloco em instituições como o Mercosul, conforme os EUA buscam aprofundar as divergências existentes entre os países-membros em temas comerciais (REIS SILVA; SPOHR, 2015).

A partir do governo Obama, observamos a continuidade da reação estratégica estadunidense que, ademais, passa a ser acompanhada de uma reação retórica. Na *National Security Strategy* de 2010 diversos países considerados emergentes, como China, Rússia e Brasil, passam a ser definidos como novos pólos de poder e influência global. Esses países são acusados de “desestruturar a ordem multilateral a partir das pressões para a reforma da governança (defendida por Obama, mas sob outro padrão, mais gradual e menos profunda) e, segundo, explorar os países de menor poder relativo por seus recursos em uma relação assimétrica” (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 366).

Soma-se a isto, desde 2011, a promoção de novas iniciativas econômicas na América do Sul, possibilitadas pela recuperação econômica dos Estados Unidos. Essas iniciativas têm como objetivo contrapor o papel de liderança exercido pelo Brasil nos processos de integração regional e o da China como parceiro econômico externo dos países da região. É neste contexto que a Aliança do Pacífico e o projeto da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) foram criados. De acordo com Padula e Fiori (2016), a Aliança do Pacífico poderia gerar repercussões geopolíticas que fragmentem a América do Sul politicamente e, conseqüentemente, fragilizem a inserção autônoma que a região vinha construindo dentro do sistema internacional. Ainda, a Aliança do Pacífico se insere como uma parte de um projeto mais amplo liderado pelos EUA desde 2009, a TPP, que compõe uma política de reafirmação do poder econômico e político-militar dos EUA na região do Pacífico.

Contudo, é a partir da eleição de Donald Trump que a contrarreação estadunidense ao avanço da autonomia regional sul-americana no início do século XXI ficou ainda mais evidente. Se, por um lado, a nova administração tornou o futuro da competição interestatal e da política externa estadunidense para as potências mais imprevisíveis, por outro, ela tornou o comportamento dos EUA frente aos países periféricos muito mais transparente. Esse comportamento se baseia em um neointervencionismo que coloca em risco a democracia e a soberania nacional de países periféricos que se convertem em alvos da política externa dos Estados Unidos. “Essas ‘intervenções estratégicas’ não têm mais nenhum tipo de limite ético, nem mais nenhum tipo de compromisso com a reconstrução das sociedades e economias que forem destruídas” (FIORI, 2018, p. 108).

Assim, Fiori (2018) identifica quatro tipos de intervenções que são promovidas pelos Estados Unidos em diversos locais da periferia mundial, tanto de forma separada quanto de forma conjunta: (I) intervenção em processos eleitorais de países estratégicos, prática recorrente na atuação externa dos EUA que

hoje em dia se apoia no uso de tecnologias da informação para ser implementada; (II) promoção de golpes militares tradicionais (como o da Turquia, em 2016) e de golpes jurídico-parlamentares, como em diversos países da América Latina – estes golpes são aplicados sob a liderança do Judiciário com o apoio de parlamentares conservadores, derrubando governos eleitos democraticamente por meio de táticas de *lawfare*²; (III) imposição de sanções monetário-financeiras, que provocam a queda do valor da moeda do país-alvo, fuga de capitais, escassez de bens e alta da inflação, levando ao completo estrangulamento econômico do país sancionado; (IV) deflagração de uma Guerra Híbrida contra o país-alvo, um tipo de guerra que prioriza a destruição da vontade política do adversário por meio do colapso físico e moral do seu Estado e sociedade, e que pode combinar práticas dos outros três tipos de intervenções anteriormente mencionados.

Estas intervenções são acompanhadas por um importante elemento retórico de combate à corrupção. Os mais recentes documentos de segurança nacional dos Estados Unidos apresentam o combate à corrupção como uma das estratégias empregadas para combater governos e empresas que ameacem ou desafiem os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Na *National Security Strategy* de 2017, por exemplo, está presente o seguinte trecho:

Counter Foreign Corruption: Using our economic and diplomatic tools, the United States will continue to target corrupt foreign officials and work with countries to improve their ability to fight corruption so U.S. companies can compete fairly in transparent business climates (U.S., 2017, p. 22).

² “O *Lawfare* vem sendo uma estratégia do establishment da política externa estadunidense e da segurança nacional daquele país como forma de evitar a ação militar e assim diminuir os custos, responsabilizações e o desgaste político. Seu objetivo é a manipulação do arcabouço e sistema jurídico de uma determinada sociedade contra grupos políticos e econômicos inconvenientes, concorrentes ou mesmo contrários aos interesses do consórcio de empresas e da política externa/geopolítica dos Estados Unidos” (ANDRÉ, 2020, p. 49).

Neste sentido, o combate aos governos corruptos é instrumentalizado como um recurso discursivo que é empregado pela potência estadunidense e seus aliados geopolíticos para apoiar trocas de regime ou desestabilizar governos não-alinhados – não só na América Latina, mas também em outras regiões do globo. Essa prática é amplamente reconhecida como uma tática de Guerra Híbrida, definida como uma nova estratégia de guerra indireta que constitui uma diretriz de política externa e de defesa estadunidense, exibida pela primeira vez durante as crises na Síria e na Ucrânia (KORYBKO, 2018).

A Guerra Híbrida surge como uma estratégia dos Estados Unidos para troca de regimes em um contexto internacional no qual a aplicação da força estadunidense está restringida pela reascensão dos pólos de poder eurasiáticos. Em meio a este contexto, os EUA formularam uma política de “liderança velada”, a qual foi incluída no seu planejamento militar. Essa política se baseia na utilização de aliados e líderes locais ou regionais como procuradores que favorecem os objetivos geopolíticos e geoestratégicos dos Estados Unidos, fabricando um cenário de desestabilização política, social e/ou econômica. Uma vez que a campanha de desestabilização tenha sido concluída, o que se segue é a neutralização política do Estado-alvo, que o mantém em estado de colapso ou semicolapso por um longo período, desestabilizando até mesmo o ambiente regional no qual o Estado-alvo se insere (KORYBKO, 2018, p. 91).

Tomando isto em consideração, podemos afirmar que, ao menos desde 2010, a América do Sul tem sido alvo de diversas práticas políticas veladas que se inserem em uma estratégia de Guerra Híbrida. Estas práticas estiveram voltadas para a eliminação dos governos progressistas da região que, em diferentes graus, divergiram das diretrizes estratégicas dos Estados Unidos (RODRIGUES, 2020). Paralelamente, estas práticas têm desencadeado uma exacerbação da polarização política em diversos países sul-americanos, a qual tem se desdobrado em crises e disputas

político-econômicas que, ao mesmo tempo que são um resultado da polarização, também são responsáveis por alimentá-la.

Este fenômeno pode ser observado em países onde táticas de Guerra Híbrida como a *lawfare* foram utilizadas para induzir trocas de regime. Nestes países, a polarização política foi instrumentalizada e conduzida por grupos de interesse (exógenos e endógenos) para minar a imagem pública de líderes progressistas e atacar seus governos. Este é o caso do Paraguai em 2012, do Brasil em 2016 e da Bolívia em 2019, onde essa estratégia promoveu mudanças de governo por meio de golpes de Estado jurídico-parlamentares. É também o caso da Venezuela, onde um quadro de desestabilização político-econômica tem se prolongado desde 2014, embora sem consolidar uma mudança de governo, e da Argentina, onde desde 2015 Cristina Kirchner tem sido alvo de uma guerra jurídica que favoreceu a eleição de Mauricio Macri.

Como resultado, para além dos casos de países em que a polarização política foi explorada e aprofundada por uma estratégia de Guerra Híbrida, a tendência polarizante tem se espalhado por todos os países da região, gerando uma profunda desestabilização do ambiente regional – conforme teorizado por Korybko. Portanto, cabe ressaltar que mesmo em países onde não houve tentativas veladas de promoção de mudanças de governos, a polarização política se desdobrou em revoltas sociais e períodos de agitação política de cunho popular, com reivindicações por mudanças políticas estruturais, como no Chile e no Equador em 2019 e na Colômbia em 2021. No Peru, a polarização política do país esteve evidente em diversas manifestações contra a tentativa de golpe de Estado por parte de Manuel Merino em 2020 (AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020).

Neste sentido, a polarização política tem gerado oportunidades para a ascensão de governos populistas de direita ou centro-direita na América do Sul. Em meio a este contexto, nos últimos anos, um novo ciclo de neoconservadorismo e neoliberalismo sul-americano foi inaugurado. Dessa forma, o Quadro 1 esboça uma relação dos representantes dos dois ciclos

políticos que configuraram o ambiente regional sul-americano no século XXI – o ciclo progressista e o ciclo neoconservador e neoliberal:

Quadro 1 – Representantes dos ciclos políticos sul-americanos no século XXI³

País	Representante(s) do ciclo progressista	Representante(s) do ciclo neoconservador e neoliberal	Mecanismo político de transição de um ciclo para o outro
Argentina	Néstor Kirchner (2003-2007) Cristina Kirchner (2007-2015) Alberto Fernández (2020-presente)	Mauricio Macri (2015-2019)	Eleições (após Kirchner ser alvo de uma guerra jurídica)
Brasil	Lula (2003-2010) Dilma Rousseff (2011-2016)	Michel Temer (2016-2018) Jair Bolsonaro (2019-presente)	Golpe jurídico-parlamentar
Bolívia	Evo Morales (2006-2019) Luis Arce (2020-presente)	Jeanine Áñez (2019-2020)	Golpe jurídico-parlamentar
Chile	Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018)	Sebastián Piñera (2010-2014 e 2018-2022)	Eleições
Colômbia	Não houve	Álvaro Uribe (2002-2010) Juan Manuel Santos (2010-2018) Iván Duque (2018-2022)	Não houve transição de um ciclo para outro
Equador	Rafael Correa (2007-2017)	Lenín Moreno (2017-2021) Guillermo Lasso (2021-presente)	Eleições

³ O quadro não inclui as eleições de Pedro Castillo, no Peru (2021), Gabriel Boric, no Chile (2021) e Gustavo Petro, na Colômbia (2022) por considerar que seus governos fazem parte de um novo ciclo político na região que ainda não pode ser definido, e tampouco se encaixa nas categorias aqui empregadas.

Paraguai	Fernando Lugo (2008-2012)	Horacio Cartes (2013-2018) Mario Benítez (2018-presente)	Golpe jurídico-parlamentar
Peru	Alan García (2006-2011) Ollanta Humala (2011-2016)	Pedro Kuczynski (2016-2018) Martín Vizcarra (2018-2020) Manuel Merino (2020) Francisco Sagasti (2020-2021)	Eleições
Venezuela	Hugo Chávez (1999-2013) Nicolás Maduro (2013-presente)	Não houve	Não houve transição de um ciclo para outro
Uruguai	Tabaré Vázquez (2005-2010 e 2015-2020) José Mujica (2010-2015)	Luis Lacalle Pou (2020-presente)	Eleições

Fonte: Elaborado pela autora.

Consideramos que o atual ciclo neoconservador e neoliberal sul-americano foi formalmente inaugurado com o golpe de Estado no Paraguai em 2012. Além do caso paraguaio, outros países sul-americanos sofreram tentativas de golpe ou de outras formas de desestabilização nos últimos anos: Venezuela (2002, 2003, 2014), Bolívia (2008 e 2019), Equador (2010) e, recentemente, após a eleição de Alberto Fernández, a Argentina. Portanto, a Guerra Híbrida tem sido deflagrada em diversos países da América do Sul para corroer o papel do Estado, do ponto de vista econômico, político, social e moral. Por meio de um longo processo de cooptação de importantes segmentos das elites locais desses países (judiciário, imprensa e atores políticos), os Estados Unidos empreenderam um projeto de desmonte de projetos nacionais autônomos, “através da exacerbação dos conflitos das Forças Políticas Internas, acarretando uma divisão endógena seguida de caos econômico e social das sociedades sul-americanas”, que inviabiliza a manutenção do

projeto de integração autônomo que vinha sendo construído na região (RODRIGUES, 2020, p. 153).

Neste sentido, a promoção da mudança autoritária de governos – prática recorrente na estratégia estadunidense para a América Latina – se tornou ainda mais evidente nos últimos anos, especialmente contra os governos associados ao “populismo autoritário” e à “corrupção”. Além disso, no contexto do neointervencionismo estadunidense, a polarização política dentro e entre os países sul-americanos tem sido explorada e aprofundada pela ação dos EUA em seu apoio aos golpes jurídico-parlamentares na América do Sul. Esta é uma tática que se insere no contexto da nova estratégia de segurança estadunidense, elaborada para assegurar sua posição hegemônica por mais tempo e, assim, buscar retardar o avanço de China e Rússia e a conseqüente consolidação de uma transição hegemônica que leve à conformação uma ordem multipolar (FIORI, 2018; RODRIGUES, 2020).

Desta forma, a seguir, iremos focar sobre os dois casos mais emblemáticos de desestabilização política gerada por uma estratégia de Guerra Híbrida na região, Brasil e Venezuela. Em 2016, a desestabilização política do Brasil culminou em um golpe jurídico-parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff. Já a Venezuela adentrou uma profunda crise político-econômica após 2013 e, embora uma troca de regime não tenha se consolidado no país caribenho, este hoje se caracteriza como uma arena de confronto indireto entre Rússia e Estados Unidos. Assim, a internacionalização da crise venezuelana converteu o país no epicentro da disputa entre as potências na América do Sul.

O papel da Operação Lava Jato para a ascensão da direita no Brasil: *lawfare* e antipetismo

Ainda nos primeiros mandatos de Obama e Rousseff, Estados Unidos e Brasil passaram a se reaproximar, após um período de estagnação das relações bilaterais durante os governos Bush e Lula. Esta reaproximação ocorre justamente em um período no qual os

Estados Unidos vinham continuamente perdendo seu espaço na América do Sul para a China – em 2010, a potência asiática se tornou o maior parceiro econômico do Brasil, superando os EUA. No mesmo ano diversos países sul-americanos, incluindo tradicionais aliados dos Estados Unidos na região, como o Chile, passaram a ter a China como sua primeira, segunda ou terceira parceira comercial. Portanto, as atuações de Brasil e China exerciam uma dupla pressão sobre a hegemonia estadunidense na América do Sul e, após 2011, essa realidade regional passou a se modificar (PECEQUILO; CARMO, 2016).

Neste contexto, o Presidente Obama visitou o Brasil em março de 2011, o “diálogo estratégico” entre os dois países foi fortalecido (estabelecido durante a visita de Bush ao Brasil em 2005) e as negociações do Mercosul com a União Europeia passaram a ser priorizadas. Ademais, algumas concessões foram realizadas pelos Estados Unidos neste momento, como a abertura para produtos brasileiros no mercado de carne bovina estadunidense, a criação de um visto especial para empresários brasileiros adentrarem o país, o *Global Entry*, e a realização de diversas declarações de apoio mútuo e memorandos de entendimento entre os países (REIS SILVA; SPOHR, 2015; PECEQUILO; CARMO, 2016).

Entretanto, Pecequilo e Carmo (2016) argumentam que a mudança no perfil de atuação externa do Brasil após 2011, sob o governo de Dilma Rousseff, deu início a um retrocesso na presença brasileira na América do Sul que desencadeou um vácuo de poder regional. Quando comparado ao período da política externa brasileira de 2003-2010, o primeiro mandato de Rousseff manteve uma continuidade no plano retórico, mas passou a adotar uma atuação externa de baixo perfil. Em geral, a diplomacia presidencial brasileira em fóruns regionais e globais passou a ser exercida de forma reduzida e, ao mesmo tempo, buscava aliviar as pressões internas da oposição e tentava aproximar-se dos Estados Unidos.

Portanto, o período da política externa brasileira inaugurado a partir de 2011 é associado ao início do declínio da liderança

regional do país. A liderança regional brasileira na primeira década do século XXI se consolidou especialmente por meio dos projetos de integração autonomistas, e esteve caracterizada por um discurso com fortes preocupações sociais e de cunho reformista. Com a revitalização do regionalismo sul-americano, o Brasil exerceu um importante papel de liderança regional, fomentando processos integracionistas e a busca por maior autonomia regional perante o ambiente internacional.

Contudo, essa liderança regional encontrou diversos obstáculos em nível doméstico, regional e internacional e, entre 2011 a 2014, embora os projetos sul-americanos tenham se mantido ativos, estes passaram a ser afetados pela realidade brasileira. Domesticamente, podemos mencionar a crise econômica e a instabilidade política como dois fatores que dificultaram a manutenção do papel ativo do país nos fóruns regionais e globais neste período. Conforme a demanda chinesa por *commodities* diminuía, especialmente após 2010, toda a região adentrou uma fase de recuo econômico e, no Brasil, isto se traduziu em baixas taxas de crescimento e aumento da inflação. Dessa maneira, o Brasil já não dispunha da mesma capacidade orçamentária do início do século XXI e, conseqüentemente, os cortes dos gastos públicos afetaram sua atuação regional. O Conselho de Infra-estrutura e Planejamento (COSIPLAN) foi especialmente atingido pelos cortes: os investimentos no conselho foram significativamente reduzidos, atrasando obras em andamento e suspendendo estudos de projetos (CARVALHO; GONÇALVES, 2016; PECEQUILO; CARMO, 2016).

Ademais, o governo de Rousseff foi profundamente desestabilizado pela crise política que se instalou no país a partir das manifestações iniciadas em 06 de junho de 2013. Nesta data, na cidade de São Paulo, manifestações inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) e grupos anarquistas, tinham por reivindicação inicial o direito ao transporte público gratuito e de qualidade, contra o aumento das tarifas de transporte na capital paulista. Os protestos rapidamente escalaram, tanto em sua abrangência territorial,

espalhando-se por diversas cidades do país, como em suas reivindicações: conforme a grande mídia intensificava suas críticas contra os manifestantes que adotavam discurso e postura políticos mais radicais, criou-se uma narrativa de que existia um modelo de “bom manifestante” em oposição a um estereótipo de “mau manifestante” e, rapidamente, as manifestações passaram a ser amplamente despolitizadas (ANDRÉ, 2020).

Com a gradativa despolitização dos protestos observa-se uma profunda fragmentação discursiva em torno das mobilizações, conforme as pautas reivindicadas pelos manifestantes se tornam mais diversas e difusas e, finalmente, as manifestações acabam tomando uma nova direção que já não correspondia à convocatória inicial do MPL. Neste momento, levando estes elementos em consideração, o MPL se retira dos atos públicos e deixa um vazio político (YACOVENCO, 2019). Em meio a este vazio, as pautas das manifestações passam a ser uma gama de reivindicações que, embora pulverizadas, estavam orientadas pelo mote “anticorrupção”, e passaram a ser direcionadas contra o então governo de Dilma Rousseff:

Os protestos que ficaram conhecidos como as jornadas de junho criaram a oportunidade política para a convergência das oposições ao Partido dos Trabalhadores - PT - em diferentes escalas, que acabaria na desestabilização política perpassada pelo golpe brando em Dilma Rousseff em 2016 e o “reboot” da economia política nacional de nuance facholiberal desde então iniciada pelo seu vice-presidente levado ao poder naquele ano, Michel Temer, e radicalizada com a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder nas eleições federais de 2018 (ANDRÉ, 2020, p. 22).

Portanto, André (2020, p. 18) considera que as manifestações de junho de 2013 são os “eventos de partida da desestabilização política brasileira como Guerra Híbrida nessa última década”. Após 2013, uma série de grupos organizados e financiados por instituições privadas sediadas nos Estados Unidos operando no Brasil passaram a se aproveitar do ambiente político instaurado pela insatisfação popular generalizada contra a “corrupção”, o

governo de Dilma Rousseff e a classe política em geral. Dentre estes estava o “Movimento Brasil Livre”, conhecido pela sigla MBL, que surgiu da “Estudantes pela Liberdade”, EPL (BAGGIO, 2016; YACOVENCO, 2019).

A EPL é o ramal da “*Students For Liberty*” (SFL) no Brasil. A SFL, fundada em 2008 na *Columbia University*, é uma organização defensora do libertarianismo que atua especialmente em universidades. Já a EPL foi criada em 2012 em Belo Horizonte, a partir do Seminário de Verão do Instituto Ordem Livre. Tanto a EPL quanto o MBL são abertamente financiados pela *Atlas Network*, anteriormente conhecida como *Atlas Economic Research Foundation* – um *think tank* sediado em Washington, que atua desde 1981 na propagação da agenda política da direita ultraliberal, contando com organizações parceiras em todos os continentes (BAGGIO, 2016; YACOVENCO, 2019).

De março de 2015 a agosto de 2016, durante o segundo mandato de Dilma, diversas manifestações antigoverno foram convocadas pelo MBL, em conjunto com o “Movimento Vem Pra Rua”, liderado por Rogério Chequer, empresário que atualmente é do Partido Novo, e pelo “Revoltados Online”, grupo liderado por Marcelo Reis, ex-pastor evangélico defensor do retorno da ditadura militar. Em seus protestos, essas organizações reivindicavam o *impeachment* de Rousseff (MENDONÇA, 2021). Segundo Yacovenco:

Las manifestaciones realizadas entre el año 2013 y 2016 son los indicios de la instalación de una crisis e inestabilidad política y social en Brasil que tienen un rol fundamental para la guerra híbrida del país. Pero no son las únicas que actúan para desestabilizar el gobierno federal, las manifestaciones también se nutrían de informaciones provenientes de la operación Lava Jato (YACOVENCO, 2019, p. 85).

Dessa forma, o processo político-jurídico que culminou no *impeachment* de Rousseff em 31 de agosto de 2016 foi diretamente impulsionado pela ação de organizações como MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online, em combinação com a guerra jurídica (*lawfare*) promovida através da Operação

Lava Jato, anunciada como “a maior investigação contra a corrupção no país” (YACOVENCO, 2019, p. 86, tradução livre). O surgimento e o êxito dos protestos pelo *impeachment* só foram possíveis mediante a consolidação de uma base social antipetista. Desde março de 2014, o antipetismo encontrou terreno fértil para se desenvolver como fenômeno sócio-político devido ao início da Operação Lava Jato, destinada a investigar desvios de recursos públicos e lavagem de dinheiro em um esquema de corrupção envolvendo a maior empresa estatal brasileira, a petrolífera Petrobrás (TATAGIBA, 2018).

A ação da Polícia Federal, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal por meio da Operação Lava Jato foi decisiva para o sucesso do movimento antipetista. A megaoperação implicou grandes empreiteiras, políticos eleitos por diferentes partidos políticos e altos funcionários da burocracia pública brasileira. A operação, que entre 2014 e 2018 instalou mais de 2 mil procedimentos, diversas prisões preventivas, conduções coercitivas e utilizou amplamente as delações premiadas, atingiu seus dois grandes objetivos estratégicos: o *impeachment* de Rousseff em agosto de 2016 e a prisão do ex-presidente Lula em abril de 2018, impedindo-o de concorrer às eleições presidenciais neste ano (TATAGIBA, 2018).

O início da Operação Lava Jato se deu por meio de informações repassadas pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) ao procurador-geral da República Rodrigo Janot e ao juiz Sérgio Moro sobre irregularidades em empresas públicas e privadas do país. As informações eram especialmente sobre ações ilegais conduzidas no interior da Petrobrás durante os governos de Lula e Rousseff, empresa que mantinha uma competição ativa com os Estados Unidos por mercados sul-americanos e africanos – ademais, outras empresas do país que tinham seus serviços e produtos contratados pela Petrobrás, como a Odebrecht, OAS e Camargo Corrêa, também foram implicadas (BANDEIRA, 2017).

Moniz Bandeira argumenta que, ao fomentar o antipetismo e atacar o governo federal e as empresas nacionais, a Lava Jato desestabilizou a capacidade de liderança regional do Brasil. Acrescenta que:

A Operação Lava-Jato tem, na realidade, um caráter muito mais grave. Constitui uma intervenção estrangeira no Brasil, com a Procuradoria-Geral da República e o juiz Sérgio Moro a fazerem o uso ilegítimo da justiça, i.e., a manipulação da lei e de processos judiciais, delações como negócio, um jogo de mercado em que o preço é a redução da pena, com fins políticos e militares, o desmantelamento do Brasil como potência regional, parte de uma guerra jurídica, assimétrica, uma *lawfare*, conforme conceito desenvolvido pelo coronel da Força Aérea dos Estados Unidos, Charles J. Dunlap, Jr., no ensaio “Law and Military Interventions: Preserving Humanitarian Values in 21st Conflicts”, apresentado na Duke Law School, em 2001 (BANDEIRA, 2017, p. 18).

Desta forma, embora a operação tivesse como justificativa principal o combate à corrupção, ela esteve desde sua origem inserida em uma estratégia ampla de Guerra Híbrida que atenta contra a democracia e a soberania brasileiras e opera a favor dos interesses hegemônicos estadunidenses, instalando uma profunda crise política e social no Brasil. De forma sucinta, podemos apontar que a operação esteve orientada pelos seguintes objetivos: (I) debilitar a principal empresa estatal brasileira, a Petrobrás, e outras empresas nacionais, públicas e privadas, que foram fortalecidas durante os governos petistas e haviam ampliado sua atuação internacional na primeira década dos anos 2000; (II) favorecer o *impeachment* de Rousseff; (III) atacar a imagem do Partido dos Trabalhadores (PT) e do ex-presidente Lula e, assim, impedir a sua candidatura em 2018, dando um fim ao ciclo progressista iniciado em 2003 (YACOVENCO, 2019).

Portanto, a Operação Lava Jato buscou desmoralizar o PT e, ao mesmo tempo, atingiu importantes empresas brasileiras, uma vez que os acusados pela operação tinham sua imagem diretamente vinculada às instituições das quais faziam parte. Entre 2014 e 2018, empresas do setor de construção civil e

industrial foram afetadas pela operação – especialmente a Petrobrás. Para os EUA, o Pré-Sal brasileiro é considerado como uma nova fronteira energética que é estrategicamente relevante, principalmente, pelo fato de estar em uma região que conta com menos tensões geopolíticas quando comparada a outras regiões ricas em hidrocarbonetos, como o Oriente Médio, por exemplo (PECEQUILO; JAEGER, 2019), além de ser um território estratégico no Atlântico Sul (FIORI; NOZAKI, 2019).

Assim, retornamos ao ano de 2003, quando o governo brasileiro promulgou uma nova política de proteção dos produtores nacionais de equipamentos, em detrimento dos antigos fornecedores da Petrobrás, como a empresa estadunidense Halliburton, que até os anos 2000 havia sido dirigida por Dick Cheney, vice-presidente de Bush entre 2001 e 2009. A empresa é a maior fornecedora de serviços e uma das maiores fornecedoras de sondas e plataformas marítimas para o ramo petrolífero do mundo e, até 2003, manteve diversas negociações ativas com a Petrobrás. Contudo, a partir deste ano, empresas brasileiras como a Odebrecht e a OAS passaram a fornecer os serviços e produtos antes supridos pelas grandes fornecedoras internacionais, que perderam lugar no mercado brasileiro (FIORI; NOZAKI, 2019).

Dessa forma, é possível identificar diversos acontecimentos que situam autoridades ou empresas estadunidenses dentro da complexa teia de informações que conduziu à realização da Operação Lava Jato: (I) Dick Cheney, que vinha do ramo petrolífero, foi quem concebeu a “guerra ao terrorismo” e conseguiu aprovar o direito de acesso a operações financeiras do sistema bancário mundial – o que permitiu, anos depois, que o Departamento de Justiça dos EUA tivesse acesso às informações financeiras que foram repassadas às autoridades de diversos países que a potência estadunidense buscou desestabilizar, incluindo o Brasil; (II) logo após estes acontecimentos, ocorreu um furto de informações geológicas sigilosas da Petrobrás, em 2008, no mesmo ano em que a IV Frota Naval dos EUA foi reativada, apenas 2 anos após a descoberta do Pré-Sal brasileiro; (III) em 2009, o

Departamento de Justiça dos Estados Unidos iniciou um intercâmbio com integrantes do Judiciário, Ministério Público e da Polícia Federal do Brasil para abordar temas como lavagem de dinheiro e combate à corrupção, que originou uma iniciativa de cooperação chamada “Bridge Project”, da qual Sérgio Moro participou (FIORI; NOZAKI, 2019).

Além disso, conforme documentos divulgados pela WikiLeaks, descobriu-se que em 2010 a empresa estadunidense Chevron negociou sigilosamente possíveis alterações no marco regulatório do Pré-Sal com o então senador José Serra (PSDB-SP), um dos candidatos à eleição presidencial brasileira (FIORI; NOZAKI, 2019). Um dos aspectos centrais do marco regulatório é o estabelecimento de um regime de partilha para a exploração do Pré-Sal. Este regime, ao contrário do regime de concessão, determina que os custos das operações de produção sejam descontados do valor total obtido e o excedente seja partilhado entre o Estado e a empresa ou consórcio que realiza a exploração. Para conceder licitações para operações em áreas sob regime de partilha, o Estado prioriza a empresa ou consórcio que oferecer a ele a maior parcela de lucro – dessa forma, o controle sobre a produção é majoritariamente estatal (YACOVENCO, 2019).

Desde a formulação do marco regulatório, representantes do *lobby* internacional do petróleo – como o próprio governo estadunidense e o cartel formado pelas irmãs anglo-saxãs do petróleo (Chevron, ExxonMobil, Shell e British Petroleum) – se manifestaram contra o seu estabelecimento. Em setembro de 2016, quando Michel Temer assumiu a presidência do Brasil após o *impeachment* de Rousseff, as pressões para a mudança do marco regulatório ganharam força. Neste mesmo mês, Eldar Saetre, presidente da petrolífera norueguesa Statoil, defendeu mudanças no marco regulatório em reunião com Temer. Ademais, somaram-se ao *lobby* internacional representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de entidades que representam interesses de empresas estadunidenses no Brasil, como o *Brazil Council* e a Câmara Americana de Comércio. Em outubro de 2016, o Congresso

aprovou o projeto do então senador José Serra que desobrigava a Petrobrás de ser a operadora de todos os blocos de exploração do Pré-Sal, ampliando as possibilidades de exploração por parte das multinacionais (YACOVENCO, 2019).

Ainda, um ano antes do início da Operação Lava Jato, em 2013, veio à tona o escândalo de espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), denunciado por Edward Snowden. Em reportagem publicada no dia 5 de junho de 2013 pelo *The Guardian*, foi apontado que a NSA espionava a população estadunidense – utilizando servidores de empresas como Google, Skype e Facebook – bem como diversos países na Europa e na América Latina, incluindo o monitoramento de conversas da presidente Dilma Rousseff, ministros de Estado e dirigentes da Petrobrás. Poucos meses após as primeiras denúncias, em setembro de 2013, novos documentos indicavam que os dados da Petrobrás sobre a camada de Pré-Sal brasileira também poderiam ter sido espionados pelos EUA. Finalmente, também em 2013 a embaixadora estadunidense que acompanhou o golpe de Estado do Paraguai em 2012 foi transferida para a embaixada do Brasil – um pouco antes do início da Operação Lava Jato (PEDROSA; MATSUKI, 2013; FIORI; NOZAKI, 2019).

Portanto, diversos elementos contribuem e corroboram com a interpretação segundo a qual a Operação Lava Jato esteve, desde seu princípio, instrumentalizando o discurso do combate à corrupção para atuar em favor dos interesses estratégicos de empresas e autoridades estadunidenses. Os resultados políticos da operação favoreceram empresas estadunidenses e outras multinacionais do ramo petrolífero, garantindo-lhes consideráveis vantagens empresariais ao enfraquecerem a Petrobrás e as fornecedoras brasileiras. Ademais, a retórica anticorrupção levou a uma profunda desestabilização do governo federal e a consequente desmoralização do PT, estabelecendo um ambiente político que favoreceu o crescimento da popularidade de Jair Messias Bolsonaro, cuja eleição se baseou em uma pífia retórica anticorrupção pretensamente apolítica, acompanhada de uma

intensa campanha de *fake news* que, de forma oportunista, contribuiu para o aprofundamento da polarização política interna. Consequentemente, a política externa autônoma que havia sido construída na primeira década dos anos 2000 foi definitivamente abandonada pelos governos que conduziram o país após o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A crise político-econômica do Brasil acabou gerando espaço para a ampliação da presença de atores externos no espaço sul-americano. Com o avanço da Operação Lava Jato, diante da exposição de esquemas de corrupção que envolviam outros governos sul-americanos (como o de Rafael Correa no Equador, Pedro Pablo Kuczynski no Peru e Evo Morales na Bolívia), a região passou a receber menos investimentos de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Fundo Financeiro Para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), o Banco Mundial e até mesmo da União Europeia (NEVES, 2021).

Ademais, após a Lava Jato, embora a internacionalização das empresas brasileiras não tenha sido interrompida, houve uma redução considerável da participação dos investimentos brasileiros na região. Este fenômeno pode ser atribuído à conjuntura econômica do país e à desvalorização do real, mas também está relacionado com a campanha de desprestígio que foi empreendida contra empresas brasileiras, como resultado das acusações de corrupção. Assim, diversas iniciativas financiadas pelo Brasil na América do Sul acabaram sendo interrompidas sem conclusão e a presença das empresas e investimentos brasileiros na região através do BNDES continuaram diminuindo (CARVALHO; GONÇALVES, 2016).

Com isto, se instalou um vázio de liderança em investimentos em infraestrutura na região, um papel que até então era desempenhado pelo Brasil. Este fator se insere em um contexto mais amplo de afastamento do Brasil de sua posição como líder dos processos de cooperação e integração regionais após o *impeachment* de Rousseff, durante os governos Temer e Bolsonaro. Conforme o

país se afastou das iniciativas que havia incentivado e colaborado a criar, o processo de integração regional sul-americano adentrou uma profunda crise que se estende até a atualidade (NEVES, 2021).

Cerco econômico e destabilização: a crise na Venezuela como vetor da polarização política regional

A histórica relação entre Estados Unidos e Venezuela se manteve próxima e amigável durante todo o século XX, quando os Estados Unidos investiram pesadamente na indústria petrolífera venezuelana. A partir do governo Bush (2001-2009) as relações bilaterais passaram a se deteriorar. O estímulo de políticas mais nacionalistas para o setor petrolífero venezuelano por parte do governo Chávez motivou uma tentativa fracassada de golpe de Estado perpetrada pelos Estados Unidos em 2002. As tensões entre ambos governos continuaram a escalar durante toda a presidência de Bush, conforme a oposição de Chávez na Venezuela era diretamente financiada por agências estadunidenses como a *U.S. Agency for International Development*, USAID e o *National Endowment for Democracy*, NED (HØJEN, 2015).

Com a eleição de Obama a melhoria das relações com a América Latina passou a ser uma das prioridades da política externa estadunidense para a região – ao menos no plano retórico. Entretanto, as relações entre os dois países após a eleição do candidato democrata continuaram a se deteriorar e, finalmente, em dezembro de 2014, foi aprovada nos Estados Unidos a Lei de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela, que impõe sanções aos membros do atual governo venezuelano (HØJEN, 2015).

As sanções foram justificadas por acusações de corrupção e violações de direitos humanos por parte do governo de Nicolás Maduro, especialmente pela repressão estatal a diversas manifestações políticas que ocorreram no país entre 2013 e 2014, mas também pela crise econômica que desencadeou uma escassez de produtos básicos que afetou a qualidade de vida da população venezuelana (HØJEN, 2015). Já em 2015, a Venezuela foi declarada

pelo governo Obama como uma ameaça inusual à segurança dos Estados Unidos (MELLO, 2020).

Após a chegada de Trump ao governo estadunidense, em 2017, os EUA recrudesceram ainda mais sua estratégia para a América do Sul e especialmente para a Venezuela (AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020). Em agosto de 2017 novas sanções foram impostas, com o objetivo de impedir a Venezuela de fazer empréstimos no mercado financeiro dos Estados Unidos e, como resultado, a produção de petróleo do país foi diretamente afetada (WEISBROT; SACHS, 2019).

Também em agosto de 2017 o Presidente Trump, em entrevista coletiva no Estado da Nova Jersey, anunciou que os Estados Unidos poderiam vir a realizar uma intervenção militar na Venezuela. Em agosto de 2018, um ano após este anúncio, o jornal *The New York Times* publicou uma notícia na qual se confirmava que diversos funcionários estadunidenses vinham mantendo reuniões com militares venezuelanos, visando promover uma troca de regime (FIORI, 2019).

Em 2019, novas sanções estadunidenses foram impostas contra a Venezuela. Nesse momento, determinadas empresas do ramo petrolífero passaram a ser proibidas de negociar diretamente com o país, sob a pena de serem sancionadas em caso de descumprimento, atingindo novamente o setor petrolífero venezuelano (WEISBROT; SACHS, 2019). Ao todo, desde 2015, mais de 150 sanções relacionadas a acusações de terrorismo, tráfico de drogas, ações antidemocráticas, violações dos direitos humanos e corrupção foram emitidas pela Casa Branca, a União Europeia, o Canadá e o Reino Unido contra a Venezuela. Tais sanções são responsáveis por aprofundar exponencialmente a crise política, econômica e social que a Venezuela atravessa desde 2014, com as quedas no preço internacional do petróleo (MELLO, 2020).

As sanções impedem o acesso da Venezuela aos mercados financeiros internacionais, dificultando a tomada de crédito e afetando, assim, sua produção petrolífera e capacidade de importação. A estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) teve sua

matriz bloqueada em solo estadunidense, completando a estratégia de estrangulamento econômico contra o país. As importações, que giravam em torno de 60 bilhões de dólares anuais entre 2011 e 2013, caíram para valores estimados em 12 bilhões de dólares em 2017, gerando uma crise migratória sem precedentes na região (CELAG, 2019).

Atualmente, as sanções geram um prejuízo anual de cerca de 30 milhões de dólares aos cofres públicos venezuelanos, impedindo o país de realizar transações internacionais com o dólar e restringindo por meio de retenções bancárias ou multas os países que negociem diretamente com a Venezuela (MELLO, 2020). A população civil é diretamente atingida pelo cerco econômico ao país. De acordo com pesquisas da ENCOVI (*Encuesta Nacional de Condiciones de Vida*), estima-se que houve um aumento de 31% na mortalidade na Venezuela entre 2017 a 2018. Além disso, mais de 300.000 mil pessoas permanecem em risco pela falta de medicamentos ou tratamento para doenças em função das sanções (WEISBROT; SACHS, 2019).

Assim, as sanções internacionais colocam a população e o governo venezuelanos sob um cerco econômico, com o objetivo de forçar o governo a renunciar ou, então, facilitar a operacionalização de um golpe jurídico-parlamentar por meio da manutenção da insatisfação popular. Desta forma, as sanções se inserem em uma estratégia mais ampla de Guerra Híbrida, que combina o asfixiamento econômico com o isolamento diplomático internacional e uma campanha midiática difamatória, buscando desgastar a imagem pública do governo de Maduro para forçar uma troca de governo no país, sem descartar a possibilidade do uso da força militar para atingir este objetivo.

Entretanto, no dia 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato na presidência da Venezuela, de acordo com os resultados das eleições do dia 20 de maio de 2018, que tiveram a maior abstenção da história recente do país, com apenas 46% do eleitorado comparecendo às sessões de votação. Além disso, a oposição não reconheceu os resultados da eleição sob

alegações de que o governo chavista havia impedido a candidatura de determinados opositores. Desta forma, a partir do dia 10 de janeiro a oposição passou a denunciar a presidência de Nicolás Maduro como ilegítima e no dia 23 de janeiro de 2019, por meio da *Operación Libertad*, Juan Guaidó, então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou como presidente interino do país (SUTHERLAND, 2019).

A ação se amparou, juridicamente, em um malabarismo interpretativo do artigo 233 da Constituição venezuelana. Segundo este artigo, o país se encontra em “falta absoluta” de um presidente legítimo em casos de morte, incapacidade física ou mental permanente, renúncia ou destituição decretada pelo Tribunal Superior de Justiça (TSJ). Nestes casos, se a ausência do presidente ocorrer antes da posse, o presidente da Assembleia Nacional deve assumir a presidência; caso ocorra depois da posse, quem assume o cargo de presidente é o vice. Neste sentido, a oposição alegou que havia uma “falta absoluta” na presidência devido à ilegitimidade do processo eleitoral de 2018, situação que não estava prevista na Constituição (SUTHERLAND, 2019).

Apesar disto, Guaidó foi amplamente apoiado pelo Presidente Trump e, rapidamente, obteve o reconhecimento internacional de dezenas de países ao redor do globo, que seguiram ao reconhecimento estadunidense. A equipe de Guaidó se organizou para promover um governo de transição, que levaria a “eleições livres” na Venezuela. Neste período a presidência dos Estados Unidos direcionou diversas ameaças contra as lideranças chavistas caso algum atentado contra a integridade física de Guaidó fosse cometido. A frase “*all options are on the table*” – em tradução livre, “todas as opções estão sobre a mesa” – viralizou após o presidente Trump admitir em entrevista que a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela não estava descartada. Entre a oposição, a possibilidade de uma invasão estadunidense era defendida como uma alternativa viável para remover o chavismo do poder (SUTHERLAND, 2019).

Contudo, o governo de Maduro conseguiu se sustentar nos últimos anos com o respaldo do Poder Judiciário e da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). Por esta razão, Guaidó tentou por diversas vezes obter o apoio dos militares para consolidar uma troca de regime na Venezuela, sem obter sucesso significativo. A FANB passou por importantes reformas internas desde a primeira eleição de Chávez, que resultaram na expulsão de adversários políticos do chavismo e no favorecimento da ascensão de militares aliados na sua hierarquia. Ademais, mesmo em meio à crise econômica o padrão de vida dos militares venezuelanos manteve-se elevado, o que contribuiu para a manutenção da aliança entre a FANB e o governo (NASCIMENTO, 2020).

Dessa forma, a *Operación Libertad* não trouxe os resultados políticos esperados. Perante o fracasso da tentativa de destituir Maduro em 2019, os efeitos humanitários das sanções passaram a ser discutidos de forma mais ativa no interior do Congresso estadunidense. Embora o Congresso continue a apoiar sanções econômicas como meio de pressionar o governo chavista, nos últimos anos ele tem apoiado com maior homogeneidade as sanções contra funcionários de Maduro, especialmente aquelas relativas à corrupção e ações antidemocráticas. Por outro lado, as opiniões dos congressistas sobre sanções mais amplas têm variado, devido aos impactos negativos que estas geram para as condições de vida na Venezuela. Durante a pandemia de COVID-19, houve pedidos de congressistas para que as sanções fossem suspensas ou revisadas, devido aos seus efeitos sobre a população venezuelana (SEELKE, 2021).

Em 2019, países com governos internacionalmente alinhados aos Estados Unidos (como Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Canadá, Austrália, Reino Unido e União Europeia) não reconheceram a eleição de Maduro, sob o discurso em defesa da “democracia” e dos “direitos humanos”. Por outro lado, governos não-alinhados aos Estados Unidos ou que possuem uma relação de cooperação mais intensa com Rússia e China (como Cuba, Bolívia antes do breve golpe de 2019-2020, Nicarágua,

Bielorrússia, Irã, Turquia e Síria) mantiveram seu reconhecimento do governo Maduro, especialmente sob o princípio de “não-intervenção”. Essa internacionalização da crise política venezuelana reflete a competição que se desenrola em nível sistêmico entre Estados Unidos e Rússia e China, “se expressando claramente na formação de alinhamentos internacionais antagônicos marcados pela dicotomia a favor ou contra Maduro” (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 14).

É neste sentido que Fiori afirma que “a Venezuela mudou de posição no cenário internacional e passou a ocupar um outro lugar, muito mais importante, na competição entre as três grandes potências que lutam pelo poder global, neste início do século XXI” (2019, p. 109). A Venezuela se tornou central para a disputa entre as potências, primeiramente, devido à posição que ela ocupa dentro da estratégia hemisférica dos Estados Unidos. Sua localização geográfica, ao norte da América do Sul e próxima ao Canal do Panamá, com acesso ao Mar do Caribe, posiciona o país em um espaço que é extremamente sensível para a geoestratégia dos EUA no Hemisfério Ocidental, onde, historicamente, sua influência geopolítica é mais profunda. Neste sentido, a crise venezuelana oferece às potências eurasiáticas a oportunidade de contrabalancearem os Estados Unidos em seu próprio entorno estratégico (TEIXEIRA Jr., 2020).

Em segundo lugar, a Venezuela possui importantes reservas de recursos estratégicos que são fundamentais para a disputa energética e tecnológica que se desenrola entre as potências. O país não só possui as maiores reservas comprovadas de petróleo no mundo como possui imensas reservas de ouro, diamantes e coltan, um minério composto de metais raros usados na indústria de alta tecnologia – a Venezuela é um dos únicos quatro países no mundo que possui essa matéria-prima (PYATAKOV, 2020).

A Rússia possui uma postura especialmente assertiva na questão venezuelana. Essa postura está profundamente associada com o alinhamento político entre os dois países, pois ambos consideram que são alvos de uma Guerra Híbrida. Portanto, a

Rússia apoia a Venezuela com o objetivo de minimizar o risco de que táticas semelhantes às empregadas contra Caracas sejam utilizadas contra Moscou. Dessa forma, a estabilidade da Venezuela é de extrema importância para a Rússia, visando evitar a propagação de trocas de regime forçadas (PYATAKOV, 2020).

Além disso, a crise no país sul-americano se configura como um espaço privilegiado para a Rússia responder, geoestrategicamente, à contenção estadunidense à Rússia na Eurásia. Essa resposta pode ser interpretada como parte de uma estratégia de “contra-contenção” ou até mesmo como uma manobra de “contracerco” que é empreendida por Moscou por meio da sua projeção na América Latina, que ocorre particularmente através da sua presença na Venezuela, mas também em Nicarágua e Cuba. Ao mesmo tempo, ao empreender esse movimento geoestratégico, a Rússia busca reforçar seu *status* de grande potência ao se projetar em um país que se encontra fora de seu entorno geográfico imediato (STRONSKI; SOKOLSKY, 2017; TEIXEIRA Jr., 2020).

O presidente Maduro é considerado um “aliado estratégico” da Rússia e as conexões militares, políticas e econômicas de Moscou com Caracas têm crescido constantemente nos últimos anos (CHAGUACEDA, 2019). No dia 10 de dezembro de 2018, dois bombardeiros estratégicos TU-160, um avião de transporte militar AN124 e uma aeronave IL-62, da Força Aeroespacial da Rússia, participaram de exercícios militares com as forças venezuelanas em Caracas. Este acontecimento elevou qualitativamente a centralidade da Venezuela para a disputa entre as grandes potências (FIORI, 2019).

Quanto à China, embora o país não assuma uma postura tão combativa quanto a postura russa na questão venezuelana, o apoio político e financeiro de Pequim à Maduro é inegável, e se dá especialmente no âmbito da política chinesa de não-ingerência em assuntos internos de outros países. Além de representantes de Pequim e Caracas trocarem visitas oficiais com certa frequência, a relação econômica entre os dois países vem sendo aprofundada nos

últimos anos e, até 2019, a China já havia emprestado ou investido mais de US\$50 bilhões na Venezuela, um valor que estava distribuído entre 780 projetos econômicos conduzidos em parceria bilateral (FIORI, 2019).

Além de mobilizar as potências eurasiáticas, a crise na Venezuela conta com o envolvimento direto de todos os governos sul-americanos, que se encontram hoje em meio a um contexto de profunda polarização política regional. Esta polarização se dá tanto no interior dos países sul-americanos quanto entre estes, afetando as relações intrarregionais. Desta forma, o ambiente regional sul-americano esteve, nos últimos anos, dividido pelas forças políticas favoráveis ao governo Maduro (alinhadas à Rússia e China) e forças políticas de oposição (alinhadas aos Estados Unidos), que reconheceram a autoproclamação de Guaidó em 2019.

Considerando o aprofundamento do ciclo neoconservador e neoliberal na América do Sul, especialmente desde 2012, praticamente todos os países da região que se opõem ou se opuseram abertamente contra o governo de Maduro, o fizeram enquanto sob governos de direita: Argentina (entre 2015 e 2019), Brasil (2016-2022), Bolívia (entre 2019 e 2020), Colômbia (até a eleição de Petro, em 2022), Equador (desde 2017), Paraguai (desde 2019) e Uruguai (desde 2020). As únicas exceções são Chile e Peru, cujas hostilidades contra o governo Maduro tiveram início durante governos de direita e se mantiveram mesmo após as eleições de líderes considerados progressistas em 2021 – Gabriel Boric (Chile) e Pedro Castillo (Peru).

Em 8 de agosto de 2017, o Grupo de Lima foi oficialmente fundado pelos chanceleres de 12 países americanos: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Formalmente, o objetivo do grupo era “abordar a crítica situação da Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país através de uma saída pacífica e negociada” (LIMA, 2017, s/p, tradução livre). Na prática, a formação do Grupo de Lima representou a institucionalização do isolamento diplomático contra

o governo de Caracas, sinalizando o crescente alinhamento dos governos sul-americanos às políticas estadunidenses para a região. Este isolamento ficou ainda mais evidente em setembro de 2019, quando Guaidó solicitou que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) fosse acionado para “conter os efeitos da crise venezuelana” – taxando, portanto, o governo Maduro como um “inimigo interno” da região (ALVES, 2019).

Desta forma, a crise venezuelana, paulatinamente potencializada pela imposição de sanções e restrições internacionais por parte dos Estados Unidos, embora não tenha gerado uma mudança de regime no país caribenho, se exacerbou ao ponto de gerar alinhamentos internacionais antagônicos que levaram a uma fragmentação política da América do Sul. A divisão entre os governos da região, apartados de acordo com seu alinhamento perante a questão venezuelana, culminou na paralisação e/ou esvaziamento de importantes instituições de integração regional como o Mercosul e a UNASUL, a partir de 2017 (JAEGER, 2019; NEVES; HONÓRIO, 2019).

Considerações finais

Nas últimas décadas, a América do Sul foi estabelecida como um tabuleiro geoestratégico da disputa entre Estados Unidos, China e Rússia no plano global. Neste sentido, a atuação estadunidense na região, especialmente a partir de 2010, tem sido orientada por uma estratégia de contrarreação hegemônica, operacionalizada por meio de táticas neointervencionistas, com os objetivos de repelir a presença de Rússia e China na região e mitigar o avanço dos projetos de política externa construídos por Brasil e Venezuela na primeira década do século XXI.

Por meio de diversas táticas de Guerra Híbrida, os Estados Unidos têm promovido golpes de Estado e explorado a polarização política na América do Sul para favorecer, direta ou indiretamente, a emergência de governos neoconservadores e neoliberais, que estejam alinhados aos seus interesses estratégicos. Priorizando a

aproximação internacional com os países do Norte, estes governos têm atacado e/ou negligenciado a cooperação sul-americana, levando a um atrofiamento das instituições regionais de integração.

Assim, o ciclo progressista iniciado na primeira década do século XXI entrou em crise e um novo ciclo de governos neoconservadores e neoliberais inaugurou-se na América do Sul, conforme a polarização política se aprofunda em toda a região. Desta forma, podemos afirmar que a atual conjuntura regional sul-americana se desenhou, em grande medida, devido ao padrão de relacionamento estabelecido entre os novos governos sul-americanos e Washington, especialmente a partir de meados da década de 2010, quando a contrarreação hegemônica estadunidense se intensificou.

Referências

AGUIRRE, M; CHAVEZ, R. B; ROBLEDO, M. “América Latina ante las crisis de la globalización y el multilateralismo”. *Friedrich Ebert Stiftung, Analisis*, jan., 2020.

ALVES, Ana R. “OEA aprova pedido de Guaidó para ativar contra Maduro tratado que prevê defesa mútua no continente”. *O Globo*, 11 setembro 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/oea-aprova-pedido-de-guaido-para-ativar-contra-maduro-tratado-que-preve-defesa-mutua-no-continente-23940707>>. Acesso em: 06 fev. 2022.

ANDRÉ, André Luís. *Guerra Híbrida à Brasileira: Das Jornadas de 2013 às perspectivas para a próxima década*. Aracaju, Sergipe: RM Editoriais & Revisão, 2020.

BAGGIO, Kátia G. *Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas*. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 26 a 29 de julho de 2016.

BRICEÑO-RUIZ, José. "Times of Change in Latin American Regionalism". *Contexto Internacional*, vol. 40, n. 3, Sep/Dec 2018, p. 573-594.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. "O Brasil como potência regional: uma análise da sua liderança na América do Sul no início do século XXI". *Carta Internacional*. Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 222-248, 2016.

CELAG. "Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela". *Análisis Económico – Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG)*. 8 de febrero, 2019. Disponível em: <<https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela>>.

Acesso em: 05 fev. 2022.

CHAGUACEDA, A. "The bear comes to the West: The Russian agenda in Latin America". *Global Americans*. March 20, 2019. Disponível em: <<https://theglobalamericans.org/2019/03/the-bear-comes-to-the-west-the-russian-agenda-in-latin-america/>>. Acesso em: 08 dez. 2021.

FIORI, José Luís. "O novo intervencionismo americano". Agosto de 2018. In: FIORI, José Luís. *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 106-108.

_____. "Geopolítica e fé". Janeiro de 2019. In: FIORI, José Luís. *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 109-111.

_____; NOZAKI, William. "Conspiração e corrupção: uma hipótese muito provável". Julho de 2019. In: FIORI, José Luís. *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 147-152.

HØJEN, Louise. *U.S.-Venezuela Relations in the 21st Century: Sanctions against Venezuelan Officials*. Master's Thesis, MSSc in Development and International Relations Latin American Studies. Allborg University, Denmark. May 29, 2015.

JAEGER, Bruna Coelho. "Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora". *Conjuntura Austral*. Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 5-12, 2019.

KORYBKO, A. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

LIMA. *Declaración de Lima*. Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia, 8 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gov.co/print/17154>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MELLO, Michele. “Em seis anos de bloqueio, a Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe”. *Brasil de Fato*, 8 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MENDONÇA, Isabella Nunes S. A “NOVA DIREITA” BRASILEIRA: uma análise das origens e fontes ideológicas do Movimento Brasil Livre – MBL. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “Armações Internacionais”. In: ALVES, G.; GONÇALVES, M; QUARESMA TONELLI, M. L; RAMOS FILHO, W. (coord.); CARAMURU TELES, B. (org.) *Enciclopédia do golpe*. Bauru, Canal 6 Editora, 2017. p. 17-24.

NASCIMENTO, Jefferson. “O governo de Nicolás Maduro resiste: um diálogo crítico com o modelo de quedas presidenciais proposto por Aníbal Pérez-Liñán”. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 34, p. 121-134, jan./jun. 2020.

NEVES, Bárbara C. “Belt and Road Initiative: a infraestrutura como plataforma de expansão da atuação da China na América Latina”. *Observatório de Regionalismo*. 4 de maio de 2021. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2021/05/04/belt-and-road-initiative-a-infraestrutura-como-plataforma-de-expansao-da-atuacao-da-china-na-america-latina/>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

_____; HONÓRIO, Karen. “Latin American Regionalism under the New Right”. *E-International Relations*, 27 set. 2019. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/pdf/80118>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

PADULA, Rapahel; FIORI, José L. Brasil: geopolítica e “abertura para o pacífico”. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 3 (144), pp. 536-556, julho-setembro/2016.

PECEQUILO, Cristina S. “A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China”. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, jul./dez. 2013.

_____; CARMO, Corival A. *O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano*. Anais do I Encontro Nacional de Economia Política Internacional – ENEPI, UFRJ, Rio de Janeiro. 11 a 13 de maio de 2016. p. 353-373.

_____; JAEGER, Bruna C. “Os Estados Unidos: a geopolítica e a geoeconomia da energia”. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 8, n. 1, p. 7-43, jan./abr. 2019.

PEDROSA, Leyberson; MATSUKI, Edgard. “Entenda o caso Snowden; Petrobras também é alvo de espionagem”. *EBC, Empresa Brasil de Comunicação*. 28 agosto 2013. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/tecnologia/2013/08/web-vigiada-entenda-as-denuncias-de-edward-snowden>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

PYATAKOV, Andrey. “Russia and Latin America in the 21st Century: A Difficult Rapprochement”. *Notes de l’Ifri, Russie. Nei. Visions 119*, July 2020. Disponível em: <https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/pyatakov_latina_america_an_2020.pdf>.

Acesso em: 23 set. 2022.

REIS SILVA, André L; SPOHR, Alexandre P. “Os percalços ao diálogo estratégico: as relações entre o Brasil e os Estados Unidos desde 2003”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 4, n. 7, jan./jun., 2015, p. 69-91.

RODRIGUES, Bernardo S. “Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas”. *Sul Global*, v. 1, n. 1, p. 139-168, 2020.

EELKE, Clare Ribando. Venezuela: “Overview of U.S. Sanctions”. *Congressional Research Service (CRS)*. January 22, 2021. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/row/IF10715.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

STRONSKI, P; SOKOLSKY, R. “The return of global Russia: An analytical Framework”. *Carnegie Endowment for International Peace*. December, 2017. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2017/12/14/return-of-global-russia-analytical-framework-pub-75003>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SUTHERLAND, Manuel. "Venezuela: ¿por qué volvió a fracasar la oposición?" *Nueva Sociedad*, nº 282, Julio - Agosto 2019. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/venezuela-por-que-volvio-fracasar-la-oposicion/>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

TATAGIBA, Luciana. "Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff". *Lusotopie*, n. 17, 2018, p. 112-135.

TEIXEIRA Jr., Augusto W. M. "O Entorno Estratégico Brasileiro na Geopolítica das Grandes Potências: a Crise da Venezuela e seus Impactos para o Brasil". *CEEEX - Centro de Estudos Estratégicos do Exército*, v. 8, n. 1, p. 7-25, jan./jun, 2020.

USA. *National Security Strategy of the United States of America*. The White House, Washington D.C., December 2017. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. "Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O caso da Venezuela". *Center for Economy and Policy Research*. Maio de 2019. Disponível em: <<https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-portuguese.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

YACOVENCO, Besna Gissel Rodriguez. *A disputa internacional pelo controle das reservas de petróleo no Pré-Sal brasileiro*. Dissertação de Mestrado, PPGICAL/UNILA. Foz do Iguaçu, 2019.

2. Organizando la reacción: los aparatos privados de hegemonía de la extrema derecha en el Cono Sur desde 2015

Rejane Carolina Hoeveler

Introducción

El año 2015 parece haber sido crucial no solo en Brasil, donde la derecha vuelve a las calles y llega a su culmen de movilización en todo el país, con movimientos como MBL (Movimento Brasil Livre) y Vem pra Rua. También fue un hito en Argentina, donde la coalición de derecha liderada por Mauricio Macri, *Cambiamos*, llega al poder presidencial tras 12 años de gobiernos encabezados por el kirchnerismo. Aunque la oposición de derecha a Néstor y Cristina Fernández de Kirchner fue muy fuerte, incluida una fallida operación de *Lawfare* contra Cristina, no había en el país ninguna relevancia política de algo que se pueda entender propiamente como extrema-derecha. Tal vez sea el regreso de Cristina como vicepresidenta en las elecciones de 2019 el hecho político que, en el contexto del ascenso de las llamadas "nuevas derechas" en el continente – poco tardíamente, en comparación con Brasil – despierta una extrema-derecha propiamente dicha en Argentina (STEFANONI, 2021). Estamos hablando principalmente de las movilizaciones impulsadas por derechas de varios matices contra la presunta "infectadura" de Alberto Fernández en 2020, con grupos pequeños y radicales, expresando ahora, sin embargo, un discurso de violencia que no se veía en años anteriores (GOLDENTUL & SAFERSTEIN, 2019; VICENTE & SAFERSTEIN, 2019; MORRESI & VICENTE & SAFERSTEIN, 2020).

Ante todo, es preciso señalar que, tanto en Argentina como en Chile, a diferencia de Brasil, el culto al pasado dictatorial no se

generalizó y no ganó el sentido común, siendo mucho más difícil para la extrema-derecha explicitar su íntima conexión con aquellos regímenes sanguinarios como lo hace Jair Bolsonaro en Brasil. Sin embargo, y recordando la fuerte declaración del expresidente argentino Eduardo Duhalde en agosto de 2020 (apenas ocho meses después de la toma de posesión de Alberto Fernández) sobre la supuesta "necesidad" de "un golpe de Estado", la tendencia aparente es de un crecimiento hacia el radicalismo y la ruptura con las reglas del juego democrático, por un lado; y por el otro, el hecho de que muchos de los grupos anclados al golpismo, que antes se contenían, cada vez más pierden la vergüenza de amenazar públicamente la democracia.

En los últimos años, el ascenso de la extrema-derecha al poder en Brasil significó el triunfo político de una determinada narrativa sobre la Historia de Brasil y del mundo (FREIXO & PINHEIRO-MACHADO, 2019; CASTRO-ROCHA, 2020). Simbolizó la vuelta de la apología a la dictadura y a la tortura, el retorno al conservadurismo moral más arcaico, así como a las ideas oscurantistas y anti-ciencia cuyas consecuencias estamos viviendo dramáticamente en este momento de pandemia.

Desde 2015, hemos venido afirmando que estábamos ante una ola conservadora (HOEVELER & DEMIER, 2016) también en los hogares de millones de trabajadores y del pueblo más humilde, el cual, junto con una parte de la clase media "lava-jatista", fue convencido, a través de la pequeña política divulgada por los grandes medios de comunicación y sus coroneles, que el problema de Brasil era "la corrupción del PT". Desde entonces, esta ola se ha convertido en un tsunami incontrolable a partir de la llegada de Bolsonaro al poder presidencial en 2019.

Este capítulo está dividido en cuatro partes: comenzamos con un breve balance historiográfico acerca del estado del arte en las investigaciones académicas internacionales sobre las extremas-derechas contemporáneas, con especial atención a los casos brasileño y argentino; en segundo lugar, traemos elementos empíricos de nuestra investigación comparada acerca de las

derechas brasileña y argentina en el período estudiado (de 2015 a 2021), con énfasis en los efectos de la elección de Bolsonaro en 2018 para las derechas en la región, así como en los aparatos privados de hegemonía que buscan consolidar un consenso a la vez ultra-neoliberal y ultra-conservador en determinados sectores sociales, el cual desplaza hacia la derecha la agenda de los debates políticos nacionales. En tercer lugar, apuntamos nuestro registro teórico gramsciano para comprender la utilidad del concepto de aparato privado de hegemonía para el estudio en curso. En cuarto lugar, estudiamos la actuación de algunos de esos aparatos privados, finalizando con apuntes para nuevas investigaciones.

Estado del arte: las extremas-derechas contemporáneas

El marxista británico David Renton (2020) entiende que el concepto de "convergencia" es apropiado para explicar históricamente muchos casos nacionales de alianzas entre las derechas tradicionales y la llamada "nueva" (o, más propiamente hablando, extrema) derecha. Enumera ejemplos históricos desde la década de 1950 en los Estados Unidos e Inglaterra de momentos cruciales en los que los partidos tradicionales fueron "paraguas" de una serie de grupos de extrema-derecha cuyo objetivo era subvertir la orden institucional burguesa, en vez de funcionar como un "dique" dentro de la derecha, rechazando credibilidad política a tales elementos de desestabilización política.

A partir de la lectura de la investigación reciente de Benjamin Teitelbaum (2020), se visualiza la red cosmopolita de extremas-derechas de distintos matices reunidos bajo lemas antiguos del tradicionalismo, corriente de pensamiento cuyos exponentes en el pasado (como Julius Evola) apoyaron el fascismo. Olavo de Carvalho, el "guru" de Bolsonaro que vivió en Estados Unidos, fue uno de los miembros de esa especie de "Internacional" coordinada por Steve Bannon – la cual, aunque no es la única, es, en el momento, la más orgánica unión de las derechas por el mundo.

La literatura latinoamericana en este campo de estudios, con su diversidad de abordajes, viene buscando con ahínco mapear las conexiones entre las extremas-derechas en el continente, pero debido al propio hecho de que estamos tratando de movimientos recentísimos, nos falta la ventaja del distanciamiento histórico – lo que, obviamente, no impide su estudio incluso como Historia del tiempo presente.

Incluso sin la pretensión de agotar las muchas contribuciones recientes en el tema, y buscando aquí enfocar en lo que ha sido producido académicamente en Brasil y en Argentina, es importante situar brevemente los marcos del debate en ambos países de manera a insertarnos en tal agenda de investigación con un estudio original.

Si, por un lado, la ascensión de la derecha radical en el continente fue repentina e inesperada para muchos, otros pronto se pusieron a estudiar el fenómeno. No nos cabe retomar el recorrido histórico del concepto y del término "nueva derecha", realizado por Verónica Giordano (2019). Existe aquí una propuesta de comprender las conexiones, las rupturas y continuidades históricas entre la derecha neoliberal que asciende en el contexto de las redemocratizaciones, en los años 1980 (llamada "Nueva derecha" por muchos autores ya en los años 1980) y la configuración contemporánea de este campo político. Utilizando la sociología histórica, Giordano propone trazar esos linajes en la mediana duración y en su relación con la defensa del neoliberalismo. Para la socióloga, dos de los elementos que permiten llamar a las "nuevas" derechas "nuevas" son el recurso a la movilización de calle mimetizando a la izquierda, y la adhesión a la democracia liberal (concomitante con la adhesión de las élites latinoamericanas al proyecto neoliberal) aunque reducido al más banal procedimentalismo. Se trata de una reflexión más madura de la autora, que viene investigando las características de la "Nueva derecha" al menos desde 2014. Otro autor de referencia en el tema es Waldo Ansaldi (2017).

Un aspecto fundamental para investigar en el campo de estudios de las derechas es el formato de los golpes de Estado recientes, como

en el caso de Brasil (2016), Honduras (2009) y Paraguay (2012). El concepto de "neogolpismo", tal como lo trabajaron Lorena Soler y Florencia Prego (2019) es una baliza fundamental, pues apunta a aquellos casos en los que incluso esa democracia blindada y vaciada es también desmantelada a través de nuevos tipos de golpe (institucional, parlamentario, judicial-mediático, etc.). Los casos del Paraguay de Fernando Lugo, Honduras de Manuel Zelaya y Brasil de Dilma Rousseff tendrían características propias, pero compartirían innumerables elementos en común.

Giordano y Soler (2015) contribuyen con el análisis de los editoriales y *think-tanks* en Argentina en años recientes, estudio que interesa de cerca para nuestra investigación, pues mapea las grandes editoriales de los *best-sellers* de la nueva derecha argentina en los años de Mauricio Macri, y sus principales intelectuales orgánicos, proporcionando valiosos subsidios para nuestra investigación. Otro trabajo de referencia aquí es el de Karin Fischer y Dieter Plewe (2013).

La reciente contribución de Inés Nercesian sobre los "presidentes empresarios" (2020) aporta mucho para entender los cuadros intelectuales y políticos que llegaron al poder con Macri y Sebastián Piñera; y que por mucho tiempo pareció ser el camino que Brasil seguiría, con figuras como el exgobernador del Estado de S. Paulo, João Dória. Vale también mencionar su pionero libro comparando los procesos políticos brasileño, uruguayo y chileno a lo largo del siglo XX (2013). Waldo Ansaldi (2017) es otro autor ineludible en este y en muchos otros temas, lo que nos obligará a establecer un diálogo con sus hipótesis.

Aunque tal conjunto de estudios (muchos de los cuales no citamos directamente aquí) trate el caso brasileño de manera comparada, cabría apenas hacer una observación crítica acerca de algunos elementos de interpretación del caso de Brasil que encontramos, por ejemplo, en el trabajo de Giordano (2019), en diálogo con un politólogo de referencia sobre el caso brasileño, Amilcar Salas Oroño (2018).

En este breve artículo de Oroño citado por Giordano, e incluso teniendo en cuenta que fue escrito en octubre de 2018, es decir, en plena campaña electoral, pudimos observar que el autor no establece una distinción existente entre aquellos aparatos burgueses que tomaron al frente de la campaña golpista contra la presidenta Rousseff (representaciones tradicionales del gran empresariado brasileño, como la FIESP- Federación de las Industrias del Estado de S. Paulo – las asociaciones patronales de diversos sectores, las asociaciones comerciales de todo el país, los medios de comunicación (que al mismo tiempo están compuestos por grupos empresariales y también actúan como representantes de los intereses de la burguesía en general) más los *think-tanks* neoliberales creados a lo largo de los años 2000 y 2010, como Millenium, el IEDI, el Movimiento Brasil Competitivo, de Jorge Gerdau, etc., entre una miríada de aparatos privados conformados en una red colaborativa no exenta de tensiones y contradicciones y el movimiento bolsonarista, el cual entendemos como un movimiento neofascista. Más adelante trataremos de cómo entendemos el movimiento bolsonarista.

También sobre la cuestión de los *think-tanks*, nos apoyamos en el estudio de Virginia Fontes sobre el conjunto de aparatos arriba referidos, que se proliferan en Brasil desde los años 1980, teniendo un crecimiento exponencial (principalmente de ONGS, Organizaciones No Gubernamentales, volcadas para la implementación precaria de las políticas de goteo social dentro de los cuadros de una estructura capitalista/neoliberal) entre las décadas de 1990 y 2000 (FONTES, 2010).

Los espacios de articulación política-empresarial se multiplicaron, y aún a finales de 2014 la FIESP lanza la campaña "Nosotros no vamos a pagar el pato", que tenía un pato amarillo como símbolo. Fontes aporta principalmente en la interpretación conceptual de esos *think-tanks*, entendiéndolos, a partir de la teoría de Antonio Gramsci, como aparatos privados de hegemonía. A lo largo de 2016, paralelamente a nuestra investigación de doctorado sobre la historia del Consejo de las Américas, producimos una

cronología del posicionamiento político de los aparatos privados empresariales en lo que se refiere al *impeachment* (HOEVELER, 2017); así como una incursión en el concepto de *apparatto egemonico* en Gramsci (HOEVELER, 2019).

En reflexiones recientes, Fontes (2017) viene defendiendo la hipótesis según la cual habría habido en Brasil, hiperbolizando la crisis de hegemonía, una crisis del "hegemonismo", es decir, del modo de dominación burguesa vía democrática apoyándose cada vez más en la conversión mercantil-filantrópica para contener la "cuestión social", así como la proliferación de organizaciones empresariales de varios modelos de los aparatos volcados para la contención social y la contrarrevolución preventiva, la cual, según el gran sociólogo brasileño Florestan Fernandes, atraviesa nuestra historia.

De hecho, el bolsonarismo choca con esta estructura de dominación y no proviene de ninguna representación tradicional de la burguesía, al contrario: su principal base de apoyo empresarial, como muestran las investigaciones de Elaine Bortone (2020), son de sectores de la burguesía comercial de ciudades medias del interior, como las tiendas Havan y la hamburguesería Madero. Estamos hablando de "*outsiders*" del activismo político empresarial, que nunca antes de Bolsonaro tuvieron ninguna relevancia política. Se agrupan en torno a aparatos como el Instituto Brasil 200, y muchos obtuvieron cargos en el gobierno, como Salim Mattar, dueño de una compañía de alquiler de coches. Algunos llaman a estos sectores "lumpenburguesía", lo cual creemos que no es muy preciso, a pesar de la buena ironía contenida en el término.

Es importante recordar que en las elecciones de 2018 (totalmente atípicas, realizadas bajo fortísima violencia política y connivencia de los órganos del Poder Judicial con relación a la infinita lista de crímenes electorales cometidos por Bolsonaro, como campañas dentro de Iglesias, batallones de la Policía, cuarteles del Ejército, etc.) el candidato de la gran burguesía y sus aparatos tradicionales como la FIESP, era Geraldo Alckmin, del PSDB, el gran partido neoliberal brasileño históricamente, que tenía la mayor coalición de partidos, el mayor tiempo de

propaganda electoral en televisión y radio, apoyo de todos los *think tanks* neoliberales, etc. El fenómeno bolsonarista tomó a todos por sorpresa, incluso a muchos de los que eran los más activos defensores de la caída de Rousseff y, por lo tanto, de la casación de los votos de millones de brasileños en las elecciones de 2014. Estamos hablando de una clase dominante que no demuestra mucho apego a la democracia y sus instituciones más elementales como las propias elecciones; sin embargo, nadie, incluso en las alturas de mediados de 2018, con Lula detenido por Sérgio Moro e impedido de presentarse, esperaba que Bolsonaro ganara.

Nuestra hipótesis es que la nueva o novísima derecha brasileña es nacida entre 2013 y 2015, tomando las calles a partir de marzo de 2015, teniendo en la vanguardia movimientos como el Movimiento Brasil Libre (MBL, hoy en la oposición al gobierno Bolsonaro) y el Vem para Rua (ligado a la juventud del PSDB), y dirigida en su estrategia política por ese conglomerado de entidades representantes de la gran burguesía golpista. Sin embargo, el empresariado que apostó en la caída de Dilma y logró su objetivo perdió la dirección política, intelectual y moral de este movimiento, que fue girando cada vez más a la derecha, encontrando finalmente en Bolsonaro la figura "mano dura" y "anti-política" radical y casi mitológica.

También es importante destacar las profundas diferencias del bolsonarismo, movimiento que está dentro y fuera del Estado, con las nuevas derechas en otros lugares. Bolsonaro es un líder neofascista, no solo por mimetizar gestos de Hitler y Mussolini, y por operar su política exterior con el fin de ponerla al servicio del crecimiento de la extrema derecha en el mundo, sino por un conjunto de características de discurso, de dispositivos de movilización y modalidades de acción política, y finalmente un *modus operandi* de gobiernos típicamente fascistas; en el campo simbólico, se resalta el culto a la muerte, la idea de "Mito", etc.

Michel Gherman, profesor y escritor judío, uno de los mayores investigadores de la relación entre Bolsonaro e Israel, afirma que

desde 2012, cuando Bolsonaro aún era un mero diputado del “bajo clero”, comenzó a establecer relaciones con grupos extremistas.

Caracterizamos el bolsonarismo, en pocas palabras, como un movimiento de extrema-derecha con dos pilares fundamentales: una plataforma ultraliberal en la economía y una agenda ultraconservadora en el plano de la cultura, de la política y de las costumbres. El Brasil de Bolsonaro se embarca en la marea autoritaria mundial, que cuenta con variadas especies: del trumpismo en Estados Unidos al salvinismo en Italia, pasando por el ascenso de Viktor Orbán en Hungría, Recep Erdogan en Turquía, Rodrigo Duterte en Filipinas, y Boris Johnson en Inglaterra (EATWELL; GOODWIN, 2018; RENTON, 2019; TRAVERSO, 2019; TEITELBAUM, 2020).

Buscando un Bolsonaro argentino

Era julio de 2019, por lo tanto, ya a siete meses en ejercicio del mandato de Bolsonaro, cuando la prensa brasileña trajo noticias de que había una especie de competencia para quien conseguiría, en Argentina, la "etiqueta" bolsonarista en las elecciones. Según reportaje del prestigioso diario Estado de S. Paulo, había una disputa informal por el título de "Bolsonaro argentino" (GAZETA DO POVO, 2019).

Dentro de la disputa presidencial, el candidato era Juan José Gómez Centurión: un veterano de la Guerra de las Malvinas que formó parte del gobierno de Macri. Centurión iba mucho más allá de la articulación con Bolsonaro: él y la diplomática Cynthia Hotton, su candidata a vice, realizaron por lo menos cuatro videoconferencias con Steve Bannon, ex estratega de la campaña de Donald Trump. Hotton declaró que "Bannon está interesado en seguir lo que está sucediendo en Argentina y le pareció muy interesante nuestra placa [...] Lo que todos ven es que nuestra placa tiene mucha similitud con la de Bolsonaro. Centurión es un católico muy comprometido con los valores. Yo soy evangélica. Hay varias coincidencias" (GAZETA DO POVO, 2019).

El 11 de junio de 2020, el escritor argentino Aldo Duzdevich publicó un perfil de Steve Bannon afirmando que seguía su búsqueda por un Bolsonaro argentino (DUZDEVICH, 2020). En sus palabras:

Hasta hoy el único contacto público de Steve Bannon con la política argentina ha sido a través de Cynthia Hotton, la malograda candidata a vice de Juan José Gómez Centurión, quien se reunió con Bannon, foto de por medio, en Washington, en julio de 2019. Pero, en tiempos de pandemia, las fake news al estilo Bannon han ganado muchísimo espacio en las redes. Las promueven algunas usinas de ultraderecha que libran sus imaginarias batallas contra el "poder oculto" o NOM (nuevo orden mundial), las "élites", la OMS que es "un instrumento" del poder oculto y difunde una pandemia "que no existe", Bill Gates, que nos va a inocular un chip y así controlará nuestra mente vía el 5G ("casualmente" una batalla tecnológica que China le está ganando a Estados Unidos, incluso en Brasil) (DUZDEVICH, 2020).

Se informó ampliamente en la prensa argentina la participación de Bannon en la campaña del PRO en 2015, a través de Cambridge Analytica (INFOBAE, 2018; MON, 2019).

Para Centurión, el principal punto de convergencia era que tanto él como el presidente brasileño expresarían la "reconversión de la identidad nacional" en cada país.

muchas características en común que hoy me parecen características casi universales de un modelo de una derecha republicana moderna [...] Cada país y su pueblo tienen su propia expresión de valores. Pero yo podría ser el equivalente a Bolsonaro. No exactamente igual, porque es un producto típicamente brasileño (GAZETA DO POVO, 2019).

Las principales banderas de la placa serían abarcar con el debate para legalizar el aborto y prohibir la "ideología de género", la cual, según Centurión, significaba la implantación del "modelo dictatorial y totalitario que avanza desde algunos sectores del Estado en detrimento de los derechos individuales de las personas" (GAZETA DO POVO, 2019).

Para Centurión, quien también fue vicepresidente del Banco de La Nación y director de la Aduana argentina, "la falta de valores

en la sociedad argentina" sería responsable del "fracaso del país". En sus palabras: "Proponemos asumir el gobierno porque la clase política, en los últimos 50 años, nos ha llevado a un alto nivel de fracaso, de endeudamiento y de pobreza. Esto se debe a que ella usó como base un modelo absolutamente alejado de los valores fundacionales de Argentina" (GAZETA DO POVO, 2019).

El tema de la relación con la dictadura es algo bastante simbólico de las diferencias entre las sociedades argentina y brasileña contemporáneas. Como en Argentina existe un sentido común, prácticamente inviolable, sobre las atrocidades de la última dictadura militar (1976-1983), Centurión, a pesar de ser un apologista de aquel régimen, se limita a justificar la represión afirmando que "existían organizaciones armadas entrenadas en Cuba para la conquista del Estado argentino"; pero, aparentemente, no cruzó aún la línea hasta el punto de defender el régimen dictatorial abierta y públicamente como hace Bolsonaro. Por su parte, Hotton afirmó que la placa defiende "los derechos humanos de los militares presos por crímenes contra la humanidad cometidos en la dictadura (1976-1983), y al mismo tiempo afirmó ser "totalmente contra dictaduras".

Otra diferencia crucial, esta no desde el punto de vista de contenido político, sino de estrategia, es que Centurión y Hotton sabían claramente que no podrían tener la pretensión de llegar a la presidencia, pues nunca llegaron a marcar dos dígitos en las encuestas. Esto era sabido: el objetivo de la candidatura y de la campaña fue esencialmente un modo de impulsar la militancia derechista, encontrar espacio para hacer propaganda de su plataforma política, reunir más simpatizantes, y tal vez hacer una bancada de diputados conservadores que pudiera, en el futuro, organizar una especie de Bancada Evangélica, como la que existe en Brasil.

Centurión mostraba saber claramente el objetivo político de la campaña: "Vamos a hacer una elección muy buena y colocar unos cinco o seis diputados en la Cámara. En Argentina, las elecciones legislativas son cada dos años. Poniendo esa cantidad ahora,

podemos triplicarla en 2021"; según Hotton, "Con eso, podemos cambiar la agenda, independientemente de quién sea el próximo gobierno". Ese discurso de Hotton confirma lo que verifican también los propios cuadros políticos actuales del radicalismo y del kirchnerismo: en un debate televisivo sobre las nuevas derechas argentinas, el diputado Leandro Santoro afirmó que no importaba tanto el hecho de que tales grupos fueran minúsculos; lo importante es que ya estaban haciendo suficiente ruido para conseguir pautar el debate público nacional (TELEVISIÓN PÚBLICA, 2021).

Una de las articulaciones más interesantes aquí es la que se pudo observar entre la *Fundación Libre*, de Agustín Lage y Nicolás Márquez, con el grupo de Centurión. En video publicado en su canal el 14 de julio de 2019, titulado "A Quién voy a votar y por qué?" Márquez justifica, en menos de 5 minutos, su voto en Centurión. El video era intencionalmente casero, hecho por celular en formato de *videoselfie*. Se nota el cuidado del autor en poner bastante a la vista en el escenario una biografía escrita por Roberto de Mattei en homenaje al integralista (fascista) brasileño Plínio Correa de Oliveira, titulada "El cruzado de Siglo XX". Correa de Oliveira era una referencia política e intelectual de varios grupos filonazis brasileños y llegó a ser diputado en 1934, habiendo sido uno de los fundadores, en Brasil, de la organización internacional "Tradición, Familia y Propiedad" (TFP).

Márquez comienza declarando todo su historial de votaciones en las elecciones anteriores. En 2011, según él, la oposición al kirchnerismo era un desastre, pero Márquez justifica su voto a Eduardo Duhalde "con la nariz tapada" y solo porque prometió no dar seguimiento a los castigos a los militares de la dictadura; en 2015, según él, "sin ningún encantamiento", votó por Macri. Esta vez, sin embargo, era muy diferente: Centurión era el candidato ideal por ser firmemente contra el aborto, la persecución a los militares, la ideología de género y también por tener a Agustín Monteverde como asesor económico, un "defensor del libre mercado y de la iniciativa privada". Algo muy similar a lo que

decían autodenominados "liberales" brasileños sobre Paulo Guedes (MÁRQUEZ, 2019).

En la lista de los candidatos argentinos a Bolsonaro, enseguida, venía el diputado Alfredo Olmedo, entonces precandidato al gobierno de Salta, una de las provincias más pobres del interior argentino. Evangélico recién convertido, Olmedo se apoyó fuertemente en las banderas contra la "ideología de género" y contra el aborto. Utilizaba sus encuentros con Bolsonaro en Brasil para promoverse políticamente.

El 17 de diciembre de 2018, Olmedo fue recibido en Río de Janeiro por Bolsonaro. En sus redes sociales, publicó una foto estrechando la mano de Bolsonaro con las palabras "#DosCristianos" y "La Familia, el Orden y la Seguridad serán la agenda profunda" (OLMEDO, 2018). Olmedo pensó en postularse para presidente, pero acabó desistiendo. Dijo que no confiaría en el resultado por no haber estructura en todo el país para combatir fraudes en las urnas, entonces decidió postularse como precandidato al gobierno de la Provincia de Salta por el partido Ahora Patria. Compitió en las primarias con el alcalde de Salta, Gustavo Saenz, que ganó las elecciones, pero quedó en tercer lugar, obteniendo 107.894 votos, y su partido Ahora Patria logró elegir 3 diputados.

Entre sus propuestas estaban: servicio militar obligatorio "para quienes no trabajan ni estudian"; "control de uso de drogas para políticos"; "castración química para violadores" y "pena de muerte para casos de abuso sexual seguido de muerte". Con la excepción de la primera propuesta, que no tiene mucho sentido en Brasil, ya que el servicio militar de 1 año para jóvenes mayores de 18 años ya es obligatorio, todas esas propuestas fueron y son defendidas por Bolsonaro.

Vale señalar el contenido ideológico y moral de este que sería el "público-objetivo" del blanco del servicio militar obligatorio en Argentina, porque en el caso de la propuesta de Olmedo, sería para todos los que "no estudian ni trabajan" conformando un contingente significativo de la población en un contexto de

desempleo masivo y estructural, las dificultades de acceso a la educación y de condiciones de estudio (solamente disponibles para la clase media), etc.

De hecho, el caso de esta propuesta es algo evidentemente imposible, pues ni siquiera el Ejército tendría condiciones de inscribir y abrigar a un tal contingente. Se trata de una proposición que no está defendida para ser efectivamente cumplida: constituye la conformación de un ideario radicalmente militarista que solucionaría mágicamente los problemas sociales a través de la militarización total de la sociedad. Esa idea al mismo tiempo coaduna ideológicamente con el neoliberalismo en su intrínseca faceta autoritaria, que va de la mano con la faceta de la meritocracia (éxito a través del trabajo/estudio). En este caso, los desposeídos/"fracasados" no solo son dejados a su suerte, como son "castigados" por su propio fracaso individual y la salida es la disciplina forzada del cuartel.

Es por eso que Olmedo, con relación al tema de la dictadura, se aproxima mucho más al discurso de Bolsonaro que a Centurión, pues afirma cosas como "los derechos humanos en Argentina se han convertido en un negocio [refiriéndose especialmente a las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo]", que "dicen que hubo 30.000 desaparecidos aquí, pero los datos oficiales cuentan 6.876", y frecuentemente se refiere al período como "guerra" y no como "dictadura".

Brendan O'Boyle, columnista de *Americas Quarterly*, prestigiosa revista cuatrimestral del *Consejo de las Américas* (ASCOA), el cual a esta altura ya se encontraba bastante distanciado del gobierno de Bolsonaro (cosa que no sucedió con Piñera ni con Macri, los "presidentes empresarios" preferidos de los liberales estadounidenses), dedicó una columna sobre Olmedo en el sitio web de la revista el 22 de enero de 2019, bajo el título "El curioso caso de Alfredo Olmedo, el Bolsonaro argentino". En este artículo, O'Boyle comparaba diferencias y similitudes entre las dos figuras políticas y afirmó que a pesar de que la parte de la población evangélica argentina es mucho menor en comparación con la de

Brasil, y del bajísimo reconocimiento del candidato en las encuestas electorales, Olmedo ya haría una diferencia en las elecciones. Y recordó una frase del analista político argentino Sergio Berensztein, quien declaró a la revista, en entrevista, que "nos reímos de Bolsonaro también" (O'BOYLE, 2019).

En octubre de 2019, en otro episodio en el que Bolsonaro y sus hijos hostigaron al gobierno argentino, el cual decían ser una dictadura totalitaria camino a la "venezualización", Eduardo Bolsonaro, senador y especie de "canciller informal" de Brasil en sus relaciones/conflictos internacionales, decidió atacar al hijo de Alberto Fernández.

La provocación se informó en la prensa de ambos países. En su cuenta de Twitter, Eduardo Bolsonaro retuiteó un montaje hecho de una foto de Estanislao Fernández en un *cosplay drag queen* de Píachu, personaje de Pokémon, y al lado de esta una foto de sí mismo rodeado de un arsenal de guerra, con un arma de gran calibre en el regazo y una camiseta estampada en la que el símbolo del comunismo es la caca de un perro. En la ocasión, incluso el canciller argentino de Macri, Jorge Faurie, criticó la publicación y envió una carta al entonces embajador brasileño en Buenos Aires, Sérgio França Danese, pidiendo que estos acontecimientos no se repitieran para no perjudicar las relaciones entre los países (G1, 2019).

Además de Centurión y Olmedo, políticos profesionales, encontramos figuras verdaderamente *outsiders* las cuales también cumplen importante activismo político, entre ellos algunas celebridades de la televisión. En febrero de 2020, Baby Etchecopar, figura mediática presente durante muchos años en la televisión argentina, se reúne con una auto-titulada organización "Refugiados" argentinos en Miami, afirmando que él y otros compatriotas fueron "forzados" por el peronismo a vivir en Estados Unidos y que solo volvería al país si en Argentina fuera posible "vivir libremente" como en Estados Unidos. El discurso de Etchecopar a los aproximadamente 150-200 oyentes que asistieron al evento en Miami se inscribe en un registro paralelo de la realidad, cargado de alucinaciones. Defendió la dictadura

franquista, la dictadura de Pinochet y obviamente el presidente Bolsonaro, clasificando a la dictadura argentina como una "guerra civil" (SAMTV, 2020).

El peronismo sería un "cáncer" inherentemente inmoral y habría realizado un lavado cerebral en los argentinos, teniendo una obsesión con los cadáveres de Juan Domingo y de Evita Perón; el peronismo buscaría intencionalmente "fabricar pobres" porque "cada pobre es un voto para ellos"; sobre Macri, dijo que le daba "asco" porque no hablaba con él mientras se reunía con los kirchneristas. Clasificó a las abuelas de la Plaza de Mayo como "viejas locas"; declaró apoyo a Javier Milei, a quien elogió como "hombre muy inteligente" que "no está loco", y que podría ser alguien que "sabe las cosas" para ser presidente. También afirmó que "el mundo entero cerró sus puertas a la Argentina"; que el Papa no es un hombre de Dios, sino un "político populista"; vaticinó que en junio/julio de 2020 el país estaría en total catástrofe económica y social, y por fin defendió una fuga masiva de "argentinos que pagan impuestos" para Uruguay, como forma de "dejar que los peronistas se hundan junto con el país" y luego sí se podría "reconstruir Argentina".

De este modo, podemos observar que dentro de la extrema derecha argentina hay tanto políticos tradicionales como Patricia Bullrich, Miguel Pichetto (Partido Justicialista, excandidato a vice en la plaza de Macri para el segundo mandato) y Darío Loperfido (Republicanos Unidos); además de los que citamos arriba, Olmedo y Centurión; como *outsiders* (Alfredo Casero, actor; José Espert, economista; Milei, economista; y Etchecopar, comunicador, los dos últimos arriba mencionados).

Otro factor de comparación importante merecería una investigación aparte: los diferentes efectos de las operaciones de *Lawfare* (guerra jurídica) contra la presidenta Dilma Rousseff en Brasil y Cristina Fernández de Kirchner, en Argentina. Mientras que en el primer país la llamada operación de "Lava Jato", conducido por un juez de primera instancia (Sergio Moro, que posteriormente sería ministro de Justicia y Seguridad de

Bolsonaro), logró condenar a Lula y encarcelarlo durante más de un año, habiendo conseguido pintar a Rousseff como corrupta y al Partido de los Trabajadores como causador de todos los males del país, en Argentina las organizaciones sindicales y juveniles peronistas y kirchneristas mantuvieron movilizadas sus bases sociales, no consintiendo una correlación de fuerzas políticas que pudiera permitir que sucediera algo parecido (hasta el momento, pues ahora vemos nuevas acusaciones en curso).

El atentado contra la vida de Cristina Fernández en agosto de 2022 puede ser en parte explicado por eso: un ambiente donde se admite la defensa de la exterminación física del adversario. Hasta el momento en que finalizamos este texto, septiembre de 2022, se sabe que hay dos grupos, denominados Revolución Federal y Nación de Despojados, involucrados en diferentes episodios de violencia política en contra de diputados de izquierda y kirchneristas en particular, incluso dirigentes sociales. La violencia política en Argentina tiene en este episodio, que podría haber culminado en la muerte de la vicepresidente y personaje central de la política argentina en los últimos decenios, algo de imprevisibles consecuencias. Mientras eso los postulantes de la extrema derecha como Bullrich y Milei se unen en su necropolítica propia, con una mano fascista y la otra “libertaria”.

Dos días después, habría en Chile una votación decisiva, dónde, en el Plebiscito de Salida el Rechazo ganó con una mayoría aplastadora, la cual sorprendió ambos comandos políticos. Una derrota histórica (SALÉM, 2022) para las luchas y el proceso político en aquel país. Algunas semanas antes publicamos un breve análisis sobre cómo estaba operando la campaña del Rechazo (HOEVELER, 2022), dónde mirábamos sobre todo los aparatos privados creados en importante cantidad en Chile en los meses anteriores del Plebiscito, o sea, durante el funcionamiento de la Convención Constitucional, electa en 2021 para redactar una Nueva Constitución – reivindicación del Estallido Social de 2018.

La derecha chilena (2015-2022)

Dos años después de la estampida que sacudió a Chile, el Plebiscito sobre la redacción de una nueva Constitución para el país se ha convertido en un hito histórico: un ajuste de cuentas. Los resultados obtenidos por el Apruebo en la redacción de una nueva Constitución alcanzaron casi el 80%, una cifra que sorprendió incluso a los analistas más optimistas.

No pretendemos hacer aquí un análisis detallado de este complejo proceso, pero es de destacar que en la campaña por el Apruebo/Convención Constitucional de noviembre de 2020, toda la izquierda se unió, mientras que la derecha se dividió desastrosamente: incluso en el gabinete ministerial de Piñera, la mitad defendía el Apruebo y la otra mitad el Rechazo. El entonces principal candidato presidencial de la derecha (neo)liberal, Joaquín Lavín, partidario de la dictadura de Pinochet y actual alcalde de la comuna de Las Condes, se convirtió repentinamente en "socialdemócrata". Sólo la UDI (partido fundado por Jaime Guzmán, que integraba, junto al partido Renovación Nacional, la coalición presidencial de Chile Vamos) votó en un 100% por el Rechazo –aparte, claro está, de la ultraderecha, cuyo exponente más conocido es el gran admirador de Bolsonaro, José Antonio Kast.

En las elecciones de 2021, Kast perdió en la segunda vuelta frente al joven Gabriel Boric, el representante que había firmado, sin el apoyo de su propio partido (Frente Amplio), el Acuerdo de Paz que permitió la apertura del proceso constituyente. Sin embargo, no es un hecho menor que Kast haya obtenido la mayor votación de su historia, y ciertamente el apoyo más expresivo a un candidato de extrema derecha en Chile.

En mayo de 2021 se eligieron 155 Convencionales, con paridad de género y escaños reservados para pueblos originarios, de fuerte tendencia progresista y de izquierda. Tras un intenso trabajo y arduos debates, después de un año, se llegó a un Proyecto de Constitución que se entregó el 04 de julio de 2022. Es importante señalar que también fueron elegidos delegados de derecha e

incluso de extrema derecha, como Teresa Marinovic, cuyo canal Fundación Nueva Mente es uno de los principales difusores de *fake news* y teorías conspirativas sobre la propuesta constitucional.

El texto propuesto en julio de 2022 contemplaba un Estado de bienestar plurinacional, amplios derechos sociales y medioambientales, equidad de género y diversidad sexual, y fue considerado mundialmente como el escrito más avanzado del siglo. Un año después, la derecha chilena retomó la iniciativa, produciendo una campaña muy bien elaborada contra la aprobación de la Nueva Constitución.

La campaña contra el Proceso Constituyente comenzó al mismo tiempo que la demanda popular de una nueva Constitución para el país; es decir, en sentido estricto, comienza incluso antes de la contundente victoria a favor de una Nueva Constitución y también de una Convención Constituyente exclusiva. Después del Plebiscito de noviembre de 2020 y más aún después de la elección de los Constituyentes (Convencionales), se intensificaron las acciones de la derecha para sabotear el proceso y descalificar al organismo y desmoralizar a sus componentes. Una de las ideas era manipular las escenas de los debates en la Convención y calificarlas como ejemplos de "vandalismo" y "barbarie", discurso comparable al de los medios de comunicación chilenos en aquellos primeros días de la chasca de 2019, cuando se decía esto de los estudiantes. El objetivo era tergiversar y desacreditar todo el proceso de movilización popular de las últimas décadas.

El cinismo (en el fondo y en la forma) y el patrocinio del capital, invertido en un conjunto multifacético de acciones, desde la captura de liderazgos hasta la difusión de mentiras sobre la Convención, el texto propuesto y todos los personajes políticos involucrados, resultó que, debido al repudio generalizado de los partidos y fuerzas tradicionales de la derecha, era imperativo ocultar a los verdaderos líderes de la campaña del Rechazo.

El verdadero rostro de la campaña del Rechazo es el gabinete de Piñera –que, gracias al Acuerdo de Paz firmado en noviembre de 2019, después de que la policía cegara a cientos de jóvenes, pudo

terminar su mandato sin mayores daños y sigue ejerciendo libremente la actividad política y empresarial (incluso después de los *Panamá Papers*).

El núcleo central de Rechazo está compuesto por viejos zorros políticos de los dos principales partidos históricos de la derecha chilena (Unión Democrática Independiente, UDI; y Renovación Nacional, RN) sumados a Evópoli, un partido fundado en 2012 como respuesta del sistema político a la juventud movilizada. Sin embargo, la presencia de miembros de la extrema derecha no es nada despreciable, especialmente el grupo en torno al clan Kast (Partido Republicano). Situados entre bastidores, Kast y su grupo parecen haber sido responsables de la "banda B" de esta campaña, organizando acciones clandestinas con los medios de comunicación y la policía.

A este campo se unió el Partido de la Gente, una fuerza política que sorprendió en la primera vuelta de las últimas elecciones presidenciales con la considerable cantidad de votos otorgados a Franco Parisi, un empresario que ni siquiera vive en Chile. La estética de este partido es muy parecida a la del bolsonarismo, con programas de "debate" pseudo-humorísticos en Youtube, al mejor estilo "Martes Libre" del brasileño Allan dos Santos. Es una de las voces más estridentes de la campaña, con eslóganes como "Ni Allende ni Pinochet"; va abiertamente contra cualquier propuesta de servicios públicos universales; afirmaba que la nueva Constitución perjudicaría a los "empresarios", "hundirá el país", "implantará una dictadura", entre otros.

Hasta entonces, los dos principales aparatos de la derecha chilena eran la Fundación para el Progreso (FPP), de Axel Kaiser, y la Fundación Libertad y Desarrollo (LyD), ambas con una larga influencia en el gabinete de Piñera. Según un informe del periódico *El Mostrador*, *Avanza Chile* (el propio *think tank* de Piñera, fundado en 2014), la Fundación Libertad y Desarrollo y FPP fueron las principales fundaciones privadas con influencia en este gobierno.

La Fundación Libertad y Desarrollo (LyD) es un aparato fundado como "centro de estudios e investigación" privado

formado en 1990, "independiente de todo grupo político, religioso, empresarial y gubernamental". Sus fundadores formales son Hernán Büchi, Carlos F. Cáceres, Cristián Larroulet y Luis Larraín. También cuenta con un Consejo Asesor con Patricia Matte, Lucía Santa Cruz, entre otros. La Fundación dice promover la libertad en los ámbitos político, económico y social; y pretende defender sus propuestas de políticas públicas en el Congreso y en la prensa. La fundación admite haber recibido apoyo de instituciones internacionales como The Tinker Foundation, Atlas Economic Research Foundation, Center for International Private Enterprise, Fundación Hans Seidel, entre otras.

LyD es la entidad chilena que representa a RELIAL, Red Liberal de América Latina, en el país. En el segundo gobierno de Piñera, hubo un subdirector y cuatro asesores de la entidad en altos cargos de gobierno: Susana Jiménez (ministra de Energía); Juan Andrés Fontaine (ministro de Obras Públicas); José Ramón Valente (ministro de Economía); Marcela Cubillos (ministra de Medio Ambiente) y Alfredo Moreno (ministro de Obras Públicas); cabe destacar que el economista Cristián Larroulet, un nombre importante en la entidad, fue elegido por Piñera en 2010 como Secretario General de la Presidencia, un cargo de alta importancia política. Cubillos se destacó por su papel como Convencional, haciendo la campaña por el Rechazo por dentro y por fuera de este órgano.

La Fundación para el Progreso (FPP), por su parte, encabezada por el abogado y economista Axel Kaiser, fundada en 2012 con fuertes vínculos con el grupo Luksic, insertó a dos de sus miembros en el segundo gobierno de Piñera: Geraldo Varela (ministro de Educación), y Roberto Ampuero (ministro de Relaciones Exteriores). Uno de sus académicos afirma que el éxito de la fundación al ser llamada a participar en el gobierno sería "el concepto de batalla cultural", y que serían "dos ministerios donde se libra la batalla cultural". La FPP tiene presencia importante en Youtube, con su canal siendo de los más vistos dentro del espectro de la derecha en Chile. Sin embargo, como hemos visto, ha habido

un enorme movimiento en la derecha chilena debido a los últimos acontecimientos, lo que nos obliga a localizar las nuevas redes, jerarquías y polos dominantes.

Consideraciones finales

Hemos revisado algunas de las principales características de los influyentes movimientos y aparatos de derecha y ultraderecha en Brasil, Argentina y Chile en el último período, particularmente desde 2015. Se trata de una investigación en curso, que señala varias lagunas que hay que cubrir en esta temática.

Lo que queríamos demostrar es que, en los tres casos analizados, el éxito o el fracaso de un movimiento de derecha radica en el apoyo material e ideológico que recibe y en el que se apoya. Se correlacionan una serie de aparatos privados de hegemonía, como hemos definido desde Gramsci, que cumplen simultáneamente el papel de reunir, educar y formar a una generación de militantes latinoamericanos en la doctrina neoliberal y conservadora en sus versiones más recientes. Estos aparatos reciben y canalizan el apoyo empresarial y proporcionan los medios para la difusión de dichas ideologías, llevando a cabo también una fuerte agitación política en los medios de comunicación nuevos y tradicionales.

Referencias

ANSALDI, Waldo. "Arregladitas para ir de boda. Nuevos ropajes para las viejas derechas". *Revista Theomai*, 35 (primer semestre), 2017, pp. 22-51. Recuperado de http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero_35/2.%20Ansaldi.pdf.

BORTONE, Elaine. "Frações do empresariado em campanha pró-Bolsonaro". *Revista Debates*, 14 (1), 2018, pp. 60-83. Doi: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.96076>.

CAMPOS, A. C. & VERDÉLIO, A. Presidente Bolsonaro recibe a Macri em el Palacio del Planalto. Agência Brasil, 16 de enero de 2019. Recuperado de <https://agenciabrasil.abc.com.br/es/politica/noticia/2019-01/presidente-bolsonaro-recibe-macri-en-el-palacio-del-planalto>.

DEMIER, Felipe. & HOEVELER, Rejane (org.). *A onda conservadora*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DUZDEVICH, A. "El enemigo del Papa Francisco desembarca a Argentina". *Perfil*, 11 de junio de 2019. Recuperado de <https://www.perfil.com/noticias/politica/steve-bannon-enemigo-papa-francisco-desembarca-argentina.phtml>.

EATWELL, R. & GOODWIN, M. *National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy*. Londres: Pelican Books, 2018.

FISCHER, K. & PLEHWE, D. "Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina". *Nueva Sociedad*, n 245, (mayo-junio), 2013. Disponible en <https://nuso.org/articulo/redes-de-think-tanks-e-intelectuales-de-derecha-en-america-latina/>.

FONTES, Virgínia. "Hegemonismos e política – que democracia?" Em MATTOS, M. B. (org.), *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo* (p. 207-236). Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz/UFRJ: 2010.

FREIXO, A. & PINHEIRO-MACHADO, R. (org.). *Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

G1. "Chanceler da Argentina repudia publicação compartilhada por Eduardo Bolsonaro sobre filho de Fernández". *G1*, 31 de octubre de 2019. Recuperado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/31/chanceler-da-argentina-repudia-publicacao-compartilhada-por-eduardo-bolsonaro-sobre-filho-de-fernandez.ghtml>.

GAZETA DO POVO. "Candidatos argentinos buscam aproximação com Bolsonaro". *Gazeta do Povo*, 17 de julio de 2019. Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/candidatos-argentinos-buscam-aproximacao-com-bolsonaro/>.

GIORDANO, Verónica. "Hacia una agenda de investigación en torno a las derechas de América Latina en el siglo XXI". *Estudios Sociales del Estado*, volumen 5, número 9, 2019, pp.1 a 23. Disponible en <https://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/16114/Giordano.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

_____. ¿Qué hay de nuevo en las 'nuevas derechas'? *Nueva Sociedad*, Nº 254, noviembre-diciembre, 2014. Disponible en <https://nuso.org/articulo/que-hay-de-nuevo-en-las-nuevas-derechas/>.

_____. & Soler, L. "Editoriales, think-tanks y política. La producción y circulación de las ideas de las nuevas derechas en Argentina". *Revista Paraguaya de Sociología*. Año 52, n. 147, 2015, p.35-50.

GOLDENTUL, A. & SAFERSTEIN, E. "A la derecha de Macri... los pibes para la reacción." *Revista Espóiler*, 2019, julio. Recuperado el 25 de junio de 2020, de <http://espoiler.sociales.uba.ar/2019/07/07/a-la-derecha-de-macri-los-pibes-para-la-reaccion/>.

HOEVELER, Rejane Carolina. "Cronologia da campanha golpista e contrarreformista no Brasil (março/2015-agosto/2016)". Em PERES GEDIEL, J. A. (coord.) *Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistências* (pp. 225-253). Curitiba: Kaygangue Ltda, 2017.

_____. "O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica". *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, 4 (5), p. 145-159, 2019. Doi: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2019.v4n5.10792>.

_____. "Suja e cínica: a campanha da direita contra a Nova Constituição no Chile". *Esquerda Online*, 31 de agosto de 2022. Disponible en: <https://esquerdaonline.com.br/2022/08/31/suja-e-cinica-a-campanha-da-direita-contra-a-nova-constituicao-no-chile/>.

INFOBAE. "El ex CEO de Cambridge Analytica admitió que planificó una campaña 'anti-Kirchner' para Argentina". *Infobae*, 9 de junio de 2018. Recuperado de <https://www.infobae.com/politica/2018/06/09/el-ex-ceo-de-cambridge-analytica-admitio-que-planifico-una-campana-anti-kirchner-para-argentina/>.

MON, H. A. "Cambridge Analytica hizo trabajos para el PRO antes de la campaña de 2015". *La Nación*, 20 de septiembre de 2019. recuperado de <https://www.lanacion.com.ar/politica/cambridge-analytica-hizo-trabajos-pro-antes-campana-nid2289827/>.

MORRESI, S., VICENTE, M. & SAFERSTEIN, E. "Las derechas argentinas en movimiento". *Revista Nueva Sociedad*, 2020, agosto. Disponible en <https://nuso.org/articulo/las-derechas-argentinas-en-movimiento/>.

NERCESIAN, I. *Presidentes empresarios y Estados capturados*. América Latina en el siglo XXI. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2020.

_____. *La política en armas y las armas de la política*. Brasil, Chile y Uruguay, 1950-1970. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

MÁRQUEZ, Nicolás. "¿A quién voy a votar y por qué?" [Archivo de video]. 24 de julio de 2019. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=RGDYxfUdi3I&ab_channel=Nicol%C3%A1sM%C3%A1rquez.

O'BOYLE, B. "El curioso caso del 'Bolsonaro argentino'". *Americas Quarterly*, 22 de enero de 2019. Recuperado de <https://www.americasquarterly.org/article/el-curioso-caso-de-alfredo-olmedo-el-bolsonaro-argentino/>.

RENTON, D. *The new authoritarians: convergence on the right*. Chicago: Haymarket Books, 2019.

SALAS OROÑO, A. "Los think tanks y Jair Bolsonaro: Capitalismo y representación". *CELAG*, 15 de octubre de 2018. Disponible en <https://www.celag.org/los-think-tanks-bolsonaro-capitalismo-representacion/>.

SALÉM, Joana. "Chile: ensaio sobre uma derrota histórica". São Paulo, *Revista Rosa*, vol1, n.6, 2022. Disponible en: <https://revista-rosa.com/6/derrota-historica>.

SAMTV (08 de febrero de 2020). Baby Etchecopar em Miami. Miralo por SAMTV [Archivo de video]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=mRjVrAmJn2o&ab_channel=SAMTV.

SOLER, L. & PREGO, F. "Derechas y neogolpismo en América Latina. Una lectura comparada de Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016)". *História y problemas del siglo XX*. Año 10, Volumen 11, 2019. Disponible en <http://revistacontemporanea.fhuce.edu.uy/index.php/Contemporanea/article/view/137/116>.

STEFANONI, Pablo. *¿La rebeldía se volvió de derecha?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.

TEITELBAUM, B. *War for eternity: inside Bannon's Far-Right circle of global power brokers*. New York: Harper Collins, 2020.

TVE - Televisión Pública Argentina. *Nuevas derechas*: Leandro Santoro y Gabriel Vommaro – Desiguales. 13 de abril de 2021 [Archivo de video]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=HWuT0u5HHoA&ab_channel=Televisi%C3%B3nP%C3%.

TRAVERSO, Enzo. *The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*. London: Verso, 2019.

3. A projeção internacional do Brasil em meio à convulsão democrática regional: crise da integração, neoliberalismo e política externa do governo bolsonaro¹

Renata Peixoto de Oliveira

A título de introdução: antecedentes, agenda de pesquisa e aspectos metodológicos

A discussão presente é inserida em uma agenda de pesquisa que pretende abarcar o período entendido geralmente como crise do progressismo latino-americano e de avanço conservador na região, ou seja, meados da década passada, no lastro da debatida crise das democracias liberais no mundo contemporâneo, ou desdemocratização para usar um termo recente que vem sendo bem difundido.

No projeto de pesquisa “O avanço neoliberal conservador frente a crise progressista Sul-Americana no marco das relações entre Estados Unidos e América Latina” busca-se a compreensão das mudanças geopolíticas em termos de reconfigurações de eixos estratégicos e alianças regionais que se formaram a partir da ascensão de forças conservadoras que orbitam em torno de Washington e da reconfiguração do modelo neoliberal a nível hemisférico. Para isso, foram traçados diferentes eixos de

¹ Este trabalho nasce de uma proposta de mesa redonda. No caso, foi realizada uma comunicação oral na Mesa redonda (MR13): Bases do populismo reacionário: neoliberalismo, neoconservadorismo e autoritarismo no governo Bolsonaro do 45º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre os dias 19 a 27 de outubro de 2021 no formato online. Esta mesa foi organizada e concebida pela professora Mayra Goulart da UFRJ e este texto foi concebido a partir das questões que balizaram a proposta de mesa redonda.

investigação, o que não necessariamente corresponde a etapas de pesquisa em um sentido linear.

Seriam estes os eixos traçados no projeto em curso “eixo 1: Derrocada do consenso de Buenos Aires: mudanças políticas e Relações com os EUA (2013-2016)” ; “eixo 2: limitações do projeto progressista e avanço conservador na América Latina (2008-2018)” e; “eixo 3: Crise democrática, convulsão social e Relações com os EUA (2016-)”.

Entendemos que os propósitos traçados pelo debate em torno das bases do bolsonarismo enquanto projeto de governo reacionário e de liderança populista conservadora, nos remete ao eixo de pesquisa que versa diretamente sobre a derrocada do consenso de Buenos Aires do qual, Brasil, Argentina e Venezuela foram o sustentáculo durante o auge do progressismo na região. As lideranças de Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Lula da Silva foram alicerces para um projeto político de alcance regional e que fora marcado pelo incentivo ao multilateralismo, ao fortalecimento das relações Sul-Sul, a uma maior projeção e protagonismo internacional dos países sul-americanos, e mais autonomia em relação aos interesses de Washington na região. O ápice deste concerto sul-americano foi a derrota da proposta da Área de Livre Mercado das Américas, a ALCA, capitaneada pelo governo de George W. Bush, na Cúpula das Américas realizada na cidade litorânea de Mar del Plata na Argentina.

A crise econômica mundial de 2008 e seus desdobramentos para as economias periféricas, a crise das commodities para países estruturados em economias primárias e que passaram por reprimarização, como a brasileira, além do impacto das mortes de Kirchner e Chávez, ou da sucessão de Lula por Rousseff, foram elementos que contribuíram como parte do contexto de grave crise política e institucional que seria anunciada em poucos anos.

Nos últimos anos, o abismo em que se encontram a Argentina, o Brasil e a Venezuela, nem de longe nos remete a meados da primeira década do século XXI, quando estes três países foram importantes protagonistas de projetos nacionais com perfil

autônomo, logrando, além da projeção internacional, desenvolvimento social e crescimento econômico. De uma maneira geral, toda a região, ressentida os efeitos da crise econômica, das políticas de cunho neoliberal levadas adiante por governos conservadores, da falta de legitimidade dos partidos políticos, instituições e lideranças tradicionais, da emergência de líderes populistas com perfil conservador e reacionário. A própria eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016, foi um marco significativo para determinarmos os retrocessos democráticos a nível hemisférico.

É bastante oportuno, após alguns anos de análise sobre o processo de crise das democracias na América Latina, decorridas já quase duas décadas de dedicação ao tema das reformas neoliberais na região e de uma formação mais consistente nos estudos de caso andinos, voltar o olhar para o caso brasileiro, no atual contexto regional. É por isso, que o debate sobre populismo, autoritarismo, reacionarismo e neoliberalismo no governo de Jair Bolsonaro se torna algo atraente e necessário para uma melhor compreensão do papel brasileiro no contexto sul-americano e hemisférico no avanço de um projeto conservador que mudou completamente o panorama regional antes marcado pelo avanço de governos progressistas e de esquerda.

Diante do anteriormente exposto, este texto surgiu do debate que foi coletivamente proposto para um evento acadêmico, para uma comunicação em um grande congresso. Foi dessa forma, que inicialmente foram realizadas reflexões sinalizando as bases do populismo reacionário, identificando-o com o neoliberalismo, o neoconservadorismo e o autoritarismo. E será justamente este debate que fez parte da aproximação inicial do tema que vai abrir este trabalho. Isso com vistas ao necessário entendimento prévio do que seria o populismo reacionário de direita do qual Bolsonaro faz parte; seguindo-se uma seção sobre o papel da América Latina e o lugar do Brasil neste contexto regional de crise da democracia e reconfiguração do projeto neoliberal, para, por fim, encerrarmos o trabalho nos debruçando de forma mais detida na Política Externa

do governo Bolsonaro e seus desdobramentos e impactos para a inserção internacional do Brasil.

1. Para entender o populismo reacionário de direita em termos conceituais e analíticos

Nas reflexões pertinentes ao entendimento do neoliberalismo, inicialmente, resgatamos o marco teórico inicial quando Perry Anderson (1995, p.9) se refere ao clássico *O caminho da servidão* no qual o cerne do neoliberalismo seria ser contrário, de forma veemente, as limitações impostas aos mecanismos de mercado como tradução da manutenção da liberdade política e econômica. Na busca pela conceituação do termo, recorreremos também a Wendy Brown (2019, p.29) para quem o mesmo estaria associado a políticas de privatização de serviços e propriedade estatal que levam a uma redução do Estado social favorecendo investidores estrangeiros. O entendimento sobre o neoliberalismo também perpassa as análises de Hardt e Negri (2014, p. 226) que ilustram a experiência neoliberal com os gastos mínimos em bem-estar público, privatizações e redução da dívida pública, de maneira geral.

David Harvey, seguramente, é um dos maiores especialistas no tema, em seu livro *Breve historia del neoliberalismo* (HARVEY, 2005, p. 15) ele descreve a experiência pioneira na periferia do sistema que foi justamente a adoção do neoliberalismo, à risca dos preceitos dos *Chicago Boys* e do economista Milton Friedman, pela ditadura militar chilena. Passo fundamental para que na década de 1980, Margareth Thatcher e Ronald Reagan realizassem o mesmo movimento. Neste modelo originado da economia neoclássica e da sociedade de Montpelier do pós-Segunda Guerra, o Estado deveria cumprir um papel determinado, como assegura Harvey (p. 71). No caso, seria um garantidor da liberdade individual, o que inclui o livre mercado e o livre comércio.

José Francisco Puello-Socarrás (2013) contribui com o debate ao destacar que o neoliberalismo enquanto doutrina não é uma ideia monolítica, sendo dinâmico e apresentando diferentes fases e

faces, assim não se limita ao caráter tecnocrático e tecnicista do consenso de Washington (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p. 17). Em um sentido amplo, trata-se de um projeto econômico e político de classe. Até o presente momento, chamamos atenção a definições que se remetem ao neoliberalismo pautado no desenvolvimento econômico, sem considerar outros aspectos que vieram a se somar ou conferir pluralidade a esta experiência, como a busca de um desenvolvimento institucional, pós-consenso e crise asiática ou um desenvolvimento que combinasse o econômico com a equidade social, uma terceira via.

Outro conjunto de demandas que constitui o populismo de direita é o que faz parte da agenda neoconservadora. Uma leitura corrente do neoconservadorismo, como a de Irving Kristol, é a de que ele “implica na promoção de valores tradicionais nas famílias, escolas e espaços cívicos, na corroboração de uma influência religiosa na vida política e no cultivo do patriotismo” (BROWN, 2019, p. 111).

Não se trata de definirmos o governo Bolsonaro como um regime autoritário, no sentido que Linz e Stepan (1999) formularam de maneira clássica. Nosso intuito é menos abrangente. Por políticas autoritárias entendemos as medidas governamentais propostas por Bolsonaro que atuam no sentido de um minimalismo democrático, de inobservância da *accountability* e de redução do alcance das instâncias participativas e deliberativas. Dito de outro modo, são políticas que comprimem as instâncias democráticas que foram alargadas nas últimas duas décadas.

No populismo, a articulação de certas demandas populares não atendidas em torno de uma cadeia de equivalência forma o que entendemos como o “povo”. Ao mesmo tempo, a construção do discurso estabelece uma fronteira agonística entre o “povo” e aqueles que impedem a realização de suas demandas. Trata-se, portanto, de uma lógica de articulação política, e não de um conteúdo programático particular. Sob esta perspectiva não existiria uma ideologia populista que nos permitiria pensar como o populismo se comportaria em abstrato sobre justiça, direitos,

igualdade e liberdade, ou diante de uma pandemia global. Para dar conta destas questões, cada manifestação empírica particular compõe uma articulação mais ou menos coerente entre componentes ideológicos distintos.

Assim, o populismo pode ser de esquerda ou de direita, de acordo com o modo como as demandas foram organizadas e a fronteira agonística foi delimitada. O populismo de esquerda é aquele em que, em geral, o “povo” identifica-se com aquilo que Laclau e Mouffe (2015) chamam de “democracia radical”, em que há uma articulação da luta dos trabalhadores com as lutas contra o racismo, o sexismo e a discriminação sexual. O populismo de direita segue por caminho diverso. A definição dada por Stuart Hall para o “populismo autoritário” de Thatcher encaixa bem em uma definição do populismo de direita. Segundo Hall (1988, p. 48, tradução nossa), o populismo autoritário “combina os temas ressonantes do conservadorismo orgânico – nação, família, dever, autoridade, padrões, tradicionalismo – com os temas agressivos de um neoliberalismo renovado – interesse próprio, individualismo competitivo, antiestatismo”. Ao avaliar o populismo de direita de Donald Trump nos Estados Unidos, definido como um “populismo reacionário”, Nancy Fraser (2019, p. 88) observa características como um “governo racista, anti-imigrantista e antiecológico”. A cadeia de equivalência articulada pelo populismo de direita costuma pressupor o encontro de demandas do neoconservadorismo com as do neoliberalismo (MOUFFE, 2019).

2. Crise democrática, neoliberalismo e convulsão na América Latina: qual o lugar do Brasil

No caso brasileiro, podemos traçar uma linha do tempo que marca, ao mesmo tempo, o avanço das forças conservadoras, bem como as forças de resistência a estes movimentos de caráter *fascistóide* no país. As famosas jornadas de junho de 2013 foram o epicentro das convulsões posteriores que acometeriam, mais tarde, o sistema político brasileiro e nossa sociedade envoltos em

retrocessos autoritários. Mas, seguramente, o impedimento político da presidenta Dilma Rousseff, que convencionamos nos referir como experiência neolgpista, em 2016, foi o marco decisivo para as mudanças políticas dos últimos anos e para a abertura de caminho para que candidatos como Jair Bolsonaro pudessem se tornar viáveis eleitoralmente. Este avanço conservador foi acompanhado de reações contrárias como as expressivas manifestações, principalmente capitaneadas, por movimentos de mulheres e movimentos feministas como o “Ele Não” de 2018 ou em prol da educação e defesa das universidades públicas, conhecidas como Tsunami da educação de 2019, foram marcantes como contraponto e resistência.

Entretanto, nosso foco não é a resistência democrática, mas seu contrário, as ações e movimentos no sentido conservador, autoritário, fascista e reacionário, dessa forma, é inevitável não mencionar os atos antidemocráticos, principalmente, atacando o Congresso Nacional, o supremo Tribunal Federal e exigindo intervenção militar e intervenção estrangeira por parte dos EUA. Isto como apoio a um governo já marcado pela massiva presença de militares, por conflitos entre o executivo e os outros poderes constituídos, pelos ataques constantes à imprensa e sua liberdade e pelo próprio incentivo às manifestações públicas de apoio ao presidente e a sua, digamos assim, plataforma do atraso, como bem exemplificado pelas moto carreatas realizadas em plena pandemia de Covid-19.

Para entender melhor o caso brasileiro, e avaliar o impacto do governo de Jair Bolsonaro para nossa democracia, ao mesmo tempo em que não perdemos de vista elementos centrais para esta pesquisa, precisamos incorrer no debate sobre o neoconservadorismo, o autoritarismo e o neoliberalismo no Brasil, nos últimos anos. Nas próximas páginas, revisitaremos algumas interpretações sobre a crise democrática no mundo e no Brasil e veremos como a literatura versa sobre aqueles três elementos acima mencionados.

Para Avritzer (2019, p.70), o pêndulo da expansão democrática no Brasil foi revertido e isto é evidenciado por três acontecimentos, a saber, a contestação dos resultados eleitorais no pleito de 2014, por

parte da oposição derrotada; as formas de intervenção militar na política recente, e o uso de institutos legais de maneira, por assim dizer, questionável, como o que justificou o processo de impedimento da presidenta Dilma. Mas o pesquisador, não deixa de lado outro importante elemento que fundamenta seus argumentos em torno da ideia de oscilação do pêndulo democrático, seria ele o Estado brasileiro e sua reorganização no setor de políticas públicas dada a redemocratização e a constituição de 1988. É este Estado e esta estrutura que passam a ser questionados pelo tal “consenso neoliberal” dos anos 1990, mas é mesmo a partir da crise de 2008 e da disputa eleitoral de 2014, que as disputas políticas em torno do Estado e de seu modelo ideal tomaram corpo.

O autor conceitua o modelo de desenvolvimento brasileiro, historicamente, como Patrimonialismo financeiro-liberal, ou liberalismo jabuticaba, em alusão a algo tão excepcional que é endêmico. No atual governo, a ideia foi se apoiar no mercado para realizar o desmonte do Estado social mantendo o Estado patrimonialista. Este é um ponto fundamental para entender o atual movimento pendular de nossa democracia e entendê-lo como momento de “regressão democrática”. Já que esta agenda encontra apoio em uma nova direita brasileira que é reintegrada à arena política nacional, a partir das jornadas de junho de 2013. Esta direita mantém uma agenda regressiva, conforme alerta Avritzer (p.146), e isto impulsiona a crise de confiança nas instituições, o desejo pela ruptura política e a insatisfação com a democracia.

Przerworski (2019) contribui para o entendimento das crises democráticas recentes, e, sua análise também pode se aplicar ao caso brasileiro, embora este não seja um caso apresentado pelo célebre cientista político nesta obra. Podemos iniciar a apresentação do debate proposto por Przerworski elencando as causas por ele apresentadas como sinais da crise democrática, primordialmente, aspectos econômicos, desdobramentos da crise econômica como a estagnação econômica e conseqüentemente da renda, as desigualdades crescentes e os obstáculos à mobilidade. Disso, desdobramentos de outra ordem, como a polarização política, a intolerância, a hostilidade e o racismo.

Dessa forma, se pronunciou o desgaste dos partidos políticos tradicionais e avançou o populismo de direita que para o autor é irmão gêmeo ideológico do neoliberalismo (PRZERWORSKI, 2019,p.115). Ambos alegam que a ordem social é fruto de um único ente, o mercado, ou o povo, desconhecendo o papel das instituições em um movimento antissistema. E aí podemos reforçar a ideia de que isso acabou se traduzindo, de maneira perigosa, para os rumos e o futuro da democracia, em diferentes países, como os estudados pelo autor, mas também para o caso brasileiro, para o qual esta análise nos cai muito bem.

Ainda sobre o fenômeno populista Mounk (2018) destaca que o motivo dos novos políticos se inclinarem a romperem com o *establishment* democrático básico se deve ao fato de que isto reforça a ideia de ruptura deles com o *status quo* perante o eleitorado. E isto é performático e se revela na falta de comprometimento com a democracia tanto por parte destes líderes como pela própria juventude. A democracia está, segundo o autor, se desconsolidando, portanto. E, resumindo a ideia, aqueles que buscam nos explicar como *As democracias Morrem*, Levistky e Ziblatt (2018), este populismo, reacionário, de direita, que é nítido em figuras como Trump ou Bolsonaro são identificados quando miramos seu comportamento autoritário. No caso, quatro indicadores são os explorados pelos estudiosos, a saber, a rejeição ou o frágil compromisso com as regras do jogo democrático; a negação e deslegitimação dos oponentes políticos; o encorajamento ou tolerância com a violência e, por fim, a inclinação à restrição das liberdades civis dos opositores e oponentes, incluindo censura ou perseguição à mídia e jornalistas.

E, tudo isto, podemos concluir, com um amplo apoio popular, já que os algozes da democracia, se valeram dela para chegar ao poder.

Sobre esta crise atual da democracia, Runciman elucida:

O problema da democracia no século XXI é que suas virtudes positivas estão se esgotando. (...) Para a democracia florescer, ela precisa preservar sua capacidade de combinar resultados benéficos com reconhecimento pessoal

(...). No século XXI, a experiência dispersa da fúria política está contribuindo para que se despedace. (...) Os partidos políticos foram os instrumentos primários para combinar as virtudes positivas da democracia. Hoje, esses partidos também tendem a se desfazer, à medida que as aspirações de reconhecimento pessoal alimentam a frustração política com a mecânica da representação democrática (RUNCIMAN, 2018, p.229)

Parafraseando o que nos disse Castells (2018), versamos sobre a crise da velha ordem e as múltiplas forma que surgem sem sabermos o que nos anunciam, da subversão das instituições por caudilhos narcisistas, da manipulação da mídia explorando as frustrações em meio às esperanças perdidas, da cooptação política, dos interesses dos poderosos, das distintas máfias e do retorno à brutalidade. Jogados à escuridão não sabemos que ordem vai emergir.

E para pensar o Brasil recente, e parca adesão atual à democracia, principalmente, com o avanço desta nova direita, Carapanã, nos diz:

Na América Latina e no Brasil há um cenário de exaustão da Onda Rosa, na qual governos à esquerda, de caráter progressista, estiveram à frente de muitos países da região no início do século. Parte do antipetismo organizando no processo do *impeachment* se radicalizou progressivamente desde 2015, deixando de lado as ilusões de que o Judiciário poderia resolver os problemas do sistema político e passando a apostar nos militares como arautos da ordem – o que naturalmente foi acompanhado de uma defesa de um suposto legado positivo da ditadura militar (CARAPANÃ, 2018, p.34)

E aqui podemos explorar um pouco mais o fenômeno político do bolsonarismo que adentrou no cenário político brasileiro coroando este movimento de reinserção da direita como protagonista política, em meio a uma crise de representação e de legitimidade das instituições democráticas. Neste momento, recorreremos a uma coletânea de ensaios publicada em 2019 cujo objetivo foi o de reunir as principais cabeças pensantes da ciência política nacional para entender os riscos atuais para a nossa democracia.

Sérgio Abranches, inicia sua análise chamando atenção para o caráter disruptivo posto que a partir dali se encerrou o ciclo político

que organizou o presidencialismo de coalizão brasileiro por cerca de vinte e cinco anos, por um período de crise com o desalinhamento do sistema partidário. Um sistema cada vez mais polarizado.

Para Ângela Alonso, a eleição de Bolsonaro representou a vitória de uma comunidade moral sobre sua inimiga, a vitória de um grupo que nega o partido político e abraça a ideia de Pátria protegida por Deus, livre da corrupção, negando a luta e a existência de classes, presidido por um homem como “a gente”.

Petrônio Domingues, discorre sobre esta identidade do projeto que se sagrou vencedor nas urnas, destacando ainda que este elemento autoritário que emerge também intensifica e evidencia divisões raciais. Neste ponto, cabe a nossa reflexão, tanto sobre as divergências eleitorais entre brancos e negros no Brasil, como destacou o autor, mas também sobre esta pátria projetada pela comunidade moral bolsonarista, uma Pátria amada branca, resgatando nossa herança escravocrata, como sempre nos lembra Jessé de Souza em suas reflexões sobre a essência do Brasil.

3. Política Externa Bolsonarista, América Latina e os rumos da integração regional: relatando a experiência

De todos os aspectos e possibilidades de abordagem sobre o tema, optou-se por um trabalho que pudesse se concentrar na Política Externa do governo Bolsonaro e, dessa forma, através de seus condicionantes, eixos estratégicos, posicionamento internacional, rumos e mesmo o impacto e repercussão internacional de algumas de suas ações pudessem ser ilustrativas desse populismo reacionário, para o qual chamamos atenção para seus componentes neoliberal, neoconservador e autoritário.

Basicamente, vamos enumerar alguns aspectos da política externa do governo brasileiro aqui consideradas basilares e expressivas desse populismo de direita e que vamos explorar nas próximas páginas. No caso, destacamos 1) Política ambiental brasileira; 2) apoio a Donald Trump; 3) relações com Israel; 3)

Posicionamento internacional sobre questões de gênero; 4) Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL) e a integração sul-americana; 5) relações exteriores com países vizinhos e 6) a gestão da pandemia de Covid-19 e as relações com a China.

3.1 Política ambiental

A política ambiental do Brasil durante o governo de Jair Messias Bolsonaro despertou grande interesse através de ações bastantes polêmicas que incentivaram e defenderam os interesses do agronegócio em detrimento da preservação do próprio meio-ambiente.

Logo no primeiro ano de governo, ocorreram os derramamentos de petróleo no litoral da região nordeste. Um evento misterioso, cujos efeitos foram sentidos pelas populações locais e por todo o ecossistema. À época o governo brasileiro chegou a desferir graves acusações à Venezuela, país vizinho e importante produtor e exportador de petróleo, quando do vazamento ocorrido no litoral nordeste do Brasil. Ou seja, é possível perceber como a política ambiental e a forma como o país se projeta e lida com estas questões no âmbito internacional, foi sendo marcada por profunda ideologização do discurso brasileiro que passou a negar os danos ambientais, minimizar a degradação ambiental em nosso país, favorecer a ideia de avanço indiscriminado da agroindústria e encontrar culpados a responsabilizar entre os países governados por líderes que não são aliados diplomáticos do país. Em dezembro de 2021, quase dois anos passados do ocorrido, a Polícia Federal do Brasil concluiu o inquérito indiciando uma embarcação grega pela responsabilidade no desastre ambiental.

No início do governo, além do referido ocorrido percebem-se algumas mudanças na própria estrutura do Ministério, em seu organograma e em suas ações prioritárias. De forma bastante evidente, o ministério do meio ambiente passou a pautar suas ações

sob os interesses da agricultura. Antes mesmo da eleição e da posse presidencial, cogitou-se, fortemente, a fusão entre a pasta do meio ambiente com a pasta da agricultura. Mas uma frente ambientalista e as fortes reações contrárias diante da negativa repercussão impediram este movimento.

Mesmo assim, a pasta do meio ambiente promoveu algumas mudanças internas importantes como a extinção da educação ambiental e a migração da Agência Nacional de Águas (ANA) para o Ministério de Desenvolvimento Regional. Outras mudanças também foram sentidas como, a extinção da Secretaria de Extrativismo, Desenvolvimento Rural e Combate à Desertificação e um futuro um tanto incerto para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe).

Outro ponto de considerável destaque na agenda ambiental brasileira e muito vinculada às relações internacionais do país, se refere ao estremecimento das relações brasileiras com a União Europeia, principalmente com os governos mais proeminentes do bloco. Países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontaram o enfraquecimento dos laços entre União Europeia e Mercosul e a inviabilidade de avanço em um acordo comercial entre os blocos, justamente pela política ambiental do governo de Bolsonaro tendo à frente da pasta o ministro Ricardo Salles.

O presidente francês Emmanuel Macron e a primeira ministra da Alemanha Angela Merkel consideraram a negligência do Brasil com as queimadas na Amazônia. Os dados são muito precisos ao destacarem o avanço das queimadas e a devastação desse bioma, algo incrementado durante a gestão Bolsonaro. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou dados sobre aumento do desmatamento ilegal na Amazônia e foi criticado, questionado pelo governo e recebeu cortes no orçamento justamente por desvendar uma realidade sobre a qual o governo

preferia negar, para seguir passando uma imagem de que o Brasil apresentava um quadro bem mais positivo.

Em função disso, não apenas a aproximação entre o bloco europeu e o bloco do Cone Sul pareciam mais distantes, diante do posicionamento brasileiro, mas, até mesmo os europeus solicitaram a Interrupção do Fundo Amazônia mantido por países daquele continente.

Para agravar e tensionar as relações do Brasil com o bloco europeu, Ernesto Araújo, então ministro das relações exteriores, criticou abertamente o Acordo de Paris, afirmando que políticas climáticas são afeitas aos dogmas marxistas.

3.2 Bolsonarismo e Trumpismo

O bolsonarismo e o trumpismo convergem de uma maneira bastante simbiótica, posto que quando abraçam o projeto neoliberal e se apoiam nos setores mais conservadores da sociedade brasileira, os dois presidentes, brasileiro e estadunidense, demonstravam pontos de convergência. Cabe ressaltar, no entanto, que esta não era uma relação simétrica, muito pelo contrário, foi construída muito mais no apego bolsonarista e no caráter evitativo trumpista.

Uma relação desigual que marca uma visão de um país do norte que se vê como carro chefe enquanto o outro o reverencia e reconhece sua magnitude, contribuindo assim para uma relação marcada pela subserviência brasileira em relação aos Estados Unidos da América. Os símbolos da eleição de Trump em 2016, seus slogans são marca registrada da família Bolsonaro e de apoiadores do presidente brasileiro em manifestações de apoio ao mesmo e de caráter anti-democrático e anti-sistêmico.

Quando o projeto de Trump em se reeleger naufragou, Bolsonaro fez eco às acusações de fraude eleitoral nas eleições que sagraram o Democrata Biden vitorioso, foi um dos últimos a parabenizá-lo pela vitória e foi um entusiasta da invasão do Capitólio. Eduardo Bolsonaro, político brasileiro (PSL-SP) e filho do presidente, esteve em encontro clandestino com trumpistas um

dia antes da invasão do Capitólio. Desde então, Eduardo Bolsonaro vem intensificando os contatos com o ideólogo Steve Bannon, Donald Trump Jr, filho do ex-presidente, e o ex-assessor de comunicação Jason Miller, criador da rede trumpista e de extrema direita Gettr, entre outros nomes da direita dos EUA.

3.3 Relações com Israel

O governo Bolsonaro sempre teve um perfil sionista, demonstrando sua preferência, no âmbito das relações internacionais, pela proximidade em relação à Israel em detrimento de uma postura e um posicionamento mais neutro no que tange os conflitos históricos com a Palestina. O governo brasileiro chegou a manifestar apoio a uma possível mudança da embaixada de Telaviv para Jerusalém, o que confirmaria o posicionamento pró-Israel, desconsiderando os litígios e controvérsias históricas que envolve uma cidade que é central para três religiões.

Quando da ocorrência do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em 2019, o governo contou com o apoio de bombeiros e uma equipe de resgate vinda de Israel que ficou alguns dias na região. O apoio não foi suficiente diante da grande devastação e das centenas de vítimas, mas foi uma sinalização das relações próximas entre os dois governos.

Além do campo diplomático, a proximidade em relação à Israel é repleta de simbolismo e remete à questões religiosas e ideológicas tendo-se em vista que nas manifestações pró-Bolsonaro, tanto o presidente, seus apoiadores e correligionários usam, com frequência, a bandeira de Israel. Os grupos neopentecostais que apoiaram a eleição do atual presidente, fazem referência constante ao velho testamento e grupos e igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus remetem às questões culturais e religiosas de forma constante em seus cultos, nas vestimentas dos pastores e bispos e nos aspectos arquitetônicos que envolvem seus templos.

3.4 Questões de gênero

O governo brasileiro sob a égide bolsonarista também ganhou destaque internacional pelo seu contundente posicionamento sobre temas vinculados à gênero. O Brasil alterou de maneira bastante radical seu posicionamento em relação aos temas referentes à gênero e diversidade e isso chama atenção de diferentes corpos diplomáticos que acompanham com espanto alguns importantes retrocessos em uma agenda que historicamente foi acompanhando diferentes conquistas.

A guinada central se deu com as mudanças ministeriais com a criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado por Damare Alves, pastora evangélica. Ficou evidenciado já naquela primeira manobra, a visão sobre direitos humanos das mulheres, por exemplo, e sua vinculação à uma visão tradicional e fortemente atrelada às religiões neopentecostais, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. Ainda importante ressaltar que a junção do ministério da mulher, da família e dos Direitos Humanos foi bastante providencial para retirar de cena a luta e defesa dos Direitos da comunidade LGBTQIA+. Este novo posicionamento conservador brasileiro também se pronunciou no campo externo, já que o Brasil afirmou, nas Nações Unidas, apoiar a identidade de gênero desde que a mesma seja compreendida enquanto sinônimo do sexo biológico, combatendo o que designam por ideologia de gênero, à diversidade de identidades e orientações sexuais existentes na sociedade.

Ainda na Organização das Nações Unidas (ONU), chamou atenção o fato de o presidente brasileiro não ter assinado a declaração do Conselho de Direitos Humanos para ações que deveriam promover a saúde das mulheres na pandemia de Covid-19.

No campo internacional, o Brasil se destacou por formar uma iniciativa anti-globalista chamada Aliança Internacional pela Liberdade Religiosa, cujo objetivo é o de promover os valores e princípios morais do cristianismo em sua acepção mais retrógrada, em detrimento da tolerância e promoção da diversidade religiosa.

Esta foi uma união conservadora juntamente a Hungria e Polônia, países que retrocederam consideravelmente nos últimos anos, principalmente, em relação aos direitos da comunidade LGBTQIA+. Além de sua aproximação ao governo Trump nos Estados Unidos da América.

Internamente, além de episódios constantes de misoginia por parte do primeiro mandatário, episódios como o veto presidencial à distribuição de absorventes higiênicos à mulheres e meninas em situação de rua, chamaram atenção da opinião pública. As mudanças de posicionamento, neste caso, como em outros, dependiam da repercussão e se existia um risco considerável do presidente que era um candidato à reeleição perder terreno e votos, principalmente, entre as mulheres de baixa renda.

3.5 PROSUL e desintegração sul-americana

No lastro de um período em que a integração sul-americana avançou, consideravelmente, como parte das agendas de desenvolvimento para a região por parte de governos progressistas que povoaram o cenário político do continente na primeira década do século XXI, a segunda década inaugurou um movimento reverso, representando um ponto de inflexão importante.

No início do século, o contraponto ao Novo Mercosul e a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), foi a Aliança do Pacífico, encabeçada pelos países da região que não viviam a onda rosa do progressismo e insistiam na via neoliberal e em seu alinhamento com os Estados Unidos da América. Com as mudanças político-eleitorais que trouxeram governos de direita, neoliberais e conservadores ao poder, tivemos o desmonte da agenda integracionista na região.

O Prosul foi proposto como um antídoto contra o esquerdismo na região, para suplantando e superar as iniciativas anteriores, os blocos mais consolidados, reforçando novos laços e alianças diplomáticas. Países como o Brasil, presidido por Bolsonaro e o Chile, presidido por Piñera, alavancaram a nova iniciativa que foi

lançada no Chile, berço do neoliberalismo, reunindo diversos governantes regionais. Contudo, a iniciativa não ganhou impulso, não se mostrou efetiva, frutífera, sendo muito mais um manifesto ideológico que marcava o posicionamento dos presidentes mais à direita em relação a temas regionais e colocava um fim no período precedente com o avanço de iniciativas integracionistas que marcaram um período em que as Políticas Externas eram altivas, soberanas, e o discurso era marcado por um tom de criticidade em relação ao papel dos Estados Unidos na região.

Na realidade, o Prosul representou muito mais que uma nova iniciativa de integração regional, um grande retrocesso, é o símbolo da desintegração sul-americana que marca o período.

3.6 China e o coronavírus

As relações com a China comunista foram bastante estremecidas desde a chegada de Jair Bolsonaro ao Planalto. Isto significa uma importante inflexão em relação aos governos petistas que impulsionaram a conformação dos BRICS e reconheceram na China um importante parceiro comercial. Do pragmatismo, a Política Externa do governo Bolsonaro se tornou ideológica, buscando um afastamento sistemático com governos com perfil progressista ou de esquerda e, principalmente, com qualquer relação com o socialismo ou o comunismo.

O advento da pandemia do novo coronavírus deixou isto mais em evidência quando o governo brasileiro passou a retaliar o povo e o governo chinês, responsabilizando-os pela crise gerada pela pandemia e de tentarem se beneficiar financeiramente com a venda de vacinas. Nessas teorias da conspiração, a China teria dado início a uma guerra biológica a partir do surgimento do coronavírus. Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, já havia causado problemas diplomáticos entre os dois países por suas declarações xenófobas contra o Partido Comunista Chinês e o governo do país.

4. Conclusões

A América Latina passou a ocupar um lugar secundário na agenda do governo Bolsonaro, já que o Brasil apenas buscou sinalizar suas afinidades ideológicas com governos que, como o dele, partilhavam da cartilha neoliberal. Neste tocante, talvez apenas o Chile de Piñera tenha sido uma constante alusão e referência do ex-capitão presidente que sempre publicizou sua simpatia por Augusto Pinochet.

A menina dos olhos do governo Bolsonaro foi os Estados Unidos da América sob a administração republicana de Donald Trump, toda relação com os países vizinhos foi sempre tímida, frágil, protocolar, escassa e apenas sinalizava similaridades que deveriam ser apontadas ao público quando ao viés ideológico dos mesmos e de que na região as coisas haviam mudado bastante, a era esquerdista, comunista, nacionalista havia acabado e isso deveria ficar em evidência para que as pessoas compreendessem o retorno à normalidade, ou seja, de que o Brasil, assim como outros países da região, deveriam orbitar em torno dos interesses dos Estados Unidos.

Referências

- ANDERSON, Perry (1995). “Balanço do neoliberalismo”. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- AVRITZER, Leonardo (2019). “O pêndulo da democracia”, São Paulo: Todavia. Boitempo, 2018. p. 33-40.
- BROWN, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- CARAPANÃ (2018). A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In. GALLEGU, Esther. O ódio como política. Boitempo, p. 33-40.

- CASTELLS, Manuel (2018). *Ruptura: A crise da Democracia Liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FRASER, Nancy (2019). “Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson”. In: GEISELBERGER, Heinrich. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrenta-los*. São Paulo: Estação Liberdade.
- HALL, Stuart (1988). *The hard road to renewal: thatcherism and the crisis of the left*. London – New York: Verso.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2014). *Multidão: guerra e democracia na época do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HARVEY, David (2005). *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- LACLAU, Ernesto (2013). *A Razão Populista*. 1ª ed. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas.
- LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LINZ, Juan; STEPAN, Alfred (1999). *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da europa e da América do sul*. São Paulo: Paz e Terra.
- MOUFFE, Chantal (2019). *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária.
- MOUNK, Yascha (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PRZERWORSKI, Adam (2019). *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PUELLO-SOCARRAS, José Francisco (2013). Ocho tesis sobre el neoliberalismo (1973-2013). In: *o neoliberalismo sul americano em chave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. Editora Oikos.
- RUNCIMAN, David (2018) *Como a democracia chega ao fim*. Rio de Janeiro: Todavia.
- SOLANO (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

4. As hegemonias do capitalismo, os Estados Profundos e a desestabilização da economia política do Brasil nas primeiras décadas do século XXI

André Luis André

Introdução

Sem me alongar muito, porque não é este o propósito deste trabalho, quero deixar evidente que as reflexões expostas a seguir são, em primeira instância, um acúmulo de inquietações bem anteriores, mas que se materializaram na obra *Ensaio: Guerra Híbrida à Brasileira: das Jornadas de 2013 às perspectivas para a próxima década!* (ANDRÉ, 2020). Por outro lado, talvez num nível mais profundo, de reflexões construídas a partir do que posso chamar de epistemologia da Geografia Libertária, para ser mais objetivo, a partir de alguns caminhos lançados por anarquistas históricos, alguns dos quais, os geógrafos, como Elisée Reclus (RECLUS, 2015) e Piotr Kropotkin (2009).

Para compreender o Brasil da última década e estabelecer o cenário para este decênio, ainda em disputa, obrigatoriamente é necessário recorrer ao esforço de periodização que fez o historiador italiano Giovanni Arrighi (1996), na escala do que chamou de sistema interestatal ou sistema-mundo. O geógrafo Milton Santos em *Espaço e Método* (SANTOS, 1985), havia debatido a importância de um esforço de periodização como parte do procedimento metodológico de análise do espaço, privilegiando a escala nacional. No entanto, enquanto Milton Santos, dentre os elementos espaciais que destacou: o Estado, as empresas, o meio ecológico, as pessoas e o sistema técnico, elenca a técnica como caminho privilegiado para análise espacial. Arrighi elenca a escala internacional e ao mesmo tempo as formações territoriais e seus respectivos modelos

de acumulação de capital e riqueza, como determinante de um período histórico e outro, a que chamou de hegemonias do capitalismo, numa direta referência à hegemonia de Antonio Gramsci (MONASTA, 2010), enquanto Milton Santos, por sua vez, estabeleceu o que chamou de períodos técnicos, numa herança da geografia império-colonial francesa de Max Sorre (2003).

Assim, Arrighi delimita quatro períodos históricos para que possamos submeter a análise a Economia Política Internacional: o período de origens do sistema internacional e do capitalismo (Séc. XIII ao XVI); o período de hegemonia holandesa (Séc. XVI-XVII); o período de hegemonia britânica (Séc. XVIII-XIX) e o período de hegemonia dos Estados Unidos (séc. XX).

Estes *longue durée*, segundo o autor, trazem algumas similaridades que quero destacar: o equilíbrio de poder entre as lideranças do sistema, desde a origem, as cidades-estados italianas, a Holanda e as potências ibéricas (Portugal e Espanha), França e Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética; a rede de diplomacia em todo o espaço de fluxo comercial, as relações de assalariamento na economia nacional, a que Arrighi chamou de Keynesianismo Militar; e a relação umbilical entre a elite que coordena as operações econômicas e a elite política, numa capacidade desta primeira em capturar os instrumentos regulatórios do Estado.

Para nós, dos períodos estabelecidos pelo autor, decorrem outras quatro implicações de análise: primeiro, não há desenvolvimento capitalista, seja ele qual for, sem os instrumentos regulatórios dos Estados; segundo, cada liderança hegemônica tem seu próprio caminho de acumulação de riqueza, seu próprio modelo de desenvolvimento capitalista, o que implica numa gestão particular do Estado, da Guerra, do Sistema Agrário e da Economia Urbana; terceiro, não há desenvolvimento sem pactos sociais entre classes e segmentos de classes; não há hegemonia sem uma ideologia que possa cimentar as classes e os grupos de interesse em torno de uma projeção de seu poder e riqueza na escala nacional e internacional.

Nesta perspectiva, o que chamarei de Estado Profundo são os segmentos de classes capazes de capturar os instrumentos

regulatório do Estado para aumentar ou ampliar o seu poder, bem como os segmentos de classes capazes de reformar estes instrumentos segundo seus interesses e direcionar a sociedade para o seu próprio projeto de acumulação de riqueza.

Por classes é importante uma compreensão em dois sentidos: primeiro as classes e segmentos de classes na economia política clássica, dos liberais aos socialistas históricos, como as parcelas da sociedade que se relacionam para produzir e partilhar a riqueza, no que ficou conhecido como a divisão do trabalho (LOSURDO, 2015); segundo, como as compreendeu o sociólogo Pierre Bourdieu (1989), como resultado também dos hábitos e estilos de vida, dos quais a construção da identidade passam a ser condicionantes, convergindo sentimentos de pertencimento nacionais, raciais, religiosos, sexuais, econômicos e políticos, na elaboração de identidades legitimadoras dos poderes, resistentes à eles ou mesmo transformadoras (CASTELLS, 2018).

É neste ponto que algumas das elaborações da geografia libertária canalizam as reflexões que virão adiante. Por isso, parto em grande medida do pensamento espacial, Elisée Reclus e Piotr Kropotkin, o primeiro ainda dentro do movimento socialista do século XIX e o segundo já no princípio do século XX nos movimentos que levaram à Revolução Russa.

Reclus e Kropotkin são herdeiros das concepções de que a liberdade e a autonomia só podem se desenvolver dentro de relações coletivas e que elas só podem ser exercidas em condições materiais de ofertas de bens econômicos que possam promover equidade e/ou igualdade. Não obstante, esta última só se realiza em relações coletivas de autonomia e liberdade, sob pena de tornar as pessoas prisioneiras (JOYEUX, 1992).

Destes geógrafos que fizeram a Geografia Social-Libertária em contraposição com a geografia-franco-prussiana-império-colonial, temos uma importante convergência com Arrighi. Para esses geógrafos não existe acumulação capitalista que passa ao largo do reforço estatal. Desde os primeiros postulados da Geografia libertária se reconhece que somente o aparato institucional e

regulatório com os instrumentos do Estado é capaz de canalizar a sociedade para um certo modo de acumulação de capital.

Disso decorre a concepção recludiana de que a análise espacial deve considerar as lutas de classes, o equilíbrio e a soberania individual, dentro da concepção acima, e a concepção kropotkiniana de que a cooperação é uma condição do desenvolvimento e da evolução. Em outras palavras, embora estejamos submetidos a diferentes poderes, estamos condenados a buscar nossa autonomia social, econômica e política. Muito embora, como demonstrou Manuel Castells (2018), isso não necessariamente nos leve à construir identidades transformadoras, isso pode nos levar à identidades capazes de destruir pactos sociais estatais ou públicos em nome da preservação de si e do seu poder.

É importante expor, que a geografia social de Elisée Reclu e Piotr Kropotkin estiveram submersas por suas concepções anti-estadista e anti-capitalista, e que parte significativa da geografia brasileira é herdeira da geografia império-colonial franco-prussiana.

Voltando ao cerne das nossas preocupações neste trabalho, a desestabilização da economia política brasileira que se iniciou na década anterior, num híbrido de guerra jurídica nacional (*lawfare*), desinformação em múltiplas plataformas de comunicação (*firehosing*) e choque ultraliberal (*reboot* da economia política), só podem ser compreendidos à luz das hegemonias do capitalismo como campo internacional de disputa e no reconhecimento dos segmentos de classe capazes de capturar historicamente o Estado brasileiro segundo seus próprios interesses, transformado-os em interesse geral, numa típica operação de liderança hegemônica na escala nacional (ANDRÉ, 2020; LEIRNER, 2020; KORYBKO, 2018).

O territorialismo ibérico e os ruralistas como Estado Profundo

A formação do Brasil contemporâneo está ligada intimamente à expansão do espaço de fluxos comerciais elaborados a partir das origens do sistema-mundo e das disputas pela liderança do sistema

interestatal entre Holanda, Portugal e Espanha. Enquanto o imperialismo holandês caminhou na direção de financeirização dos negócios associado à dominação de espaços de fluxos comerciais numa lógica de redes territoriais, Portugal e Espanha se desenvolveram num híbrido de capitalismo comercial e conquistas territoriais numa lógica zonal. O que implica em três diferentes lógicas de criação de riqueza e manutenção do poder. Os holandeses financiaram negócios num longo espaço de fluxos dos quais buscavam dominar as conexões entre regiões extrativistas ou produtivas e suas cidades administrativas e portuárias por onde fluía mercadorias e cargas. Portugueses e Espanhóis buscaram incorporar estas mesmas redes ou criar suas próprias por meio de amplas conquistas territoriais. Enquanto os primeiros buscaram fortalecer os financistas ou segundos buscaram fortalecer os seus grupos políticos.

No solo das áreas dominadas, holandeses, portugueses e espanhóis partiram para uma acumulação por despossessão de terras, recursos e trabalho, mas o fizeram de forma diferente. Os holandeses tornaram seu caminho de desenvolvimento um híbrido de capital financeiro, cidade em tabuleiro, sistemas agrários em *Plantations*, com majoritariamente mão-de-obra escrava; os portugueses seguiram pela lógica do territorialismo comercial, cidades funcionalmente desordenadas e *Plantations*; enquanto os espanhóis criaram um híbrido de territorialismo de mineração, cidades em tabuleiro e sistema agrário com relações de servidão, a que chamaram de *hacienda colonial*.

Na prática, nas áreas conquistadas, os três tipos de acumulação ensejaram e desenvolveram grupos agrários cuja natureza do poder esteve historicamente ligada à propriedade da terra e sua capacidade de controlar os recursos minerais e agrícolas, bem como submeter violentamente a força de trabalho indígena e africana. Estes grupos ruralistas foram o Estado antes do Estado onde quer que atuaram. Uma parte significativa deles condicionaram a participação dos territórios conquistados nas transições de hegemonia, direcionando as alterações da economia

política dos seus lugares de domínio para que mantivessem seus poderes, privilégios, operações econômicas e formas de captura dos instrumentos de regulação política.

No caso brasileiro, dos escombros do império português, das *plantations*, das cidades desordenadas funcionalmente, do comércio de africanos escravizados, os herdeiros das capitânias, sesmarias e doações, na prática os proprietários de terras, conseguiram elaborar um nacionalismo econômico agrário que convergiu com a transição de hegemonia em direção ao industrialismo britânico e a propagada teoria das vantagens comparativas. Daí surgiu o império brasileiro de 1822: monarquista, escravista e agroexportador, capaz de mecanizar o território com os sistemas técnicos agro-industriais vendidos pelo império inglês, mantendo o Brasil no final da fila dos países abolicionistas. Os ruralistas chegaram à alta cúpula do Estado para não mais sair.

O livre-cambismo, o império brasileiro e os militares como Estado Profundo

Para garantir o nacionalismo econômico do século XIX em torno dos seus interesses, os ruralistas, num primeiro momento tiveram que garantir a unidade territorial brasileira, por meio do fortalecimento do poder central em torno da monarquia, para que esta pudesse garantir a manutenção da escravidão e atuar por procuração para os interesses britânicos na América do Sul. Todo esse processo mediante a formação de forças armadas regulares, capazes de a um só tempo sufocar elites regionais, aspirações abolicionistas, revoltas populares e combater nos conflitos entre os países recém formados no cone sul.

Se contabilizarmos o plano doméstico e sul-americano, o império brasileiro se viu envolvido em mais de 40 conflitos, entre revoltas, insurreições populares e conflitos com seus congêneres ruralistas que, sob as disputas hegemônicas britânicas e francesas, seguiam seu próprio nacionalismo econômico.

Se no sistema internacional, desde o início do século XIX o declínio holando-ibérico estava em franco processo, os ruralistas brasileiros foram substituindo a monarquia pelas forças militares para que pudessem manter sua condição, sua capacidade de Estado Profundo. Provocaram alterações na alta política para que pouco fosse alterado na vida material dos seus negócios e assim pudessem estar aptos a ingressar no espaço de fluxos do livre-cambismo britânico.

Contraditoriamente, os ruralistas solaparam a monarquia brasileira de então e fomentaram a criação do partido militar, isto é, do grupo de interesses, diretamente ligado ao Estado, cuja existência está intrinsecamente relacionada à manutenção da economia política de vantagens comparativas, por meio do nacionalismo econômico agrário, manipulando, ao seu sabor, concepções de guerra e paz, defesa e segurança, república e democracia.

É assim que de Estado Profundo do império brasileiro, os ruralistas passaram a ser o próprio Estado da República Brasileira de 1889 em diante, tendo agora, como parceiros, um partido militar.

Ocorre que tão logo se consolidam na formação da república brasileira, passam a enfrentar, como há um século antes, um período de transição de hegemonia internacional, em que uma aliança de países conservadores liderados pela Inglaterra e França no plano internacional passam a ter a concorrência de países reacionários liderados pela Alemanha.

Algo curioso deste processo é que os ruralistas estavam, via de regra, dentro da esfera de liderança cultural britânica, enquanto os militares estavam dentro da esfera prussiana, a exemplo de forças armadas de outros países na região. Com o declínio britânico e o colapso alemão do período entre guerras, a ordem no caos sistêmico, para usar a expressão de Arrighi, foi dada pela potência em ascensão, que acabou herdando o espaço de fluxos deixado pelo livre-cambismo britânico, os Estados Unidos.

Aqui, outra questão curiosa, enquanto os estados profundos dos ruralistas e militares se ajustavam a ordem do livre-cambismo britânico com o *coup d'état* que levou o Brasil a se tornar uma república agrária com dezenas de complexos agroexportadores

mecanizados pelos sistemas técnicos britânicos, a liderança britânica colapsou, abrindo caminho para uma nova hegemonia internacional da qual ruralistas e militares não estavam preparados para se inserir. Embora sua organização da economia política nacional as novas condições materiais não levaria muito tempo.

O golpe de Estado que nos levou a República (1889) e o golpe de Estado que nos levou ao período Vargas (1930-1945), com seus respectivos ajustes à nova hegemonia, consolidaram os militares como Estado Profundo. O partido militar brasileiro nasceu para consolidar o estado profundo ruralista. São como pai e filho, estão filiados, mas ao crescer, o estado profundo militar, se auto-afirma e mantém seus próprios interesses.

O american way of life, o industrialismo brasileiro e o efêmero proletariado nacional

Getúlio Vargas é uma figura importante para a história do Brasil do século XX, mas um tanto mais importante para entendermos os segmentos de classe ou classes que atuam como Estado Profundo no Brasil.

Vargas sintetiza o ruralismo e o militarismo, nascido em 1882 numa família de estancieiros pecuaristas de São Borja no Rio Grande do Sul, passou pela Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo em 1900, prestou serviço militar nos anos seguinte, adquiriu a patente de sargento do exército e ingressou na Coluna Expedicionária do Sul enviada para cuidar das questões de fronteira entre Brasil e Bolívia em 1902, que acabou com a anexação do Acre ao território brasileiro. O pai de Getúlio, Manoel Vargas, pouco antes de Getúlio nascer, havia feito parte das fileiras de combatentes na Guerra contra o Paraguai. Vargas era filho do ruralismo e do militarismo.

Sua ascensão ao governo se deu em meio ao golpe que impediu o ruralista Washington Luiz de terminar seu mandato de presidente e o outro ruralista Julio Prestes de assumir o seu. Ambos egressos das elites rurais de São Paulo, que junto aos ruralistas das Minas Gerais,

se alternavam no governo desde que um outro militar, Deodoro da Fonseca, havia deposto a monarquia brasileira em 1889.

Com o colapso do livre-cambismo britânico, agravado pelo período entre guerras 1914-1945, as elites ruralistas se viram endividadas pela mecanização que iniciaram com o financiamento britânico e impedidas de acumular riqueza a partir dos produtos agrícolas que colocavam à disposição do mercado internacional, sobretudo dos próprios ingleses.

Há dois processos que se relacionam nesta conjuntura. O primeiro de natureza que pode ser analisado de forma estritamente econômica e outro de natureza geopolítica.

Do ponto de vista econômico, ao assumir seu nacionalismo econômico numa gestão de vantagens comparativas, os ruralistas mais capitalizados se utilizaram da financeirização do capital britânico para adquirir seu sistema técnico e então produzir em maior escala e escoar mais rapidamente. Ainda na segunda metade do século XIX eles foram capazes de implantar em seu espaço de fluxos as ferrovias e a modernização dos portos brasileiros a fim de fazer fluir o café, o cacau, a erva-mate e qualquer outro produto que pudesse alimentar os britânicos e garantir sua segurança alimentar.

Pelo financiamento e a operação das empresas ferroviárias e navais, os complexos rurais do país foram incorporando o sistema técnico da primeira revolução industrial e o da primeira revolução agrícola dos tempos modernos (MAZOYER e ROUDART, 2010). Contraditoriamente, ao ser mais produtivo, os principais complexos rurais do país tiveram seus preços jogados para baixo, impedindo, em parte, a reprodução do capital destes complexos.

Do ponto de vista geopolítico, ao empreender a colonização do continente africano e asiático no século XIX, os britânicos e seus concorrentes iniciaram um novo ciclo de acumulação por despossessão de terra e trabalho das populações colonizadas, introduzindo no espaço de fluxo de mercadorias globais produtos mais baratos e com maior margem de lucro, uma vez que estavam resguardados por tomada de terra nativa e novas formas de

superexploração do trabalho, oferecendo novo fôlego a divisão racial do trabalho que havia sido a base da acumulação ibérica-holandesa.

É neste contexto que o poder dos ruralistas café-com-leite e de outros ruralistas regionais enfrentam um forte declínio e cujo livre-cambismo britânico não foi capaz de responder do ponto de vista anticíclico. É então que o estado profundo militar se coloca como o ente que irá conduzir a economia política e salvaguardá-la. Para tanto, é necessário uma ruptura com o ideal liberal clássico e assumir algum grau de utilização regulatória por parte do Estado. Elemento que está presente nos círculos militares e industriais prussianos na unificação da alemã de 1871, presente em suas aspirações imperiais na atual Namíbia no início do século XX e a consequente adoção de políticas de extermínio que foram levadas à Europa nos anos de 1930 com o nazifascismo.

No plano doméstico, Vargas representando ruralistas e militares, operou um *court d'état* para evitar a falência do ruralismo como estado profundo e simultaneamente dar vazão aos interesses dos militares como estado profundo recém consolidado. No plano internacional, a evidente ascensão dos Estados Unidos impôs um novo problema do ponto de vista da inserção brasileira. Ao expandir seu industrialismo com a industrialização europeia em ruínas, os Estados Unidos tiveram que reformular as vantagens comparativas entre seus principais parceiros no cone sul. Para consolidar sua expansão material em direção à Europa no plano dos fluxos bilaterais, os Estados Unidos passaram a incentivar uma industrialização controlada e subordinada dos principais países da região, entre eles o Brasil.

No nosso caso, um embrião de industrialização ocorreu em decorrência da transferência de capital que os ruralistas do café fizeram para a indústria no estado de São Paulo, com a metropolização da Cidade de São Paulo, decorrente em grande medida da imigração europeia e asiática incentivada ainda no império brasileiro como estratégia de embranquecimento e ocupação das fronteiras agrícolas na região sul do país, principalmente.

Essa industrialização e metropolização de São Paulo fomentaram a formação de um proletariado urbano, com ascendência europeia e ideais socialistas e anarquistas, enquanto a maior parte dos ex-escravos se tornaram sem terras, no campo e nas cidades. Enquanto os imigrantes formaram o embrião do proletariado brasileiro, negros e negras formaram o embrião do que Ruy Braga (2015) chamou de precariado. As populações marcadas pela escravidão se transformaram rapidamente no nosso lupemproletariado (BOTTMORE, 1997). Entre as décadas de 1910 e 1930 se formou grupos de industriais e um forte movimento operário capaz de incomodar ruralistas e militares.

Ao tomar e pactuar um novo poder a partir de 1930, Vargas não apenas buscou garantir a manutenção e ampliação do poder ruralista e militar, mas evitou a formação de um estado profundo concorrente ligado à indústria, e fez abortar qualquer possibilidade dos movimentos operários de fazer parte de forma autônoma da esfera política.

Vargas incorporou o industrialismo e o trabalhismo, à sua maneira, com certo grau de fascismo social à política de Estado e assim passou a tutelar os industrialistas e os trabalhadores de forma a garantir que ruralistas e militares mantivessem seu *status quo*. Não à toa, ainda hoje, parte dos grupos industriais brasileiros estão submetidos à liderança política dos ruralistas e militares.

Da pactuação entre ruralistas e militares, e da tutela de industriais e trabalhadores urbanos, surgiu o nacional desenvolvimentismo brasileiro, de crise em crise, de golpe em golpe, com a promessa de construir um *american way of life* à brasileira, as classes médias em formação, os profissionais liberais urbanos e o crescente corpo técnico estatal, cimentaram uma economia política nacional que viveu seus últimos suspiros nos anos de 1980, quando a industrialização brasileira já não estava no *hall* de prioridades dos Estados Unidos e quando o *american dream* acabou torturado nos porões da ditadura.

A opção brasileira: na crise, um choque liberal! Numa recorrência da crise, um choque facholiberal!

Neste ponto, nos aproximamos de uma análise de duração mais breve, mais próxima e talvez de uma efervescência perversa. Há mais de duas décadas, tive a oportunidade de ler um ensaio chamado *A Opção Brasileira* organizado por César Benjamin e outros/as autores/as. Desde então, sobretudo mais recentemente, toda vez que reflito sobre os caminhos que as elites do país escolheram para manter seus privilégios de classe e ao mesmo tempo modernizar o sistema técnico-produtivo, eu volto *A opção brasileira*.

Se na expansão geopolítica estadunidense os golpes de Estados, intervenções eleitorais ou militares se difundiram junto com o “*american way of life*”, no Brasil, especificamente, o pacto entre ruralistas e militares criou um campo fértil para desestabilizações políticas e golpes de Estados de diferentes matizes.

O país transformou rapidamente sua matriz territorial abrindo caminho para classes e segmentos de classes urbanas, no sentido de Bourdieu, que passaram a tensionar o poder do bloco ruralista-militar, sobretudo com crises econômicas recorrentes nas décadas de 1970 e 1980. O fim do milagre econômico dos 70 e a década econômica perdida dos 80, fizeram declinar o choque político imposto pelo bloco ruralista-militar e abriram a brecha para a imposição do choque econômico liberal entoado pelos segmentos urbanos-liberais em ascensão.

Não deixa de ser um grande paradoxo, ao tensionar o choque político imposto pelos militares no estilo CIA, os segmentos urbanos liberais beberam da mesma fonte ao advogar o choque econômico aos moldes de Milton Friedman e Escola de Chicago (KLEIN, 2008).

Num nível superior de contradições ou paradoxos, esses segmentos avançaram com uma constituição relativamente progressista ao lado de segmentos urbanos-trabalhistas, no afã de mudar o equilíbrio de poder na Economia Política dos 80 para logo em seguida iniciar os ataques a Carta Magna que ajudaram a

construir, constringendo-a com a sua agenda de desmonte das ferramentas regulatórias do Estado brasileiro.

Ao emergir ao poder com sua agenda de privatizações, desregulamentação trabalhista, contenção das políticas públicas de salário indireto e desnacionalização da economia, o bloco urbano-liberal emergente, sem conseguir um candidato competitivo contra o bloco trabalhista, escolheu um ruralista para tocar sua agenda.

As eleições de 1989 que opuseram o herdeiro ruralista Fernando Collor de Mello, cujo pai havia assassinado em pleno Senado Federal um colega em 4 de dezembro de 1963, um ano antes do Golpe de 1964, e o sindicalista que havia emergido das lutas trabalhistas na Grande São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva. Na maior emissora de televisão do país, a Rede Globo de Televisão, Jean Pierre, um príncipe plebeu, fazia alusão ao heroísmo de Collor em salvar o país dos seus monopólios e da elite parasitária, na novela *Que Rei Sou Eu?*. Enquanto numa outra novela, *Sassá Mutema*, um boia-fria, iletrado e ignorante, fazia, simultaneamente, alusão à Lula, *O Salvador da Pátria*.

Em 14 de dezembro de 1989, dias antes do segundo turno da primeira eleição após os 25 anos de governo militar, Collor e Lula se enfrentaram num debate em rede nacional organizado pela Rede Globo e outras empresas de comunicação. No dia seguinte, a Globo replicou em seus telejornais edições do debate com os melhores e mais momentos de Collor e os piores momentos de Lula no debate. Em 17 de dezembro, Collor foi eleito com 50,1% dos votos e iniciou a agenda de desnacionalização da economia e privatizações, abrindo caminho para o desmonte das estruturas territoriais que haviam sido construídas desde Vargas.

Durante a campanha, Collor se intitulou de “o caçador de marajas”, acusou as empresas públicas de abrigar parasitas e de ser cabide de empregos de funcionários fantasma. O ruralista elevado a líder da agenda de choque econômico liberal, acabou impedido após sequestrar a poupança de grande parte das classes médias-altas, inclusive dos urbanos-liberais que deram a ele a incumbência de

levar adiante sua agenda de desnacionalização da economia brasileira.

O fim de Collor na presidência trouxe para a cúpula do Estado brasileiro o embate entre os setores urbano-liberais e os setores urbano-trabalhistas, representados na estrutura partidária do Partido Social da Democracia Brasileira e do Partido dos Trabalhadores. O primeiro, uma linhagem do Movimento Democrático Brasileiro, um partido de ruralistas que tensionou com os militares uma certa divisão do poder durante os anos de ditadura, que agregou profissionais liberais, intelectuais e técnicos burocráticos, adeptos de diferentes formas de liberalismo. O segundo, um partido que se tornou um híbrido de doutrinas sociais da igreja católica, sindicalismo operário, intelectualismo universitário e social democracia, embora mantenha até os dias atuais segmentos partidários de diferentes nuances de socialismo de Estado.

Deste embate floresceu um terceiro bloco de Estado Profundo, os rentistas, atraídos para a agenda do PSDB. Enquanto o PT procurou atrair para sua esfera de influência setores empresariais de sistemas de engenharia e setores técnicos-burocratas ligados às empresas estatais de energia e financiamento, que cresceram com o nacional-desenvolvimentismo brasileiro.

Incapaz de competir com o PT a nível federal durante toda a década de 2000, na década de 2010 o PSDB iniciou uma articulação que fez convergir interesses estrangeiros na aceleração da desnacionalização da economia política brasileira, setores urbano-liberais de dentro e fora da esfera estatal (classes médias e setores do judiciário), empresários sem visibilidade política, ruralistas, rentista e abriu espaço de forma envergonhada para fundamentalistas religiosos e militares para que estivessem na coxa política. E então passou a lançar campanha, às vezes de forma justa, por vezes de forma interessada, por vezes de forma fantasiosa, de que o PT representava a corrupção política, econômica, civil e moral. E que portanto sua agenda de economia política era responsável por estas diferentes dimensões de corrupção.

José Serra, candidato pelo PSDB nas eleições presidenciais de 2010, se ofereceu à petroleira estadunidense Chevron para desregulamentar o marco do petróleo no Brasil por meio de um comunicado ainda quando era governador do Estado de São Paulo. Não obstante, articulou a aproximação com os segmentos fundamentalistas religiosos para sua mobilização eleitoral com a pauta antiaborto. Essa mobilização ficou sem efeito quando veio à público que sua esposa, Mônica Serra, havia feito um aborto no Chile, quando exilados nos tempos de ditadura. O comunicado de Serra à Chevron veio a público em 2011 com o vazamento de documentos do governo dos Estados Unidos pelo Wikileaks.

Em 2014, já no embalo das jornadas de junho de 2013, Aécio Neves, novo candidato do PSDB nas eleições daquele ano, contra Dilma Rousseff, acelerou a mobilização, amplificou o espaço dado aos militares e fundamentalistas. Ao perder as eleições, Aécio se negou a aceitar o resultado, no estilo revolução colorida ucraniana.

Em 2016, em meio a uma farsa jurídica, Dilma Rousseff, candidata reeleita dois anos antes foi “impeachmada”, num golpe brando, seu vice-presidente Michel Temer assumiu, seu primeiro ministro das relações exteriores, José Serra, o mesmo que fez promessas anos antes a petroleira Chevron, desarticulou o marco legal do petróleo que Dilma Rousseff havia sancionado ainda no seu primeiro governo, que garantia a exclusividade na exploração do pré-sal pela PETROBRAS e a divisão dos royalties entre os setores públicos da saúde e educação.

Em 2018, sem candidato competitivo, os setores que convergiram neste bloco, buscaram se dirigir a um candidato que pudesse radicalizar a contraposição ao PT mediante a colocar no primeiro plano o fundamentalismo religioso e o militarismo que estavam na coxia política.

A guerra jurídica e a demonização do PT intensificada no início dos anos 2010, se misturaram com a desinformação multiplataforma digital e redes sociais digitais (*firehosing*) que permearam a campanha de Jair Messias Bolsonaro, um militar de baixa patente, expulso das forças armadas, deputado federal

inexpressivo por trinta anos, que transformou verbas de gabinete em ganhos familiares, com bases eleitorais em áreas de atuação de esquadrões da morte e milícias paraestatais num Rio de Janeiro conflagrado, no representante capaz de salvar a economia política do país da economia política que o PT construiu desde 2002.

Como um bloco formado por ruralistas-militares-rentistas-liberais acreditou que isso de alguma maneira daria certo? Outros estudos deverão ser feitos para esclarecer essa opção.

Bolsonaro liderou a transformação do processo eleitoral num vale tudo, abriu as portas para todo tipo de grupo de interesse candidato a capturar recursos do Estado e a se tornar uma espécie de Estado Profundo. Milícias, fundamentalistas, militares, empresários, rentistas, empresas de comunicação, ruralistas, lobistas, neofascistas, supremacistas raciais e espertos de toda ordem, tinham acesso à esfera estatal de forma privilegiada como jamais aconteceu na gestão do Estado brasileiro. Cada um com a consciência de que para se cristalizar suas operações tinham que intensificar a fragilização das estruturas estatais e territoriais.

Todos acabaram cimentados por um híbrido de fascismos sociais, políticas de exclusão, visões neofeudais, regressismos, aporofobias, fundamentalismo e um ultraliberalismo de conveniência, mediante ao sequestro de símbolos nacionais enquanto desarticularam parte importante das estruturas de regulação do Estado e do fazer política pública. É o fenômeno que tenho chamado de *Facholiberalismo*.

As chamadas jornadas de junho de 2013 forneceram a conjuntura política para a insurreição de facholiberais, que se construíram na medida em que as corporações midiáticas do país domesticaram as manifestações e conseguiram fazer com que seus primeiros protagonistas, na maior parte estudantes portadores de filosofias políticas anarquistas e trotskistas, perdessem a capacidade de controlar o processo que haviam colocado em marcha, em um conjunto de manifestações contra os valores do transporte público em todo país.

A princípio, parte do bloco de esquerda no poder, representado por segmentos do Partido dos Trabalhadores, viu nas manifestações e na sua domesticação pelas corporações midiáticas, parte do processo que envolve a democracia representativa brasileira. A medida que grupos facholiberais saíram das sombras e passaram para à frente da cena política, passaram à tensionar o *establishment* político e a exigir uma nova economia política de desmonte das políticas públicas, de desregulamentação econômica, de desintegração das políticas de salário indireto, de privatizações e de transferência de renda do trabalho para os segmentos proprietários e do público para o privado, sob a égide do combate à corrupção.

Sem poder utilizar do choque político duro de *Pinochets* e *Geisels* radicalizaram o apoio à guerra jurídica representada pela *Operação Lava Jato* e o uso de desinformação em plataformas digitais. A *firehosing* - a difusão de notícias falsas em múltiplas plataformas, de forma coordenada e robotizada, para atingir públicos suscetíveis à amplificar a difusão - tornou-se uma ferramenta bem sucedida dos grupos facholiberais na chegada à presidência da república e no exercício do poder.

A agenda facholiberal, ao transferir riqueza pública para corporações e dos que vivem do trabalho para os grandes conglomerados proprietários nacionais e internacionais, criou uma fragmentação sem precedentes do território brasileiro. Fragmentação no sentido de avançar na incapacidade da sociedade brasileira condicionar seu destino, abalando uma soberania nacional e social historicamente de baixa intensidade, e fragmentação da sociabilidade, naquilo que Marcelo Lopes de Souza (2000) chamou de "*guerra civil molecular*", característica de territórios conflagrados por organizações criminosas territorializadas no Rio de Janeiro.

Essa agenda umbilicalmente ligada às milícias paramilitares que atuam no Rio de Janeiro, foi levada à alta cúpula do Estado Brasileiro por Jair Bolsonaro e todo o movimento facholiberal que se personificou nele (MANSO, 2020).

É truísmo afirmar que esta agenda não é competitiva eleitoralmente no longo prazo e em larga escala, seu horror econômico na gestão da Economia Política é óbvio, os milhões de famintos, os mortos em decorrência da necropolítica estabelecida na gestão estatal da crise sanitária do Coronavírus, a produção em larga escala de trabalho precarizado e a reintrodução da violência política mais ou menos doméstica desde o fim da ditadura militar em 1985, nos levam a deduzir que os facholiberais não terão hegemonia, mas serão um grande desafio a ser superado e combatido na próxima década, sob pena da “guerra civil molecular” enraizada em territórios cariocas, entre os quais os das milícias paramilitares, base eleitoral mais imediata de Jair Bolsonaro, se espalhe com nuances políticas-partidárias e se torne uma guerra civil típica!

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Editora Unesp, 1996.
- BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 204, 1998.
- BOTTOMORE, Tom. Aristocracia operária, Burguesia, Casta, Classe, Classe dominante, Classe dominante, Classe média, Classe operária, Lupemproletariado, Luta de classes. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOURDIEU, Pierre et al. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo Editorial, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Editora Paz e Terra, 2018.
- JOYEUX, Maurice. *Reflexões sobre a Anarquia*. Archipélago, 1992.
- KLEIN, Naomi. *O outro doutor do choque*. Nova Fronteira, 2008.
- KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- KROPOTKIN, Piotr. *Ajuda mútua: um fator de evolução*. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.
- LEIRNER, Piero C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. Alameda Casa Editorial, 2020.
- LOSURDO, Domenico. *La lotta di classe: una storia politica e filosofica*. Gius. Laterza & Figli Spa, 2015.
- MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. Todavia, 2020.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea*. IICA, 2010.
- MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Editora Massangana, 2010.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SORRE, Max. *A geografia humana (Introdução)*. *GEOgraphia*, v. 5, n. 10, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*, Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 2000.

SEÇÃO 2:

“América Latina e Caribe à direita”

5. El conservadurismo chileno: de Pinochet a Kast¹

Tereza Spyer
Vania Alvarado

Introducción

Chile ha sido el experimento más radical del neoliberalismo y la más osada sociedad de consumo en América Latina. Este modelo tiene una fecha de fabricación que responde a una herencia dejada por la dictadura (1973-1990) que asoló al país durante 17 años y que consagró, por medio de la Constitución de 1980, una serie de aspectos que van más allá del ámbito económico y que se sumergen en la producción de subjetividades, que establecieron tendencias sobre el ser y estar en el mundo.

A pesar de ello, el año de 2019 representó, para una amplia gama de la sociedad chilena, lo que parecía ser un quiebre de paradigma. En el denominado “Estallido Social”, las demandas fueron variadas y no sorprendieron realmente a nadie. La salud, educación, pensiones de retiro, desigualdad, delincuencia, administración de recursos naturales, entre otros, siguen siendo los ejes de discusión nacional. Sin olvidar, claro, el descontento de la población con la elite política por su subordinación y evidente comodidad al adoptar el modelo del que –se supone– eran oposición. Como “vía de escape” a las manifestaciones se instauró

¹ Este capítulo se ha basado en reflexiones previas presentes en otros textos de las autoras, especialmente: ALVARADO, Vania. “Memorias en Disputa: el Estallido Social y la Convención Constitucional como una Vía de Escape a los Amarres de la Dictadura Civil-militar Chilena”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2021 e ALVARADO, Vania; SPYER, Tereza. “El Estallido Social en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo?”. Revista Katalysis, v. 24, p. 43-52, 2021.

una Convención Constituyente que debió sortear boicots, problemas internos de legitimidad, crisis económica, entre otros. A esto se le suma la pandemia mundial del Covid-19, la cual produjo a nivel nacional una especie de “reinención” de “límites aceptables” al respecto de la precariedad de la vida. Evidenció y redefinió una “guerra” de existencias en el quehacer nacional que transparentó la frágil capacidad colectiva de autorreconocimiento en el tiempo, en el quehacer político y en el pasado reciente.

Desde entonces, el “nosotros los chilenos” se ha puesto constantemente en *jaque* con destellos de esperanza y acciones fácticas de retroceso. Los últimos años han marcado una convulsión electoral que, si bien deleitaron con actos de democracia participativa, como no se había visto en 30 años, también significaron – y siguen significando– un mar de incertezas sobre el devenir nacional. Plebiscitos para consultar sobre si se quiere o no una nueva constitución; quienes deberían escribirla; elecciones presidenciales –quizá las más “peleadas” en 30 años y resultados que parecen arrojarnos a un bucle donde, el “Estallido Social” no sucedió, la Convención no ocurrió y nunca se redactó un documento que proponía un Estado Plurinacional, con perspectiva de género, paritario y ecológico.

En América Latina en general y en Chile en particular, queda en evidencia que ante un avance considerado “progresista”, inmediatamente viene en respuesta “conservadora”. Por ello, para enriquecer nuestro análisis, iniciaremos el capítulo contextualizando la escena nacional en los años setenta, a lo que hemos denominado “un paso para adelante, dos para atrás”, ya que consideramos que es la época que marca de forma más nítida una división social, de subjetividades y de formas de ver el mundo. Continuaremos con el segundo apartado donde ahondaremos en la instauración de la “cultura del terror”, el despliegue nacional e internacional, tanto para apoyar como para presionar a la dictadura encabezada por Augusto Pinochet, como para continuar con el proceso de “transición pactada”, los amarres, alianzas y herencias

dictatoriales que, entre otras cosas, llevan a mantener la Constitución de 1980.

Habiendo llegado a los gobiernos democráticos, pasamos al tercer ítem donde, teniendo como base las principales manifestaciones sociales pos dictatoriales, sucumbe el “Estallido Social”, del cual iremos describir cómo se manifestaba el descontento con la clase política en general. Así como también el silencio, la preparación y retaguardia que estaba realizando el sector conservador en sumo sigilo, para buscar enaltecer nuevamente a la derecha y ampliar la participación del centro en el escenario político nacional. Finalmente, en la última parte, realizaremos un análisis más específico de cómo se configura un segmento del sector conservador, presentando cuáles son sus principales ejes de acción y, sobre todo, cómo opera su audacia para sembrar el “miedo al cambio”, “popularizar” sus propuestas y seguir manteniendo las herencias dictatoriales².

Los setenta en Chile: “un paso para adelante, dos para atrás”

En la historia reciente de Chile, la fecha que marca un antes y un después, es el 11 de septiembre de 1973. Esto no quiere decir que

² El presente capítulo fue finalizado la última semana de enero del 2023, por lo que todo lo descrito a lo largo de las siguientes páginas corresponde a ese recorte temporal. Concluimos la escrita específicamente con la noticia de que Hernán Larraín, perteneciente al Partido de la Unión Democrática Independiente UDI (Ex ministro de justicia y Derechos Humanos del último período presidencial de Sebastián Piñera (2018-2022), fue designado como presidente de la “Comisión de Expertos” que redactará la nueva constitución durante el año 2023, debido a la derrota del “Apruebo” del borrador constitucional en septiembre del 2022. Se debe tener este aspecto en consideración ya que Larraín ha sido continuamente acusado de mantener estrechas relaciones con Paul Schäfer, líder de la Colonia Dignidad, lugar donde se cometieron crímenes de lesa humanidad, secuestros, torturas, asesinatos, desapariciones, inhumaciones y exhumaciones ilegales de prisioneros/as políticos/as de la dictadura. Para más información Cf. DIARIO U CHILE. Nombramiento de Hernán Larraín genera resquemores por conexión con Colonia Dignidad. Disponible en: <<https://radio.uchile.cl/2023/01/27/nombramiento-de-hernan-larrain-genera-resquemores-por-conexion-con-colonia-dignidad/>>

el país no haya vivido procesos importantes y profundos, sino que es el punto de condensación y ebullición de una división más explícita en la sociedad chilena.

La década de los sesenta representa para el escenario chileno una especie de efervescencia social descontrolada (CORREA, et al, 2001, p. 208). Por un lado, debemos considerar que se estaba en periodo de la Guerra Fría, en el que las grandes potencias se disputaban por obtener el apoyo de países menores y que a nivel regional, Estados Unidos veía como una amenaza la fuerza, el potencial y la influencia ejercida por la Revolución Cubana (1959). Por ende, la Casa Blanca desarrolló un “plan de acción global que atacará en su fuente los problemas que hacían de la revolución una opción atractiva para las masas”, siendo este el periodo de auge de la Alianza para el Progreso (CORREA, et al, 2001, p. 213).

En definitiva, se buscaba, mediante la instauración de medidas sociales básicas, aparentar un Estado de Bienestar que “apaciguara las aguas” revolucionarias que estaban ganando fuerza en la región latinoamericana. Este proceso resultó en movimientos que respaldaban la lucha armada, como el Frente Sandinista en Nicaragua (FSLN) (1961), el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) (1965) o los Montoneros en Argentina (1970), los cuales resultaron especialmente atractivos para la juventud, causando temor en los sectores más conservadores de la región (LEAL, 2003, p. 74). En respuesta, la política externa estadounidense desarrolló la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN), según la cual, para Francisco Leal:

Esta variante mantuvo la idea de que a partir de la seguridad del Estado se garantizaba la de la sociedad. Pero una de sus principales innovaciones fue considerar que para lograr este objetivo era menester el control militar del Estado. El otro cambio importante fue la sustitución del enemigo externo por el enemigo interno [...] Los Estados latinoamericanos debían enfrentar al enemigo interno, materializado en supuestos agentes locales del comunismo. Además de las guerrillas, el enemigo interno podía ser

cualquier persona, grupo o institución nacional que tuviera ideas opuestas a las de los gobiernos militares (LEAL, 2003, p. 75)³.

Para combatir a los/as “insurgentes y subversivos/as”, Estados Unidos habilitó la Escuela de las Américas en Panamá, con un programa de entrenamiento para altos mandos militares en la lucha antiguerrillera, y de contrainsurgencia, la cual radicalizó sus oficios a finales de los sesenta, centrando sus prácticas de formación a ejércitos latinoamericanos en técnicas de interrogación, tortura y asesinato (QURESHI, 2009, p. 7-12)⁴. Ya en el ámbito nacional chileno, para la elección presidencial de 1970, los tres bloques político-ideológicos: izquierda, centro y derecha, presentaron a sus respectivos candidatos. El Partido Nacional llevó como candidato al expresidente Jorge Alessandri, que ahora se definía como independiente “ni de izquierda, ni de derecha” (MAGASICH, 2020, p. 202); el Partido Demócrata Cristiano postuló a Radomiro Tomic y la izquierda llevó al socialista Salvador Allende, amparada en un conglomerado político formado a fines de 1969 denominado Unidad Popular (UP)⁵ (CORREA, et al, 2001).

El “proyecto-país” presentado en los programas de gobierno de estos tres candidatos eran de los más variados, contrapuestos e irreductibles. En este texto nos detendremos en el programa de Allende, que proponía la “vía chilena al socialismo”, identificada como una “revolución con empanadas y vino tinto”, la cual venía

³ Todos los textos del presente capítulo cuyo idioma original no es el español fueron traducidos por las autoras.

⁴ Es importante mencionar que: “Chile sigue enviando tropas a la renovada Escuela de las Américas, ahora llamada Instituto del Hemisferio Occidental para la Cooperación en Seguridad WHINSEC (por sus siglas en inglés). Desde la fundación de la SOA, más de 6.500 militares o agentes de fuerzas de seguridad chilenos han recibido entrenamiento ahí, y, en total, más de 85.000 militares y fuerzas de seguridad de toda América Latina se han entrenado en Panamá y, desde 1984, en la base militar de Fort Benning” (RUIZ; AUSTIN, 2020, p. 685).

⁵ Estuvo conformada por los partidos Comunista, Socialista, Radical, Social Demócrata, Acción Popular Independiente (API) y el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU).

siendo estructurada desde su primera candidatura presidencial en 1952. Esta, en ámbitos generales buscaba:

[...] derribar las trabas al desarrollo que son los latifundios, la dependencia y los monopolios, a través de la reforma agraria, la nacionalización del cobre y el relance de la producción industrial nacionalizando empresas monopólicas. Y una democratización del Estado (MAGASICH, 2020, p. 299).

La producción nacional se orientaría a contemplar las necesidades de la gran mayoría, creando un Sistema Nacional de Planificación Económica, que debería guiar al gobierno de sesgo popular, generando empleos, definiendo un sueldo mínimo y sus reajustes y se organizaría la economía en tres grandes áreas, donde la pública sería la más robusta y dominante. Se proponía la creación de una nueva constitución unicameral, con un Poder Judicial autónomo, eliminando todas las barreras del voto censitario para hombres y mujeres mayores de 18 años. Se buscaría eliminar el centralismo, fortalecer las municipalidades y en el ámbito ético promover una cultura del trabajo que facilitaría el acceso a la cultura, el arte y los medios de comunicación (MAGASICH, 2020, p. 300-301; CORREA, et al, 2001, p. 263).

Al respecto de la Reforma Agraria, se radicalizaría y aceleraría la expropiación de tierras, siendo posible también la expropiación de maquinarias y animales, estos administrados por cooperativas. Se introduciría la medicina preventiva; facilidades para la obtención de una casa propia; el acceso a una educación planificada a través de una escuela única, nacional y democrática y se eliminaría el monopolio de los medios de comunicación. En el terreno internacional, su plan de gobierno buscaría avanzar en la integración económica y política de los pueblos latinoamericanos, con un fuerte sentido antiimperialista, latinoamericanista y solidario. Además, se potenciarían las relaciones económicas con los países socialistas y se continuaría apoyando a la Revolución Cubana (MAGASICH, 2020, p. 302).

Finalmente, el 4 de septiembre de 1970, después de la ardua campaña presidencial, se llevaron a cabo las elecciones, que

arrojaron como vencedor a Allende con un total 1.070.334 votos, lo que correspondía a un 36,3% de los votos; en segundo lugar, con un margen de 30.000 votos en contra se posicionó Alessandri con un 34,9% y Tomic con un 27,8%. La estrecha ventaja coadyuvó a aumentar los ánimos de polarización, como también obligaba al Congreso Nacional –según disposición constitucional– a pronunciarse sobre las dos primeras mayorías. Tradicionalmente, el procedimiento era una ratificación de la mayoría simple, pero en esta ocasión, abría una “posibilidad a la derecha para obtener un triunfo que las urnas le habían negado, o al menos para cerrarle el paso a la izquierda” (CORREA, et al, 2001, p. 263).

Después de 20 días de espera –festejos y esperanza por una parte y tensión, desesperación y pretensiones de intervención por la otra–, el 24 de octubre de 1970 es proclamada la victoria del primer presidente socialista de la región. La DC, respondiendo a las presiones externas y a la muerte del General René Schneider⁶ por militantes de la ultraderecha, decide ratificar la llegada al poder de Allende, pero mediante la condición de que firmara un Estatuto de Garantías Constitucionales, en el cual se debía comprometer a respetar la institucionalidad democrática (PINTO, 2005, p. 18).

De esta forma, la UP asume con una propuesta revolucionaria que llamó la atención del mundo, pero levantando también la guardia de los Estados Unidos y sus partidarios en toda la región latinoamericana. Tal situación queda evidente en el discurso de Allende ante el Congreso Nacional en mayo de 1971:

⁶ Actuó como Comandante en jefe de las Fuerzas Armadas durante la presidencia de Eduardo Frei Montalva. Fue asesinado por extremistas de derecha, pertenecientes al Frente Nacionalista Patria y Libertad, durante el período de las elecciones presidenciales de 1970, ya que en la espera de la aprobación del Congreso a la victoria de Allende, los extremistas vieron la posibilidad de secuestrarlo, para incitar la intervención de las Fuerzas Armadas y evitar que se sesionara en el Congreso. Actualmente se le atribuye responsabilidad al gobierno estadounidense de la época, que se encontraba bajo el mandato de Richard Nixon, el cuál habría autorizado su secuestro –que terminó en ejecución–. Para mayor información Cf. SCHNEIDER, Victor. *General Schneider: Un hombre de honor, un crimen impune*. Santiago: Ocho Libros Editores Ltda, 2010, p. 207.

Chile tiene ahora en el Gobierno una nueva fuerza política cuya función social es dar respaldo no a la clase dominante tradicional, sino a las grandes mayorías. A este cambio en la estructura de poder debe corresponder, necesariamente, una profunda transformación en el orden socioeconómico que el Parlamento está llamando a institucionalizar [...]. Se nos plantea el desafío de ponerlo todo en tela de juicio. Tenemos urgencia de preguntar a cada ley, a cada institución existente y hasta a cada persona, si está sirviendo o no a nuestro desarrollo integral y autónomo [...]. Los escépticos y los catastrofistas dirán que no es posible. Dirán que un Parlamento que tan bien sirvió a las clases dominantes es incapaz de transfigurarse para llegar a ser el Parlamento del Pueblo chileno (ALLENDE, 1971).

El 3 de noviembre de 1970, Allende toma posesión, dando inicio a su gobierno con la disposición de aplicar desde el comienzo el programa que lo hizo vencedor. En diciembre del mismo año, propuso la nacionalización completa e irreversible del cobre, lo que significó el traspaso de los 49% del capital de las compañías mineras extranjeras, que aún no habían sido traspasadas desde el gobierno de Frei Montalva, con su “nacionalización pactada” (MAIRA, 1973, p. 47). Ya al respecto de la Reforma Agraria, su programa de gobierno contemplaba tanto el aceleramiento de las expropiaciones, como la reducción de la extensión permitida como propiedad privada de la tierra a 40 hectáreas de riego básico, lo que acarreó el incremento de la propiedad expropiable (TINSMAN, 2009, p. 55-58). Estas directrices, desde sus inicios, debieron convivir con una gran oposición. Tanto los gremios empresariales, como los medios de comunicación, camioneros y grupos conservadores boicotearon continuamente su ejercicio presidencial:

En el segundo año del gobierno de Allende comenzaron a manifestarse seriamente signos negativos en la economía, derivados tanto de las acciones conspirativas internas y externas, como de la caída del precio del cobre y el descenso de la producción en general dado el estado de movilización social que abarcaba a todos los sectores, incluidos, por cierto, los trabajadores (CORREA, et al 2001, p. 268).

En el ámbito externo, Estados Unidos se encontraba bajo el mandato de Richard Nixon (1969-1974), quién junto a su Secretario

de Estado, Henry Kissinger, declaró una guerra económica al gobierno de la Unidad Popular. No bastó la intervención en la campaña presidencial de 1964 y de 1970, sino que también “mantuvieron la presión económica sobre Chile para contribuir a los problemas económicos de Allende y ayudar a prevenir la consolidación de su régimen” (QURESHI, 2009, p. 94). Financiaron al Grupo Edwards –dueño de más de 40 medios de comunicación, siendo el más relevante “El Mercurio”–, a los principales sindicatos de camioneros –para desabastecer el país– y a grupos empresariales medianos y grandes para que se constituyeran como una robusta oposición (QURESHI, 2009, p. 97-99).

A este boicot se le suma el poco éxito que tuvo la diplomacia económica chilena cuando Allende se dirigió a países europeos como Francia, España, Suecia, Holanda, Alemania Occidental y Finlandia para que le sustituyeran los créditos que le habían cortado los Estados Unidos y se encontró con que esa ayuda sólo llegaría de forma condicionada, ya que el préstamo europeo exigía la compra de productos de esta región. El presidente chileno también se dirigió al Kremlin en busca de crédito, pero igualmente significaba un préstamo con exigencias ideológicas, que iban más allá de lo que estaba dispuesto Allende (QURESHI, 2009, p. 103-104).

En octubre de 1972 se produce un paro nacional de camioneros, unido a la movilización estudiantil, debido a la falta de concreción de la Escuela Nacional Unificada y a la huelga de los obreros de la mina El Teniente. Esto provoca grandes dificultades al gobierno, que buscó superar la crisis llevando a los militares al Gabinete, entre ellos al General Carlos Prats⁷, como Ministro del

⁷ Fue nombrado Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas durante el mandato de Eduardo Frei Montalva, después de la muerte de René Schneider. Fue ratificado para continuar en el cargo por Allende, de quien también se desempeñó como Ministro del Interior, Ministro de Defensa y Vicepresidente de la República. Se negó a participar en el Golpe de Estado de 1973, por lo que renunció y fue exiliado a Argentina. Para más información Cf. MEMORIA Y JUSTICIA. *The Carlos Prats Case: An Historic Trial*. Disponible en: <https://www.memoriayjusticia.cl/english/en_focus-carlosprats.htm>

Interior. En 1973 la situación sigue siendo crítica: con intensas manifestaciones populares, de personas a favor y en contra del gobierno, atentados a torres de alta tensión; cortes de caminos y líneas férreas; y niveles de desabastecimiento que provocaron largas colas de espera en los negocios; el auge del mercado negro y la molestia de las mujeres, quienes se toman las calles con los “cacerolazos”⁸ (PINTO, 2005, p. 38-39).

En junio de 1973, el regimiento de Blindados N°2 del Ejército se subleva, y ocasiona el llamado “Tanquetazo”⁹, del cual resultaron veinte personas fallecidas y sólo fue posible controlar la situación con la intervención personal del general Prats. De este modo, “el complot golpista entre civiles y militares [que] venía desarrollándose desde hacía un tiempo, con gran celeridad”, sumado al soporte y financiamiento de la Agencia Nacional de Inteligencia (CIA), se impulsó con la convergencia de las Fuerzas Armadas: Marina, Aeronáutica, Ejército y Carabineros, quienes, encabezados por el general Augusto Pinochet, cometen un golpe de Estado contra Allende el 11 de septiembre de 1973 (CORREA, et al, 2001, p.274).

La instauración de la “cultura del terror”, el pacto y la dictadura que aún dura

El Golpe Militar significó la interrupción de la vida democrática. En la madrugada del 11 septiembre, en el puerto de

⁸ Cabe mencionar que los “cacerolazos” se dieron inicialmente como una forma de protesta que nació en la clase burguesa, opositora al mandato de Allende, contra los desabastecimientos del periodo de la Unidad Popular. Esta práctica fue apropiada por los sectores populares a finales de los ochenta, cuando se reiniciaron los movimientos sociales y las manifestaciones contra el régimen dictatorial (VEGA, 2019).

⁹ Se le bautizó así al fallido Golpe de Estado por parte del regimiento de Blindados n°2 del Ejército, ya que para demostrar su poder, sacaron todos los blindados/tanques y demás autos de combate a las calles del centro de Santiago. Cf. CORREA, Sofía (et, al). *Historia del Siglo XX chileno*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001, p. 179.

Valparaíso, los barcos de la armada ocuparon la ciudad y se coordinaron las fuerzas militares en la capital para dar inicio al golpe. Durante esa mañana, las radios, controladas en su mayoría por los militares, informan a la comunidad su accionar mediante bandos (VALDIVIA; ÁLVAREZ; PINTO, 2006, p. 24). Unos de los más significativos fue el Bando N.º 5, que indicaba:

Las Fuerzas Armadas han asumido el deber moral que la Patria les impone de destituir al Gobierno que, aunque inicialmente legítimo, ha caído en la ilegitimidad flagrante, asumiendo el poder por el solo lapso en que las circunstancias lo exijan, apoyado en la evidencia del sentir de la gran mayoría nacional, la cual de por sí, ante Dios y ante la historia hace justo su actuar (MUSEO DE LA MEMORIA, s.f).

Los bandos militares, transmitidos en las radios intervenidas o directamente de oposición, revelaron listas con nombres de dirigentes de la Unidad Popular que debían presentarse en el Ministerio de Defensa. En ese transcurso, Allende, consciente de lo que estaba sucediendo, se dirigió a La Moneda junto a sus escoltas. El presidente decidió permanecer en ese lugar, resistiendo “durante seis horas, con una metralleta que le había regalado Fidel Castro y que fue la primera arma de fuego que Salvador Allende disparó jamás” (GARCÍA, 1974, p. 28). Cerca de las 9:00h, a través de la Radio Magallanes, Allende dio su último discurso al pueblo chileno.

El Palacio de La Moneda fue bombardeado horas más tarde, el acto de destrucción se centró específicamente en la calle Morandé 80, por la cual ingresaba Allende tradicionalmente. Este hecho “[...] constituyó un verdadero símbolo, tras ello se cerraban todas las otras puertas abiertas a la movilización de nuevos actores sociales, los que a su paso habían echado por tierra las barreras del orden instituido” (CORREA, et al, 2001, p. 276). A partir de ese momento, los militares van a controlar la capital y el país. Se instaura una Junta de Gobierno conformada por los ideadores del golpe, Gustavo Leigh Guzmán, comandante en Jefe de la Fuerza Aérea; José Toribio Merino, comandante en Jefe de la Armada; Cesar Mendoza, Director General de Carabineros y Pinochet,

Comandante en Jefe del Ejército. En un principio, la presidencia de la Junta sería rotativa, cosa que no se terminó llevando a cabo en la práctica y, desde junio de 1974, Pinochet asumió el Poder Ejecutivo como Jefe Supremo de la Nación (BARROS, 2005, p. 32).

En menos de un mes la institucionalidad democrática fue suprimida: se declararon interinos/as a los/as empleados/as de la administración pública, se canceló la personalidad jurídica de la Central Única de Trabajadores (CUT), se disolvió el Congreso, se designaron rectores delegados en las universidades, se declararon ilícitos y disueltos los partidos de la UP, se decretó en receso a los demás partidos y se declaró en reorganización los servicios públicos (BARROS, 2005, p. 37-38). Militarizado el país, Pinochet genera la ruptura democrática y mantiene una dictadura basándose en un terrorismo de Estado que genera una “cultura del terror”, la cual fue definida por parte del nuevo oficialismo como una respuesta obvia a la “guerra interna, desatada por la dictadura comunista, en la cual nos sumergió la Unidad Popular” (FIGUEROA, 2005, p. 19).

La rápida posesión del territorio no contó con resistencia armada significativa, y tuvo como resultado una violencia inédita en la historia nacional: asesinatos, torturas, desapariciones, exiliados/as – un trauma colectivo de enormes proporciones (FIGUEROA, 2005). Además, se deslegitimó la Constitución de 1925 –por ende, el Estado de Derecho–, se acabó con programas sociales, anulando la plataforma política de la UP; se persiguió las minorías étnicas; se censuró los medios de comunicación y se prohibió cualquier ejercicio político. De esta forma, el “golpe hizo de la confusión y la paradoja una nueva forma de concebir el orden” (CORREA, et al, 2001, p. 283).

La Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), creada en 1974, la cual el año 1977 pasa a ser la Central Nacional de Informaciones (CNI), a cargo de Manuel Contreras¹⁰, fue la encargada de reprimir

¹⁰ General del Ejército de Chile, formado en la Escuela de las Américas, sirvió como Director de la DINA y de la CNI a la Junta Militar y posteriormente a Pinochet,

y montar “amplios operativos de ‘guerra sucia’ interna” (JOCELYN-HOLT, 2014, p. 164). Sus actos corresponderían a una estrategia interconectada conformada por la Operación Cóndor¹¹ y los Estados Unidos (CORREA, et al, 2001, p. 289). Sin embargo, en este complejo escenario de violaciones sistemáticas de los Derechos Humanos por parte de agentes del Estado, surgieron una serie de organizaciones que representaron la búsqueda por la defensa de estos derechos y un amparo de resistencia para los/as afectados/as. Por su parte, las condenas internacionales no se hicieron esperar, lo que generó tensiones internacionales al gobierno.

En 1975, un grupo de economistas chilenos, cuya casa matriz era la Universidad Católica, son enviados a formarse a la Universidad de Chicago, con el fin de estructurar un nuevo sistema económico. Los elegidos, –conocidos como los *Chicago Boys*– entre los que se encuentran Sergio de Castro, Jorge Cauas, Pablo Barahona, José Piñera y Joaquín Lavín, redactaron un texto que resultó ser programático para las autoridades, llamado “El Ladrillo”. Este estaba basado en propuestas del neoliberalismo: liberalización, desregulación, apertura hacia el mercado exterior y un rol subsidiario del Estado en la economía. La implantación de este nuevo sistema de mercado, vanguardista a nivel regional, se sustentaría, según el régimen, necesariamente de la restricción de la libertad política y social para asegurar el éxito del modelo. Por ello, –y por cuestiones evidentemente ideológicas, contra el

como su mano derecha. Es considerado uno de los intelectuales de la Operación Cóndor. Fue condenado a cadena perpetua debido a los crímenes de lesa humanidad cometidos durante la dictadura.

¹¹ La Operación Cóndor fue una estrategia creada y dirigida por Manuel Contreras, cuyo objetivo era coordinar la represión de los servicios de inteligencia de las dictaduras del Cono Sur. La desclasificación de archivos recientes, “ha revelado extensas evidencias de la infraestructura de la represión, el destino de cientos de desaparecidos que fueron secuestrados, torturados y asesinados”. Para más información Cf. KORNBLUH, Peter. Operación Cóndor: los “asesinatos selectivos” que implican a Pinochet y a Manuel Contreras. CIPER, 2020. Disponible en: <<https://www.ciperchile.cl/2020/01/09/operacion-condor-los-asesinatos-selectivos-que-implican-a-pinochet-y-a-manuel-contreras/>>

“enemigo interno”– no se permitiría la actividad sindical que pusiese obstáculos al crecimiento. Entre otras cosas, porque la confianza estaba puesta en la gestión de la empresa privada y no en la esfera estatal (JUSTO, 2013).

El año 1978 marca uno de los más críticos para el régimen de Pinochet, ya que los Estados Unidos –que habían apoyado la instauración de la dictadura–, se volvían uno de sus principales rivales, debido principalmente al atentado contra Orlando Letelier¹² en suelo estadounidense. Por lo que Jimmy Carter (1977-1981) y diversos organismos internacionales exigen mayores libertades civiles en Chile y en los demás países de la región, además de exigir que se terminara con la censura de los medios y represión a la oposición (GUTMAN, 2017). Este fue un hecho que alertó a Pinochet, quien, en respuesta a la presión internacional, llamó a un plebiscito el año 1980, el que, a pesar de ser considerado cuestionable, sirvió como palco para la legitimación de un nuevo texto constitucional. De esta forma, entra en vigor la Constitución de 1980, la cual, de acuerdo a sus disposiciones transitorias fijadas por el mismo documento, ratificó que a partir del 11 de marzo de 1981 Pinochet asumiría como Presidente de la República con una duración de 8 años (MONTROYA, 2000, p.17-18). Así, en 1988 el gobierno militar debía llamar a elecciones presidenciales– ya que se cumplían los 8 años de mandato– y Pinochet venía anunciando la fase de “transición”, o dicho en sus palabras, la “consolidación” de un modelo hecho a “imagen y semejanza”.

Un aspecto fundamental que marca el proceso de transición hacia la democracia es la Ley de Amnistía¹³, promulgada en 1978,

¹² El 21 de septiembre de 1976, Orlando Letelier, ex ministro de Allende, que vivía en el exilio tras el golpe de Estado de 1973, fue asesinado en Washington. Una bomba oculta en su coche explotó mientras conducía por la Embassy Row, matando a Letelier y a su colega Ronni Karpen Moffitt e hiriendo al marido de ésta, Michael Moffitt. El episodio fue considerado la acción más audaz de la policía secreta de Pinochet y de la Operación Cóndor.

¹³ También conocido como Decreto Ley N°2191, fue redactada por la ex ministra de Justicia del régimen militar, Mónica Madariaga. El año 1998 la Corte Suprema

mediante la cual se perdonó a todas las personas implicadas “en calidad de autores, cómplices o encubridores, cometidos entre el 11 de septiembre de 1973 y el 10 de marzo de 1978, sin hacer la distinción entre delitos comunes y aquellos cometidos con motivación política” (MEMORIA CHILENA)¹⁴. Este Decreto Ley benefició a un grupo muy restringido de presos/as políticos/as, pero garantizó la impunidad de un gran número de agentes del Estado, impidiendo que se realizarán las debidas investigaciones y obstaculizando la obtención de justicia, lo qué permitió que en la vuelta a la democracia los militares conservaran poder y legitimidad.

Tras bambalinas de este escenario, la dictadura se prepara para un “giro” que buscará darle una “cara más humana” al régimen, lo castrense se va dejando de lado –al menos en el ámbito estético, publicitario– “con miras a darle una coherencia propositiva al régimen”. El plebiscito de 1988 significaba justamente una disputa, donde Pinochet iba como único candidato a la presidencia y por ende la transición a la institucionalidad tutelada. Esta consulta –la primera en 18 años–, contaba con dos opciones de votación: el “Sí” y el “No”. El “Sí” representaba que el candidato electo gobernaría hasta el año 1997, y el “No” representaba que no se aprobaba el candidato propuesto, por lo que Pinochet sólo podría gobernar hasta el 11 de marzo de 1990, y para tales efectos, 90 días antes de cumplido el plazo se debía convocar a la elección de presidente de la república y de parlamentarios (HUNEEUS, 2003, p. 13).

El 5 de octubre es finalmente realizado el plebiscito. Contra todo pronóstico, los resultados solo salen al aire a las 2:00 de la madrugada del 6 de octubre, donde se anuncia que los cómputos finales son: el “Sí” con un 43% frente a los 54,7% del “No”. En diciembre de este año se realizaron elecciones presidenciales y parlamentarias dando paso al proceso controversial de “transición

de Justicia resolvió no aplicar esta ley en casos de violaciones de derechos humanos.

¹⁴ Cf. MEMORIA CHILENA. Ley de Amnistía. Disponible en: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95548.html>>

consentida”, liderado por la Concertación de Partidos de Izquierda (MOULIAN, 2002, p.7-8).

Transcurrieron diecisiete meses entre el triunfo del “No”, la derrota al régimen y la entrega del poder a un gobierno concertacionista. Dicho tiempo, no fue en vano, sino que de manera estratégica el poder castrense accede a ser parte de una “larga transición consensuada, pactada, negociada” (GARRETÓN, 2016; MOULIAN, 2002; CORREA, et al, 2001) hacia un gobierno civil, que seguirá en una especie de “cogobierno” amparado/cobijado con una Carta Magna que garantiza la estabilidad de una “nueva realidad” contradictoria, autoritaria, conservadora, cuyo espíritu emana/rá de poderes fácticos que están a la orden del día. Como resultado, el régimen se personificó en el tutor que “garantizó” la “refundación de la patria” y que no dejará que la nueva realidad sea “desordenada”. Bien lo deja claro Pinochet en una entrevista para la revista “La época” en 1989: “yo no amenazo, no acostumbro a amenazar. Yo sólo advierto una vez: nadie me toca a nadie [...] El día que me toquen a uno de mis hombres, se acabó el Estado de Derecho” (MEMORIA CHILENA)¹⁵. Con lo precedente, queda en evidencia que el pacto de transición y la Ley de Amnistía sellaron acuerdos de complacencia con el régimen saliente y que, por ende, pusieron en jaque también las futuras comisiones que buscarán la justicia y reconciliación con las víctimas del pasado dictatorial durante los gobiernos democráticos.

Y el primer gobierno de transición fue mandatado por el Demócrata Cristiano Patricio Aylwin (1990-1994). A esté le siguieron 3 mandatos más pertenecientes a la Coalición de Partidos por la Democracia, la Concertación¹⁶: Eduardo Frei Ruiz-Tagle

¹⁵ Cf. MEMORIA CHILENA. La época: 20 frases del general, (s.f). Disponible en: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96761.html>>

¹⁶ Fue una alianza política fundada el 2 de enero de 1988, conformada por el Partido Demócrata Cristiano (PDC), el Partido Socialista (PS), el Partido por la Democracia (PPD) y el Partido Radical Social Demócrata (PRSD). Para las elecciones parlamentarias de diciembre de 2009, la Concertación se unió con el Partido Comunista y el “Juntos Podemos Más”. Con la victoria electoral de Piñera

(1994-2000) también de la DC; Ricardo Lagos (2000-2006) y Michelle Bachelet (2006-2010) ambos del Partido Socialista (PS) (BASCÚÑAN, 2009). Esta hegemonía de la Concertación fue quebrada con la victoria de la coalición de derecha bajo la “Alianza por Chile” en 2010, que llevó a Sebastián Piñera, del Partido de Renovación Nacional (RN), a la presidencia (2010-2014). Aunque la Concertación volvió al poder, como la renovada “Nueva Mayoría”, cuando eligió a Bachelet nuevamente (2014-2018), Piñera regresó a la presidencia para un segundo mandato a inicios del 2018, atravesando el “Estallido Social” y dando la posta a el primer mandato del Partido Convergencia Social al ex líder del movimiento estudiantil Gabriel Boric (2022-).

El “Estallido Social” y la respuesta conservadora: “ni chicha, ni limonada”: *make la derecha great again* - Kast, Amarillos por Chile y los/as dislocados/as de la democracia cristiana

Lo mencionado en los apartados anteriores nos lleva a comprender que a pesar de que han pasado 50 años desde el golpe de Estado y 33 años de gobiernos democráticos, Chile es un país profundamente desigual y dividido. En la historia reciente, lo que se expresó como un descontento por el aumento del pasaje de metro en octubre del 2019, transmutó en una sinergia explosiva que representaba el malestar generalizado de una población reprimida y en crisis, a lo que se denomina “Estallido Social”.

el año 2010, se disuelve esta coalición que reorganiza sus miembros para volver como “Nueva Mayoría” en 2013, para disputar las elecciones presidenciales en las que Bachelet iniciaría su segundo mandato. La “Nueva Mayoría” se desprende en dos bandos desde el año 2018, conformando, por un lado, a “Convergencia Progresista”, compuesto por el PPD, PR y el PS y, por el otro lado, desde el 2019, se organiza “Chile Digno” compuesta por el PC, la Federación Regionalista Verde Social y otros movimientos políticos y sociales. Cf. BASCÚÑAN, Carlos. *Más acá de los sueños, más allá de lo posible. La concertación en Chile. Volúmenes I y II*. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

En ese sentido, debemos considerar que se venían viviendo levantamientos populares ya con una década de antigüedad, pero todos estos secularizados del interés general de la mayoría de los/as chilenos/as. Asimismo, enfatizamos el movimiento estudiantil bautizado como “Revolución Pingüina¹⁷”, y cómo este coincidió con una serie de revelaciones sobre colisiones, fraudes y malversación de impuestos de diversos partidos políticos y empresas. Esta eclosión de información incomodó y profundizó la desconfianza en la clase política y empresarial y la “política-empresarial”, demostrando que, al menos en Chile, no hay una línea divisoria clara entre ambas esferas. A la “Revolución Pingüina”, le siguieron movimientos como “NO+AFP¹⁸”, de descentralización, así como movimientos medioambientales y feministas¹⁹.

Con lo mencionado anteriormente, es posible dilucidar antecedentes del cansancio con el modelo dictatorial, para llegar a lo que fue el “Estallido Social”, donde nuevamente la categoría estudiantil fue la que inició con actos de subversión y desobediencia civil, inicialmente llamado a evadir el metro y, posteriormente, a tomarse las calles. La represión estatal, en vez de disuadir a los/as manifestantes, diversificó sus demandas y llevó a todos/as a las calles, quienes levantaron frases como “Chile

¹⁷ Así se le denominó a una serie de movilizaciones estudiantiles que fueron mayoritariamente lideradas por secundarios/as, quienes a nivel nacional deben vestir uniforme, el cuál en su mayoría se compone de un jumper, falda/pantalón, camisa/blusa y corbata. La primera ola fue el año 2006 y la segunda y más fuerte el 2011. El petitorio central era la disolución de la Ley Orgánica Constitucional de Educación, emanada en la dictadura (RAMIREZ, 2016).

¹⁸ Este movimiento abre el camino para debatir sobre nuevas posibilidades de seguridad social y la eliminación del Fondo de Pensiones.

¹⁹ Es un movimiento principalmente universitario que tuvo su apogeo el año 2018. Después de una nueva ola de denuncias por acoso sexual en entornos educacionales, las feministas –estudiantes y profesoras– realizan paralizaciones y tomas de dichos espacios, exigiendo una “educación no sexista”, la interseccionalidad en la toma de decisiones y la inclusión de disidencias sexuales en el entorno educativo. Para más información Cf. ARCHIVO NACIONAL. *El Movimiento Feminista del 2018*, 2018. Disponible en: <https://www.archivo.nacional.gob.cl/616/w3-article-93703.html?_noredirect=1>

despertó”; “Piñera huele a dictadura” y “hasta que la dignidad se haga costumbre”. En respuesta a la subversión popular, el gobierno de Piñera instauró un Estado de Emergencia, y con ello, en un abrir y cerrar de ojos, hubo la militarización de las calles y la instauración del toque de queda, siendo el vórtice que declara abierta la herida dictatorial, una vez que recuerda la represión, la violación a los derechos humanos y la perpetuación de un modelo que precariza la vida y que, en vez de velar por el bienestar ciudadano, vela por la estabilidad y el crecimiento económico.

Debido a la fuerza y continuación sucesiva que iban tomando las manifestaciones, la clase política firma un acuerdo el 25 de noviembre, denominado “Acuerdo por la Paz y la Nueva Constitución”, en el cual se negociaba por el cese de las protestas, accediendo a un plebiscito donde se consultara a la ciudadanía sobre el deseo de cambiar o no la Carta Magna emanada en dictadura. En este sentido, hubo una especie de aceptación de culpas de la clase política, después del Acuerdo. Quién lee entre líneas puede preguntarse sobre la interpretación de “una muerte anunciada”, entonces ¿por qué la clase política interpretó –en un tiempo tan breve– que la forma de obtener la “reconciliación nacional” era mediante la elaboración de una nueva carta? ¿Cómo eso iba a frenar los saqueos, incendios y manifestaciones? Para Alberto Mayol: “Nadie necesitó que se explicara, todos lo entendieron” (MAYOL, 2020, 189).

Desde el “18-O” y durante cuatro meses seguidos, las revueltas no cesaron y los espacios públicos, el patrimonio y los recintos empezaron a ser el blanco de disputas. Por ende, las barricadas, los escombros, las cenizas, las farmacias y supermercados saqueados, monumentos intervenidos o tumbados, plazas destruidas, entre otros, dejaron en evidencia la necesidad de refundar las maneras de habitar las ciudades. Así, según Francisca Márquez, “la ciudad neoliberal va perdiendo su forma, sus tiendas, sus pavimentos, sus olores, sus bullicios” (MÁRQUEZ, 2020, p. 3).

Era de esperarse que ante la revuelta hubiera grupos contestatarios que se estructuraran como oposición –y que siempre lo

han sido—. Dicho sector se situaba en las manifestaciones del lado de carabineros, como una especie de guardianes de la Fuerza de Orden y para distinguirse pasó a utilizar chalecos amarillos reflectantes. Por otra parte, ante el derrumbe hegemónico de la constitución de las ciudades durante las protestas, las mañanas siguientes se desprendían barrenderos y camiones municipales que “organizaban” y “limpiaban” los escombros “en un esfuerzo de limpiar la memoria y devolverle al entono, el aura monumental” (MÁRQUEZ, 2020, p. 3). Así queda en evidencia que, a lo largo de la historia, los escenarios represivos, como la memoria, han disputado los territorios con diversos modos de resistencia. A pesar de que el descontento continuaba en pie – al igual que las ganas de movilizarse, la emergencia sanitaria mundial, provocada por el COVID-19:

[...] llevó a una desmovilización forzosa de las protestas y descomprimió temporalmente la crisis social que se arrastraba desde octubre del 2019, el gobierno continuó padeciendo serios problemas de legitimidad social. Los conflictos sociales se retiraron un tanto de la agenda mediática, aunque sus causas (como la desigualdad o la precariedad del sistema laboral) se vieron exacerbadas por la pandemia (MELÉNDEZ, 2021, p.266).

Como consecuencia de ello, la proyección de la revuelta durante todo el año 2020 se puso en jaque. El plebiscito que debía ocurrir el 26 de abril de 2020 se reagendó para el 25 de octubre del mismo año, en pleno desarrollo de la emergencia sanitaria. Las preguntas que guiaron este proceso histórico fueron: ¿quiere usted una nueva constitución?, ante la que existieron dos opciones: “apruebo” o “rechazo”; la segunda papeleta cuestionaba sobre ¿qué tipo de órgano debería redactar la nueva constitución?, ante la que se debía decidir por una “Convención Mixta Constitucional” –que sería integrada en partes iguales por parlamentarios/as ya en ejercicio y con civiles electos/as– o “Convención Constitucional” –sus integrantes serían electos/as integralmente para estos efectos– (GOIC, 2020). El resultado final del plebiscito demostró una victoria contundente para la opción del “Apruebo”, con un 78,27% de los votos, mediante una “Convención Constitucional” con un 78,99% de

los votos, lo que inició otra carrera de candidaturas para escoger a los/as constituyentes, que deberían ser 155 en total (SERVEL.CL).

Es relevante mencionar que el sector del “Rechazo”, rápidamente dejando de lado su derrota, se organizó y cambió de tono su discurso, ahora disponiéndose a ser parte del proceso constituyente, apelando a la “cultura del terror” en dos sentidos: la necesidad de que las voces del rechazo –empresarial, conservadora– sean parte de este proceso que es “de todos” y por el otro, autoproclamado su rol tutelar, para evitar un “chilezuela”, “la expropiación de símbolos patrios” o la “anulación de la identidad patriótica nacional”. Así, una vez estipuladas las bases y plazos en el que debía funcionar la Convención Constituyente (CC), victorias importantes fueron conquistadas: la paridad de género y los escaños reservados para pueblos indígenas²⁰.

Entre los días 15 y 16 de mayo del 2021 fueron realizadas las votaciones por Constituyentes, Gobernadores/as Regionales y autoridades municipales. El tinte de los días fue mucho más sobrio que para el plebiscito de octubre, y eso quedó en evidencia también en el porcentaje total de participación en la votación a nivel nacional (FERNÁNDEZ, 2021). Los resultados dejaron como electos/as a 78 hombres, 77 mujeres y 17 de estos/as pertenecientes a los pueblos indígenas. Es relevante mencionar que más de la mitad del total de los/as elegidos/as, pertenecían a un pacto de izquierda, de movimientos sociales e independientes. Por lo que estas elecciones se enmarcaron con resultados bastante amargos para el ala conservadora. Se vislumbraba que esta configuración política había dado por marcado el inicio de lo que se creía ser el colapso del antiguo régimen de transición democrática.

²⁰ El día 17 de diciembre de 2020 es aprobada la Ley n° 21.298 de escaños reservados para pueblos indígenas. A partir de ello, deben ocupar 17 escaños distribuidos en base al porcentaje de población nacional que se identifica con estos pueblos (se debe tener en cuenta que el pedido inicial era de 24 lugares). La distribución final es, por tanto: 7 para el pueblo Mapuche; 4 para el pueblo Aymara y 8 restantes para los pueblos Quechua, Rapa Nui, Diaguita, Atacameño, Colla, Kawashkar, Yagán y Chango (SENADO.CL, 2020).

La coalición de derecha “Vamos por Chile”, compuesta por Evopoli, Renovación Nacional y la Unión Democrática Independiente obtuvo apenas 37 sillars. Significaba, por ende, que numéricamente no obtuvo los 2/3 necesarios para “comprometer” decisiones importantes dentro de la comisión. Pero contaban también con un robusto aparato de negociación y cabildeo, entre otras cosas, porque quienes fueron constituyentes en estas coaliciones se valían de capital para financiar su campaña y de experiencia política, ya que habían sido senadores/as, diputados/as, presidentes/as de partido, o importantes figuras de la política tradicional chilena. Ejemplo de ello, son los/as representantes de la extrema derecha: Marcela Cubillos, Teresa Marinovich, Cristián Moncheberg, Hernán Larraín, entre otros/as (FERNÁNDEZ, 2021). Dicho fenómeno, dejó ver entre líneas, desde un principio, la “estrategia de tutelaje” que tuvo el sector más renitente a procesos transformadores como: el “Acuerdo por la Paz” de octubre del 2019, el Plebiscito de octubre del 2020 –donde apoyaban al “Rechazo”– y a la redacción de un nuevo texto constitucional que inició el 18 de octubre de 2021 (EL DESCONCIERTO, 2021).

La CC fue instaurada el 4 de julio de 2021 con una ceremonia *sui generis* en la historia chilena. Estuvo cargada de simbolismo, con una presidenta mapuche (Elisa Loncón) dando su discurso inaugural en mapudungún, los escaños de pueblos indígenas, constituyentes conformados de manera paritaria y pertenecientes a diversos territorios que levantaban variadas banderas de lucha – comúnmente subalternas en pro de un proyecto que parecía ser interseccional.

Sin embargo, las actividades de la CC finalizaron sus funciones a exactos 12 meses, el 4 de julio de 2022, con un acto abstemio, con aires de apenas sobrevivencia, ya que su trabajo debió atravesar una amplia gama de boicots, noticias falsas, campañas de desprestigio por parte de los medios de comunicación y del mismo gobierno, además del magnánimo descrédito que significó para la CC la revelación de que el constituyente Rodrigo

Rojas Vade “el pelao vade”, habría fingido padecer cáncer para obtener votos (PÉREZ, 2021).

Pues bien, todo lo anteriormente mencionado llenó de incertezas el acontecer constitucional y fue fortaleciendo el camino a quienes parecían haber sido rezagados del proceso, con esto nos referimos al “centro” y la derecha. El grupo que generó mayor repercusión, así como también perplejidad, es el de “Amarillos por Chile”, liderado por Cristián Warnken e integrado, entre otros/as, por miembros de la ex Concertación, académicos/as y algunos premios nacionales. En su primera aparición pública anunciaron ser una “respuesta al peligro de una refundación de Chile desde cero” (MUSSA, 2022) apoyados/as, es claro, de una narrativa que además de falsa, estaba cargaba de una autopercepción salvacionista.

Como fue mencionado de manera introductoria, otro aspecto que repercutió a nivel nacional fue la elección presidencial del 2021. En julio del mismo año se desarrollaron las primarias, ya que en noviembre los/as ciudadanos/as concurrirían a las urnas para elegir a un/a nuevo/a presidente/a, renovar la totalidad de la Cámara de Diputados y una fracción del Senado. Así, llegamos a las elecciones del 21 de noviembre, las cuales contaron con siete candidatos/a presidenciales y sorprendió con sus resultados, ya que la centroderecha pareció haberse posicionado –nuevamente– como una opción presidenciable, dejando para la segunda vuelta a dos contendores totalmente opuestos: José Antonio Kast (del Partido Republicano) y Gabriel Boric (del Partido Convergencia Social).

Dicho resultado estremeció a la izquierda, ya que días antes había llenado las calles con conciertos masivos, marchas y actos rimbombantes de cierre de campaña, mientras que la derecha parecía no haber salido de su casa. Dejando en claro que estos se configuraban como una “mayoría silenciosa” que no marcha, no canta, no salta en las calles, pero sí vota, se organiza y es sumamente metódica con sus deberes cívicos.

Ambos candidatos contaron con menos de un mes para realizar coaliciones, participar en debates y desplegar campañas

donde plantearon su “proyecto país” y buscaron convencer a la ciudadanía de acudir a votar el 19 de diciembre. El resultado final de dicha elección fue de un 55,87% para Boric por sobre los 44,13% obtenidos por Kast. Tales porcentajes parecen un *deja vu* a lo sucedido en el plebiscito de 1988, esto, debido a que, según Daniel Matamala, la elección fue “pura continuidad. Es la persistencia de los tres grandes procesos históricos que se han entrelazado para formar la conciencia política del Chile actual: los de 1988, 2011 y 2019” (MATAMALA, 2021). Aún para este autor:

[...] 2011 fue la cuna de la generación que hoy llega al poder. Gabriel Boric, Camila Vallejo y Giorgio Jackson encabezaron la protesta, su institucionalización al llegar al Congreso, la formación del Frente Amplio y de Apruebo Dignidad, el sopase con que quitaron el liderazgo de la tribu del No a sus mayores, y el asalto a La Moneda en una marea electoral impulsada por un inédito voto joven. Con 56% de participación, un récord desde que existe el voto voluntario, Boric se convirtió en el presidente más votado, en la elección con más sufragios emitidos en la historia de la República (MATAMALA, 2021).

El nuevo presidente electo asumió el poder el día 11 de marzo de 2022, y posteriormente designó a ministros/as que contrastaron con los gobiernos anteriores, presentando una cartelera ministerial progresista, paritaria y joven. Aunque sus designaciones no estuvieron aisladas de negociaciones para pagar favores concedidos en la campaña recién pasada, este conjunto de profesionales parecía ser apto para sus labores.

Este nuevo ciclo presidencial dejó también en claro su rotundo apoyo a los trabajos que se encontraba desarrollando la Convención, así como su proceder caso el rechazo obtuviera una victoria, anticipando su actitud reformista y determinante de terminar con la Constitución de 1980. El día 4 de septiembre fue realizado el plebiscito de salida del borrador constitucional, el cual debió sortear una serie de campañas, conflictos, violencia directa entre ambos bandos en las calles, peleas familiares y niveles de desinformación abismales. El “Rechazo” a la instauración de un

nuevo documento constitucional obtuvo un 61,86% de los votos, mientras que el “Apruebo” alcanzó sólo un 38,14% de las preferencias (SERVEL.CL).

Una vez anunciada la rotunda derrota del “Apruebo” a una nueva constitución, se abrieron una serie de debates cuyo fin era la búsqueda del por qué, al menos desde la esfera liderada por la izquierda ilustrada. ¿Por qué perdió en las periferias, en la población carcelaria apta para votar?, ¿por qué perdió en regiones históricamente “progresistas” ?, ¿por qué perdió en los territorios de sacrificio, en las clases pobres y medias? ¿Por qué perdió en territorios mayormente habitados por indígenas? ¿Por qué el “pueblo” elegiría una opción que se supone era contra el “pueblo”? Una de las explicaciones podría ser que:

Chile, una larga y angosta faja de roteo. Es un despotismo ilustrado de izquierda: “todo por el pueblo, pero sin el pueblo”. No entra en la lógica de los roteadores que muchos habitantes de comunas vulnerables tienen una experiencia vital y una manera de pensar distinta -ni superior ni inferior- que les hizo valorar de manera diferente el proyecto (MATAMALA, 2022).

Las predicciones de Boric y las encuestas parecieron cumplirse y el 5 de septiembre los/as derrotados/as históricamente no fueron exaltados/as. Por lo que inmediatamente, al menos por parte del gobierno central, se empezó a maquinar la llamada a negociaciones con el fin de elaborar un nuevo texto constitucional, ya que se comprendía que a pesar de que se haya rechazado el documento elaborado por la CC, se debía respetar la consulta popular que manifestó la voluntad de acabar con el documento actual.

La performance del conservadurismo “popular” ¿adiós general?

Es el carácter performativo de las prácticas sociales vinculadas a memorias hegemónicas el que evoca al mismo tiempo la prohibición y el potencial para la transgresión de estas. El performance desarrolla la condición de “(in)posibilidad impuesta por las leyes y prohibiciones que impiden cierto tipo de acciones (y

permiten otras), delimitan el uso del espacio público y restringen el tipo de participación” (TAYLOR, 2005, p.11). Sin embargo, su despliegue performativo pone en evidencia, en primer lugar, las posibilidades de apropiación por parte de nuevos sujetos sociales de los actos y símbolos enunciados, haciendo nuevas y distintas marcas en el espacio público. Un mismo lugar, objeto o símbolo, puede ser cambiado de contexto de enunciación y así resignificado en un acto que tiene el efecto potencial de transformar las versiones del pasado (PIPER, 2009, p. 17-18).

Por lo tanto, el performance constituye una “cita social”, y en ese sentido se hace inteligible. El que no sea una representación de algo, sino más bien un proceso productivo, lo convierte en un acto potencialmente transformador de aquello que produce. En este sentido, Judith Butler (2002) insiste en que, pese a que la repetición instituye al sujeto, nunca lo determina por completo y justamente ahí se ancla la capacidad política y transformadora de las enunciaciones capaces de “reinscribir nuevos significados” (BUTLER, 2002, p.38). Así, en sentido estricto, la fuerza de los eventos performativos deriva de su capacidad de romper con los contextos anteriores y asumir ilimitadamente otros nuevos (BUTLER, 2002, p. 41).

El concepto performance teorizado arriba parece ser continuamente nutrido por un sector social que se considera de “izquierda”. Ya que como mencionamos antes, la izquierda baila, canta, marcha, protesta y actúa. La izquierda está vinculada a la cultura y a las artes en general. Pero, por ello, es importante estar atentos/as a cada símbolo, acto, enunciación, parámetro estético, entre otros, que hace la derecha, –y el “centro”– para comprender, en primer lugar, que la performance es una herramienta política que utilizan ambos lados, de forma consciente e inconsciente y, en segundo lugar, que efectivamente este sector ha sufrido cambios a lo largo de su historia, pero sigue manteniendo directrices teñidas de los símbolos patrios, herencia, tradición, orden, progreso, entre otros.

En este sentido, consideramos interesante describir brevemente cómo se ha desarrollado el performance del conservadurismo en Chile desde Pinochet hasta Kast, resaltando las continuaciones y cambios en sus dinámicas estéticas/performativas. Por ello, lo primero a considerar es que, en materia política, estas “nuevas derechas” latinoamericanas: “tienen como principal elemento unificador la lucha contra la izquierda, además, no son verdaderamente demócratas, menos aún por una real convicción, sino por una mirada oportunista” (ALVARADO, 2022, p. 76). En este contexto, si nos remitimos a la dictadura chilena y la junta dirigente de la misma, relatada en los apartados anteriores, podremos ver que:

[...] si para los opositores de la dictadura pinochetista el golpe representó la muerte, tortura y el fin de las libertades políticas, para los defensores del dictador y de su obra significó la defensa de los valores occidentales y cristianos y la salvación de la “chilenidad” ante la llegada de una ideología “alienígena”, o sea, el comunismo. (QUADRAT, 2009, p. 404).

La memoria hegemónica o dominante fue la del “golpe de Estado como salvación” y esta puso a los militares como los garantes de la democracia y estabilidad en Chile y demás países de la región. Ellos instalaron la idea de que vinieron a salvar el país del “caos marxista” y de ahí en adelante sus acciones se enmarcaron en esa discursiva legitimadora (MOYANO, 2012). Esta narrativa fue importante para una notable cantidad de personas, sino no sería posible entender que la dictadura haya terminado mediante una negociación pactada vía plebiscito, en el que el dictador obtuvo más que el 40% de los votos, o que, al momento de la muerte de este, muchos/as acudieron a hacer largas filas para despedir al “salvador de la patria”. Hay que subrayar que Pinochet nunca fue condenado, pero de cierta forma, su detención en Londres en 1998 fue debilitando esa memoria salvacionista. Sin embargo, siempre existió un grupo dispuesto a reivindicarla (QUADRAT, 2009).

Esta imagen más “blanda” con la que se marca el desenlace de la dictadura se debió, entre otros motivos, a las fuertes presiones tanto nacionales como internacionales que el régimen comenzó a tener desde 1978 en adelante. Por ello, tras bambalinas de este escenario, se estaba preparando un “giro” que buscaba darle una “cara más humana” al régimen, lo castrense se va dejando de lado “con miras a darle una coherencia propositiva al régimen”. Pinochet abandona el uniforme, se viste de civil, con tonos más vivos, usa zapatillas deportivas de vez en cuando, entre otras cosas. Por ende:

Esta es la época en que incluso hubo que sacrificar a los soldados de ayer. Leigh debió irse, Manuel Contreras también. Se estaban volviendo demasiado protagonistas. Marchábamos hacia una “transición”, así de vaga, que no debía tener protagonistas individuales, salvo Pinochet. Transición que se iniciaba precisamente intramuros, en el seno mismo del régimen. Transición que se planteaba a partir del rechazo de los extremos (JOCELYN-HOLT, 2014, p. 171).

Así, vemos que, durante el proceso de “transición pactada”, las disputas por la memoria se ponen en acción y se institucionalizan por parte inicialmente del régimen y posteriormente de los gobiernos de turno (democráticos); las agrupaciones sociales –sean estas conformadas por víctimas o victimarios/as–; la academia; los medios de comunicación; la clase empresarial, etc. Frente a ello, Alicia del Campo menciona que:

El Estado adopta una teatralidad orientada hacia la promoción del olvido que se inscribe en gestos y actos rituales. Entre ellos, el gesto más importante es la creación de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. A este proceso se le da un plazo legal que permite al Gobierno poner en escena una teatralidad de denuncia, al tiempo que queda establecido un calendario para el olvido habilitando el cierre de las discusiones que hará posible una continuidad política desligada del conflicto que suponen las demandas de justicia legal establecidas por las organizaciones de derechos humanos y los familiares de las víctimas (DEL CAMPO, 2004, p. 92-93).

De esta forma, desde el inicio de la “transición pactada” a la democracia, que parece en principio un proyecto de “pacificación

nacional” que “expone” los acontecimientos ocurridos durante la dictadura, no hay una verdadera actitud de responsabilidad sobre preguntas fundamentales que aún estaban/están sin respuesta (DEL CAMPO, 2004). Estas comisiones debieron convivir con una lucha ideológica en el campo de las negociaciones sobre “símbolos visuales, gestos, auditivos y puestas en escena de momentos y personajes críticos del acontecer nacional, como una manera de reescribir la historia desde distintos sectores” (DEL CAMPO, 2004, p. 29). Y así, “reescribir” la historia desde variados espectros políticos.

En este sentido es curioso cómo recordar colectivamente produce y reproduce versiones del pasado a través de la realización de acciones de ritualidad social. O sea, en la repetición ritual de actos, discursos, uso de lugares, signos, objetos u otras formas de recordar, las acciones de memoria contribuyen a fijar ciertas versiones del pasado llegando a menudo a prescindir de las prácticas de poder que las producen. Lo reiterado no es un acto singular, sino una norma o un conjunto de ellas. Las conmemoraciones, por ejemplo, resultan ser una práctica normativa que promueve ideologías, afectos, comportamientos e identidades (TAYLOR, 2005; VÁZQUEZ, 2001).

Estas constituyen unos de los recursos fundamentales de la institucionalización de la memoria, buscando, por un lado, marcar un momento cronológico y, por otro, dotar de sentido específico a determinados acontecimientos. Mediante dichas acciones se ponen en marcha prácticas rituales que tratan de establecer una definición del pasado en base a categorías identitarias y afectivas que sustentarán su continuidad en el tiempo (GONDAR, 2016). Así, lo que más parece perturbar al ala conservadora es justamente cuando se llama a esta conmemoración “ritualística” del pasado reciente, donde se sentencian los “nunca más” y se apuntan a los/as responsables. Por ello, no es de extrañar que se haga una revisión de la historia y una campaña del “no fue tan así como sucedieron las cosas”, un llamado a “pasar la página” y a “superar” el pasado dictatorial.

En los años de transición, las performances políticas de ambos sectores parecieron estar estancadas, cada uno jugando su papel,

manteniendo el *status quo* de lo que el imaginario social esperaba que fueran. La izquierda no era tan izquierda, o bien era la izquierda ilustrada que ejercía el control sobre la denominada Concertación, aislando al Partido Comunista y la derecha aparentaba no ser tan de derecha, excepto claro, por la derecha oligárquica-terrateniente, que no disfracaba su idiosincrasia, su forma de ver el mundo y sus aspiraciones sobre lo que consideraban debía ser el destino del país. Por su parte, el centro buscó parecer “neutral” y exhumar sus culpas de la falta de posicionamiento que venía teniendo desde incluso antes de la instauración de la dictadura.

Las únicas instancias que desafiaron más esta obra trillada, parecían ser las elecciones presidenciales. Donde claro las más conturbadas fueron las del 2005, 2009, 2013 y 2017, que tuvieron como mandatarios victoriosos a Bachelet, Piñera y nuevamente a ambos en el mismo orden. Dichas campañas sacaban a tono las más rotundas diferencias que se vivían entre ambos y, por ende, entre las dos posturas definidas desde 1989, quienes votaron por el “sí” y quienes votaron por el “no”. Por un lado, estaba la figura política femenina, médica, exiliada e hija de un ex militar asesinado por la dictadura. Por otro lado, en contrapartida, estaba un empresario multimillonario, cercano a los *Chicago Boys*, que había participado junto a su familia del proceso de instauración del neoliberalismo en el país y que públicamente y en más de una ocasión, defendió los hechos cometidos por Pinochet y sus secuaces.

Ejemplo de ello quedó evidenciado el 11 de septiembre del 2018, día en que se cumplían 45 años del golpe de Estado. El presidente en ejercicio, Piñera, justificó de manera camuflada y controversial, el uso de la fuerza militar en la época de dictadura. Lo hizo en el Palacio de La Moneda y en el diario El Mercurio, mediante una “carta a los chilenos”, donde argumentó que “es bueno y necesario recordar que nuestra democracia no terminó por muerte súbita ese 11 de septiembre de 1973. Venía gravemente enferma desde mucho antes y por distintas razones” (PIÑERA, 2018). Mencionando además que:

El desprecio por la democracia representativa, calificada despectivamente por algunos como democracia burguesa. El clima de odiosidad y enfrentamiento que llevó a tratar a quienes pensaban distinto no como adversarios a convencer, sino como enemigos a eliminar. La proliferación de consignas y descalificaciones. Y sin duda, la grave crisis política económica y social a la que nos condujo el gobierno de la Unidad Popular (PIÑERA, 2018).

Llegó a tal nivel el posicionamiento como agente de impunidad del expresidente que él no mencionó ninguna imagen de horror que traumatizó a la nación; al contrario, finalizó su discurso afirmando que es bueno tener memoria, porque los pueblos sin memoria están condenados a repetir sus errores, pero llamó a “no hurgar en la historia para convertirla en gangrena” y a sacudir de “pequeños rencores” (PIÑERA, 2018).

Otro ejemplo ocurrido en su mandato fue el pronunciamiento de Mauricio Rojas, quien, durante su desempeño como Ministerio de Cultura, declaró: “El Museo de la Memoria es un montaje, cuyo propósito, que sin duda logra, es impactar al espectador, dejarlo atónito, impedirle razonar”. A sus dichos agrega que el museo “es un uso desvergonzado y mentiroso de una tragedia nacional” (COOPERATIVA.CL, 2018). Estas declaraciones causaron un revuelo mediático de alto impacto, por lo que Piñera aceptó la renuncia de Rojas, pero no sin antes pronunciar que: “no compartimos sus opiniones y declaraciones”, pero “tampoco compartimos la intención de ciertos sectores de nuestro país que pretenden imponer una verdad única y que no tienen ninguna tolerancia y respeto por la libertad de expresión y opinión de todos nuestros compatriotas” (ASTE, 2018).

Si bien es posible percibir una postura mucho más radical y abierta al respecto de los acontecimientos dictatoriales, en este segundo mandato presidencial, Piñera también tuvo declaraciones similares en su primer turno. Específicamente el año 2011, cuando propuso sustituir la palabra “dictadura” por “régimen” en los libros escolares, además de intentar reducir la carga horaria de Historia y Geografía del currículo escolar de 4 a 2 horas. La idea aprobada por el Consejo Nacional de Educación (CNE), era eliminar de los textos

escolares la expresión “dictadura” para referirse al mandato de Pinochet, dando al período un carácter más “neutro”, con la expresión “régimen militar”. La propuesta generó numerosos debates y las repercusiones fueron tan negativas, dentro y fuera de Chile, que el gobierno acabó reculando (PALMA, 2012).

Debemos considerar que desde las elecciones presidenciales del 2017 es que se empieza a configurar a nivel país, un movimiento conservador mucho más nítido, descarado y potente. A pesar de que los/as integrantes de este sector siempre han estado activos/as en la política nacional, las alarmas se encienden recién cuando Kast renuncia al Partido de la Unión Democrática Independiente el año 2016 y se postula como candidato independiente en la elección presidencial del 2017. Si bien en esta ocasión quedó en cuarto lugar, con 8% de los votos y la victoria fue obtenida por Piñera, logró el palco mediático que necesitaba para difundir la radicalidad de sus ideas y decidir fundar su propio conglomerado político. Ejemplo de ello es el discurso de lanzamiento de su campaña:

Mi nombre es José Antonio Kast, y yo sí defiendo con orgullo la obra del gobierno militar, sí creo que muchos militares y miembros de las Fuerzas Armadas están siendo perseguidos y yo sí me comprometo, si soy Presidente, a proteger a las Fuerzas Armadas, a terminar con las persecuciones judiciales y a indultar a todos aquellos que injusta o inhumanamente están presos (MATAMALA, 2021).

Así, en 2018, la nueva derecha radical se identifica con el Partido Republicano, fundado y presidido por Kast, el cuál respondería a la definición de un partido de extrema derecha, principalmente por la vinculación que podría tener éste con ideas cercanas al fascismo. Para David Lerín: “Estos partidos defienden postulados teóricos basados en el etnonacionalismo (rechazando la inmigración, sobre todo la ilegal y la no asimilable) y en la recuperación de mitos ultranacionalistas pre-modernos que desequilibran valores democráticos actuales de los principales partidos de Europa” (LERÍN, 2019, p. 96).

Por ende, aunque parecía desintegrarse el sector conservador a nivel nacional, realmente lo único que estaba sucediendo es que se estaba expandiendo. El mejor ejemplo de ello es que Chile haya sido sede del Foro para el Progreso y Desarrollo de América del Sur (PROSUR), creado en 2019, el cuál buscaba ser un nuevo proyecto de integración regional, de base conservadora, alternativo a la fallecida Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), la opción “más dinámica, menos burocrática y despejada de ideología” (WRADIO, 2019). Dicho foro tuvo como protagonistas a quienes en ese entonces figuraban como mandatarios: los presidentes de Argentina, Mauricio Macri; Brasil, Jair Bolsonaro; Colombia, Iván Duque; Ecuador, Lenin Moreno; Paraguay, Mario Abdo, y de Perú, Martín Vizcarra, junto con Piñera, que ejerció de anfitrión del evento. Es deducible que Venezuela no fue invitada al evento y que países como Bolivia (Evo Morales) y Uruguay (Tabaré Vázquez) no aceptaron la invitación.

Meses más tarde, ante la hecatombe ocasionada con el “Estallido Social” el gobierno, –núcleo representante de la derecha chilena– declaró: “estamos en guerra contra un enemigo poderoso, que está dispuesto a usar la violencia sin ningún límite” y la ex primera dama, Cecilia Morel, comparó las manifestaciones a “una invasión alienígena” (BBC, 2019). A esto le siguió una continua búsqueda por respuestas a lo que estaba sucediendo, pero siempre desde el exterior, resucitando el lenguaje bipolar de la Guerra Fría y las teorías “conspiranoicas” sobre aportes económicos recibidos por Venezuela, entrenamiento de guerrilla en Cuba e inteligencia norcoreana, entre tantas otras cosas. No obstante, una vez deslegitimadas esas teorías, comenzó la masiva circulación de noticias falsas, fotos alteradas y apoyo sin altura de miras al aparato de la fuerza y del orden. Viste ciega, valga la redundancia de centenas de personas con ojos mutilados, acusaciones de tortura y uso desmedido de la fuerza.

También era de esperarse que ante el levante de la revuelta haya grupos contestatarios que se estructuren como oposición –y que siempre lo han sido–. Dicho sector se situaba en las

manifestaciones del lado de Carabineros, como una especie de guardianes de la fuerza y del orden y, para distinguirse, comenzaron a utilizar chalecos amarillos reflectantes. Por otra parte, ante el derrumbe hegemónico de la constitución de las ciudades durante la revuelta, las mañanas siguientes se desprendían barrenderos y camiones municipales que “organizaban” y “limpiaban” los escombros “en un esfuerzo de limpiar la memoria y devolverle al entono, el aura monumental” (MÁRQUEZ, 2020, p. 3). Así, tanto los/as “chalecos amarillos” como los/as “jóvenes de blanco²¹” responden a un sector, que como bien apunta Mayol,

No ven una protesta, ven un delito. Y en ese contexto se uniforman y deciden organizarse para controlar y sancionar. Es un acto ritual; probablemente no pretenden modificar radicalmente el escenario de conflicto ni ser un factor decisivo en la lucha de las policías, pero sí plantean un antagonista al movimiento. Sus convicciones son simples: detrás del estallido social hay una operación que daña la patria, un esfuerzo coordinado desde fuera para reducir el poder de Chile y un trabajo realizado desde dentro por sectores que se pueden denominar simplemente “comunistas”, más allá de su militancia (MAYOL, 2020, p. 170).

Como fue mencionado anteriormente, el sector conservador mantuvo su postura reluctante durante todos los procesos que se desmembraron del “18-O”, constituyéndose como el “rechazo” a todas las opciones propuestas: rechazó la escrita de una nueva constitución, rechazó la convención constituyente y rechazó el documento emanado de la CC, a pesar de haberse involucrado con toda su artillería pesada de políticos “experientes” para tutelar dichos procesos.

La “guinda de la torta” de dicho performance conservador fue posible visualizarlo en su máximo esplendor en la campaña presidencial del año 2021 liderada por Kast y la campaña de descrédito que él llevó

²¹ Los/as “jóvenes de blanco” comenzaron a aparecer en escena pública durante las primeras semanas del “Estallido Social”. Si bien nunca se definieron como una agrupación político-ideológica, se posicionaron contra el Estallido y los desmanes por estos provocados. Se reunían los domingos de mañana, en una especie de trabajo comunitario con sesgo religioso, para pintar de blanco las manifestaciones de los murales, despegar calcomanías, grafitis, entre otros.

adelante contra el plebiscito de salida del borrador constitucional. Donde, desde un principio, se mostró contrario a la necesidad de reformar el documento constitucional y que en la antesala de las votaciones otorgó su apoyo rotundo al conglomerado de rechasistas que tenían como eslogan “rechazar para reformar”. Vale destacar que Kast se describe como un republicano, un demócrata “a la antigua” y nunca ha tenido pudor en defender a sádicos torturadores de la dictadura, como, por ejemplo, a Miguel Krassnoff, condenado a más de 800 años de cárcel, diciendo “conozco a Miguel (Krassnoff) y viéndolo no creo todas las cosas que se dicen de él”, cimentando de esta manera “dudas” sobre la veracidad de los peores crímenes ocurridos en dictadura (MATAMALA, 2021). Así, hacemos nuestras las interrogantes de Matamala sobre lo que él denomina el trastorno de valores de Kast:

Para una demócrata, la represión, las torturas y los asesinatos no son simplemente un elemento más de un gobierno, que pueda ponerse en la balanza junto a las obras que construyó a las reformas que llevó adelante. Son una zanja moral infranqueable. ¿A cuántas carreteras equivale una mujer violada y torturada por agentes del Estado? ¿Cuántos puntos del PIB justifican los cuerpos lanzados al mar, el secuestro de niños, la ejecución de mujeres embarazadas? (MATAMALA, 2021).

Finalmente, es importante mencionar que Kast es el actual representante de la oposición al gobierno de turno encabezado por Boric, y sus apariciones en prensa, televisión y redes sociales, dan claras señales de que ya se encuentra forjando su campaña presidencial para el 2025, agarrándose de cada inconveniente, error, e incluso idea progresista que emané de La Moneda. En tanto, se inmiscuye de manera más sigilosa en la desastrosa conformación de expertos para redactar el nuevo documento constitucional.

Consideraciones Finales

Ya se cumplieron más de 150 días de realizado el plebiscito del 4 de septiembre de 2022. El “rechazar para reformar” parece haber sido congelado en el tiempo, y todas las noticias día tras día parecen un bucle en el tiempo, de repetición de discursos, actos, performances que buscan dilatar el llevar adelante el proceso. Con

la avasalladora derrota del “Apruebo” en el plebiscito de salida al nuevo documento constitucional, quedó en evidencia que Chile está atravesando una gran crisis, una disputa hegemónica y todo lo que ella representa, la cual a pesar de contar con un presidente de izquierda, no impide una de las más fuertes olas conservadoras desde la instauración de la dictadura.

Esta crisis articula mediante la violencia un imaginario social que nos motivó a preguntarnos sobre la representación de las subjetividades y performances del conservadurismo chileno en la actualidad, considerando fundamental, oscilar entre el pasado reciente y el presente latente. Es claro que el tema “devenir de país” es el que genera más expectativa e interrogantes hacia el futuro. Todo parece haber comenzado de nuevo. En cierto modo, el “Estallido Social”, se suponía, vino a romper el paradigma de que las constituciones sólo las hacen comités de políticos/as entre cuatro paredes, de forma privada y sin consulta popular. Pero lo sucedido últimamente nos hace cuestionar si la grieta cívica, ciudadana, popular y participativa que fue congelada en el tiempo por 50 años, podía remediarse de forma tan osada en menos de tres años.

Por ende, consideramos que este es el momento en que se siguen disputando las memorias en el presente. El “Estallido Social” que marca el despertar significa un antes y un después en el acontecer nacional, en cómo los/as chilenos/as se relacionan, viven y qué quieren. Es claro que la otra cara de la moneda es la resistencia a dichos cambios, el conservadurismo, el patriotismo, el legalismo, etc. Estos están igualmente en alta como un método de defensa para evitar la pérdida de privilegios.

2023 significa la conmemoración de los 50 años de ejecutado el Golpe de Estado, representa también el segundo año de mandato del presidente más joven de la historia nacional y representa – quizá– el año en que emana un nuevo documento constitucional, que podría revocar la Carta Magna de 1980, pero que al mismo tiempo dista de ser participativa, paritaria, con perspectiva de género, plurinacional y ecológica.

Referencias

- ALLENDE, Salvador. *Vía Chilena al socialismo*. Santiago (discurso ante el Congreso Nacional), 1971.
- ALVARADO, Esteban. *La Nueva Derecha chilena. La diferencia en el uso del concepto en Chile (1990-2010-2020)*. FSCUCP, 2021.
- ALVARADO, Vania. “Memorias en Disputa: el Estallido Social y la Convención Constitucional como una Vía de Escape a los Amarres de la Dictadura Civil-militar Chilena”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2021. URL: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6370>
- ALVARADO, Vania; SPYER, Tereza. “El Estallido Social en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo?”. *Revista Katalysis*, v. 24, p. 43-52, 2021. URL: <https://www.scielo.br/j/rk/a/xfp9XCkzSSDrWgtp7M5JyTF/?lang=es>
- ARCHIVO NACIONAL. El Movimiento Feminista del 2018, 2018. URL: https://www.archivonacional.gob.cl/616/w3-article-93703.html?_noredirect=1
- ASTE, Fernando. Piñera acepta la renuncia de Rojas y asegura que “no compartimos sus opiniones”. *La Tercera*. Santiago, Chile, 2018. URL: <https://www.latercera.com/politica/noticia/pinera-acepta-la-renuncia-rojas-asegura-no-compartimos-opiniones/280253/#>
- BARROS, Robert. *La Junta Militar. Pinochet y la Constitución de 1980*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2005.
- BASCÚÑAN, Carlos. *Más allá de los sueños, más allá de lo posible. La concertación en Chile. Volúmenes I y II*. Santiago: LOM Ediciones, 2009.
- BBCMUNDO. “Estamos en Guerra” la frase de Piñera que se le volvió en contra en medio de las fuertes manifestaciones, 22 de octubre de 2019. URL: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50139270>
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Argentina: Paidós, 2002.

CIPER, 2020. *Operación Condor*. URL: <<https://www.ciperchile.cl/2020/01/09/operacion-condor-los-asesinatos-selectivos-que-implican-a-pinochet-y-a-manuel-contreras/>>

COOPERATIVA.CL. *Ministro de las culturas: "El museo de la memoria es un montaje"*. Santiago, Chile, 2018. URL: <<https://www.cooperativa.cl/noticias/cultura/museos/ministro-de-las-culturas-el-museo-de-la-memoria-es-un-montaje/2018-08-11/141954.html>>

CORREA, Sofía (et al.). *Historia del siglo XX chileno*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.

DEL CAMPO, Alicia. *Teatralidades de la memoria*. Santiago: Mosquito comunicaciones, 2004.

DIARIO U CHILE. *Nombramiento de Hernán Larraín genera resquemores por conexión con Colonia Dignidad*. URL: <<https://radio.uchile.cl/2023/01/27/nombramiento-de-hernan-larrain-genera-resquemores-por-conexion-con-colonia-dignidad/>>

EL DESCONCIERTO. *"Votó Rechazo y va de Constituyente": las reacciones que dejó el anuncio de Marcela Cubillos*. 07 de enero de 2021. URL: <<https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2021/01/07/voto-rechazo-y-va-de-constituyente-las-reacciones-que-dejo-el-anuncio-de-marcela-cubillos.html>>

FERNÁNDEZ, Juan. *Elección constituyente y voto popular: análisis muestra que las comunas pobres sí votaron*. CIPER. 28 de mayo de 2021. URL: <<https://www.ciperchile.cl/2021/05/28/eleccion-constituyente-y-voto-popular-analisis-muestra-que-las-comunas-pobres-si-votaron/>>

FIGUEROA, Carlos. *Cultura del terror y Guerra Fría. América Latina en Movimiento*, Guatemala, 06 de octubre de 2005. URL: <<https://www.alainet.org/es/active/9406>>

GARCÍA, M. Gabriel. *Chile, el golpe y los gringos*. Bogotá: Roanbaga, 1974.

GARRETÓN, Manuel. *La crisis de la sociedad chilena, nueva Constitución y proceso constituyente*. *Revista Anales*, Santiago, nº10, p. 77-92, 2016.

GOIC, Ivo. *Plebiscito 2020: Qué implica votar Apruebo o Rechazo el 26 de abril*. *CNN CHILE*. 25 febrero de 2020. URL: <<https://>>

www.cnnchile.com/pais/plebiscito-2020-votar-apruebo-rechazo_20200225/>

GONDAR, Josaida. Cinco proposições sobre memória social. *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social*: edição especial. Rio de Janeiro v. 9, nº15, p. 19-40, 2016.

GUTMAN, Daniel. El día que Jimmy Carter le puso un límite a la dictadura. *Diario Perfil S.A.*, 09 de septiembre de 2017. Disponible en: <<https://www.perfil.com/noticias/elobservador/el-dia-que-jimmy-carter-le-puso-un-limite-a-la-dictadura.phtml>>

HUNEEUS, Carlos. *Chile, un país dividido. La actualidad del pasado*. Santiago: Catalonia, 2003.

JOCELYN-HOLT, Alfredo. *El Chile perplejo. Del avanzar sin transar al transar sin parar*. Santiago:Penguin Random House Grupo Editorial, 2014.

JUSTO, Marcelo. Uma radiografia da política econômica de Pinochet. *Carta Mayor*, 09 de septiembre de 2013. Porto Alegre, 2013. Disponible en: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Uma-radiografia-dapoliticaeconomica-de-Pinochet/6/28559>

LEAL, Francisco. La doctrina de seguridad nacional: materialización de la guerra fría en América del Sur. *Revista de Estudios Sociales*, Buenos Aires, junio, p. 74-87, 2003.

LERÍN, David. *La nueva derecha radical como reto a la gobernanza y a la calidad de la democracia*. UCM. 2019.

MAGASICH, Jorge. *Historia de la Unidad Popular. Tiempos de preparación: de los orígenes al 3 de septiembre de 1970*. Santiago: LOM Ediciones, 2020.

MAIRA, Luis. *Chile: dos años de la Unidad Popular*. Santiago: Quimantú, 1973.

MÁRQUEZ, Francisca. Por una antropología de los escombros. El Estallido social en Plaza Dignidad, Santiago de Chile. *Revista 180*, Santiago, v.45. p. 2-15, 2020.

MATAMALA, Daniel. *El gran roteo*. 10 de septiembre de 2022. La Tercera. URL: <<https://www.latercera.com/opinion/noticia/colum>

na-de-daniel-matamala-el-gran-roteo/WUVATD7K5JCOJHFMBF5
GIBOSSY/>

MATAMALA, Daniel. *Kast tiene otros valores*. 13 de noviembre de 2021. La Tercera. URL: <<https://www.latercera.com/opinion/noticia/columna-de-daniel-matamala-extremo-en-que/7CU4N45BZ5EFLP433AVPCBQZ2U/>>

MAYOL, Alberto. *Big Bang. Estallido social 2019. Modelo derrumbado-Sociedad rota- Política inútil*. Santiago: Catalonia, 2019.

MELLENDEZ, C. *Chile 2020: pandemia y plebiscito constitucional*. Rev. Ciencia política., Santiago, v. 41, n. 2, p. 263-290, 2021. Disponible en: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2021000200263&lng=es&nrm=iso

MEMORIA CHILENA. *La época: 20 frases del general*. URL: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96761.html>>

MEMORIA CHILENA. Ley de Amnistía. URL: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95548.html>>

MEMORIA Y JUSTICIA. The Carlos Prats Case: An Historic Trial. URL: <https://www.memoriayjusticia.cl/english/en_focus-carlos-prats.htm>

MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

MOYANO, Cristina. Las batallas por la memoria. *El mostrador*, 13 de junio de 2012. URL: <<https://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2012/06/13/las-batallas-por-la-memoria/>>

MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. *Bandos presidenciales*. URL: <<http://archivomuseodelamemoria.cl/index.php/258204;isad>>

MUSSA, Yasna. *Amarillos por Chile” y “Una que nos una” no han presentado iniciativas ate la Convención*. CIPER 06 de mayo de 22. URL: <<https://www.ciperchile.cl/2022/05/06/amarillos-por-chile-y-una-que-nos-una-no-han-presentado-iniciativas-ante-la-conven-cion/>>

PALMA, Christian. “Piñera apaga dos livros de história o que Pinochet escreveu com sangue”. Carta Maior, 2012. URL: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Pinera->

apaga-dos-livros-de-historia-o-que-Pinochet-escreveu-com-sangue/6/18403.>

PÉREZ, Libio. *Rodrigo Rojas Vade, el activista chileno que se inventó que tenía cancer*. ABC. 07 de septiembre de 2021. URL: <https://www.abc.es/internacional/abci-rodrigo-vade-chile-impostor-enf-202109070151_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.abc.es%2Finternacional%2Fabci-rodrigo-vade-chile-impostor-enf-202109070151_noticia.html>

PINTO, Julio. *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

PIÑERA, Sebastián. 11 de setiembre: Memoria e historia. El Mercurio, Santiago, Chile, 2018. URL: <<http://www.elmercurio.com/blogs/2018/09/11/63199/11-de-septiembre-Memoria-e-historia.aspx>>

PIPER, Isabel (Org.). *Usos del espacio, identidades sociales y políticas del recuerdo: análisis psicosocial de lugares de memoria de los conflictos violentos de nuestro pasado reciente*. Santiago: Universidad de Chile, Departamento de Psicología, 2009.

QUADRAT, Samantha. "Para Tata, com carinho!": a boa memória do pinochetismo. In: AZEVEDO, Cecília (et al.). *Cultura política, memoria e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

QURESHI, Lubna. *Nixon, Kissinger, and Allende. U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile*. Reino Unido: Lexington Books, 2009.

RAMÍREZ, Felipe. 2006-2016: Las transformaciones en la escena educacional chilena. *UCHILE*, 16 de mayo de 2016. Disponible en: <<https://www.uchile.cl/noticias/121706/2006-2016-las-transformaciones-en-la-escena-educacional-chilena>>

RUIZ, Pablo; AUSTIN, Robert. Estados Unidos, Escuela de las Américas y la cuestión militar en Chile. In: AUSTIN; Robert; SALÉM, Joana; CANIBILO, Viviana. *La vía chilena al socialismo 50 años después*. Buenos Aires, CLACSO, 2020.

SCHNEIDER, Victor. *El General Schneider: Un hombre de honor un crimen impune*. Santiago: Ocho Libros Editores, 2010.

SENADO.CL. *Ya es una realidad: escaños reservados para pueblos originarios en la Convención Constituyente*. 15 de diciembre de 2020. Disponible en: <<https://www.senado.cl/noticias/pueblos-origi>

narios/ya-es-una-realidad-escanos-reservados-para-pueblos-
originarios-en-la>

SERVEL. *Resultados plebiscitos 2022*. URL: <https://historico.servel.cl/servel/app/index.php?r=EleccionesGenerico&id=237>

TAYLOR, Diana. *El espectáculo de la memoria: trauma, performance y política*. Conferencia realizada en el coloquio Políticas del Recuerdo: dimensiones performativas de las conmemoraciones. Santiago: Universidad ARCIS, 2005.

TINSMAN, Heidi. *La tierra para el que la trabaja: género, sexualidad y movimientos campesinos en la reforma agraria chilena*. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ, Rolando; PINTO, Julio. *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

VÁZQUEZ, Félix. *La memoria como acción social: relaciones, significados e imaginario*. Barcelona: Editorial Paidós, 2001.

VEGA, Cesar. El origen del cacerolazo. *Bio-bio Chile*, 24 de octubre de 2019. Disponible en: <<https://www.biobiochile.cl/noticias/sociedad/curiosidades/2019/10/24/el-origen-del-cacerolazo-el-tipo-de-protesta-que-en-chile-surgio-de-la-clase-alta.shtml>>

WRADIO. *Prosur: la víspera del nacimiento de un nuevo organismo multilateral en Suramérica*. 21 de marzo de 2019. URL: <<https://www.wradio.com.co/noticias/internacional/prosur-la-vispera-del-nacimiento-de-un-nuevo-organismo-multilateral-en-suramerica/20190321/nota/3880258.aspx>>

6. Nayib Bukele: um príncipe antimoderno no século XXI

Patricia Mechi

Introdução

O retorno do termo fascismo ao debate público contemporâneo não é mero artifício retórico para descrever arroubos autoritários desta ou daquela liderança política. Ao contrário, muitos analistas¹, utilizando ou não o termo, têm identificado similitudes entre os movimentos fascistas do passado e as lideranças de extrema-direita do presente, entre elas a mobilização de significativos setores da população.

Apesar de ser identificado como um fenômeno global, o avanço da extrema-direita obedece às lógicas nacionais ou regionais. Na América Latina, sucedeu a chamada “onda rosa”, em que governos progressistas assumiram o poder na região por cerca de duas décadas. Diferente do passado em que as propostas dos setores majoritários da esquerda visavam romper com o capitalismo, a “onda rosa” não propunha nenhuma ruptura com o *status quo*, mas buscava “civilizar o capital”, submetendo-o ao jogo democrático, ao mesmo tempo em que cedia em algum nível às massas populares, o que se traduziu em políticas de combate à desigualdade.

Sem ser uma ameaça imediata, as esquerdas institucionais, da ordem, viram os governos eleitos a partir do final do século e primeira década do XXI caírem em meio a novas formas de golpe de Estado, que não incluíam o uso explícito da força (ainda que esta estivesse subentendida), mas sim manobras jurídicas e parlamentares. Paralelamente, em alguns países, as classes dominantes apostaram, por meio da utilização do aparato

¹ Cf., por exemplo, TRAVERSO (2021) e TEITELBAUM (2020).

midiático tradicional e de formas comunicacionais não convencionais – redes sociais e mensageiros como whatsapp e telegram –, em lideranças antidemocráticas que cada vez mais radicalizavam seus discursos e práticas.

Tais lideranças apresentaram-se como *outsiders*, apesar de muitos possuírem trajetórias na política institucional, tais como Nayib Bukele e Jair Bolsonaro, para citar dois atores que possuem relevância para compreender o fenômeno na região. O primeiro já havia sido prefeito de *Nuevo Cuscatlán e de San Salvador*, capital de El Salvador, antes de assumir a presidência da República, em 2019. Já o segundo, ex-presidente do Brasil, permaneceu por 28 anos como deputado federal do chamado “baixo clero”, conhecido quase exclusivamente pelo seu eleitorado antes de tornar-se figura fácil em programas como o *Custe o Que Custar (CQC)*, na TV Bandeirantes, entre outros.

Ambos se tornaram presidentes de seus países durante o governo de outra liderança de extrema-direita, desta vez nos Estados Unidos: Donald Trump, empresário cuja família fez fortuna com a construção de apartamentos de classe média com recursos dos programas de habitação do governo. Trump diversificou os negócios familiares, construindo apartamentos de luxo, cassinos e hotéis, tornando-se, ele próprio, marca licenciável². Durante décadas frequentou as TVs e noticiários estadunidenses, se convertendo um *habitué* da indústria cultural. Seu maior sucesso midiático veio com o programa “*The Apprentice*”³, que comandou por onze temporadas (2004-2015) até se candidatar à presidência.

² Os registros de marcas vão de sabonete e perfumes (Índia) à serviços de engenharia (Brunei) ou vodka (Israel). Além disso, ele possui mais de uma centena de produtos licenciados na China (WEE, Sui-Lee & HAKIM, 2017).

³ A franquia “*The Apprentice*” foi vendida a outros países, incluindo o Brasil, e aqui foi apresentado por Roberto Justus e João Dória. Tal como no original, o ponto alto do programa era a “demissão” de um dos competidores e o prêmio final era ser contratado pelas empresas do apresentador. Entre a humilhação impingida aos participantes e a autopropaganda do empresário que o apresentava, o programa se caracterizava, pela divulgação de valores do mundo empresarial, pela louvação à superexploração do trabalho e por catapultar Trump

Estes três políticos, que ocuparam e ocupam (no caso de Bukele) a presidência da República de seus países, emergiram como lideranças em um contexto de avanço da extrema-direita mundial, em que ganharam relevância e poder na política institucional personagens como Marine Le Pen, Matteo Salvini, Viktor Orbán, além dos ideólogos “antimodernos” como Steve Bannon, Olavo de Carvalho e Aleksander Dugin (TEITELBAUM, 2020).

Destas lideranças, nos interessa neste ensaio olhar mais a fundo o Nayib Bukele, presidente de El Salvador, porque, diferente de Bolsonaro ou Trump, ele teve mais sucesso em submeter os outros poderes, silenciar os opositores e tem condições reais de sair vitorioso das próximas eleições, possivelmente com uma votação muito expressiva, já que pesquisas recentes indicam que ele tem mais de 90% de aprovação entre os salvadorenhos, o que o torna o presidente melhor avaliado da América Latina (GALLUP, 2023).

Seu mandato é caracterizado pelo crescente autoritarismo que tem transformado aceleradamente o país em uma autocracia. Sob seu governo, Legislativo e Judiciário se tornaram extensões do Executivo, num contexto em que a censura à imprensa avança e as esquerdas vão, cada vez mais, perdendo seu “poder de fogo”, tanto material quanto simbólico. Sob a justificativa de combater as *maras* (*pandillas* ou gangues) o país está em Estado de Exceção há quase um ano⁴, período em que prendeu mais de 60.000 pessoas e foi inaugurada uma Mega Prisão (fevereiro de 2023), com capacidade para mais de 40.000 presos.

Entretanto, antes da discussão com foco em El Salvador, apresentaremos os aspectos gerais da paisagem de onde emergiu a “nova direita” latino-americana, que cresceu nas fissuras abertas do edifício democrático sob o neoliberalismo, erguido após o fim do ciclo de ditaduras militares na região, e posto abaixo na última década. Neste quadro El Salvador, uma das expressões mais

nos EUA e Dória no Brasil, respectivamente à presidência da República dos EUA e prefeitura da capital e ao governo do Estado de São Paulo.

⁴O Estado de Exceção teve início em março de 2023 e ainda está em vigor no momento da escrita deste texto (fevereiro de 2023).

radicais e dramáticas, pode oferecer um vislumbre de tendências ainda não completamente desenvolvidas ou perceptíveis em outras regiões do subcontinente.

Democracia e neoliberalismo, esquerda e direita na América latina

Desde o início do século XXI ficou cada vez mais difícil na América Latina angariar votos com as promessas que poucas décadas atrás projetavam para nosso continente os padrões de consumo do norte global – particularmente dos Estados Unidos – apresentados como possíveis desde que fossem feitas reformas que retirassem o Estado de cena. A realização pelo consumo seria atingida via livre competição entre indivíduos, cujo sucesso dependeria dos sacrifícios e habilidades pessoais, que poderiam ser desenvolvidas ou aprimoradas no mercado, cada vez mais aberto ao oferecimento de soluções educacionais para os novos tempos (GOULART; ALENCAR, 2021).

Nos anos noventa do século passado, setores da direita tradicional e de uma, à época, nova direita tecnocrata (que se envergonhava de reconhecer-se como polo conservador ou reacionário do espectro político) produziram intensa propaganda para convencer as sociedades latino-americanas, algumas ainda sob regimes ditatoriais ou frágeis democracias, que os serviços públicos garantidos pelo Estado – saúde, educação, previdência social, telecomunicações, saneamento básico, produção e distribuição de energia, entre outros – seriam melhores e mais eficientes se realizados na esfera do mercado.

A retórica que se estabeleceu como hegemônica foi a de que o Estado era naturalmente ineficiente para gerir a vida social e sua função deveria ser a de garantir que o mercado funcionasse, observando o cumprimento das regras do jogo democrático e mantendo a ordem, ou seja, garantindo que os “de baixo” permanecessem em suas condições precárias de vida, trabalho e

existência, condição *sine qua non* para que os “de cima”, a burguesia dependente, continuasse com os negócios de sempre.

Por sua vez, a esquerda latino-americana nas últimas décadas do século XX sofria com os impactos internacionais com a dissolução da União Soviética no campo externo e, internamente, tentava se reorganizar após a brutal repressão do Terrorismo de Estado que grassou no continente, aprofundada nas décadas de 1970 e 1980. Com poucas exceções, organizações revolucionárias e mesmo reformistas tiveram que manter-se na clandestinidade, o que não foi suficiente em muitos casos para garantir a segurança da militância. São centenas de milhares os torturados, assassinados e desaparecidos no período.

Além da repressão à esquerda, o Terrorismo de Estado também se abateu sobre os indígenas, as pessoas pretas e pobres em geral. A violência colonial, presente não só nas práticas policiais, mas também no imaginário popular, sofisticou-se com o ideário anticomunista da Doutrina de Segurança Nacional e seus desdobramentos práticos no cotidiano repressivo. Em suas formulações mais radicais, até mesmo o apoio tímido às ditaduras era passível de repressão: desejava-se uma adesão total, profunda e irrestrita, conforme expressou o general argentino Ibérico Sain-Jean: “Primero, vamos a detener a los guerrilleros. Después a sus familiares. Después a los simpatizantes. Por último, a todos los que no crean en el régimen militar” (MARIANO, 1998, p.28).

O fim do ciclo de ditaduras militares na América Latina, com exceção da Argentina, permitiu não apenas a continuidade na cena política de personagens abertamente antidemocráticos e golpistas; mas garantiu, também, que grande parte dos que cometeram crimes de lesa-humanidade não fossem condenados e a estrutura legal e ilegal dos aparatos repressivos não fossem desmontadas. Em alguns países, chegou-se ao absurdo de o Estado reconhecer um agente militar como torturador, sem que a legislação permitisse que ele respondesse por seus crimes, como foi o caso de Carlos Alberto Brilhante Ustra, no Brasil.

Assim, nas transições democráticas latino-americanas do final do século XX, uma combinação de impunidade, crise econômica e controle das transformações institucionais por integrantes do regime anterior permitiu a sobrevivência de estruturas e ideologias fascizantes, que floresceram a partir do neo-golpismo, inaugurado com a deposição de Manuel Zelaya, presidente de Honduras, em 2009, e que se sofisticaria nos anos seguintes.

Grande parte da esquerda latino-americana que sobreviveu ao ciclo das ditaduras militares abandonou o caminho da revolução e concordou em participar do jogo democrático, com maior ou menor entusiasmo, mas sempre com pouco tensionamento com relação à legalidade na qual se acomodaram, e em muitos sentidos, perdeu as condições de se apresentar como novidade histórica e força antissistêmica. Alguns setores da esquerda, inclusive, sucumbiram frente à avalanche da ideologia neoliberal nos anos noventa, indo além da submissão ao ajuste estrutural, mas também introjetando “a razão do mundo que lhes caracteriza, reduzindo a política a técnicas de gestão balizadas por uma lógica mercantil” (SANTOS, 2018, p. 13).

Apresentada sem mediações na década de 1990, no contexto do esfacelamento do campo socialista, a ideologia neoliberal – cujo primeiro experimento mundial ocorreu no Chile da ditadura do general Augusto Pinochet a partir de 1973 – não representava um modelo econômico capaz de fazer frente aos graves problemas enfrentados pelos países latino-americanos, aprofundados pela crise da dívida da década de 1980. A deterioração dos meios de vida e o empobrecimento da maior parte da população, não foram contidos pelo receituário neoliberal, mas sim agravados, na medida em que se debilitava o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e se avançava na privatização dos serviços públicos.

Nos anos 2000, com a chamada “onda rosa”, a esquerda da ordem chegou ao poder e com ela ocorreram modificações em relação ao papel do Estado. Enquanto a direita dos anos noventa propunha gerir alguns setores dos países como empresas privadas, as esquerdas, que não negaram as políticas implementadas na

década anterior, implementaram projetos que, apesar de tímidos, por vezes descontínuos e sempre sem afetar a estrutura de classes, melhoraram as condições individuais na “disputa” pela sobrevivência de alguns setores empobrecidos da população. Em alguns casos, o impacto disso foi estrondoso, porque significava tirar as pessoas da pobreza absoluta.

Desse modo, os governos progressistas dos anos iniciais do século XXI apostaram na política da “contenção de danos”, por meio de redistribuição focalizada de renda e algumas políticas sociais que não rompiam com os fundamentos econômicos neoliberais. Isto é, “os governos progressistas descartaram transformações estruturais: apostaram na mudança sem mexer na raiz dos problemas” (SANTOS, 2018, p.613).

A onda, a marola e a ressaca

A “onda rosa” começou a quebrar quando o primeiro dos presidentes progressistas foi deposto. Zelaya, presidente de Honduras, foi preso em casa pelo exército, e posto ainda de pijamas num avião em direção à Costa Rica. O *modus operandi* do golpe em Honduras tem sido apontado como híbrido, uma combinação do antigo método de tomada do poder pelas forças militares com a nova forma jurídico-parlamentar (VELADOR, O. H M; FIGUEROA IBARRA, 2019).

Já a deposição de Fernando Lugo, em 2012, não envolveu o Exército e se deu apenas no âmbito do parlamento, mas o resultado foi o mesmo: o afastamento do cargo de um presidente progressista, eleito pelo voto popular. Os golpes parlamentares ou jurídico-parlamentares (além da “renúncia forçada” pelos militares na Bolívia), afastaram dos cargos Dilma Rousseff, Evo Morales, Rafael Corrêa, entre outros, e criminalizaram um sem número de políticos de esquerda, dos quais entre os exemplos mais notórios estão Lula, que foi para a prisão por 580 dias, Alan Garcia, que se suicidou após receber ordem de prisão sob acusação de receber propina da

Odebrecht e Cristina Kirchner, sobre quem paira a espada de Dâmocles de uma recém condenação judicial por corrupção⁵.

Em boa parte dos processos de *impeachment* ou dos processos judiciais, as alegações para o afastamento giravam em torno de escândalos de corrupção, mas houve quem fosse afastado a pretexto de alguma tecnicidade (pedaladas fiscais) como Rouseff em meio a uma campanha de difamação com forte conteúdo misógino. As esquerdas que entraram no jogo das representações políticas das burguesias, comprando votos e favores, cedendo cargos e pactuando com a corrupção pré-existente em nome da governabilidade, foram desmoralizadas, criminalizadas e levaram a culpa pelo que fizeram, e pelo que não fizeram. O caso do Brasil é exemplar: “a máquina petista foi absorvida pela política tradicional, da qual se tornou parte integrante” (SANTOS, 2018, p. 115), o que se repetiu por toda a região.

Além da interpretação *freestyle* do ordenamento jurídico, a direita tradicional também fomentou ataques à lisura do processo eleitoral, que seriam elevados a outro patamar com a direita radical. A ascensão das lideranças de extrema-direita na América Latina nesse contexto, foi agravada, ainda, pela crise econômica de 2008, cujos efeitos mais dramáticos só foram sentidos anos depois e a respeito da qual Lula afirmava que os impactos no Brasil seriam de uma “marolinha,” num período de enorme apoio popular ao seu governo. Anos mais tarde, a crise teria efeitos devastadores na economia (MARTINS-FONTES, 2021).

A conta da crise chegou, os ataques (e os pecados) da esquerda se avolumavam, mas a direita tradicional também foi incapaz de oferecer projetos alternativos. Seus governos ainda estavam suficientemente presentes na memória de quem tinha vivido os anos oitenta e noventa. As últimas disputas eleitorais, apesar de tudo, estavam abertas e a esquerda podia ser eleita ou reeleita, como de fato aconteceu em alguns países, mas em uma situação de

⁵ Em seis de dezembro de 2022 Cristina Kirchner foi condenada por corrupção a seis anos de prisão e perda perpétua de seus direitos políticos (PAIXÃO, 2022).

acirramento da disputa política. No Brasil, Bolsonaro não foi o primeiro a colocar em xeque as urnas eletrônicas: foi Aécio Neves, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), candidato da direita tradicional no pleito de 2014. O questionamento da lisura do processo eleitoral transitou da direita à extrema-direita como um rio correndo em seu leito.

Além de fomentar golpes e flexibilizar a interpretação das leis, a direita tradicional incorporou à artilharia anti-progressista a promoção de extremistas que julgou ser capaz de controlar, cuja vaga retórica antissistema “contra tudo o que está aí” capturou as massas populares, descontentes com as promessas nunca cumpridas.

A particularidade salvadorenha: a guerra civil

Para entender a ascensão de Bukele ao poder, é importante retomar alguns elementos que caracterizam a particularidade salvadorenha no quadro latino-americano do item anterior, já que o país possui uma trajetória singular no continente. Na década de setenta, El Salvador foi marcado pelo conflito entre as Forças Armadas salvadorenhas e as forças de oposição, incluindo um amplo espectro da esquerda reformista e revolucionária, que escalou para uma guerra civil de doze anos, no mesmo período em que outras regiões da América Latina, a exemplo de Brasil e Argentina, transitavam em direção à democracia (cada um a seu modo e com muitas limitações) após dizimar a resistência armada e debilitar em muitos sentidos o campo das resistências pacíficas.

O país é pequeno territorialmente, com as dimensões de Sergipe, mas com uma população quase três vezes maior (MONTEGOMERY; WADE, 1992, p. 19). Faz parte do chamado Triângulo Norte da América Central, composto ainda por Honduras e Guatemala. Ao longo do século XX foi uma economia agroexportadora, baseada principalmente no café e viveu uma sucessão de ditaduras militares, bem como massacres de indígenas e camponeses. Um dos que ganhou maior notoriedade, *La matanza*,

ocorreu em 1932 e vitimou mais de 30 mil pessoas, mortas pelas forças governamentais (GOULD; SANTIAGO, 2008). Entre os assassinados estava Farabundo Martí, uma importante liderança comunista no país, que também lutou na Nicarágua junto com outro personagem fundamental nas lutas populares centro-americanas: Augusto César Sandino⁶.

Apesar de tímidos, nos períodos de abertura democrática, como no final da década de 1940, os militares jamais renunciaram ao controle sobre o país e, em 1979, uma facção reformista deles, apoiados e financiados pelos Estados Unidos, tomaram o poder. O objetivo era impedir o avanço da revolução na América Central e no Caribe, já que naquele ano a revolução sandinista triunfou na Nicarágua (IBARRA, 1994).

A ingerência estadunidense na região é antiga e constante, mas a partir da Guerra Fria, o objetivo declarado passou a ser impedir que a União Soviética conquistasse algum território no continente americano, o que não significava o abandono do objetivo anterior, que era garantir a expansão e hegemonia do capital estadunidense que, para se realizar, destruía tanto projetos nacionais quanto modos de vida tradicionais.

Em 1954, os EUA ajudaram, com apoio logístico e financeiro, as classes dominantes na Guatemala, vizinha à El Salvador, na derrubada do governo democraticamente eleito de Jacobo Arbenz, que promoveu algumas reformas contrárias aos interesses das oligarquias agrárias locais e da poderosa *United Fruit Company*; foi o primeiro dos golpes militares latino-americanos durante a Guerra Fria (GRANDIN, 2004).

O tipo de golpe militar que teve lugar na Guatemala em 1954 se tornou o *modus operandi* da tomada do poder por militares

⁶ Augusto César Sandino foi a mais destacada liderança camponesa e anticapitalista nicaraguense na primeira metade do século XX, tendo combatido os *Marines* estadunidenses, os derrotados diversas vezes. Foi morto numa emboscada por Anastácio Somoza, primeiro da dinastia que dominaria o país até 1979, quando foi deposto pela revolução sandinista, movimento batizado em homenagem a Sandino.

alinhados aos interesses dos EUA no continente. Em 1959 a atenção deste país se voltou ainda mais para a região com a vitória da Revolução Cubana, mas foi com a vitória sandinista, em 1979, que o intervencionismo estadunidense teve consequências mais dramáticas. Objetivando enfraquecer as possibilidades da revolução na região centro-americana, impedindo que os demais países seguissem os passos da Nicarágua, os EUA promoveram um novo golpe, desta vez em El Salvador (GRANDIN, 2004).

A instalação de um governo militar reformista tinha a intenção de diminuir o acirramento das tensões no país, mas não teve o efeito esperado e o Terrorismo de Estado avançou a passos largos nos meses seguintes. Setores da extrema-direita ligados ao Exército e paramilitares praticavam assassinatos, detenções ilegais, torturas e desaparecimentos, e a oposição era abertamente perseguida. O ponto alto do esgarçamento social ocorreu com o assassinato do Arcebispo de San Salvador, Don Oscar Romero. Dali em diante a engrenagem da guerra civil entrou em movimento e não seria mais interrompida nos próximos 12 anos (BERNAL, 2017).

As diversas forças políticas de esquerda que existiam no país se unificaram sob o comando da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), ganhando o apoio de Nicarágua, Cuba e União Soviética. Enquanto isso, as forças oficiais do governo recebiam apoio e treinamento dos EUA, além de terem em Honduras, país vizinho, a base da contra insurgência. A ajuda estadunidense chegou a ser de 1 milhão de dólares diários para combater a guerrilha. Durante os anos de guerra civil, mais de 75 mil pessoas foram assassinadas.

Depois de um processo de negociação longo e difícil, o conflito armado salvadorenho terminou em 1990. Os acordos contaram com a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), dos EUA e da URSS para que as armas fossem depositadas e a paz assinada.

Os acordos de paz e o sistema político salvadorenho

Em meio à guerra, a extrema-direita venceu as eleições presidenciais de 1989. Estudiosos do tema apontam que a Aliança Republicana Nacionalista (Arena) – partido fundado durante a guerra civil por Roberto D’aubuisson, líder de um esquadrão da morte e mandante do assassinato de Don Oscar Romero segundo a Comissão da Verdade para El Salvador (COMISSIÓN DE LA VERDAD, 1993) – conseguiu conquistar o cargo máximo do país quando a agremiação política começou a adotar as políticas neoliberais no campo econômico e aceitar a “democracia procedimental”, o que significava também negociar com a FMLN (ALLISON, 2014). O partido, que controlou a Assembleia Parlamentar até 1985, comandou a presidência da República ininterruptamente por vinte anos, entre 1989 e 2009.

Para alguns pesquisadores, os empresários que apoiavam as forças do governo na guerra passaram a apostar na paz, no novo contexto internacional que se abriu no final da década de 1980. Os custos da guerra, o entendimento de que ela impedia o desenvolvimento econômico e também a melhor acomodação de interesses empresariais no partido, facilitando-lhes o acesso ao governo, teria sido a motivação empresarial para apoiar a paz (ALLISON, 2014).

Apesar do peso das questões internas, não se pode deixar de enfatizar a profunda mudança no quadro internacional que ocorreu com a desagregação do campo socialista, o desaparecimento da União Soviética e a conseqüente emergência dos Estados Unidos como única superpotência mundial, num contexto de ofensiva neoliberal. A contenção da revolução pelo Terrorismo de Estado na América Latina dera lugar às democracias restringidas e transições controladas e, nesse contexto, a guerra civil salvadorenha deixava de ser prioridade na geopolítica imperial.

A esquerda havia buscado a paz durante os conflitos, mas sem sucesso. Mesmo com uma guerra civil em que forças do governo massacravam comunidades inteiras, como aconteceu em 1981 com

os quase mil mortos pelo Batalhão Atlacatl em El Mozote, a comoção internacional não foi tão grande a ponto de frear a repressão. O *New York Times* e o *Washington Post* noticiaram sobre corpos encontrados em decomposição, assassinatos de recém-nascidos, entre outras crueldades cometidas contra uma população camponesa de origem indígena (BINGFORD, 1997), mas nem isso interrompeu a guerra. Ao contrário, nos anos que se seguiram, milhares foram mortos entre a população indígena e camponesa, a partir da estratégia contra insurgente de “quitarle el agua al pez” (COMISSION DE LA VERDAD, 1993).

Foi apenas no final da década, com o assassinato de seis padres jesuítas na Universidade Centro Americana (UCA), também pelo Batalhão Atlacatl, que a paz começou a ser levada a sério, já que neste caso o massacre foi um escândalo internacional e obrigou o governo salvadorenho a negociar (COMISSION DE LA VERDAD, 1993).

As negociações de paz culminaram nos Acordos de Chapultepec em 1992, que entre outras medidas, previam: imediato cessar fogo, entrega das armas pela FMLN, desmilitarização do Estado, subordinação dos militares ao poder civil, reformas constitucionais visando fortalecer a democracia e o Estado de Direito, garantia de reinserção dos membros da FMLN na vida legal e transformação da frente guerrilheira em partido político (BERNAL, 2017, p.281). Instituiu-se, também, uma Comissão da Verdade para El Salvador, que divulgou um Informe intitulado “Da Loucura à Esperança”, em maio de 1993.

As investigações da Comissão concluíram que o governo era o responsável pelas execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, massacres, além dos assassinatos promovidos pelos esquadrões da morte (COMISSION DE LA VERDAD, 1993). Mas, apenas cinco dias após a publicação do relatório, foi proclamada uma lei de Anistia, que só foi revogada em 2016.

Apesar dos mais de 75 mil salvadorenhos assassinados, de farta comprovação de crimes de lesa-humanidade promovidos pelo governo de El Salvador nos anos de guerra civil, de inúmeros massacres documentados, da descoberta de covas coletivas com

sinais de que as pessoas foram barbaramente torturadas, as punições foram episódicas e sequer há debate no país sobre reparação material das vítimas.

A paz do partido da guerra

Apesar da guerra civil não ter sido vencida por nenhum dos grupos beligerantes, as forças do Terrorismo de Estado impuseram a manutenção *do status quo*, no sentido em que não houve alteração na estrutura de classes e, a exemplo de outros países da região, grassou a cultura da impunidade aos que cometeram crimes de lesa-humanidade.

Saída da guerra, a FMLN se transformou em partido político e a Arena, que já existia desde 1981, convenceu o eleitorado de que eram os únicos capazes, em 1994, de manter a paz. Num país que viveu mergulhado em uma guerra civil por 12 anos, é compreensível que o maior ativo dos partidos fosse oferecer a paz.

A oligarquia salvadorenha não se preocupou com a democratização do país. A Arena, seu instrumento político, lhe franqueou o caminho para permanecer utilizando toda a estrutura do Estado. A isto se somou o controle dos meios de comunicação. Ambos fatores foram determinantes para que a comunidade empresarial em tempos de paz instituisse um autoritarismo eleitoral que, ainda que a oposição pudesse eventualmente vencer, sempre concorreria em desigualdade de condições (ALISSON, 2014).

O medo era o elemento central das campanhas que garantiram as vitórias da Arena. Nas eleições de 1994, por exemplo, este partido fazia uma campanha eleitoral em que pairava a ameaça do retorno à guerra civil. Michael Allisson aponta que se “los votantes hubieran recibido garantías de que el retorno a la violencia política no era posible, el FMLN podría haber salido victorioso en 1994” (ALISSON, 2014, p. 78).

Se a tônica das eleições de 1994 foi o medo do retorno do país à guerra civil, as mesmas forças que apoiam a Arena demonizaram Facundo Guardado e Shakif Handal, candidatos da FMLN,

respectivamente em 1999 e 2004; além disso, alguns membros do congresso dos EUA afirmavam que uma vitória da FMLN “podria dar lugar al deterioro de las relaciones entre El Salvador e EE.UU [e] (...) provocaría la fuga de capitales”, além de afetar o *status* dos salvadorenhos residentes nos EUA (ALLISON, 2014, p. 78).

Em um contexto em que o retorno à guerra civil parecia cada vez mais distante, o tema das gangues ganhou corpo na disputa de 2004. A guerra acabou, mas o medo permaneceu. De acordo com periódico *El Faro*, o debate sobre as *pandillas* assumiu relevância no espectro político quando Francisco Flores tornou-as o elemento central da discussão sobre segurança pública (EL FARO, 2023).

As *padillas* e a política salvadorenha

Nos anos 1990, El Salvador registrava as taxas de homicídio mais altas do mundo: em 1994 e 1995 eram cerca de 138 assassinatos a cada cem mil habitantes. A violência dos tempos de paz, além dos homicídios, envolvia extorsão, roubo e violência doméstica. Esta era provocada por grupos que surgiram durante os anos de guerra civil e nunca desapareceram. Praticam roubo a bancos, sequestros, contrabando, roubo de carros, extorsão, tráfico de drogas etc (MARTINEZ, 2018).

Aos criminosos que atuaram durante a guerra, somaram-se as *maras*, termo usado para se referir às gangues salvadorenhas. A mais famosa é *Mara Salvatrucha*, seguida da *Barrio 18*. Sua origem remonta aos anos de guerra civil em que, para fugir da violência interna, muitos salvadorenhos migraram para os Estados Unidos, onde encontraram xenofobia, violência, exclusão e subemprego. Frente à situação de marginalização, surgiram agrupamentos que não eram só expressões da criminalidade urbana, mas também de espaços onde esses jovens encontraram sentido de identidade e pertencimento (SAVENIJE, 2006).

As *maras* ou *pandillas* estão presentes em grande parte da América Central. A dinâmica em torno da migração, exclusão, deportação e violência entre a região e os Estados Unidos, além do

México, transnacionalizou as gangues. Os *mareros* já estão em sua terceira geração e nenhum governo, salvadorenho, hondurenho, guatemalteco, mexicano ou estadunidense foi capaz de colocar fim ao problema. Em El Salvador, periódicos como o *El Faro* noticiam que todos os presidentes salvadorenhos que estiveram no poder negociaram com elas (MARTINEZ, 2018).

As primeiras políticas de combate à violência das *maras* foram o Plan *Mano Dura* (2003) e *Plan Super Mano Dura* (2004), respectivamente instituídas por Francisco Flores e Antônio Saca, ambos da Arena.

Da violência da guerra à violência da paz, a Arena conseguiu manter o medo como principal elemento de suas campanhas eleitorais, tema que se incorporou à agenda dos governos seguintes. Em 2009 Mauricio Funes foi eleito pela FMLN e, como seus antecessores, seu discurso sobre segurança pública manteve o combate às *pandillas* como centro. Ainda que Funes tenha acenado com algumas estratégias que incorporavam preocupações com direitos humanos e combate à desigualdade, propondo uma abordagem menos intolerante, na prática nomeou apenas militares para a cúpula da Segurança Pública e seu ministro de Segurança, David Munguía, tinha a Pacificação do Rio de Janeiro como modelo. Assim, o governo da FMLN também reproduziu as políticas de *mano dura*.

Funes assumiu o poder depois de 20 anos de governos da Arena, e foi sucedido por Salvador Sánchez Cerén, também da FMLN. O período em que a esquerda salvadorenha esteve à frente da presidência da República foi breve e coincidiu com o auge e o declínio da “onda rosa”. Ambos os ex-presidentes estão exilados na Nicarágua, acusados de corrupção, cujos processos correm em um sistema judiciário hoje controlado por Bukele.

Durante os governos da FMLN, houve um período em que ocorreu a diminuição de homicídios (o que não significou a diminuição em outros tipos de crimes como extorsão e violência doméstica) mas não foi resultado das políticas de repressão às *maras*. *El Faro* apurou que o governo negociou uma trégua com as

pandillas que durou dois anos, quando se iniciou uma nova escalada de violência, provocada tanto pelas forças do governo quanto pelas *maras* na capital, nos territórios e nos presídios. As violações dos direitos humanos acompanharam o retorno da subida do número de homicídios (MARTINEZ, 2018).

Direita e esquerda institucionais convergiram no enfraquecimento democrático e na manutenção de instrumentos de Terrorismo de Estado em El Salvador, ao mesmo tempo em que negociavam com o crime organizado, que se apresentava como poder capaz de desestabilizar o país, a ponto de impor uma paralisação nacional de 72 horas, em represália à uma lei que, ironicamente, tornava crime negociar com elas ou financiá-las (G1, 2010), o que foi a prática de todos os governos.

A eleição do *millenial*

A eleição do primeiro *millenial* a assumir a presidência na América Latina colocou fim a alternância entre a FMLN e a Arena, que se revezaram na política institucional após o fim da guerra civil em 1992, até a eleição de Bukele, em 2018, com grande predomínio da segunda sobre a primeira.

O fim da dinâmica política surgida dos acordos de paz ocorreu no contexto do chamado *lawfare*, em que o tema da corrupção atingiu o centro da disputa política e abriu as portas para a eleição de Bukele. Não se tratava de alguém de fora da política, apesar de cultivar a imagem de *outsider*. Entretanto, era alguém que não tinha vínculos com a guerra.

Antes de ser presidente, Bukele foi prefeito duas vezes, em ambas eleito como candidato da FMLN, com o qual não mantinha uma relação ideológica, nem possuía vínculos com sua história. Quando decidiu concorrer à presidência, sem conseguir espaço na FMLN, que tinha seus próprios quadros a apresentar, tensionou internamente até ser expulso. A versão pública da expulsão se deveu à agressão a uma colega de partido. Logo em seguida, no Twitter, se declarou “independente” (ARAUZ, 2017).

Inicialmente Bukele buscou se apresentar como candidato de um novo agrupamento político, o *Nuevas Ideas*, mas o registro partidário foi recusado pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Candidatou-se, então, por um pequeno partido de direita, o Gran Alianza por la Unidad Nacional (GAN). Sagrou-se vencedor numa eleição em que obteve 53,79%, contra 31,8% de Carlos Calleja, da Arena, e 13,9% de Hugo Martínez, da FMLN (GARCIA, 2017).

Sua campanha eleitoral foi marcada pela utilização massiva do Twitter, sem sua presença em comícios ou aparições físicas nos territórios. Apresentando uma retórica vaga e sem propostas concretas, acentuou a narrativa de que era um político antissistema, “ni de izquierda ni de derecha”. Dirigia acusações de corrupção tanto à FMLN quanto à Arena, como “devuelvan lo robado” ou “van para afuera” (LANDEROS, 2021). Seu discurso ganhava força num contexto em que os casos de corrupção envolvendo lideranças políticas dos dois maiores partidos eram ostensivamente explorados pela mídia.

Tal como outros políticos da direita radical, Bukele distinguiu-se de todo o espectro político por meio da comunicação, utilizando estratégias de *marketing* digital baseadas na disseminação de memes, desinformação, direcionamento de mensagens em massa de acordo com o público receptor, utilização de robôs, tráfego pago, entre outras⁷.

Saído do mundo da publicidade e tendo trabalhado em campanhas eleitorais de seu ex-partido e atual adversário, a FMLN, a desenvoltura de Bukele foi muito superior à de seus concorrentes

⁷ Foi apenas após as derrotas eleitorais dos últimos anos que a esquerda começou a se aproximar, ainda sem a mesma desenvoltura, dos espaços que a extrema-direita conquistou nos últimos anos, indo desde o universo *gamer* de maioria jovem e do sexo masculino (apesar de existirem muitas mulheres, que inclusive mantém em segredo sua identidade de gênero) até os grupos de whatsapp de igrejas evangélicas e listas de distribuição diversas, com mensagens segmentadas por público. Há ainda todo o universo de roubo de dados das redes sociais pela Cambridge Analytica que produzia análises sofisticadas dos perfis dos usuários/eleitores cadastrados no Facebook.

e seu aparato comunicacional de campanha foi mantido quando se elegeu presidente.

Bukele não participou dos debates, mas, como aponta Selva, “soube se conectar com os votantes”, desenvolvendo em sua campanha nas redes “linhas discursivas simples, mas impactantes. Quase sempre contraditórias, mas, como sempre, as contradições foram sendo esquecidas no mar de informação” (SELVA *apud* BIANCHI, 2019).

O estudioso ressalta, ainda, que a população votou em um candidato de direita que a esquerda tinha expulsado, e não em alguém da direita tradicional, o que corrobora a narrativa construída por Bukele, como alguém que é estranho a aquele meio. Selva chama a atenção também para outra interpretação para o voto em Bukele: a do “voto de castigo”:

(...) não ao partido ou seus programas sociais, senão a uma direção que segue tendo os mesmos rostos há mais de 30 anos. A população não protestou por conta das transformações sociais, mas sim perguntou por que não foi possível ser mais radical para aplicar medidas econômicas que transformassem a realidade imposta pelo sistema neoliberal. O povo ficou esperando uma reforma fiscal que cobrasse do grande capital a sua conta (SELVA *apud* BIANCHI, 2019).

O voto em um personagem que se apresentou como externo à disputa política tradicional que ocorria entre a FMLN e a Arena, expressando um desejo de radicalidade, de aprofundamento do embate contra o capital, é uma perspectiva que pode oferecer um novo caminho à esquerda salvadorenha e latino-americana em geral. Com a população à mercê de acordos entre o poder instituído e a criminalidade, em meio aos escândalos de corrupção e em condições de sobrevivência que não apontam para um caminho de melhorias, a resposta das urnas foi a ruptura.

Ditador e CEO de El Salvador: “El Estado soy yo”

Em 21 de setembro de 2021 Bukele se descreveu no Twitter como o “ditador mais *cool* do mundo”, tentando dar um tom mais despojado e menos sisudo ao que havia escrito três dias antes: “Ditador de El Salvador”. Nesta rede social ele também já se apresentou como o “pai da Layla” e “CEO de El Salvador”. Com tiradas talvez consideradas “bem-humoradas” por parte de seus apoiadores, ele reforça sua imagem de *outsider*, de um político que não se comporta segundo a liturgia tradicional de seu cargo e ao mesmo tempo, trata com desdém a democracia e as instituições de seu país.

Como outras lideranças políticas de extrema-direita, as estratégias de comunicação nas redes sociais assumem grande importância, tornando-se o principal veículo de comunicação entre a liderança e seus apoiadores, mas também com as oposições e virtualmente com toda a população. Bukele já demitiu ministros, já fez ameaças e já chegou a incitar a população contra o parlamento (EL FARO, 2021).

A imagem do presidente salvadorenho lembra mais a de jovens ligados à tecnologia, criadores de *startup*, investidores de negócios de alto risco e não a dos líderes políticos mais autoritários do mundo. Entretanto, sinal dos tempos, cada vez menos a associação entre juventude e democracia, liberdade de expressão e transformação social, é imediata e naturalizada, como foi há poucas décadas. Ser de esquerda era o *ethos* dos jovens; a direita era coisa ultrapassada; Hoje a situação é diferente.

A direita conseguiu imprimir uma imagem diferente aos seus militantes, associados à virilidade, sangue-frio e força física, acompanhados de uma irresponsabilidade quase infantil sobre suas ações e uma crença de que são os mais fracos, os pobres, as mulheres, os negros, os povos tradicionais, os estrangeiros, os gays, trans – tudo o que se distancia (e ameaça) o homem hétero e branco – os que impedem a realização plena de seus potenciais. Todos

estariam abrigados no campo da esquerda, como massa de manobra ou como agente político ativo.

Uma parcela da juventude capturada pela militância de extrema-direita expressa esses valores e ao mesmo tempo faz a defesa do ultraliberalismo. Não são poucas as vezes em que imagens pós-apocalípticas extraídas ou inspiradas na indústria cultural, são utilizadas nas propagandas políticas, nos memes e na comunicação com as massas⁸. O desejo de destruição social e dissolução de todo o senso de solidariedade sob a imposição da lei do mais forte, é a fantasia que move um crescente número de homens que, neste cenário, poderiam assumir a liderança sobre os mais fracos que, acreditam, lhes foi negada pela ação de valores, em última análise, “iluministas”⁹. A identificação disto com o fascismo é evidente.

Importa destacar que estes homens, autointitulados jovens (não o seriam há 50 anos), abertamente antidemocráticos e violentos, cultivam uma certa irreverência e “humor” para colocar em prática suas ideias de extermínio e seus ataques à institucionalidade. Antes de voltar a Bukele, vale a pena mencionar um exemplo grotesco do “espetáculo político contemporâneo” vindo do outro lado do mundo, com Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia, país hoje em guerra contra a Rússia, cujo sucesso televisivo da série “Servo do Povo”, do qual era protagonista, o cacifou para vencer as eleições presidenciais da Ucrânia em 2019, com mais de 70% dos votos. Na esquete mais conhecida de seu programa ele assassina com tiros de

⁸ No perfil de Bukele no Twitter existe farto material desse tipo.

⁹ Não entraremos aqui em todo o complexo debate a respeito do combustível que ascendeu e manteve as luzes dos séculos XVIII e XIX — os corpos coloniais, servis ou escravizados das Américas, África e Ásia. Mas é inegável a presença de um conteúdo emancipatório em sintonia com as diversas revoltas, rebeliões e revoluções não-europeias que empurraram ao limite máximo as fronteiras ideológicas do iluminismo, como foi o caso da Revolução Haitiana em relação à Revolução Francesa. É este legado, radicalizado pelas trabalhadoras e trabalhadores e caro aos movimentos populares que é rechaçado pela “nova extrema-direita”.

metralhadora vários parlamentares¹⁰. O exemplo ucraniano não é impertinente. A retórica da violência também é lugar comum no discurso de Bukele, proferido contra os políticos corruptos, mas também contra os *mareros*, contra a imprensa e contra mulheres que abortam. Todos criminalizados, em graus diversos, sob seu governo.

Arena e FMLN oscilaram entre o acirramento da repressão e a militarização da segurança pública e a negociação com o crime. Bukele repetiu a receita e, indo além do que fizera a Arena – partido que abrigou e anistiou os agentes do Terrorismo de Estado – utilizou a retórica do medo para convencer a população não apenas a votar nele, mas a apoiar-lhe no financiamento de seu novo plano de segurança pública, o *Plan de Control Territorial*, contra o parlamento. A eficiência do aceno securitário tem raízes profundas e Bukele, melhor do que quaisquer de seus adversários políticos, soube jogar com uma população que já apostou na deposição das armas como caminho para a paz e agora acompanha uma nova escalada de militarização buscando o mesmo fim, num governo que cada vez mais concentra poderes.

Em fevereiro de 2020, acompanhado das Forças Armadas salvadorenhas e da Polícia Nacional Civil, Bukele invadiu o Congresso para pressionar os parlamentares a aprovar um empréstimo de 109 milhões de dólares, com o objetivo de financiar o seu Plano. Dizia estar amparado por um poder divino. Também incitou, via Twitter, a insurreição popular contra o parlamento¹¹.

No mês seguinte, o mundo foi posto em alerta pela descoberta da gravidade da pandemia de COVID-19 e pela primeira vez desde a guerra civil, um presidente de El Salvador decretou Estado de Exceção. Foram suspensos alguns direitos e liberdades civis, além de serem permitidos os aumentos nos gastos discricionários, frente à situação de emergência provocada pela doença. Entretanto, as

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u1iNM-UVoAU>

¹¹ Disponível em: https://elfaro.net/es/202109/el_salvador/0000025753-bukele-el-autoritario-cool?u=st-full_text=all&tpl=11&utm_source=farotext&utm_medium=initdocu&utm_campaign=text-0000025753_bukele-el-autoritario-cool

movimentações de recursos chamaram a atenção da *Comisión Internacional Contra la Impunidad de El Salvador* (Cicies) e, ato contínuo, o governo rompeu o convênio com a OEA¹².

Em maio de 2021, um parlamento com nova composição – o *Nuevas Ideas*, o partido criado por Bukele, elegeu 56 deputados, a Arena 14 e a FMLN 4 – e empossado há apenas dois meses, destituiu os cinco magistrados da Corte Constitucional e o Procurador Geral da República, num gesto que foi condenado internacionalmente. Os novos magistrados são fiéis à Bukele, a procuradoria instalou processos contra o ex-presidente Sanches Cerén e vários ex-ministros da FMLN, além disso, a nova composição da Sala Constitucional referendou a reeleição presidencial.

Na escalada autocrática, destaque-se a não menos grave perseguição e espionagem contra jornalistas e outras figuras públicas. Mais de 30 jornalistas denunciaram que foram espionados pelo aplicativo *Pegasus*. Entretanto, a espionagem se tornou legal no país¹³. Além disso, 1/3 dos juizes foram destituídos.

O Estado de Exceção em El Salvador já foi prorrogado diversas vezes e não tem data para acabar. Sob a justificativa de combater a criminalidade, o governo realizou diversas detenções ilegais, desaparecimentos forçados e o saldo da guerra às *maras* foi de 60.000 detidos – incluindo prisões injustas, reconhecidas pelo governo, e mais de 3.000 mortos. A imprensa está sob censura, sob a justificativa de “passar mensagens para as Maras”.

Mais recentemente, em janeiro de 2023, o país aprovou uma nova “lei de compras”, que aumenta o poder discricionário do Executivo nos gastos públicos, incluindo os gastos com emergências de qualquer natureza. Sob o manto da eficiência e desburocratização, fica aberta a via para acordos fraudulentos e saque ao erário público (LABRADOR, 2023).

¹² Disponível em: <https://apnews.com/article/noticias-6c2a8002d6528b86b8b3f10e4ae0f94e>

¹³ Disponível em: https://elfaro.net/es/202301/el_salvador/26687/Gobierno-comp r%C3%B3-22-millones-en-equipo-de-espionaje-a-empresa-de-amigo-israel%C 3%AD-de-Bukele.htm

Por fim, destacamos que o *Plan de Control Territorial*, iniciado em 2020, passou pelas fases de *Controle Territorial*, *Oportunidades*, *Modernização*, *Incursão* e finalmente, *Extração*. Nesta última fase, Bukele promete “extrair até o último terrorista das comunidades de El Salvador” e afirma que se os terroristas quiserem fugir ou abastecer os que estão nas comunidades “com comida, armas e tudo o que usam para intimidar a população, a Fase 5 permitirá que as Forças Armadas interceptem tanto criminosos como colaboradores” (EL SALVADOR, 2023, tradução nossa) – dando sinal verde para o avanço da repressão no interior das comunidades. Qualquer semelhança com as práticas contrainsurgentes de “tirar a água do peixe” dos tempos da guerra civil não é mera coincidência.

Para abrigar os capturados na fase de Extração e alguns dos já detidos em fases anteriores, em fevereiro de 2023, Bukele inaugurou uma Mega Prisão, segundo o ministro de obras públicas, Romeo Rodriguez, “a maior de toda a América”, com capacidade para 40 mil presos, chamado de Centro de Confinamento para o Terrorismo – terminologia empregada com fins ideológicos e de maneira errônea contra a esquerda na guerra civil e também inadequada para se referir à criminalidade urbana. Trata-se de um complexo penitenciário distante 74 quilômetros da capital El Salvador, numa área isolada do município de Teloluca (ARCANJO, 2023).

Bukele no país das Bitcoins

O Bitcoin foi adotado como moeda oficial em El Salvador em setembro de 2021, ao lado do dólar americano, usado no país desde 2001. Na América Latina, esta característica talvez torne o país o exemplo mais radical da conjunção de reacionarismo moral – onde o aborto espontâneo pode ser enquadrado no crime de homicídio qualificado – com a “vanguarda do delírio” (ARCANJO, 2022) dos bitcoins: a criptomoeda tecnológica que escapa dos controles

institucionais, o ativo para realizar a fantasia do retorno à um mundo antimoderno.

Além de adotar a criptomoeda, Bukele colocou o país à disposição para a nova rodada de espoliação latino-americana, buscando atrair projetos de mineração (os tradicionais e os de mineração de criptos), além de criar facilidades para a indústria do turismo e investir no desenvolvimento de um corredor logístico que facilite o escoamento da produção das maquilas¹⁴. Tais mega-projetos, que incluem um aeroporto, significam a alteração completa da vida nos territórios, aprofundando a destruição do tecido social e atualizando o colonialismo.

Bukele criou um amálgama de tudo isso, ao menos no nível discursivo, com o anúncio da criação da “cidade do Bitcoin”, no município Conchagua, departamento de La Unión, na região leste do país. Afirma que a cidade terá apenas um imposto – o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) – e que será abastecida por energia geotérmica limpa e renovável de um vulcão. A energia também seria utilizada na mineração do próprio bitcoin, já que esta é feita via internet e utiliza grandes quantidades de energia elétrica. O financiamento para o empreendimento seria captado por meio de títulos no mercado de criptomoedas com os *Tokens vulcânicos*. Bukele espera angariar mais de 15 bilhões de dólares para o empreendimento¹⁵.

O lançamento do projeto de cidade do Bitcoin aconteceu em Miami em novembro de 2021. Um Bukele vestido de branco, boné virado para trás e falando em inglês se dirigia a uma plateia extasiada com as promessas de ganhos fartos numa cidade futurista. No telão atrás dele, diversas imagens em referência ao mundo digital e aos aspectos do empreendimento. Entre as

¹⁴ Indústrias de diversos ramos, como têxteis, eletrônicos e automotivos, caracterizadas pela baixa produtividade, alta rotatividade e superexploração da mão de obra com forte presença feminina, destinadas aos mercados internacionais e incapazes de dinamizar a economia nacional (ESCOBET, *et al*, 2019).

¹⁵ A esquete está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1SyM3HN26AE>

imagens, a de um disco voador que talvez seja a que mais revele sobre o que há de real na pirotecnia do *millennial* autocrata.

O bitcoin, primeira cripto moeda do mundo, tem enfeitado os que enxergam o Estado como um ente a serviço das minorias, que “espolia os empreendedores”. A primeira grande jogada de *marketing* do ativo digital como meio para escapar ao fisco e manter-se no anonimato envolve a figura de seu criador, que se apresenta como Satoshi Nakamoto, mas que, desde a criação da moeda, ninguém sabe quem é.

O atrativo da moeda – escapar do controle de Estados, governos e bancos – facilita o envio de remessas para o exterior, driblando as taxações. As remessas vindas dos Estados Unidos têm um peso importante na economia salvadorenha, responsáveis por cerca de 1/4 do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Entretanto, a criptomoeda foi utilizada em menos de 2% das remessas (KURMANAEV; AVELAR, 2022).

A utilização de criptomoedas também facilita a lavagem de dinheiro, o financiamento do narcotráfico e a compra ilegal de armas, sobre os quais é difícil produzir estatísticas. De tempos em tempos, proprietários de grandes volumes do ativo promovem verdadeiros butins nas contas dos pequenos investidores, por meio da manipulação do mercado. O preço do bitcoin disparou durante a pandemia e diversos pequenos investidores correram para as corretoras atrás de bitcoins que terminaram o ano de 2022 valendo 60% menos (WILSON, et al., 2022). Entre os compradores que viram seus investimentos perderem mais da metade de seu valor, estava El Salvador.

Considerações finais

Bukele, que se apresentou como *outsider* e antissistêmico, aprofundou tendências destrutivas que já estavam colocadas na sociedade salvadorenha. Sua eleição para a presidência em 2019 pode ser interpretada como a falência da democracia burguesa salvadorenha tal como ela se constituiu na transição, o que significa

também implosão do arranjo político que garantiu a interrupção da guerra civil.

Esta implosão, contudo, não se traduz como retorno ao passado, mas evidencia o enfraquecimento da esquerda salvadorenha e do projeto que apresentou após a guerra civil. Seus mandatos deixaram clara a incapacidade em oferecer alguma expectativa de melhoria substantiva na vida da população (visto que a transformação radical já tinha sido abandonada) e a extrema-direita pôde se apresentar como novidade histórica, como tem feito em outras partes do mundo. Entretanto, em El Salvador seu maior representante tem tido um sucesso inigualável e massiva aceitação popular, o que outras lideranças da região não lograram.

Em muitos aspectos, a extrema-direita tem razão de apresentar-se como força antissistema, pois está em seu DNA a destruição dos mecanismos e estruturas que outrora permitiam a incorporação dos setores populares na política. A esquerda efelemista no poder, a despeito das diferenças com a direita arenista, manteve-se no trilho, apresentando políticas que agitaram a superfície, mas não tiveram nenhum impacto estrutural. Do mesmo modo, não mudou a política de segurança pública que, sob a justificativa do combate às *maras*, avançou sobre a juventude empobrecida e sem perspectiva do país, se convertendo num instrumento de gestão violenta da miséria.

Os anos recentes viram uma retomada mais virulenta de ataques contra os direitos de bem-estar, a regulação do trabalho, a distribuição de renda e ao papel do Estado como garantidor dessas políticas, que passaram a ser o horizonte do progressismo. A ideologia neoliberal desenvolveu novos instrumentos: diferente do que fez no final do século XX, quando o discurso tecnocrático se limitava à crítica do modelo econômico, no século XXI a ela se somou o discurso moral.

A extrema-direita retornou à cena pública sem precisar combater a revolução das esquerdas, mas querendo fazer a sua. Em seu ideário, a corrupção deixou de ser vista como desvio passível de correção, mas sim como algo intrínseco ao Estado, já que este foi

modelado por pessoas corruptas. Mas a corrupção não é apenas a do desvio financeiro. A corrupção é moral e cultural, é um ataque ao modo de vida do ocidente. A crítica radical que a esquerda faz à natureza do Estado burguês não encontrou eco na esquerda institucional e, no flanco aberto a extrema-direita se apropriou do diagnóstico e ofereceu a destruição reacionária como solução, enquanto a esquerda se viu encurralada fazendo a defesa do Estado que outrora pretendia superar.

Para a extrema-direita, os responsáveis pela corrupção são os mesmos que se distanciaram das religiões cristãs, que desdenham da fé e louvam a ciência *contra* os poderes de Deus ou preservam suas tradições culturais “diabólicas”. A degradação, na visão que propaga é tão grande, que é necessário destruir este mundo, para que nasça outro. É o Apocalipse sem o Novo Testamento.

O papel da religião não foi um tema explorado nestas poucas páginas, e mereceria um texto à parte. Entretanto, convém frisar que Bukele, de origem muçulmana, num país profundamente católico, se aproximou das vertentes mais reacionárias do cristianismo, tal como fizeram outras lideranças de extrema-direita do continente, evidenciando mais uma das características que compartilham: o conservadorismo nos costumes, aliado ao aprofundamento do neoliberalismo na economia, para os quais a teologia da prosperidade tem sido o que as igrejas oferecem como “conforto espiritual” aos “últimos cruzados”.

Estas vertentes reacionárias do cristianismo redobram o controle dos corpos das mulheres, atacam outras religiosidades e culturas, e todas e todos os que ousam recusar o mundo que se lhes impõem. As prisões e cemitérios se multiplicam, assim como os desaparecidos, os migrantes, as valas clandestinas.

Em El Salvador, Bukele é o ilusionista que acena com uma “moeda mágica”, faz desaparecer pessoas, as serra ao meio, tira da cartola vários coelhos e tem conseguido manter o público hipnotizado. Oferece também o espetáculo da perseguição aos “malfeitores”, divulgando suas ações em segurança pública numa estética *gamer* e hollywoodiana. Bukele não precisou de um Joseph

Goebbels para seu espetáculo e, por enquanto, seus truques continuam hipnotizando a plateia.

Referências

ALLISON, M. C. “Los partidos políticos en El Salvador: una visión desde el extranjero”. in: ÁVILA, J. *Historia y debates sobre el conflicto armado salvadoreño y sus secuelas*. Instituto de Estudios Históricos y Antropológicos, San Salvador, El Salvador, 2014.

ARAUZ, S; LABRADOR, G. “ Funes nombra a un general como director de la Policía Nacional”. *El Faro*, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://elfaro.net/es/201201/noticias/7345/Funes-nombra-a-un-general-como-director-de-la-Polic%C3%ADa-Nacional-Civil.htm>

_____. “FMLN expulsa a Nayib Bukele y este se declara independiente en un tuit” 11 de outubro de 2017. Disponível em: https://elfaro.net/es/201710/el_salvador/21010/FMLN-expulsa-a-Nayib-Bukele-y-este-se-declara-

ARCANJO, D. “El Salvador dobra capacidade prisional com megaprisão para 40 mil detentos. *Folha de São Paulo*, 01 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/el-salvador-dobra-capacidade-prisional-com-megaprisao-para-40-mil-detentos.shtml>

_____. “Repórter conta como é pagar com bitcoin em El Salvador, onde o uso é legal”. *Folha de São Paulo*, 14 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/bitcoin-de-el-salvador-nao-compra-livro-censurado.shtml>

BERNAL, C. “El Salvador 1960-1992: reformas, utopía revolucionaria y guerra civil” in QUINTEROS, M.; VIEL, L. *As revoluções na América Latina contemporânea. Entre o ciclo revolucionário e as democracias restringidas*. UEM /Pulso y Letra, Maringá/Medellín, 2017.

BINGFOR, L. *El Mozote: vidas y memorias*. Universidad Centro-americana, San Salvador/El Salvador, 1997.

CIDGALLUP, “9 de cada 10 salvadoreños expresan opinión positiva del Presidente Bukele”. 01 de fevereiro de 2023. Disponível

em: <https://diariolahuella.com/cid-gallup-9-de-cada-10-salvadorenos-expresan-opinion-positiva-del-presidente-bukele/>

COMISIÓN DE LA VERDAD. *De la Locura a la Esperanza. La Guerra de los Doce Años en El Salvador. Informe de la Comisión de la Verdad para El Salvador*, Editorial Universitaria, Universidad de El Salvador, San Salvador, 1993. disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/elsalvador/nunca_mas_el_salvador_cv_2.pdf.

EL FARO, “El 9F no aleccionó a Bukele”. 9 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://elfaro.net/es/202102/columnas/25232/El-9F-no-aleccion%C3%B3-a-Bukele.htm>

ESCOBET, et. al. “Qual a situação do mundo do Trabalho?” in: SANTOS, Fábio Barbosa dos, et. al. *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo, Elefante, 2019.

EXAME. “O millennial que lidera a “máfia digital” em El Salvador”. 11 de julho de 2021. Disponível em: <https://exame.com/mundo/o-millennial-que-lidera-a-mafia-digital-em-el-salvador/>

GARCIA, J. “Eleição de ‘outsider’ para presidente põe fim ao governo de esquerda em El Salvador. El Faro, 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eleicao-de-outsider-para-presidente-poe-fim-governo-de-esquerda-em-el-salvador-23426096>

_____. “Bukele desafia as críticas ao anunciar que continuará tomando o controle das instituições de El Salvador até que ‘todos caiam fora’”. *El País*, 04/05/ 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-04/bukele-desafia-as-criticas-ao-anunciar-que-continuara-tomando-o-control-de-el-salvador-ate-que-todos-caiam-fora.html>

GOMES, L. “Condenação de Cristina Kirchner: ‘É muito mais escandaloso do que o Lawfare contra Lula’. Sul 21, 7 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/internacional/2022/12/condenacao-de-cristina-kirchner-e-muito-mais-escandaloso-do-que-o-lawfare-contra-lula/>

GOULART, D.; ALENCAR, F; “Inova Educação na rede estadual paulista: programa empresarial para a formação do novo trabalhador”.

Revista Germinal, v.13, n.1 de 2021. Disponible em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43759>

GOULD, J.; SANTIAGO, A. "Mataron justos por pecadores: las massacres contrarevolucionarias" in: *Trasmallo - Identidad, Memoria, Cultura*. num. 3, Museo de la Palabra y la Imagen, San Salvador, 2008.

GRANDIN, G. *A revolução guatemalteca*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

<https://diariolahuella.com/cid-gallup-9-de-cada-10-salvadorenos-expresan-opinion-positiva-del-presidente-bukele/>

HUMANS RIGHTS. WACH El Salvador: Abusos generalizados durante el régimen de excepción. 07 de dezembro de 2022. Disponible em:

IBARRA, F. "Dictadura militar y transición democrática en Centroamérica", *Realidad, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, San Salvador, 1994.

LABRADOR, G. Nueva ley de compras habilita gasto discrecional de más de U\$1500 millones en megaobras. *El Faro*. 26 de janeiro de 2023. Disponible em:

LAMBERT, R. "Na Bolívia, um golpe fácil demais". *Le Monde Diplomatique - Brasil*. 03 de dezembro de 2019. Disponible em:

<https://diplomatie.org.br/na-bolivia-um-golpe-facil-demais/>

LANDEROS E. "El populismo de Nayib Bukele ORTIZ, Juliana G, et al. *Bicentenario de Centroamérica : historias comunes, luchas y transformaciones*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, Tailbook, 2021. Disponible em: https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctv2v88f55.6.pdf?refreqid=excelsior%3A5d9ac113b28ce598956988478839bbe5&ab_segments=&origin=4

LLANO, P. "Mauricio Funes: 'La oligarquía tiene que aprender a convivir con el FMLN'". *El País*, 31/01/2014. Disponible em: https://elpais.com/internacional/2014/01/30/actualidad/1391037805_904035.html

MARIANO, N. *Operación Cóndor*. Buenos Aires, Lohlé-Lumen, 1998.

MARTINEZ, C. “¿Quién enseñó política a las maras?” *El Faro*, 26 de agosto de 2018. Disponível em:

MARTINEZ, O.; REYES, D. “Cronología del pacto entre el Gobierno de Bukele y las pandillas”. *El Faro*, 18 de janeiro de 2023. Disponível em: https://elfaro.net/es/202301/el_salvador/26676/Cronolog%C3%ADa-del-pacto-entre-el-Gobierno-de-Bukele-y-las-pandillas.htm.

MARTINS-FONTES, Y. “NEOFASCISMO, FORMA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM CRISE: antinacionalista, neoliberal, racista”. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 11, n. 2, 2021.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y SEGURIDAD PÚBLICA. “Presidente Nayib Bukele anuncia fase 5 del Plan Control Territorial: Extracción”. 24/11/2022. Disponível em: <https://www.seguridad.gob.sv/presidente-nayib-bukele-anuncia-fase-5-del-plan-control-territorial-extraccion/>

MOTGOMERY, T.; WADE, C. *A revolução salvadorenha*. São Paulo, Unesp, 2002.

PAIXÃO, F. “Em possível caso de lawfare, Cristina Kirchner é condenada a seis anos de prisão”. *Sul 21*, 6 de dezembro de 2022. Disponível em:

PRENSA LATINA. “Em El Salvador existe um segredo bem guardado”. 16 de janeiro de 2023, disponível em: <https://www.prensalatina.com.br/2023/01/16/em-el-salvador-existe-um-segredo-bem-guardado/>

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. 2a ed. São Paulo, Elefante, 2019.

SANCHES, E. (2022). “Inteligencia artificial, desinformación y populismo digital: Cómo las plataformas digitales impulsan los movimientos de extrema derecha”. *Razón Y Palabra*, 25(112), 12–31. disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1854/1683>

SAVENIJE, W. “Las Pandillas Transnacionales Mara Salvatrucha y Barrio 18th Street: Una Tensa Combinación de Exclusión Social,

Delincuencia y Respuestas Represivas”. *Intra-Caribbean Migration and the Conflict Nexus*, p. 205, 2006.

SCHOULTZ, L. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, EDUSC, 2000.

SILVA, M. “Com nova lei, El Salvador quer ser hub cripto, criar tokens vulcânicos. e captar bilhões de dólares”. *Revista Exame*, 11 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://exame.com/future-of-money/com-nova-lei-el-salvador-quer-ser-hub-cripto-criar-tokens-vulcanicos-e-captar-bilhoes-de-dolares/>

TEITELBAUM, B. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas, SP, Unicamp, 2020.

THALE, G. "Derechos humanos, seguridad ciudadana y la amenaza de crimen organizado." *ECA: Estudios Centroamericanos* 68.735 (2013): 451-460.

TORRES- RIVAS, E. “A oligarquia e a crise do estado na América Central”. In SORJ, B; CARDOSO, FH; FONT, M., orgs. *Economia e movimentos sociais na América Latina (online)*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 260-290.

TRAVERSO, E. *As Novas Faces do Fascismo*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

WEE, S.; HAKIM, D. “As marcas de Trump mundo afora”. *Exame*, 22 de junho de 2017. Disponível em: <https://exame.com/ne4gocios/as-marcas-de-trump-mundo-afora/>

WILSON, T., et al. “2022: o ano que quebrou o bitcoin”. Folha de São Paulo, 20 de dezembro de 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/2022-o-ano-que-quebrou-o-bitcoin.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo

YOUNG, K. “El FMLN de El Salvador y las restricciones sobre el gobierno de izquierda”. *Cuadernos Inter.c.a.mbio sobre Centroamérica y el Caribe*. Universidad de Costa Rica, Costa Rica, vol. 17, núm. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/cicc/v17n1/1659-4940-cicc-17-01-e40496.pdf>

7. Colombia a diestra y siniestra: giros y desvíos en un espacio estriado

Marcela Landazábal Mora

*Un niño en la oscuridad, presa del miedo,
se tranquiliza canturreando.
Perdido, se cobija como puede o se orienta
a duras penas con su cancioncilla.
Esa cancioncilla es como el esbozo tranquilizante
de un centro estable y tranquilo,
estabilizante y tranquilizante, en el seno del caos.
Gilles Deleuze y Félix Guattari, Mil Mesetas*

Pese al fuerte impacto de las doctrinas económicas y políticas neoliberales en América Latina, los gobiernos de la región en las primeras décadas del siglo XXI han alternado entre derechas e izquierdas. El caso de Colombia, paradigmático por su conflicto armado interno sostenido desde mediados del siglo XX y combinado con diferentes formas de violencia ligadas al impacto del narcotráfico, presenta también una particularidad al estar regido por la acción directa de los dos mandatos uribistas, y sus ecos en los periodos Santos y Duque, cuya política de Seguridad Democrática implicó el recrudecimiento de la extrema derecha dejando un profundo impacto social en términos de fragmentación, cancelación del diálogo, miedo, discriminación y la continuidad de viejos problemas heredados del colonialismo, fundamentalmente el racismo, la misoginia y la aporofobia, así como el distanciamiento drástico entre las esferas rurales y urbanas del territorio nacional. El sostenimiento continuado de líneas y narrativas de gobiernos muy similares en este periodo fraguó en una sensibilidad colectiva particular, de carácter divisorio entre la sociedad colombiana, basada en perfilar (estereotipar) al otro y a la vez, distanciarse.

En el país, la derecha no se plantea como una opción política, sino como una doctrina socializante de hondo arraigo, la cual no se comporta bajo los preceptos de la política partidista, sino, más bien, en una forma de anulación y fragmentación sin precedentes, paranoide, que captura y reproduce alteridades (*esquizos*, en su forma deleuziana) a modo de enemigos internos dispuestos en diferentes sectores de la sociedad. Se trata de una doctrina que regula la sensibilidad colectiva basada en el manejo estratégico de la información para traslapar problemáticas, anticipar conductas enemigas, propiciar juicios de valor, y extender prácticas normalizadas de no-diálogo y no-escucha, incluso en esferas de la sociedad que no se perciben como “de derecha”.

Con la memoria de la guerra saturada, sumada a una doctrina estigmatizante como política pública, pero a la vez anticipada por la filtración del narcotráfico en la política (y viceversa), la sociedad colombiana fue cerrando su apertura hacia la palabra. De cierta manera, fue desviando la poética de su política por reiterados ejercicios de violencia tanto física, como simbólica. Aun así, la firma del Acuerdo de Paz se logró en 2016, durante el mandato de Juan Manuel Santos, ganado con una diferencia de votos a favor escasa que develó una fragmentación drástica entre la población, quienes apoyaron el Acuerdo y quienes no. Sumado a ello, la continuidad de las políticas de reparación, esclarecimiento, así como las medidas de control sobre antiguas zonas tomadas por grupos al margen se vieron interrumpidas durante el mandato de Iván Duque, de línea uribista, y, por lo tanto, fuerte opositor al Acuerdo de Paz. El abandono de las estrategias de transición hacia la paz, sobre todo en sectores rurales, derivó en el recrudecimiento de violencias y la multiplicación de diferentes formas de narco-crimen que cuentan incluso con organizaciones extranjeras. Entre 2018 y 2022 el aumento de asesinatos de líderes ambientales y sociales en territorios rurales incrementó de manera drástica enseñando que el conflicto, en vez de haber concluido, adquirió dimensiones preocupantes y se desvió del objetivo del pacto social basado en la

búsqueda de paz y reparación (DEFENSORIA COLOMBIA, 2022; HUMAN RIGHTS WATCH, 2023)¹.

En agosto de 2022, Gustavo Petro, líder político conocido tradicionalmente como de izquierda, ex integrante de la desaparecida guerrilla del M-19, y cuya vida política se ha planteado como oposición a los gobiernos anteriormente descritos, ganó la presidencia. Sin embargo, aunque parezca un giro hacia una deriva progresista, la política de Paz Total, bandera de la campaña política del mandatario, propicia un diálogo con las aristas más ofensivas de la derecha, así como con grupos violentos armados no vinculados explícitamente con guerrillas o paramilitares, sino con el narcotráfico y otras economías de la violencia, las cuales denomina sectores multi-crimen, para concentrarlos en una mesa de concertación vía al perdón social.

Con la opinión pública dividida y desinformada el reto se hace mayor. Aunque los análisis políticos más críticos a las formas de gobierno en Colombia durante las últimas décadas se centran en una condena hacia las prácticas eliminadoras de la extrema derecha, el giro en el que ingresa el país amerita una formulación ampliada “como posibilidad, y como proyecto político”, el cual requiere considerar también la repercusión de factores externos. Son clave las políticas neoliberales que presionan a los países de la región hacia la gubernamentalidad de la precariedad, la lucha antidrogas liderada por Estados Unidos, su versión de la guerra contra el terrorismo y la noción de Seguridad Democrática de Álvaro Uribe –cuyo antecedente fue la política antidrogas de Andrés

¹ El Informe Mundial 2023 de Human Rights Watch informa que “más de 1.000 defensores de derechos humanos y líderes sociales han sido asesinados en Colombia desde 2016, según la Defensoría del Pueblo de Colombia”. Sólo en 2022 fueron asesinados 199 líderes sociales, según la Defensoría del Pueblo. El mapa elaborado por el Sistema de Alertas Tempranas (SAT) de la Defensoría del Pueblo, también revela que “los líderes comunales fueron las mayores víctimas con 62 casos, seguido de los líderes indígenas con 44 casos y los líderes comunitarios 33 casos. Además, los meses de marzo, mayo y octubre fueron los de mayor número de homicidios”.

Pastrana, que implicó militarización y sobre-exposición a diversas técnicas de control, vigilancia y represión, en vez de una mejora en la calidad de vida en los sectores sociales más vulnerables del país.

Es decir, ya no se trata de un giro entre derechas e izquierdas, que sería el modo sistemático de una política partidista, sino la formulación de un método que encuentre sus propias herramientas en la política pública y el diálogo social para dirigirse hacia una práctica basada en políticas de paz. Debido a la densidad con que la violencia atraviesa la memoria histórica colombiana, tal apertura no ocurrirá de manera inmediata, debe ir calando en el acumulado de prácticas de derecha, bien instaladas en el sedimento histórico y que han servido como patrón de identificación entre un “nosotros” y “ellos”, hasta el punto de transparentar cómo ocurren y se codifican dichas narrativas, que han adquirido dimensión de *ethos* estructurante de la política y la opinión pública.

Con este telón de fondo, la presente reflexión propone plantear el problema de la derecha en Colombia como un asunto cuyo fundamento está basado en el abuso de lo simbólico no sólo en la política, sino, sobre todo, en los modos de socialización. Es decir, en la implementación sistemática de una gama de miradas y encuadres conflictivos que administran la sensibilidad colectiva al interior de la sociedad colombiana, el cual ha derivado en una cultura que excede el esquema binario derecha-izquierda, y más bien, internaliza esquemas violentos de selección y calificación como forma de relación social entre un supuesto “nosotros” (“gente de bien” dentro del *status quo* de derecha) frente a “los otros” (toda oposición al discurso oficial).

Me interesa anticipar esta revisión a partir del quiebre que implica el ascenso de Gustavo Petro a la presidencia, a pocos meses de iniciar su mandato, y por lo mismo, sin la suficiente distancia histórica, pero consciente de que su presencia exige ampliar el antaño panorama de denuncia sobre la permanencia de la derecha. Considerando lo que Susan Buck-Morss entiende como “crítica inmanente”, esta propuesta busca alejarse de las lecturas dadas sobre lo que tradicionalmente se entiende como “derecha” o

“izquierda” para dimensionar la complejidad de lo que se percibe como un giro político y por tanto, reflexivo (BUCK-MORSS, 2010, p.143-157)². En esta formulación dialéctica se considera cómo la izquierda coexiste necesariamente con la forma histórica de derecha y ultraderecha, arraigada también en la cultura de masas, y con sus propias deformaciones que exceden el núcleo guerrillero (principal estereotipo de la izquierda en el país), las cuales son atravesadas por diferentes aristas en la arena democrática, pero sobre todo, por los espacios límbicos que impone la comunidad internacional involucrando más actores. Ya no se trata sólo de lo implicados con el conflicto armado, ni el gabinete gubernamental del país, sino también aquellos que provienen de las migraciones precarizadas, así como como aquellos espacios del territorio colombiano que se deforman en zonas fronterizas de indistinción por la presencia del crimen organizado.

Ad portas de este giro político en el país –no necesariamente hacia la izquierda, pero sí hacia un acuerdo social más incluyente– esta reflexión busca organizar una mirada histórica sobre el poder simbólico de algunos patrones agenciados por la derecha, los cuales plantean un desafío tanto político como cultural, que pueden entenderse en tres ejes entrelazados: el histórico distanciamiento entre lo rural y lo urbano; la deriva mediática en el manejo emocional colectivo; y las monstruosidades resultantes, como sustratos espectrales de los dos anteriores.

El giro hacia la paz y hacia el perdón social en Colombia no infiere tomar de derecha a izquierda como un corte radical en las manifestaciones y discusiones políticas, ni direccionar la tendencia de la opinión pública hacia uno u otro costado –como ha sucedido los últimos lustros–, en cambio anticipa una suerte de pliegues y repliegues en las tensiones que implican un cambio en el fondo gubernamental y, sobre todo, en el simbólico, donde se logre

² Susan Buck Morss señala además la necesaria reflexión sobre una izquierda “global” desde la “crítica inmanente” como la encargada de revisar ese espacio entre concepto y realidad.

adquirir conciencia de las conductas de derecha que permean todas las esferas de la sociedad.

Topografías de tiempos accidentados entre lo rural y lo urbano

Con la memoria de la guerra saturada en dos formas principales, la de la experiencia directa y la de las imágenes mediáticas antes del Acuerdo de Paz, y luego con las narrativas recopiladas durante éste, el asunto entre lo rural y lo urbano es quizá uno de los problemas políticos más importantes para abonar el fondo histórico desde una dimensión simbólica de la violencia armada y de las múltiples formas de crimen existentes hoy día. “El campo” es un imaginario contenido en lo distante tanto geográfica, como históricamente. Sin embargo, las ciudades, durante la década de 1980 y 1990, sufrieron irreversibles formas de fronterización social entre edades, clases sociales y prácticas delictivas donde se evidenció la fractura entre los centros de poder y sus periferias.

“El campo” presenta una paradoja entre la semántica popular – lo que representa para campesinos, indígenas y asociaciones comunitarias vinculado con una forma histórica e idealizada del desarraigo originario– y la praxis –en el sentido de productividad para el Estado y los terratenientes privados que lo administran para ganancia económica–. El reparto agrario y laboral es desigual y marcadamente explotador en Colombia, por ello la reforma agraria ha sido el centro de tensiones y movilizaciones desde la segunda mitad del siglo XX. Esta yuxtaposición de sentidos fue el núcleo del conflicto armado desde que inició el periodo de La Violencia, tras el Bogotazo en 1948 –causado por diferencias entre las tendencias partidistas de porte Liberal y Conservador. De esta oposición binaria se dio, en consecuencia, la creación del Frente Nacional como solución de repartición del poder político entre los dos bandos en 1957, anulando la posibilidad de una formulación desde la izquierda en la política gubernamental, ya que no pertenecía a ninguna de las dos tendencias partidistas mayoritarias (ARCHILA, 1997).

Con la pérdida de legitimidad del Partido Comunista, así como con la creación de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), de base campesina en la década de 1950 y el Ejército Nacional de Liberación (ELN), así como el Ejército Popular de Liberación (EPL) en la década de 1960, la izquierda comunista tomó porte armado y su *locus* de enunciación se sedimentó sobre todo en las áreas rurales (ARCHILA; COTE, 2015, p. 81 - 107). Con ello se fue construyendo de paso el refuerzo de un imaginario de guerrilla no apta para lo político, debido a su entorno salvajizado. Para la década de 1990, se inauguró la Constitución de 1991, que reconocía un Estado Civil de Derecho basado en pluralismo democrático y por primera vez tomaba en cuenta las derivas étnicas indígenas y negras. Esa posición se confrontaba, en correspondencia con la presión internacional, con el violento ingreso de las doctrinas neoliberales al país. Por estos años se fortaleció el brazo armado paramilitar de derecha, las Convivir, intervenido con agenciamiento de élites del Estado y empresariales (ARCHILA; COTE, 2015, p. 27). De ahí que los intentos por establecer Acuerdos de Paz, como el convocado por Andrés Pastrana, no fueran efectivos, dada la vocación de guerra de las partes implicadas –tanto las guerrillas, como las autodefensas y las Fuerzas Armadas– que mantenían sus agendas ocultas intensificando operaciones armadas, por lo que la población rural se vio obligada a elegir entre alguno de los bandos, o bien abocarse al desplazamiento forzado que incrementó los cinturones de miseria en las urbes más grandes.

Las ciudades se vieron azotadas por las nuevas prácticas de demarcación territorial que profundizaron la brecha entre clase media y alta frente a la más empobrecida. Por una parte comenzó una era de atentados terroristas; –con carros bomba a instituciones estatales, sobre todo en Bogotá y asesinatos de periodistas, funcionarios públicos, políticos y policías– lo que extrapoló el horror del campo a la ciudad e inauguró una forma de violencia

particular denominada narco-terrorismo (VALENCIA, 2022)³. Por otra parte, los cinturones de miseria, las comunas y las áreas periféricas de las ciudades principales dieron cuenta del azotamiento al que se abocaron jóvenes, algunas veces procedentes del desplazamiento forzado y en general con pocas garantías de inclusión social, por lo que fueron cooptados por escuelas de sicariato propias de los carteles, con lo que inauguraron una violencia expresiva del narco, y a la vez, dejaron una huella social imborrable en las posibilidades de futuro de estas generaciones asociadas al crimen y al delito (SALAZAR, 1990).

Los principales capos, Pablo Escobar y Gonzales Gacha, expresaron mediante esa escalada terrorista que preferían morir en Colombia a ser extraditados en Estados Unidos, y por tanto, la misma sería el justificante de su detención (SALAZAR, 1990). Infortunadamente, el *modus operandi* del terror caló hondo en las expresiones simbólicas de descontento de sectores combativos y desfavorecidos, luego lo retomaron tanto las FARC como otros grupos al margen de la ley, y no acabó con la detención de Pablo Escobar en 1993, ni con la detención y muerte de González Gacha en 1989, sino que tuvo ecos en las tácticas de visibilización por medio de la violencia terrorista en diferentes grupos armados.

En consecuencia, no fue sólo el enfrentamiento entre guerrillas y falanges de ultraderecha las que visibilizaron la problematización del campo como un escenario de guerra. El narcotráfico –que ingresó al país para permear todos los bastiones del poder político, la insurgencia y la contrainsurgencia– ha sido determinante para perfilar el carácter del campo colombiano, como un entorno bélico. Durante la llamada Guerra contra el Narcotráfico, impuesta principalmente por la agenda estadounidense, inició una fase

³ Tras el asesinato del ministro Rodrigo Lara Bonilla después de presionar por la expulsión de Pablo Escobar de la Cámara de Representantes, ocurrido en 1984 en represalia ordenada por el narcotraficante, se sostuvo una ola de ataques entre carteles y hacia poderes policiales y legislativos del gobierno que terminaría en 1993, con la captura y muerte de Pablo Escobar, el narcotraficante más buscado en ese momento en Colombia, y el más mediatizado con posterioridad.

particular de militarización en Colombia, y a la vez, la delimitación de áreas de cultivo que tornaron ilícitas plantas como la coca o la amapola, acentuando la pugna por el control de dichas áreas entre los grupos armados. El conflicto social se desvió de manera compleja hacia el interés económico. En este punto, la pérdida de horizonte sobre los antaño ideales revolucionarios de grupos armados de izquierda se hizo evidente y la oleada de masacres, secuestros y confrontaciones armadas reforzó el rechazo de la población civil hacia los grupos al margen de la ley, tanto de izquierda como de derecha.

Fue en este esquema que, en el año 2000 en Estados Unidos, bajo mandato de Bill Clinton, se aprobó el Plan Colombia (también llamado Plan para la Paz y el Fortalecimiento del Estado), una estrategia auspiciada principalmente por el país del norte, dirigida a erradicar químicamente los cultivos de coca principalmente en Putumayo, Nariño y Cauca, rociando las áreas de cultivo, pero también áreas de bosques primarios, con glifosato (VEILLETTE, 2005). La iniciativa desencadenó en la región una experimentación devastadora de agentes químicos que muy pronto tuvo consecuencias en la salud de la población rural, así como pérdidas bióticas relevantes sumado a un marcado desgaste del suelo para otros cultivos. A la vez, la falta de legibilidad del conflicto armado, dada la participación de todos sus actores en el narcotráfico, propició un esquema de complejidad que hizo desviar los recursos del Plan Colombia, inicialmente enfocado contra las drogas, hacia la lucha principalmente contra las FARC, dado el papel de estas en la producción y comercialización de narcóticos, mientras sostenían una drástica y terrorífica práctica armada (COMISIÓN DE LA VERDAD. PLAN COLOMBIA)⁴.

⁴ Según comenta el informe final de la Comisión de la Verdad, en palabras del general estadounidense Gary Speer, “para el operador, fue muy difícil distinguir entre las FARC-EP como traficantes de droga, las FARC-EP como organización terrorista y las FARC-EP como organización insurgente”. En la siguiente década esto conduciría a una guerra sin cuartel contra las FARC-EP.

Con este brevísimo esbozo puede comprenderse cómo la narrativa mediática de la prensa televisiva pudo ser cooptada por la perspectiva de derecha durante los gobiernos de las dos primeras décadas del siglo XXI para reforzar dos imaginarios paralelos; el del campo sujeto a confrontaciones armadas y el de la ciudad, sujeto a las derivas del terrorismo. En efecto, el desplazamiento de una ciudad a otra por vía terrestre se vio imposibilitado por los retenes pirata de los diferentes grupos armados y los riesgos de secuestro en “pescas milagrosas” –secuestros masivos a población civil al azar que se transportaba en servicio público– o reclutamiento. Tal compleja coexistencia entre las regiones del país, apartadas por el terror, dio pie a la campaña bandera del uribismo y su política basada en la Seguridad Democrática, la cual, según el Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006, consistía en “el ejercicio de una autoridad efectiva, que sigue las reglas, contiene y disuade a los violentos y está comprometida con el respeto a los derechos humanos y la protección y promoción de los valores, la pluralidad y las instituciones democráticas” (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2002-2006)⁵. Después de la firma del Acuerdo de Paz en 2016, se ha observado que ese plan fue más de exterminio que de control, y así mismo se han visibilizado las atrocidades en las que derivó –la eliminación física de todo objetivo sospechoso (y no sospechoso que cumpliera con el estereotipo de guerrillero), después conocido como *falso positivo*– (EVANS, 2009; COMISIÓN DE LA VERDAD. “NO MATARÁS”)⁶.

⁵ Concentrado en siete objetivos: control del territorio y defensa de la soberanía nacional; combate al problema de las drogas ilícitas y al crimen organizado; fortalecimiento del servicio de justicia; desarrollo en zonas deprimidas del conflicto; protección y promoción de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario; fortalecimiento de la convivencia y los valores; la dimensión internacional.

⁶ “Falso positivo” es el nombre que recibieron miles de ejecuciones militares sobre población civil en estado de indefensión, y que fueron informados y contados como objetivos militares. Si bien, la práctica no fue estrictamente del periodo uribista, fue durante este periodo que se intensificó, llevando el drama del conteo de bajas a una escala corporativa, sin precedentes en el país.

Sin embargo, no pudo haberse implementado una política de exterminio tal, si no fuera por el embellecimiento mediático, enfocado en promover el turismo como parte de la estrategia de recuperación simbólica de los espacios emblemáticos del país en la campaña “Colombia: el riesgo es querer quedarte”, durante el periodo Uribe, dirigida principalmente al público extranjero (PROEXPORT, 2013). El agotamiento del comercial, de una estética limpia, planos amplios enseñando paisajes esbeltos (antes imposibles de visitar), música relajante y una visualización idealista sobre ciudades como Cartagena, Villa de Leyva, Bogotá y sobre otros entornos naturales propios para el ecoturismo, acompañado de frases breves, testimonio de extranjeros que quisieron quedarse en el país, sirvió de colofón ante la comunidad internacional, procurando desviar el imaginario de inseguridad que pesa hace décadas sobre el país. Dicha campaña no estuvo exclusivamente dirigida al público extranjero, producida principalmente en español e inglés, también se emitía en los canales privados nacionales generando una fórmula emocional de seguridad para la población urbana local (quien la consumía principalmente).

De esta manera se garantizó, en un modo muy cosmético, a la población urbana, la posibilidad de desplazarse entre ciudades principales con tranquilidad a costa de una militarización excesiva. La forma amena de “retomar el derecho al campo” vía acciones turísticas fue la punta del iceberg de una política de implementación militar radical que llevaron la narrativa del campo hacia dos perspectivas contrarias, la del conflicto y la del turismo idílico. Esta última fue central para movilizar emocionalmente la reelección de Uribe Vélez en el ámbito urbano de la clase media alta y alta, principal consumidora de los espacios turísticos más caros del país. La fórmula de bienestar propia del turismo neoliberal, que promueve la exotización de la naturaleza y las ciudades coloniales, y así mismo mezcla la idea de bienestar con el *all-included* de las multinacionales hoteleras desarticuló posibilidades reales de cohesión social entre campo y ciudad. En cambio, la brecha de la

desigualdad se amplió entre los sectores que mantenían el turismo, quienes vivían de él y quienes estaban completamente fuera de ese prestigioso circuito. Los entornos violentos fueron segregados de esta lógica anticipando más recrudecimiento en las violencias que ya presentaban.

Al movilizar el deseo de seguridad bajo aspectos de confort y acceso las narrativas sobre los entornos rurales se abocaron en dos direcciones contrapuestas. Una, la de la violencia en los entornos rurales que fue emitida en la espectacularización y saturación de sus atrocidades en los diarios televisivos, diezmando la conmoción y la importancia política de su situación. La otra, formulada en el deseo por una presentación “positiva” del país, como una necesidad impuesta por el neoliberalismo, para hacer del territorio colombiano un objeto de consumo plano y no de construcción política, con hendiduras, vacíos y profundidades. Lo deseado estaba implicado con esa fórmula embellecida y banalizada de Colombia, mientras la realidad violenta comenzó a adquirir un carácter de desgaste. Por ejemplo, los noticieros se emitían tres veces al día, con un promedio de 40 minutos de duración, alternando entre noticias políticas, económicas, bélicas y de farándula. En cambio, los comerciales bombardearon toda la franja de emisión y se formularon de manera recalcitrante, entrelazando de modo conflictivo el anhelo con la (in)capacidad de hacer del país un entorno hospitalario; contraponiendo la hostilidad propia entre las diferentes aristas rurales, urbanas y periurbanas de la población local.

Si bien, el pretexto del paisaje biodiverso del país como un entorno patrimonial, ha servido no sólo de bastión turístico de áreas como el Eje Cafetero, los espacios para deporte extremo en Santander y de reposo, como la Sierra Nevada de Santa Marta, recalando su importancia ecológica y la necesidad de protección ambiental, invitando hacia una cierta proximidad “al campo”, también debe considerarse que éstas y otras áreas han sido históricamente regidas por el racismo estructural de la sociedad colombiana. La exotización y embellecimiento comercial de los entornos publicitados, cuando pasa por alto las drásticas violencias

que ha vivido el país, no sólo recae en una práctica económica poco ética, sobre todo es racista con los espacios propios de poblaciones históricamente violentadas. Se trata de una formulación tanto del conflicto, como del territorio (con sus poblaciones) en tanto pieza de consumo, sin historia ni complejidad.

Alteridades contingentes y los espacios límbicos

La consideración de los cambios drásticos que ha tenido el paisaje físico en la memoria bélica del país comporta un eje fundamental para comprender la dimensión de los efectos de las violencias armadas, donde no hay diferencia en los métodos empleados entre izquierda o derecha. Por ello es necesario considerar, por una parte, la memoria de despojo de tierras, donde han incidido desde luego la acción del paramilitarismo en connivencia con actores del Estado, empresarios privados y multinacionales bananeras y las transformaciones que el narcotráfico implicó, otorgando, en muchos casos, ilegibilidad sobre el conflicto y sobre la fase posterior al Acuerdo de Paz. En este sentido, para lograr una mirada retrospectiva coherente con las complejidades sobre las lecturas del conflicto armado en Colombia, no sólo por la participación de los actores armados, sino por las lecturas que la población civil pudiera tener, la Comisión de la Verdad prefirió orientar su mirada en lo que denominó “memoria de la tierra”; en vez de enfocarse en una definición de bandos, para comprender la complejidad del conflicto armado. Se comprendió que las masacres y el despojo de campesinos para que las tierras que habitaban fueran explotadas en detrimento tanto de la población, implicaban también el ecosistema. Como afirma la Comisión, “la violencia contra las personas y la violencia contra la tierra van de la mano” (COMISIÓN DE LA VERDAD. DESPOJO Y VIOLENCIA DE LA TIERRA).

Este viraje en el esclarecimiento sobre el conflicto armado permitió visibilizar los intereses económicos, de porte neoliberal de la derecha, así como un ejercicio sistemático de expulsión, despojo,

exterminio y cooptación de tierras, donde participaron también miembros de los gabinetes de gobierno a la par de sofisticadas estrategias de contención de la acción guerrillera y la apropiación de áreas con gran potencial de cultivo, por parte de campesinos. Pero esta reconstrucción retrospectiva de una historia silenciada durante décadas también ha requerido la implementación de un aparato tecnológico que permita no sólo imaginar, sino visualizar lo vivido y, sobre todo, lo perdido. La necesidad por reconstruir la memoria de la tierra y la memoria de las personas atravesadas por el conflicto fue determinante no sólo para levantar los testimonios recabados, sino también, el uso de simulaciones de los paisajes violentados pudo aproximar más a la población civil hacia un reconocimiento del daño.

A través de minería de datos, simulación digital de mapas, planos y diseño 3D el reconocimiento del territorio y de la gestión campesina, primero, y luego la empresarial, da cuenta de un abuso sistemático de la tierra y un exterminio continuado de la población. Colombia posee extensas áreas verdes, algunas cultivables y otras no, algunas reguladas directamente por el Estado, y muchas no, por lo que, sobre su suelo es determinante el imaginario de la selva (y lo salvaje) debido a su comportamiento geográfico y topográfico. Por ello es importante atender lo que la Comisión ha llamado también “testimonio situado” para ubicar, recrear, recordar y levantar los espacios que ya no tienen huellas, para que su historia pueda ser contada.

Por ejemplo, en el Urabá, a finales de la década de 1980, las masacres de Coquitos, la Negra y Honduras presentaron explícitamente el adueñamiento de los productores bananeros de esas tierras a mano armada, con las primeras fuerzas paramilitares de la zona. No obstante, las tierras, en extensas áreas, antes de la llegada de esos campesinos masacrados, no eran fértiles, sino que habían sido adecuadas, trabajadas y organizadas en trabajo colectivo para permitir la siembra. De allí se crearon asociaciones campesinas, como Asotec, donde el trabajo colectivo permitió que áreas cercanas al manglar, y por lo tanto pantanosas, fueran

aprovechables. De manera que, la acción violenta de los terratenientes no sólo usurpó la tierra, sino el trabajo de adecuación para la reproducción de la vida, hecha por los campesinos. Es decir, sumió el valor simbólico del territorio. Posteriormente, el refuerzo de esquemas jurídicos a conveniencia de los terratenientes, para adueñarse de los títulos de vastas áreas de cultivo, terminaría minimizando la capacidad de la población campesina para hacerse dueña legítima de las mismas (COMISIÓN DE LA VERDAD. DESPOJO Y MEMORIA DE LA TIERRA).

La aniquilación de la tierra no acaba con la apropiación del territorio como un asunto abstracto. Debe considerarse la forma en que se arrasa con ese trabajo material y simbólico propio de la memoria campesina que hizo posible habilitarlo no sólo para la vida, sino para la producción de cultivos. También debe considerarse la instalación de estereotipos deshumanizantes sobre el otro, justificando la llegada de las autodefensas entrenadas en una emocionalidad específica de intolerancia hacia el “otro” inmediato, el guerrillero y pasando por alto las poblaciones campesinas no guerrilleras que compartían las mismas zonas.

Así se dio rienda suelta a la legitimación de una violencia armada paramilitar, con el auspicio de capital privado y la intervención del gobierno y las fuerzas armadas, que permitió la sofisticación del discurso de derecha, como uno de defensa. En esta empresa fue evidente la intervención de mercenarios extranjeros, especializados en tácticas de combate, el más conocido Yair Klein, pero también Ishack Shoshany Maralot, Tzedaka Abraham y Torry Molnik, todos de ciudadanía israelí y contactados por militares retirados del ejército colombiano, cuando entrenaron comandos paramilitares en el Magdalena Medio, área ganadera por excelencia, y el Urabá, área bananera (COMISIÓN DE LA VERDAD, 1998).

Sin embargo, la sofisticación militar sucedió en todos los bandos del conflicto. En este punto, será central señalar cómo el detrimento del espacio biótico no sucedió sólo por la apropiación de las tierras y las masacres directas, también por una guerra

silenciosa extendida a través de las minas antipersona, o “minas quiebrapatas” como se conocía en el país, una técnica de minado de territorios frecuentados por militares y paramilitares, empleada principalmente por el ELN y FARC, pero también por paramilitares de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC).

Colombia es el único país en América que presenta este problema, y recuerda las secuelas de las Guerras de Laos y Vietnam, donde el territorio minado es territorio bélico en un modo silencioso, a la espera de ser detonado, lo cual alarga la temporalidad bélica meses, e incluso, años. El problema de las minas antipersona, a parte del daño material al cuerpo de sus víctimas, radica en que es la víctima quien la activa y a la vez, es la víctima quien se culpa por activarla, dado que no hay rastro del autor que la instaló y, por lo tanto, el responsable subsiste en el anonimato (CENTRO NACIONAL..., 2017)⁷. El segundo problema es la inhabilitación de grandes áreas donde habitan población campesina e indígena, pero también, especies animales amenazadas y en vía de extinción. El daño material del paisaje en el conflicto es irreparable en materia de pérdida biótica, física y simbólica.

Después del Acuerdo de Paz el sesgo territorial y el comportamiento armado entre contingentes ha tomado rumbos inesperados, primero por el abandono del gobierno Duque a los acuerdos, pero también por la difícil e ilegible organización para el regreso y acceso al campo por parte de diferentes sectores de la población en vías de reparación. Según el informe de Naciones Unidas presentado por Andrés Ruiz Massieu, “la gran mayoría de los más de 13.000 excombatientes acreditados siguen comprometidos con el proceso de paz, y casi dos tercios de todos los ex miembros de las FARC-EP participan ahora en colectivas e individuales de generación de ingresos” (ONU, 2022).

No obstante, la implementación del Acuerdo careció de garantías para volver a permitir la reproducción de la vida en un

⁷ Como respuesta a la política de Seguridad Democrática, los años en que se incrementó el uso de estos artefactos, corresponden al periodo entre 2002 y 2010.

modo “pacífico”. En este punto, la narrativa del ambientalismo en el país ha sido determinante, primero para regresar al campo, segundo para oponerse a las prácticas de monocultivo, sobre todo de caña y palma para aceite, y tercero para oponerse a la minería; de ahí el asesinato de líderes ambientales que promueven un ambientalismo “desde abajo”, mientras que otros planes estatales, liderados por organizaciones internacionalmente reconocidas, logran el respaldo financiero y la gestión del gobierno (GÓMEZ ROJAS, 2017). Los que se han visto más atravesados por el impacto de la violencia son los primeros, ya que se trata de población indígena, negra y campesina principalmente, que habita las regiones más perjudicadas por el conflicto, como el departamento del Chocó y el Cauca, por ejemplo, dando cuenta que incluso la implementación del Acuerdo presenta un carácter desigual entre regiones (OLIVIER DABÈNE, 2022).

A lo anterior se suma el reacomodo de disidencias de desmovilizados paramilitares de las AUC en 2006, en combinación con otros grupos disidentes del cartel de Medellín, que formaron luego las Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá, quienes conformaron las Autodefensas Gaitanistas de Colombia, actualmente mejor conocido como el Clan del Golfo, una organización criminal y narcotraficante que ejerce control territorial, a la vez que sostiene una amplia red de conexión y comercialización con las principales mafias del mundo, como el Cártel de Sinaloa, su principal aliado, y otras organizaciones en los cinco continentes. Se trata entonces ya no de la violencia que pudo reconocerse antaño como de extrema derecha, sino de la degradación de una herencia de algunas formas paramilitares, que ya no sostienen particularmente la ideología contrarrevolucionaria, sino una vocación capitalista de porte criminal. Los espacios no copados por el Estado, después del Acuerdo de Paz, han sido fuertemente asediados por la presencia de esta organización dedicada a diferentes prácticas ilegales, controlando puntos estratégicos como puertos y enfocándose en actividad minera ilegal. El Clan del Golfo se sostiene en una estructura piramidal,

que administra bandas locales en diferentes puntos del país, sin exponer a sus principales miembros (ÁVILA MARTÍNEZ, 2017). Con tal plataforma, el resurgimiento de disidencias tanto de las guerrillas como el continuado ejercicio de autodefensas en áreas rurales, así como la intervención de carteles extranjeros donde se encuentran extensas áreas de coca, cuyo cultivo se amplificó durante la pandemia, enseñan que el panorama hacia una práctica de paz es lejano.

Aunque la visión de la sociedad sostenga una diferenciación entre derecha e izquierda en los bloques políticos, la cultura política está permeada por el impacto dogmático de las estrategias de seguridad y propaganda de la derecha sin alertar las complejidades del conflicto en las zonas rurales, específicamente. El problema del formato criminal que presenta el Clan del Golfo radica en su praxis, en la manera en que se organiza y, sobre todo, en las consecuencias que implica a largo plazo al interior de los diferentes sectores de la población colombiana de cara a ese sistema de camuflajes para integrar, por la fuerza, diferentes sectores sociales, precarizados, en el crimen.

Si antes el “guerrillero” asumido como una alteridad opuesta a todos los valores del Estado circulaba en la narrativa cotidiana y mediática, y por ende se hacía verificable, la incidencia de organizaciones como el clan del Golfo no permite visibilizar rostros determinados. La noción del enemigo interno, implantada por el uribismo, sigue vigente. Cualquiera es enemigo, y ninguno concretamente ya que es difícil ubicarlos en alguna categoría, salvo en la de delincuente, y ésta a su vez es extendida a una población mucho más amplia que la de la propia estructura de dicha organización. El enemigo de la población infiere un ser atravesado por dos características, la juventud y la precariedad, a lo que se suman los atributos fenotípicos o las estereotipaciones de los lugares de origen de regiones apartadas y empobrecidas. En suma, se sigue fundado una cultura extendida de descalificación, juicio y miedo, que viene amedrentando el panorama político en Colombia,

caracterizado por una derrota ante el futuro, al prever destinos nefastos para las generaciones más jóvenes.

Hacia una reflexión final: secuelas de las monstruosidades, efectos y afectos

Todas estas expresiones de rudeza entre derecha e izquierda en el país, a partir de las cuales hace décadas se vienen cancelando el diálogo político, amplificando las secuelas de una cultura bélica, y propiciando lo que acertadamente Alfredo Molano denominó como “una cultura mafiosa” son determinantes para pensar la complejidad cultural en la política de Colombia (MOLANO, 2008)⁸.

Me interesa señalar la manera en que decanta todo acontecimiento bélico en el país, como sustrato cultural, esto tiene que ver con un acumulado de violencias largamente naturalizadas dentro de las narrativas cotidianas diferenciando ciudades, periferias y campo. De esta sistematicidad en la formulación de la historia bélica –donde los patrones de insurgencia y contrainsurgencia comparten manifestaciones bélicas y aterradoras, y donde se replican los asaltos a la juventud, la cooptación de eslabones debilitados de la sociedad, mientras se aniquilan territorios y se filtran las mafias en todos los costados– se configura el espacio estriado en Colombia. Tomando en cuenta la formulación de Gilles Deleuze y Félix Guattari, donde el ‘espacio estriado’ obedece a una repetición sistemática de factores que estatizan el espacio, y con ello la experiencia de espacialidad se consolida como un entorno repetitivo esquizoide, nos veríamos

⁸ Para Alfredo Molano, “La mafia, tanto la siciliana como la criolla, se ha hecho contra la ley, ha construido con sangre sus propios canales de ascenso al poder económico y político y, sobre todo, ha impregnado de su cultura —la del ‘no me dejo’, la del ‘soy el más vivo’, la del ‘todo vale huevo’— al resto el país, o para ser exactos al 84%. Es la cultura de la fuerza a la fuerza, de la justicia por mano propia, de las recompensas por huellas digitales y memorias digitales, del ‘véndame o le compro a la viuda’, del ‘le corto la cara marica’, del ‘quite o quito’”.

ante la cancelación de todo proyecto creativo, y por lo mismo, político (DELEUZE; GUATTARI, 2020).

Por lo tanto, ante el actual gobierno el país no gira hacia la izquierda, la reñida diferencia con la que el mandatario obtuvo su victoria enseña claramente más una tensión que un consenso. No obstante, adquiere una posibilidad para revisar desde otro ángulo la historia política y, sobre todo, la capacidad de proyección política. La capacidad para recuperar la confianza en otro proyecto político depende en gran medida del éxito de las propuestas del gobierno, pero también, en la capacidad de apertura para acompañar un proceso transformador y diferenciado en el conjunto de la sociedad colombiana. Si no es este camino, tampoco es el anterior, es importante seguir buscando alternativas no sistemáticas, más metódicas, basadas en el reconocimiento de las diversidades y la diferencia, pero también, en la formulación de una historia que cada vez más, puede ser apalabrada, porque está siendo nombrada.

Esa manera en que la visión de derecha se ha inoculado en el país no obedece sólo al ejercicio de fuerza por imponer un poder simbólico, bien acompañado por narrativas y tecnologías de información y difusión, se asume como dado, pero quizá, este viraje de cuenta que hay otras grietas de entrada (BOURDIEU, 2000). Ahora bien, los extremos derecha e izquierda no se comportan de maneras definidas, no componen particularidades fijas, y por el contrario, son más bien un modo de relación coyuntural que obedece a sus propias saturaciones históricas. La propuesta actual tiene el enfoque tanto de un pacto social que retome la ruta del Acuerdo de Paz, como un enfoque de protección del medio ambiente. Se trata más de un giro hacia la vida, a contracorriente de la doctrina neoliberal bajo la que se desbordaron las violencias ya mencionadas. Entonces se trata de volver a tomar la palabra entre las diversidades y encarar también el reto de volver a dialogar, pensar, sentir y dimensionar el futuro en un país que parece aniquilarlo día a día, mientras la vida insiste en existir.

Referencias

ARCHILA, Mauricio. El Frente Nacional, una historia de enemistad social. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, n.º 24 (1997). Disponible en: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/16565>

ARCHILA, Mauricio; COTE, Jorge Cote. Historia de las izquierdas colombianas 1958-2010. *Tempo y argumento*, Florianópolis, v. 7, n.16, p. 81-107, 2015. Disponible en: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307162015081/5024>

ÁVILA MARTÍNEZ, Ariel Fernando. “Así opera el clan del golfo”. Fundación Pares, Septiembre de 2017. Disponible en: <https://www.pares.com.co/post/as%C3%AD-opera-el-clan-del-golfo>

BOURDIEU, Pierre. “Sobre el poder simbólico”. In: *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires, UBA/ Eudeba, 2000.

BUCK-MORSS, Susan. *Pensar tras el terror. El islamismo y la teoría crítica entre la izquierda*. Madrid: Machado Libros, 2010.

CENTRO NACIONAL PARA LA MEMORIA HISTÓRICA Y FUNDACIÓN PROLONGAR. *La guerra escondida. Minas antipersonal y remanente de explosivos en Colombia*. 2017. Disponible en: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/wp-content/uploads/2020/01/la-guerra-escondida.pdf>

COMISIÓN DE LA VERDAD. “NO MATARÁS”. Disponible en: <https://www.comisiondelaverdad.co/los-falsos-positivos>

COMISIÓN DE LA VERDAD. DESPOJO Y VIOLENCIA DE LA TIERRA. Disponible en: <https://www.comisiondelaverdad.co/violacion-derechos-humanos-y-derecho-internacional-humanitario/despojo-y-memoria-de-la-tierra>

COMISIÓN DE LA VERDAD. DESPOJO Y MEMORIA DE LA TIERRA. Disponible en: <https://www.comisiondelaverdad.co/violacion-derechos-humanos-y-derecho-internacional-humanitario/despojo-y-memoria-de-la-tierra>

COMISIÓN DE LA VERDAD. Sentencia de captura emitida por el tribunal de la ciudad de Manizales en 1998. Disponible en:

<https://archivo.comisiondelaverdad.co/explora/buscador?query=Yair+Klein>

COMISIÓN DE LA VERDAD. PLAN COLOMBIA. Disponible en: <https://www.comisiondelaverdad.co/el-plan-colombia>

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pre-textos, 2020.

EVANS, Michael. “*Body count mentalities*” *Colombia’s “False Positives” Scandal, Declassified Documents Describe History of Abuses by Colombian Army*. National Security Archive Electronic Briefing Book No. 266, 2009. Disponible en: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB266/index.htm>

GÓMEZ ROJAS, Ana Carolina. *La defensa del ambiente en Colombia, una lucha incompatible con la búsqueda de paz?* Foro de análisis sobre acción colectiva, protestas y democracia, 2017. Disponible en: <https://movin.laoms.org/2017/11/09/defensa-del-ambiente-colombia/>.

DEFENSORIA COLOMBIA. “Entre enero y noviembre fueron asesinados 199 líderes, lideresas sociales y personas defensoras de derechos humanos”, 2022. Disponible en: <https://www.defensoria.gov.co/-/entre-enero-y-noviembre-fueron-asesinados-199-1%C3%ADderes-lideresas-sociales-y-personas-defensoras-de-derechos-humanos>.

MOLANO, Alfredo. “Cultura mafiosa”. *El Espectador*, 28 de marzo de 2008. Disponible en: <https://www.elespectador.com/opinion/columnistas/alfredo-molano-bravo/cultura-mafiosa-column-8049/>

OLIVIER DABÈNE, Romain. *Le Cour Grandmaison. “Colombia. Cinco años después de los Acuerdos de Paz”*, 2022. Disponible en: <https://legrandcontinent.eu/es/2022/01/06/colombia-5-anos-despues-de-los-acuerdos-de-paz/>

SALAZAR, Alonso. *No nacimos pa’semilla*. Bogotá: Cinep, 1990.

ONU. Noticias ONU. “El éxito del proceso de paz en Colombia depende del fin de la violencia”, 2022. Disponible en: <https://news.un.org/es/story/2022/04/1507142>

PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2002-2006. HACIA UN ESTADO COMUNITARIO. Disponible en: <https://colaboracion.dnp.gov.co/cdt/pnd/pnd.pdf>.

PROEXPORT. *Colombia, the only risk is wanting to stay*. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=3ZPzNVwgjVI>

VALENCIA, Alonso. La crisis: narcotráfico y terrorismo. Señal Memoria, 2022. Disponible en: <https://www.senalmemoria.co/articulos/terrorismo-narcotrafico-crisis>

VEILLETTE, Connie. *Plan Colombia: A Progress Report, CRS Report for Congress*. CRS, web, 2005. Disponible en: <https://sgp.fas.org/crs/row/RL32774.pdf>

HUMAN RIGHTS WATCH. Informe Mundial 2023 – Colombia. Disponible en: <https://www.hrw.org/es/world-report/2023/country-chapters/colombia>.

8. O médico e o monstro: a onda progressista e o seu depois¹

Daniel Feldmann
Fabio Luis Barbosa dos Santos

It was the curse of mankind that these incongruous faggots
were thus bound together—that in the agonised womb of
consciousness, these polar twins should be continuously
struggling.

How, then were they dissociated ?²

J. L. Stevenson. *The strange case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, 1886

Introdução

Nos meses que antecederam a eclosão do coronavírus, muita coisa aconteceu na América Latina: insurreições no Chile, Equador e intensos protestos na Colômbia; eleições na Argentina, Uruguai e na Bolívia; o espectro do golpe de Estado rondou a Venezuela e aterrizou na Bolívia; um presidente foi impedido no Peru, enquanto no Brasil, Lula deixou a prisão. Frente a este turbilhão, é pertinente indagar se há algum ponto comum entre o que ocorre nos diferentes países. É possível encontrar um fio condutor, ou ao menos, um sentido comum entre processos nacionais tão diversos?

¹ Este capítulo foi originalmente publicado com o título “*Doctor or monster? The Pink Tide and its aftermath*” no dossiê “Reassessing Development: past and present marxist theories of dependency and periphery debates (part 2)” da revista *Latin American Perspectives*, volume 49, edição 2, Março 2022. O argumento do texto foi desenvolvido e detalhado no livro *O médico e o monstro. Uma leitura do progressismo e seus opostos*. São Paulo: Elefante, 2021.

² A maldição da humanidade foi que esses dois feixes incongruentes tivessem sido amarrados juntos – que no ventre angustiado da consciência aqueles gêmeos lutem continuamente. Como, então, foram dissociados?

Nossa hipótese é que estes acontecimentos traduzem, por vias distintas, um agravamento da crise social na América Latina, ao mesmo tempo em que revelam um esgotamento do progressismo como via de gestão das tensões sociais no continente. A expressão alude à orientação prevalente em governantes identificados com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo em anos recentes na região: Chávez, na Venezuela (1998); Lula, no Brasil (2002); Kirchner, na Argentina (2003); Vázquez, no Uruguai (2004); Morales, na Bolívia (2005); Correa, no Equador (2006); e Lugo, no Paraguai (2008). Também no Chile, os socialistas assumiram a presidência em 2000, embora já participassem da coligação que governava o país. Na América do Sul, apenas no Peru e na Colômbia a alternância política pendeu para a direita, dois países em que guerrilhas continuaram ativas após o fim da Guerra Fria. De fato, a Colômbia sob Uribe (2002-2010), que pode ser considerado um pioneiro na política do ódio do continente, encarnou o polo oposto ao progressismo sul-americano no começo do século XXI, que teve na Venezuela sob Chávez (1999-2013) a sua referência mais radical.

Entendemos que se trata de um duplo esgotamento do progressismo, na medida em que esta política foi percebida distintamente pelos de cima e pelos de baixo: visto do topo, o progressismo se inviabilizou como via de gestão da ordem, enquanto entre os de baixo, perde a legitimidade que um dia teve, como hipótese civilizatória alternativa. Neste quadro, novas formas de gestão da panela de pressão social que é a América Latina estão sendo forjadas, em sintonia com uma tendência mundial em que as convergências entre neoliberalismo e autoritarismo, se intensificam (GEISELBERGER, 2019).

Nossa análise supõe uma segunda hipótese. Ao contrário de entender o momento atual como uma reação ao progressismo – uma onda conservadora que se insurge contra avanços precedentes (GARCÍA LINERA, 2020; SADER, 2019), sugerimos que a tentativa progressista de conter um processo histórico de dessocialização nos marcos da crise estrutural do capitalismo, implicou no recurso a

práticas, dispositivos e políticas que terminaram acelerando este mesmo processo, segundo uma dinâmica que nomeamos como uma “contenção aceleracionista”. Dito de outro modo: a despeito das intenções e desejos subjetivos de seus líderes, a contenção da crise almejada pelo progressismo não suspendeu tendências dessocializadoras que lhe antecedem e lhe envolvem, mas ao contrário, terminou por acelerá-las, conforme ilustraremos a partir da análise do caso brasileiro. Esta dinâmica, por sua vez, conduz ao reforço de traços socioeconômicos que remetem à origem colonial, resultando em um segundo paradoxo: um “progressismo regressivo” que, no entanto, não se confunde com uma volta ao passado, pois a integração mediada pelo consumo conformou modalidades de “neoliberalismo inclusivo”, que corroboraram e aprofundaram a razão neoliberal. “Contenção aceleracionista”, “progressismo regressivo” e “neoliberalismo inclusivo” são as chaves propostas para examinar o progressismo a partir de suas próprias contradições, o que deriva em uma crítica conceitual e política à noção de neodesenvolvimentismo como visão hegemônica do progressismo sobre si mesmo (KATZ, 2016).

O texto tem a seguinte estrutura. Inicialmente, discute-se a ideologia do progresso e seus avatares na América Latina. Parafraseando o crítico literário brasileiro Roberto Schwarz, argumenta-se que a evolução do capitalismo contemporâneo tornou o desenvolvimentismo no século XXI, uma ideia fora do lugar (SCHWARZ, 1982). Assim como Schwarz mostrou, a partir de sua análise da obra de Machado de Assis, que a tentativa de edificação de uma ordem liberal no Brasil no final do século XIX acabou por se transformar num verniz ideológico que não correspondia à realidade, argumentamos que o desenvolvimentismo se descolou das exigências concretas de acumulação de capital por aqui, transformando-se numa ideologia justificadora de políticas diferentes ou mesmo opostas ao seu sentido original no século XX.

A seguir, o texto discute a chamada onda progressista latino-americana. Avançam-se as noções de “progressismo como

regressão” e de “contenção aceleracionista”, como alicerces de uma leitura que enfatiza as contradições inerentes à própria dinâmica do progressismo, que em última análise, reforçou a razão neoliberal. O progressismo revela-se como uma racionalidade política diferente, mas não contraditória em relação aos seus opositores, em uma realidade em que o capital se impõe como uma força extraparlamentar totalizante.

O progresso como ideologia

Em um texto de 1969, Adorno (1992) já chamava atenção para o fato de que a ideia de progresso sempre tem sido alvo de uma recorrente mistificação. Um dos efeitos da catástrofe trazida à tona pela pandemia do COVID-19 é nos chamar a atenção de forma abrupta para tal mistificação progressista que anima de forma pervasiva nossas sociedades. Para Adorno, o progresso na modernidade seria um conceito falso, porque havia se tornado um mito em contínua repetição, engendrando o oposto das aspirações declaradas em seu nome. Assim, tais aspirações só poderiam ser seriamente contempladas caso fosse posto em xeque o próprio conceito de progresso enquanto tal.

A atualidade desta reflexão, a nosso ver, não reside apenas no fato de que a origem dessa e de outras patogenias que têm se multiplicado pelo mundo está precisamente na forma cega e deletéria pela qual os homens produzem mercadorias em nome da ideia de progresso. Uma outra dimensão aqui também é essencial. As vezes dizendo que, para preservar a economia seria necessário (“infelizmente”) deixar a pandemia ceifar vidas – caso sintomático é o de Bolsonaro que ao argumentar contra as medidas de isolamento afirmou que “todos vamos morrer um dia” – apenas externam uma brutalidade que em tempos “normais”, se busca recalcar.

Afinal, a própria lógica econômica da nossa sociedade tem sido ela mesma cada vez mais hostil à vida, na medida em que rejeita qualquer consideração social alheia ao processo de valorização sem fim do capital, processo este cada vez mais

precário e incapaz de garantir as condições de sobrevivência do conjunto das populações. Destarte, apesar da sensação generalizada de fim do mundo, ou talvez mesmo alimentado por esta sensação, o progresso continua sendo erigido como força onipresente, ao qual todos devem se curvar.

O problema se agrava quando observamos que a justificada indignação contra semelhante crueldade pragmática, talvez não seja um bom guia para o enfrentamento da questão. Pois o problema do “progressismo” é que ele carrega a ilusão de que se poderia separar seus bons e maus efeitos, em relação aos termos em que se dá a reprodução social na atualidade: o joio do trigo. O esteio desta quimera – que ainda orienta governos e intelectuais progressistas – é a ideia de que uma condução bem-intencionada e racional da vida social e econômica basta para que predominem os resultados desejáveis, frente aos indesejáveis. Com isso, oblitera-se a questão de fundo, que reside no próprio movimento do progresso, que a tudo arrasta e destrói.

Historicamente nascido da dominação consciente dos homens sobre a natureza e seus semelhantes, o progresso se inverte num enorme poder inconsciente que se impõe de forma heterônoma aos indivíduos, sociedades e Estados. Isso significa que, ao aderirmos às premissas aparentemente científicas e racionais de tal poder, subordinamos a sociedade ao caráter incontrollável de exigências irracionais contrárias não apenas a uma vida saudável para as pessoas, mas também contra a sua própria sobrevivência. Na América Latina, a crítica a este paradigma civilizatório foi avançada por diferentes enfoques teóricos em anos recentes, mas que coincidem em sublinhar as tensões resultantes da identificação entre crescimento econômico e exportação de produtos primários (conceituada como “extrativismo”), engendrando uma multiplicidade de conflitos socioambientais no continente (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2015; MACHADO; ZIBECCHI, 2016; SVAMPA, 2019).

O trilho do progresso, independentemente da coloração ideológica com que seja pintado, é a via tautológica da acumulação

pela acumulação, da produção pela produção, do crescimento pelo crescimento (LATOURE, 2020). Uma via civilizatória que subordina toda vida ao movimento do valor e a seus objetivos abstratos de expansão sem fim, obliterando qualquer possibilidade de subordinar a vida material aos desígnios conscientes da sociedade. Em outras palavras, o substrato inerente ao conceito de progresso, seu caráter expansivo e infindável, é o caráter expansivo e infindável do próprio capital. O trilho progressista, apesar das reivindicações de autonomia humana em seu nome, reafirma a crescente impotência das pessoas frente à dominação de estruturas impessoais. E não poderia ser diferente, uma vez que o afã moderno pelo progresso sempre implica uma adaptação da sociedade para a produção de mercadorias e dinheiro, bem como às relações técnicas, sociais e ambientais que convergem no objetivo de alargar indefinidamente, a escala dessa mesma produção.

Progresso na periferia

Uma apreciação crítica da onda progressista na América Latina deve estar referida ao sentido universal do conceito de progresso, mas também deve considerar suas implicações específicas para o subcontinente. Na história da região, constata-se uma diversidade de avatares que ressoam a retórica do progresso, como desenvolvimentismo, projeto nacional, busca pela soberania nacional, choques de capitalismo, modernização institucional, perspectiva de convergência econômica e social com os países ricos, entre outros. O *parti pris* comum destas formulações heterogêneas, é uma região que se está sempre perseguindo o progresso como um futuro ainda não atingido. Porém, isso não significa que o progressismo tenha sido sempre um mero embuste. À sua maneira, ele proveu o enredo da modernização retardatária da região no século XX, como um processo de difusão de relações sociais capitalistas mediado pelo Estado, que logrou diferenciar a estrutura produtiva, urbanizar, alargar padrões de consumo e industrializar, em diferente escala, países da região. Em suma,

proveu a inspiração civilizatória do capítulo latino-americano do desenvolvimento desigual e combinado.

Entretanto, o fluxo dinâmico do movimento histórico se subverteu nos decênios recentes. Se outrora o progresso aparecia como um caminho para a formação de economias nacionais integradas e sociedades salariais inclusivas modeladas no Estado de Bem-Estar social, no presente o sinal se inverteu, e são os fantasmas tipicamente latino-americanos da superfluidade e da exclusão, que se universalizam. A raiz deste processo remete à crise do capital que se coloca a partir dos anos 1970, cuja natureza não é cíclica, mas estrutural: um *continuum* depressivo incapaz de engendrar uma nova rodada de acumulação produtiva global e sustentável (MÉSZÁROS, 1999).

Seu pano de fundo são inovações produtivas que levaram ao paroxismo a contradição do capital de exigir trabalho (para produzir valor) e expulsá-lo (inovação tecnológica, motivada pela concorrência entre os capitais). O resultado é que o próprio “valor em movimento”, isto é, o capital como processo de contínua ampliação de si, se encontra bloqueado. Põe-se em evidência então a “contradição em processo”, para usar os termos de Marx, entre o trabalho vivo cada vez mais obsoleto para produzir riqueza material, ao mesmo tempo que o capital só pode realizar a expansão do valor através da exploração desse mesmo trabalho vivo. Neste quadro, o valor como forma de mediação social torna-se cada vez mais anacrônico, ou seja, a dinâmica que subordina todas as dimensões da vida aos critérios de rentabilidade econômica, se torna cada vez mais irracional e destrutiva do mundo. Como resultado, as tentativas de manter a ordem social capitalista tendem a ser cada vez mais disruptivas, caóticas e irracionais.

Esta dinâmica que é incapaz de expandir o valor, ao mesmo tempo em que o erige em uma espécie de altar, como critério absoluto das ações humanas, só pode ser uma dinâmica sacrificial. Contraditoriamente, quanto menos há emprego, mais o trabalho adquire o caráter de um sacrifício. Em todo o mundo, quanto menos os mercados permitem a reprodução social da existência,

maior é a exigência de sacrifício e adaptação dos indivíduos aos dispositivos neoliberais de seleção e exclusão. Igualmente, a natureza é sacrificada em ritmo cada vez mais acelerado. Nestas condições, a reprodução rotineira do presente implica na intensificação de uma dinâmica corrosiva, que é assassina e suicida a um só tempo.

Na medida em que o tempo de trabalho vivo se torna exíguo frente às necessidades da valorização capitalista, o tempo presente precisa ser acelerado, de forma compensatória, em escala máxima. Neste quadro, a principal forma de mitigar o potencial destrutivo dessa lógica sacrificial tem sido, há décadas, a criação desmedida de dinheiro, pelas vias do crédito e do capital fictício. Ao multiplicar em escala crescente capital, crédito e dinheiro, que não tem em si qualquer valor (KURZ, 2014), engendra-se artificialmente a disponibilidade do objeto de sacrifício de todos – a riqueza monetária. Em síntese, diante da crise estrutural, tenta-se “ganhar tempo” ou instituir-se um “tempo comprado”. Como sugere Streeck, o capitalismo global nas últimas décadas tem buscado uma constante “fuga para frente”, na intenção de adiar o enfrentamento de suas profundas contradições. Segundo este autor, depois da inflação dos anos 1970, tem-se a “compra de tempo” via o endividamento crônico público e privado, como forma de se evitar uma crise maior. Forma precária, por certo, pois se trata de antecipar tempo via capital fictício, simulando no presente a criação de valor efetivo, que pode nunca vir a acontecer no futuro (STREECK, 2013).

Neste quadro, a aposta tácita de que a história latino-americana ainda estaria no lado do progresso no século XXI, só poderia se colocar como um norte simbólico ou como fonte de legitimação - isto é, como ideologia. O colapso da modernização dos países latino-americanos já ocorrera bem antes e foi para valer. De um lado, o ponto de chegada econômico desta trajetória modernizadora, identificado pela esquerda ou pela direita com a industrialização, tornara-se ainda mais distante. Afinal, as exigências em termos de ciência, qualificação, capitalização e

infraestrutura ampliaram a distância para os países latino-americanos que chegaram tarde na corrida, sem contar o fato de que as tecnologias são cada vez menos acessíveis, diante da generalização de patentes e da propriedade intelectual de característica monopolista. Neste quadro, mesmo o “*dumping social*” dos antigos projetos nacionais, que se apoiavam na disponibilidade de mão de obra abundante e barata para buscar o salto modernizador, torna-se cada vez mais obsoleto, sobretudo nos setores chave da economia global, isto é, os setores mais sofisticados tecnologicamente que operam com alta composição orgânica do capital e que são precisamente os que mais dispensam trabalho vivo.

Talvez ainda mais importante do que o alargamento da distância em relação aos centros capitalistas, seja a mudança de estatuto do próprio ponto de chegada, a saber, do futuro no qual se depositavam esperanças. Seguimos aqui a pista de Arantes (2014) que descreve o “novo tempo do mundo” como um tempo de “expectativas decrescentes”, em que o horizonte de futuro é encurtado, como a contrapartida subjetiva de um presente que, ao contrário do tempo do progressismo iluminista, não promete um futuro melhor. Uma vez que a política moderna foi concebida como uma forma de se planejar, de se antever ou de se acelerar o progresso a um ansiado futuro, quando nos confrontamos com uma realidade em que este futuro aparece bloqueado, ela dá lugar à mera administração do presente: a política da maneira como a conhecemos, termina. E assim como a própria vida em uma era de expectativas decrescentes, é regida pelo princípio do mal menor (ARANTES, 2014).

Progressismo no século XXI

Ganhar tempo, expectativas decrescentes e mal menor, são algumas das balizas do tempo do progressismo latino-americano, que desvelam nexos entre a modernização frustrada no século XX e os “novos-desenvolvimentismos” do século XXI, que nestas

condições, só poderiam reeditar-se como farsa. Diante do fracasso da modernização, frustrando a promessa de criar sociedades que integrassem suas populações à dinâmica da reprodução econômica, restou uma multidão de pessoas excluídas e “se virando”, que só cresceu desde a crise da dívida latino-americana nos anos 1980. O aprofundamento desta situação nos anos 1990, face às tentativas de ajuste econômico na nova ordem global, e as reações sociais que encetou, pavimentaram as bases para o advento da onda progressista. Pode-se dizer que estes governos traduziram um ensejo de reatar a meada de uma construção nacional perdida, retomando a marcha rumo a um futuro que não parecia interdito, mas em suspenso.

Eleitos como alternativa ao neoliberalismo, estes governos adotaram como referência a ideologia do progresso, que tem como versão terceiro-mundista o “desenvolvimentismo”. Entretanto, confrontado com a desindustrialização do subcontinente (ou com as maquiladoras) e a abertura econômica multilateral, o desenvolvimentismo se tornara uma ideia fora do lugar, escorando-se na exploração de recursos primários, aguçando conflitos socioambientais em toda parte. No século XXI, o “mito do desenvolvimento econômico” anda de mãos dadas com o “consenso das commodities”, um traço comum, inclusive, dos governos que não abraçaram o progressismo (FURTADO, 1992; SVAMPA, 2013).

Ainda assim, interpretada em seus próprios termos, a onda pareceu exitosa em um primeiro momento, o que é atestado pelo fato de que todos se reelegeram e/ou fizeram seus sucessores, com exceção do caso paraguaio. O crescimento econômico insuflado pela alta no preço das *commodities* facilitou políticas focalizadas que mitigavam a pobreza, enquanto os negócios prosperavam como de costume, resultando em relativa pacificação social. O neodesenvolvimentismo brasileiro, o *capitalismo en serio* na Argentina, o *proceso de cambio* na Bolívia, a Revolução Cidadã no Equador e o governo Lugo no Paraguai, perseguiram a pedra filosofal de um neoliberalismo inclusivo, como outrora se buscou o

desenvolvimento dependente, na esperança de forjar amálgamas a partir do qual surgiriam nações. Quando a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi fundada em 2009, a Colômbia sentiu-se coagida a participar, sob o risco de se ver isolada na região. Naqueles dias, Obama considerava Lula o político mais popular do mundo e a revista *The Economist* estampava na capa uma imagem do Cristo Redentor carioca subindo como um foguete, com a legenda: “o Brasil decola”.

No entanto, em 2015, quando o bolivarianismo sofreu uma derrota acachapante nas eleições parlamentares venezuelanas, e Macri elegeu-se presidente da Argentina, parecia que a onda cedia a uma ressaca reacionária, percepção consumada com o *impeachment* de Rousseff no Brasil no ano seguinte. No início de 2020, embora Maduro se mantivesse no poder, López Obrador governasse o México e o kirchnerismo tenha voltado à Casa Rosada, ainda que na vice-presidência, é patente uma mudança de época (SVAMPA; TERÁN, 2019). O que resta do progressismo, no poder ou fora dele, está na defensiva, isolado ou ambos. A Colômbia passou de anomalia à referência, de exceção, à regra, de resquício do passado à antecipação do futuro. Os tempos de Lula, são agora de Bolsonaro. Por que essa mudança?

Entendemos que este deslizamento à direita resulta da conjunção de fatores sociais, políticos e econômicos que se conjugam de modo específico em cada país, mas em que é perceptível uma gramática comum. Na economia, constata-se um agravamento da crise, expressa como recessão e/ou inflação, no contexto de desaceleração do *boom* das *commodities*. Na sociedade, a legitimidade do progressismo foi colocada em xeque por diferentes motivos entre os de cima, mas também entre os de baixo. Na esfera política, a perpetuação do progressismo alimentou um mal-estar crescente entre a direita, que se expressou principalmente na linguagem de denúncias de corrupção. Esta reação é favorecida pelo contexto internacional, como indica o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente da Venezuela pelos Estados Unidos e a maioria dos países da União Europeia em 2019. Evidentemente,

esta gramática de fatores econômicos, sociais e políticos tem variações, mas ela transmite o sentido do movimento da história, que como dissemos, tem uma expressão particular em cada caso.

Progressismo regressivo

Para além das particularidades nacionais, será possível delinear um quadro interpretativo para entender o infortúnio dos progressistas e o refluxo da onda? Os reveses do progressismo, assim como o ascenso da extrema-direita no subcontinente, não podem ser creditados na conta dos “inimigos de sempre”: o governo dos EUA, as elites entreguistas, a manipulação da mídia, as *fakes news* etc³. Essa explicação é cômoda e insatisfatória não porque tais óbices sejam imaginários, mas justo pelo contrário: eles sempre estiveram presentes e nunca deixaram de agir. É preciso entender por que setores sociais que antes apoiaram o progressismo, inclusive entre as classes dominantes nos diferentes países, passaram para o lado de adversários. Isso exige compreender a dinâmica que levou, depois da ascensão conjunta, ao esvaziamento relativamente simultâneo do prestígio e da eficácia da política progressista. E porque em nenhum caso, esta exaustão deu lugar a processos políticos mais democráticos e populares, mas sim, ao seu contrário.

A narrativa progressista entende que está em curso uma reação às conquistas sociais avançadas em seus governos, levada à cabo pelos supracitados inimigos de sempre, repaginados na forma de uma “guerra híbrida” (KORYBKO, 2018; TRICONTINENTAL INSTITUTE, 2019; ASSIS, 2019). Em termos estritamente lógicos, a principal dificuldade deste argumento é explicar por que se tolerou então a eleição dos progressistas em primeiro lugar, uma vez que em todos os casos, com a possível exceção da Venezuela, os

³ Esta postura se evidenciou no modo como o progressismo internacional retratou as eleições de 2021 no Equador e a candidatura de Yaku Pérez. Ver a respeito: Schavelzon, 2021.

governos ficaram aquém das expectativas de mudança que suscitaram. Em outras palavras, porque os inimigos se insurgiram quando estava comprovada a inofensividade do progressismo, mais do que quando parecia uma ameaça?

Concretamente, em nenhum país os privilégios de classe e os negócios foram ameaçados, mas ao contrário, encontraram frentes de renovação: pensemos na expansão da soja em todo o Cone Sul, ou na política das “campeãs nacionais” dos governos petistas no Brasil. Diante da impossibilidade de localizar interesses materiais como alicerce de uma oposição de classe ao progressismo, é comum supervalorizar elementos subjetivos na explicação – por exemplo, a intolerância com um índio na presidência da Bolívia, ou com um metalúrgico na presidência do Brasil – aspectos que devem ser levados em conta, mas não podem ser decisivos. Nesta narrativa, resultado de um misto de complacência crítica e conivência política, a derrocada do progressismo e a natureza política do que lhe sucede ficam sem explicação e por *default*, são colocadas na conta dos inimigos de sempre.

Distante de uma suposta reação às conquistas sociais avançadas, nossa análise enfoca a dinâmica subjacente ao progressismo e as contradições que lhe são inerentes. Em outras palavras, explicamos a derrocada do progressismo por ele mesmo: pelo mundo que a onda produziu, e pelo seu movimento. Nossa hipótese é que, a despeito das intenções e desejos subjetivos de seus líderes, as práticas de contenção da dessocialização neoliberal implementadas não suspendem o colapso e as contradições que daí emanam, mas as aceleram. Este ângulo de análise permite entender por que a degradação do tecido social e a convergência entre neoliberalismo e autoritarismo atravessam a região, e não se limitam a governos como Bolsonaro, Duque ou Piñera. Por vias distintas, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua também evoluíram em uma direção antidemocrática, enquanto López Obrador hesita em desarmar os dispositivos repressivos da guerra às drogas que herdou. O movimento dessocializador é universal e o progressismo com ele corrobora, a despeito das intenções.

À luz do estreitamento do horizonte de expectativas que desta situação decorre, compreende-se por que na América Latina e no mundo se abriu, nos últimos anos, espaço para políticos à direita que não mobilizam mais a promessa de mitigar e conter o desmoronamento autofágico da sociedade, mas ao contrário, governam em nome e através da aceleração deste processo. Ao dar expressão e direcionamento ao ressentimento social que necessariamente advém da crise permanente, esta direita reivindica uma autenticidade perversa, mas real. O mundo da guerra de todos contra todos não é cor-de-rosa, e aqueles que admitem a sua crueldade aparecem como verdadeiros e até subversivos, em contraste com as promessas sempre descumpridas dos diferentes tons da ordem. Esta direita não remedia a frustração nem faz a gestão da crise, mas governa por meio delas (DARDOT; GUÉGUEN; LAVAL; SAUVÊTRE, 2021).

Vista sob este prisma, a popularidade da direita radical está relacionada ao desencanto com a promessa progressista. Embora a ideia de progresso sempre tenha carregado uma dimensão de mito, esta eterna projeção de futuro revelou-se no século XXI, como um engodo, o que não surpreende: afinal, se a dinâmica sacrificial é a última estação do trilha do progresso no mundo, o que a onda progressista poderia oferecer na América Latina, elo frágil e dependente do capitalismo mundial? O que exatamente se poderia “projetar”, evocando à retomada de “projetos nacionais”? Se no passado a ideologia desenvolvimentista cumpria o papel de sublimar um tipo de construção nacional que não se realizava, a ideologia neodesenvolvimentista tratou de sublimar o fato de que não há mais construção nacional possível, ou o que dá no mesmo, que ela só é possível como uma construção simulada.

A hipótese de uma construção simulada decorre de um paradoxo. Ao mesmo tempo em que a onda progressista erigia uma perspectiva de futuro, pretendendo acertar contas com fracassos do passado (projetos nacionais, desenvolvimentismo, unidade latino-americana etc.), ela engendrou o que se pode chamar de uma contenção provisória da desagregação social no presente, em que o

passado e não o futuro foi estruturalmente reforçado. Não se trata aqui de negar que, de diferentes formas e intensidades, a perspectiva de recuperação nacional estivesse em pauta. Mas concretamente, esta retomada foi antes uma aparência, que proveu uma retaguarda ideológica aos governos, enquanto a realidade avançava em direção diferente (CUSICANQUI, 2015; FÉLIZ; LÓPEZ, 2012; LANDER ET AL., 2013; MACHADO; ZIBECCHI, 2016). Paradoxalmente, a popularidade e a legitimidade da onda progressista tiveram como lastro a sua capacidade de conduzir, de forma mais democrática e inclusiva, a razão neoliberal, o que pode ser descrito como a sua proeza.

Porque no fundo, o que esteve em curso no período foi a versão latino-americana do que chamamos acima de “ganhar tempo”. Vejamos o contorno do processo. Vinte anos depois da crise da dívida externa que eclodiu nos anos 1980, o dinheiro voltava na forma de dólares em função da alta do preço de commodities, em um contexto de liquidez internacional. Esta abundância de recursos originava-se, ela própria, de uma bolha global de capital fictício que impulsionava a economia chinesa e se encadeava com a América Latina, mas que não poderia recuperar uma modernização produtiva, já sem futuro. Não se tratava mais, como pareceu possível no passado de certos países latino-americanos, de recorrer ao financiamento externo para aprofundar a industrialização e atualizar a fronteira tecnológica. Ao contrário, esta bonança em dinheiro esteve pautada pela reprimarização da economia: daí o conteúdo atávico e regressivo de uma onda que se pretendia futurista.

No entanto, é preciso enfatizar que este retorno à uma vocação exportadora de bens primários teve um sentido diferente do passado. Em outros tempos, os processos de acumulação primitiva, ou aquilo que Harvey (2010) chamou de acumulação por despossessão, prometiam auxiliar a reprodução ampliada de capital, abrindo a perspectiva da industrialização e da integração da população a uma sociedade salarial. Em uma realidade em que esta reprodução ampliada está bloqueada, impossibilitando um salto

recuperador do atraso na América Latina, a acumulação por desposseção tornou-se uma válvula de escape para capitais internos e externos num quadro de crise global. Daí que, a despeito de ideologias exaltando o desenvolvimento e o progresso nacional, constata-se que a desindustrialização se agravou no país mais industrializado da América Latina – o Brasil – mesmo durante a fase de acelerado crescimento, enquanto no país onde a mudança parecia mais radical – na Venezuela – aprofundou-se a dependência do petróleo. Diante da predação da natureza e da desapropriação de comunidades inerentes a esta forma de acumulação, houve governos (como na Bolívia e no Equador) que pautaram direitos indígenas e o bem-viver com uma mão, mas com a outra, recolocaram a desposseção e a destruição de meios de vida.

No conjunto, operou-se uma readequação da “vocaçãõ” pretérita do subcontinente como exportador primário, único caminho vislumbrado diante da dinâmica capitalista curto-prazista que se impõe, colonizando e brutalizando o presente. Neste contexto, cabe interrogar se ao invés de progresso, o que efetivamente se viu não foi uma regressão, evidenciada pelo aumento do vãõ e da dependência em relação aos polos centrais do capitalismo, que acompanhou uma nova rodada de exploração dos aspectos arcaicos das estruturas econômicas do subcontinente. É pertinente indagar se não haveria também uma mudança de qualidade dessa dependência. Pois se no passado a dependência ainda pôde aparecer para alguns como uma forma de capitalismo associado que, a despeito de seus problemas, portava um potencial horizonte futuro de desenvolvimento das forças produtivas e de fomento de uma sociedade salarial, agora a dependência parece não apontar para nada além de si mesma.

Contençãõ aceleracionista: o caso brasileiro

Diante desta realidade, não faz sentido falar em uma “construção retomada” (MERCADANTE, 2010), por oposição ao que Furtado chamou nos anos 1990 de “construção interrompida”

(FURTADO, 1992). Uma vez que a modernização latino-americana deixou no seu rastro um batalhão de sujeitos monetários sem dinheiro, isto é, de pessoas supérfluas para os circuitos do capital, mas que só podem reproduzir suas vidas por estes mesmos circuitos, o aumento do fluxo de dinheiro ao alcance destes sujeitos pôde aparecer, em um primeiro momento, como uma novidade transformadora. Daí que muitos tomassem uma dinâmica efêmera, baseada em uma bolha de capital fictício internacional, por uma aparente suspensão do desmonte social, e a retomada da construção nacional.

Entretanto, a integração nacional entendida por Furtado, que implicava em se apropriar do progresso técnico de forma planejada, como alicerce de sociedades salariais e de consumo de massa espelhadas nos países centrais do pós-guerra, deu lugar a políticas de contenção do colapso social viabilizadas pela disponibilidade episódica de dinheiro. Ao ser tomado como um ciclo virtuoso da onda progressista, um ciclo vicioso foi escamoteado. No caso brasileiro, a despeito da propaganda em torno de um novo projeto nacional de desenvolvimento, a economia tornava-se ainda mais dependente do exterior, com maior reprimarização, desnacionalização e subordinação às oscilações dos mercados globais. Tampouco o fato de o país ter uma redução importante das taxas de desemprego - que chegaria à mínimos históricos em 2014 - evitava a degradação das condições de trabalho, com rotatividade intensificada e sensação generalizada de insegurança quanto aos empregos.

Sancionado pela lógica do capital global, o mesmo alívio possibilitado pelo afluxo de dinheiro e promessas fictícias de valorização, que, num primeiro momento, simularam a integração social e a diversificação do consumo baseadas em transferências de renda e no aumento do crédito, em um segundo momento, escancararam o beco sem saída das sociedades latino-americanas, como o outro lado desta mesma lógica: expectativas materiais e espirituais impossíveis de serem satisfeitas em função do caráter concentrador e excludente das formas vigentes de reprodução

econômica. Longe de avançarem para a integração da sociedade, estas formas sociais corroboram a sua desintegração e como consequência, a difusão ampliada da violência e do medo. Na prática, o lema petista “Brasil: um país de todos”, seria desmentido pela inexistência de um bom lugar para todos. No lugar do *fair play* cidadão e inclusivo, o jogo da concorrência pela vida passaria a ser melhor expresso como uma batalha aberta e frontal, o que se coaduna com o lema bolsonarista “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” que viria na sequência. As políticas de contenção da crise social, por mais exitosas que pareceram num dado período, se chocariam com uma dinâmica na qual a propaganda de integração social, prosperidade generalizada e progresso, não poderia mais ocultar a realidade de uma sociedade cuja reprodução continuava gerando cada vez mais exclusão, conflitividade e ressentimento social.

O raciocínio aqui avançado não se limita a delinear a arquitetura do progressismo, constatando que a sua fundação estava condenada de antemão, pois dependia de um fluxo de dinheiro que em algum momento, refluiria. Na realidade, o que potencializou o alcance do desmonte foi o significado concreto do que é “ganhar tempo” deste lado do mundo. A questão fundamental é que os meios com que ainda se pode tentar a contenção do desabamento, são ao mesmo tempo, aceleradores deste desabamento. Dito de outra forma, a despeito de eventuais boas intenções dos governantes progressistas, a administração do desmonte da cidadania salarial na atualidade, implica em práticas que aceleram a dinâmica social disruptiva. Em suma, implicam em uma dinâmica de contenção aceleracionista.

Examinemos algumas facetas da questão a partir do exemplo concreto do Brasil. Enquanto presidente, Lula enviou o general Augusto Heleno para comandar a missão de paz da ONU no Haiti. Esta participação foi concebida nos marcos da ideia de fazer do Brasil um *global player*. No entanto, o general e sua tropa voltaram pensando em outra direção: como evitar que o Brasil se torne um Haiti. Não é segredo que os militares brasileiros enxergaram na ilha

uma oportunidade de treino e experimentação. De volta para casa, muitos se convenceram de que o exército deveria se engajar em missões similares às da ONU, mas no plano doméstico. Por outro lado, cresceu a demanda de missões de “Garantia da Lei e da Ordem” por políticos desejosos de mostrar uma mão dura em todo o país, o que por sua vez, fortaleceu o poder de barganha dos militares (HARIG, 2018). Barrado como vice de Bolsonaro por seu partido, Heleno se serve deste repertório para comandar o Gabinete de Segurança da Presidência da República, órgão diretamente vinculado à presidência e responsável pelos serviços de inteligência. Outro veterano do Haiti, o general Azevedo e Silva, assumiu o ministério da Defesa, uma pasta criada em 1999 com a intenção de reforçar o controle civil sobre as Forças Armadas, e que até Temer, nunca tinha sido ocupada por um militar. Em 2013, Azevedo e Silva tinha sido nomeado por Rouseff para comandar a Autoridade Pública Olímpica.

Entre a ambição *global player* e as olimpíadas no Rio, os nexos entre o ideal de um Brasil potência e a gestão armada da vida social, vão além da valorização civil dos militares. Seu pano de fundo é a diluição das fronteiras entre a militarização da vida e a assistência social, que se misturaram como areia e cimento nos anos petistas, na tentativa de manter em pé, uma sociedade que desmorona. Segundo a penetrante análise de Paulo Arantes, os militares brasileiros operam em um mundo onde a guerra se torna um “trabalho social armado”, no qual não se trata de vencer batalhas, mas de pacificar populações (BACEVICH, 2010). Neste quadro, intervenções militares no Haiti como no Rio de Janeiro, ganham a roupagem de um trabalho social, cujo sucesso depende da percepção dos moradores em relação à legitimidade do Estado, do qual emana a assistência, mas também a punição. O outro lado destas “operações de contrainsurgência repaginadas como política pública de pacificação”, é a conversão dos direitos humanos em técnicas de governo e em última análise, em políticas públicas também (ARANTES, 2014, p. 368).

Assim, a governabilidade afiançada pela polícia e o exército no Rio de Janeiro, laboratório da militarização da vida nos anos petistas, tem como braço complementar uma geração de militantes treinados durante décadas na discussão, formulação e implementação de políticas públicas, atuando como representantes do Estado, do partido, de ONGs ou da comunidade. Neste processo formativo, que acompanhou a sedimentação de um “modo petista de governar” após a ditadura, uma cidadania insurgente em potencial foi modelada segundo os requisitos de uma cidadania regulada. Modalidades de participação balizadas pela institucionalidade estatal, esvaziaram o viés popular e classista do ativismo social: a participação popular se transmutou em participação cidadã, configurando um conjunto de técnicas que desmobilizam, mobilizando. Neste quadro, dizer que nos anos petistas os brasileiros nunca foram tão participativos (71 conselhos e 74 conferências só no período lulista), significa reconhecer que nunca foram tão governados (ARANTES, 2014, p. 431).

Ao mesmo tempo, a engrenagem da “pacificação contrainsurgente” visa transformar os moradores (a “comunidade”) em empreendedores, forjando no processo um “simulacro de uma sociedade civil ativa e propositiva”, ambição compartilhada por Estado, Empresas, Terceiro Setor e comunidades: a construção nacional simulada, corresponde a uma sociedade civil de faz-de-conta. Segundo Arantes, este processo de autoempresariamento sem fim produz uma falsa mercadoria, que atende por diversos nomes: “cidadania, inclusão, participação etc.”. A novidade é que agora, quem segura aberta a porta de entrada para esse “mercado da cidadania”, é a polícia (ARANTES, 2014, p. 374).

Em resumo, coerção e serviço social se deram as mãos no Brasil petista para produzir não a paz, mas uma pacificação, que em um mundo de expectativas decrescentes, projeta a lógica do mal menor para a favela: trata-se de convencer a população de que os benefícios de se submeter à autoridade estatal, superam os custos, ou seja, que a pressão policial é preferível à opressão do tráfico. Em todo caso, o que se evidencia é que a inclusividade petista nunca

foi o contrário do punitivismo bolsonarista, mas o pressupôs, o complementou e o reforçou. E vice-versa: no contexto da pandemia, Bolsonaro ampliou o alcance do Bolsa-Família, ao mesmo tempo em que, constrangido pelo Congresso, anunciou um auxílio emergencial de valor quatro vezes maior, para atingir quatro vezes mais pessoas, realizando assim uma política de contenção social típica da era petista.

A contradição desta lógica, em que a tentativa de conter o movimento dessocializante não impede a sua aceleração, pois implica em fortalecer justamente o que se pretende conter, pode ser constatada em múltiplos planos. No caso brasileiro, ilustrações epidérmicas incluem: o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, que renunciou como deputado tucano em 2003 para comandar o Banco Central por oito anos sob Lula e que depois, foi ministro da economia sob Temer; a tentativa do governo Lula de fazer ligação direta com o “baixo clero” no congresso, que desatou o escândalo do “mensalão” em 2005, respondido com mais espaço para o PMDB no governo, levando o partido a indicar o futuro golpista Temer por duas vezes como vice-presidente na chapa de Rousseff; o apoio de lideranças neopentecostais às administrações petistas, que resultou em recuos na agenda comportamental e na nomeação de ministros evangélicos como Marcelo Crivella, que em 2016 derrotou no Rio de Janeiro um dos únicos candidatos da esquerda a disputar o segundo turno nas eleições para prefeito e as construtoras, que não hesitaram em mandar para a cadeia, em delações reais ou imaginárias, aqueles que lhes abriram caminho para ganhar dinheiro como nunca.

Em resumo, os militares, os bancos, o PMDB, o vice-presidente Temer, o neopentecostalismo, as empreiteiras, foram todos alimentados e cultivados, em seu momento, pelos governos petistas. Neste quadro, a figura de imagem mais adequada da relação entre a defenestração do PT e a ascensão de Bolsonaro não é uma guinada de 180 graus, não é uma ruptura absoluta, mas sim uma metástase, na medida em que forças e interesses corrosivos,

cujo poder nunca foi desafiado e que pareciam controladas sob o petismo, se espalharam incontestes pelo tecido nacional.

A trajetória brasileira evidencia a dinâmica de “contenção aceleracionista”, em que o progressismo petista, a despeito das intenções, transformou-se no seu oposto. A análise sugere que, diante da contrarrevolução permanente que se impôs como projeto burguês no país desde o golpe de 1964 (FERNANDES, 1975), em uma quadra histórica de crise permanente do capital, a única reforma possível é uma gestão da crise (um “modo petista de governar”) que, no entanto, a agrava. Não se trata de uma escolha racional de agentes históricos (uma “traição”), mas da imposição irracional, cega e impessoal da lógica da produção do valor ao governo das pessoas, em uma época de crise de valorização do valor (KURZ, 2014).

Neoliberalismo inclusivo

Enfocada pelo prisma da contenção aceleracionista, a renovação política protagonizada pelo progressismo reforçou uma lógica societária impermeável à mudança. Não se trata de negar a importância da superação do *Pacto de Punto Fijo* na Venezuela ou do protagonismo político dos indígenas na Bolívia. Mas de constatar que, em uma realidade na qual o capital preside de modo totalizante a vida social, a alternância política pode reforçar a sua legitimidade. Nesta sociedade, a autonomia da política está restringida ao que não contradiz a dominação pervasiva do capital. Em outras palavras, trata-se de uma autonomia formal, limitada pela determinação totalizadora do sistema do capital, que por sua vez, se impõe como uma força extraparlamentar por excelência.

Ao concentrar o esforço de mudança pela via da política, o progressismo renunciou a contestar o capital em sua esfera substantiva de operação reprodutiva socioeconômica (MÉSZÁROS, 1999). Como decorrência, fortaleceram-se as determinações fundamentais do capital enquanto sistema metabólico. Neste quadro, a dinâmica da contenção aceleracionista

resultou, em última análise, no aprofundamento da razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2010). Pois, se para a contenção da catástrofe social bastasse a maior disponibilidade e uma melhor distribuição social do dinheiro, pouco se teria a objetar. O enquadramento aqui proposto é diferente. Argumentamos que a contenção econômica e social ambicionada pelo progressismo, pretendendo aumentar o controle e generalização dos fluxos monetários na sociedade, gera inadvertidamente o seu contrário, a saber, o maior controle e a generalização dos imperativos do dinheiro para o conjunto do tecido social.

Longe de ser um símbolo das trocas, como quer a teoria econômica ortodoxa, ou uma convenção estatal manipulável, como defendem economistas heterodoxos, o dinheiro no capitalismo é o meio e o fim do único elo possível em uma sociabilidade fragmentada, baseada em decisões privadas e não-coordenadas. Esta sociabilidade não tem como base a mera posse de dinheiro, ou a sua utilização para satisfazer o consumo. Em última análise, trata-se de uma sociabilidade dominada pelo movimento incessante e cego que deve fazer de uma dada quantidade de dinheiro, mais dinheiro, isto é, o movimento que deve fazer do dinheiro, capital. A questão que se coloca para a América Latina são as agruras de sustentar esse movimento, tendo em perspectiva a contradição em processo do capital global, e neste quadro, o lugar do subcontinente.

Dado o esgotamento da capacidade de extração de trabalho abstrato em função do nível atingido pelas forças produtivas, isto é, a incapacidade de um processo perene de lucratividade através da reprodução ampliada capitalista em função da “contradição em processo” descrita acima, a dinâmica autorreferente do dinheiro em busca de contínua expansão, se choca com as reduzidas possibilidades reais de valorização, engendrando uma verdadeira panela de pressão. A difusão monetária que antes aparecia como um respiro (via trabalho precário, transferências condicionadas e crédito), em seguida aparece como um renovado sufoco, pois exige

sacrifícios redobrados para acessar dinheiro em um mundo incapaz de assegurar a empregabilidade das populações.

A fatura do tempo comprado, isto é, a necessidade de se encarar a dura realidade na luta pela vida, é então cobrada como uma necessidade desesperada de se marchar com maior rapidez, para não se ficar para trás: daí a “correria” e a “viração” sob a égide da economia de plataforma. Cada indivíduo precisa dar o seu próprio “salto mortal da mercadoria” como dizia Marx (MARX, 1985, vol.1, p. 225), em uma arena que se estreita, isto é, fazer valer sua sobrevivência monetária num cenário cada vez mais autofágico. A energia social é absorvida por um processo de aguda individualização, em que as técnicas de governo neoliberais se impõem como normatividade de seleção e principalmente de exclusão, no funil cada vez mais apertado do mercado de trabalho.

Ao invés de descortinar uma esperada ascensão coletiva e nacional, o impulso original induzido pelo afluxo de dinheiro sob modalidades de neoliberalismo inclusivo, se desdobra na concorrência de todos contra todos, dissolvendo ainda mais qualquer solidariedade de classe, nos marcos de uma profunda dessocialização. Daí a inversão: os processos sociais desencadeados pela onda progressista, a despeito da sua retórica antineoliberal, resultaram no reforço da razão neoliberal, em que as relações entre indivíduos são reduzidas à mecanismos de premiação e punição monetária de pessoas cada vez mais atomizadas. A falsa solução dos antagonismos sociais durante a efêmera prosperidade, amplia a intensidade destes mesmos antagonismos no momento em que a simulação se dissolve. Então, o processo que aparecia como inclusivo e igualitário pela ampliação relativa do acesso ao dinheiro, em seguida se depara com a superfluidade dos indivíduos e com a concentração de riqueza. Como resultado do impasse insolúvel da reprodução econômica nas sociedades latino-americanas contemporâneas, a dinâmica autofágica é acelerada: a inclusão possível sob o neoliberalismo, agrava a dessocialização.

Reflexões finais

A tentativa de contenção insuflada por dinheiro e capital fictício, que se apresenta como uma tentativa de “ganhar tempo”, mas impulsiona as economias rumo a um futuro de antemão bloqueado, provoca uma refuncionalização perversa e acelerada, no presente, de práticas predatórias e formas precárias de vida que marcaram a região no passado. Em um quadro de crise estrutural do capital, não são veleidades de desenvolvimento nacional obsoletas que podem prosperar, mas sim, o caráter de puro negócio que deu o sentido à colonização. O reencontro com o nacional não se materializa como a ansiada realização da nação, mas como uma volta ao ponto de origem predatório e imediatista que marcou a formação colonial, sob a égide da exploração mercantil em forma bruta.

Nesta realidade, contenção aceleracionista, progressismo regressivo e neoliberalismo inclusivo são oximoros que sintetizam as contradições do progressismo, explicando porque a onda não abriu passo para um mundo melhor. A análise elucidada a antinomia entre a aspiração ideológica e o legado objetivo da onda progressista, a despeito das intenções de seus líderes. Em lugar da retomada de estratégias de desenvolvimento, o otimismo dos “mercados” continuou apoiado na transferência de bens e recursos públicos ao setor privado, bem como na capitalização de renda fundiária e de riquezas naturais que servem de esteio a uma inserção internacional pautada pelo agronegócio e o extrativismo. Ao invés de fortalecer a solidariedade coletiva, reforçou-se o que Caio Prado descreveu como a “ausência de nexos morais”, isto é, acentuou-se a coisificação das pessoas e as relações sociais puramente utilitárias e exploratórias. Daí que este simulacro de modernidade seja acompanhado da expansão do empreendedorismo e do imperativo da valorização do “capital humano”, grassando a informalidade, a uberização e o trabalho cada vez mais intermitente, reafirmando a necessidade de “se virar” para ganhar a vida. Em suma, a contenção progressista

acelerou a corrosão social, uma vez que o sentido mercantil da formação colonial, repaginado sob a razão neoliberal, dissolve como ácido os laços sociais.

Face a esta corrosão, recrudescer uma lógica securitária e repressiva, também reforçada sob o progressismo. A questão de fundo é que a contenção do desabamento não tem como se resumir ao serviço social e às políticas focalizadas de alívio monetário, encontrando seu complemento necessário em dispositivos de segurança que multiplicam o encarceramento e o assassinato dos “inimpregáveis”. Assim, o Brasil petista matou mais do que o México sob a “guerra às drogas”, enquanto as taxas de encarceramento no país só eram comparáveis às do Uruguai sob o *Frente Amplio* (PRISON INSIDER, 2018). Este punitivismo alimenta-se da patologia social inerente às formas corrosivas de sociabilidade em vigor. A redução de todas as dimensões da vida a um puro cálculo abstrato e quantitativo, infenso a outros valores, faz da reprodução social uma fábrica social de medo, ódio e indiferença, propiciando o caldo de cultura de uma mentalidade punitivista, e mesmo exterminatória.

Neste quadro corrosivo, prospera outro atavismo latino-americano: aparelhos privados de violência, que se imiscuem às estruturas estatais e ao cotidiano civil, como se observa nas *Bandas Criminales* (Bacrim) colombianas, nos cartéis mexicanos, nas maras salvadorenhas ou nas milícias brasileiras. Esta dimensão miliciana da sociabilidade, cujas raízes históricas remetem ao policiamento privado de formas de trabalho compulsório na América Latina, como a escravidão, ao mesmo tempo em que reforçava poderosos locais, se recoloca na atualidade como uma instituição terrorista, em consonância com a dinâmica turbinada da acumulação por espoliação nos marcos de uma razão neoliberal que, levada às últimas consequências, conduz à guerra civil.

Por esta trágica via o círculo se fecha: a Venezuela bolivariana se encontra com a Colômbia uribista. O continente que tinha como farol a paz lulista, se percebe enfim, desaguando no estado de exceção permanente colombiano. Se durante a onda progressista

acreditou-se que o futuro pertencia ao Brasil petista, que exportava tecnologias de governo para o mundo, hoje se vê que o futuro era a parapolítica colombiana, que exporta tecnologias de repressão para o próprio Brasil.

Como no romance o médico e o monstro, cai a ficha de que contemplamos duas faces distintas de um mesmo sujeito. Ou para ser mais preciso, nos deparamos com duas formas diferentes, mas não contraditórias, de tentar segurar em pé sociedades que se desmancham. Constata-se ainda um cruel paradoxo, na medida em que o progressismo fora do governo se converte em uma política restauracionista, exortando à volta de um passado idealizado, a direita se posiciona a favor do movimento da história – a favor do progresso, que só pode conduzir à barbárie.

A constatação de que o progressismo norteia a mudança na direção do passado, ajuda a explicar um paradoxo: os países sul-americanos onde explodiram motins no primeiro ano e pouco de pandemia, são aqueles onde o progressismo é mais débil (Paraguai, Peru, Colômbia e Chile). Esses fluxos da rebeldia sugerem uma relação antitética entre progressismo e rebelião: onde o progressismo está mais vivo como forma política, mais expectativas se depositam na via eleitoral, e menos chances de as ruas destamparem. Mais do que uma esperança política, o progressismo se converteu em uma política da espera. Ou para dizer a mesma coisa, de outro modo: na sua relação antitética com a desordem, se confirma a identificação do progressismo, com a ordem.

Nesta perspectiva, uma rebelião como a chilena, a colombiana ou a peruana não é uma solução, mas uma premissa necessária para sair do impasse. É antes de mais nada um sinal de saúde, pois os corpos nas ruas carregam subjetividades que encontraram brechas para romper com o anestesiamento imperante, e podem ser mobilizadas pela mudança. A forma rebelião contém uma potência emancipatória, porque deriva de um sentir insuportável, e o insuportável empurra na direção do impossível, e do proibido: nossos sonhos não cabem nas suas urnas, nem nossos pesadelos, nem nossos mortos, como dizem os zapatistas.

A rebelião desafia as formas do progressismo, pois não tem projeto, nem programa. Também desafia o seu tempo, pois a rebelião é a política do agora.

Mas como fazer desta potência destruidora, criação? Como dar formas diferentes das progressistas, para uma rebeldia que lhe contradiz? Como libertar os fazeres e pensares das formas da ordem, que incluem o progressismo? Quando finalmente *se vayan todos*, o que instituir no dia seguinte?

Em síntese: como pode a rebelião, parir um futuro? Talvez seja esse o desafio da política emancipatória que recusa o mal menor, na América Latina e no mundo.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver*. São Paulo: Elefante, 2016.
- ADORNO, Theodor. "Progresso". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 27: 217-236, 1992.
- ARANTES, Paulo. *O Novo Tempo do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ASSIS, Denise. "Fórmula da guerra híbrida deu certo, mas novos ventos sopram sobre a América Latina" October 9, 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/formula-da-guerra-hibrida-deu-certo-mas-novos-ventos-sopram-sobre-america-latina>
- BACEVICH, Andrew. *Washington Rules*. New York: Metropolitan books, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La Nouvelle Raison du monde. Essai sur la Société Neoliberal*. Paris: La Découverte, 2010.
- DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL; Christian; SAUVÊTRE, Pierre. *Le Choix ee La Guerre Civile. Une Autre Histoire du Néolibéralisme*. Paris: Lux éditeur, 2021.
- FELIZ, Mariano; LÓPEZ, Emiliano. *Proyecto Neodesarrolista en Argentina*. Buenos Aires: El Colectivo/ Herramienta, 2012.
- FURTADO, Celso. *Brasil: A Construção Interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GARCÍA LINERA, Alvaro. Entrevista Alvaro García Linera. February 12, 2020. Disponível em: <http://espoiler.sociales.uba.ar/2020/02/12/entrevista-a-alvaro-garcia-linera-la-lucha-por-la-igualdad-tiene-un-alto-costo-social-y-alguien-te-lo-va-a-cobrar-tarde-o-temprano/>

GEISELBERGER, Heinrich (org.). *A Grande Regressão. Um Debate Internacional sobre os Novos Populismos e Como Enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. *Extractivismos. Ecología, Economía y Política de un modo de Entender el Desarrollo y La Naturaleza*. Cochabamba: Cedib, 2015.

HARIG, Christopher. "Re-Importing the 'Robust Turn' in UN Peacekeeping: Internal Public Security Missions of Brazil's Military International Peacekeeping." *International Peacekeeping*, v. 26, n. 2, (December): 137-64, 2018.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Sage, 2010.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas – Das Revoluções Coloridas aos Golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem Valor. Linhas Gerais para a Transformação da Crítica da Economia Política*. Lisboa: Antígona, 2014.

LANDER, Edgardo (et al). *Promesas em su Laberinto. Cambios y Continuidades en los Gobiernos Progresistas en América Latina*. La Paz: Cedla, 2013.

LATOUR, Bruno. *Imaginar Gestos que Barrem o Retorno da Produção Pré-Crise*. São Paulo: N-1 edições, 2020.

MACHADO, Decio; ZIBECHI, Raul. *Cambiar el Mundo desde Arriba. Los Límites del Progresismo*. La Paz: Cedla, 2016.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural. (5 volumes), 1985.

MERCADANTE, Aloísio. *Brasil: A Construção Retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MESZAROS, István. *Beyond Capital*. New York: Monthly Review Press, 1999.

PRISON INSIDER. "Informe anual Uruguay, 2018". Disponível em: <https://www.prison-insider.com/fichapais/prisionesoruguay>.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Mito y Desarrollo en Bolivia. El Giro Colonial del Gobierno del MAS*. La Paz: Plural, 2015.

SADER, Emir. *Lula e a Esquerda do Século XXI. Neoliberalismo e Pós-Neoliberalismo no Brasil e na América Latina*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019.

SCHAVELZON, Salvador. "Las varias caras progresistas en campaña sucia contra el candidato indígena del Ecuador" March 12, 2021. Disponível em: <https://desinformemonos.org/las-varias-caras-progresistas-en-campana-sucia-contra-el-candidato-indigena-del-ecuador/>.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor, as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado: a Crise Adiada do Capitalismo Democrático*. Coimbra: Actual, 2013.

SVAMPA, Maristella. "Consenso de los commodities" y lenguajes de valorización en América Latina." *NUSO* 244, 2013.

SVAMPA, Maristella. *As Fronteiras do Neoextrativismo Na América Latina*. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella; TERÁN, Emiliano. "En las fronteras del cambio de época" in *Como se Sostiene la Vida en América Latina?* Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2019.

TRICONTINENTAL INSTITUTE. "Venezuela e as guerras híbridas na América Latina". June 3, 2019. Disponível em: <https://www.the-tricontinental.org/pt-pt/dossie-17-venezuela-e-as-guerras-hibridas-na-america-latina/>

SEÇÃO 3:

**“Bolsonarismos, bolsonaristas:
seus nomes e suas formas”**

9. Homeschooling no Brasil: influência Estadunidense e a Brasil Paralelo

Bianca Gabriele Mariz de Albuquerque

Introdução

Em meio ao debate que se estabeleceu na sociedade brasileira nos últimos meses acerca do *homeschooling*, faz-se necessário melhor entender o que representa esta prática, qual a sua origem, por que o tema emergiu neste momento, bem como de qual maneira pode ser aplicada e, sobretudo, seu contexto de fundo. Visando elucidar esses pontos, apresentamos o presente artigo.

Em um primeiro momento descrevemos brevemente a origem do *homeschooling* e seu processo de regulamentação nos Estados Unidos, os principais sujeitos envolvidos, as motivações e aplicação do modelo. O início da prática no Brasil está relacionado ao intercâmbio entre dois setores sociais que existem tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos: a direita cristã e a direita ultraliberal, grupos que replicam na sociedade brasileira o processo estadunidense de implementação do *homeschooling*.

Em um segundo momento, discutimos, ainda demonstrando a influência estadunidense sobre o processo brasileiro, como têm se posicionado os *think tanks* de direita e extrema direita que atuam no Brasil, a partir de duas organizações: o Instituto Mises Brasil e o Instituto Rothbard, conformados dentro do tardio processo de ocidentalização da sociedade civil brasileira como afirma Casimiro (2020). Apontamos, também, a atuação de Olavo de Carvalho, servindo como referência para a juventude de direita e encorajando a criação de uma militância orgânica dentro do espectro político da direita. Analisaremos também o *modus operandi* e base argumentativa da produtora Brasil Paralelo sobre o tema.

É possível evidenciar a utilização do *homeschooling*, em um movimento transnacional para o avanço de uma pauta maior, que conforma conservadores e libertaristas ultraliberais⁴, identificados como direita cristã e direita ultraliberal, defensores de um novo projeto societário cuja implementação passa necessariamente pela educação.

O *homeschooling* no Brasil e a influência estadunidense

O *homeschooling* (prática de educar crianças e adolescentes, não nas escolas, mas em casa) começou a ser mencionado na década de 1950 nos Estados Unidos, em meio às críticas que reformadores faziam à escolarização, iniciando assim sua expansão. No entanto, é na década de 80 seu momento de maior relevância, quando famílias conservadoras (cristãs) encamparam a luta por educar seus filhos e filhas em casa segundo seus princípios religiosos (REIS, 2019). A *Homeschool Legal Defense Association* (HSLDA) foi criada em 1983 com a finalidade de fornecer suporte jurídico às famílias *homeschoolers* (praticantes do *homeschooling*), e se tornou a maior e mais influente associação dos Estados Unidos voltada para a legalização desta prática, com ampla influência social e política (BARBOSA & EVANGELISTA, 2017).

Nos anos 90, o crescente tensionamento na sociedade, a pressão desta parcela da população e, posteriormente, apoio político, viabilizou-se a regulamentação em todos os estados do país da prática, cada qual com suas especificidades.

É importante desde aqui evidenciar um elemento fundamental desta análise. O percurso do *homeschooling* é paralelo ao processo de consolidação da direita cristã estadunidense, o que tem relação com sua influência sobre o processo brasileiro.

⁴ Libertarista: filosofia política que tem por elemento central a liberdade individual, buscando fundamentalmente o individualismo e a abolição do Estado. No entanto, há correntes que o mantêm com o fim de que este seja garantidor da propriedade privada; Ultraliberal, a partir da Escola Austríaca. Conceitos estes encontrados nas obras de Murray Rothbard e Walter Block (CASIMIRO, 2020).

O engajamento político dos evangélicos nos Estados Unidos ocorreu a partir de meados da década de 1950. Além da militância pelos valores religiosos, eles já engrossavam, naquele contexto do começo da Guerra Fria, ‘o consenso nacional anticomunista’. Fizeram-no por meio da disseminação de opiniões pró-capitalismo a seus fiéis (...) Mas foi a partir de 1970 que a direita cristã (...) passou a adquirir estrutura organizacional e poder de massa (LACERDA, 2018, p. 41).

Lacerda (2018) também afirma que o motivo da direita cristã ter se articulado em torno de um projeto político foi o avanço das pautas dos movimentos feministas e homossexuais, além do interesse da direita secular agregar esse grupo, de expressiva representatividade eleitoral, à certa coalizão neoconservadora⁵ firmada em 1980. “A participação dos evangélicos foi essencial à eleição de Reagan em 1980 e à conquista, por parte do Partido Republicano, de maioria no Congresso” (LACERDA, 2018, p. 42).

Desta forma, junto com os propósitos políticos da Casa Branca, no governo Reagan, os evangélicos passaram a ser enviados em missões internacionais levando em suas bagagens teorias anticomunistas, além da Bíblia. O que Lacerda (2018) entende como “a convergência entre neoconservadores seculares que apoiavam intervenções externas e a direita cristã” (LACERDA, 2018, p.45).

Voltando à expansão do *homeschooling* nos Estados Unidos e sua base argumentativa, em 2018 o *National Household Education Surveys Programs* apontou que as principais razões para os pais decidirem adotar o *homeschooling* foram a preocupação com o ambiente escolar; instruir os filhos e filhas com ensino religioso e moral; discordância quanto ao que era trabalhado nas escolas; a busca por aplicar metodologias distintas da tradicional no ensino das crianças; terem filho ou filha portador de necessidades

⁵Neoconservadorismo em Lacerda: “se refere originalmente à coalizão que reuniu parcela majoritária do movimento religioso evangélico, elementos da direita secular do Partido Republicano e intelectuais na eleição de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos em 1980” (LACERDA, 2018, p.18).

especiais, seja mental ou física; e etc⁶. Na mesma matéria da Folha de São Paulo é citado o artigo “Educação Domiciliar nos Estados Unidos: Examinando os fundamentos para Educação individualizada” de Christopher Lubienski e T. Jameson Brewer que evidenciou a falta de dados para se afirmar se os alunos de *homeschooling*, os *homeschoolers*, têm um aproveitamento igual ou melhor em relação aos estudantes que seguem dentro das salas e no ensino regular.

Alunos de ensino domiciliar representam 3,3% do total dos estudantes de 5 a 17 anos no país, aumento de 750 mil em relação a 1999, primeiro ano do Programa Nacional de Pesquisas Domiciliares de Educação (...) De acordo com o Departamento de Educação dos EUA, em 2012 cerca de 83% dos alunos ensinados em casa eram brancos, e 89% foram classificados como não pobres (...) Dos 50 estados americanos, apenas seis possuem alta regulamentação. Os contabilizados com nenhuma ou pouca, somam juntos 25 estados. A maior categoria são aqueles de regulamentação moderada, contabilizando 19⁷.

Já no Brasil o *homeschooling* começa a ser difundido nos anos 90 (PESSOA, 2020). Como é sabido, a educação domiciliar é anterior à escolarização e foi uma resposta à necessidade de democratização da oportunidade de formação intelectual e cultural da população brasileira – que passou a ser implementada nos anos 30 e através da Constituição de 1934 (REIS, 2019) – já que apenas famílias de alto poder aquisitivo tinham acesso a uma educação de qualidade.

Como mais uma evidência da influência da direita cristã estadunidense no processo brasileiro, além das já citadas, é possível observar as famílias de estadunidenses imigrantes e brasileiras evangélicas como as primeiras a se manifestarem pela adoção da prática no Brasil (VIEIRA, 2012).

O casal, que é um dos mais longevos praticantes da educação domiciliar, já tinha decidido adotar a modalidade antes mesmo de ter filhos. O pai de

⁶ DAMASCENO, Victoria. “Projeto de Bolsonaro, o ensino domiciliar não tem eficácia comprovada nos EUA.” *Folha de São Paulo*, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/URoSxt>. Acesso em 02/06/2022.

⁷ Idem, *ibidem*.

Josué, o “seu” Silas, era militar em Manaus quando viu a *homeschooling* ser posta em prática por catequistas da Missão Novas Tribos do Brasil, sediada em Anápolis/GO e representante da americana New Tribes Mission. Depois, o próprio Josué teve contato com famílias praticantes da educação em casa, no período de quase um ano que passou a estudo e a trabalho nos Estados Unidos. “Isso abriu a cabeça dele”, diz Darcília (VIEIRA, 2012, p.41).

Ainda em VIEIRA (2012):

(...) eles chegam e ensinam evolucionismo como se fosse um fato, ensinam diversidade sexual, marxismo. Meus filhos estavam sendo doutrinados de forma subjetiva e sem o meu consentimento. Era desonesto (VIEIRA, 2012, p.37).

Na pesquisa de Vieira, na qual realiza entrevistas com famílias *homeschoolers* brasileiras, os pais classificam o ambiente da escola como nocivo e o ensino insuficiente. A maioria dos entrevistados têm alto grau de escolaridade, são casados, cristãos, advogam que são os pais que têm o direito de educar os filhos; a maioria são de classe média e, quem se ocupa da função de ensinar em casa são as mulheres, que abdicam de estudos e empregos para tanto; concordam com a existência de escolas públicas e privadas operando sob as normas do Estado, mas “contestam a capacidade do Estado de supervisionar e de julgar eticamente as famílias *homeschoolers*” (VIEIRA, 2012, p.53).

É importante sinalizarmos aqui que, assim como nos Estados Unidos, a consolidação da direita cristã como grupo político tem sua relevância no processo que busca a implementação de tal prática no Brasil. Segundo Cowan (2014) já no período de redemocratização do país e durante a Assembleia Nacional Constituinte, quadros evangélicos foram lançados no cenário político manifestando haver uma “crise moral” no país. Portanto, para defenderem a “família” e os interesses evangélicos, era preciso atuar na política brasileira, visto que a esquerda buscava “libertinagem”.

A nova direita nascente combinava sua percepção de uma crise moral aguda com o apoio ao regime e oposição às ameaças do ecumenismo, da teologia da libertação e do comunismo; mas protestantes liberais (...) tendiam a não

se concentrar na crise moral e a apoiar o ecumenismo e a teologia da libertação (COWAN, 2014, p. 12).

Considerando que, desde a década de 70, é público um profundo antagonismo entre grupos cristãos quanto a posicionamentos político-ideológicos, em 2022 o Congresso Nacional contava com 105 deputados federais e 15 senadores compondo a “Bancada da Bíblia”⁸, força importante nos processos deliberativos. Ou seja, mesmo em meio a possíveis divergências, este é um fator que se demonstra relevante no fortalecimento de pautas como o *homeschooling*.

Iniciativas como a fundação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) que tem como propósito dar o mais amplo suporte às famílias, com materiais, cursos, apoio jurídico; promover o *homeschooling* e pleitear sua legalização, desempenham fundamental papel na articulação e capilaridade da adoção de tal prática no país. Comparada à estadunidense *Homeschool Legal Defense Association (HSLDA)*, a ANED foi criada em 2010, por quatro casais praticantes de ensino domiciliar: Juliana e Luiz Starling; Keller e Bagordakis Tinoco (LIMA, 2020).

Vieira (2012) descreve que a criação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) foi uma indicação do Deputado Leonardo Quintão (à época, PMDB/MG), membro da Igreja Presbiteriana e ligado ao deputado Lincoln Portela (PR). O que, posteriormente, se concretizou em uma relação mais estreita com o deputado Portela a fim de abrir o caminho para a regulamentação do *homeschooling*.

A Associação Nacional de Educação Domiciliar declara que existem em 2022 no país sete mil e quinhentas famílias *homeschoolers*, totalizando quinze mil estudantes entre 4 e 17 anos,

⁸ “Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica.” *Congresso em Foco*, 2020. Disponível em: <https://encr.pw/Icm0A>. Acesso em 13/01/2022.

com crescimento à taxa de 55% ao ano. Tendo, entre 2011 e 2018, o crescimento alcançado 2000%⁹.

Vale lembrar que a prática da educação em casa no Brasil, até a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, era tida como uma alternativa equivalente à escolarização, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, além de ser mencionada na Constituição de 1946 e 1967 (VIEIRA, 2012). Após a Constituição de 1988, que institui a educação como um direito de todos e todas e dever do Estado e da família; o Artigo nº55 do ECA que tornou obrigatório crianças e adolescentes serem matriculados em rede regular de ensino¹⁰; e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 que definiu como princípios para o ensino a pluralidade, a liberdade, tolerância, respeito à diversidade humana, gestão democrática e etc¹¹; o marco legal referente à educação e escolarização obrigatória se consolidou.

De 2010 a 2020, segundo LIMA (2020), foram apresentados sete Projetos de Leis (PL) à Câmara dos Deputados com o fim de autorizar o *homeschooling* e um para impedir tal prática no Brasil, sendo:

PL 3179/ 2012 do Dep. Lincoln Portela (PRB); PL 3261/ 2015 do Dep. Eduardo Bolsonaro; 10185/2018 do Dep. Alan Rick (DEM); PL 2401/ 2019 do Poder Executivo; PL 3262/2019 do Dep. Chris Tonietto (PSL); PL 5852/2019 Pastor Eurico (PATRIOTA) e PL 6188/2019 do Dep. Geninho Zuiliane (DEM) a favor. E, o PL 3159/2019 da Dep. Natália Bonavides (PT) contra (LIMA, 2020, p. 177).

Dentre os Projetos de Lei apresentados vale ressaltar PL 2401/2019 do Poder Executivo e PL 3179/2012 do Deputado Lincoln Portela (PRB). O governo federal havia estabelecido o *homeschooling* como uma das metas a serem cumpridas nos primeiros cem dias de

⁹ “Educação domiciliar no Brasil”. Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED). Disponível em: <https://bityli.com/IMAHvV>. Acesso em 11/06/2022.

¹⁰ Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Disponível em: <https://bityli.com/bCxPxR>. Acesso em 10/06/2022.

¹¹ Lei 9394/96 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em: <https://bityli.com/xBjBm> Acesso em 10/06/2022.

governo. Portanto, encaminhou via Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em parceria com o Ministério da Educação, tal proposta para a Câmara dos Deputados. “Nós entendemos que é direito dos pais decidir sobre a educação dos seus filhos, é uma questão de direitos humanos”¹². Essa foi a única proposta de lei do governo Bolsonaro para a educação.

O atual projeto que tramita no Congresso Nacional, aprovado na Câmara dos Deputados no dia 19 de maio de 2022, é o mesmo PL 3179/2012 do Deputado Lincoln Portela. Portela é pastor batista e comunicador, filiado ao partido vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus, sua atuação no Congresso tem relação com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a Frente Parlamentar de Combate à Obesidade (FPCO) e a Frente Parlamentar para Regulamentar a Educação Domiciliar (FPRED) a qual foi fundador (VIEIRA, 2012).

Como aponta Lima (2020), a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) elaborou o documento “O Brasil para os brasileiros” com diretrizes a serem observadas no exercício do mandato dos deputados/as membros. Entre os objetivos definidos para os trabalhos no Congresso Nacional a partir de 2019 está a “modernização do Estado”, “segurança jurídica”, “segurança fiscal” e “revolução na educação”.

O PL 3179/2012, da maneira que está, altera a LDB para que a educação domiciliar seja permitida; determina para a prática da modalidade que os pais ou responsáveis legais deverão ter ensino superior completo, certidão negativa de antecedentes criminais, formalizem a opção pelo *homeschooling* em uma escola credenciada, bem como realizem matrícula anualmente do filho e/ou filha.

Como havia sido definido pelo Superior Tribunal Federal (STF) que a prática de *homeschooling* não é permitida, carecendo de lei que a regule, algumas câmaras estaduais e municipais já haviam se adiantado nesta tarefa e aprovado leis para a autorização da modalidade nas respectivas localidades. Um exemplo é a

¹² Fala da ministra Damarens Alves. Governo Federal. Disponível em: <https://bitly.com/ksiuvj>. Acesso em 11/06/2022.

Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), que no dia 27 de outubro de 2021, com apenas 6 votos contra e uma abstenção, aprovou o Projeto de Lei (PL) proposto (Deputado Bruno Souza – Partido Novo)¹³.

A Associação das Famílias Educadoras de Santa Catarina apontou que o aumento da adesão de novas famílias se deu pelo período de pandemia em que o ensino passou a ser remoto:

(...) grande procura de novas famílias desejosas em assumir a educação dos filhos durante a pandemia. O principal motivo é o descontentamento com a baixa qualidade do ensino oferecido pelas escolas, tanto com relação ao conteúdo didático quanto à má formação dos educadores, tornada evidente ao testemunhar as aulas online oferecidas a seus filhos¹⁴.

No caso do Distrito Federal, houve manifestações de discordância de algumas famílias *homeschoolers* quanto à presença ainda muito forte do Estado sobre a educação de seus filhos. Em dezembro de 2020 a Lei 6.759 aprovada na Câmara Distrital foi sancionada pelo governador Ibaneis Rocha (Partido Novo)¹⁵. O que se percebe são algumas tentativas de atenuar os problemas apontados pelos/as especialistas e professores/as que se opõem à modalidade, o que tem causado insatisfação em parte dos *homeschoolers*.

Os textos dos projetos de lei, em maior ou menor medida, não têm entregado completamente a tutela da educação de crianças e adolescentes aos pais. Nos estados já citados, bem como no Paraná

¹³ “Aprovado na ALESC o Ensino Domiciliar em Santa Catarina.” Associação de Família Educadoras de Santa Catarina (AFESC). Disponível em: <https://bityli.com/hvbGzN>. Acesso em: 04/06-2022.

¹⁴ “Crescimento da educação domiciliar no Brasil e nos Estados Unidos.” Associação de Família Educadoras de Santa Catarina (AFESC). Disponível em: <https://bityli.com/LCLAZM>. Acesso em 04/06/ 2022.

¹⁵ Lima, Jônatas Dias. “Entenda a lei que regulamenta a educação domiciliar no Distrito Federal.” *Gazeta do Povo*, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/hTijaC>. Acesso em: 05/06/2022.

(PL assinado por 36 deputados/as)¹⁶, no Rio Grande do Sul (PL de autoria do Deputado Fábio Ostermann/Partido Novo) e em São Paulo (PL de autoria da Deputada Janaína Paschoal/PSL), o controle através dos órgãos estatais sobre o rendimento e a sanidade física e mental dos alunos e alunas em *homeschooling* tem sido expresso nas propostas¹⁷. Dinâmicas de adequação das propostas muitas vezes motivadas por cálculo eleitoral (os PLs aprovados e leis sancionadas, na sequência, foram judicializadas e declaradas inconstitucionais e outras não foram regulamentadas).

Uma observação interessante quanto aos vínculos dos agentes públicos com *think tanks* de direita e extrema direita é a atuação do Partido Novo nesta pauta – majoritariamente são políticos deste partido que ou propõem ou sancionam tais leis. Um exemplo desta ligação é o deputado Fábio Ostermann, fundador da Estudantes pela Liberdade¹⁸.

Um adendo sobre algo que chamou atenção nessas manifestações é que muitos argumentos apresentados, principalmente pelas famílias contrariadas com as propostas que estão sendo apresentadas nas casas legislativas, demonstram uma afinidade com o *unschooling*, algo mais radical e extremo que o pleiteado pelo *homeschooling*. O conceito de *unschooling* foi utilizado pelo educador John Holt em 1970 e por definição advoga por uma educação sem currículo ou qualquer tipo de padrão, de modo que as crianças e jovens aprendam livremente a partir das situações do dia a dia, viagens, passeios, brincadeiras e etc. (BARBOSA; EVANGELISTA, 2017, p.331).

¹⁶ Santana, Eduardo. “Projeto que institui ensino domiciliar no Paraná é aprovado no primeiro turno.” ALEP, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/tLGNJT> . Acesso em 10/06/2022.

¹⁷ Desideri, Leonardo “*Homeschooling*: como andam as tentativas de regulamentação no Brasil.” Gazeta do Povo, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/nYSzfw>. Acesso em: 05/06/2022.

¹⁸ FARIA, Glauco e VELLEDA, Luciano. “As bases e o “habitat” da nova direita”. *Revista Brasil Atual*. Disponível em: <https://bityli.com/wTBcTo> . Acesso em 11/06/ 2022.

Outro dado da relação do Brasil e dos Estados Unidos no processo de regulamentação do *homeschooling*, além da influência da direita cristã estadunidense sobre o tema na sociedade brasileira, é a atuação de instituições conservadoras e libertaristas ultraliberais, no fomento desta prática. As chamadas *think tanks* de direita e extrema direita têm servido de incubadoras, propagadoras e incentivadoras de movimentos e organizações que têm em suas linhas gerais o antiprogressismo, anticomunismo, o ultraliberalismo e uma propensão reacionária, ficando assim evidente os dois canais de influência nesta relação (Brasil e EUA), a direita cristã e a direita libertarista ultraliberal. (LIMA, 2020; LACERDA, 2018).

***Think tanks* e a Brasil Paralelo**

Desde a década de 90 há uma movimentação no tecido social brasileiro fomentando e articulando o que hoje vemos como “novas direitas”. Tal organicidade como estratégia política é fator recente dentro da direita e extrema direita no Brasil. Casimiro identifica “o significativo e tardio processo de complexificação ou de ocidentalização da sociedade civil brasileira” (CASIMIRO, 2020, p. 28), como sendo elemento fundamental na construção da força que os conservadores e libertaristas ultraliberais detém hoje. Ou seja, o processo de ocidentalização é entendido pelo surgimento de milhares de instituições de iniciativa da sociedade civil, entre elas as *think tanks*¹⁹ de direita e extrema direita.

Algumas das *think tanks* mais destacadas no momento são: o Instituto von Mises Brasil (IMB); o Instituto Rothbard Brasil; Instituto Millenium; o Instituto Liberdade; o Instituto Ordem Livre;

¹⁹ “são instituições ou organizações dedicadas a produzir e difundir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos (...) Esta mistura entre pesquisa e advocacia faz com que (...) sejam uma ponte entre conhecimento e poder, influenciando transformações.” Fala de Rodrigo Amantea. “Verbete Draft: o que é Think tank.” Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER). Disponível em: <https://encr.pw/sbm1w> Acesso em 22/01/ 2022.

Instituto Liberal (1983), que mantém vínculo direto com a Center for International Private Enterprise (Cipe) e a Atlas Network – a primeira, é dotada de suporte financeiro do governo estadunidense e a segunda funciona como uma articuladora mundial de *think tanks* libertaristas; o Instituto de Estudos Empresariais e a Rede Liberdade (CASIMIRO, 2020). Para esta análise vamos elencar os dois primeiros. Segundo Casimiro:

(...) aparatos de atuação política e ideológica assumem uma importância fundamental em uma sociedade com alto grau de ocidentalização. São essas organizações que articulam, capilarizam e ampliam o raio de alcance de determinada concepção de mundo (CASIMIRO, 2020, p. 32).

Logo, tais organizações não têm, como deixam evidente, ação neutra e despreziosa. Todas compactuam com os princípios libertaristas e ultraliberais plasmados através da Escola Austríaca²⁰. Entre seus parceiros figuram corporações nacionais e multinacionais como: Grupo Ultra, Gerdau, Banco Pactual, J.P. Morgan, Abril e etc.

No site do Instituto Mises Brasil²¹ (versão brasileira do Mises Institute estadunidense), há um artigo “O *homeschooling* nos EUA (e no Brasil)”, da autora estadunidense Isabel Lyman²², originalmente publicado em 2003, o qual foi traduzido para o

²⁰ Refere-se à escola de pensamento econômico que no século XX, através de seus autores (como Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Murry Rothbard) passou a propagar um liberalismo tido por mais radical – ultraliberal e libertarista.

²¹ “associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre (...) promover os ensinamentos da escola econômica conhecida como Escola Austríaca; restaurar o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; defender a economia de mercado, a propriedade privada, e a paz nas relações interpessoais, e opor-se às intervenções estatais nos mercados e na sociedade.” Instituto Mises Brasil. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx> Acesso em 17/06/2022.

²² Isabel Lyman é PhD e autora do livro “The *Homeschooling* Revolution”. (Instituto Mises Brasil). Disponível em: <https://bitly.com/EyMrOy>. Acesso em 05/06/2022.

português e republicado em 2008 com um breve adendo sobre o Brasil. Neste, o *homeschooling* é definido como:

(...) prática de se educar os filhos dentro da própria casa, ao invés de confiá-los às escolas públicas e/ou privadas. Dentre os motivos para tal, os mais frequentes são o baixo nível técnico das escolas, as questões religiosas e as divergências ideológicas de todas as sortes²³ (grifo nosso).

O artigo faz uma crítica às provocações e discriminação feitas pela sociedade e, inclusive, Hollywood, em relação aos *homeschoolers* e, segue respondendo às seguintes perguntas:

Por que optar pelo *homeschooling*?; ‘Que tipo de família escolhe o *homeschooling*?; ‘Existem diferentes métodos de *homeschooling*?; ‘Como as crianças educadas em casa interagem com outras pessoas?; ‘O *homeschooling* é legítimo?; ‘Como a educação de uma criança adepta do *homeschooling* se compara em relação àquela convencionalmente recebida pelas outras crianças?; ‘Que tipo de jovens adultos o *homeschooling* produz?’²⁴

A autora relata perceber a necessidade de sanar dúvidas para que impressões equivocadas não sigam acontecendo. Primeiro justifica o motivo das famílias desejarem abdicar da escolarização resumido na crítica ao ensino na escola e o ambiente escolar hostil, bem como da vontade familiar de aplicar um ensino religioso e aprofundar os vínculos familiares. Além disso, na descrição das características das famílias adeptas do *homeschooling*, afirma que parte ganhava menos do que 50 mil dólares por ano e outra menos de 25 mil.

Quanto a como “aplicar” conteúdos que deveriam ser estudados na escola, ou similares, a autora cita empresas que oferecem esse serviço de aulas remotas e afirma que quando os pais já estiverem confiantes eles mesmos estruturarão as matérias que a criança deverá estudar.

²³ “O *homeschooling* nos EUA (e no Brasil). Instituto Mises Brasil, 2008. Disponível em: <https://bitly.com/EyMrOy>. Acesso em 05/06/2022.

²⁴ Idem, *ibidem*.

A falta de socialização apontada por críticos é percebida por ela como uma constatação absurda e limitada, já que “os *homeschoolers* recorrem expressivamente a grupos de apoio como meio de manter contato com famílias de ideias afins”²⁵ (grifo nosso). Igualmente, aponta que através de concursos nacionais de medição de conhecimento aplicados nos Estados Unidos, a absorção de conteúdo dos *homeschoolers* é igual ou melhor do que das alunas e alunos que frequentam as escolas. E, conclui defendendo que os adultos que foram criados dentro dessa modalidade são saudáveis e normais, pois mais da metade das pessoas estudadas estão casadas e todos estão empregados (grifo nosso). O editorial do Instituto Mises Brasil termina da seguinte forma:

No Brasil, o *homeschooling* ainda é algo praticamente fictício, pois a legislação brasileira não permite a educação domiciliar. Porém, há uma tênue esperança para os amantes da liberdade: uma corajosa família de Timóteo, MG, decidiu que ela, e não o Estado, é que sabe o que é melhor para a educação de seus dois filhos de 14 e 15 anos. Nada mais de obrigar as crianças a ir à escola regularmente para ouvir o que o estado tem a lhes dizer. Basta! (...) temeroso de perder o monopólio da doutrinação, o Estado vem perseguido implacavelmente essa família, fazendo de tudo para puni-la pelo hediondo crime de ter optado por não submeter seus dois filhos ao lixo ideológico e às inutilidades de toda sorte que são ensinados na educação básica (pra não dizer no ensino médio e superior). Dispostos a tudo para impedir o sucesso do individualismo e do mérito próprio, os burocratas processaram criminalmente a família (...) a Justiça decidiu que os dois meninos deveriam fazer provas de conhecimentos gerais para verificar se houve “abandono intelectual” - isto é, para verificar se eles deixaram de aprender as coisas que o Estado quer que elas aprendam (...) A raiva estatal era tão fragorosa que os burocratas chegaram ao cúmulo de inventar questões que exigiam conhecimento sobre teatro japonês e teoria das cores e pinturas...²⁶(grifo nosso).

Outro instituto que já vinha trazendo o debate sobre o *homeschooling*, também pelo menos desde 2008, publicou em 2015 o texto “Escola? Não, obrigado’: um retrato do *homeschooling* no

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ “O *homeschooling* nos EUA (e no Brasil). Instituto Mises Brasil, 2008. Disponível em: <https://bityli.com/EyMrOy>. Acesso em 05/06/2022.

Brasil”, de André de Holanda Padilha Vieira, é o Instituto Rothbard Brasil, ligado ao Instituto Mises Brasil. Seu presidente é Cristiano Fiori Chiocca, que figura no site do Instituto Mises Brasil através de artigos publicados.

“O Instituto Rothbard Brasil é o epicentro da disseminação da Escola Austríaca de economia e do libertarianismo”²⁷, frase que consta na página principal do site descrevendo a natureza do instituto que homenageia o economista e teórico Murray N. Rothbard, admirador ferrenho da Escola Austríaca e de Ludwig von Mises. Estas *think tanks* apresentam também ramificações como o Movimento Brasil Livre (MBL), que é um braço do Estudantes pela Liberdade (versão brasileira da estadunidense *Students for Liberty* que tem representação em diversos países)²⁸, organização que atua principalmente dentro das universidades realizando, bem como o Instituto Mises Brasil, trabalho de base a fim de recrutar jovens para formação política e operacional de novas lideranças – estabelecendo assim seus processos de desenvolvimento de lideranças orgânicas.

Portanto, entendendo de onde partem é possível compreender o protagonismo de tais movimentos no período conturbado que vivenciamos na educação brasileira, sobretudo a educação pública. Na primeira década dos anos 2000 as instituições educacionais e os profissionais da educação já figuravam como alvo em uma guerra que se dizia contra a “doutrinação esquerdista nas escolas” e a sexualização das crianças (com argumentos como “kit gay” e “ideologia de gênero”).

Momento no qual a organização “Escola Sem Partido”²⁹ mobilizou parte da sociedade para combater uma suposta

²⁷ Instituto Rothbard. Disponível em: <https://bityli.com/WoOzOk> Acesso em: 05/06/2022.

²⁸ Students for liberty. Disponível em: <https://bityli.com/ZuXDOP> Acesso em: 06/06/2022.

²⁹ Criado em 2004, tal organização se coloca como representante de pais e alunos contra a “doutrinação ideológica” nas escolas. Em 2015, ganha força espalhando

alienação a qual professores e professoras submetiam os estudantes (filhos/as, netos/as, sobrinhos/as eram classificados como em perigo). E, Projetos de Lei se espalharam pelo país em casas legislativas de municípios e estados sob o mote de expurgar do ambiente escolar o discurso político-ideológico.

Tal proposta “caiu nas graças” da juventude de direita que a incorporou como uma bandeira cara de demonstração de integridade e imparcialidade, buscando esvaziar o sentido da disputa político-ideológica do contexto – vendendo a mensagem de que apenas o outro lado advogava em causa própria, enquanto o deles lutava por liberdade com a eliminação do “projeto esquerdista” da educação brasileira. A partir de então, a nuvem de desconfiança que estacionou sobre as instituições de ensino público (sobretudo) não se dissipou³⁰.

Há ainda um elemento importante nesta parte que explica a motivação para a conformação desta conjuntura. Além da chamada “ocidentalização tardia da sociedade civil”, abordada por Casimiro (2020), desde 1990 um intelectual emblemático da direita e extrema direita também articulava suas teorias. Olavo de Carvalho³¹, como aponta Rocha (2021), disseminava em programas, eventos, congressos, livros e, posteriormente, cursos pela internet, teorias conspiratórias como o “marxismo cultural”. Tal teoria partia do entendimento com base em Antônio Gramsci, expoente intelectual comunista, que vigora no Brasil uma hegemonia cultural da esquerda, de modo que as instituições estão todas aparelhadas principalmente as educacionais, condicionando as crianças e jovens a repetirem a cartilha da esquerda – motivo pelo qual o país não

-se por todo o país em forma de Projetos de Lei (PL). Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/> acesso em 05/ 06/2022.

³⁰ Alguns relatos já em 2021, após o auge das ações do movimento. SANTINO, Matheus; PINA, Rute. “Resquícios do Escola Sem Partido.” *aPública*, 2021. Disponível em: <https://bitly.com/LGVaGK> Acesso em 07/06/2022.

³¹ Ensaísta e escritor brasileiro. Personalidade destacada do conservadorismo e tradicionalismo, que exerceu grande influência na direita e extrema-direita brasileira (ROCHA, 2021).

evolui. A influência de Olavo de Carvalho (também ligado às *think tanks* já citadas) sobre a juventude de direita revelou-se de maneira bastante evidente com o surgimento de institutos e organizações formados por seus discípulos. Dentre estes, o Instituto Borborema e a produtora Brasil Paralelo.

Fundada em 2016, a produtora Brasil Paralelo³² expressa a simbiose absorvida por essa “nova direita” das perspectivas conservadora e libertarista ultraliberal, tendo como sócio-fundadores Filipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem³³. “A plataforma Brasil Paralelo tem como principal escopo de atuação a ressignificação de processos históricos brasileiros como forma de legitimação de um projeto de hegemonia da extrema direita no presente” (CASIMIRO, 2020, p. 16).

Empresário do ramo de investimentos, Leandro Ruschel, se destacou como um grande fomentador deste projeto que opera através do audiovisual, a “guerra cultural” que os sócios declaram encampar. No momento é membro do conselho da produtora, sócio-fundador da Liberta Global, da Liberta Investimentos e da L&S³⁴. A menção ao empresário, que tem trocas constantes e vínculo com *think tanks* elencadas acima, relaciona-se a um evento recente que este protagonizou. Como defensor ferrenho do governo de turno e suas políticas para o Brasil, bem como filiado às premissas do movimento “Escola Sem Partido”, manifesta-se

³²Segundo Henrique Viana, Olavo de Carvalho mostrou a potencialidade que tinham nas mãos e não poderiam jogar fora – em relação a transformar os assinantes/telespectadores em militantes da causa da Brasil Paralelo. Tal fala se deu em uma participação de Viana no “Parlatório Livre”. Disponível em: <https://encr.pw/3uByz> Acesso em 07/06/2022.

³³ Henrique Viana trabalhou com gerenciamento de carreiras artísticas; Filipe Valerim, fotógrafo, diretor de expansão, já atuou no mundo do entretenimento como cantor; Lucas Ferrugem é produtor e diretor. Todos egressos da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e seguidores do Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/henrique-viana-95173129>; <https://br.linkedin.com/in/filipe-valerim-221105104> Acesso em 07/06/2022.

³⁴Informações publicadas na conta pessoal do LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/leandroruschel> Acesso em 07/06/2022.

rotineiramente em suas redes sociais vociferando argumentações de cunho anticomunista e antipetista, embaladas pela teoria do “marxismo cultural”. E foi desta maneira que conquistou milhares de seguidores na internet³⁵.

Quando foi publicada a dissertação de mestrado “Agenda conservadora, ultraliberalismo e ‘guerra cultural’: ‘Brasil Paralelo’ e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016 – 2020)” a pesquisadora Mayara Balestro passou a sofrer perseguição jurídica pela Brasil Paralelo que pedia direito de resposta relativo às informações publicadas na pesquisa. Após a publicação do conteúdo no canal “Brasil para Lerdsos”³⁶ no Twitter, onde apresentava os dados levantados, Balestro foi exposta e achacada pelo empresário Leandro Ruschel através de suas redes sociais e virou alvo de bolsonaristas que passaram a promover ataques nos perfis pessoais da pesquisadora³⁷.

Tais ações soam um tanto quanto antilibertárias, já que buscam coibir a manifestação de opinião da acadêmica (apenas uma das incoerências, constatadas nesta análise, dos que fazem a defesa radical da perspectiva libertarista ultraliberal).

Seguindo na análise da Brasil Paralelo, estes são o que chamamos de militantes do revisionismo. Militantes que buscam revisitar a História não apenas desempenhando esse movimento elementar da historiografia, mas com tino enviesado; com ganas de pavimentar caminho para a disseminação de preceitos conservadores e libertaristas ultraliberais na sociedade. E, por isso,

³⁵DOLINSKI, Ivo. “Para o empresário Leandro Ruschel, esquerda está indignada porque Bolsonaro está acertando o país.” Ivo Dolinski, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/sNhMTf> Acesso em 07/06/2022.

³⁶ Canal de denúncia e contraponto à Brasil Paralelo. “Denunciamos aqui o discurso supremacista da Br Paralelo. Somos também uma rede de solidariedade aos pesquisadores que sofrem perseguição jurídica da empresa.” Disponível em: <https://twitter.com/brparalerdo> Acesso em 07/06/2022.

³⁷ ZACARIAS, Carlos. “A rede de ódio mobilizada contra uma jovem historiadora”. *Esquerda Online*, 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/04/06/uma-rede-de-odio-mobilizada-contra-uma-jovem-historiadora/> Acesso em 07/06/2022.

praticantes de um revisionismo negacionista que dá o mote para o processo que também é de arregimentação de novos adeptos/militantes. Ou seja, eles têm forma e método (ALBUQUERQUE, 2022).

A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, “organização pró-sociedade-livre”, se define como “sociedade empresária independente, apartidária e imparcial”³⁸. Conta com diversos documentários de temas polêmicos ou que são tensionados a fim de atrair mais telespectadores e membros à sua plataforma. Na busca por vender seus produtos, investe em estratégias de marketing digital e fidelização, localizada como a empresa que mais realiza anúncios pagos dentro da temática política no Facebook e Instagram, de tal maneira que “apenas nos últimos 30 dias, as empresas da Brasil Paralelo gastaram R\$1,3 milhão em 3.789 anúncios veiculados no Facebook e Instagram”³⁹.

Contam com 635.106 mil seguidores no Facebook e 2,68 milhões de inscritos no YouTube⁴⁰. Seguindo a estratégia de engajamento, os telespectadores são chamados a entrarem na batalha com eles, são convocados ao compromisso de resgatar a cultura brasileira e, portanto, a educação.

O mais poderoso núcleo de resistência contra o totalitarismo é a família; ‘Os fatos que as escolas e as faculdades esconderam sobre o regime militar foram revelados!’; ‘2022 pode ser o fim da sua liberdade de expressão.’; ‘Ajude a Brasil Paralelo a resgatar os bons valores, ideias e

³⁸ Plataforma Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/> Acesso em 08/06/ 2022.

³⁹ MARTINS, Laís, Almeida, Rodolfo e SPAGNOULO, Sérgio. “Produtora de vídeo contra sistema eleitoral, Brasil Paralelo lidera gastos com anúncios de política no Facebook e no Instagram” Núcleo, 2022. Disponível em <https://bityli.com/dRZzjx> Acesso em 07/06/2022.

⁴⁰ Dados coletados nos respectivos, página de Facebook e canal de YouTube, da Brasil Paralelo. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/>; <https://www.youtube.com/c/BrasilParaleloOficial> Acesso em 11/06/2022.

sentimentos dos brasileiros. Seja um membro assinante' e 'Em 2022 ficar calado não é uma opção'⁴¹ (grifo nosso).

Em sua plataforma própria é possível acessar diversos programas, como: Red Pill, Conversa Paralela, Insight BP, Contraponto, Rasta News e Investigação Paralela. Além de filmes, conteúdos infantis, cursos como o Escola da Família e etc, a depender de quanto o telespectador conquistado, através dos vídeos gratuitos disponibilizados no Facebook e Youtube, se compromete a pagar. Segundo Felipe Valerim, o esforço dos assinantes cria a possibilidade de despertar “a consciência de pessoas que jamais teriam uma visão sistêmica dos problemas que o Brasil enfrenta e da revolução cultural que passamos”⁴².

Sendo oriunda, como afirma Valerim⁴³, dos estudos que seus sócios-fundadores realizaram com o suporte do Instituto Mises Brasil e de Olavo de Carvalho, seguem e disseminam o que assumiram de ambas as fontes. Como parte da agenda ultraliberal, a empresa apregoa a meritocracia como métrica para a condição de vida que uma cidadã e um cidadão têm, logo, o esforço próprio é elemento balizador entre sucesso e fracasso.

Em 2021, o G10 Favela⁴⁴, organização que está presente em mais de 300 favelas do país e é composta por “líderes empreendedores”, fechou uma parceria com a Brasil Paralelo. Dessa forma, 500 famílias oriundas destas comunidades passaram

⁴¹ Anúncios da Brasil Paralelo na internet. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/>; <https://www.facebook.com/brasilparalelo>. Acesso em 18/02/2022.

⁴² RUDNITZKI, Ethel; OLIVEIRA, Rafael. “Nasce o cinema olavista”. Pública, 2019. Disponível em: <https://encr.pw/Mgn9p>. Acesso em 07/06/2022.

⁴³ Disponível em: <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=592>. Acesso em 16/02/2022.

⁴⁴ Organização sem fins lucrativos, auto identificada como “Grupo de líderes comunitários e empreendedores de impacto social”. G10 Favela. Disponível em: <https://g10favelas.com.br/>. Acesso em 08/06/2022.

a ter acesso aos materiais disponibilizados na plataforma da produtora⁴⁵.

Não seria muito cogitar pela própria forma de atuação da empresa que, futuramente, a mesma passe a oferecer em sua plataforma materiais voltados para a educação em casa, com livros/apostilas e, sobretudo, material audiovisual. A empresa está disposta a ser uma educadora da sociedade brasileira, diluindo todos os falseamentos presentes no ensino sobre fatos e processos políticos, sociais e históricos do país, trazendo à tona a verdade – que segundo eles, há tempos é sufocada pela esquerda⁴⁶. No acervo da produtora há uma minissérie “Pátria Educadora”⁴⁷, de três capítulos, que trata diretamente sobre educação. Já nos quarenta segundos iniciais do primeiro capítulo percebemos o caminho que conduzirá toda a produção.

Milhões de crianças e jovens entregam mais de quinze anos de suas vidas para passar pelo sistema de ensino e no final mal conseguem ler e escrever (são considerados os piores alunos do mundo e somos condenados a viver em um país que não merece ser violento, pobre e atrasado)⁴⁸.

Mais uma vez, como característico de seus materiais, seguem a lógica: “identificado o problema, qual é a solução?”. O problema: todo o sistema educacional brasileiro (que para a Brasil Paralelo supostamente é nulo já que, segundo o documentário, os alunos e alunas saem das escolas sem saber o básico – ler e escrever). E qual seria o motivo dessa extrema ineficácia? A postura autoritária do Estado com a obrigatoriedade da escolarização e a esquerda (que ao

⁴⁵ KANNER, Gabriel. “Parceria entre Brasil Paralelo e G10 Favelas une propósitos e desperta esperanças.” Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://encr.pw/syihJ>. Acesso em 07/06/2022.

⁴⁶ Vide documentários da produtora, tais como: “1964: o Brasil entre armas e livros” e “Pátria educadora”.

⁴⁷ Em alusão ao lema de governo do segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff.

⁴⁸ “Pátria Educadora” – Capítulo I “O Fim da História.” Produtora Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EU5sAWPKgMc> Acesso em 17/06/2022.

que se pode interpretar é classificada como fascista), ocupando esses espaços de maneira a implementar seu projeto de doutrinação.

Boa parte do capítulo dois⁴⁹ da minissérie é dedicado a classificar Paulo Freire como um arquiteto da militância política nas salas de aula (o “pai” do “professor militante” que faz politicagem anticapitalista e comunista nas escolas e atua para tirar as vendas do sistema dos olhos dos alunos e alunas, resgatando-os da alienação a qual estão submetidos). Deturpam ideias base da metodologia freiriana trabalhadas na obra “Pedagogia do Oprimido”, como a dinâmica de ensino e aprendizagem sendo feita a partir do próprio ambiente do/a aluno/a. Esvazia -se o sentido da pedagogia freiriana de maneira tal, que a equipara ao incentivo para se viver na pobreza e anular qualquer possibilidade de mudança de condição de vida.

(...) os negacionismos contemporâneos agem principalmente através de silêncios, mistificações, ocultamentos e minimizações que se dão no âmbito narrativo, para além do empírico, que visam subtrair determinados passados de nossos presentes, tornando-os insubstanciais, e impor significados unívocos à nossa história – não raro aqueles acalentados pelos setores dominantes (AVILA, 2021, p. 164).

A partir do que foi tratado acima nos perguntamos: por que se defende tanto o *homeschooling*? Pelo que se pode notar a preocupação com a educação da população se tornou uma pauta das novas direitas. A extrema direita conservadora e libertarista ultraliberal que identificamos aqui na produtora em questão, tem dedicado especial atenção à cultura e, por isso, à educação brasileira. Na mesma plataforma, há um longo artigo sobre *homeschooling*⁵⁰ explicando o que é, como funciona e suas vantagens em relação à escola.

⁴⁹ “Pátria Educadora” – Capítulo II “Pelos Barbas do Profeta.” Produtora Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UPDjFGGN2w0> Acesso em 17/06/2022.

⁵⁰ “O que é o *homeschooling* e como funciona? 8 benefícios em relação às escolas.” (de 01/09/2021 – Redação Brasil Paralelo. Observação: a matéria está datada no di

O *homeschooling* é um método de educação que defende o ensino domiciliar, supervisionado pela família, em vez do ensino escolar. No *homeschooling*, a família decide os valores da educação e fornece um ensino personalizado para o filho-aluno⁵¹. (grifo nosso).

Dentre os benefícios elencados apontam o processo de aprendizagem personalizado (que desperte o interesse de aprender); educação não instrumentalizada para vestibulares; liberdade criativa (um ensino que não é voltado para resultados em provas); cuidado especial (evitando *bullying*, as agressões físicas e morais que se dão no ambiente escolar e atendimento focado para crianças especiais); formas diferenciadas de aprendizado (metodologias para além das aulas expositivas), “Uma escola não pode fazer isso, porque atende à maioria, não apenas a alguns”⁵². Além disso, garantem que o *homeschooling* é mais eficiente porque há um melhor aproveitamento do tempo (já que nas escolas têm chamadas, o tempo de aprendizagem de cada aluno/a, as dispersões da turma, etc).

“Ninguém será melhor que os pais para se dedicar de corpo e alma aos problemas específicos de seus filhos⁵³.” Sendo assim, na busca por encorajar os pais indicam materiais para a prática do *homeschooling*, tais como: *A Mente Bem Treinada: Um Guia Para Educação Clássica em Casa* – Susan Wise Bauer e Jessie Wise; *Blueprint Homeschooling: Como Planejar um Ano de Educação Domiciliar Adaptado à Realidade de sua Vida* – Amy Knepper; *Homeschooling Católico: Um guia para pais* – Mary Kay Clark; *O Direito à Educação Domiciliar* – Alexandre Magno Fernandes Moreira; *Home Education* – Charlotte M. Mason.

a mencionado, no entanto, há informações de fatos atuais (aprovação do Projeto de Lei 3. 179 de maio de 2022 pela Câmara dos Deputados) sem que conste a data de atualização da matéria. Disponível em: <https://bitly.com/Lf1Cfu> Acesso em 31/05/2022.

⁵¹ Idem, ibidem.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Idem, ibidem.

Aqui abrimos outro parêntesis. Há empresas que já fazem propaganda ofertando serviços e materiais didáticos mesmo antes da aprovação do Projeto de Lei (PL) citado que ainda tramita no Congresso Nacional. Mesmo porque, como visto, segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), somam-se sete mil e quinhentas famílias já na prática do *homeschooling*. Uma dessas empresas é a *Open Learning School*⁵⁴, que oferece tutores para o acompanhamento e aplicação de conteúdo, bem como, entre outras coisas, uma certificação internacional que permitirá acesso a qualquer universidade do mundo. No entanto, isso só é possível pela parceria que declara ter com a *Pearson Edexcel* que atua na emissão do *General Certificate of Secondary Education (GCSE)*. Tal empresa é parte da multinacional *Pearson PLC*, a maior empresa de educação do mundo e, até pouco tempo, a maior editora também⁵⁵.

“Lutero alertou: não enviem seus filhos a escolas onde as Escrituras não reinam”⁵⁶. Esta frase faz parte do slogan do site “*Homeschooling* ao acesso de todos”, que faz a venda de cursos para preparar os pais para ensinarem seus filhos em casa. Esse tipo de abordagem demonstra que a preocupação de fato não é com o rendimento escolar, se os/as alunos/as estão aprendendo matemática, português, ciências naturais e humanas, mas sim a venda de um “lugar seguro”. Ora, após todo o pânico e desconfiança gerado em torno do que se entende por escola e ensino, o que as pessoas passam a buscar antes de tudo é proteção.

Os motivos apresentados para a adoção do *homeschooling* no Brasil são praticamente um “copia e cola” dos levantados nos Estados Unidos. “Muitos pais não confiam nas escolas, educam em

⁵⁴ A melhor pedagogia, em qualquer lugar” – *Open Learning School*. Disponível em: <https://bityli.com/RaDpOs> Acesso em 02/06/2022.

⁵⁵ “Pearson plc” – Stringfixer. Disponível em: https://stringfixer.com/pt/Pearson_PLC Acesso em 02/06/2022.

⁵⁶ Tudo o que você precisa para educar seu filho em casa e livrá-lo das ideologias esquerdistas” *Homeschooling* ao alcance de todos. Disponível em: <https://bityli.com/zhrBuE> Acesso em: 02/06/2022.

casa por preferência religiosa, evitam o problema do *bullying* e também o problema da violência nos colégios”⁵⁷ (grifo nosso). Vemos os mesmos pontos no artigo de Isabel Lyman publicado no site do Instituto Mises Brasil. No caso brasileiro é apontado um adendo quanto à posição do país nos *rankings* mundiais de educação e qualidade da educação como referência para a ineficiência do sistema em vigor no Brasil.

É notório que a educação no país carece de melhoria, no entanto, a argumentação do *homeschooling* como solução se demonstra vazia. Vale salientar que não há aqui a defesa de que o país seja dotado de um sistema educacional cem por cento eficiente e pleno em todas as suas políticas, inclusive, pedagógicas – mesmo porque, sequer entramos no debate da educação de maneira abrangente e ampla, como é necessário, posto que, o tema “*homeschooling*”, como está colocado, o inviabiliza. Apenas apresentamos as incongruências dos argumentos e o tino fundamentalista religioso e político-ideológico esboçados no movimento pró *homeschooling*.

Analisando o que é apresentado como vantagens, as metodologias ativas⁵⁸, por exemplo, já comportariam 90% dos pontos que a Brasil Paralelo apresenta como benefícios do *homeschooling*. Diferente do que é afirmado no artigo, distintas metodologias de ensino e aprendizagem, tanto podem ser aplicadas nas escolas, como já existem professoras e professores utilizando-as e escolas inteiras que funcionam dentro de um sistema alternativo. Um dado importantíssimo é que um dos

⁵⁷ “O que é o *homeschooling* e como funciona? 8 benefícios em relação às escolas.” (de 01/09/2021 – *Redação Brasil Paralelo*. Observação: a matéria está datada no dia mencionado, no entanto, há informações de fatos atuais (aprovação do Projeto de Lei 3. 179 de maio de 2022 pela Câmara dos Deputados) sem que conste a data de atualização da matéria. Disponível em: <https://bitly.com/Lf1Cfu> Acesso em 31/05/2022.

⁵⁸ As metodologias ativas “são consideradas tecnologias que proporcionam engajamento dos educandos no processo educacional e que favorecem o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva em relação ao que estão fazendo” (LIMA, 2017, p.424).

precursores das metodologias que visam desenvolver a autonomia dos/as alunos/as foi Paulo Freire⁵⁹, constantemente atacado pela produtora, a qual sugestiona ter tido este o papel de “emburrecer” a população brasileira⁶⁰.

O que se percebe é um jogo que visa criar demanda. A estratégia segue a lógica de mercado: se há o interesse de introduzir um produto no mercado é preciso criar a consciência, a noção, no público que se deseja atingir, de que os produtos já disponíveis não são suficientes – são incompletos e até danosos. Dessa forma, a aceitação do produto “novo” estará muito mais passível de ser alcançada. Assim tem sido levado a cabo o projeto de desmonte da educação no Brasil, tal qual instituída na Constituição de 1988 e consequentes ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) e LDB (Lei de Diretrizes e Bases).

Para esse fim, a produtora Brasil Paralelo tem servido de relevante instrumento na produção de consenso em favor da desescolarização. Somada aos movimentos “Escola Sem Partido”, contra a “ideologia de gênero” e “pró-vida”, que desde o início dos anos 2000 têm tecido uma rede de apoio e interlocução a favor das demandas conservadoras e ultraliberais; engrossando o coro contra o rio onde todos esses afluentes deságuam: a educação (o sistema educacional brasileiro).

Fato curioso neste contexto foi a manifestação de um dos movimentos acima citados. O líder do Movimento Brasil Livre

⁵⁹ Paulo Freire é o terceiro autor mais citado em pesquisas acadêmicas no mundo. “Paulo Freire, 100 anos: como o legado do educador brasileiro é visto no exterior?” BBC NEWS, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/dXNfVP> Acesso em 08/06/2022.

⁶⁰ Vide minissérie “Pátria Educadora”, antes citada, de autoria da produtora.

(MBL), Renan Santos⁶¹, publicou um vídeo no Youtube⁶², no canal da organização, no qual aponta o cerne da questão do debate acerca do *homeschooling*. No entanto, ele posiciona os favoráveis e contrários ao modelo em um mesmo lugar/papel na discussão, o que discordamos, pois as posições contrárias ao *homeschooling* têm trazido elementos e pesquisas que refletem a preocupação com educação em si.

Seu entendimento é favorável à regulamentação do *homeschooling*, não porque essa prática melhorará os índices relacionados à educação no Brasil, mas porque na disputa pelo domínio sobre crianças e jovens, que ocorre neste momento, entre Estado e famílias, ele fica com a família. Logo, critica liberais que estão argumentando em favor do *homeschooling* com base em estatísticas sobre a qualidade de ensino no país, visto que isto não será resolvido. Ou seja, a essência não é a educação, mas quem tem o domínio/controla sobre o que é ensinado ou não para crianças e jovens no Brasil. Por fim, é notório que o argumento de uma educação deficitária é tão somente estratégia de convencimento e comoção utilizada por organizações como a Brasil Paralelo para mover parcelas da sociedade em prol da regulamentação do *homeschooling*.

Considerações Finais

Foi possível identificar que no Brasil há uma nítida relação desse movimento contemporâneo pela educação em casa com a

⁶¹ Renan Santos é ativista e fundador do Movimento Brasil Livre (MBL) e junto à onda de acusações de misoginia, machismo e racismo envolvendo o MBL dado o caso do ex -deputado estadual Arthur do Val, cassado na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) por declarações deste cunho, Renan Santos também foi apontado como possível praticante de “*Tour the Blond*” (turismo sexual). LOPES, Débora. “Confissões de uma mulher dentro do MBL.” The Intercept Brasil, 2022. Disponível em: <https://bityli.com/yxqitV> Acesso em 17/06/2022.

⁶² O que não te contaram sobre o *homeschooling*.” Fala de Renan Santos, líder do Movimento Brasil Livre (MBL). Publicação em 25/05/ 2022. Disponível em: <https://bityli.com/vQgKSG>. Acesso em: 03/06/ 2022.

origem e influência estadunidense do *homeschooling*, via de regra propagado por líderes evangélicos incentivando a prática baseada na moral, bons costumes, nacionalismo e ultraliberalismo. “O Brasil para os brasileiros”, documento que a Frente Parlamentar Evangélica publicou em 2018 como a linha diretiva de ação de seus membros dentro do Congresso faz referência à Doutrina Monroe da “América para os americanos” que serviu de subsídio para a política expansionista e imperialista dos Estados Unidos. O que, como vimos, faz sentido, já que a disputa é interna, mas é influenciada direta e indiretamente por entidades e agentes estadunidenses.

Ambos canais da relação do Brasil e Estados Unidos, isto é, a direita cristã e a direita libertarista ultraliberal, unem-se convenientemente, tanto lá quanto aqui e, de maneira simultânea, na ocasião de uma pauta que case seus princípios e, sobretudo, seus projetos societários. Nesta pauta prevalece o individualismo, sentido meritocrático, as relações sociais em todas as suas esferas sendo reguladas sob o prisma do mercado e, como moderador entre bom e ruim, e bem e mal, um fundamentalismo religioso moralista. Assim, o movimento pelo *homeschooling* é mais um gomo da guerra cultural em vigor no Brasil e nas Américas, que visa pôr em xeque as instituições e o próprio Estado a fim de que os preceitos libertaristas ultraliberaes sejam admitidos como norteadores das relações sociais.

No contexto imediato da educação do Brasil o que se tem é uma escalada para a deslegitimação da escola e dos/as docentes como instrumentos válidos na condução da construção do conhecimento. A ideia é que esses sejam substituídos por um produto novo e mais rentável para o mercado, além de promover transformações político-sociais.

Isso é ainda mais grave em função do momento que estamos vivendo, de enorme evasão escolar aprofundada pela pandemia da Covid-19. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), 244 mil crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estão fora da escola. Tal conjuntura exige atuação da sociedade civil e agentes

políticos em medidas que supram de maneira imediata a necessidade desses sujeitos de direitos que estão sem acesso à educação. No entanto, o que vemos é que a “luta” alardeada pelos defensores do *homeschooling* não faz menção a essa realidade. O que se impõem, tão somente, são disposições que buscam retirar o Estado de todas as coisas (não é um Estado mínimo, e sim um Estado inexistente – em alguns casos, apenas garantidor da propriedade privada). E a prevalência de um fundamentalismo religioso que busca alijar crianças e jovens da educação em sociedade, ou seja, entre os diferentes modos de pensar e viver.

O duo aqui enfatizado, libertaristas ultraliberais e conservadores, depende um do outro para tanto dar capilaridade quanto força às suas ações. No entanto, neste delicado encaixe, as concessões abrem espaço à deformações. Os primeiros, em relação aos seus princípios fundantes, apresentam incoerências profundas. Ao mesmo tempo em que defendem a propriedade privada partindo desde o corpo, ou seja, o corpo como primeira propriedade privada e, por isso, naturalmente, com direito à liberdade e não interferência do Estado – no caso do *homeschooling*, a conclusão que se pode ter dentro da argumentação que apresentam é que o corpo das filhas e filhos é uma extensão do corpo dos pais, sendo assim, não são possuidores de direitos (apenas os quais os pais assim determinarem). Neste caso, a Constituição de 1988 e o ECA seriam mais libertários que os próprios libertaristas ultraliberais, pois garantem crianças e jovens como sujeitos de direito.

Ainda nos primeiros, na mesma reflexão, é possível perceber uma certa submissão aos segundos (conservadores - fundamentalistas religiosos), possivelmente porque lhes interesse como público para seus negócios e “massa de manobra” para seus projetos políticos, econômicos, sociais e culturais. Dado que se considerassem o que apregoam seriam os primeiros a levantarem a defesa do aborto seguro e livre em seus discursos e congressos nacionais através de seus agentes políticos – “o corpo é a primeira propriedade privada”. Ou será que, neste caso, o feto ainda não

formado é sujeito de direito à revelia dos genitores? Ou será apenas porque o corpo também é feminino? Este é um jogo, que como dizem, “deu velha”, e precisa ser definido pelos libertaristas ultraliberais para que melhor se possa entender sua práxis.

Por fim, a educação demonstra ser a maior pauta de conformação dos interesses conservadores e libertaristas ultraliberais (dentro de um movimento que é transnacional), visto que necessariamente a implementação de um novo projeto societário passa pelo que se ensina e se aprende e o que se deixa de ensinar e aprender.

Referências

ALBUQUERQUE, B. G. M. *A produtora Brasil Paralelo na guerra cultural da extrema direita. '1964: o Brasil entre armas e livros.'* 2022. 82f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política e Sociologia) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino- Americana. Foz do Iguaçu, PR, 2022.

AVILA, A. L. *Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico.* Revista Brasileira de História, vol. 41, no 87, 2021.

BARBOSA, L. M. R. e EVANGELISTA, N S. *Educação domiciliar e direito à educação: a influência norte-americana no Brasil.* In: Revista Educação em Perspectiva. Viçosa, MG, v. 8, n. 3, p. 328 – 344, set/dez, 2017.

LACERDA, M. B. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados.* 2018. 207f. (Tese de Doutorado) Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

LIMA, V.V. *Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem.* Interface (Botucatu). 21(61):421-34. 2017.

PESSOA, M. L. S. *Educação Domiciliar no Brasil: Trajetória e Organização a Partir de 1990* (Dissertação de Mestrado). 2019. 118f.

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão/Sergipe, 2019.

REIS, T. O. *A regulamentação do homeschooling/educação domiciliar nos Estados Unidos da América e no Brasil* 2019. 58f. (Monografia Licenciatura em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas/São Paulo, 2019.

ROCHA, J, C, C. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio (Crônicas de um Brasil pós-político)*. Caminhos, Goiânia, 2021.

VIEIRA, André de H. P. *“Escola? Não, obrigado.”: Um retrato da homeschooling no Brasil*. 2012. 77 f. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

10. Envolvimento (neo) pentecostal na política brasileira

João Roberto Barros II

Introdução

De acordo com Marina Lacerda (2019), o neoconservadorismo é um movimento tanto político quanto intelectual surgido nos Estados Unidos no começo da Guerra Fria. No que tange ao braço intelectual, o movimento defendia o liberalismo econômico, o tradicionalismo moral e o combate ao comunismo. No âmbito político, as administrações Reagan e Bush foram a cristalização do neoconservadorismo, proporcionando, inclusive, que o Partido Republicano alcançasse o controle do Senado em 1981, o que não acontecia desde 1952. Esse movimento não se limitou às fronteiras dos Estados Unidos. Muito pelo contrário. É possível considerar que há ramificações importantes na América Latina.

Cabe discorrer sobre como se deu esse ressurgimento da religião no espaço público e no cenário político. Começaremos por colocar a posição de Huntington a respeito do assunto. Esse propõe que esse ressurgimento teria ocorrido em movimentos fundamentalistas do terceiro mundo, mais propriamente em países árabes. Problematizaremos essa posição, trazendo para nosso argumento autores que apontam para um fundamentalismo nascido no seio do protestantismo estadunidense.

Em um segundo momento, tentaremos relacionar esse fundamentalismo religioso à construção de uma subjetividade de mercado. Em um contexto de expansão neoliberal, interessa-nos dar forma a esse amálgama que, entendemos, está presente no neoconservadorismo brasileiro. Nossa aposta é que a guerra espiritual protagonizada pelos pentecostais e neopentecostais

serviria à legitimação de um neoliberalismo de corte autoritário. Isso seria possível ao identificar grande parcela da população de origem não branca como estando sob a influência de espíritos malignos, justificando, assim, a pobreza e a desigualdade.

O neoliberalismo religioso

Em 2018, no Brasil, presenciamos a ascensão eleitoral do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro, que acabou sendo eleito presidente para o período 2019-2022. Com discurso ofensivo, Bolsonaro também se esforçou para associar sua imagem à defesa de certas posições religiosas muito fortes nos meios conservadores, tanto evangélicos como católicos. Não obstante, sua ligação com os evangélicos foi muito notória, ao participar, por exemplo, de alguns eventos conhecidos como Marcha para Jesus em diferentes cidades do país. Eleito presidente, continuou a sustentar um discurso de ódio e muito marcado pelo elemento religioso.

Um ano depois, assistimos à deposição do presidente eleito da Bolívia sob acusação de fraude nas eleições. Muitos analistas avaliaram esse movimento como um golpe de Estado. Dentre os grupos que lideraram essa deposição estava um de forte acento religioso. Uma de suas líderes, a então senadora Jeanine Áñez, se autodeclarou presidente da república segurando em suas mãos uma bíblia ao proferir as seguintes palavras: “A bíblia voltou ao palácio” (INFOCATÓLICA, 2019).

Do ponto de vista das Relações Internacionais, Samuel Huntington, em seu livro *O choque de civilizações*, argumenta que houve a extinção da religião como elemento significativo na existência humana durante a segunda metade do século XX. Tendência que teria sido alterada significativamente meio século depois. De acordo com ele, teria havido uma mudança de tal magnitude que nos permitiria falar no surgimento de

[...] movimentos fundamentalistas empenhados na purificação extremista das doutrinas e instituições religiosas e na remodelação da conduta pessoal,

social e pública de acordo com dogmas religiosos. Os movimentos fundamentalistas são evidentes e podem ter uma influência política importante (HUNTINGTON, 2015, p. 113).

Interessante notar que Huntington desenvolve o cerne de sua análise tendo como foco os movimentos fundamentalistas dos países muçulmanos. Na ótica proporcionada pelo texto, esses países abrigariam os movimentos fundamentalistas mais significativos. Para tanto, vale a pena ressaltar que um marco de análise para Huntington ao considerar o ressurgimento da religião nas Relações Internacionais é justamente a Revolução Iraniana (1979).

Apesar de o Cristianismo ser mencionado em alguns momentos do livro, isso acontece mais em forma de dados, assinalando, por exemplo, o crescimento dos evangélicos no Brasil. Huntington não emprega o mesmo esforço de análise sobre os movimentos fundamentalistas cristãos, seja nos Estados Unidos, seja na América Latina. Contudo, essa ênfase pode ser considerada pelo menos imprecisa, se consideramos que o uso do termo advém de uma série de publicações intitulada *Fundamentals: a testimony of the truth* (1890-1915), ganhando sua “forma clássica a partir do trabalho de teólogos e pregadores que atuavam dentro da Universidade de Princeton” (BOFF, 2009, p. 11). Esses textos combatiam o liberalismo teológico e criticavam uma sociedade em processo de modernização e secularização.

Em relação ao contexto latino-americano, a proposta de Huntington sobre o avanço do fundamentalismo religioso se mostra igualmente imprecisa. Em 1964 por exemplo, um dos acontecimentos marcantes que antecederam o golpe militar no Brasil foi a Marcha da Família com Deus pela liberdade. Apoiada por lideranças cristãs conservadoras, os manifestantes pediam a intervenção militar contra uma suposta ditadura comunista, anunciada pelas reformas de base propostas por João Goulart (TV Cultura, s/d). Esse apoio contou, por exemplo, com lideranças da Assembleia de Deus de Belém, uma das maiores denominações evangélicas da época. Seus líderes saudaram o triunfo militar sobre

o ateísmo comunista. Alguns meses antes, por exemplo, a revista *O estandarte evangélico* afirmava que o comunismo inibia a pregação do evangelho e poderia proibir o direito à adoração.

É o que atestamos com o texto de Andrew Chesnut:

Às vésperas do Golpe militar em março de 1964, a retórica assembleiana alcançou um tom fervoroso, percebendo a assunção de um impedimento comunista através das lentes do dispensacionalismo. “Nós podemos compará-lo [comunismo] a um horrível monstro que esmaga 900 milhões de pessoas com suas mãos de ferro. Tudo isso está plenamente descrito nas Escrituras. O fim dos tempos chegou (*Estandarte*, 3-4/64) (CHESNUT, 1997, p. 148).

O texto faz referência à narrativa do livro de Apocalipse, na qual a besta viria em perseguição à igreja de Jesus Cristo. Essa batalha final, consumadora dos tempos, teria como uma de suas marcas a proibição aos cultos e até a morte daqueles que se mantivessem firmes na fé. Essa falácia é repetida ainda hoje, em diversos tempos evangélicos.

Voltando ao dado histórico, a ditadura militar durou 21 anos. Apoiada pelos Estados Unidos, encontrou nas Assembleias de Deus um denso suporte. Talvez por suas origens norte-americanas e imbuídas da mentalidade da Guerra Fria. O certo é que, decididas a contribuir para a formulação de uma ideologia moral de mercado, elas viam como positiva a construção de uma alternativa ao crescimento da Teologia da Libertação na América Latina. Essa corrente teológica tinha como uma de suas principais características a junção entre pregação do cristianismo e crítica social.

Como exemplo dos interesses que atuavam nesse contexto, a Teologia da Libertação foi alvo de investigação por parte de uma subcomissão do Senado nos Estados Unidos dedicada ao terrorismo. Então na administração Reagan, é possível ver como a religião foi peça importante no tabuleiro internacional a fim de barrar qualquer crítica ao capitalismo, classificando seus oponentes de subversivos.

[...] no caso das Assembleias de Deus, foram decisivas para o apoio ao regime militar no Brasil suas origens norte-americanas, imbuídas da

mentalidade da Guerra Fria. [...] “a AD era tão radicalmente [anti]comunista quanto os generais”. De acordo com [Chesnut], os pastores da igreja alertaram seu rebanho, em linguagem apocalíptica, a respeito da besta diabólica monstruosa comunista. Essa ofensiva evangélica na formação da opinião visava sobretudo a contrapor a Teologia da Libertação e a formular uma ideologia moral de livre mercado. [...] A Teologia da Libertação estava até mesmo sendo investigada pelo Senado dos EUA em uma subcomissão dedicada ao terrorismo. Os trabalhos do colegiado indicam que a corrente católica era uma estratégia cubano-soviética para subverter o hemisfério. As audiências da subcomissão eram, para Stoll (1990, p. 1.853-1.862), o espelho de como a administração Reagan manipulou a religião e usou o pretexto da cristandade para justificar o sistema capitalista e identificar os oponentes da religião como subversivos (LACERDA, 2019, p. 38).

A partir disso podemos compreender como o movimento neopentecostal, por exemplo, teve muito de seu crescimento alavancado por uma oposição histórica ao Catolicismo¹ (FREESTON, 2008, p. 13).

Esse crescimento teve também um impacto político. É fato que as igrejas evangélicas, que ganharam grande notoriedade no último pleito presidencial, demonstraram um potencial eleitoral muito forte. Aliado a isso, a pauta conservadora dominou o debate político nos últimos anos, muito pela participação de atores que provêm dessas denominações. É importante ressaltar, contudo, que essa guinada conservadora deve ser contextualizada considerando um espectro mais amplo. Nas eleições de 2002, boa parte das lideranças evangélicas apoiaram a candidatura de Lula ao Palácio do Planalto. A decisão se mostrou acertada do ponto de vista estratégico e, pela primeira vez, o governo teve como um dos seus principais grupos de apoio o setor evangélico. Apesar disso, com o passar do tempo o conservadorismo foi angariando lideranças

¹ Sobre a disputa entre Protestantismo e Catolicismo no Brasil, como não lembrar do “episódio da santa”, protagonizado pelo bispo Edir Macedo? Para um aprofundamento sobre o tema, remetemos a Silva “Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras” (2007) <https://www.scielo.br/j/mana/a/dywGNkPpwm6d8GcMVvzskHj/?format=pdf&lang=pt>.

evangélicas ao ponto de muitas delas, no ano de 2018, apoiarem um candidato de características explicitamente de extrema direita.

Sem nenhuma crítica mais forte às políticas neoliberais defendidas pelo governo Bolsonaro, a defesa da família brasileira teve como frente de batalha os temas de cunho moral. Essa opção causou espanto em parte da comunidade evangélica, ao notar que Bolsonaro se mostrava um político historicamente alinhado à ditadura e defensor do porte de arma para os cidadãos. Não obstante, não podemos pensar que essa adesão ou pelo menos postura acrítica em relação à violência seja exclusividade dos evangélicos brasileiros. A experiência da Guatemala nos mostra algo bem diferente. Lá os fundamentalistas evangélicos apoiaram uma ditadura genocida, servindo de exemplo paradigmático de um tipo de protestantismo conservador que se alastrou pela América Latina como um agente de imperialismo cultural e político emanado dos Estados Unidos. Nas palavras de Samson,

Era também o auge da Teologia da Liberação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. O estado de segurança nacional esteve prestes a ser substituído por governos democráticos em toda a região. Parte da “terceira onda” de democracia por todo o mundo (Huntington, 1996). A imagem de um auto-profeso general cristão presidindo o genocídio militar em um pobre país da América Central, vitimizado pela ajuda militar vinda do “colosso do Norte”, alimentou interpretações estereotipadas de um Protestantismo conservador monolítico invadindo a América Latina como um agente do imperialismo cultural e político emanando dos Estados Unidos (SAMSON, 2008, p. 64-65).

Com esse antecedente, não nos espanta que Bolsonaro tenha aparecido nas Marchas para Jesus com a liberdade de quem faz gestos simbolizando armas. A falta de crítica à violência têm sido uma tônica nas lideranças evangélicas em nosso país. O fundamentalismo característico desses grupos demonstra que a religião também tem ganhado força na América Latina. Para além da análise de Huntington, muitos autores têm demonstrado que essa força política fundamentalista tem uma capacidade de mobilização nada desprezível. Não podemos simplesmente

ignorar ou evitar compreender as razões que levam esses grupos a assumirem essas posturas na arena pública. Tampouco é produtivo taxá-los de ignorantes e massa de manobra. Assumir uma postura de diálogo e abertura pode ser útil para aqueles que buscam compreender seus valores e seus medos, os quais servem de base para a ação de seus líderes.

Se pensarmos nas práticas internas dessas igrejas, podemos encontrar elementos que nos ajudam a compreender a aceitação desse caminho por parte dos fiéis. A corrente teológica dominante nas igrejas evangélicas é a Teologia da prosperidade.

Tanto a Universal como outras denominações inovaram nos chamados usos e costumes e, principalmente, na maneira de encarar a vida terrena. Alguns pesquisadores destacam a rejeição da redenção pela pobreza e pelo sofrimento e ruptura de uma tradição de resignação arraigada na história do protestantismo. Com isso, essas igrejas acabam por inverter a postura puritana tradicional de rejeição à busca de riqueza, de poder terreno, de prazeres mundanos e do livre gozo e uso do dinheiro.

[...] estes desejos de ascensão econômica e social, ou os atos concretos em busca da ascensão social, decorrem da adesão às suas crenças religiosas. [N]ão se deve desconsiderar, entretanto, a influência da Teologia da Prosperidade em suas condutas, uma vez que estabelecem a rejeição da teodiceia da redenção pela pobreza e pelo sofrimento (MESQUITA, 2008, p. 88).

A disseminação dessa corrente teológica cria as condições necessárias para que o fiel seja levado a compreender que a benção divina é simbolizada pelo sucesso econômico. Assim, a conduta e o discurso sobre o sucesso no 'próprio negócio' são muito valorizados. A pessoa que consegue ser um empreendedor, que tem êxito em um novo negócio, é vista como alguém que alcançou a benção divina. Para reforçar essa imagem, essas denominações têm estabelecido estratégias voltadas, por exemplo, à gestão de cursos sobre empreendedorismo, qualificação profissional, atividades de geração de renda, etc. Observa-se, com isso, a capacidade delas de mobilizar e estimular estes fiéis ao auto-

emprego, em um ambiente no qual as condições de trabalho estão em constantes mudanças. Eles seriam empresários de si mesmos, estandartes da glória divina na Terra.

A partir desses elementos seria possível traçar um norte de compreensão do porquê essa onda evangélica, notadamente conservadora e fundamentalista, casa bem com o neoliberalismo de nossos dias. A própria membresia acredita piamente na riqueza fruto do empreendedorismo e do mérito individual. Não se importa e até critica políticas de bem estar social, por achá-las promotoras da preguiça e da vadiagem. Existem até mesmo aqueles que se opõem a iniciativas do governo que criam o que chamam de mães do Estado de bem estar social (LACERDA, 2019, p. 40).

Talvez a aderência dos pentecostais à liderança dos Estados Unidos e também a um neoliberalismo avesso às políticas sociais, aliados à falta de crítica às posturas violentas por parte de seus representantes, tenha como elo a compreensão de que as religiões afro e indígena estariam sendo promovidas na mesma medida que os grupos sociais mais vulneráveis recebessem amparo de políticas sociais.

Como mostrou recente pesquisa (Fernandes *et al*, 1998), 89% dos evangélicos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo os protestantes históricos, declaram existirem religiões demoníacas: 95% desses entrevistados consideraram, entre as diversas religiões apontadas, a umbanda e o candomblé como demoníacas; para 88% o espiritismo kardecista é demoníaco; e 30% vêem o catolicismo como demoníaco. É fato que os protestantes históricos tendem a ser um pouco mais tolerantes com a religião católica: apenas 18% afirmaram que o catolicismo é demoníaco (MARIZ, 1999, p. 34).

Mesmo que a pesquisa em questão esteja desatualizada, é importante observar um momento histórico que converge para algo que ainda faz parte de nossa realidade. A compreensão que muitos cristãos têm sobre as religiões presentes em nossa sociedade é reforçada pela atuação de suas lideranças.

Isso se dá tanto nos templos religiosos quanto nas esferas de governo ocupadas por seus representantes. Joanildo Burity nos

esclarece que posicionamentos dessa natureza podem ser melhor compreendidos se observarmos a trajetória política dos evangélicos no Brasil em três momentos. O primeiro teria seu início a partir de meados dos anos 1980 e haveria durado em torno de 15 anos. Esse período teria sido caracterizado por um “processo de minoritização, que pode ser compreendido como emergência e afirmação de uma voz própria em busca de reconhecimento e representação”. Burity chama nossa atenção para aquilo que mais se destaca nessa minoritização: a formação de uma “nova subjetividade política” em disputa pela agenda pública (BURITY, 2020, p. 4).

O segundo período estaria compreendido entre 2002-2014, ínterim durante o qual os pentecostais estiveram aliados à coalização nacional de centro esquerda. Com inserção gradativa em diferentes esferas de governo (secretarias, ministérios, autarquias, prefeituras, etc.), foi sendo formada e fortalecida uma “elite parlamentar e pastoral” cortejada, sobretudo tendo em conta sua força de mobilização. Por fim, o terceiro período vem se estendendo desde 2015 aproximadamente. A partir dali os pentecostais assumiram uma posição de confrontação à agenda de ampliação dos direitos das minorias. Segundo Burity,

O foco predominante dessa oposição esteve na crescente confrontação com as pautas de justiça de gênero [...] promoção da igualdade étnico racial (em um sentido muito particular que associa a competição religiosa dos pentecostais com as religiões afro-brasileiras a sua percepção de que as políticas culturais e ações afirmativas adotadas promoviam estas religiões) (BURITY, 2020, p. 5).

Diante do exposto, seria possível considerar que nesse terceiro período proposto por Burity houve uma aliança entre os neoconservadores e a direita cristã. Esta, todavia, assumiria uma posição de subalternidade para com aquela, à custa da causa moralista que a tem caracterizado em seus movimentos recentes. Tais movimentos encontrariam uma justificativa na atuação do diabo em nossa sociedade. De acordo com Wania Mesquita, “o diabo é acionado como grande responsável pelas doenças e

mazelas sociais” (MESQUITA, 2007, p. 205). O diabo seria uma figura reivindicada para justificar os males dos mais diversos tipos, seja de saúde, familiares, ou mesmo de ordem social.

De modo adicional, a atuação demoníaca na área econômica tende a ser enfatizada como uma fragilidade da pessoa frente às ofensivas do adversário. Para escapar à essa condição, as lideranças pentecostais pregam que é necessário, tanto individualmente como em termos de nação, que haja uma consagração a Jesus Cristo. Nesse contexto, mais especificamente na área econômica, há toda uma construção de uma subjetividade afeita ao neoliberalismo que enfatiza a importância do trabalho individual para a prosperidade. Com essa estratégia, nota-se uma afinidade com os valores de uma sociedade de mercado que prima pela competitividade como princípio motor do desenvolvimento. Quanto a isso, Mesquita se expressa da seguinte maneira:

Com a consagração dos objetos os fiéis acreditam anular forças demoníacas (elementos perturbadores da vida financeira), abrindo caminho para grandes realizações profissionais. [...] Também foi possível identificar a importância que os fiéis atribuem às reuniões promotoras de novos hábitos, condutas e formas de pensamentos. É em torno da categoria ‘empresário’ que se constrói o discurso que orienta as atividades do fiel. Os esforços vão sempre no sentido de consolidar a ideia de que a prosperidade é possível (MESQUITA, 2008, p. 71).

Essa relação entre o empresário de si mesmo e a construção de uma sociedade de mercado nos moldes neoliberais pode ser compreendida por vários fatores, dentre eles a estigmatização das religiões afro-brasileiras. De acordo com João Rickli, por exemplo, houve uma imigração holandesa para o Brasil a partir de 1911, movimento intensificado entre os anos 1950 e 1970. Esse grupo se instalou predominantemente no interior do Paraná, conformando três cidades: Carambeí, Castrolanda e Arapotí. A maior parte dos imigrantes pertenciam às Igrejas Reformadas na Holanda (GKN). A visão dos missionários que acompanhavam esse grupo era a de que as religiões de matriz africana no Brasil representavam um

ingrediente de atraso, colaborando para um estado primitivo de sociedade (RICKLI, 2012, p. 82).

Neste ponto voltamos a Huntington. Suas palavras vão no sentido de propor um ressurgimento do religioso como reação ao processo de modernização próprio das sociedades que passaram por um processo de urbanização acelerado.

As pessoas não vivem só com a razão. Não podem calcular e agir racionalmente perseguindo seu próprio interesse até definir seu eu. A política de interesse pressupõe a identidade. Em tempos de mudança social rápida, as identidades estabelecidas se dissolvem, o eu tem que se definir de novo e deve criar novas identidades. As questões de identidade primam sobre as questões de interesse. As pessoas se enfrentam à necessidade de dar uma resposta concreta a estas perguntas: quem sou eu? A onde pertença? A religião proporciona respostas convincentes e os grupos religiosos oferecem pequenas comunidades sociais que substituem aquelas perdidas durante a urbanização (HUNTINGTON, 2015, p. 115).

Diante desse panorama, as palavras de Freston ganham um novo alcance. Elas apontam para uma singularidade das comunidades cristãs nesse contexto de urbanização acelerada. Na sua avaliação, as igrejas oferecem cinco elementos para amenizar os impactos de uma urbanização sem planejamento, o que resultou no crescimento desordenado e formação dos grandes centros urbanos na segunda metade do séc. XX na América Latina. Para ele, “[1] as igrejas oferecem um espaço social livre, [2] uma experiência de solidariedade, [3] uma nova identidade pessoal, [4] bem como uma participação responsável na comunidade e, para alguns, [5] o desenvolvimento de dons de liderança” (FRESTON, 2008, p. 18).

Com esses elementos, o potencial agregador oferecido pelas comunidades de fé não pode ser desprezado. Essa experiência de solidariedade bem mencionada por Freston tende a oferecer uma alternativa para aquelas pessoas que tiveram seus laços sociais desfeitos pelo processo de modernização desordenado. Agregado a isso, o desenvolvimento de dons de liderança é um ponto importante a ser ressaltado. Dentro das igrejas as pessoas são motivadas a assumirem posições de liderança frente aos grupos de

jovens, adolescentes ou crianças. Na estrutura organizacional mais comum dentro das igrejas pentecostais e neopentecostais, além desses grupos mencionados acima também estão os grupos de mulheres, homens, grupo de louvor. Depreende-se daí que há um campo de possibilidades no qual as pessoas são motivadas e mesmo desafiadas a desenvolver habilidades de liderança.

Essa dinâmica interna das igrejas não pode ser compreendida de modo descontextualizado. Ela tem reflexos para além de seus muros, pois os fiéis são expostos a uma compreensão de mundo que os coloca em posição de liderança dentro da sociedade. Dita compreensão advém de uma interpretação da seguinte passagem bíblica encontrada no livro de Deuteronômio: “O Senhor fará de vocês a cabeça das nações, e não a cauda. Se obedecerem aos mandamentos do Senhor, do seu Deus, que hoje lhes dou e os seguirem cuidadosamente, vocês estarão sempre por cima, nunca por baixo” (Dt 28, 13).

Conclusão

Voltando ao nosso ponto de partida, se faz necessário amalgamar os diferentes fatores elencados acima. É possível considerar que estamos diante de um desafio para nossos tempos: a relação entre política e religião sob um viés fundamentalista. Em nosso entender, essa relação não se dá sem a intermediação de um terceiro elemento: o capitalismo neoliberal.

O neoconservadorismo brasileiro com forte acento autoritário, neoliberal e fundamentalista tem sido sustentado por lideranças religiosas que, empunhando a bandeira de causas moralistas, combatem o avanço de políticas sociais importantes em nossa sociedade.

Sobre as religiões de matriz afro e indígena consideradas por boa parte dos evangélicos como religiões demoníacas, essa percepção acaba por influir no campo político e se torna um fator que oferece barreiras à integração de nossos povos. Não vemos nada mais e nada menos que um reencantamento do mundo em

curso. Ao contrário do que afirmava Weber, o neopentecostalismo e mesmo setores importantes do protestantismo histórico acabam por levar à arena pública uma guerra entre Deus e o diabo.

Essa guerra assume um viés singular se consideramos o papel da religião na formação de uma subjetividade afeita à sociedade de mercado. Frases como “prefiro catar latinha a ser empregado de alguém” mostram como certa interpretação bíblica serve de amálgama para uma sociedade na qual o neoliberalismo expõe ao risco aqueles que menos têm condições de assumi-lo. Com esse perfil, o progresso e o desenvolvimento da sociedade são objetivos identificados com a precarização do trabalho e a fragilização de grande parcela de nossa população.

Referências

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. *Nova Versão Internacional*. Tradução de Judson Canto. São Paulo: Ed. Vida, 2003. Edição autorizada da obra de Edward Reese.

BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo, terrorismo, religião e paz*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La conyuntura postimpeachment em Brasil. *Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião*. Campinas, v. 22, p. 1-24, 2020. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13754/9030> . Acesso em 15 jun 2022.

CARTA CAPITAL. *Na Marcha para Jesus, Bolsonaro admite tentar reeleição em 2022*. 2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/na-marcha-para-jesus-bolsonaro-admite-tentar-reeleicao-em-2022/> . Acesso em 15 jun 2022.

CHESNUT, Andrew. *Born again in Brazil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty*. London: Rutgers University Press, 1997.

FRESTON, Paul. Introduction. In: FRESTON, Paul (Ed.). *Evangelical Chirstianity and Democracy in Latin America*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2008, p. 1-36.

HUNTINGTON, Samuel. *El choque de civilizaciones*. Trad. José Pedro T. Abadía. Paidós: Buenos Aires, 2015.

INFOCATÓLICA. *La nueva presidenta de Bolivia cambia la Pachamama por los Evangelios*. 2019. Disponível em www.infocatolica.com/?t=noticia&cod=36258 . Acesso em 15 jun 2022.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MARIZ, Cecília. “A teologia da batalha espiritual: Uma revisão da bibliografia”. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 47, 1999, p. 33-48. Disponível em <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-47/497-a-teologia-da-batalha-espiritual-uma-revisao-da-bibliografia/file> . Acesso em 15 jun 2022.

MESQUITA, Wania. “A promessa, a crença e a prosperidade: as gramáticas da Igreja Universal do Reino de Deus”. *Antropológicas*, Recife, v. 19, n. 1, p. 67-90, 2008.

_____. “Correndo atrás da prosperidade: trabalho e empreendedorismo entre fiéis neopentecostais”. *Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre, v. 9, n. 9, p. 195-215, 2007.

RICKLI, João. “Missionários e imigrantes: alteridade, engajamento e experiência em dois modos distintos de transnacionalização religiosa”. In: ORO, Ari; STEIL, Carlos; RICKLI, João. *Transnacionalização religiosa: fluxos e redes*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 77-100.

SAMSON, Mathew. “From war to reconciliation: Guatemalan evangelicals and the transition to democracy”, 1982-2001. In: FRESTON, Paul (Ed.). *Evangelical Chirstianity and Democracy in Latin America*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2008, p. 63-96.

SILVA, Vagner. “Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras”. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 207-236, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/dywGNkPpwm6d8GcMVvzskHj/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 27 set 2022.

TV CULTURA. 1964: *Marcha da família com Deus pela liberdade*. Disponível em https://tvcultura.com.br/videos/35024_1964-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade.html . Acesso em 30 mai 2022.

11. Sociologia do bolsonarismo: genealogia de uma reação brasileira

Juan Agulló

Jair Bolsonaro foi presidente da República entre 2019 e 2022. Ele não exerceu uma liderança clássica, nem tomou posse em um momento banal: o seu mandato coincidiu com a pandemia por Covid-19 e com o início da guerra da Ucrânia, dois eventos globais disruptivos. A sua eleição também não foi um episódio aleatório, mas uma consequência tangível da crise institucional pela que o Brasil passou, como consequência do *impeachment* que acabou removendo a ex-Presidente Dilma Rousseff do seu cargo em 2016. As suas políticas públicas constituíram uma ruptura, não apenas em relação aos governos progressistas que o precederam, mas também aos princípios políticos que todos os seus antecessores respeitaram desde o final da ditadura militar.

O relatório final do “Gabinete de Transição” nomeado pelo seu sucessor, Lula da Silva, depois da sua vitória eleitoral em 2022 (que recebeu mais de 13 mil contribuições populares e que, na sua redação final, contou com a participação de aproximadamente 500 organizações estruturadas em cerca de cinquenta de “mesas de diálogo”) não deixou dúvidas:

A herança do governo Bolsonaro é a desorganização do Estado e o desmonte dos serviços públicos essenciais. Esses processos foram contínuos, abrangentes e sistemáticos sendo parte do seu projeto político-ideológico de redução e o enfraquecimento institucional do Estado. O desmonte respondeu a uma lógica de menos direitos para a maioria, e mais privilégios para uma minoria (GTG, 2022).

Para além do nível nacional, a presidência de Bolsonaro coincidiu com uma "crise de legitimidade" global, que teve as suas origens mais remotas na crise financeira de 2008 (IBSEN, 2018). O

desconforto que ela provocou aumentou as possibilidades eleitorais de candidatos e propostas até então, mais ou menos marginais. A vitória de Donald Trump em 2016 pegou de surpresa algumas pessoas, mas não foi um evento isolado: em 2014, Narendra Modi tinha sido eleito Primeiro Ministro da Índia. Alguns meses antes, o *Brexit*¹ se impôs no Reino Unido e Rodrigo Duterte assumiu o poder nas Filipinas. Em 2017, Marine Le Pen perdeu no segundo turno da eleição presidencial francesa e meses antes da vitória de Bolsonaro, o evangélico Francisco Alvarado foi derrotado na Costa Rica.

Em outras palavras: a globalização, em meados dos anos 2010, enfrentava sérias turbulências políticas (COX, 2018). Diferentes circunstâncias contribuíram, em diferentes partes do mundo, para a aparição de *outsiders* com propostas políticas reacionárias: décadas de hiper-especialização produtiva contribuíram para o desmantelamento ou para enfraquecimento de inteiros aparelhos produtivos; o aumento da oferta de mão-de-obra precarizou as condições trabalhistas e as políticas previdenciárias e por último, a instabilidade financeira global afetou a estabilidade dos mercados de dívida. Foi também por razões assim que, quando Bolsonaro se candidatou, o desânimo no Brasil não atingia, exclusivamente, os mais desfavorecidos.

Uma característica daqueles anos foram as rachaduras políticas que começaram a aparecer em vários países, no interior dos setores sociais dominantes. Em alguns casos, a globalização, para além da segmentação social, provocou formas de mobilidade ascendentes que ameaçaram antigos privilégios. Nesse contexto, nem todas as exigências foram iguais: em alguns casos, as reivindicações demandaram formas diferentes de inserção econômica aos mercados globais, enquanto em outros, foi cobrada uma volta ao protecionismo (RODRIK, 2021). No entanto, a

¹ Brexit é a forma jornalística de falar da saída do Reino Unido da União Européia, decidida por referendo em junho de 2016. Ele foi promovido e apoiado pelos setores mais conservadores da sociedade britânica.

agitação começou a espalhar por meio das redes sociais e veio acompanhada de demandas heterogêneas, caracterizadas por um substrato nacionalista e/ou antiglobalização comum.

Durante a presidência de Bolsonaro, a realização em São Paulo uma reunião da Conservative Political Action Conference (CPAC) (o mais poderoso lobby conservador dos EUA) começou a produzir a sensação de que existia uma convergência entre todas aquelas correntes políticas "iliberais", no sentido sugerido por Orellana et al. (2019). Tal percepção estimulou debates acadêmicos que visavam classificar o fenômeno em questão. O caso brasileiro, teve duas grandes tendências: uma que debateu se a proposta de Bolsonaro era classificável como neo-fascismo ou como extrema-direita (LOWY, 2019; BOITO, 2020, etc.) e outra que preferiu focar a questão à luz da velha discussão latino-americana sobre o populismo (ANDRADE, 2021; FERES et al., 2022, etc.).

Nesse quadro, o "fenômeno Bolsonaro" não tem um caráter excepcional, nem se trata de um caso isolado ou de um fenômeno nacional sem raízes. Suas origens, sociológicas, culturais, políticas e econômicas, vão muito para além do *impeachment* e se relacionam com impactos estruturais específicos da globalização no Brasil.

Bolsonaro, ao mesmo tempo, não deve ser imaginado como uma versão pós-moderna do *Integralismo* dos anos 1930² (GONÇALVES & NETO, 2022): o seu projeto pode ter algumas coincidências simbólicas com aquele movimento (o *slogan* usado em 2018; a liderança carismática, etc.) mas na projeção carismática da sua imagem há elementos relacionados com o contexto contemporâneo e não necessariamente ou exclusivamente com o

² O integralismo foi um movimento político que surgiu em São Paulo em 1932, inspirado no fascismo italiano. Embora tenha sido banido em 1938, ele reapareceu de forma intermitente e não orgânica, tanto antes quanto depois da ditadura militar (1964-1985). Algumas de suas características simbólicas mais significativas foram analisadas em detalhes por Gonçalves & Neto (Ibid.). Elas incluem o *slogan* 'Deus, Pátria, Família' (usado pelo Integralismo na década de 1930 e recuperado por Bolsonaro quase cem anos depois).

passado. É por isso que faz sentido analisar esse fenômeno político a partir do contexto histórico no qual ele se fermentou.

A hipótese inicial é que é possível falar de 'bolsonarismo', desde que ele seja considerado como um movimento político de conjuntura, mas tecido sobre dinâmicas estruturais. Suas raízes sociológicas são, ao mesmo tempo, a sua especificidade e a idéia matriz deste artigo é que sua análise pode contribuir para o desenvolvimento de outras perspectivas sobre os impactos políticos, reais e de longo prazo, que a globalização pode ter tido no Brasil.

Bolsonarismo: cartografia ideológica

O bolsonarismo é um fenômeno ambíguo. Sublinhar exageradamente a figura de Jair Bolsonaro pode desfocar elementos indispensáveis para compreender o contexto sócio-político no qual o fenômeno se desenvolveu. Ao mesmo tempo, embora o processo de radicalização política não tenha sido exclusivo do Brasil (nos últimos anos, existiram situações semelhantes em sociedades tão diversas como os EUA, a Índia, as Filipinas, a França ou o Chile), ele não pode ser explicado a partir de perspectivas teóricas desligadas do contexto. É por isso que qualquer referência ao bolsonarismo deve ser compreendida como parte de uma estratégia analítica que tem a finalidade de desconstruir e, na medida do possível, de racionalizar, um período recente da história do Brasil.

Jair Bolsonaro foi um deputado discreto ao longo de 28 anos. Em 2018, ele disputou as eleições presidenciais pela primeira vez e as venceu sem muita publicidade. O primeiro grande obstáculo encarado por qualquer tentativa de interpretação genealógica dessa situação, é a dificuldade em traçar os antecedentes desta opção política, que em 2018 foi identificada como bolsonarismo. Perguntar, por exemplo, a filiação do ex-presidente, não ajuda, já que passou por onze partidos políticos diferentes. É preferível considerar a sua inesperada vitória como produto de uma aposta política

improvisada que, contudo, foi tecida sobre bases sociológicas mais sólidas do que o *marketing*, as redes sociais ou as *fake news*.

A frustração popular é geralmente um catalisador necessário, embora não suficiente, para promover a ação política coletiva: Scott (1990) e Zizek (2000), entre outros, já refletiram sobre isso. Mas há também elementos sociológicos que contribuíram para dinamizar redes de confiança e interesse capazes de multiplicar, em um momento delicado, as possibilidades eleitorais de um personagem até então marginal da política brasileira que, como lembra Avritzer (2020) em quase três décadas no Congresso, nunca conseguiu aprovar mais de quatro iniciativas parlamentares (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023).

Parece indiscutível, por conseguinte, que a variável reacionária no Brasil do início do século XXI só começou a virar realmente em torno do ex-presidente, a partir de 2017. A conjuntura política e seu carisma provavelmente o ajudaram, mas é conveniente não exagerar: existem, de fato, outros multiplicadores sociológicos que podem ter tido um impacto igual, ou inclusive superior. A hipótese é que o bolsonarismo conseguiu se vincular à sociedade brasileira mexendo com dois valores morais que, na prática, estruturaram o seu discurso político: identidade e mais do que segurança, ordem. Nesse quadro, as igrejas evangélicas e as forças de segurança, compensaram a falta de um partido político institucionalizado com capacidade de mobilizar e fornecer quadros.

É plausível que, na prática, tanto umas quanto as outras acabaram apostando pelo projeto bolsonarista com base na crença de que, como afirmava o Gramsci (2014) uma certa solução para os problemas vitais era "necessária". Foi efetivamente aquele *Zeitgeist* que provavelmente permitiu uma transição relativamente 'natural' (ou melhor dizendo, naturalizada) do espiritual e do simbólico para o político. O Brasil já tinha algum precedente histórico nesse sentido: Gonçalves et al. (2022) lembram que, como indicado no

"Manifesto de 7 de outubro"³ (AIB, 1932), religião e espiritualidade foram "fulcrais para o discurso e para o imaginário do *Integralismo*". Para o bolsonarismo, quase cem anos depois, ambos dispositivos também acabaram sendo essenciais.

Mesmo assim, a grande diferença no início do século XXI foi o que Devare (2009 e 2020) falando do caso indiano, define como "secularização da religião", ou seja, como uma politização dela. No Brasil, aquele fenômeno se concretizou através de uma rápida transferência de fiéis, da Igreja Católica para as igrejas evangélicas, que contribuiu para a 'modernização' política das demandas reacionárias. As estatísticas são impressionantes: apesar de Bolsonaro ter tomado posse e capitalizado o fenômeno num momento em que o catolicismo fosse ainda a religião majoritária, ela já tinha perdido a metade de seus seguidores desde 1991. O evangelismo, por outro lado, quadruplicou a sua influência se tornando a religião de 31% dos brasileiros (IBGE, 1991, 2000 e 2010; DATAFOLHA, 2020).

Para melhor compreender o contexto, é importante ter ciência de que a origem de uma alteração tão considerável na correlação de forças entre as denominações religiosas no Brasil não foi uma consequência da influência do *lobby* evangélico, mas de decisões políticas tomadas desde os governos federais. Após a ditadura militar, o regime democrático tentou garantir uma pluralidade religiosa que, até então, não tinha existido no Brasil. Foi Lula da Silva, católico, quem em 2003 aprovou a Lei 10.825, que deu cobertura legal às igrejas evangélicas. A partir desse momento, elas basearam a sua estratégia de crescimento numa agressiva

³ O Manifesto de 7 de outubro de 1932 foi aquele com o qual o Integralismo apresentou sua visão das coisas à sociedade brasileira. Ele foi organizado em dez capítulos: "I. Concepção do Universo e do Homem; II. Como entendemos a nação brasileira; III. O princípio de autoridade; IV. O nosso nacionalismo; V. Nós, os partidos e o Governo; VI. O que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções; VII. A questão social como à considera a Associação Integralista Brasileira; VIII. A família e a nação; IX. O município, centro das famílias, célula da nação e X. O Estado integralista".

contraposição da sua *Teologia da Prosperidade* à católica *Teologia da Libertação*, que elas desprezavam⁴.

Nesse contexto, muitos dos valores políticos mais conservadores que caracterizam a *Teologia da Prosperidade* acabaram sendo incluídos no programa eleitoral bolsonarista (CCJB, 2018): propriedade privada, família, liberdade, prosperidade, segurança, eficiência e etc. Quando Bolsonaro lançou a sua campanha em 2018, os evangélicos não eram mais uma mistura de pequenos grupos religiosos, mais ou menos isolados, como durante os anos 1990, mas uma poderosa rede de influência com presença em todo o país, com autonomia financeira, meios de comunicação próprios e um grande templo, em São Paulo, quatro vezes maior do que o da Nossa Senhora da Aparecida⁵. Seu motor: 82 deputados de quase todos os partidos, uma das maiores bancadas do Congresso.

Um dos segredos da progressiva secularização dos evangélicos brasileiros foi que eles aprenderam a funcionar como uma máquina eleitoral eficiente, reforçando constantemente a sua capacidade de arrecadação e de influência em um país onde o lobismo praticamente ainda não está regulamentado (PRANDI et

⁴ A *Teologia da Prosperidade* funciona a partir de uma crença simples: se o ser humano tem fé em Deus, ele lhe dá segurança e prosperidade. Existe uma tentativa de conciliar espiritualidade e materialidade que pensa a pobreza como um problema individual e não necessariamente estrutural. Na verdade sua origem não está no Brasil, mas no movimento pentecostal dos EUA. Embora suas raízes sejam ainda mais antigas, ele cresceu muito ao longo dos anos 1980, graças ao televangelismo. Chegou no Brasil nos anos 1990 através do 'Movimento Carismático' (LEMOS, 2017). Atualmente, a maior igreja pentecostal, seguidora da *Teologia da Prosperidade*, é a 'Igreja Universal do Reino de Deus'. Outro ator considerável é o pastor Silas Malafaia, aliado declarado de Bolsonaro (XAVIER, 2009).

⁵ O Templo de Salomão é a sede da Igreja Universal do Reino de Deus, a maior igreja pentecostal do Brasil (que, segundo o IBGE, tem cerca de dois milhões de fiéis no país). Está no bairro do Brás em São Paulo; Foi construído entre 2010 e 2014 numa grande área de cerca de 100 mil m² (um quarto da extensão do Vaticano, em Roma) e teve um custo em cerca de 300 milhões de dólares. É uma suposta cópia do destruído Templo de Salomão em Jerusalém. Sua inauguração, em 2014, contou com a presença de personalidades como a então presidente Dilma Rousseff e seu sucessor, Michel Temer.

al. 2019). Gradualmente, a sua estratégia lhes permitiu agir como "órgãos da sociedade civil que elaboram diretrizes políticas" (Ibid., 2014) sem arriscar resultados eleitorais potencialmente negativos. Tal estrutura transcendeu de longe o discurso e o imaginário *Integralista*: o Bolsonarismo, na ausência de um partido político homologável (e o PSL, com o qual Bolsonaro contestou às eleições de 2018 não era⁶) à considerou muito útil para mobilizar.

Outro grande ator coletivo, que complementou o papel das igrejas evangélicas e contribuiu para a viabilidade política do bolsonarismo, foram as forças de segurança. Aquele universo heterogêneo incluiu os membros mais politizados do exército e dos 86 corpos policiais do país⁷, assim como representantes do *lobby* do armamento, empresas de segurança privada e milícias irregulares. O eixo consensual da sua visão política girou sempre em torno de dois referentes que deram consistência a uma interpretação ideologizada da 'ordem' social: a segurança, reivindicada em um contexto de insegurança, e a 'estabilidade', associada a uma ditadura que começou a ser objeto de uma 'revisão' frívola que permitiu repensar aquele período histórico como 'próspero' e 'seguro'⁸.

⁶ Jair Bolsonaro concorreu às eleições que venceu pelo extinto Partido Social Liberal (PSL). Ele foi o nono partido político ao qual se filiou e um dos trinta que, em 2018, obteve representação parlamentar no Brasil (passou de um deputado, em 2014, para 52, em 2018). A sua presença midiática e institucional, como acontece com muitos partidos num país onde o voto é obrigatório e o sistema eleitoral, altamente representativo, foi sempre superior à sua militância e à sua implantação territorial.

⁷ O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) descreve uma complexa estrutura orgânica da Segurança Pública no Brasil, organizada em torno de 86 diferentes forças policiais: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Criminal, Polícia Legislativa, Polícia Ferroviária, Polícia Municipal Guardas... e muitos deles com estruturas territoriais quase totalmente independentes umas das outras. Maculay (2019) contextualiza muito bem como esse cenário peculiar foi alcançado.

⁸ Os dois textos "revisionistas" (da ditadura militar) mais conhecidos são os do intelectual Olavo de Carvalho, publicado em 1998, e do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, publicado em 2006.

Conspirar em torno da insegurança, no Brasil do início do século XXI, fez sentido. Na 'estratégia do medo' bolsonarista, o 'bandido' desempenhou um papel semelhante ao do migrante na Europa e nos EUA; ao da minoria muçulmana na Índia ou ao do *marero* em El Salvador (Ibid, 2009; WITHORN, 2001; ROSEN et al., 2022). O efeito combinado de um dinamismo excepcionalmente inclusivo da economia (a renda média dos mais desfavorecidos cresceu 84% entre 2004 e 2012) e uma série de estratégias de segurança não convencionais e sem resultados visíveis no curto prazo transformaram um incômodo difuso em um pragmático e poderoso ariete político contra a visão defendida pelos governos progressistas: o discurso da 'Mano Dura' pousou assim no Brasil (ROSEN et al., 2020).

Foi nesse contexto que a "Bancada da Bala" surgiu. Bolsonaro, como congressista, utilizou a projeção pública que ela lhe conferiu e começou a promover a típica *Quick Fix Solution*, baseada em uma demanda misturada de segurança e ditadura, que ajudou a estabelecer seu perfil político assim como à consolidar os seus laços com as forças de segurança. Aquela manobra serviu ao bolsonarismo para reforçar a sua consistência política pois foi assim que ele conseguiu incorporar os quadros que estavam faltando: 40% dos deputados do PSL eleitos em 2018 tinham elos com o exército ou com as polícias (MACAULAY, 2019) e já em 2020, um ano depois de ter assumido a Presidência, segundo o Tribunal de Contas da União, tinha 6.157 militares em cargos de confiança na Administração Pública Federal.

Bolsonarismo: terreno fértil

Existe uma inconsistência relevante no "revisionismo" favorável à ditadura, promovido pelo bolsonarismo: os governos militares brasileiros, à diferença de outros na América Latina, não se caracterizaram pela promoção de políticas econômicas monetaristas, mas desenvolvimentistas. Na prática eles continuaram aplicando uma "industrialização por substituição de

importações⁹ herdada do *Estado Novo*, que aumentou a capacidade produtiva do Brasil, tornando o país a maior (e mais protecionista) economia da América Latina. Essa transformação teve impactos consideráveis na estrutura social: contribuiu para a formação de uma elite e de um proletariado industrial, consolidando, ao mesmo tempo, as classes médias urbanas do Sul-Este (ALSTON et al. 2016).

Marshall Eakin analisou com minúcia esse período em Minas Gerais que, em menos de um século, passou de uma região rural, caracterizada pela atividade agrícola, para outra moderna e urbanizada com sua economia organizada ao redor de empreendimentos complexos como a produção de energia, o processamento de minerais ou as indústrias automotivas. Daria para imaginar que a velocidade da transformação foi consequência de um planejamento racional mas teve, porém, nuances: "forte intervenção pública, clientelismo político, redes familiares e uma significativa ausência de inovação tecnológica. O Brasil se capitalizou e se industrializou sem uma revolução industrial", salienta Eakin (2001).

Em termos mais próximos das percepções e das inquietudes contemporâneas: o Brasil se capitalizou e se industrializou a partir de práticas –como o investimento público, a política industrial ou o protecionismo – que não estariam de acordo com um projeto político de tendência monetarista como o bolsonarista. Nos anos 1980, coincidindo com o final da ditadura militar, os problemas administrativos decorrentes da intervenção pública e da ausência de inovação tecnológica sublinhados por Eakin acabaram levando as coisas para um ponto crítico: mesmo com a superexploração da força de trabalho, a competitividade começou a cair e as perdas econômicas a se generalizar.

⁹ A 'industrialização por substituição de importações' é uma teoria do desenvolvimento com raízes antigas, que na América Latina foi proposta pela CEPAL como uma estratégia prática a partir dos anos 1950. A primeira aplicação no Brasil, foi implementada por Getúlio Vargas durante sua segunda presidência (1951-1954).

Aquele momento acabou sendo crítico para a economia brasileira: a grande hesitação consistiu em reinvestir para modernizar a planta industrial ou 'abrir' a economia para levantar fundos e reorientar toda a política industrial (COONEY, 2021). Naquele contexto (que foi também o dos últimos anos da guerra fria) a intenção e o interesse das elites empresariais foi reestruturar as bases da economia nacional, alinhando o país aos 'padrões internacionais', cada vez mais neoliberais e por conseguinte, menos desenvolvimentistas (IORIS, 2014). No médio prazo, aquele objetivo foi alcançado, embora não sem dificuldade, pois nunca houve um consenso político amplo e claro sobre o assunto, como demonstrou a polarizada eleição presidencial de 1989.

A vitória de Fernando Collor de Mello, abstraindo a sua rápida demissão posterior, abriu um ciclo político nacional longo que, sob o alibi das instabilidades macroeconômicas que caracterizaram o período (desvalorizações, hiperinflação, etc.) levou ao *Plano Real*, uma estratégia nacional de 'ajuste estrutural' que direcionou, já durante a década seguinte, a transição para um modelo de crescimento neoliberal. É importante compreender que, aquele plano, não foi uma estratégia simples de estabilização, mas "uma grande ação política, uma síntese da vontade política, idéias (econômicas e políticas), conjuntura histórica e determinações estruturais" que permitiu uma reconstrução da "estrutura de poder do Estado brasileiro" (IANONI, 2009).

Seus efeitos imediatos foram implacáveis, mas também previsíveis: ajuste fiscal, instabilidade monetária, taxas de juros altas, desregulamentação financeira e como corolário, um agressivo plano de privatização que buscou garantir a liberalização econômica com a intenção final de atrair capital transnacional para o país. Aquela dinâmica foi o golpe final para uma indústria que não tinha condição de competir com empresas multinacionais que acabaram aproveitando as sobras do protecionismo desenvolvimentista para sustentar posições dominantes nos setores mais dinâmicos da economia. A livre concorrência ficou

assim limitada a alguns ramos e o *Investimento Direto Estrangeiro* (IED) começou a procurar nichos de mercado mais lucrativos.

Foi naquele contexto que os princípios econômicos neoliberais, que acabariam caracterizando o bolsonarismo, começaram a ser traçados, marcando uma evolução política típica dos movimentos políticos reacionários (descrita pela Wendy Brown falando do caso americano¹⁰, 2006). Paulo Guedes, Doutor em Economia pela Universidade de Chicago, que acabaria sendo o Ministro de Economia de Bolsonaro, elaborou em 1989 o programa econômico do candidato presidencial do Partido Liberal, que obteve 4,84%. Seu objetivo aberto foi aprofundar no *Plano Real* aplicando ao Brasil a política econômica que o general Augusto Pinochet impôs no Chile: autonomia do Banco Central, flutuação da taxa de câmbio, disciplina fiscal, aposentadorias por capitalização, etc.

Teve porém um componente característico da política econômica da ditadura chilena que, antes do Guedes, teve sua gêmea no Brasil: a Política Agrária. Nesse aspecto, os objetivos coincidiram: modernização da base produtiva, busca de valor agregado, procura de estratégias de exportação¹¹; conseqüentemente as políticas públicas associadas também coincidiram: treinamento e pesquisa; crédito público; expansão da fronteira agrícola, etc. O interessante, pensando no longo prazo, foi que todas aquelas medidas acabaram funcionando como fundações para a mudança estrutural que realmente alicerçou a reprimarização da economia brasileira: a conversão da terra em um

¹⁰ Wendy Brown teorizou a crescente confluência entre neoliberalismo e neoconservadorismo assim como duas das características emergentes dos movimentos reacionários nos EUA: extremismo religioso e a demanda por segurança.

¹¹ O Agronegócio, como estratégia de desenvolvimento, foi teorizado durante os anos 1950, no contexto da guerra fria, como uma alternativa às reformas agrárias de inspiração marxista. A elaboração teórica de referência foi o livro "A Concept of Agribusiness", dos Professores John Davis e Ray Goldberg, da Harvard Business School (2021: 1957).

ativo financeiro, viabilizado pela chegada de grandes fluxos de capital (NASCIMENTO et al., 2019).

O agronegócio decolou devido à aqueles fluxos e ficou associado a uma demanda global dinâmica que o fez operar com exigentes critérios de rentabilidade que, em pouco tempo, tornaram o país um dos maiores produtores agrícolas do mundo, tendo a soja como porta-estandarte¹². Os efeitos daquela transformação transcenderam a esfera econômica: teve uma dimensão demográfica do fenômeno; outra, territorial e uma terceira, geopolítica, que ainda estão por ser correlacionadas. No cerne do processo teve uma impressionante expansão da fronteira agrícola¹³, muitas vezes concretizada nos limites da lei (por meio da grilagem¹⁴) que na prática implicou transferências massivas de população, violentas mudanças nas relações de produção e impactos ambientais muito agressivos.

Uma transformação tão radical alterou, logicamente, o *status quo*. Gradualmente, as áreas tradicionalmente agrícolas do Sul e Sudeste do país foram produtivamente superadas por outras sem antecedentes agrícolas, como o Oeste, o Cerrado ou a Amazônia (MIRAGAYA, 2014). Enquanto isto acontecia, o PIB agrícola do

¹² Nos últimos cinquenta anos, a soja passou de ser um produto quase desconhecido no Brasil, cujo cultivo era rejeitado devido às precauções climáticas, para ser um produto que - graças à pesquisa - acabou representando, em 2021, 46,27% das exportações agrícolas do país (IGBE, 2023). Nesse mesmo período, o Brasil, impulsionado pela demanda chinesa, já era o maior produtor mundial.

¹³ A "Fronteira Agrícola" é um conceito comum do debate geográfico. Refere-se à uma expansão da área em que se desenvolvem as atividades agrícolas. Ela pode ocorrer tanto por desmatamento quanto pelo aumento da produtividade da terra (VIEIRA FILHO, 2016).

¹⁴ A *Grilagem* não é necessariamente "Land Grabbing", embora possa coincidir. É o processo pelo que terras que nunca pertenceram a ninguém (geralmente no interior do país) são "privatizadas", muitas vezes por níveis locais da Administração Pública que não têm autoridade para isso. Às vezes também ocorrem falsificações dos títulos de propriedade. Em ambos os casos falamos de Grilagem porque, na tradição colonial, aqueles documentos que deviam passar como velhos eram colocados em caixas com grilos para que, em um tempo relativamente curto, amarelassem e corroessem (OLIVEIRA, 2005).

Brasil passou de -14,81% em 1996 para 24,78% em 2020 (CEPEA, 2022¹⁵). O país alcançou nesse período a auto-suficiência alimentar e tornou-se um grande exportador. O grande vetor foi a soja que, devido à introdução de máquinas e fertilizantes modernos, passou de representar um 5,42% da produção agrícola em 1995 para o 44,24% em 2018 (ano da eleição de Bolsonaro). O Brasil acabou assim se tornando o maior produtor mundial.

No início do século XXI, naquele contexto, uma nova realidade sociológica começou a ficar esboçada no Brasil rural. Nos primeiros anos, mudanças tão abruptas e de longo alcance acabaram provocando conflitos fundiários explosivos. Aos poucos, começaram a se tecer articulações corporativistas que visavam garantir a paz, a coesão social e a governabilidade política, bem como fortalecer a capacidade de influência política nacional do Interior. Dada a sua filosofia consensual, Pompéia (2020) batizou-as como "Concertação Agrária". Nos setores populares, um de seus eixos foram as igrejas evangélicas, enquanto nos setores mais influentes, os acordos foram tecidos em torno da tríade composta pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Bancada Ruralista e Pensar Agro¹⁶.

¹⁵ O cálculo do PIB do agronegócio do Centro de Estudos Avançados e Pesquisa Aplicada Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (CEPEA-Esalq/USP) difere do cálculo do IGBE. De fato, o IGBE limita-se a registrar a produção agrícola, enquanto o CEPEA considera outras atividades importantes no setor, tais como a indústria de processamento agrícola, o comércio de insumos e inclusive, serviços associados. O cálculo do CEPEA foi considerado aqui porque permite uma melhor compreensão do peso e do crescimento real do setor agrícola.

¹⁶Pompéia (2020) argumenta que as três organizações que articulam o que ele chama de "Concertação Agrária" são 1) a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) uma organização patronal criada em 1951, que afirma representar cinco milhões de produtores em todo o país; 2) a Bancada Ruralista (formalmente, Frente Parlamentar da Agricultura), criada em 1987 com o objetivo aberto de impedir no Congresso qualquer reforma agrária (ela compreende atualmente cerca de 158 deputados, 30% do total: durante a Presidência de Bolsonaro, foram cerca de 241, ou seja 46. 97%). Aproximadamente dois terços da Bancada pertencem a partidos de direita, embora tenha também partidos

O bolsonarismo pousou naquele contexto e operou, ciente do potencial político que as áreas rurais, autênticas estruturas sociais em (re)construção, tinham para seus interesses¹⁷. Para começar, assumiu, sem contestar, a agenda política da 'Concertação': desregulamentação ambiental, mas também redefinição da indústria alimentar, diversificação das rotas de exportação e uma política cambial alinhada com os interesses de exportação. Ao mesmo tempo, aprofundou uma retórica destinada a sustentar a agenda da 'Concertação' nos setores mais populares. Motta & Hauber (2022) chamam ela de "Anti-ambientalismo". Seu núcleo: uma negação provocadora da regulamentação ambiental e indigenista, apresentada aos apoiadores como limitadora da soberania e da prosperidade, uma das essências do bolsonarismo.

Conclusões

O que é, então, o bolsonarismo? A questão poderia se relacionar à alguma das discussões classificatórias existentes. Não só àquelas sobre fascismo ou extrema-direita, mas também as que tratam de "des-democratização"; "iliberalismo" ou autoritarismo competitivo (BROWN, *ibid*; URBINATI, 2014; VORMANN & WEIMAN, 2021; LEVITSKY & WAY, 2010). Porém, o intuito é interpretar o "fenômeno Bolsonaro" com base nas suas categorias e não em variáveis pré-concebidas, associadas à experiências

progressistas; 3) o Instituto Pensar Agropecuária (*'Pensar Agro'*) um *think tank* criado em 2011 por 48 organizações rurais, incluindo a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio).

¹⁷ A área dos estados onde a extensão da fronteira agrícola ocorreu ultrapassa os três milhões de km². Graças a expansão, o uso do solo agrícola no país dobrou, atingindo uma área total semelhante à da Índia. Em termos de população, são 26 milhões de pessoas, quase a população da Venezuela. O processo de colonização do interior começou de forma planejada e massiva, com o *Marcha para o Oeste* durante os anos 1930, embora tenha se acelerado notavelmente a partir dos anos 1990, graças ao impulso dado por investimentos sem precedentes. A pesquisa "Amazônia Revelada" é um excelente exemplo das técnicas de penetração promovidas pelo próprio Estado no Norte do Brasil (GAVRILLOFF, 2005).

políticas desenvolvidas em outros momentos e/ou latitudes. A ideia é identificar os seus disparadores em um contexto e em um momento histórico específicos. Por isso que o nosso exercício comparativo visa determinar, um fenômeno político singular ou a expressão local de um fenômeno político global.

As matrizes político-ideológicas do Bolsonarismo são essencialmente três e todas elas relacionam-se com transformações estruturais recentes acontecidas no Brasil. A difusão do ideal de prosperidade, que substitui e se contrapõe ao de bem-estar no imaginário evangélico é, por exemplo, um produto específico da "secularização" religiosa, acontecida no país como consequência da perda de poder e de influência da Igreja Católica. A demanda por segurança se relacionou, por seu lado, com erros na gestão de um crescimento econômico sem precedentes, que acabou se tornando uma estratégia política dissimulada de defesa de uma ordem social segmentada, diante de uma mobilidade social ascendente, consequência, precisamente, daquele crescimento econômico vertiginoso.

Daria para considerar, finalmente, o "Anti-ecologismo" como uma versão pós-moderna da demanda de desregulamentação típica das expressões mais radicais do neoliberalismo, mas ele também foi uma consequência direta da grande transformação estrutural que caracterizou a economia brasileira nas últimas décadas: a reprimarização. Ela tem tido, na prática, dois desdobramentos essenciais: 1) a valorização de uma enorme área no interior do país, cujas bases estruturais, incluindo os seus usos ambientais, foram vertiginosamente capitalizadas e internacionalizadas e 2) uma inserção diferente (dependente) da economia brasileira (e por conseguinte, daquelas áreas) nos mercados globais e detalhando ainda mais, nas cadeias globais de suprimento.

Tudo o que aconteceu, afinal de contas, respondeu à dinâmicas específicas da sociedade brasileira, que acabaram dando origem à demandas concretas que vieram a estar na base de uma agitação social indiscutível. O descontentamento social, porém, como mencionado no início deste artigo, é uma condição necessária, mas

não suficiente, para a politização. É por isso que no caso analisado, como sugere McKenna (2020) o elemento organizacional foi fundamental. E é também por isso que as igrejas evangélicas foram tão importantes como agentes de articulação e de mobilização; alguns discursos específicos funcionaram como gancho e grupos de pressão pré-existentes, como as bancadas mais reacionárias do Congresso ou a "Concertação" agrária, serviram como poderosos dispositivos políticos.

Tudo isso aponta para peculiaridades de origem do complexo sistema político brasileiro relacionadas não apenas à enormidade e à fragmentação do território nacional (o quinto maior do mundo) mas também aos níveis de segmentação social existentes (também entre os mais altos do mundo) e a um sistema partidário extremamente representativo no qual os atores tendem a ter um escopo limitado e certamente não são organizações de massa com representação territorial homogênea. Outro fator a ser considerado é a instabilidade política que aquelas dinâmicas acabaram provocando em tempos de crise, como a que o Brasil sofreu entre 2014 e 2016, pouco antes do *Impeachment* de Dilma Rousseff, momento do (re)lançamento público da figura do Jair Bolsonaro.

O denominador comum, que provavelmente dá sentido a tudo isso é a variável externa e, mais especificamente, a evolução da demanda global por certos produtos estratégicos (agrícolas, energéticos, mineradores, etc.) para as economias mais dinâmicas e desenvolvidas. No caso do Brasil, aqueles altos e baixos mercantis acabaram funcionando, na prática, como um acelerador político do bolsonarismo, não tanto porque seja possível pensar nele como o resultado simples de uma importação/imitação política, mas porque, tendo reprimarizado sua economia e sendo objeto de uma inserção cada vez mais dependente nos mercados globais, o Brasil também aumentou os termos da sua vulnerabilidade, comprometendo, no processo, a sua estabilidade institucional.

As oscilações na demanda internacional, na verdade, não só tiveram uma dimensão econométrica e um impacto territorial. Tiveram, também, consequências sociológicas específicas: a

reprimarização mas, acima de tudo, a capitalização do interior, tão decisiva mas até agora tão pouco refletida; provocou ajustes sociais consideráveis, com mobilidades tanto para cima como para baixo, tanto na base como no topo da pirâmide.

Todas as transformações estão na matriz da crise de legitimidade no contexto da qual o bolsonarismo nasceu e se desenvolveu: de fato, elas fazem parte do terreno fértil que possibilitou que certos discursos políticos, até então socialmente pouco escutados (religiosos, econômicos, legais ou tecnocráticos), o fossem durante o "sexênio reacionário" (2016-2022).

Essa perspectiva sociológica da questão é interessante porque permite comparar o bolsonarismo, com base em categorias um pouco menos formais. A questão em foco é: outras experiências políticas globais poderiam ter sido também expressões locais de fortes oscilações nos mercados globais? Em caso afirmativo, o bolsonarismo se assemelha a todas elas ou apenas a algumas delas? O nosso argumento é que casos como os de Narendra Modi na Índia; Rodrigo Duterte nas Filipinas ou Nayib Bukele em El Salvador, apesar da sua heterogeneidade, apresentam semelhanças com o caso brasileiro. De fato, em quase todos eles, o elemento religioso, securitário e/ou econômico/ambiental está presente em maior ou menor grau em países que para além e por cima de tudo precisam lidar, constantemente, com problemas decorrentes da sua posição dependente na economia e na política internacional (PULLA, 2017; CURATO, 2017; ROSEN et al., 2022).

Não é por acaso que, em todos os casos referidos, tem também elementos mobilizadores comuns, como discursos do medo; diatribes contra regulamentos herdados; alegorias ocas à favor da soberania nacional e um ânimo militante contra quase tudo o que pode ter cheiro de *Ancien Régime*. Muito pelo contrário, as políticas econômicas aplicadas, embora com variações, não parecem mover um milímetro da ortodoxia neoliberal: elas permitem (e inclusive fomentam) formas de capitalização das relações de produção e de exploração da natureza que, longe de resolver os problemas sociais e ambientais ou os termos de inserção de economias dependentes

aos mercados globais, acabam agravando os problemas e não questionam de jeito nenhum a dependência. A única coisa que realmente muda é a posição e o lucro de alguns grupos sociais em relação a esses processos.

Este parece ser um dos fulcros da questão: no caso do bolsonarismo, como no de outros países do sul Global, não é a globalização que parece estar em discussão, nem seus efeitos em termos de redistribuição da renda ou de impacto ambiental: é mais uma questão de distribuição social e territorial do poder. Bolsonaro, como Modi, Duterte ou Bukele, tentou mexer nos consensos básicos e ajustar as relações de força, aumentando a capacidade de decisão política nacional e de intermediação com grandes capitais transnacionais de alguns grupos sociais. A chave política do bolsonarismo é portanto a sua capacidade, não para construir projetos nem oposições, mas fluxos políticos improvisados que têm o escopo de realizar intervenções sociais e mediaticamente identificadas como estabilizadoras: na verdade, reprodutoras e legitimadoras de ordens sociais desiguais.

Referências

ABBEY, Leonard; BAER; Werner & FILIZZOLA, Mavio (2006) "Growth, Efficiency, and Equity: The Impact of Agribusiness and Land Reform in Brazil" *Latin American Business Review* (7:2: 93-115) <10.1300/J140v07n02_05>

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (AIB, 1932) "Manifesto de 7 de Outubro de 1932". https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/?_ga=2.109655429.1291369382.1672411439-1764449170.1672411439 [revisado o dia 22-XII-2022]

ALSTON, Lee J; MELO, Marcus André; MUELLER, Bernardo & PEREIRA, Carlos (2016) *Brazil in Transition. Beliefs, Leadership, and Institutional Change* Princeton University Press. Woodstock (280 p.)

ANDRADE, Daniela (2021) "Populism from above and below: the path to regression in Brazil" (338-364) in SCOONES, Ian et al.

Authoritarian Populism and the Rural World Routledge New York (503 p.).

AVRITZER, Leonardo (2020) *Política e antipolítica: a crise do Governo Bolsonaro* Todavia. São Paulo (64 p.).

BOITO, Armando (2020) “Neofascismo e Neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro” *Observatorio Latinoamericano y Caribeño* (4:2:9-18). Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/6026/5719>>

BRILHANTE USTRA, Carlos Alberto (2006) *A Verdade Sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser. São Paulo (566 p.).

BROWN, Wendy (2006) “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization” *Political Theory* (34:6:690-714). Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20452506>>

CAMARA DOS DEPUTADOS (2023) “Jair Bolsonaro: Proposições de Autoria do Deputado Transformadas em Norma Jurídica”. disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=0&ideCadastro=74847&Limite=N&tipoProp=2 [revisado o dia 3-I-2023].

CARVALHO, Olavo de (1998) *O Exército na História do Brasil* (4 vols.) Biblioteca do Exército/Fundação Odebrecht. Rio de Janeiro (4 volumes).

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA, 2022) *PIB do Agronegócio. Brasil*. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. [consultado em janeiro de 2023].

CHATTERJI, Angana; HANSEN, Thomas Blom & JAFFRETLOT, Christophe (2019) *Majoritarian State: How Hindu Nationalism Is Changing India* Oxford University Press New York (537 p.).

COMANDO DE CAMPANHA DE JAIR BOLSONARO (2018) “O Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo” <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf> (documento consultado o 28-XII-2022).

- COONEY, Paul (2021) *Paths of Development in the Southern Cone. Deindustrialization and Reprimarization and their Social and Environmental Consequences*. Palgrave-MacMillan. New York (461 p.)
- COX, Michael (2018) "The Rise of Populism and the Crisis of Globalization: Brexit, Trump and beyond" in *The Post-Cold War World: Turbulence and Change in World Politics since the Fall*. Routledge. New York (272 p).
- CURATO, Nicole (2017) "Flirting with Authoritarian Fantasies? Rodrigo Duterte and the New Terms of Philippine Populism" *Journal of Contemporary Asia* (47:1:142-153) Disponível em: <10.1080/00472336.2016.1239751>.
- DATAFOLHA (2020) "A religião dos brasileiros" A Folha de São Paulo Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br>>
- DAVIS, John H. & GOLDBERG, Ray A. (2021) *A Concept of Agribusiness*. Martino Fine Books. Eastford, CA (152 p, reprint of 1st edition, 1957).
- DEVARE, Aparna (2020) "Religion, secularism and nationalism" in TICKNER, Arlene B & SMITH, Karen. *International Relations from the Global South*. Worlds of Difference Routledge. New York (350 p.)
- _____ (2009). "Secularizing Religion: Hindu Extremism as a Modernist Discourse" *International Political Sociology* (3:2:156-175) <<https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2009.00069.x>>
- EAKIN, Marshall C. (2001) *Tropical Capitalism. The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil* Palgrave. New York (269 p.)
- EMBRAPA (2023) "Trajetória da agricultura brasileira" *Visão 2023: o futuro da agricultura brasileira* <<https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>> [revisado em janeiro de 2023]
- FERES JR, João; CAVASSANA, Fernanda & GAGLIARDI, Juliana (2022) "Is Jair Bolsonaro a Classic Populist?" in *Globalization* (17 pag) <10.1080/14747731.2022.2111827>.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022) *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, FBSP.
- _____ (2021). *Política entre os policiais militares, civis e federais do Brasil* (estudo especial) FBSP.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, GTG (2022) “Relatório Final” <<https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental>> [revisado no 23-XII-2022]

GAVRILOFF, Alexandre (2005) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. CNPq. São Paulo (494 p).

GONÇALVES, Leandro P. & NETO, Odilon C. (2022) *Fascism in Brazil. From Integralism to Bolsonaroism* Routledge. New York (146 p.)

GRAMSCI, Antonio (2014: 1ª Ed. 1974) *Quaderni del carcere. Edizione critica dell'Istituto Gramsci* (a cura di Valentino GERRATANA) Einaudi. Torino (4 volumes).

HUBER, Robert A (2020) “The role of populist attitudes in explaining climate change skepticism and support for environmental protection” *Environmental Politics* (29:6: 959-982) <[10.1080/09644016.2019.1708186](https://doi.org/10.1080/09644016.2019.1708186)>

HUNTER; Wendy & VEGA, Diego (2022) “Populism and the military: symbiosis and tension in Bolsonaro’s Brazil” *Democratization* (29:2:337-359) <[10.1080/13510347.2021.1956466](https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1956466)>

IANONI, Marcus (2009) “Políticas Públicas e Estado: O Plano Real” *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (78: 143-183) <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000300009>>

IBSEN, Malte Frøslee (2019) “The Populist Conjuncture: Legitimation Crisis in the Age of Globalized Capitalism”. *Political Studies* (67:3: 795-811) <<https://doi.org/10.1177/0032321718810311>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010) “Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência”. *Censo Demográfico*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

_____ (2000). “Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência”. *Censo Demográfico*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

_____ (1991). “Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência”. *Censo Demográfico*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2021) "Atlas da violência. Série Histórica: 1989-2019" <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> [revisado o 2-I-2023]

IORIS, Antonio A. R. (2016) "Rent of Agribusiness in the Amazon: A case study from Mato Grosso" *Land Use Policy* (59: 456-466) <<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.09.019>>

_____ (2014) *Transforming Brazil: A History of National Development in the Postwar Era: A History of National Development in the Postwar Era*. Routledge. New York (280 p.)

_____ & SCHNEIDER, Aaron (2020) "What Is New in Agribusiness in Brazil? The Long Path of Conservative Modernization in the Perpetual Country of the Future" (pp. 107-134) in ROSSOTTO IORIS, Antonio Augusto; IORIS, Rafael & SHUBIN, Sergei V. *Frontiers of Development in the Amazon. Riches, Risks, and Resistances*. Lexington Books . London (339 p.)

LEMOS, Carolyne Santos (2017) "Teología da Prosperidade e sua expansão pelo mundo" (11:20) <<https://doi.org/10.23925/2177-952X.2017v11i20p80-96>>

LEVITSKY, Steven & WAY, Lucan A. (2010) *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War*. Cambridge University Press. New York (536 p.)

LÖWY, Michäel (2019) "Neofascismo: um fenômeno planetário. O caso Bolsonaro" *A terra é redonda*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>>

MACAULAY, Fiona (2019) "Bancada da Bala: the growing influence of the security sector in Brazilian politics" in FOLEY, Conor *In Spite of You: The threat to Brazil's Democracy*. OR Books (livro digital)

McKENNA, Elisabeth (2020) "Taxes and tithes: The organizational foundations of Bolsonarismo" *International Sociology* (35:6: 610-631) <<https://doi.org/10.1177/0268580920949466>>

MIRAGAYA, José Flávio G. (2014) "O desempenho da economia na Região Centro-Oeste" in CAVALCANTI, Isabel M. et al. *Um olhar*

territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste. BNDES. Rio de Janeiro (510 p.)

MOTTA, Filipe M. & HAUBER, Gabriella (2022) "Anti-environmentalism and proto-authoritarian populism in Brazil: Bolsonaro and the defense of global agri-business" *Environmental Politics*. <<https://doi.org/10.1080/09644016.2022.2123993>>

NASCIMENTO, Rodrigo C. do; FREDERICO, Samuel & SAWELJEW, Yuri M. (2019) "Financial capital and land control: New rentiers on the Brazilian agricultural frontier" *Revista NERA*, (50: 261–286) <<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i50.6579>>.

OLIVEIRA, Ariovaldo de U. (2005) *Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil*. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia.

ORELLANA, Pablo de & MICHELSEN, Nicholas (2019) "Reactionary Internationalism: The Philosophy of the New Right". *Review of International Studies* (45: 5): 748–67). <<https://doi.org/10.1017/S0260210519000159>>

POMPEIA, Caio (2020) "Concertation and Power: Agribusiness as a Political Phenomenon in Brazil" *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (35:104) <[10.1590/3510410/2020](https://doi.org/10.1590/3510410/2020)>

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos & BONATO, Massimo (2019) "Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil" *Revista USP* (120:43-69) <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p43-60>>.

PULLA, Venkat (2017) "Gramscian 'Counter hegemony' in Narendra Modi's New India Perspective" *Space and Culture* (4:3: 6 p.) <<https://spaceandculture.in/index.php/spaceandculture/article/view/247/pdf>>

RODRIG, Dani (2021) "Why Does Globalization Fuel Populism? Economics, Culture and the Rise of Right-Wing Populism" in *Annual Review of Economics* (13: 133-170) <<https://doi.org/10.1146/annurev-economics-070220-032416>>

ROSEN, Jonathan D. & CUTRONA, Sebastian A. (2023) *Mano Dura policies in Latin America* Routledge. New York (216 p.).

ROSEN, Jonathan D.; CUTRONA, Sebastian A. & LINDQVIST, Katy (2022) "Gangs, violence, and fear: punitive Darwinism in El

Salvador" *Crime, Law and Social Change* (79: 175-194) <<https://doi.org/10.1007/s10611-022-10040-3>>

SCHMIDT, Flávia de Holanda (2022) "Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal" IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf> [consultado o dia 30-XII-2022]

SCOTT, James C. (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Yale University Press. Yale (269 p.).

SAUER, Sérgio & ZUNIGA LEITE, Acácio (2017) "Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil" *Retratos de Assentamentos* (20:1:14-40) <<https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.258>>

SILVA LIMA, Mayrá (2018) "A elite ruralista no Parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural" *Raízes* (38:2:58-72)

SILVA, Sandro D. (2017) *No Oeste, a Terra o Céu: a Expansão da Fronteira Agrícola no Brasil Central*. Mauad. Rio de Janeiro (304 p)

URBINATI, Nadia (2014) *Democracy Disfigured. Opinion, Truth and the People*. Harvard University Press. Washington (320 p).

VIEIRA, Jose Eustaquio R. Filho (2016) "Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas" *Texto para discussão*. IPEA Brasília (28 p).

VORMANN, Boris & WEINMAN, Michael (2021) *The Emergence of Illiberalism: Understanding a Global Phenomenon*. Routledge. New York (260 p.).

WITHORN, Ann (2001) "Fulfilling Fears and Fantasies: The Role of Welfare in Right-Wing Social Thought and Strategy" in ANSELL, Amy (Ibid) (126:147).

XAVIER, Erico Tadeu (2009) "Teologia da prosperidade: história, análise e implicações" *Kerygma* (5: 2: 120-147) <<https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/202>>

ZIZEK, Slavoj & DOISNEAU, Elisabeth (2000) "Le malaise dans la subjectivation politique". *Actuel Marx* (28: 2: 137-152).

SEÇÃO 4:

“Neoconservadorismo e violência”

12. Pré-sal brasileño y la extrema derecha¹

Besna Yacovenco

A partir de la primera mitad del siglo XX, los hidrocarburos y todos los procesos de su cadena productiva son centrales en las políticas de las grandes potencias para consolidar y mantener la hegemonía. Específicamente controlar el petróleo, recurso de acceso limitado y de poder, es fundamental para garantizar la Seguridad Energética, que moviliza el sistema productivo y bélico mundial, y la Soberanía Nacional de sus respectivos Estados, además de fortalecer y crear Centros de Toma de Decisión². La disputa por el dominio de las reservas, extracción y distribución del petróleo en el mundo gesta conflictos entre los Estados centrales³, entre los Estados centrales y periféricos y/o al interior de los países periféricos entre los sectores nacionalistas y neoliberales, estos últimos auxiliados por intereses extranjeros al país, los tres escenarios pueden suceder simultáneamente.

¹ Este trabajo es resultado de la investigación realizada para el Programa de Pos-Graduación en Integración Contemporánea de América Latina (PPGICAL) en la Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

² Centros de Toma de Decisión - Celso Furtado expresa la importancia de los Estados interiorizar y dominar las tecnologías y técnicas por medio de estrategias y en un proceso de etapas específicas centradas en la economía de industrias. Para más informaciones leer el libro de Furtado: *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Ed. Schwarcz: São Paulo, 2008.

³ La referencia de Estados Centrales y Estados Periféricos es relativo al marco teórico de Sistema-Mundo capitalista. Para profundizar el análisis abordar los textos de los autores Fernand Braudel (*A Dinâmica do Capitalismo; La Historia y las Ciencias Sociales; O tempo no Mundo; História e Ciências Sociais. A longa duração*), Immanuel Wallerstein (*Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*) y Giovanni Arrighi (*O Longo Século XX; A Ilusão do Desenvolvimento*).

En Brasil, los sectores petroleros de *upstream*, *midstream* y *downstream*⁴ fueron situados en el centro de la disputa por parte de fuerzas políticas divergentes, teniendo como protagonistas las principales instituciones nacionales y empleando la judicialización de la política brasileña, a partir de escándalos/acusaciones de corrupción en la administración de la mayor empresa estatal del país: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). La crisis política envolvió funcionarios de altos cargos del gobierno brasileño en investigaciones realizadas por el Poder Judicial, el Ministerio Público y la Policía Federal. Se destaca la actuación de los medios de comunicación masiva por su divulgación masiva y convincente con relación al proceso judicial, estrategia denominada de “difusión ideológica” por Samuel Pinheiro Guimarães (2007).

En relación con las estrategias de preservación y expansión de las estructuras hegemónicas, Pinheiro Guimarães (2007) afirma que los medios de comunicación también pasan por el actual proceso de concentración y globalización, estando sujetos al dominio económico de las grandes corporaciones transnacionales, procedentes de países centrales, por depender financieramente de las empresas de publicidad (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007).

El conflicto en Brasil se establece en el ámbito nacional y vinculado al contexto geopolítico internacional, cuyos intereses de élites brasileñas se articulan con los intereses de la élite económica internacional, principalmente de Estados Unidos, para alimentar sus mecanismos privados de control sobre el sistema energético brasileño. Hábilmente aliadas, las elites nacionales y extranjeras estimularon el fortalecimiento de la extrema derecha con principios neoconservadores y neoliberales en Brasil. Para caracterizar y conceptualizar los grupos que surgen a nivel mundial de derecha

⁴ La industria petrolera es dividida en tres sectores: *upstream*, *midstream* y *downstream*. *Upstream*: actividades de exploración y producción (E&P), la búsqueda de potenciales reservas de petróleo y gas natural, perforación de pozos exploratorios y la perforación definitiva y explotación de pozos. *Midstream*: transporte y almacenamiento, además de la licuefacción del gas natural. *Downstream*: refino y regasificación para la distribución y venta (CARDOSO, 2012, p.21).

y/o conservadores es posible hallar una amplia diversidad de conceptos como: “neoconservadores”, “derechas alternativas” (*alt-right*), “nuevas derechas”, “trumpización política”, “populismos de derecha” o “extrema derecha”.

Incitados por la recesión económica mundial a partir del año 2008, la crisis de representación democrática y los nuevos padrones productivos, como presenta Esther Solano (2018) en su investigación sobre el crecimiento de las nuevas derechas brasileñas, la extrema derecha es resultado de procesos que concentran múltiples causas, como el combate a la “corrupción”, a la “ideología de genero”, a las pautas identitarias, a las políticas sociales y de redistribución del ingreso, entre otras, fundados en valores capitalistas, meritocráticos y tradicionales de la familia y de las religiones, que niegan la política y los políticos. Analizando la extrema derecha en Brasil se observa que dos paradigmas distintos, como el neoliberal y el neoconservador, convergen en una lógica estratégica de poder, con el objetivo de promover:

Reformas neoliberales drásticas, recortes dramáticos al presupuesto público, estado mínimo, restricción de los derechos laborales, propuestas económicas impopulares que necesitan ser legitimadas u ocultadas bajo discursos conservadores, desplazando el centro del debate público⁵ (SOLANO, 2018, p. 7).

En este sentido, promover el protagonismo político en Brasil de la extrema derecha es estratégico para presionar la realización de cambios en la gestión de políticas públicas y sobre la participación del Estado en la sociedad, entre ellas y para el propósito de esta investigación se destaca la privatización del sector petrolero.

El Pré-Sal incluye a Brasil en el mapa de las mayores reservas petroleras a nivel mundial, permitiendo crear oportunidades para un proyecto emancipador en lo económico y social pero codiciado por los intereses de las estructuras hegemónicas o países centrales,

⁵ Todas las traducciones de este artículo son nuestras.

hecho revelado por la reorganización de las fuerzas que disputan el control de sus políticas energéticas. La disputa interna en Brasil se puede problematizar a partir del estudio de Arrighi, que retoma el pensamiento de Gramsci para analizar el significado de la hegemonía entre los grupos sociales destacando que,

(...) la supremacía de un grupo social se manifiesta de dos formas, como dominación y como liderazgo intelectual y moral. Un grupo social domina a grupos antagónicos, a los que tiende a liquidar y someter, quizás, incluso por la fuerza de las armas, y lidera grupos de afines y aliados. Un grupo social puede y, en rigor, debe ejercer el liderazgo antes de acceder al poder gubernamental (esta es, de hecho, una de las principales condiciones para acceder a dicho poder) (ARRIGHI, 1996, p.28).

Sobre la supremacía de un grupo social, Giovanni Arrighi (1996) señala nuevamente el pensamiento de Gramsci como una nueva formulación del concepto de Maquiavelo sobre el poder. De acuerdo con Arrighi, Maquiavelo concibe el poder a partir de la combinación de las ideas de coerción y consenso, donde la coacción implica fuerza y el consenso liderazgo moral. A lo que Arrighi plantea la zona gris que se encuentra entre la coerción y consentimiento, donde Gramsci afirma ser el área ocupada por el fraude y la corrupción.

Estos conceptos permiten analizar la relación de la hegemonía de Estados Unidos articulada con la extrema derecha brasileña sobre Brasil. Sirviéndose de la discordia de cómo administrar los hidrocarburos en Brasil, Estados Unidos utiliza tácticas militares indirectas y no convencionales en la zona gris apuntada por Arrighi para mantener la superioridad hegemónica, evitando asumir los riesgos de usar la fuerza concreta y con el objetivo de sustituir gobiernos que no se alinean a sus intereses.

La innovación de los enfrentamientos indirectos resultó en la combinación de las Revoluciones Coloridas y guerras no convencionales. Andrew Kroybko (2018) construye un concepto para definir estos enfrentamientos: "guerra híbrida". La guerra híbrida es un conflicto identitario promovido por agentes

externos, que utilizando debilidades históricas, sociales y económicas en países de importancia geopolítica emplean gradualmente las *revoluciones coloridas* hasta llegar, en caso de ser necesario, a la guerra no convencional con el objetivo de desestabilizar, controlar o influenciar gobiernos, infraestructuras y sociedades logrando modificar el orden establecido para reorganizarlos atendiendo sus propósitos.

Por lo expuesto, es pertinente analizar los hechos que demuestran los intereses de la extrema derecha brasileña con el Pré-Sal. A seguir el texto se organiza presentando inicialmente la moderada nacionalización de las reservas en el Pré-Sal durante los gobiernos de Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Vana Rousseff, pasando por la crisis política y social entre los años 2013 y 2016, finalizando con la Operación Lava Jato y el debilitamiento de la empresa Petrobras.

La nacionalización: del descubrimiento del Pré-Sal a la discreta estatización del petróleo en la Era Lula-Dilma (2007-2012)

A partir del año 2007 una serie de acontecimientos encienden la disputa internacional por los recursos energéticos en Brasil. Precisamente cuando es rectificado el descubrimiento de las reservas de hidrocarburos en la camada del Pré-Sal.

Petrobras, a través de sus profesionales ingenieros, geofísicos y geólogos, en conjunto con especialistas de universidades públicas de Brasil, durante décadas realizaron estudios sobre la composición y formación de los suelos produciendo nuevos conocimientos para el sector de petróleo, como parte de la estrategia brasileña de seguridad energética para garantizar la autonomía petrolera aumentando la producción nacional. En otras regiones del planeta ya se producía petróleo por debajo de la capa de sal, por ejemplo, en el Golfo de México, pero lo que diferencia al Pré-Sal brasileño es su potencial económico por la extensión en que se encuentran las reservas (YERGIN, 2014, p.265). Esta inversión en ciencia y tecnología permitió confirmar

la existencia de una nueva frontera exploratoria de petróleo económicamente rentable, de excelente calidad y productividad para el refino a un menor costo y obteniendo mayor cantidad de derivados finos en la camada del Pré- Sal.

Se destaca que, por esos años, Brasil presentaba una combinación de ingreso familiar promedio favorable permitiendo excedentes para nuevos consumos, un parque industrial relativamente diversificado, aumento de la competencia tecnológica de Petrobras y una democracia relativamente consolidada (ROMANO SCHUTTE, 2013, p.80). Además, estas reservas de petróleo son estratégicas para las potencias centrales por no pertenecer a los países de la Organización de los Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Desde el año 1937 Brasil discute y reglamenta el sector de hidrocarburos a través de la creación de dispositivos legales que exhiben los enfrentamientos políticos por nacionalizar o liberar el sector para la iniciativa privada, siendo:

- *la Constitución de los Estados Unidos de Brasil del año 1937*, el usufructo de los yacimientos minerales era autorizado exclusivamente para brasileros o empresas constituidas por brasileños, período conocido como “Estado Novo”;

- *el Decreto n° 395/1938* crea el Consejo Nacional de Petróleo, nacionaliza las actividades de refino y regula la importación y transporte de hidrocarburos en Brasil;

- *la Constitución del año 1946*, reabrió la minería a la participación del capital extranjero promoviendo la creación del Estatuto del Petróleo;

- *la Ley n° 2.004/1953* que instituye el monopolio estatal de extracción, refino y transporte de petróleo creando a Petrobras;

- *la Enmienda Constitucional n° 9 de 1995 y la Ley n° 9.478/1997*, finaliza el monopolio de Petrobras y crea la Agencia Nacional de Petróleo, contemplando las reivindicaciones neoliberales de privatizar y reducir la participación del Estado en la vida económica y social de Brasil.

Luego de esa cronología sobre la legislación, llegamos al 11 de julio de 2006 cuando Petrobras comunica el primer gran descubrimiento del Pré-Sal en Tupi, reavivando los enfrentamientos para modificar o mantener la legislación vigente hasta el año 2006.

Considerando el potencial económico y la importancia estratégica de las reservas petroleras del Pré-Sal, además de las presiones de los sectores nacionalistas, en el año 2008 el presidente Lula creó una comisión entre distintas organizaciones gubernamentales y empresas estatales para revisar la legislación vigente sobre los hidrocarburos. Esta comisión, superando las presiones principalmente externas y realizando varios estudios para asegurar al Estado brasileño el control sobre las nuevas reservas y que el conjunto de sus rentas para beneficiar a su población envió en el año de 2009 al Congreso Nacional cuatro proyectos de ley relativos al Pré-Sal (ANP, 2011, p. 17). Ya en el Congreso, luego de intensos debates en las cámaras pertinentes al tema, en el año 2010 se aprobó tres nuevas leyes que junto a las que ya estaban vigentes pasaron a componer el nuevo marco regulador de la industria de hidrocarburos en Brasil:

- *la Ley nº 12.276/2010*, para la Capitalización de la Petrobras, el gobierno federal otorga a la empresa el derecho de realizar investigación y extracción de petróleo en las áreas Pré-sal con hasta 5 mil millones equivalentes de petróleo. Esta ley facilita la recaudación de inversiones para poder efectuar los desafíos de la extracción y producción de los hidrocarburos en la región del Pré-Sal;

- *la Ley nº 12.304/2010*, crea una empresa 100% nacional para administrar el Pré-Sal (Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A.) e informa sus atribuciones en la representación del gobierno federal sobre la gestión de contratos de “partilha”⁶ a las empresas que van a realizar

⁶ Para analizar y profundizar sobre el sistema de “partilha” y sus diferencias con el sistema de concesión leer el Balanço de Gestão da ANP: 2003/2011. Ministério das Minas e Energia. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP: Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

la explotación y producción de hidrocarburos, permitiendo al Estado brasileño acceder a informaciones sobre la producción en las aéreas del Pré-Sal y fiscalizar al mismo tiempo;

- *la Ley nº 12.351/2010*, sobre el régimen de “partilha” y Fondo Social, establece como régimen de explotación en las áreas del Pré-Sal el sistema de “partilha”, determina el papel de la Pré-Sal Petróleo S.A., Ministerio de Minas y Energía y del Consejo Nacional de Política Energética en este nuevo régimen, constituye a Petrobras como operadora única sobre los bloques que trabajen sobre este régimen de “partilha”, además de crear el Fondo Social que orienta la aplicación de los recursos procedentes de la producción del Pré-Sal para el desarrollo social, específicamente a ser utilizados como determina en su artículo nº 47 para combatir la pobreza y fomentar la educación, cultura, salud, deporte, medioambiente, ciencia y tecnología.

Haroldo Lima utilizó una expresión que resume el sentido que tenían las propuestas del nuevo marco regulador: “O Brasil ficou, de fato, mais dono da Petrobras” (ANP, 2011, p. 22).

Para analizar la disputa entre sectores de la sociedad a favor de nacionalizar/estatizar frente a los que quieren privatizar/extranjerizar las reservas de petróleo del Pré-Sal se rescatan los hechos que permiten visualizarla.

Uno de los primeros hechos que llama la atención fue el episodio, desarrollado en enero-febrero del año 2008, del robo de computadoras e informaciones sigilosas de Petrobras, específicamente datos de una sonda petrolera que realizaba actividades en la Cuenca de Campos. En febrero, la Policía Federal afirmó que el robo se trataba de un proceso de espionaje industrial (VIGA GAIER; SAVARESE, 2008). Aunque la policía no llegó a una conclusión, posteriormente, en el año 2013, entre los documentos filtrados por Edward Snowden se confirman las desconfianzas de espionaje por parte del gobierno de Estados Unidos a Brasil (BBC BRASIL, 2013). Estos espionajes generaron una crisis diplomática entre los países luego de divulgados esos documentos confidenciales del gobierno de EEUU.

Creada para proteger a Estados Unidos durante la II Guerra Mundial y desactivada en el año 1947, seis décadas después, el 24 de abril de 2008 la Marina de Estado Unidos reactiva la Cuarta Flota del Atlántico Sur (UNITED STATES NAVY, 2008) y realiza incursiones en la región cercana del litoral de Brasil sin solicitar autorización a las autoridades brasileñas (BBC BRASIL, 2008; FOLHA, 2008; PINHEIRO MACHADO, 2018). Esto provocó inquietudes en los círculos nacionalistas del gobierno ejecutivo y de la sociedad brasileña (COSTA, 2017; SKINNER, 2017), llevando, incluso, al presidente Lula a declarar que la Cuarta Flota estaría “Quase em cima do Pré-Sal” (CARMO, 2008; REUTERS, 2008).

Durante el año 2009 surgen denuncias sobre la articulación de agentes nacionales con el interés del capital internacional para desestabilizar la política nacional de Brasil. Precisamente, Wikileaks publica documentos con informaciones sigilosas del Departamento de Seguridad Nacional de Estados Unidos, a continuación, se destacan tres:

- *Agosto de 2009, Título: “Rio’s Oil Players React To Speculation On Pre-Salt Regulations”*. Expresa que agentes vinculados a la industria del petróleo están insatisfechos frente a la posibilidad de existir un nuevo Marco Regulador para los hidrocarburos en Brasil. El informe apunta como principales empresas preocupadas con ese escenario a las compañías Chevron y Exxon Mobile (WIKILEAKS, 2009-a).

- *Octubre de 2009, Título: “Brazil: Illicit Finance Conference Uses The “T” Word, Successfully”*. Relata un seminario realizado en la ciudad de Rio de Janeiro con agentes de la Policía Federal, Poder Judicial, Ministerio Público y autoridades estadounidenses, además de invitar agentes de otros países de América latina. El seminario “Proyecto Puentes: construyendo puentes para la aplicación de la Ley en Brasil” realizó un entrenamiento bilateral para la aplicación de leyes y habilidades prácticas de antiterrorismo (WIKILEAKS, 2009-b).

- *Diciembre de 2009, Título: “Can The Oil Industry Beat Back The Pre-Salt Law?”*. Telegrama enviado por el Senador José Serra,

candidato en las elecciones presidenciales del año 2010 por el Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Promete a Patricia Pradal, representante de la empresa petrolera estadounidense Chevron, que si asume la Presidencia de Brasil, por más que sea aprobado el nuevo Marco Regulador de explotación del Pré-Sal, volvería al sistema de concesiones (WIKILEAKS, 2009-c).

Esta serie de documentos divulgados por los medios de comunicación de Brasil (FOLHA, 2010; BRASIL 247, 2013), revelan las preocupaciones hegemónicas de Estados Unidos aliado a sectores liberales de la sociedad brasileña, evidenciando el interés de las empresas petroleras Chevron y Exxon Mobile en intervenir en las decisiones políticas sobre la explotación de las reservas brasileñas.

En el año 2010 fueron realizadas las elecciones presidenciales en Brasil y Dilma Rousseff por el Partido de los Trabajadores (PT) fue la vencedora en el segundo turno, con 55.752.529 votos, frente al candidato José Serra por el PSDB, según datos del TSE (TSE, 2019). Aprobado en el Congreso Nacional y uno de sus últimos actos como presidente de Brasil, Lula sanciona el nuevo Marco Regulador de Petróleo el 22 de diciembre de 2010.

Por primera vez desde que asumió la presidencia, Lula desafió los intereses del capital financiero internacional y en especial de Estados Unidos al aprobar el nuevo marco regulador de los hidrocarburos. Romano Schutte (2015) apunta que EEUU comienza a aproximarse a Brasil a través de técnicas no diplomáticas, como el espionaje, y a articularse con la élite brasileña neoliberal y conservadora, específicamente la que vive de la especulación financiera, acciones para desestabilizar la política nacional e intervenir en ese contexto. En entrevista concedida al periodista Isaías Dalle, de la Central Única de Trabajadores (CUT), Schutte expone que,

Cuando nos enteramos de las escuchas telefónicas (escuchas telefónicas de la agencia de seguridad de los EE.UU.), eran escuchas telefónicas sobre Dilma y Petrobras. Luego, si se observa todas las visitas posteriores, de Hillary Clinton, del Ministro de Energía estadounidense, hubo un momento en que cada tres meses había una delegación estadounidense de alto nivel en Brasil, directamente en Río [de Janeiro], que ni siquiera pasaba por

Brasilia, tenían más interés en hablar con Graça Foster (expresidenta de Petrobras) que con la propia Dilma (ROMANO SCHUTTE, 2015).

A partir del nuevo Marco Regulador para el petróleo del Pré-Sal se aumentó, de forma discreta, la nacionalización y el control del Estado sobre el sector petrolero. Entre todos los dispositivos generados con el marco regulador del petróleo en Brasil, se distingue el contenido local que determina parte de bienes y servicios para la extracción y producción de hidrocarburos en Brasil debe ser de origen nacional, exigiendo que,

(...) el contenido local mínimo exigido era del 37% para la fase de exploración y del 15% para la prueba de largo plazo (cuando se realiza dentro de esta fase); 55% para módulos en etapa de desarrollo que inicien producción en 2021; y 59% para los módulos de esta misma etapa que inician hasta 2022 (ANP, 2019).

Estas cláusulas aumentan la demanda para la industria brasileña en diversos bienes y servicios relativo a proyectos de extracción y producción de hidrocarburos. La estrategia es central para incorporar centros de decisión energética y cadenas de producción en Brasil, porque la aplicación de las exigencias permite desarrollar tecnologías, capacitar profesionales generando empleos más calificados y mayores ingresos por tratarse de áreas con importante valor agregado que requiere de innovación. Así, aprobado el nuevo marco regulador de los hidrocarburos, los sectores que quieren privatizar/extranjerizar las reservas del Pré-Sal no cesaron sus aspiraciones. A seguir se presentan las acciones realizadas por estos sectores para desestabilizar el gobierno.

Manifestaciones entre los años 2013 a 2016 en las calles de Brasil

Estados Unidos y los sectores a favor de la privatización de las reservas de petróleo en Brasil, indignados frente a los avances del Marco Regulador, inician en el año 2013 una nueva ofensiva proyectando e impulsando conflictos políticos en el escenario

brasileño. En el primer semestre de este año se realizaron manifestaciones estudiantiles en las principales capitales de Brasil contra el aumento del precio del boleto en el transporte público. Estos actos inicialmente fueron convocados por el Movimiento Pase Libre (MPL), un movimiento social que se define autónomo, sin partido político, independiente y de organización horizontal. Surge en el año 2005 en una plenaria del Fórum Social Mundial en la ciudad de Porto Alegre (Brasil) y reivindica que el transporte público debe ser público y gratuito para toda la población (MPL, 2019). Esta organización se comunica, planifica y estructura sus acciones a través de las redes sociales.

A pesar del aumento del boleto ser determinado o autorizado por los gobiernos municipales, a partir de mayo esas manifestaciones comenzaron a dirigirse “espontánea” y progresivamente contra la corrupción, los políticos, los partidos políticos, el gobierno federal y servicios públicos en general (JARDIM PINTO, 2017). Céli Jardim Pinto realiza un esquema de las personas que pasaron a participar de las manifestaciones a partir de la amplia convocatoria televisiva o escrita del medio masivo de comunicación Rede Globo,

Estaban en las calles: el Movimento Pase Libre en São Paulo, cercanos al PT; los Black Blocs, con actuaciones violentas de acción directa, llamándose anarquistas; trabajadores bancarios y docentes de las redes estatales, exigiendo mejores salarios; jóvenes de clase media que se posicionan contra la corrupción, los partidos políticos y el gobierno de Dilma; médicos enojados con los programas de salud del gobierno para la población necesitada; grupos minoritarios que piden el regreso de los militares; periodistas de la televisión Rede Globo defendiendo el derecho de los “ciudadanos de bien” a manifestarse (JARDIM PINTO, 2017, p.129-130).

Considerando la fragmentación discursiva, la diversidad de pautas y la nueva dirección de las manifestaciones que no correspondía a la convocatoria inicial el MPL, esta organización se retira dejando un vacío político. El vacío político fue momentáneamente ocupado por los Black Blocs, que se presentaban como una táctica de manifestación para atacar con

violencia concreta los símbolos del capitalismo como por ejemplo a los bancos (JARDIM PINTO, 2017).

Llegando a junio de 2013, las manifestaciones pasaron a realizarse en todo el territorio nacional con amplia convocatoria. En este momento las pautas reivindicatorias se diversificaron, pero centralizadas en desaprobando el gobierno Rousseff. En los actos que participaron cientos de miles de personas las palabras de orden que se entonaban eran: “meu partido é o Brasil”, “o povo unido não precisa de partido”, “saímos do Facebook”, “ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”, “desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”, “o gigante acordou”. Los Black Blocs fueron reprimidos y excluidos por la policía y por los medios de comunicación, pasando a surgir grupos organizados y financiados por instituciones privadas, como “Estudantes pela Liberdade” (EPL), que posteriormente algunos de sus líderes crean el “Movimento Brasil Livre” (MBL) y el “Vem Pra Rua”.

EPL se define con principios liberales y defiende el “libertario americano”, actuando principalmente en las universidades creadas a partir de un seminario de la Fundación “Atlas Economic Research” en el año 2012 (RODRIGUES, 2016; MULLER, 2017). Esta fundación financia otra organización estadounidense con sede en Washington y filial en Brasil denominada “Students for Liberty” – con los mismos objetivos que EPL, pero según sus líderes, no están vinculados (RODRIGUES, 2016; MULLER, 2017). “Students for Liberty” recibe donaciones de la Foundation Koch, como señala el nombre, vinculada a la familia Koch, dueña de Koch Industries, dedicada a la extracción, refinado y distribución de petróleo, productos químicos y energía. La Atlas Economic Research Foundation, actual “The Atlas Network”, a su vez, recibe donaciones de la empresa petrolera ExxonMobil (RODRIGUES, 2016).

En este escenario de inestabilidad política, aumentando la complejidad de las disputas por el futuro del Pré-Sal, en septiembre del año 2013, etapa final de la construcción del Marco Regulatorio más nacionalista, Rousseff sancionó la ley que destina 75% de las regalías de la renta petrolera para la educación y 25% para la salud

y 50% del Fondo Social del Pré-Sal para la educación (UOL, 2013; GOVERNO DO BRASIL, 2013).

En marzo del año 2014, manifestaciones organizadas por grupos a favor del fascismo, de reducida representación, pasaron a defender un golpe militar o que los militares derriben el gobierno federal, destacando la amenaza del “comunismo” del gobierno de centroizquierda. Aunque fracasaron al reeditar las marchas conservadoras por la “Familia con Dios y por la Libertad” (HAILER, 2014) de los años 1963-1964, estas abrieron camino para la progresiva organización de grupos de extrema derecha en diversas partes del país.

Durante el primer semestre del año 2014, el país del fútbol pasó a vivir una serie de protestas contra el Mundial que se celebraría en Brasil ese año. Parte de la sociedad no festejaría la realización del evento porque el acceso a los estadios era restringido a ingresos extremadamente caros y por repudiar la forma como la Federación Internacional de Fútbol (FIFA) realizaba las obras en los estadios y alrededores. Las manifestaciones no fueron masivas como las realizadas un año antes, pero continuaron siendo organizadas en las redes sociales y con pautas diversificadas: contra la corrupción, por seguridad, contra partidos políticos, por educación y salud (siempre centralizadas contra el gobierno federal).

En esa ocasión, las personas eran convocadas por tres grupos, identificados como: “Não vai ter Copa”, “Comitê Popular da Copa” y “Comitê Popular dos atingidos pela Copa” (JARDIM PINTO, 2017). El primer grupo defendía pautas contra el PT, denunciando que el gobierno de Rousseff era comunista y exigían servicios “padrón FIFA”. En oposición al primero, los otros dos grupos denunciaban la acción de las fuerzas de seguridad y reivindicaban el derecho a la vivienda, el fin de la explotación sexual y el derecho al trabajo informal de calle (JARDIM PINTO, 2017).

En esta atmósfera se desarrollaron las campañas electorales para la presidencia, pleito electoral que se resolvió en el segundo turno y el resultado concreto fue un país extremadamente dividido.

Por un margen mínimo de diferencia, 3,28% de los votos, Rousseff es reelecta presidenta frente al candidato Aécio Neves del PSDB. El candidato vencido no acepta los resultados de las urnas e inicia la campaña para realizar el *impeachment* de Rousseff.

Las manifestaciones contra el segundo gobierno se iniciaron en marzo del año 2015 extendiéndose hasta agosto del año 2016, ahora con pautas unificadas expresando que el gobierno del PT era corrupto y comunista. Se identifican con los colores verde y amarillo de la bandera de Brasil y su himno nacional, las palabras de orden expresadas eran: “O PT é o câncer do Brasil”, “O Brasil não será uma Cuba”, “a nossa bandeira jamais será vermelha”, “basta de Paulo Freire”, “chega de doutrinação marxista”, etc. Los grupos que congregarían a las personas a través de las redes sociales son el MBL, “Vem PraRua” y “Revoltados Online”, definidos como liberales, patriotas y/o conservadores, donde las redes sociales continúan con el papel de organizar y estructurar estos grupos contra la “corrupción”.

En oposición a MBL, “Vem PraRua” y “Revoltados Online”, la “Frente Brasil Popular” y el “Povo Sem Medo” también organizaron grandes movilizaciones en defensa de la democracia. Estas frentes agrupan movimientos sociales, sindicatos, estudiantes, partidos políticos, intelectuales, científicos, artistas y colectivos de comunicación que denuncian el proceso *impeachment* como golpe de Estado por carecer de pruebas y su carácter antidemocrático, neoliberal y conservador.

Durante el año 2016 uno de los momentos más marcantes para las manifestaciones fue el día 17 de abril, cuando la cámara de diputados voto en una única cesión la aprobación del *impeachment*. Manifestantes a favor y en contra fueron convocados en la explanada de los ministerios, frente al Congreso Nacional. Separados por una barrera de contención y un gran operativo de seguridad, los manifestantes a favor estaban en el lado derecho y los manifestantes contra del lado izquierdo. A cada voto de los diputados los manifestantes expresaban sus respuestas festejando de un lado y lamentando del otro o viceversa.

Las manifestaciones realizadas entre el año 2013 y 2016 son los hechos que marcan la crisis e inestabilidad política y social en las calles de Brasil. Pero no son las únicas que actúan para desestabilizar el gobierno federal, las manifestaciones también se nutrían de informaciones provenientes de la operación Lava Jato, detallada a continuación.

Operación Lava Jato y la judicialización de la política en Brasil

Uno de los hechos jurídico/policial que más se destaca en las últimas décadas de Brasil, directamente vinculado al sector del petróleo y a Petrobras, es la operación Lava Jato. Esta fue creada en el año 2014 por la Justicia Federal de Brasil y es presentada por esta institución como la mayor investigación contra la corrupción en el país (MPF, 2019). Los crímenes apuntados son contra el sistema financiero nacional, lavado de dinero, formación de organización criminal, corrupción, malversación de fondos y falsedad ideológica. Los agentes considerados criminales son accionistas o propietarios de constructoras brasileñas, funcionarios de los altos escalones de Petrobras, operadores financieros y políticos de diversos partidos.

La Justicia Federal de Curitiba iniciaría las investigaciones sobre el desvío de recursos de Petrobras y el Ministerio Público Federal (MPF) sería el encargado de recoger las pruebas de los delitos. La Justicia Federal de Curitiba se localiza en el Estado de Paraná y el juez responsable de la operación en la primera instancia era Sergio Moro, titular del 13 ° Tribunal Federal, con una extensa "competencia" para actuar sobre la operación Lava Jato. Seguidamente al anuncio de creación de la operación, el MPF en Curitiba formó un equipo de fiscales para actuar en el caso conocido como "Força Tarefa da Lava Jato", con atribuciones especiales y coordinado por el fiscal de la República Deltan Dallagnol (JARDIM, 2017).

Importa destacar que la empresa Petrobras es una estatal de economía mixta y de acuerdo con la Súmula nº 556 del Supremo

Tribunal Federal (STF), de 15/12/1976, compete a la justicia común juzgar las causas de las cuales la empresa es parte (STF, 2019). La Constitución Federal de Brasil de 1988 en el artículo nº 109 explana sobre la competencia para procesar y juzgar delitos cometidos contra bienes o servicios de la Unión, sus autarquías o empresas públicas. Observando los dispositivos jurídicos en el STF y en la Constitución, la operación Lava Jato no compete a la Justicia Federal y si a la justicia común por tratarse de una empresa de derecho privado y no de una empresa pública. Independiente de si uno de los principales sospechosos en la operación es un ex-presidente de la República, ese argumento no justifica la competencia de la Justicia Federal en el caso.

Retomando la Constitución, artículo nº 5, inciso XXXVII, “não haverá júízo ou tribunal de exceção;”, e inciso LIII, “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;”, expone sobre el principio de juez natural. Este es nutrido por el Código de Procedimiento Penal, artículo nº 78, que establece el criterio prioritario para elección del juez responsable en la causa, siendo el lugar de la infracción al que se le impone la pena más grave. Y el mismo artículo nº 78 dispone sobre la situación de un crimen realizado en más de un lugar orientando que “prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade”. Estos instrumentos son algunos de los mecanismos para evitar conflictos y abusos de poder entre instituciones y jueces, buscando el equilibrio entre los poderes con el fin de garantizar el funcionamiento democrático de Brasil.

En el caso Lava Jato, según la página web del MPF (2019-a), esta tuvo su primera operación en marzo de 2014. Inicialmente la investigación apuntó que Nelma Kodama, Raul Srouf, Alberto Youssef e Carlos Habib Chater coordinaban cuatro núcleos para intercambios de informaciones y prácticas ilícitas sobre negociaciones y transacciones con dólares en paraísos fiscales. Entre los denunciados, Youssef, considerado uno de los mayores operadores del cambio “paralelo” y no oficial de monedas en Brasil

por el MPF (2019-a), era vigilado por la Policía Federal desde el año 2008 porque no era primario en ese tipo de crímenes (MOREIRA LEITE, 2015). La sede de la empresa CSA de Youssef y una de sus residencias oficiales se localizan en São Paulo, a un kilómetro y medio de distancia (MPF, 2019). Moreira Leite apunta una serie de hechos que presentan a São Paulo como la ciudad más vinculada a la operación Lava Jato,

Un informe elaborado por Fernando Fernandes, estudio de abogados que actuó en la fase inicial de Lava-jato, muestra que São Paulo fue la sede de las siete empresas involucradas inicialmente, y también el domicilio de diez de cada diez ejecutivos involucrados. La excepción es Río de Janeiro: sede de Petrobras y residencia de Paulo Roberto Costa. Ninguno de los seis hechos delictivos señalados por el Ministerio Público en la denuncia inicial ocurrió fuera de São Paulo. Un crimen se repetía setenta veces. El otro, 413. Siempre en São Paulo (MOREIRA LEITE, 2015, p. 30).

Considerando estos elementos jurídicos presentados y por la jurisprudencia en otros casos sobre cómo designar al juez natural de una causa, suponiendo que la operación Lava Jato corresponde a la Justicia Federal, sería a la sección judicial de São Paulo ser la responsable por la operación, donde Moro es incompetente en la causa. Pero el MPF justificó que la operación Lava Jato no fuera transferida a la Vara Federal del São Paulo a través de “*firma-se-á a competência pela prevenção*”, expresando que “*o Juízo Federal de Curitiba foi quem primeiro praticou atos à frente do caso*” (MOREIRA LEITE, 2015).

Al leer el artículo “*Considerações sobre a Operação Mani Pulite*” de Moro (2004) sobre el caso de corrupción “*Manos Limpias*” en Italia, iniciado en el año 1992, es posible identificar el modelo teórico empleado en la operación Lava Jato. Moro expresa que en Brasil están dadas las condiciones para realizar una acción judicial similar, porque considera que los políticos no tienen prestigio junto a la población y los jueces junto al MPF tienen independencia del poder político por ser carreras que se ingresan a través de concurso público (MORO, 2004).

Sin embargo, el argumento de desprestigio al sector político es contradictorio a los datos de participación de la población en las elecciones del año 2002 y a las estadísticas realizadas por las empresas Datafolha e Ibope en relación con la evaluación que los brasileros realizan del gobierno Lula en marzo 2004. En el 2º turno de las elecciones presidenciales del año 2002, 79,53% (91.664.259) de las personas habilitadas a votar comparecieron a las urnas eligiendo a Lula presidente (con 61,27%) (TSE, 2019-b).

Luego de la divulgación pública de grabaciones del exasesor de la Casa Civil, Waldomiro Diniz, negociando contribuciones para campañas políticas y sobornos a empresarios, en marzo del año 2004 las empresas Datafolha e Ibope realizaron entrevistas a una muestra de la población para investigar la aprobación el gobierno de Lula. Según Datafolha, 38% de los entrevistados lo evalúa como excelente/bueno, 43% regular y 17% malo/terrible (UOL, 2019). Ibope presenta que 34% de los entrevistados lo evalúa como excelente/bueno, 41% regular y 23% malo/terrible (UOL, 2019). Al observar los datos de las empresas de estadística se evaluó que, a pesar de la exposición negativa del gobierno de Lula, luego de las denuncias de corrupción, su mandato se mantiene con popularidad alta y prestigio para concluirlo.

Otro elemento que se contrapone al argumento de falta de prestigio de la “clase” política presentado por Moro para una acción judicial es que en una democracia la forma de penalizar la impopularidad de un político no es a través la Justicia Federal y si en las elecciones a través del voto. Este argumento de Moro expone el proceso de judicialización de la política, es decir, un problema político siendo tratado por la justicia. En otros términos, la politización de la justicia rompiendo la separación y el equilibrio entre los de poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial debilitando la democracia.

La judicialización de la política, según Maria Luiza Quaresma Tonelli, es resultado de la eclosión de nuevas democracias posteriores al fin de la Guerra Fría que tienen como modelo un poder judicial fuerte para ser indicador de un Estado

legítimamente democrático y constitucional. Este proceso presenta tensiones entre la democracia y el Estado de Derecho, siendo un problema político y no jurídico, favoreciendo la supremacía del Derecho sobre la política y alejando esta última de la democracia y la soberanía popular, siendo sustituida por jueces activistas. Es importante resaltar que la democracia es un régimen de los derechos y no del Derecho, entiéndase, quien decide es el pueblo a través del voto directo eligiendo sus representantes periódicamente y los agentes del poder Judicial no son representantes del pueblo porque no son electos (TONELLI, 2017). Un claro ejemplo de la criminalización de la política en el proceso de su judicialización lo encontramos en el golpe de Estado realizado en el año 2016 contra la presidenta Roussef, donde el *impeachment* fue en apariencia legítimo y definido por el STF, pero sin poder comprobar los crímenes hacia la Constitución, anulado el voto de millones de brasileños.

La operación Manos Limpias tenía como centralidad combatir la corrupción, pero tuvo como resultado el desgaste de partidos políticos, generando que el primer Ministro de Italia fuese un empresario multimillonario de grandes medios de comunicación, Silvio Berlusconi, y que la corrupción en ese país no se acabará como expresa Tonelli (2017). Ya la operación Lava Jato surge a partir de interceptación y de escuchas telefónicas entre el abogado Adolfo Gois y su cliente Roberto Brasiliano, no autorizadas por la justicia (MOREIRA LEITE, 2015). Estas escuchas telefónicas son ilegales porque según el artículo nº 5 de la Constitución, “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, [...]”. En otras operaciones (por ejemplo, operación “Castelo de Areia”) se utilizaron pruebas ilegales y fueron anuladas, porque el Estado no debe cometer ilegalidades para sancionar crímenes. Este artilugio en la Constitución es una respuesta a los abusos cometidos por el gobierno de facto durante la dictadura (MOREIRA LEITE, 2015).

Para revertir la situación de nulidad a operaciones por uso de pruebas ilegales el jefe de la “Força Tarefa da Lava Jato” en Curitiba, Dallagnol, inicia en julio de 2015 junto al MPF una campaña para juntar 1,5 millones de firmas de ciudadanos brasileños, que apoyan las diez medidas contra la corrupción y la impunidad a ser presentadas en el Congreso como un proyecto de ley de iniciativa popular (MPF, 2019-b). Entre las medidas se encuentra flexibilizar las restricciones contra el uso de pruebas obtenidas por medios ilegales y que las escuchas telefónicas en determinadas condiciones sean aceptadas. Vale resaltar que esta medida genera parcialidad y selectividad para aceptar o negar pruebas ilegales.

Las escuchas telefónicas ilegales permitieron al juez Moro emitir ordenes de prisión preventiva como estrategia para alcanzar declaraciones de los sospechosos. Al criminoso que contribuya, efectiva y voluntariamente, a la investigación con declaraciones “premiadas” el juez puede retribuirlo con el indulto, reducción de pena de prisión en hasta dos tercios o sustituir una pena restrictiva de derechos como prisión domiciliar o multa. El acuerdo de declaración premiada en Brasil es regulado por diversas leyes (Código Pena; Ley nº 8.072/1990; Ley nº 12.850/2013; Ley nº 7.492/1986; Ley nº 8.137/1990; Ley nº 9.613/1998; Ley nº 9.807/1999; y Ley nº 12.529/2011). La estrategia de prisión preventiva empleada por Moro, para obtener las declaraciones premiadas, no usa mecanismos de tortura física, pero si psicológicas. En otras palabras, utiliza tácticas de encierro, aislamiento, especulación y mentiras y por consiguiente el criterio de voluntario y espontáneo para un acuerdo de declaración premiada no es respetado al ser inducidas, forzadas.

La operación Lava Jato tuvo sus primeros indicios en el año 2008 cuando la Policía Federal identifica que Youssef continúa adquiriendo bienes financieros de forma ilícita. El antecedente delictivo se vincula al escándalo del Banestado (banco público del estado de Paraná), operación iniciada en el año 1996 que involucró remesas ilegales de divisas por el sistema financiero público

brasileño en el extranjero (el juez responsable también era Moro). Fundamentado por los delitos señalados y los individuos involucrados se considera al escándalo del Banestado como antecedente a la operación Lava Jato (MOREIRA LEITE, 2015, p.83-87). En el escándalo del Banestado Moro acordó con Youssef una declaración premiada, en que el juez reduce la pena a Youssef si declara sus delitos y delata el esquema de corrupción y Youssef se compromete a no volver a delinquir. Pasando a la operación Lava Jato, llama la atención que la justicia y el mismo Moro confíen en un delincuente reincidente que faltó a un acuerdo con la misma y nuevamente acuerde unas declaraciones premiadas con Youssef por el mismo crimen.

Según las leyes brasileñas la declaración premiada debe ser sigilosa hasta ser presentada la denuncia para no herir la honra del investigado, verificar la veracidad de la información y evitar filtrar informaciones que afecten a la investigación. En la operación Lava Jato es recuente encontrar titulares llamativos con informaciones sigilosas de declaraciones premiadas en los grandes medios de comunicación – fenómeno ilegal y parte de la espectacularización de la justicia – presentando otra inconsistencia a la operación.

Los responsables de infiltrar informaciones sigilosas en la operación Lava Jato no fueron identificados de momento. Para Moro (2004), divulgar las informaciones sigilosas por los medios de comunicación es importante en el proceso de deslegitimar los políticos considerados sospechosos, además de permitir superar las dificultades en localizar las pruebas de que los partidos políticos recibían contribuciones ilegales. Desde su perspectiva, el éxito de la operación depende más de la repercusión en la opinión pública sobre la narrativa brindada por los medios de comunicación masiva, que de la investigación en la apreciación de las pruebas. El empleo de esta táctica, que crea titulares llamativos y populares sobre el caso, es irresponsable y antidemocrático, porque conduce la opinión pública a conclusiones equivocadas y sin compromiso con la verdad a través del espectáculo por convencimiento.

Para ilustrar la articulación entre la justicia y los medios de comunicación se reanuda la conferencia de prensa que la “Força tarefa da Lava Jato” del MPF proporciono el 14 setiembre de 2016. Esta fue transmitida en vivo y directo por canales de televisión a cable/privados y Dallagnol utilizó recursos gráficos como la presentación de un *power point* con escasas informaciones para explicar el complejo caso de corrupción. El grupo de trabajo del MPF denuncia a Lula como el “comandante máximo” del esquema criminoso, como justifica Dallagnol sobre la “convicción” por el conjunto de la obra, pero sin pruebas y sin evidencia exhaustiva, como manifiesta el fiscal Roberson Henrique Pozzobon (BARCELLOS, 2016; BENESILVI, 2016-a; BENESILVI, 2016-b; EFE, 2016; EL PAIS, 2016; G1, 2016-a; VERMELHO, 2016).

Otra coyuntura que dice respecto a la espectacularización de la justicia es la protección pública a Moro a través de reconocimientos por los principales medios masivos de comunicación (ÉPOCA, 2014; ISTOÉ, 2014; O GLOBO, 2015), además de ser considerado como un “súper héroe” y “salvador de la patria” por los manifestantes que en el año 2015 exigían el *impeachment* de Rousseff.

Esta narrativa de los hechos puesta en escena por la justicia y los medios de comunicación masiva presenta un MPF autoritario al elegir las personas que serán los criminales para luego encontrar el crimen, contrario a las prácticas democráticas que investigan conductas/hechos para crear una acción judicial contra una persona y no lo contrario. Condenar sin pruebas no pertenece al Derecho y la justicia no tiene que estar junto a la opinión pública.

La justicia brasileña cuenta con la colaboración de instituciones extranjeras para combatir crímenes, pero la agencia de seguridad informática nacional de EEUU fue la institución extranjera a estructurar y orientar fiscales y jueces brasileños sobre irregularidades en empresas públicas y privadas de Brasil. El informe de las ilegalidades se concentraba en empresas del sector energético, que competían con EEUU por los mercados de América del Sur y África. Estas informaciones fueron la punta pie para el

surgimiento de la operación Lava Jato, que en su apariencia era para combatir la corrupción, pero en esencia se ha mostrado como una estrategia política para destituir y debilitar al PT y al sector nacionalista de Brasil. Según Moniz Bandeira:

En el caso de Brasil, el Departamento de Justicia de los Estados Unidos, con información proporcionada por la NSA, orientó al Fiscal General de la República Rodrigo Janot y al juez Sérgio Moro sobre las irregularidades y prácticas consideradas ilegales, corruptas, por parte de empresas brasileñas, no solo en las Petrobras, pero también empresas privadas, las grandes constructoras, como Odebrecht, que competían con corporaciones de Estados Unidos, en los mercados de América del Sur y algunos países de África. Y así comenzó la Operación Lava Jato con el aparente pretexto y objetivo de combatir la corrupción, sin embargo, con el sesgo político de destruir políticamente al Partido de los Trabajadores (PT) y al expresidente Lula da Silva, y así hacer inviable su elección en 2018 y la derogación de reformas deseadas por los sectores económicos y financieros de Estados Unidos. Intereses diversos y complejos, que incluyeron penetrar y devastar a Petrobras y a las grandes constructoras brasileñas, y se combinaron con la asistencia prestada al juez Sérgio Moro por el Ministerio de Justicia y al Fiscal General de la República, Rodrigo Janot (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 22).

Específicamente con relación al rol de las articulaciones internacionales de la Lava Jato, Moniz Bandeira (2017) denuncia la intervención extranjera a través de la *lawfare* con el uso de la ley como arma para quebrar el liderazgo regional de Brasil. Al igual que condenar personas sin pruebas, en la operación Lava Jato se observa que las sanciones son transferidas indirectamente a las instituciones vinculadas a esas personas, afectando directamente a las empresas del sector de construcción civil e industrial. De esta forma, la operación Lava Jato, creada para “combatir” la corrupción, fue de hecho para debilitar en lo económico, político y social a la principal empresa energética de Brasil – Petrobras, construida y defendida históricamente por su pueblo. También fue para favorecer el *impeachment* a Rousseff e impedir que finalizara el cuarto mandato consecutivo del PT y para evitar que Lula fuera candidato en 2018 y romper definitivamente el ciclo progresista iniciado en 2003.

Así, una investigación importante y necesaria para sanear irregularidades en la Petrobras se convirtió en una táctica parte de la guerra híbrida contra la democracia y la soberanía nacional de Brasil, en favor de los intereses de la hegemonía estadounidense, instalando una crisis política y social. Resumiendo, es una investigación policial usada indebidamente como herramienta política para vencer lo que no ganan en las urnas.

La entrega: las consecuencias del golpe de Estado en 2016, el breve gobierno Temer y la destrucción de las capacidades de Petrobras (2016-2018)

Cómo tratamos anteriormente, a pesar de la crisis política, económica y social durante el año 2014 en Brasil, Rousseff es reelecta presidenta por el PT con el 51,64% de los votos frente al candidato Neves por el PSDB (TSE, 2019-a). Este mandato es interrumpido en el año 2016, al ser destituida por un *impeachment* sobre crimen de irresponsabilidad con la ley presupuestaria y la “Lei de Improbidade Administrativa” (BRASIL, 2016). Rousseff es sustituida por su vicepresidente Michel Temer (PMDB), que inició la implementación de una plataforma impopular.

La pericia del Senado Federal de Brasil indicó que la presidenta emitió decretos de crédito aditivo sin autorización del Congreso Nacional. Pero no fueron encontradas pruebas que comprueben el atraso en los pagos del Gobierno Federal a los bancos públicos sobre los subsidios concedidos a productores rurales por medio del Plan Zafra, conocido popularmente por los brasileños como “pedaladas fiscais” (SENADO FEDERAL, 2016). Este *impeachment* consumado por la divulgación de acusaciones falsas es un método típico de los golpes de Estado y parte de la Guerra Híbrida.

El *impeachment* o golpe de Estado parlamentario (AGÊNCIA BRASIL, 2016; FORUM, 2016) fue criticado por senadores, movimientos sociales, movimiento estudiantil, intelectuales y artistas (BRASIL DE FATO, 2016; FOLHA, 2016; JINKINGS,

DORIA & CLETO, 2016), además de ser cuestionado por organizaciones internacionales como la Unión de Naciones Sur Americanas (UNASUR) y la Organización de los Estados Americanos (OEA) (G1, 2016-b; NEXO, 2016).

Moniz Bandeira considera que “O impeachment, que derrubou o governo da presidenta Dilma Rousseff foi, em sua essência, um golpe de Estado, com o verniz de legalidade” (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 17), registrando que el golpe de Estado en Brasil fue organizado desde el año 2013 por si el candidato Neves no venciera las elecciones del año 2014, pero, como se expuso, quien ganó las elecciones fue Rousseff. El margen de diferencia entre los candidatos fue muy estrecho y permitió a los opositores realizar articulaciones en el Congreso Nacional de Brasil para la destitución.

La configuración del Congreso a partir del año 2015 exigió a Rousseff negociar con otros partidos que no pertenecían a su base aliada para aprobar los proyectos de gobierno. Esta situación de dependencia se relaciona a la reducción del número de diputados electos de su partido (PT), pasando de 88 diputados en el año 2014 a 69 en el año 2015 (TSE, 2019). El conjunto de la base de partidos aliados (PT, PMDB, PSD, PP, PR, Pros, PDT, PCdoB e PRB) eligió 304 diputados, 36 a menos con relación a la elección anterior (TSE, 2019). Esta base tenía mayor número de diputados en el Congreso, pero esta situación es inestable porque ni todos los diputados electos por esos partidos se identificaban con las políticas de Rousseff. Además, otros hechos que desestabilizaron el gobierno fueron las opciones de política económica, teniendo en cuenta la aguda recesión mundial que disminuyó el precio de las materias primas en el mercado internacional y el sobrevalor de la moneda real, además de alianzas con el Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) y que algunos dirigentes del PT se corrompieron (MONIZ BANDEIRA, 2017).

La combinación de estos eventos fue ampliamente divulgada por los grandes medios de comunicación para consolidar la narrativa golpista y alcanzar los objetivos principales del golpe de

Estado. Medios de comunicación masivos centrales para movilizar y orientar a la población sobre la narrativa de “anti-corrupción” que de forma indirecta promovía la narrativa del golpe de Estado para hostilizar el gobierno de Rousseff (FREITAS, 2019).

En paralelo a la conducción de la operación Lava Jato, el *impeachment* afectó la estabilidad de la democracia en Brasil y profundizó la crisis económica, política y social que se gestó desde la crisis global de 2009. Buscando superar la crisis surgen en la sociedad dos principales líneas de acción/debate. Por un lado, en el área petrolero-energético se encuentra un sector nacionalista de la sociedad que defiende continuar con el nuevo Marco Regulador, considerando que este no es ideal pero que atiende los intereses del país y permite una salida de la crisis a largo plazo, agregando valor a las mercaderías e incorporando centros de decisión energética y mano de obra más calificada. Y, por otro lado, el sector vinculado a las élites neoliberales y conservadoras que defiende la necesidad de privatizar activos estatales, entregando para el mercado que sería más eficiente, principalmente para el capital extranjero, y también resolver el problema de la crisis pagando la deuda pública.

En concordancia con el sector neoliberal de la sociedad, el Congreso recibe el Proyecto de Ley no 131/2015 de autoría del senador José Serra, que propone una enmienda a la Ley n. 12.351, de 22 de diciembre de 2010, para alterar la participación mínima y obligatoria de Petrobras sobre las áreas del Pré-Sal. Este proyecto se convierte en ley en noviembre de 2016, pasando a ser la Ley no 13.365.

Luego de ser aprobada por el Congreso y ratificada por el gobierno de Temer, la Ley nº 13.365/2016 derogó la participación obligatoria de Petrobras para la exploración de petróleo en la camada del Pré-Sal y suprimió el 30% mínimo de participación de la estatal en los negocios de otras compañías (JUNGMANN, 2016). Esta modificación permite implementar el sistema de concesión para explotación de petróleo en las reservas del Pré-sal, además de debilitar la cláusula de contenido local, donde bienes y servicios para actividades de exploración y producción de petróleo en Brasil

debían ser de origen nacional. Este hecho refleja, al menos temporalmente, la derrota de los intereses nacionales, específicamente los favorables a la nacionalización o mayor control nacional sobre el petróleo, haciendo prevalecer el interés de las corporaciones petroleras internacionales.

Entre las consecuencias del *impeachment*, las modificaciones realizadas a la Ley n. 12.351/2010 revelan la centralidad de la política energética en el contexto de los cambios en el país, teniendo en cuenta que uno de los primeros actos inmediatos al golpe de Estado es dismantlar la nacionalización del sector de petróleo y gas natural en la región del Pré-Sal. La alteración en la ley de “Partilha” y las nuevas licitaciones de extranjerización son indicadores de una política energética que difiere de la política nacionalista del gobierno depuesto, perfilando cambios significativos en el contexto de la geopolítica energética. Se amplía la participación del capital privado-extranjero en la explotación de las reservas brasileñas, permitiendo la expansión de la estructura hegemónica liderada por Estados Unidos en América del Sur junto a otros países centrales del sistema-mundo.

El camino adoptado por Brasil con la Ley n. 13.365/2016 perfila la destrucción de Petrobras al quitarle el control operacional de áreas del Pré-Sal que reducen el ritmo de producción, conocimiento del subsuelo y la posibilidad de decidir cuándo es mejor producir petróleo en el país. Entregar a empresas extranjeras bloques del Pré-Sal, sin la exigencia del contenido local, es admitir una política que lleva a vender petróleo crudo e importar productos derivados del petróleo, donde los únicos beneficiados son esas empresas de extracción y las de importación de derivados al mercado interno de Brasil.

La reducción en las inversiones se refleja directamente en la capacidad de empleo para ciudades, que dependían de la implementación de obras en la industria naval estimulada por la exigencia contractual de contenido local. Importa destacar que, desde que la operación Lava Jato inicio sus actividades en marzo de 2014, ciento de miles de trabajadores fueron despedidos

(ESTADÃO, 2019; BRASIL DE FATO, 2019; CLUBE DE ENGENHARIA, 2019; G1, 2019). Igualmente, considerando la política de modernización de las fuerzas armadas en Brasil para la defensa, destinada a la adquisición de equipamientos y el desarrollo tecnológico e industrial, vale también resaltar que la operación Lava Jato y la inestabilidad generada al gobierno de Roussef contribuyeron para inmovilizar el conjunto de los procesos y atender a los intereses extranjeros. Uno de los programas afectados directamente fue el “Programa de Desenvolvimento de Submarinos” (PROSUB), que promovía la transferencia de tecnologías nucleares e investigación científica, además de la formación especializada de profesionales brasileños desde Francia.

Resumiendo, las variaciones en la ley nº 12.351/2010 tiene tres aspectos de retroceso nacionalista e avances del neoliberalismo: (I) en las políticas de desarrollo económicas e industrial, la generación de puestos de trabajo y distribución de renta; (II) en la política de modernización de las capacidades de Petrobras y de las fuerzas armadas para reafirmar y defender la soberanía nacional, en especial de las capacidades necesarias para defender la soberanía petrolera y energética; (III) el realineamiento de la política exterior y de las alianzas internacionales de Brasil, que, progresivamente, se aleja de una política multilateral, más cercana de los países emergentes de los BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), de las relaciones sur-sur y de la integración sur-americana, para aproximar de los interés de los EEUU y sus aliados de la OTAN.

El golpe de Estado jurídico-mediático del año 2016 a través de una de su táctica principal, la operación Lava Jato, vía proceso lleno de irregularidades como expresamos antes, logró la prisión del ex-presidente Lula. Hecho desarrollado durante el año electoral de 2018 (Lula era el candidato favorito a la presidencia en todas las estadísticas). En este sentido, es posible establecer que el juicio se convirtió en un instrumento de interferencia en el pleito electoral nacional.

Con Lula impedido de participar de las elecciones presidenciales, los candidatos que disputaron el segundo turno del

pleito en 2018 fueron Fernando Haddad (PT) y Jair Bolsonaro (PSL). El Partido Social Liberal (PSL) desde su creación en 1994 fue un partido político sin mucha expresión en el escenario político de Brasil hasta ese año donde su candidato ganó las elecciones, con un 55,13% de los votos (G1, 2018;), y se convirtió en la segunda bancada de parlamentares en el Congreso Nacional. Bolsonaro es un militar retirado y fue diputado federal durante siete mandatos seguidos, electo por la alianza “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB)” (PLANALTO, 2019).

Electo Bolsonaro, la política de privatización y extranjerización iniciada por Temer encontró su continuidad y se profundizó con la participación de Paulo Guedes en el nuevo Ministerio de economía, persona de reconocida trayectoria liberal. Lo que hizo con que las políticas conservadoras ganaran más espacio en el gobierno federal. Así, consolidado el Golpe de Estado, el breve gobierno de Temer y dando continuidad a la destrucción de las capacidades de Petrobras, la elección de Bolsonaro garantizó la continuidad del proceso de entrega del Pré-Sal a grupos extranjeros, el desmantelamiento de la Petrobras y de la industria nacional de Brasil, propiciando que el país se alejara más de las posibilidades de cooperación e integración regional. Finalmente, es crucial registrar dos hechos:

I. Entre abril de 2018 y noviembre de 2019, Lula permaneció 580 días preso en una celda de la Policía Federal en Curitiba por determinación de Moro. Pero en el año de 2021 el Supremo Tribunal Federal (STF) revocó las condenas al entender que Lula no tuvo sus derechos respetados durante el proceso llevado a cabo por el entonces juez Moro. El juez del Supremo Edson Fachin declaró que el Ministerio Público no demostró que la petrolera estatal Petrobras estuviera involucrada en los supuestos delitos de Lula, requisito fundamental para que el caso fuera juzgado en el tribunal de Moro en Curitiba. Además, el STF declaró que Moro fue parcial, reforzando la anulación de la condenación.

II. En diciembre del año de 2022, la Comisión Mixta de Presupuesto del Congreso Nacional de Brasil aprobó las cuentas

presidenciales de los años 2014 y 2015, los dos últimos años del gobierno de Rouseff.

Consideraciones finales

Las reservas extraordinarias de hidrocarburos en el Pré-Sal son resultado de años de investigación e inversión pública en universidades públicas y en la Petrobras, colocando a Brasil en los primeros años del siglo XXI como el mayor productor de petróleo del cono sur, por proporcionar al mercado un crudo de excelente calidad a un bajo costo de producción. A nivel mundial y para la industria petrolera, tener dominio del Pré-Sal se convirtió en estratégico por su localización, profundidad y extensión en la superficie marítima, además de la calidad y cantidad de petróleo, que permite acceder a inéditos conocimientos convirtiéndose en nuevas fuentes de lucros e incorporar centros de decisión, así como garantizar la soberanía o seguridad energética por un determinado período de tiempo.

En el contexto que se presenta en Brasil durante la primera década de los años 2000, era posible diseñar una táctica para construir centros de decisión energética, pero dependía de un sistema jurídico que defendiera el ejercicio de la soberanía energética, para el Estado fomentar políticas energéticas innovadoras, dentro de un proyecto nacionalista y participativo que transformara los recursos naturales en recursos de poder. Además, es necesario conocer las normas jurídicas vigentes para la extracción de petróleo, reflexionar sobre el sistema de reglas que disponen sobre esta actividad y verificar su movimiento a través de la historia, lo que posibilita notar las transformaciones que evidencian materialmente la disputa por el control del petróleo.

La estrategia de soberanía energética brasileña, con su discreta nacionalización de los hidrocarburos, incomodó a las élites locales vinculadas a la hegemonía de Estados Unidos por contradecir su política de seguridad energética, lo que generó en el año 2013 una serie de maniobras para modificar esa situación. La estrategia fue

articular entre los medios de comunicación masivos, el Poder Judicial, el Congreso Nacional y movilizaciones de calle de extrema derecha, orientadas por instituciones gubernamentales y empresas de Estados Unidos, la desestabilización del gobierno Rousseff, destruir al PT y a su principal líder, Lula, para revertir la política energética con relación al petróleo.

Las tácticas utilizadas fueron: las movilizaciones anti-democráticas entre los años 2013 y 2016; la operación Lava Jato de la PF y el MPF “anti-corrupción”; el *impeachment* a la presidenta Rousseff; impedir la candidatura de Lula en las elecciones del año 2018 y la modificación del Marco Regulador en el sector energético, quitando las exigencias del contenido local y la obligación de Petrobras participar de todos los bloques de petróleo en el Pré-Sal.

En síntesis, entre las principales consecuencias se destaca: la interrupción de los principales programas y políticas de desarrollo económicas e industrial y de generación de empleo y distribución de renta, con fuerte destaque para la paralización y desmonte de la industria naval y civil junto a la destrucción de Petrobras y empresas constructoras de Brasil y la concomitante entrega del Pré-Sal a las petrolíferas extranjeras. Además de paralizar la política de modernización en las fuerzas armadas y de incremento de las capacidades del Estado para defender la soberanía nacional, en especial en lo que se refiere a la modernización de las capacidades necesarias para defender la soberanía petrolera y energética, como el programa del submarino nuclear.

Combatir la corrupción en instituciones y garantizar la libertad de prensa es fundamental para la democracia de un país. Pero, en el caso de Brasil, estas herramientas han sido usadas de forma parcial, exponiendo exhaustivamente casos de corrupción, vinculándolos a ciertos políticos y divulgando informaciones inconclusas. Eso fue parte de una estrategia de disputa política que tuvo entre sus consecuencias alterar el reglamento de hidrocarburos, debilitando la democracia y donde la extrema derecha ocupó un papel protagonista con relación a la desnacionalización del Pré Sal. Cabe subrayar que el activismo de

la extrema derecha transitó en distintos ámbitos, desde las manifestaciones en las calles, Ministerio Público Federal, Justicia Federal, partidos políticos y en los medios de comunicación masivos, con el objetivo de legitimar y aprobar el avance de políticas neoliberales y conservadoras.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Dilma diz que sofre golpe parlamentar e que processo não veio das ruas*. Agência Brasil. Brasília, 29/08/2016. Empresa Brasil de Comunicação-EBC Disponible en: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/dilma-diz-que-sofre-golpe-parlamentar-e-que-processo-nao-veio-das-ruas>>.

ANP. *Balanço de Gestão da ANP: 2003/2011*. Ministério das Minas e Energia. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP: Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ANP. *Conteúdo Local*. Portal da ANP, Exploração e Produção de Óleo e Gás, Conteúdo Local. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP. Ministério das Minas e Energia. 2019. Disponible en: <<http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/conteudo-local>>

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Contraponto: Rio de Janeiro, RJ / Ed. Unesp: São Paulo, SP, Brasil. 1996.

BARCELLOS, Celia. *Coletiva da Lava Jato Denuncia: Lula é o Chefão*, 2016. Video disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=LulFNRwV00c>>.

BBC BRASIL. *EUA reativam frota para patrulhar mares latino-americanos*. Brasília/DF, 08 de maio 2008. Disponible en: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080508_exercitoeuaalfn.shtml>.

BBC BRASIL. *EUA espionaram Petrobras, dizem papeis vazados por Snowden*. BBC, 08/09/2013. <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm>.

BENESILVI, Luigi. *Denúncia Completa de Deltan Dallagnol Contra Lula* (2016-a). Video disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=tCUQ_rZ3HQ>.

BENESILVI, Luigi. *Procuradores Revelam Esquema de Lavagem de Dinheiro para Lula* (2016-b). Video disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=YapIPsjZ9I>>.

BRASIL. *Congresso Nacional. Senado Federal. Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal/ Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, SAJS. 2016 Disponible en: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/10/13/veja-aqui-o-livro-em-formato-pdf>>.

BRASIL DE FATO. *Artistas e intelectuais estrangeiros divulgam carta contra impeachment de Dilma, 2016*. Redação Revista Fórum, 25/08/2016. Disponible en: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/25/artistas-e-intelectuais-estrangeiros-divulgam-carta-contra-impeachment-de-dilma>>.

BRASIL DE FATO. *Cinco anos depois, setor industrial não se recuperou dos impactos da Lava Jato*. Por Rute Pina, São Paulo/SP, Data 19/02/2019. Disponible en: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/19/cinco-anos-depois-setor-industrial-do-pais-ainda-sente-impactos-da-lava-jato>>.

BRASIL 247. *Serra Prometeu à Chevron Mudar Regras do Pré-Sal*. *Jornal Brasil 247 Online*, 08/02/2013. Disponible en: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/93008/Serra-prometeu-%C3%A0-Chevron-mudar-regras-do-pr%C3%A9-sal.htm>>.

CARDOSO, Luiz Cláudio. *Petróleo: do poço ao posto*. Editora Qualitymark: Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.

CARMO, Márcia. *Lula quer explicações dos EUA sobre Quarta Frota*. *BBC Brasil*, 02/07/2008. BBC News. <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080701_lulamercosul_mc_ac.shtml>

CLUBE DE ENGENHARIA. *Consequências econômicas da Operação Lava-Jato*. Artigos & Notícias. Rio de Janeiro/RJ, Data: 30/08/2019. Disponible en: <<http://portalclubedeengenharia.org.br/2019/08/30/consequencias-economicas-da-operacao-lava-jato/>>.

COSTA, Diogo. *Junho de 2013*. p. 97-105. In: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; QUARESMA TONELLI, M. L. & RAMOS FILHO, W. (coord.); CARAMURU TELES, B. (org.) (2017). *Enciclopédia do golpe*. Vol. I. Canal 6 Editora: Bauru, SP, Brasil.

EFE, Agencia. *Procurador acusa Lula de ser "comandante máximo" da corrupção na Petrobras*. EFE, Rio de Janeiro, 14 set 2016. Disponible en: <<https://www.efe.com/efe/brasil/brasil/procurador-acusa-lula-de-ser-comandante-maximo-da-corrup-o-na-petrobras/50000239-3040403>>.

EL PAÍS, Brasil. *Lava Jato faz denúncia ousada e acusa Lula de ser chefe da "propinocracia"*. Brasília, 14/09/2016. Disponible en <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/14/politica/1473885781_336741.html>

ESTADÃO. *Sonhos interrompidos pela Lava Jato, 2019*. Infograficos. Disponible en: <<https://infograficos.estadao.com.br/economia/sonhos-interrompidos-lava-jato-estaleiro-bahia/>>.

FOLHA, de São Paulo. *Sob polêmica, EUA reativam sua Quarta Frota*. índice geral/Mundo. Por Sérgio Dávila. São Paulo/SP, 13 de julho de 2008. Disponible en: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1307200801.htm>>.

FOLHA, de São Paulo. *Petroleiras foram contra novas regras para pré-sal, 2010*. Jornal Online. Disponible en: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1312201002.htm>>.

FOLHA, de São Paulo. *Artistas e intelectuais brasileiros lançam carta contra o impeachment*. São Paulo/SP, 28/08/2016. Disponible en: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1807955-artistas-e-intelectuais-brasileiros-lancam-carta-contra-o-impeachment.shtml>>.

FREITAS, Ilton. *Guerra híbrida contra o Brasil: golpe "legal", a prisão de Lula, fascismo e entreguismo*. Sul21, 10/05/2019. <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/05/guerra-hibrida-contra-o-brasil-golpe-legal-a-prisao-de-lula-fascismo-e-entreguismo-por-ilton-freitas/>>.

G1, Globo. *Lula era o 'comandante máximo' do esquema da Lava Jato, diz MPF (2016-a)*. De G1 PR, da GloboNews e da RPC, 14/09/2016, atualizado 17/09/2016. Disponible en: <<http://g1.globo.com/>>

pr/parana/noticia/2016/09/mpf-denuncia-lula-marisa-e-mais-seis-na-operacao-lava-jato.html>.

G1, Globo. *OEA pede ao Brasil explicações sobre processo de impeachment de Dilma (2016-b)*. Do G1, em Brasília, 18/08/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/oea-pede-ao-brasil-explicacoes-sobre-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>.

G1. *Jair Bolsonaro é eleito presidente com 57,8 milhões de votos*. Eleições 2018. Presidente. Brasília, Data 29/10/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>>.

G1. *4 anos após se ver envolvida na Lava Jato, Odebrecht perdeu cerca de 80% do quadro de funcionários*. Economia. Por Karina Trevizan, Data: 17/06/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/17/4-anos-apos-se-ver-envolvida-nas-denuncias-da-lava-jato-odebrecht-perdeu-cerca-de-80percent-do-quadro-de-funcionarios.ghtml>>.

GOVERNO DO BRASIL. *Sanção presidencial confirma recursos do pré-sal para educação e saúde*. Presidência da República. Secretaria de Governo. Início, Relações Institucionais, Conteúdo, Notícias. Publicado 09/09/2013 - Atualizado 16/09/2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/relacoes-institucionais/conteudo/noticias/sancao-presidencial-confirma-recursos-do-pre-sal-para-educacao-e-saude>>.

HAILER, Marcelo. *Marcha da Família com Deus reúne cerca de 300 pessoas no centro de São Paulo*. Revista Fórum, 22/03/2014. <<https://www.revistaforum.com.br/marcha-da-familia-com-deus-reune-cerca-de-300-pessoas-centro-de-sao-paulo/>>.

JARDIM, Afranio Silva. *Lava Lato*. p. 106-118. In: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; QUARESMA TONELLI, M. L.; RAMOS FILHO, W. (coord.); CARAMURU TELES, B. (org.) (2017). *Enciclopédia do golpe*. Vol. I. Canal 6 Editora: Bauru, SP, Brasil, 2017.

JARDIM PINTO, Céli Regina. *A Trajetória Discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015)*. Revista Lua Nova, n. 100, p. 119-153, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00119.pdf>>.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo [orgs.]. *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Ed. Boitempo: São Paulo, SP, Brasil, 2016.

JUNGSMANN, Mariana. *Senado aprova projeto de Serra que muda regras do pré-sal*. Agência Brasil, 24/02/2016. <agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-02/senado-aprova-projeto-que-elimina-obrigacao-da-petrobras-de-explorar-o-pre>.

KORYBKO, Andrew. *Guerra híbrida: das revoluções coloridas aos golpes*. Ed. Expressão Popular Ltda: São Paulo, SP, Brasil, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Armações Internacionais*. p. 17-24. In: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; QUARESMA TONELLI, M. L.; RAMOS FILHO, W. (coord.); CARAMURU TELES, B. (org.). *Enciclopédia do golpe*. Vol. I. Canal 6 Editora: Bauru, SP, Brasil, 2017.

MOREIRA LEITE, Paulo. *A Outra História da Lava-jato*. Ed. Geração: São Paulo, SP, Brasil, 2015.

MORO, Sergio. *Considerações sobre a Operação Mani Pulite*. Revista CEJ. nº 26, p. 56-62, jul./set. 2004. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>>.

MPF. *Caso Lava Jato*. Grandes Casos (2019-a). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>>

MPF. 10 Medidas contra a Corrupção. Página Inicial; Apresentação; Histórico (2019-b). Disponível em: <<http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/apresentacao/historico>>.

MPL. *Movimento Passe Livre-MPL*. Red Social: Facebook (2019). Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/MovimentoPasseLivrempl/about/?ref=page_internal>.

MULLER, Bruno Raphael. *Estudantes pela liberdade desafia hegemonia da esquerda*. Revista Gazeta do Povo, Educação. Publicado em 22/06/2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-pela-liberdade-desafia-hegemonia-da-esquerda-9qk7kw1vsghnu6ulrnup1s6kq/>>.

O GLOBO. *Prêmio Faz Diferença presta homenagem aos destaques de 2014 em 17 categorias*. Data: 18/03/2015, Atualizado em 19/03/2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/premio-faz>>

diferenca-presta-homenagem-aos-destaques-de-2014-em-17-categorias-15635824>.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, RJ., Brasil, 2007.

PINHEIRO MACHADO, Marcos Antonio. *Pré-Sal: a saga - A história de uma das maiores descobertas mundiais de petróleo*. Ed. L&MP. Porto Alegre, RS, Brasil, 2018.

RODRIGUES, Fania. *A Nova Direita*. *Revista Caros Amigos*. Ano XIX, no 229/2016. Reportagem.

ROMANO SCHUTTE, Giorgio. *O Novo Desenvolvimentismo e os Desafios do Pré-Sal*. *Revista Nova Sociedade*, 2013. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3965_1.pdf>.

ROMANO SCHUTTE, Giorgio. *Crise: pré-sal, Irã e juros azedaram relação com EUA, diz professor da UFABC*. *Portal da CUT, Central Única dos Trabalhadores Brasil*, 2015. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/pre-sal-ira-e-juros-azedaram-relacao-com-eua-diz-professor-085f/>>.

SENADO FEDERAL. *Denúncia por Crime de Responsabilidade nº 1º: Laudo Pericial*. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/27/laudo-da-junta-pericial>>.

SKINNER, Marta. *Projeto Neoliberal*. p. 210-227. In: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; QUARESMA TONELLI, M. L.; RAMOS FILHO, W. (coord.); CARAMURU TELES, B. (org.). *Enciclopédia do golpe*. Vol. I. Canal 6 Editora: Bauru, SP, Brasil, 2017.

SOLANO, Esther. *Crise da Democracia e Extremismos de Direita*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Análise Nº 42, 2018. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>>

STF. *Súmula no 556*. Supremo Tribunal Federal / Jurisprudência / Aplicação das Súmulas no STF / Súmula no 556, 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarias/mulas.asp?sumula=2793&termo=>>>.

TONELLI, Maria Luiza Quaresma. *Judicialização da Política*. p. 87-96. In: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; QUARESMA TONELLI, M.

L.; RAMOS FILHO, W. (coord.); CARAMURU TELES, B. (org.). *Enciclopédia do golpe*. Vol. I. Canal 6 Editora: Bauru, SP, Brasil, 2017.

TSE. *Estatísticas de Resultados: Resultado da eleição*, (2019-a). Eleições 2010, Serviços ao eleitor, Estatísticas TSE, Estatísticas de Resultados, Resultado da eleição. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas>>.

TSE. *Resultado da Eleição - 2º turno* (2019-b). Eleições; Eleições anteriores; Eleições 2002; Candidaturas, votação e resultados-Eleições 2002; Resultado da eleição 2002. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>>.

UNITED STATES NAVY, Official Website. *Navy Reestablishes U.S. 4th Fleet. Story*. Number: NNS080424-13; Release Date: 4/24/2008 3:32:00 PM. By Mass Communication Specialist 3rd Class Alan Gragg, U.S. Naval Forces Southern Command Public Affairs, 2008. Disponível em: <https://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606>.

VIGA GAIER, Rodrigo; SAVARESE, Maurício. *Roubo de dados da Petrobras foi espionagem, diz PF*. Reuters, 19/02/2008. <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRN1927114020080219>>.

WIKILEAKS. *Rio's Oil Players React to Speculation on Pre-Salt Regulations*, (2009-a). Wikileaks, documentos vazados de las conversas diplomáticas entre la embajada americana en Brasil y Washington. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO288_a.html>.

WIKILEAKS. *Brazil: Illicit Finance Conference uses the "T" Word, Successfully*, (2009-b). Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html>.

WIKILEAKS. *Can the Oil Industry beat back the Pre-Salt Law?*, (2009-c). Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html>.

YERGIN, Daniel. *A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno*. Ed. Intrínseca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2014.

13. O sentido da gestão da violência no Haiti: direita ou esquerda?

Loudmia Amicia Pierre Louis e
Wendy Ledix

Introdução

Abordar o Haiti significa experienciar dois sentimentos contraditórios, porém interligados: desespero e encantamento. O primeiro se manifesta na análise das estatísticas sociais e econômicas, nas práticas violentas do Estado, no mergulho na insustentável crueza do cotidiano da grande maioria de seu povo, ou ainda na análise das relações promíscuas mantidas com alguns parceiros internacionais que causam um clima transtornado. O segundo mantém presente na nossa memória afetiva, entre outros, a história da Revolução de 1791 que fez do país o berço dos Direitos Humanos fundamentais da Modernidade.

Como pesquisadores haitianos e imigrantes no Brasil, esses sentimentos são constantemente aguçados conforme situações determinadas. Nos encontramos na posição de pensar este país, mantendo e reforçando os laços afetivos e contribuindo com a produção de conhecimentos científicos que fogem dos estereótipos que geralmente lhe são atribuídos. No entanto, faz-se necessário explicitar que este texto se trata de uma tentativa de contribuir com a reflexão sobre a realidade haitiana, especificamente acerca das complexas formas de violências de Estado que marcam o tecido social do país. Acompanhando de perto o cenário evolutivo da política no Haiti, é possível deduzir que ela não atende sequer à essência da sua existência e os partidos políticos, muito menos.

Os partidos políticos no Haiti, desde sempre, são identificados como sendo organizações sociais desvinculadas das exigências

sociais dos grupos mais desafortunados e geralmente não têm programas políticos definidos e as ideologias políticas – esquerda e direita – que defendem são as mais incertas. Inclusive, as mudanças de um membro de um determinado partido eleito para outro, muitas vezes com ideologias opostas, são constantes. Aliás, muitos dos partidos políticos são formados às vésperas das eleições e se fazem presentes na vida pública somente nas ocasiões das votações (ADRIEN et al., 2018; HURBON; GILLES, 2014). Assim, no espaço público haitiano, os governos não se posicionam abertamente como sendo de esquerda ou de direita. O que torna difícil identificar os seus reais planos políticos. Mas é possível observar nas suas práticas qual posicionamento ideológico e político defendem.

Vemos no nosso tempo o surgimento ou ressurgimento de muitas oposições que estruturam o debate de ideias além da divisão esquerda/direita. No entanto, apesar do discurso direito-esquerdista ter aparecido com o posicionamento dos jacobinos, à esquerda, e dos girondinos, à direita, na assembleia francesa ainda no século XVIII, ele permanece permeando nossa organização sócio-política atual. E pela herança colonial, a América Latina e o Caribe se apropriaram dessa ideia, transformando-a em uma luta constante pelo poder e uma geradora de violência de todas as espécies.

Os estudos teóricos sobre as ideologias políticas são muitos e bem consolidados (BOBBIO, 2001; SANTOS, 2016), portanto, neste artigo, não pretendemos entrar nesse debate, apenas apontar brevemente que entendemos que a “esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder; e a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de grupos já devidamente representados nas esferas de poder” (SILVA, 2014, p. 156). Assim, os partidos de esquerda são aqueles que têm programas sociais, econômicos e políticos voltados aos diferentes grupos historicamente subalternizados em busca de justiça social e combate às desigualdades. Os partidos de direita, por sua vez, tendem a propor programas que costumam agravar as desigualdades sociais. Já, “a extrema-direita está se distinguindo

do restante por um ódio cabal aos direitos humanos” (RIBEIRO, 2015), por ter discursos que popularizam a violência em todos os campos da vida social.

Nesse sentido, podemos indagar: quando foi a última vez que a esquerda governou o Haiti – se é que já governou? E a direita? Nesse trabalho partimos do pressuposto de que, apesar de existirem no país, partidos políticos de tendências esquerdistas, nenhum deles conseguiu de fato ocupar o poder e que os últimos governos, sobretudo, desde o regime dos Duvalier (1957 - 1986), têm sido de direita e têm feito uso da máquina estatal para manter a violência sobre várias formas no país. Pretendemos, assim, iniciar nossa reflexão partindo da análise do período ditatorial dos Duvalier - porque não se pode deixar de considerar este período histórico, no qual as dimensões políticas de esquerda-direita começaram a ter visibilidade social – até a atualidade, passando pelo assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021. Mas antes disso é importante que apontemos alguns aspectos históricos estruturais que marcaram a história política nacional, caracterizando seus partidos políticos e apontar as várias formas de violência que perpetuam e assim problematizar o reflexo dessas violências na saúde pública no país e na fuga dos haitianos para o exterior.

Diante o exposto, surge a problemática deste trabalho: Como os partidos políticos se identificam e se organizam no Haiti? Como as formas de governar impactam o direito de viver ou o direito à vida no país?

Um breve olhar sobre os partidos políticos no Haiti e o regime de extrema-direita dos Duvalier

A partir dos anos de 1870, no Haiti, surgiram os primeiros partidos políticos que disputavam o poder, colocando fim à era política dominada pelos generais do exército. Nos referimos ao *Parti Libéral* e o *Parti National*. Apesar dos dois terem como membros tanto homens negros quanto mestiços, o partido *Libéral* era majoritariamente formado por mestiços e tinha como lema “o

poder aos mais capazes” contra o lema do Partido *National* “o poder à maioria”, formado sobretudo por homens negros. Assim, tendo no seu seio importantes intelectuais e ideólogos como Anténor Firmin¹, o Partido *Libéral* pretendia defender, entre outros pontos, o princípio da primazia do poder civil sobre o poder militar e do poder legislativo sobre o poder executivo; os princípios de primazia e rigor nos impostos e nas finanças públicas e a industrialização. O *National* argumentava ser a favor de um executivo forte, um nacionalismo negro e da agricultura (ADRIEN et al., 2018; HURBON; GILLES, 2014; MANIGAT, 2010).

No entanto, de forma geral, esses dois partidos se enfrentavam, sobretudo, em torno da questão da cor e não conseguiram se consolidar no espaço público, criando fortes laços sociais. Sua atuação se dava sobretudo na capital e em algumas das outras principais cidades do país, deixando de lado o mundo rural, que constituía, na época, cerca de 85% da população (HURBON; GILLES, 2014). Como apontam Pascal Adrien e colaboradores (2018, p. 36. Tradução nossa²), “Sem bases sociais reais na população para carregar seus valores, esses partidos serviram apenas para representar os interesses dos dois ramos da oligarquia nacional que se chocam em torno da questão da cor”. E ainda, é possível observar, na atualidade, essas questões na organização política no Haiti. As atividades desses dois primeiros partidos foram efêmeras. Até o final dos anos de 1880, nenhum dos dois existia. Os membros do *Parti Libéral* foram todos praticamente assinados pelo governo em exercício, proveniente do *Parti National*,

¹ Joseph Auguste Anténor Firmin (1850 - 1911) foi um importante intelectual haitiano e da luta pela igualdade racial. Entre suas obras mais importantes está “*De l'Égalité des races Humaines*”, publicado em 1885 e apresentado à *Société d'Anthropologie de Paris*, da qual era membro. Nesse livro refuta as principais ideias antropológicas da época defendidas entre outros por Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) de que as “raças humanas” são biologicamente desiguais.

² Sans bases sociales réelles dans la population pour porter ces valeurs, ces partis n'ont servi qu'à représenter les intérêts des deux branches de l'oligarchie nationale s'affrontant autour de la question de couleur. (Texto original em francês).

e não tendo mais nenhum rival político, este deixou de funcionar (HURBON; GILLES, 2014, p. 38).

Com a ocupação militar estadunidense entre 1915 e 1934, vários movimentos sociais, políticos e literários voltados ao pensamento nacionalista surgiram³ como formas de resistência à ocupação militar estrangeira. Alguns dos partidos políticos desse período foram, a *Union patriotique*, o *Parti Communiste Haïtien* (PCH) criado em 1934 por Jacques Roumain⁴ e o *Parti Socialiste Populaire* (PSP), já no fim da ocupação, em 1946. Estes dois partidos criticaram a apropriação política das relações raciais pelos governos em detrimento das questões de classe, por exemplo, que dificulta tratar da exclusão social e da redistribuição da riqueza nacional. Também esses partidos previam a conscientização dos interesses de classe entre as diferentes camadas do proletariado nacional, para enfrentar o imperialismo estadunidense junto com a plutocracia haitiana (ROUMAIN 1934; HURBON; GILLES; MIDY, 2014). No entanto, com o tempo, os partidos de esquerda se voltaram não tanto para o proletariado, numericamente frágil no país, mas para a população do mundo rural, criando partidos políticos como o *Tèt kole; Ti peyizan; Rasin kanpèp* que atuam em conformidade com movimentos sociais camponeses.

³ Um importante movimento literário foi o Indigenista. Esse movimento se deu em torno da *Revue indigène*, entre 1927 e 1934, criada, entre outros, por Jean-Price Mars. Esse movimento buscava lutar contra o imperialismo cultural estadunidense e refletir sobre o nacionalismo cultural. O indígena faz referência, nesse contexto, ao haitiano nato e a seus valores de raiz afro.

⁴ Aqui vale uma nota, pois, Jacques Roumain (1907-1944) foi um importante intelectual haitiano conhecido pela sua participação ativa na vida política e cultural do país. Sua obra mais conhecida é, “Senhores do Orvalho” (1944), primeira obra literária haitiana a ser traduzida e publicada no Brasil em 1954, com o título “Donos do Orvalho” pela Editorial Vitória, editora vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), na época. Uma nova edição foi publicada em 2020 pela editora Carambaia. Jean-Price Mars, publicou “*Ainsi parla l’oncle*”, obra antropológica que marca o movimento indigenista no Haiti. Não tem tradução no Brasil, mas tem em espanhol “*Así habló el tío*” pela editora Casa de las Américas, em 1968.

Durante o regime duvalierista, esses partidos como outros foram proibidos, seus principais representantes foram perseguidos e tiveram que trabalhar na clandestinidade quando não deixavam de funcionar com o assassinato ou exílio de seus membros (HURBON, 2014). No entanto, a partir dos anos de 1960 vários partidos políticos - como o *Parti Populaire de Libération Nationale* (PPLN), o *Parti d'Entente Populaire* (PEP), o *Parti Unifié des Démocrates Haïtiens* (PUDHA), que se juntaram para dar lugar ao *Parti Unifié des Communistes Haïtiens* (PUCH) - e movimentos sociais de tendências marxista, socialista e comunista se formaram e enfrentaram abertamente a ditadura. Eram influenciados por eventos históricos revolucionários do período como a Revolução Cubana, os movimentos independentistas africanos e asiáticos e de certas ilhas do Caribe, por exemplo.

É possível, também, segundo Adrien e colaboradores (2018), identificar partidos social-democratas no Haiti, como a *Organisation du Peuple en Lutte* (OPL) e o *Parti Fusion des Sociaux-Démocrates*. O OPL foi formado a partir da junção de partidos que eram antes comunistas, socialistas democráticas, democratas como o *Parti National du Congrès des Mouvements Démocratiques* (CONACOM), de *Haïti kapab* e o *Parti Nationaliste Progressiste Révolutionnaire Haïtien* (PANPRA), este fazia parte da internacional socialista. Mas, apesar de sua presença ativa, em alguns setores mais do que em outros, quase nenhum partido político de esquerda ou de centro-esquerda conseguiu investir em órgãos estatais. “indivíduos isolados, identificados com a esquerda, conseguiram chegar ao poder, mas sem conseguir fazer um governo de orientação progressista e muito menos iniciar uma transformação da sociedade” (ADRIEN, et al., 2018, p, 16. Tradução nossa⁵). Afinal, os partidos políticos de esquerda, sob bandeiras comunistas e socialistas foram violentamente perseguidos durante a ditadura,

⁵ Des individus isolés, identifiés à gauche, ont pu parvenir au pouvoir, mais sans pour autant pouvoir porter un gouvernement à prendre une orientation progressiste et encore moins à engager une transformation de la société. (Texto original em francês).

as organizações sindicais de vários grupos de trabalhadores foram proibidas, dificultando a organização da classe proletária no país.

Na centro-esquerda, a democracia cristã se organizava em diversos partidos: o *Parti Social-chrétien Haïtien* (PSCH), o *Mouvement Chrétien National* (MOCHRENA), o *Parti Démocrate-chrétien Haïtien* (PDCH) e o *Rassemblement des Démocrates Nationaux Progressistes* (RDNP). O líder do RDNP, Leslie François Manigat, foi o primeiro presidente eleito após a ditadura em 1988, mas sofreu um Golpe de Estado pelos militares e ficou no poder entre fevereiro e junho deste ano. Disputou e perdeu a Presidência em 2006 e sua esposa, Mirlande Manigat, em 2011 se candidatou e não ganhou.

Entre os partidos de direita, podemos destacar o *Parti Agricole Industriel National* (PAIN), identificado à oligarquia agrícola, o *Mouvement pour l'Instauration de la Démocratie en Haïti* (MIDH), apoiado por instituições internacionais de ajuda ao desenvolvimento e organizados em torno da oligarquia empresarial e parte da classe média. Podemos a partir daí falar da extrema-direita representada pelo *Parti de l'Unité Nationale* (PUN) do regime ditatorial dos Duvalier – ainda existente –, e dos governos militares que o sucederam durante o período de transição (ADRIEN et al., 2018; HURBON; GILLES, 2014).

O governo vitalício e hereditário de François Duvalier (1957-1971) e de seu filho, Jean-Claude Duvalier (1971-1986), com traços de poder absoluto, submetia toda a gestão da vida nacional haitiana à violência que se alastrava cada vez mais, para garantir a segurança dos ditadores e a manutenção do poder. De fato, se os governos que antecederam aos Duvalier também fizeram farto uso da violência contra a população nacional, com os Duvalier, a violência estatal alcançou um nível sem precedentes (NASCIMENTO, 2011; VOLTAIRE, 2015; HURBON, 1979, 1989; PIERRE-CHARLES, 1973). O terror, como enfatizam vários estudiosos do período, se tornou estrutural. Um “terror que [ainda] traumatiza a população, paralisa a vontade, perturba a consciência e prostitui a personalidade” (PIERRE-CHARLES, 1973, p. 76.

Tradução nossa⁶). Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 81), lembra que a violência praticada pela direita, no nosso caso, pela extrema-direita consiste na “manipulação do medo de modo a eliminar a esperança”.

O “fascismo crioulo” dos Duvalier, caracterizado pela junção de um nacionalismo exacerbado, do totalitarismo, do anticomunismo e da antidemocracia, girava em torno da ideologia política dos *noiristes*⁷, de uma suposta defesa da raça negra e teve como consequência uma das ditaduras mais longas e violentas da região (PIERRE-CHARLES, 1973; PALISSE, 2014; HURBON, 1979). O autor Gérard Pierre-Charles (1973, p. 132-134), usa a noção de fascismo crioulo para se referir ao fascismo que, apesar de se inspirar nos modelos europeus, se distingue deles por ser uma opressão praticada em nações que foram colônias, do terceiro mundo e que têm uma economia dependente e são dominadas pelo imperialismo mundial, sobretudo estadunidense que apoia seu

⁶ terreur qui traumatise la population, paralyse les volontés, perturbe les consciences et prostitue la personnalité (Texto original em francês).

⁷ Adepto do movimento indigenista, mas sendo especificamente um *noiriste*, François Duvalier, com a roupagem da ciência, fizera uso de um discurso que validasse seus ideais baseados no essencialismo racial como doutrina nacional. A questão da cor, cara à opinião pública foi trazida de novo ao cenário político como central. A identidade haitiana foi cada vez mais relacionada a um nacionalismo racial, do homem negro, como o autêntico patriota. Os *noiristes* enfatizaram nos seus discursos a defesa explícita do poder entre as mãos de homens negros como solução aos problemas sociais; contestam a hegemonia política e econômica dos mestiços, e apontam para uma “reabilitação” dos valores culturais de raiz afro, como o vodu e a língua crioula. Captando o imaginário popular e fazendo uso de uma interpretação tradicional mágico-religiosa do poder político pelas classes exploradas juntamente com o uso da ideologia colorista, François Duvalier teve grande apoio popular. Seduziu tanto a classe popular que via a possibilidade de mudanças profundas como a classe média negra com sede de poder político. Ou seja, o regime não apenas fez uso do poder de fogo para se manter, mas fez uso também e sobretudo do poder ideológico. Cf. PALISSE, 2014; HURBON, 1979, 1987 e BÉCHACQ, Dimitri. L’ethnologie et les troupes folkloriques haïtiennes. Politique culturelle, tourisme et émigration (1941-1986). In: BYRON, Jhon Picard (Dir.). *Production du savoir et construction sociale. L’ethnologie en Haïti*. Presses de l’UEH; Presses de l’ULaval: 2014. p.123-152.

fascismo. Fora essa diferença marcada pela hegemonia do capitalismo, o fascismo crioulo teria importantes pontos em comum com os modelos europeus: “a) contexto de crise socioeconômica e política e medo do comunismo ou da revolução; b) forma de organização e poder político – corporativismo, colaboração de classes antijuridistas, hipertrofia da polícia política; c) ideologia inspirada no nacionalismo, elitismo, culto à raça...” (PIERRE-CHARLES, 1973, p. 133. Tradução nossa⁸).

E no caso dos Duvalier, essas características são perceptíveis, além de que François Duvalier, nas suas supostas buscas de reabilitação da raça e da cultura negra, se referia nos seus discursos e publicações a figuras como Hitler, Gobineau e Alfred Rosenberg (PIERRE-CHARLES, 1973; HURBON, 1979). Os Duvalier se apropriaram de símbolos caros à memória nacional com vistas a construir uma imagem de si como nacionalista e patriota. Tratava-se, de fato, de uma retórica, narrativa que deslocava elementos da memória social e da identidade popular, resignificando-os e destituindo-os de seus sentidos de resistência. Pois, enquanto os Duvalier defendiam uma “reabilitação” do homem negro cultural e economicamente, incluindo nos seus discursos a realidade campesina, deixavam:

(...) intactas as estruturas sociais e o funcionamento tradicional da economia como uma economia dominada pelo imperialismo americano [...] [conseguiram], portanto, por um lado, camuflar os interesses da burguesia, dos grandes proprietários e dos capitalistas estrangeiros, e por outro lado, desviar “a classe média” (cujos interesses ele afirma ser o garante) para ideais mistificados: raça, cultura, elitismo, o grande “líder” negro (HURBON, 1979, p. 97-98. Tradução nossa⁹).

⁸ a) contexte de crise socio-économique et politique et crainte du communisme ou de la révolution ; b) forme d'organisation et de pouvoir politique - corporativiste, collaboration de classes anti-juridisme, hypertrophie de la police politique; c) idéologie inspirée du nationalisme, de l'élitisme, du culte de la race... (Texto original em francês).

⁹ Le discours duvaliériste, en laissant intacts les structures sociales et le fonctionnement traditionnel de l'économie comme économie dominée par l'impérialisme américain [...] va donc d'une part camoufler les intérêts de la

Assim, as políticas econômica, educacional e cultural aplicadas por esse regime ditatorial não trouxeram soluções reais e duráveis à questão social no país. No entanto, soube institucionalizar a violência física e simbólica do Estado por meio dos *tonton-macoutes*. Esses “Voluntários da Segurança Nacional”, apresentados à nação como uma “força de dissuasão” pelo próprio ditador, era, segundo ele, uma “entidade que tem só uma alma: Duvalier; conhece somente um chefe: Duvalier; luta para um único destino: Duvalier no poder” (DUVALIER, 1969 apud HURBON, 1987, p. 13. Tradução nossa¹⁰). De fato, esse corpo de 40 mil homens era o principal – mas não o único – instrumento de repressão institucionalizado e utilizado pelos Duvalier contra seus opositores reais e/ou imaginários¹¹.

Qualquer um podia ser um anti-duvalierista como também qualquer um podia ser um *tonton-macoute* sem que seus mais próximos soubessem. E, as relações familiares ou de amizade não salvavam ninguém do terror do *macoutismo*. Assim, com os Duvalier, como aponta Hurbon (1987, p. 20), o paradigma da desconfiança se estabelece afetando os vínculos afetivos, de solidariedade, dificultando as articulações contra o governo que progressivamente se tornaram frágeis, “pois ninguém sabe em que momento um membro [próximo] deterá um crachá de *tonton-macoute*”. Os camponeses que sempre sofreram do desprezo do Estado, continuaram sendo os mais marginalizados, ilegalmente expropriados, vendidos como escravos, cortadores de cana-de-

bourgeoisie, des grands propriétaires et des capitalistes étrangers, et d'autre part détourner «la classe moyenne» (dont il prétend être le garant des intérêts) vers des idéaux mystifiés: la race, la culture, l'élitisme, le grand «leader» noir (Texto original em francês).

¹⁰ “ce corps n’a qu’une seule âme: Duvalier, ne connaît qu’un seul chef: Duvalier, ne lutte que pour un seul destin: Duvalier au pouvoir” (Texto original em francês).

¹¹ Os ditadores faziam uso de outras forças de repressão estatal como uma versão feminina dos *tonton-macoutes* as *Fillettes Lalo*, as Forças Armadas Haitianas (FADH), o Corpo dos Leopardos, a Guarda Presidencial, a Polícia Militar e também a Polícia Rural Cf. PIERRE-CHARLES, 1973 e AMNESTY INTERNATIONAL. *On ne peut pas tuer la vérité*. Le dossier Jean-Claude Duvalier.

açúcar, na República Dominicana (HURBON, 1987; PIERRE-CHARLES, 1973). Era como se o espectro do Estado escravagista não parasse de atormentar o país, embora a escravidão tenha sido abolida desde 1804.

De forma geral, o regime militar, com uma política econômica neoliberal e conservadora totalmente voltado aos interesses imperialistas estadunidense e da burguesia, interferiu na produção agrícola do país, no turismo e nas indústrias, levou ao exílio, à emigração da população, ao seu assassinato, à tortura, a permanência e deterioração das desigualdades sociais no país. Ou seja, manteve uma prática da violência física e simbólica. Afortunadamente, esse longo período de 29 anos, em decorrência de uma forte e coordenada mobilização popular, teve fim e um outro cenário, a partir do final dos anos de 1980, abrir-se-ia.

Na manhã de 7 de fevereiro, um enorme grito de alegria foi ouvido nos quatro cantos do país. Em Porto Príncipe, todas as categorias sociais, tanto homens quanto mulheres, se espalham como uma onda entorno do palácio presidencial. A imprensa estrangeira se surpreende da fúria com que o povo caçava os *macoutes*. Alguns são apedrejados, outros são queimados vivos. Suas casas são saqueadas e queimadas. A velocidade com que os *macoutes* são identificados mostra o quanto a raiva popular era contida anteriormente (HURBON, 1987, p. 17. Tradução nossa)¹².

Contudo, a queda dos Duvalier na manhã do dia 07 de fevereiro de 1986, de modo desesperado, cedeu lugar a uma transição extensa, fazendo ressurgir as contradições, então renovadas, que atravessam a sociedade haitiana. Se o regime duvalierista teve fim, o sistema implantado por eles não foi estruturalmente modificado, o que acarretou a continuação de

¹² Au matin du 7 février, un immense cri de joie est entendu aux quatre coins du pays. À Port-au-Prince, toutes catégories sociales confondues, hommes et femmes, déferlent autour du palais présidentiel. La presse étrangère est surprise par la rage avec laquelle le peuple traque les macoutes. Certains sont lapidés, d'autres brûlés vifs. Leurs maisons sont pillées et incendiées. La rapidité avec laquelle des macoutes sont repérés démontre jusqu'à quel point la colère populaire se contenait auparavant (Texto original em francês).

práticas de violações dos direitos sociais, civis e políticos da população haitiana.

A situação política pós-ditadura

O fim dos Duvalier, no Haiti, não significou o fim da ditadura. Apesar do *boom* no surgimento de movimentos sociais, de novos partidos políticos e do reforço dos já criados, entre 1986-1988 e 1991-1994, o país foi dirigido por governos militares igualmente violentos e antidemocráticos. Vários golpes de Estado ocorreram e derrubaram, por exemplo, o primeiro presidente democraticamente eleito, Leslie François Manigat, em 1988, após mais de 30 anos sem eleições nacionais. Talvez o caso mais conhecido e emblemático desse período pós-duvalierismo seja o de Jean-Bertrand Aristide, eleito em 1991. Sem pertencer a nenhum partido político, o ex-padre salesiano ligado à Teologia da Libertação foi amplamente apoiado pelo partido esquerdista *Front National de Concertation et de Démocratie* (FNCD), no entanto, uma vez no poder criou seu próprio partido, Lavalas (HURBON, 2014). Aristide sofreu vários golpes militares e não pôde governar e concluir seus dois mandatos normalmente, que se estenderiam de 1991 a 1995 e de 2001 a 2005.

A chegada de Aristide no poder foi amplamente apoiada e celebrada pela esquerda e os grupos populares que viam nele a oportunidade de mudanças estruturais que pudessem garantir a democracia e combater as desigualdades sociais mediante a reforma agrária, a melhora do sistema de saúde e de educação, por exemplo. Enquanto Aristide representava esperanças para o povo, para a elite econômica e política, era uma ameaça e foi impedido de governar. Contudo, as políticas neoliberais ditadas pela comunidade internacional levaram o presidente a romper com suas promessas eleitorais e propor um governo de frente ampla com “conservadores alinhados com os EUA e dialogando com camponeses e a esquerda haitiana para aceitarem a política de ajuste econômico que ditava o FMI” (ANDRADE, 2021, p. 3). E

assim “mante[ve] todos os antigos compromissos e programas de ajuste estrutural do Banco Mundial, com seus conhecidos cortes de gastos sociais, visando ampliar a liberalização da economia e dar mais facilidades aos empresários (ANDRADE, 2021, p. 2) e por isso foi bastante criticada pelas suas bases de apoio, o setor popular.

Assim, apesar de se observar um importante avanço democrático, referente ao acesso à cidadania no país, os dois governos fragmentados de Aristide, sobretudo o primeiro, poderiam ter se transformado em uma alavanca poderosa para avançar na construção de uma nação democrática e menos desigual, mas falharam, pois para se manter no poder, Aristide também passou a fazer uso da violência armada (CASTOR, 2012; ANDRADE, 2021; MARTÍNEZ, 2008).

O poder Lavalas quis destruir o antigo, mas não conseguiu construir o novo. O modelo híbrido da democracia representativa enxertado no duvalierismo não consegue funcionar devido ao seu enredamento em suas próprias contradições e, acima de tudo, o choque com os avanços da consciência cidadã da população e pela transparência exigida na evolução do mundo internacional. Um Estado autoritário opera com mais ou menos força e nuances e, adaptando-se às novas realidades nacionais ou internacionais, enriquece seu modo de operação com novos instrumentos [...] (CASTOR, 2012, p. 40).

Os diferentes movimentos sociais que foram determinantes para o novo momento da vida política nacional passaram a ser assombrados por gangues, pelas políticas neoliberais e pela intervenção estrangeira. Inquirir em 1995 as Forças Armadas do Haiti e criar em seu lugar a Polícia Nacional Haitiana, mantendo diálogos com movimentos esquerdistas internacionais como o reconhecimento do governo de Cuba, reprimiu movimentos de camponeses e opositores e favoreceu políticas de ajuste neoliberais. O novo momento político que seria aparentemente dirigido por um governo de esquerda respaldado por movimentos populares foi burlado (ANDRADE, 2021; MARTÍNEZ, 2008).

A violência praticada contra o povo se deu também a partir de várias medidas tomadas por organizações como a Organização

das Nações Unidas (ONU), que, supostamente, para defender a nascente democracia haitiana, impôs um embargo entre 1991 e 1994 ao país; o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial suspenderam os recursos aos pequenos agricultores, ao sistema educativo e à saúde. Enquanto isso, a nação teve que pagar com juros extremamente altos a dívida externa adquirida durante os Duvalier em empréstimos amigavelmente outorgados pelos bancos internacionais aos ditadores corruptos (SASSEN, 2010). Sendo um país de economia frágil e totalmente dependente, essas medidas aprofundaram a desigualdade social, agravando a situação econômica do país (HERBST, 2013). Autores como Saskia Sassen (2010), inclusive avançam com a hipótese de que essas medidas foram cuidadosamente tomadas para barrar o governo de Aristide que se dizia ser de esquerda e suas possíveis políticas públicas no país.

Contudo, sendo as dificuldades enfrentadas no país de ordem econômica e social, desde 1993, de forma fragmentada, o país foi ocupado militarmente por países estrangeiros, para “manter a paz” e a proteção dos Direitos Humanos dos haitianos¹³ (MEUDEEC, 2007; HERBST, 2013; GOMES MARTINS, 2019). Entre as missões mais recentes e mais conhecidas está a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que, a pedido do presidente interino Boniface Alexandre, ocupou o país em 2004 com o exílio de Jean-Bertrand Aristide, durou até 2017 e foi liderada pelo Brasil. Ou seja, parte da elite econômica e política nacional haitiana é condescendente com esse tipo de assistência internacional e dependente da tutela externa. Vale também frisar que a MINUSTAH foi instalada com o consentimento da ampla maioria da esquerda latino-americana (representada pelo Foro de São Paulo). Fortaleceu-se ao longo do tempo e ficou por muito

¹³ Entre elas podemos citar a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), 1993-1996; a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), 1996-1997; Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), 1997-1997; Missão da polícia das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), 1997-2000; Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), 2004-2017.

tempo no país mesmo havendo esperança de que sua permanência seria de curta duração, pois, apesar da instabilidade política, o Haiti não se encaixava nos critérios de violência para intervenção (GOMES MARTINS, 2019).

Desde seu primeiro ano de ação, várias organizações e estudos denunciaram as consequências nefastas da missão no país como a violação dos direitos da população civil, não melhorou nenhum dos seus principais objetivos e manteve “o Haiti como uma plataforma geoestratégica estadunidense na América Latina” (GOMES MARTINS, 2019, p. 6; MEUDEC, 2007). Foram denunciadas práticas de ferimento, assassinato, estupro e pedofilia. Entre 2005 e 2006, a violência militar da missão matou, pelo menos, 8 mil pessoas; e houve mais de 2 mil denúncias de abuso sexual e exploração (SILVA, 2017). Outros estudos relacionam à MINUSTAH à epidemia de cólera que deixou, segundo Miguel Borba de Sá (2018), mais de 10 mil mortes e cerca de 1 milhão de infectados aos quais a ONU não se responsabilizou.

Assim, “a imposição da democracia através de intervenções externas, humanitárias e militares constitui um paradoxo prático (e moral pela sua legitimidade)” (BALLESTRIN, 2014, p. 202). Apesar das várias denúncias oriundas da epidemia de cólera, da permanência da instabilidade política e econômica, da violação dos direitos dos haitianos - temas incompatíveis com o *capítulo VII da Carta das Nações Unidas* que sustenta as Operações de Paz - a MINUSTAH criou profundas raízes em solo haitiano (SEITENFUS, 2014). Durou 13 anos no país e foi substituída por outras missões, como a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), de 2017 a 2019 e o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH) de 2019 a atualidade, lideradas pelos Estados Unidos. E atualmente, o governo cogita novamente uma intervenção militar no país, com o assassinato do presidente eleito, Jovenel Moïse (2017-2021).

Não é a primeira vez na história nacional haitiana que o chefe de Estado é assassinado, mas um crime dessa natureza, no período “democrático”, praticado contra o Presidente da República, Jovenel

Moïse em junho de 2021, aponta para a criminalização e a violência do Estado haitiano que não assegura o direito de viver nem sequer de seu chefe de Estado e muito menos a justiça. Pois, há mais de um ano do ocorrido, o seu assassinato continua sendo um mistério.

Jovenel Moïse e Michel Joseph Martelly que foi presidente entre 2011 e 2016, os dois do mesmo partido político, *Parti Haïtien Tèt Kale* (PHTK), de direita, foram acusados pelo Tribunal Superior de Contas do Haiti de desvio de cerca de 2 bilhões de dólares, dinheiro proveniente do programa PetroCaribe¹⁴, destinado a políticas públicas. Além do mais, durante os quase dois últimos anos da sua presidência, Moïse governou por decreto, de forma arbitrária e inconstitucional, depois de ter dissolvido o parlamento por não realizar as eleições. Tinha igualmente proposto um referendo para mudar a Constituição vigente, o que seria inconstitucional (LYON, 2021; EUGÈNE, 2020). Nesse contexto de ataque à democracia, o povo haitiano que também estava sendo violentado por milicianos altamente armados de alguns bairros periféricos da capital, que enfrentava o custo elevado da vida e a pandemia passou a exigir a denúncia do presidente, mas este foi assassinado. E desde então a população continua nas ruas para, ora reclamar das dificuldades da vida, ora pedindo justiça para o defunto, ora juntando todas as demandas cruciais que pudessem

¹⁴ O programa do Petrocaribe, idealizado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez em 2005, é uma aliança entre países caribenhos que compram petróleo da Venezuela em condições preferenciais com o objetivo de favorecer o desenvolvimento dos países da região. O Haiti passou a fazer parte do PetroCaribe no governo de René Garcia Préval, em 2006, sucessor e que já fora grande aliado de Jean-Bertrand Aristide. Conforme o acordado o fundo criado a partir deste programa deveria ser utilizado para projetos voltados a impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país, utilizados para a construção de grandes hospitais e grandes infraestruturas rodoviárias, para construir faculdades e universidades etc. (GRAVEUS, 2021, p. 85). Para mais informações sobre o PetroCaribe Cf. PARTHENAY, Kevin. Petrocaribe: Instrument néo-bolivarien d'intégration régionale centraméricaine et caribéenne. OPALC, 2015; GRAVEUS, Estaniel. *Analyse de L'Impact du Programme PetroCaribe sur le Développement d'Haïti*. Mémoire de maîtrise - Institut des Sciences, des Technologies et des Études Avancées d'haïti, 2021.

garantir a dignidade da vida haitiana. Mas o novo governo em exercício (ilegítimo)¹⁵, também pede por ajuda, por ajuda militar da ONU, para conter as “violências” de uma população que exige bem-estar social.

Como aponta Marie Meudec (2007), a violência no Haiti é estrutural, institucional e banalizada, pois, trata-se de um Estado extremamente violento que exerce o direito de matar, de deixar viver e de expor à morte a seu próprio povo (MBEMBE, 2016), com a assistência e atuação direta de vários países da comunidade internacional, com governos ditos de esquerda e/ou de direita. Como demonstrado por Mignolo (2017) e Castro-Gómez (2005), o Estado-nação sendo produto da modernidade/colonialidade só é possível se for ao mesmo tempo uma estrutura de poder, monopolizador legítimo dos meios de violência e de controle e vigilância da população. E essa violência se faz presente, entre outros, nas poucas assistências à saúde e na fuga dos haitianos para o exterior.

Como as formas de governar impactam o direito de viver (ou o direito à vida) no país?

Não podemos negar que o Estado haitiano praticou e pratica a violência por vários meios contra sua população, mas ele é também apoiado pela comunidade internacional, que financiou a ditadura dos Duvalier, inviabilizou um possível governo de esquerda de Aristide, impôs embargos e ocupou militarmente o país. A atuação da comunidade internacional representado pelo *Core Group*, composto pelos embaixadores de Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, União Européia, Representante Especial da Organização dos Estados Americanos e Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, visa pensar o futuro dos haitianos, intervindo como melhor lhes convém na

¹⁵ Esse governo deveria ser provisório e organizar as eleições presidenciais que normalmente iriam acontecer em setembro de 2021 para posse do novo presidente em fevereiro de 2022, mas ainda nada foi definido para a realização das eleições.

política interna do país. Enquanto é sabido que “O *Core Group* não tem as disposições legais para tomar decisões oficialmente na vida política da nação” (YVES, 2019).

De acordo com Ricardo Seitenfus (2014), dezenas de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe contam, a partir de 1990, de um espaço de diálogo e de concertação com a criação do Foro de São Paulo (FSP). Entre os desafios listados a serem enfrentados pelo Foro estão o de seguir lutando para derrotar a direita onde ela governa, e manter os espaços conquistados. Porém, o autor relata que, quando aplicada ao caso haitiano, a estratégia do Foro se direciona no sentido contrário ao preconizado, pois apoiou o golpe de Estado contra Aristide, deu seu aval no envio das forças armadas no Haiti por meio da MINUSTAH e, também conduziu ao poder, em 2011, um conhecido simpatizante duvalierista, Michel Joseph Martelly.

Nos últimos anos, abusos, assassinatos, roubos, ataques armados e sequestros se reforçaram e são cometidos diariamente contra a população deixada à sua própria sorte, nos bairros desfavorecidos e marginalizados de Port-au-Prince e além. Violência esta, incubadora de um clima geral de medo, muitas vezes, explorada por agentes privados para fins econômicos e políticos em particular, alastrou-se pela metrópole a um ritmo muito preocupante. E, devido à falta de acesso a essas áreas sob o controle de gangues, estamos longe de conhecer e medir a extensão dessas violações de direito e o que os haitianos realmente vivenciam no dia a dia (BINUH, 2021).

Formas distintas de violência fazem parte da vida humana e suas consequências em todas as regiões do mundo são sempre nefastas. E, o Estado, quando evita pensar na Saúde Pública de forma que consiga responder às necessidades de bem-estar físico, mental e social do povo, apenas faz uso de seu poder de violência, expondo a sua população mais vulnerável à morte. Desde o início dos anos 1980, sanitaristas, médicos, psicólogos com outros profissionais da saúde, mas também da educação e da economia, vêm desempenhando um papel cada vez maior na luta contra a

violência, compreendendo suas origens e trabalhando para impedir que ela aconteça (OMS, 2002).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002), é difícil estimar com precisão o custo da violência, mas representa a cada ano bilhões de dólares americanos em gastos com saúde e, para as economias nacionais, bilhões de dólares em absenteísmo (falta de circulação de bens e pessoas), recurso aos serviços policiais e investimentos nacionais e/ou internacionais perdidos. Assim, a violência em si, acaba fragilizando o aparelho estatal e os habitantes se tornam os verdadeiros “condenados da terra” (FANON, 1997) e os eventuais “fugitivos da vida impossível” (VIDAL, 2019).

Esse contexto violento e preocupante das crises repetidas no Haiti afeta diretamente o já frágil sistema de saúde em geral, aumentando potencialmente o risco de mortalidade de uma população que enfrenta a pobreza a suas consequências das formas mais cruéis. Insuficientemente financiado e equipado, sofrendo com a falta de pessoal, as estruturas de saúde pública não conseguem lidar com o fluxo de pacientes e os problemas de segurança limitam o transporte de pessoal de saúde, equipamentos, sangue ou medicamentos. Se por um lado, faltam profissionais de saúde, remédios e coisas tão essenciais como oxigênio ou eletricidade nas estruturas públicas, por outro, nos deparamos com um aumento das necessidades de doentes que não podem pagar cuidados em estruturas privadas (MSF, 2019). Todos os elementos de violência - consequentemente de crise - estão à vista.

Frente a esta situação outra forma de violência se impõe, se reforça na migração - local e internacional - forçada, atingindo o grupo dos *expulsados*, *desterrados* e *desplazados* (NASCIMENTO, 2011). Despojados de seus empregos, suas terras e suas casas, muitos haitianos fogem dos conflitos internos para enfrentar outros tipos de dificuldades em solo alheio¹⁶. Pela observação de Vidal

¹⁶ Para uma aproximação acerca da imigração haitiana no Chile, Cf. STANG ALVA, Fernanda; LARA EDWARDS, Antonia; ANDRADE MORENO, Marcos.

(2019), alguns conseguem seus objetivos de se inserir nesses países, outros são, infelizmente, os cadáveres que o mar entrega às praias proibidas, os corpos sem nomes que ficam no subsolo do outro mundo aonde queriam chegar.

“O migrante pode ser considerado como o termômetro da tensão social” (LEDIX, 2021, p. 119), pela busca frenética do direito de se sentir vivo, respirando frente aos atritos de sufocamento da vida na migração. Isto é, quanto mais aguda for a crise, mais chance de evasão haverá. A fuga massiva e forçada dos habitantes não deixa de ser, além de uma falha estatal, uma violência orquestrada, controlada e gerida da devida forma que possa criar um meio onde é inviável produzir condições básicas para a existência. A violência se agrava ainda mais quando descobrimos que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, os migrantes internacionais, vistos como grupos marginalizados e vulneráveis, estão expostos a complicações mais diversas de saúde física e/ou mental (WHO, 2005). Conforme a *American Psychology Association* (APA), uma ampla variedade de problemas de saúde mental, incluindo ansiedade, depressão, síndrome de estresse pós-traumático, abuso de substâncias, bem como uma maior prevalência de transtornos mentais graves e pensamentos suicidários têm sido detectado entre as populações de imigrantes nos Estados Unidos (JOSEPH, 2022).

Retórica humanitaria y expulsabilidad: migrantes haitianos y gobernabilidad migratoria en Chile. *Si Somos Americanos*, Santiago, v. 20, n. 1, p. 176-201, jun. 2020; PEDEMONTTE, Nicolás Rojas. AMODE, Nassila; RENCORET, Jorge Vásquez. Racismo y matrices de “inclusión” de la migración haitiana en Chile: elementos conceptuales y contextuales para la discusión. *Polis*, n. 42, p. 1-23, 2015. Para o caso brasileiro: JESUS, Alex Dias de. *Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020; DIEHL, F. O processo de formação do estereótipo dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, v. 1, n. 1, p. 107-117, 2017. No caso da Rep. Dominicana: LEDIX, W. *Migração, trabalho e saúde: trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana*. 2021. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2021.

Corroborando com estes estudos, uma pesquisa realizada por Jollette Joseph (2022), mostra que, entre outros fatores, a situação de insegurança, a deterioração econômica e política no Haiti, que leva as pessoas à migração continuam afetando a saúde mental desses imigrantes que buscavam melhores condições de vida e acabam experimentando grande estresse crônico, gênese de transtornos mentais. Apesar da autora chamar a atenção para a especificidade dos Estados Unidos, como um país com muitos elementos que podem levar seus moradores a sofrer de estresse, ela também mostra que o estresse se agrava quando os entes queridos que estão em solo haitiano entram em contato e compartilham suas dificuldades, por exemplo, sobre os tiroteios em Porto Príncipe. Além disso, a sensação de impotência dá lugar para o nervosismo e a raiva (JOSEPH, 2022).

A estas formas de existência social, Mbembe (2018) cunhou o termo “necropolítica”, explicitando que estes seres humanos são submetidos a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. A necropolítica, ou política da morte segue o sujeito da sua fase de emigrante (saindo do Haiti) até a fase de imigrante (chegando ao destino). Pois, apesar de que, como aponta Achille Mbembe (2020b), no seu texto “O direito universal à respiração”, este seja um direito originário de habitação da terra, um direito próprio à comunidade universal dos habitantes da terra, humanos e outros, esses imigrantes ainda precisam lutar a sensata luta da reclamação de seus direitos, o reconhecimento da sua plena cidadania.

À luz do enunciado, o brutalismo está à superfície. Achille Mbembe (2020a) fez apelo a esse termo mostrando que o velho mundo de corpos e distâncias, de matéria e extensões, de espaços e fronteiras, persiste metamorfoseando-se e a transformação da humanidade em matéria e energia é o projeto final do brutalismo. Ao detalhar a monumentalidade e o gigantismo de tal projeto, o ensaio de Mbembe pleiteia uma refundação da comunidade humana solidária com o conjunto dos seres vivos, o que, entretanto, só acontecerá com a condição de reparar o que foi danificado.

Considerações finais

Os estudos decoloniais são essenciais pois nos apontam que a dominação e as violências da modernidade/colonialidade originadas no contato a partir da invasão das Américas se estendem para além dos limites das colônias mantidas pelas metrópoles ocidentais (DUSSEL, 1994; MIGNOLO, 2007, 2017; BALLESTRIN, 2013). Elas permanecem e se reforçam por meio da colonialidade interna que são as violências herdadas do período colonial escravista praticadas pelas elites nacionais contra o povo (MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005). A dominação e violências da modernidade/colonialidade também se mantém através das estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Esse sistema-mundo capitalista moderno/colonial opera na América Latina e no Caribe, por exemplo, por meio das imposições dos países do norte global e de instituições como o FMI, do Banco Mundial, da OTAN etc. que mantêm os países da região numa situação de dependência. Portanto, “as zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 125-126).

Assim, no Haiti, a gestão da violência faz tanto parte indelével do discurso e da operação da máquina direito-esquerdista, independente da classe política vigente no país como da atuação da Comunidade Internacional. Se enxergamos a ditadura militar e seus inumeráveis crimes como uma tendência de extrema-direita, a suposta esquerda também não apresenta uma diferença significativa, ambos, com o “falso” apoio internacional foram extremamente violentos para com o povo. Apesar da história do Haiti, precisamente a Revolução de 1791 tenha sido decolonial no sentido de propor os princípios fundamentais dos Direitos Humanos, a colonialidade interna impediu o usufruto desses direitos pelos ex-escravizados agora cidadãos haitianos (CASIMIR, 2018). A elite nacional amparada pelo Ocidente, com suas políticas coloniais dificultaram as relações do Haiti com o internacional pelo enfraquecimento do Estado, criando imagens exotizadas e

estereotipadas do Haiti como uma sociedade que ameaça à paz da região e os fundamentos das relações internacionais (SEITENFUS, 2015, p. 65-66).

Assim, embora na maioria das vezes se tratem de abraços asfixiantes, alguns parceiros internacionais, sempre estão dispostos a estender a mão ao irrequieto Haiti. A contradição peculiar entre a natureza do desafio e os mecanismos para enfrentá-la atingiu seu ápice e o país se tornou um “cliente preferencial do Conselho de Segurança das Nações Unidas” (SEITENFUS, 2014, p. 145). O número de missões onusianas enviadas ao Haiti no quadro da dita ajuda humanitária, para assegurar a democracia e os direitos dos haitianos explica os dilemas e fracassos internacionais no país, já que nenhuma delas tem conseguido resolver o imbróglio vigente no Haiti.

Podemos, sem medo de errar, afirmar que quando a Democracia e os Direitos Humanos são defendidos por meio da coerção, de intervenções militares e de corte na ajuda financeira, a colonialidade se impõe. Na voz de Raoul Peck, esta “ajuda é violenta, cega, prepotente. Um monstro paternalista que varre tudo que encontra pela frente. Ela faz de conta resolver os problemas que, de fato, ela mantém e agrava” (*apud*, SEITENFUS, 2014, p. 265). Portanto, a manutenção e/ou erradicação da violência (e de crises) no Haiti ultrapassa a dimensão da constituição do Estado haitiano e do discurso direito-esquerdista. Elas se alastram nas margens, nas fronteiras e até mesmo, para além dos oceanos. A superação da violência no Haiti como em muitos outros lugares marginais no mundo globalizado depende da “descolonização das relações de poder no mundo moderno [...] exige uma transformação nas estruturas de poder globais”, de uma transmodernidade (GROSGUÉL, 2008, p. 139), visando “uma saída do porão do mundo moderno” (MALCOM, 2022, p. 197), para assegurar a dignidade humana e a criação de um lugar onde todos nós possamos continuar a viver, porque, afinal das contas, *nou tout se moun* [somos todos humanos].

Referências

- ADRIEN, Pascal. *Les pratiques idéologiques en Haïti: vues à travers l'émission radiophonique Ann Pale Politik*. IDEA International, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. "América Latina e o giro decolonial". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, pp. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em 20/12/2022.
- _____. "Colonialidade e Democracia". *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 191-209, dezembro de 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em 15/12/2022.
- BINUH. *La violence au quotidien: les Haïtiens face au fléau des gangs*. Reliefweb, 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/haiti/l-a-violence-au-quotidien-les-ha-tiens-face-au-fl-au-des-gangs>. Acesso em 26/12/2022.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CASIMIR, Jean. *Une Lecture Décoloniale de L'histoire des Haïtiens: Du traité de Ryswick à l'occupation américaine 1697-1915*. Port-au-Prince: L'imprimeur, 2018.
- CASTOR, S. *Les racines séculaires d'une difficile construction nationale*. Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2012. Disponível em: http://www.cresfed-haiti.org/IMG/pdf/suzy_castor_total.pdf. Acesso em 06/12/2022.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "Ciências sociais, Violência Epistêmica e o Problema da 'Invenção do Outro'". In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em 23/12/2022.
- DUSSEL, Enrique. 1492. *El Encubrimiento del Otro. Hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Plural Editores, 1994.
- EUGÈNE, Woodkend. "De la validité juridique des Décrets pris par le Président Jovenel Moïse". *Ayibopost*, 26 de junho de 2020.

Disponível em: <https://ayibopost.com/les-decrets-pris-par-le-president-jovenel-moise-sont-nuls-voila-pourquoi/>. Acesso em 06/12/2022.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira, 1997.

GOMES MARTINS, Dayqueline Cortez. *Haiti no contexto regional e geopolítico: uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado nacional e a MINUSTAH* (2017). Dissertação (mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5063?jsessionid=1C067F803419EC1381F367A40ABB75DE>. Acesso em 24/12/2022.

GROSFUGUEL, Ramon. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-145, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em 29/12/2022.

HERBST, Natalia. “La comunidad internacional y Haití: una historia de desamor – el rol de la cooperación internacional, 1990-2010”. *Revista Ibero-americana de Estudios del Desarrollo* v.2, n. 1, p. 24-43, 2012. Disponível em: <http://ried.unizar.es/index.php/revista/article/viewFile/46/27>. Acesso em 21/12/2022.

HURBON, L. *Comprendre Haïti. Essai sur l'État, la nation, la culture*. Paris: Les Éditions Karthala, 1987.

_____. *Culture et dictature en Haïti. L'imaginaire sous contrôle*. Paris: Les Éditions L'Harmattan, 1979.

_____; GILLES, Alain. “Survol de l’histoire des partis politiques en Haïti”. In: *Les partis politiques dans la construction de la démocratie en Haïti*. HURBON, Laënnec; GILLES, Alain; MIDY, Franklin. International IDEA, 2014, p. 37-49.

_____; GILLES, Alain; MIDY, Franklin. *Les partis politiques dans la construction de la démocratie en Haïti*. International IDEA, 2014.

JOSEPH, J. “Les immigrants haïtiens aux États-Unis confrontés à des problèmes de santé mentale”. *Ayibopost*, 14 de novembro de

2022. Disponível em: <https://ayibopost.com/les-immigrants-haitiens-aux-etats-unis-confrontes-a-des-problemes-de-sante-mentale/>. Acesso em 27/12/2022.

LEDIX, Wendy. *Migração, trabalho e saúde: trabalhadores haitianos em canaviais na República Dominicana*. 2021. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-20102021-084008/en.php>. Acesso em 27/12/2022.

LYON, Rob. Haïti : “Le président Jovenel Moïse assassiné”. In *Defence of Marxism*, 8 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.marxist.com/haiti-le-president-jovenel-moise-assassine.htm>. Acesso em 27/12/2022.

MALCOM, Ferdinand. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução: Leícia Mei; prefácio: Angela Davis; posfácio: Guilherme Moura Fagundes. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 pp.

MANIGAT, Leslie François. *Anténor Firmin: Les moments marquants d'une vie, les temps forts d'une doctrine et d'une pratique politiques*. CHUDAC. Port-au-Prince, 2010.

MARTÍNEZ, Alejandro Alvarez. “Liderazgo carismático y proceso sociopolítico en Haití (1986-2004): el caso de Jean Bertrand Aristide”. *Foro Internacional*, México, v. XLVIII, n. 193, p. 695-717, 2008. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/1919>. Acesso em 20/12/2022.

MATHOUX, H. “Girondins contre Jacobins? Un duel ancestral fondé sur des illusions”. *Marianne*, 07 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.marianne.net/politique/girondins-contre-jacobins-un-duel-ancestral-fonde-sur-des-illusions>. Acesso em 26/12/2022.

MBEMBE, Achille. *Brutalime*. Paris: La Découverte, 2020a.

_____. “Le droit universel à la respiration”. *AOC media - Analyse Opinion Critique*, 06 de abril de 2020b. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2020/04/05/le-droit-universel-a-la-respiration/#:~:text=Si%20le%20Covid%2D19%20est,possibilit%C3%A9%20d'une%20vie%20respirable>. Acesso em 26/12/2022.

_____. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80p. MEUDEC, Marie. “Corps, violence et politique en Haïti. Aspects sociologiques”. *Aspects sociologiques*, Université de Laval, Québec, v. 14, n. 1, p. 33-58. Disponível em: Corps, violence et politique en Haïti. Aspects sociologiques. - Archive ouverte HAL (archives-ouvertes.fr). Acesso em 24/12/2022.

MIGNOLO, Walter. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em 23/12/2022.

_____. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura de un manifiesto”. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (compiladores). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/147.pdf>. Acesso em 20/12/2022.

_____. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20/12/2022.

MSF. “Colère et désespoir: la crise en Haïti met la santé de la population en danger”. *Médecins sans frontières*, 05 de julho de 2019. Disponible sur: <https://www.msf.ch/nos-actualites/articles/colere-desespoir-crise-haiti-met-sante-population-danger>. Accédé le: 27/12/2022.

NASCIMENTO, Sebastião. “Desmobilização, imobilidade e a implicação da comunidade internacional na reconfiguração da violência armada no Haïti”. In: LIENHARD, M. *Expulsados, desterrados, desplazados: Migraciones forzadas em América Latina y en África*. Iberoamericana. Vervuert, 2011.

OLIVEIRA ANDRADE, Everaldo. “Aristide e a conciliação impossível: o esgotamento da transição democrática haitiana”. *Rev. nuestramérica*, Chile, v.9, n.17, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5519/551968077014/html/>. Acesso em 20/12/2022.

OMS. “Rapport mondial sur la violence et la santé / sous la direction de Etienne G. Krug ... [et al.]” . Genève: *Bibliothèque de l’OMS*, 2002. Disponible sur: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42545/9242545619_fre.pdf. Accédé le: 29/12/2022.

PALISSE, Marianne. “La Faculté d’ethnologie de l’Université d’État d’Haïti. Des projets de Price-Mars et de Roumain à la réalité des années 2000”. In: Byron, Jhon Picard (dir.). *Production du savoir et construction sociale. L’ethnologie en Haïti*, Éditions de l’Université d’État d’Haïti; Presses de l’Université de Laval: 2014. p. 83-98.

PIERRE-CHARLES, Gérard. *Radiographie d’une dictature. Haïti et Duvalier*. Montréal: Les Éditions Nouvelle Optique, 1973. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/PIERRE-CHARLES_Gerard/Radiographie_une_dictature/Radiographie_un_e_dictature.html. Acesso em: 07/12/2022.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em 23/12/2022.

ROUMAIN, Jacques. *Analyse schématique 1932-1934 et autres textes scientifiques*. Port-au-Prince, Haïti: Les Éditions Fardin, 1934. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/roumain_jacques/analyse_schematique/analyse_schematique.html. Acesso em: 05/12/2022.

SÁ, Miguel Borba. “‘Sucesso’ e ‘sacrifício’ nas Intervenções militares brasileiras: Haiti e Rio de Janeiro no século XXI”. *Jubileu Sul Brasil*, 19 de junho de 2018. Disponível em: <https://jubileusul.org.br/noticias/sucesso-e-sacrificio-nas-intervencoes->

militares-brasileiras-haiti-e-rio-de-janeiro-no-seculo-xxi/#:~:text=Contato-,%E2%80%9CSucesso%E2%80%9D%20e%20%E2%80%9C sacrif%C3%ADcio%E2%80%9D%20nas%20Interven%C3%A7%C3%B5es%20militares%20brasileiras%3A,de%20Janeiro%20no%20s%C3%A9culo%20XXI&text=A%20interven%C3%A7%C3%A3o%20federal%20no%20Rio,o%20poderio%20a%20ser%20enfrentado. Acesso em: 23/12/2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SASSEN Saskia. "Haiti and the International System: The Need for New Organizational Lending Formats". *The Huffington Post*, 25 de maio de 2010. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/haiti-and-the-catastrophib_429647. Acesso em 22/12/2022.

SILVA, Gustavo Jorge. "Conceituações Teóricas: Esquerda e Direita". *Humanidades em Diálogo*, v. 6, p. 149-162, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265>. Acesso em: 09/12/2022.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: dilemas e fracassos internacionais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. 464 pp.

_____. "O buraco negro da consciência ocidental". *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 50, n. esp. (supl.), p. s62-s75, dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23140>. Acesso em 28/12/2022.

SILVA, Martina Vanessa. "Estupros, cólera e 30 mil mortos: conheça o legado da MINUSTAH no Haiti". *Brasil de Fato*, São Paulo, 01 de Setembro de 2017. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti>. Acesso em 20/12/2022.

VIDAL, Gabriel. "Somos Todos Refugiados - A História do Sebastião Salgado". *ArcGIS storyMaps*, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/d05cd0712acf45e49ce19903608e10d6>. Acesso em 27/12/2022.

VOLTAIRE, Frantz. *Mourir pour Haïti. La résistance à la dictature en 1964*. Éditions du CIDIHCA, Montréal, 2015.

WHO. *Mental health: facing the challenges, building solutions: report from the WHO European Ministerial Conference* Library Cataloguing in Publication Data, 2005. Disponível em: https://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0008/96452/E87301.pdf. Acesso em 28/12/2022.

YVES, Emmanuel Moïse. “Le Core Group n’existe pas juridiquement”. *Ayibopost*, 13 de outubro de 2019. Disponível em: <https://ayibopost.com/le-core-group-nexiste-pas-juridiquement/>. Acesso em 26/12/2022.

14. El conservadurismo está en la casa. Las reacciones institucionales a las demandas de estudiantes organizadas en la UNAM

Daniel Inclán

—[...] *El campesino viene a la ley, y el guardián ya está allí. Ha sido designado por la ley para ese servicio. Dudar de él significa dudar de la Ley.*

—*No estoy de acuerdo con esa opinión –dijo K sacudiendo la cabeza–, pues si uno se adhiere a ella, tiene que considerar verdadero todo lo que dice el guardián [...]*

—*No –dijo el sacerdote–, no hay que considerar que todo es verdadero, sólo hay que considerarlo necesario.*

—*Sombría opinión –dijo K–. La mentira es convertida en fundamento del orden universal.*

Franz Kafka, *El proceso*

Los discursos dominantes sobre el conservadurismo siguen reduciendo la complejidad del proceso al presentarlo como un fenómeno exclusivo de los órdenes gubernamentales o de los Estados. En la mayoría de los casos se reproduce la vieja toponimia política de base liberal para pensarlo: aparece como un asunto exclusivo de las derechas¹. Esta manera de presentar el problema

¹ Si bien la genealogía del conservadurismo remite a la reacción política ante la Revolución Francesa, para descalificarla y con ello criticar la ilustración radical, es importante reconocer que el objetivo de restaurar tradiciones y costumbres, apelando a esencialismos sociales dejó de ser un asunto de la respuesta antirrevolucionaria. No es sólo una filosofía política, sino un conjunto amplio de prácticas sociales que también las perspectivas que se autodenominan revolucionarias o de izquierda realizan, porque sustancializan los procedimientos, las jerarquías y los saberes. Los escenarios más evidentes de este tipo de conservadurismo son las disputas por la importancia del género, la raza o la relación con las existencias no-humanas que impera en las formas dominantes de la izquierda, que afirman que esos son asuntos secundarios a la transformación del mundo. A lo que habría que sumar la mecánica descalificación de saberes que

además de ser maniquea deja fuera de la explicación las relaciones espaciales y temporales, así como las múltiples mediaciones que hacen posible la acelerada expansión de los órdenes conservadores a lo largo y ancho del planeta. Salir de esta reducción obliga a desmontar las aparentes certezas y discutir la diseminación conservadora como un asunto que recorre a todas las fuerzas políticas y que pasa por todas las escalas. Hay conservadurismos de izquierdas, además del siempre analizado de derechas; también hay bases sociales para la expansión de las múltiples formas conservadoras, no es un fenómeno capilar, que baja de las élites o dirigencias hacia los sectores medios y los pueblos; también en estos últimos hay amplias y extensas prácticas conservadoras (en especial religiosas, pero también patriarcales y raciales). El conservadurismo se reproduce en todas las escalas de la vida colectiva, pasa por las alcobas hasta las plazas públicas, por las aulas a las organizaciones sociales de base, por las familias hasta las instituciones sociales. Los gobiernos reaccionarios y los personajes toscos y autodenominados conservadores son sólo la cara visible de una amplia dinámica social.

Espacios ejemplares para analizar la complejidad de las prácticas conservadoras son las universidades. Microcosmos en los que se expresan de manera condensada la diseminación de prácticas reaccionarias. La mítica aura de neutralidad y racionalidad que le acompañan sirven para encubrir uno de los espacios sociales más conservadores, que además de organizar el conjunto de sus actividades bajo esa lógica, forma personas que una vez que abandonan sus espacios reproducen los principios jerárquicos, autoritarios, racistas, patriarcales y especistas. Esta innegable evidencia se manifiesta con más radicalidad en los

no se presuponen “revolucionarios”, y que se engloban bajo la gastada etiqueta de “posmodernos”. Además, las izquierdas dominantes también son férreas defensoras de principios morales absolutos, que representan un mítico pasado perdido (de la revolución), con lo que se cancela toda posibilidad de crítica de los errores, fallas y atrocidades cometidas en nombre la “emancipación de la humanidad” y la construcción del “hombre nuevo”.

últimos años, en particular en las múltiples respuestas a las movilizaciones encabezadas por mujeres, a las que se suman diversas posiciones de género, que en casi todas las universidades de América Latina alzan la voz para denunciar las violencias sistemáticas de las que son objeto.

En este texto se presentarán apuntes para criticar dos dimensiones del conservadurismo en las que se juega la resolución de las exigencias de las colectivas de mujeres en la vida universitaria: la institución y la ley, dos mecanismos de recomposición del ejercicio de poder y caminos de un peligroso laberinto en el que se intenta contener a las movilizaciones estudiantiles en torno a la violencia de género. Lo que sucede en las universidades sirve para mirar los procedimientos en escalas más grandes y tratar de entender las tecnologías y los dispositivos sociales que, al “atender” las demandas de violencia, las intentan domesticar y despolitizar, asegurando que el orden conservador perviva, beneficiando con ello tanto a posiciones de derechas e izquierdas denunciadas como agresoras. El poder conservador no se expresa sólo en las múltiples agresiones físicas, simbólicas, epistémicas o afectivas. También se resguarda en la configuración del orden institucional y sus estructuras legales, sobre todo en contextos en los que las cosas parecen modificarse. Ahí perviven con holgura derechas e izquierdas, que niegan, descalifican o minimizan sistemáticamente las exigencias de las colectivas estudiantiles.

Estas reflexiones se escriben desde la universidad más grande de América Latina, la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), que paulatinamente retorna a las actividades presenciales después de dos años de confinamiento y en la que hay una política de silencio y olvido sobre uno de los procesos más importantes que se han experimentado en las dos últimas décadas: la toma de 19 escuelas y facultades por parte de colectivas de mujeres en contra de la violencia patriarcal. Una política que, además de agresiones cotidianas, cobra la vida de estudiantes dentro de las instalaciones. Una parte de las estrategias de invisibilización es la consolidación de un mecanismo jurídico que simula una atención a las demandas

a través de una red de procesos de seguimiento y sanción en los que no participan las colectivas estudiantiles, y que operan con amplios márgenes de arbitrariedad, con el fin de blindar el núcleo del ejercicio de poder dentro de la universidad.

Contener, silenciar y domesticar: el rito conservador

A pesar de las múltiples inyectivas, las sublevaciones encabezadas por mujeres siguen llevando adelante su impulso telúrico: cimbran, dislocan y agrietan las estructuras sociales dominantes. Tienen años cuestionando el orden de cosas dominante, pero la estructura masculina no tarda en reaccionar para integrar sus demandas, satisfaciéndolas parcialmente y haciendo todo lo posible para preservar uno de los núcleos del ejercicio de su poder: el control institucional y su marco jurídico regidos bajo principios conservadores. Las universidades son uno de los escenarios en los que este proceso de impugnación y de recomposición es más evidente; en el último lustro han experimentado con fuerza la movilización de las mujeres organizadas procurando blindar las redes de poder.

Lo sucedido en la UNAM, la universidad más grande de México y de América Latina, es paradigmático. En una historia que sigue pendiente de ser contada por sus protagonistas, colectivas de estudiantes pausaron la vida cotidiana en la universidad para denunciar la cotidiana y creciente violencia hacia las mujeres y diversidades sexuales². La reacción conservadora buscó aislar,

² En noviembre de 2016 se hizo el primer paro en la Facultad de Filosofía y Letras, las movilizaciones se incrementaron después del asesinato de Lesvy Berlín Osorio, ocurrido en Ciudad Universitaria en mayo de 2017. La acumulación de fuerza del heterogéneo movimiento se consolidó en la toma de la Facultad de Filosofía y Letras en noviembre de 2019, a la que se sumaron 18 escuelas más. La última escuela en paro, durante los primeros meses de confinamiento por la pandemia de covid, fue la Facultad de Economía, que levantó la toma a finales de agosto de 2020, después de cinco meses de negociación con la dirección. Desde entonces la organización estudiantil no deja de hacer acciones y seguir reclamando una vida universitaria digna.

silenciar y tergiversar sus demandas, a través de una serie de acciones institucionales que se presentan como sensibles, pero sin reconocer el carácter estructural e institucional. El conservadurismo universitario se revistió de tolerante, empático y feminista.

En la UNAM la atención de las demandas produce mudanzas para que nada cambie³. A pesar de las transformaciones de las normativas, de la creación de instancias para la atención de las denuncias de violencia, de la promoción de espacios de formación con perspectiva de género, de la difusión de eventos para “visibilizar” las violencias, etcétera, se conservan intactas las estructuras de toma de decisiones y los privilegios masculinos que las rigen⁴. Al tiempo que se pacifica la vida cotidiana mediante

³ En 2013 la UNAM publicó los Lineamientos Generales por la Igualdad de Género, uno de sus objetivos era fortalecer la “cultura de la denuncia”, para que la institución siguiera y sancionara los casos de violencia; además de promover talleres de sensibilización e incorporar temáticas de género en las diversas licenciaturas. Véase: <http://abogadogeneral.unam.mx/igualdad.pdf>. Los mecanismos de seguimiento, apoyo y sanción no se definen en esta propuesta, porque se contraponen con los contenidos de los contratos colectivos de trabajo, del personal administrativo y del personal académico.

La UNAM se adhirió en 2016 a la plataforma de ONU Mujeres “HeForShe”, con la finalidad de apuntalar la igualdad entre hombre y mujeres, mediante una campaña de divulgación “Yo respaldo la igualdad de género”. En septiembre de 2018 se publicó Protocolo para la Atención de Casos de Violencia de Género, que trataba de establecer una ruta de seguimiento y sanción, que sin ser reconocida por los dos sindicatos cada resolución es discrecional, a manos de las autoridades de cada escuela, facultad o instituto, que en función de las denuncias, la correlación de fuerzas y la coyuntura política, deciden si se sanciona o no a la persona denunciada. Véase: <https://cinig.ib.unam.mx/ProtocoloAtencionCasosViolenciaDeGeneroUNAM.pdf>.

La modificación del Estatuto General en febrero de 2020, para incorporar como falta grave la violencia de género, y con ello la posibilidad de rescisión de contrato, no ha sido hasta la fecha aceptada por los dos sindicatos. Véase: <https://www.gaceta.unam.mx/wp-content/uploads/2020/02/130220.pdf>.

⁴ La Junta de Gobierno es el órgano supremo de decisiones en la UNAM, hasta no hace mucho tiempo nombrado “espacio de los notables”. De las 20 personas que lo integraron del periodo 2006 a 2022, solo seis fueron mujeres. La actual composición, tiene siete mujeres y 8 hombres. Véase: <https://www.juntadegobierno.unam.mx/ex-miembros/2005-2015.html>. En ninguna ocasión alguna

descalificaciones, amenazas y sanciones indirectas para aquellas estudiantes que siguen manifestando su enojo y la insatisfacción por las medidas institucionales. Desde que las movilizaciones crecen y se consolidaban, las comunicaciones de las direcciones de facultades y escuelas usaban el discurso de corrección propio de una perspectiva conservadora: reconocer las demandas, pero no las formas en las que se presentan; “no son las formas”, es el primer mecanismo de acercamiento⁵. Esta doble operación sirve para descalificar la exigencia al cuestionar sus formas, al poner en el centro el proceder de las colectivas desplaza del debate de los contenidos a la necesidad de actuar bajo prácticas civilizadas y por medio de los canales institucionales. Con este proceder se asume que los mecanismos institucionales son neutros y que están a favor de las demandas estudiantiles⁶.

persona no-binaria ha sido parte de este órgano de gobierno; como tampoco nadie que se reconozca como indígena o afrodescendiente. De la misma forma, la rectoría y la dirección general siempre han sido encabezadas por varones blancos heterosexuales.

⁵ Ante la toma de la Facultad de Filosofía y Letras, el entonces director, Jorge Linares, dijo que: “El diálogo argumentado es el único medio para resolver cualquier diferendo y continuar con nuestras actividades académicas.” Véase: <https://archivodemujeres.omeka.net/items/show/205>.

⁶ Cuando la movilización crecía, el rector, Enrique Graue, en un tono de regaño, dijo: “La violencia contra ellas [las estudiantes] es inadmisibles y no debe tener cabida en la UNAM. Pero no puedo estar de acuerdo con el cierre de los planteles, que afecta directamente a las comunidades y que provoca entre nuestros profesores, estudiantes y sus familias, indignación y malestar entre quienes sí desean regresar a clases. Miles de alumnas y alumnos se han visto afectados por esta ya muy larga suspensión de actividades. En el caso de la Facultad de Filosofía y Letras, la situación amenaza ya con la inminente pérdida del semestre. En cuanto a las preparatorias 7 y 9, donde también se ha dado respuesta a las peticiones de los estudiantes y de las estudiantes, la Rectoría y las autoridades de la Escuela Nacional Preparatoria, continuarán buscando las soluciones para recuperar, a la brevedad posible, la vida académica. *El diálogo permanente y la concertación son los mecanismos que los universitarios nos hemos impuesto para dar solución a los conflictos y a los que hoy, insisto, debemos volver a convocar.* Entiendo las posiciones encontradas y la inconformidad que conllevan los paros prolongados y *los invito a evitar todo tipo de provocaciones y polarizaciones* en torno a un tema en el que todos estamos de

Lo que han logrado las movilizaciones de las colectivas de estudiantes en la UNAM no son transformaciones menores, pero tampoco son lo suficientemente profundas para pensar que modifican el gobierno masculino, su conservadurismo estructural y las relaciones que posibilitan la violencia de género contra las mujeres y diversidades sexuales. En gran medida porque el sistema patriarcal, que sigue dominando la sociedad, y en especial las instituciones de educación superior, reacciona para poner diques a la fuerza transformadora, dirigiendo una parte importante de sus demandas a terrenos “especializados” y esotéricos. El conservadurismo patriarcal está en la casa, no fuera de ella; no es un asunto ajeno a la vida de las universidades, ni resultado de las toponimias políticas, entre izquierdas y derechas⁷. Es un entendimiento del mundo que es transversal a la vida universitaria, y que se exagera ante las movilizaciones de las estudiantes.

Las alertas deben encenderse cuando las instituciones hacen cambios sin transformar sus procedimientos fundamentales, en especial la manera en la que se componen los órganos de decisión, los mecanismos para asignar espacios de dirección y la composición de los cuerpos colegiados con filtros para la participación efectiva de las mujeres organizadas y demás diversidades sexuales; al tiempo que niegan que la vida cotidiana sea el punto de atención de las problemáticas. Dimensiones en las que se juega la pervivencia de un sentido conservador del mundo, y que defienden las posturas de derecha y de izquierda por igual.

acuerdo: erradicar la violencia de género de nuestra Universidad. Resaltado mío, véase: <https://www.rector.unam.mx/html/200109.html>.

⁷ Un escenario paradigmático fue la Facultad de Economía, uno de los pocos espacios universitarios en los que el pensamiento marxista sigue vigente. Varias personas que se autodefinen como marxistas fueron denunciadas por violencia de género. La respuesta a las exigencias de las estudiantes organizadas fue la descalificación, argumentando que con esas denuncias se hacía juego a la derecha y se ponía en peligro el pensamiento crítico. A pesar de la oposición, se logró que algunas de las personas acusadas fueran despedidas, aunque no fueran personal con contrato de tiempo completo. Véase: <https://lateinamerika-nachrichten.de/artikel/este-espacio-deberia-ser-nuestro/>.

La mitografía de la neutralidad institucional: el núcleo conservador

Una de las maneras más efectivas de edulcorar las demandas de las movilizaciones sociales es presentar a las instituciones como neutrales, en todos los sentidos: desprovistas de intereses, no alineadas con proyectos particulares, sin marcas de género, sin criterios raciales, sin posiciones clasistas. Desde el Estado hasta la más pequeña oficina, pasando por las universidades, las relaciones detrás del orden institucional apelan a una imparcialidad que se ostenta como resultado de la síntesis del llamado interés general representado en la institución. Nada más falso, las instituciones no son una suma neutral de la diversidad social, son expresiones de relaciones de fuerza que satisfacen los intereses de pequeños sectores en detrimento de amplios segmentos de personas. La identidad que presupone la institución oculta la multiplicidad de procesos de identificación social.

Las universidades, a pesar de su heterogeneidad y la pluralidad de posiciones, reproducen ese fundamento en su funcionamiento; se apalea a una identidad en la que se manifiesta un deber ser y un objetivo compartido: un espíritu universitario. En la práctica no atienden los problemas comunes, sino que construyen un falso tipo ideal que representa los valores generales como mecanismo para: definir los criterios de gobierno, delimitar las instancias de representación, administrar los procesos de producción de conocimiento, controlar los espacios de difusión, o determinar las lógicas de ingreso y participación. La universidad es por excelencia un espacio de clasificación social, que segmenta, diferencia, estratifica y distribuye los espacios en beneficio de una estructura de poder (BOURDIEU, 2008).

En el caso de las respuestas a las demandas de las colectivas de mujeres organizadas, se refuerza el discurso de la neutralidad institucional. La universidad, devenida sujeto por sí misma, se presenta como ajena a los intereses de grupos, como una realidad al margen del machismo, y exenta de todo tipo de actos ominosos.

Cuando se afirma que la institución educativa no participa en las relaciones en conflicto, se ocultan de manera explícita las estructuras de poder político, económico, racial, patriarcal, en muchas ocasiones religioso, que se expresan en todos los niveles y que sostienen las formas cotidianas de agresión.

Representar a la institución como una realidad que está más allá de las personas que la habitan, la disputan y la dirigen, sirve como mecanismo para promover los valores universitarios como esencia impersonal que define lo correcto y lo incorrecto, apelando a una falsa historia que oculta las jerarquías, las violencias y las formas conservadoras de gobierno. De esta forma, las violencias contra mujeres, diversidades sexuales y cuerpos no-binarios aparecen como ajenas a la institución, al punto de señalar que quienes las cometen no son “verdaderos” universitarios por no respetar sus “valores” y su “esencia”⁸.

⁸ Ejemplos hay muchos, pero la posición institucional sobre el asesinato de la estudiante Lesvy Berlín Osorio, la madrugada del 3 de mayo de 2017 en las áreas verdes del Instituto de Ingeniería de Ciudad Universitaria, es notable. Este feminicidio al interior de las instalaciones universitarias detonó la movilización estudiantil, aceleró la acción de las colectivas de estudiantes que ya existían en varias facultades. La manera en la que la Procuraduría General de Justicia de la Ciudad de México revictimizó a Lesvy, mediante filtraciones del expediente y estigmatizaciones, aumentó la indignación de las estudiantes organizadas. La Procuraduría defendió durante dos meses la explicación del suicidio. El procedimiento deliberadamente mal hecho fue objeto de una recomendación de la Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México, en la que también se señaló el papel de algunos medios de comunicación que cubrieron el suceso. Véase: https://cdhcm.org.mx/wp-content/uploads/2018/05/reco_0118.pdf.

También alimentó el enojo estudiantil las acciones de la Rectoría, que un inicio dijo que las cámaras de seguridad que cubrían el lugar del asesinato no servían. Finalmente entregó los videos y reconoció que el asesino era trabajador administrativo de la UNAM. Véase: <https://derechoshumanos.org.mx/resumen-del-caso-lesvy-berlin-rivera-osorio/>

El rector Enrique Graue, después de una reunión con diputados federales, se empeñó en afirmar que lo sucedió era ajeno a la vida universitaria, dijo: “Los acontecimientos que sucedieron son muy desafortunados, sucedieron en la Universidad, *pero no por actos violentos internos entre universitarios*”, continuó su explicación, “quisiera que quedara muy claro esto: los acontecimientos que

La representación del ejercicio del poder juega entre hacer explícito su funcionamiento, como en el caso de los cuerpos policíacos, u ocultarlo bajo un entramado de dispositivos y órdenes discursivos que presentan una realidad como producto de las acciones individuales libres y autónomas de las personas, como en el argumento del ejercicio de elección de una situación por sobre otra (p.e., como si la explotación fuera una decisión voluntaria e individual). En el caso de la universidad se favorece el segundo procedimiento, sin dejar de recurrir al ejercicio abierto del poder represivo: se ostenta como el reino de la pluralidad (aparente condición para la producción de conocimiento socialmente necesario), como la suma de intereses y de posiciones expresada en un “espíritu” que trasciende las individualidades. En ella no puede haber defectos, sólo malas acciones singulares: la universidad nunca falla, fallan las personas.

Defender a la universidad como entidad con valores metafísicos es uno de los mecanismos más efectivos para frenar las potencias transformadoras de las impugnaciones de las colectivas de mujeres, al aparentar que sus acciones no se dirigen contra la institución sino contra las acciones de personas individuales. Este tipo de proceder sigue uno de los núcleos más sólidos de un entendimiento conservador del mundo: los errores no son de las estructuras, los dogmas, las creencias, las organizaciones, etc., son de las personas que no siguen el camino correcto o que no entienden su esencia. Así se defiende reiteradamente a la iglesia, a los partidos, a las militancias, a las ideologías, a la familia, etc., como entidades sin fallas, como esencias totalizantes fuera de toda contradicción o error. Y como para el entendimiento conservador del mundo las instituciones no fallan, lo que hay que alimentar cuando se presentan las malas acciones es el castigo.

sucedieron son muy desafortunados, pero no fueron un problema de seguridad interna”. Subrayados míos, véase: <http://www5.diputados.gob.mx/index.php/esl/Comunicacion/Agencia-de-Noticias/2017/05-Mayo/23/6985-Afirma-Graue-Wiechers-que-muerte-de-la-joven-Lesvy-Berlin-Osorio-Martinez-en-Ciudad-Universitaria-no-derivo-de-actos-violentos-internos-entre-universitarios>.

El fetiche de la ley y el castigo: el sueño conservador

La defensa del aura institucional sirve para construir otra ficción del ejercicio del poder: la primacía de la ley. La atención de las demandas de las estudiantes organizadas se tradujo en un complejo entramado de estructuras normativas en la UNAM⁹. El centro de estas reformas institucionales es la atención a la violencia de género, no la discusión de sus causas, ni las formas en las que las prácticas cotidianas la alimentan. Al igual que los discursos estatales sobre la violencia, que se concentran en su “erradicación”, sin pensar en las relaciones que la hacen posibles ni las funciones sociales que cumple, se crean las condiciones para una práctica de contabilidad social centrada en dos indicadores: cuántos castigos se ejecutan y cómo disminuyen las cifras de denuncias. El fondo es una política punitivista, centrada en el castigo que individualiza las acciones y con ello asegura que las relaciones de poder en las que están inscritas no se modifiquen. Como es sabido por la crítica al punitivismo, el castigo no reduce las acciones perseguidas ni genera condiciones de seguridad, es un efectivo mecanismo de control y gestión social (DAVIS, 2017; FOUCAULT, 2002; GARLAND, 2005; SIMON, 2012).

El correlato del punitivismo es la judicialización, que es una de las formas más eficientes para despolitizar las exigencias de cualquier movilización social, porque alimenta y amplía espacios de resolución y de sanción exógenos. Además, despolitiza porque reduce la complejidad de los procesos a una diada víctima-victimario, en la que hay un polo activo y otro pasivo, con ello se gestionan los contenidos políticos de las existencias afectadas.

⁹ Además de los protocolos de atención a la violencia de género se creó en marzo de 2020 una Coordinación para la Igualdad de Género, encargada de articular las diversas acciones institucionales. En agosto de ese mismo año la Defensoría de los Derechos Universitarios, se transformó en la Defensoría de los Derechos Universitarios, Igualdad y Atención de la Violencia de Género. Como resultado de estas disposiciones, todas las entidades universitarias deben crear Comisiones internas para la igualdad de género.

También, establece tipos ideales para la definición de la víctima, aquello que no lo cumpla queda fuera de la acción legal. No todas las afecciones merecen el estatuto de víctima, porque hay muchos casos, definidos arbitrariamente por el mecanismo de judicialización, en los que el daño es responsabilidad de la persona afectada, por no comportarse adecuadamente o por no estar en el lugar correcto.

La judicialización elimina la complejidad y heterogeneidad de las violencias porque apuntala un tipo ideal de mujer, que reproduce sin tapujos el modelo heteropatriarcal; al mismo tiempo que invisibiliza y borra aquellas prácticas que afectan a las múltiples diferencias sexuales. Centrarse sólo en “equilibrar” o “igualar” las condiciones de hombres y mujeres, reproduciendo una visión conservadora del género, deja de lado un abanico enorme de violencias. Con esto se busca evitar una articulación entre las distintas corporalidades afectadas, manteniendo intacto el ordenamiento patriarcal.

Así como las instituciones, las leyes no son neutrales, son expresión de relaciones de poder que establecen lo deseable, lo tolerable y lo prohibido, a través de un orden discursivo y de una materialidad que las resguarda. El centro del ordenamiento legal son los cuerpos (DAVIS, 2017), con el fin de domesticarlos, normalizarlos o controlarlos, tanto en el plano simbólico como en el material; no es sólo un conjunto de disposiciones formales, son acciones a través de dispositivos diferenciados que incorporan mediante la exclusión. El principio de toda ley es la separación entre lo que está incluido y lo que está excluido en ella (AGAMBEN, 2014). Toda ley se vuelve así conservadora. Esta división de las interacciones sociales responde a intereses singulares, no a principios universales; su funcionamiento es heterogéneo en tiempos y formas, pues depende de la ejecución de sus esbirros: jueces, policías, personal de investigación, abogacía, etcétera. El sistema de leyes y castigos sirve para desincrustar los actos de las redes que los hacen posibles y generar condiciones de

administración social selectiva, separando los cuerpos y aislando responsabilidades.

En el caso de la violencia contra las mujeres y diversidades sexuales en las universidades, la proliferación de leyes se centra en el castigo de los agresores, lo que mantiene la estructura de poder machista que los alimenta y alienta sin modificaciones. Reducir la violencia a actos singulares, pretendidamente aislados, cometidos por malos universitarios, mantiene intacta la base colectiva, la semántica y la (ir)responsabilidad social ante la violencia contra las mujeres y diversidades sexuales. Se encubre así el proceso colectivo que hace posibles las violencias de género, incluso ahí donde es un cuerpo individual el que agrede, se aparecen real o simbólicamente la colectividad que autoriza y exige la violencia (SEGATO, 2003).

No es extraño que el ejercicio de la ley y sus sanciones no hayan llegado a los espacios de gobierno, como si ahí no sucedieran abusos, como si la violencia quedara fuera de las oficinas de dirección, en todas sus dimensiones: escuelas, facultades, institutos, rectorías.¹⁰ Lo que devela una realidad: quienes producen las leyes y las administran no tienen por qué infringirlas,

¹⁰ Sólo se ha removido del cargo de dirección a Iván Ruiz, del Instituto de Investigaciones Estéticas, en agosto de 2021. El motivo no fue actos de violencia, sino sus torpes declaraciones sobre el feminicidio en el programa de radio *Primer movimiento*, transmitido en RadioUNAM, en el que afirmó que: “nadie lo ha abordado así: que el feminicidio es un acto de amor. Porque la tortura, la profanación, las huellas sobre el cadáver, es una pasión del alma [...] Esto no es un asunto binario; es un asunto de pasiones del alma; y el feminicidio, por más cruento y horroroso que pueda parecer, es un acto de amor [...]”. Véase: <https://piedepagina.mx/el-feminicidio-como-una-de-las-bellas-artes-cronica-de-una-apologia-del-feminicidio-en-vivo-y-directo-en-radio-unam/>. Este caso es importante, no por la sanción, sino porque respondió a una presión mediática tardía. La entrevista se realizó a finales de junio de 2021 y la solicitud de remoción se hizo hasta mediados de agosto, porque el contenido de la transmisión se expuso en medios de cobertura nacional. Si bien sus declaraciones no son suficientes para una sanción más grande, como rescindir su contrato, lo que importa resaltar es la forma cosmética del castigo. No es una decisión que exprese un compromiso por atender las estructuras en las que se inscriben las formas de la violencia de género, sino por responder a una presión en medios.

basta con que las cambien o las gestionen a su favor. En pocas ocasiones enfrentan procesos en el marco jurídico establecido, y cuando eso sucede es por presiones externas o por la disputa política interna, pero no como una atención efectiva a las demandas de la movilización social.

Los peligros de la judicialización

La ley se sostiene por su puesta en escena, no porque tenga cualidades trascendentes. En esta teatralización lo importante es el proceso, no la resolución, porque se ponen en juego todas las dimensiones de la ley: su materialidad, su simbolismo, su ordenamiento del tiempo y del espacio y su poder impersonal sobre la vida del acusado. Esta puesta en escena es expansiva en el contexto contemporáneo, se disemina por todos los espacios de la vida social, convirtiendo la ley en un nuevo fetiche. Paradójicamente, cuando la ley es menos eficiente hay una proliferación de leyes para simular que se regula todo. No resuelve, pero sirve para afianzar relaciones de poder y mecanismos despolitizantes.

Las leyes que dicen proteger a las mujeres contra la violencia en la UNAM se sostienen por nuevas formas de teatralización, que separan a las estudiantes organizadas de la investigación, del seguimiento, del juicio y de la resolución. Se genera un espacio y un proceso aislado de la fuerza de impugnación, revestido de neutralidad y acorde con una ley superior. Se producen nuevas instancias, con sus respectivas burocracias, que desvían energías, recursos y acciones que servirían para atender no sólo los actos individuales, sino las dinámicas cotidianas que posibilitan las violencias contra las mujeres y diversidades sexuales.

El problema de estos nuevos espacios de atención no es que existan abusos u operaciones equívocas; eso es parte del ejercicio de la ley y su arbitrariedad constitutiva. El mayor problema es que se deposita en la ley y las autoridades la definición de los mecanismos de investigación, sanción y seguimiento,

desvinculando a las colectivas estudiantiles de todo el dispositivo. El orden normativo intenta ocultar su cara machista, su funcionamiento en favor de la gramática masculina, de lo que representa y de las corporalidades en las que se enmarca (PARRINI, 2017).

Los escenarios que se materializan son cuatro, en ellos se juega la necesidad de ocultar, edulcorar y borrar las demandas de las estudiantes organizadas. El primer escenario es en el que se pone en práctica la configuración de castigos singulares, que afianza la imaginaria de que la violencia contra las mujeres y diversidades sexuales es asunto de decisiones individuales, por lo que no hay que mirar la vida cotidiana ni la manera en que las instituciones están configuradas para asegurar el poder machista. El esfuerzo es por presentar a la violencia como una acción desincrustada, como efecto de malos comportamientos de malas personas, pero nunca como la intemperie de una dinámica estructuralmente violenta.

En el segundo escenario se juega la neutralidad de la institución y su autosuficiencia para responder a la conflictividad. Es el espacio para definir el sentido de las normas, por fuera de la intervención de distintos segmentos de la comunidad universitaria, porque la institución sabe lo que debe hacer. Y cuando no sabe, convoca a personas especializadas a formular propuestas, pero nunca a las personas afectadas. El saber absoluto depositado en la institución se traduce en la creación de burocracias, de nuevos procesos, de multiplicación de tareas y con ello poner en escena su acción.

El tercer escenario es el de la creación de espacios reaccionarios y puritanos que reducen a un servicio la relación entre estudiantado y personal académico; al tiempo que la relación entre personal académico y administrativo es una conjunción mecánica de acciones burocratizadas. La judicialización de la violencia contra las mujeres y diversidades sexuales no se atiende como parte del diseño de la institución, sino como resultado de interacciones “permissivas”, poco adecuadas al espíritu universitario, ante las que es necesaria una rígida moral. Con ello se promueve una disolución de todo vínculo afectivo producto de la vida universitaria, ni

amistades, ni acompañamientos; sólo la fría y pura operación de transmisión de conocimientos o la aséptica investigación científica. Se apuesta así a lograr la completa burocratización de la vida universitaria, tan promovida por el modelo estadounidense.

El cuarto escenario es el de la promoción de una sociedad de la vigilancia y la delación, que divide al polo masculino en tres posiciones: 1) agresores evidenciados, ya sea por los medios creados por las colectivas estudiantiles o por los mecanismos institucionales; 2) segmentos en expectativa de aparecer en los medios de denuncias, apelando a la arbitrariedad de las quejas o a que varios de sus procedimientos son equívocos; y 3) sectores de superioridad moral liberados de toda responsabilidad, aquellos espacios blindados ante la denuncia, esas instancias místicas de la vida universitaria. Con ello se evita mirar la capilaridad del machismo, que va desde las instancias de dirección hasta las aulas y de los pasillos de los edificios a las oficinas de gobierno universitario. La crítica del patriarcado y sus múltiples formas masculinas queda intacta, los procesos de formación y crítica se reducen a operaciones para evitar las denuncias, no para pensar la posibilidad de otras masculinidades y los mecanismos para una convivencia con todas las diversidades sexuales existentes.

Lo que resta: mirar más allá de la ley y la institución

Las movilizaciones estudiantiles de mujeres tienen una condición temporal que juega en su contra: su evanescencia. Toda persona que sea estudiante tiene que dejar de serlo en algún momento. Por lo que el reto no es sólo construir memorias y herencias de las luchas presentes y pasadas para quienes se incorporan al estudiantado; el desafío es crear mecanismos de participación y vigilancia para que las disposiciones institucionales funcionen y dirijan sus acciones a la resolución de procesos que hacen posible la violencia contra las mujeres y diferencias sexuales, y no atiendan sólo los actos individuales. Para ello es importante ir más allá de la lógica punitiva, que sólo sirve para la conservación

del poder de castigar, y que bajo el modelo dominante sigue en manos de estructuras patriarcales. Castigar sin autocritica, sin revisión de las condiciones de posibilidad, materiales y subjetivas, de las acciones de agresión, sin perspectiva diacrónica y sin mecanismos de reparación, es una ruta para asegurar que las estructuras de poder no se modifiquen.

El gran tratado de filosofía política que escribió Franz Kafka (2005) en la segunda década del siglo XX, demostró que el objetivo del castigo no es la justicia, ni la pena, sino el proceso, ese umbral en el que se despliegan discrecionalmente las posibilidades de juzgar, y a través de ellas demostrar el control del ejercicio del poder. Las lógicas punitivistas que se expanden como respuesta a toda conflictividad social sirven como sedimento de las concepciones conservadoras del mundo, castigar es un acto de fuerza. Administrar el proceso es la forma de conservar el control del ejercicio del poder.

De ahí la necesidad de volver a pensar las dimensiones ético-políticas de las relaciones entre géneros, por fuera de los binarismos y las sustancializaciones de lo femenino y lo masculino, como lo ha propuesto desde hace tres décadas Judith Butler (2007 y 2009). La ética como principio no puede centrarse en el castigo individual, sino en la responsabilidad colectiva que cada acto singular guarda. Porque ahí donde se cometen violencias, en especial las de género, no se actúa de manera aislada, siempre hay una presencia colectiva, incluso cuando la agresión la comete una sola persona.

Por ello, es necesario reconocer que los cambios no pueden venir sólo de las instituciones, ni de la ley, ni mucho menos del castigo. El reto es pensar en las instituciones como medios de una larga lucha, no como fines, para prefigurar otras lógicas de reparación que no recurran al modelo punitivista ni al fetiche de la ley. El agravio no puede ser un criterio absoluto de verdad, en especial cuando la afeción se deja en manos de una institución y un orden jurídico que se presenta neutral, pero que es administrado por una relación de poder conservador. Esto es parte de la circularidad del ejercicio del poder contemporáneo, de base patriarcal, atender en un terreno que

no cuestiona de fondo las condiciones de posibilidad de la agresión y que da cifras para demostrar su funcionamiento. La contabilización de las sanciones sirve para ocultar y asegurar la estructura de poder (REGULLO, 2021).

Esto no significa que no hay que impugnar a las instituciones y exigir cambios jurídicos, pero es importante no perder de vista que también son parte del problema y que convertirlos en fines absolutos abre la puerta para reforzar la estructura conservadora que se pretende superar. De ahí la necesidad de imaginar y experimentar otras formas de denuncia y reparación. La recomposición del poder patriarcal intenta evitar esto a toda costa, apelando a la necesidad de instituciones, leyes y gobiernos revestidos de un aura inmaculada. En últimas, a conservar el núcleo de ejercicio de poder.

Finalmente, una pregunta que se deriva de las exigencias de las mujeres organizadas y de sus acciones de lucha, es si pueden transitar por este laberinto de poder sin quedar atrapadas. No hay que olvidar que el laberinto se inventó para encerrar a un monstruo, hijo de una afrenta a los dioses, una anomalía que ponía en peligro la honra del reino. Esa imagen se actualiza en las respuestas institucionales a las demandas de las colectivas de estudiantes organizadas, devenidas una amenaza, una afrenta al orden patriarcal, por lo que encierran en nuevos laberintos como la judicialización burocratizada. Antes de que llegue un Teseo para matar al monstruo hay que evitar el encierro en el laberinto, prefigurando formas de justicia que salgan de la trampa de la neutralidad de la ley, del castigo individualizado y de la despolitización propia de los procesos judiciales. El reto es pensar en una justicia que se disemine por los espacios de la vida cotidiana en donde surge el problema; de la mano de las personas afectadas, hay que crear mecanismos de reparación individual y colectiva. Sobre todo, que se politice la rabia por fuera de todo marco institucional y, de ser necesario, se incendie todo.

Referencias

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. El poder soberano y la vida desnuda*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008.
- BULTER, Judith. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona, Paidós, 2007.
- BULTER, Judith. *Dar cuenta de sí mismo. Violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires, Amorrortu, 2009.
- DAVIS, Angela. *¿Son obsoletas las prisiones?*. Buenos Aires, Bocavulvaria, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2002.
- GARLAND, David. *La cultura del control. Crimen y orden social en la cultura contemporánea*. Barcelona, Gedisa, 2005.
- KAFKA, Franz. *El proceso*. Buenos Aires, Colihue, 2005.
- PARRINI, Rodrigo. *Falotopías. Indagaciones en la crueldad y el deseo*. Ciudad de México, UNAM-PUEG-Universidad Central, 2016.
- REGUILLO, Rossana. *Necromáquina. Cuando morir no es suficiente*. Guadalajara, NED-ITESO, 2021.
- SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- SIMON, Jonathan. *Gobernar a través del delito*. Barcelona, Gedisa, 2012.

15. O golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff e a sua dimensão patriarcal

Daiane Soares de Lima
Sérgio Pedro da Silva
Tatiane Cardoso Freitas

Introdução

O presente artigo busca, de forma geral, refletir sobre as novas ondas conservadoras, também denominadas de “marés azuis”, em que se observam governos de direita, neoliberais e autoritários em ascensão ao poder, por meio de golpes de Estados e, também, por eleições regulares. Um dos objetivos é tratar da atual conjuntura política do Brasil, em que ocorreu o fortalecimento do novo conservadorismo. Buscamos apresentar como as formas autoritárias e conservadoras construíram os caminhos para o golpe jurídico-parlamentar em 2016. Para tal, em um primeiro momento, será realizado um breve resgate histórico sobre autoritarismo e democracia desde a formação da República até os dias atuais, e, em um segundo momento, destacamos alguns elementos sobre a ex-presidenta Dilma Rousseff e as violências por ela enfrentadas.

O autoritarismo conservador no Brasil

A queda do muro de Berlim, em 1989, foi um marco não só físico, mas também simbólico, que anunciou o final da guerra fria e do mundo bipolar, dividido em dois blocos: liberal-capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e socialista-comunista, liderado pela União Soviética (URSS). Ainda mais, foi o anúncio da suposta vitória do capitalismo e dos EUA e a derrota do socialismo e a queda da URSS. Essa polarização impactou

profundamente a América Latina, que resultou em longos anos de chumbo, no formato de ditaduras militares, oficiais ou não, com o patrocínio, econômico, educacional e moral dos EUA. Desta forma, com a queda do socialismo e dos governos militares, aliado a um sentimento de recomeço mundial da História, o período de redemocratização na América Latina foi marcado pela ascensão de governos neoliberais, que repudiavam as ideias do bloco socialista.

Após mais de uma década de governos neoliberais, a crise deste modelo político instaurou-se na sociedade e, surpreendentemente, abriu precedentes para uma movimentação à esquerda nos espaços políticos na América Latina. Desta forma:

Las izquierdas llegaron al poder en América Latina porque supieron aprovechar los años de democracia formal, aceptaron participar de ella, se presentaron como alternativas al ciclo anterior definido como “neoliberal”, respondieron a crisis políticas, económicas y sociales en distintos países latinoamericanos. No parecía probable antes de ocurrir. Después, en perspectiva, era en cierto sentido previsible. Pero nadie lo previó (PEREIRA DA SILVA, 2017, p. 1).

Assim, a primeira década deste novo século XXI foi marcada pela ascensão de forças progressistas da esquerda em diversos países da região, movimento que foi denominado de “maré rosa latino-americana” ou “giro à esquerda”: “Aos triunfos iniciais destes agrupamentos em países como Venezuela, Brasil, Argentina e Bolívia, somaram-se mais tarde Nicarágua, Paraguai, Equador e El Salvador, consolidando com isso um ciclo progressista sem precedentes na América Latina” (SANTOS; PITILLO; VILLAMAR; 2020, p.7).

Este ciclo proporcionou o desenvolvimento econômico e social na região, porém essa onda começou a virar após a crise econômica mundial de 2008. Assim, a segunda década deste século foi marcada pela ascensão de novas forças conservadoras da direita, também denominada de “nova direita”, em vários países da região. Isso se deu por caminhos regulares, via eleições, ou por golpes, diretos ou indiretos. Neste contexto, “várias forças políticas foram retiradas do poder, seja por derrotas eleitorais ou por novas formas

de golpes de Estado. Outras permanecem no poder, porém tendo que enfrentar cada vez mais uma direita, muitas vezes de contornos fascistas” (SANTOS; PITILLO; VILLAMAR; 2020, p.8).

A nova onda de golpes de Estado, ou “neogolpes”, se apresentam disfarçados e legitimados constitucionalmente, pois proporcionam uma melhor aceitação da população civil, bem como favorecem as relações internacionais. No final da primeira década do século XXI e na década seguinte, na América Latina, destacamos a ocorrência de processos golpistas de *impeachment*, que levaram à destituição do ex-presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em 2009, do ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012, da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016 e do ex-presidente da Bolívia, Evo Morales, em 2019.

Vale ressaltar que “golpe de Estado” é o mecanismo usado pela direita liberal para tomar o poder político. Ao afirmarmos que houve golpes na América Latina a partir do caso hondurenho, necessitamos conceituar e contextualizar historicamente o processo de golpes de Estado na sociedade contemporânea. O termo tem origem na francesa, – *coup d’État*, é uma violação deliberada das formas constitucionais perpetradas por um governante, uma assembleia ou um grupo de pessoas que detém a autoridade. Neste caso, essa definição clássica é baseada na obra de Gabriel Naudé, *Considérations politiques sur le coup d’État*, de 1639. Para Barbé (1998), Naudé considerava “golpe de Estado” nas mais variadas acepções e chega até a se confundir com a “razão de Estado”. Outra referência clássica de golpe de Estado apresentada por Barbé é o golpe que Luís Bonaparte realizou em 1851, quando deu um golpe na 11ª República de que era presidente, e conseguiu proclamar-se o novo Imperador da França, fato também analisado por Karl Marx no livro *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Este golpe inaugurou a fase moderna de golpe de Estado na concepção de ruptura da ordem constitucional.

Assim, a forma de executar o golpe de Estado foi aperfeiçoada ao longo do tempo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. E, durante a guerra fria, segundo Barbé, nos anos 1970,

mais de metade dos países tinham governos saídos de golpes de Estado e este, por conseguinte, tornou-se mais habitual como método de sucessão governamental do que as eleições e a sucessão monárquica.

Barbé também ressalta que o golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado. Para este autor, o pós-guerra atualizou os métodos de golpe de Estado. Portanto, a mudança se dá pelo protagonismo do agente burocrático do Estado, neste caso, as forças armadas e policiais passam a ser o estamento estatal, a principal força golpista na contemporaneidade. O golpe de 1964 do Brasil, por exemplo, foi nos moldes clássicos de violência da ordem constitucional com a implementação de uma ditadura sanguinária e comandada pelas forças armadas com o apoio das classes dominantes.

Importa destacar que a história Republicana brasileira é marcada por duas formas políticas: o autoritarismo e a democracia, sendo a última a de menor duração. O autoritarismo é a principal marca da nossa sociedade, herdeira do escravismo e do genocídio dos povos originários. A República nasce no Brasil como revanche da classe dominante contra a monarquia depois desta pôr fim ao sistema escravista no país. Segundo Bandeira, após a Proclamação da República, o representante dos EUA observava com preocupação o novo governo no Brasil:

Blaine, logo no primeiro momento, determinou que Adams mantivesse relações diplomáticas com o Governo Provisório do Brasil. Duas semanas depois, instruiu-o no sentido de que apresentasse, em nome dos Estados Unidos, o formal e cordial reconhecimento da República, tão pronto o povo se manifestasse a favor de sua implantação. Adams, no entanto, esfriou. Não via mais segurança no regime, que se transformara numa ditadura militar. Duvidava do seu futuro. Os decretos baixados, em nome da nação, pelas autoridades do Exército e da Marinha, demonstravam pouco respeito à opinião do povo (BANDEIRA, 1978, p. 129).

O autoritarismo permanece com a República, tornando-se uma tradição na política brasileira até os dias atuais. Na década de 1930, com o governo Getúlio Vargas, a República viveu uma

contradição. O país passou por grandes transformações, porém, a liderança de Luís Carlos Prestes e dos comunistas assustou a burguesia. A Revolução, iniciada em 30, assumiu a forma de contrarrevolução (BANDEIRA, 1978. p. 250). Em 10 de novembro de 1937, Vargas implantou o autogolpe do Estado Novo e logo instituiu uma nova Constituição no Brasil, de inspiração fascista. De acordo com Bandeira, os mesmos homens (militares), que, em 1937, apoiaram Vargas sem Constituinte, agora impugnam a Constituinte com Vargas. O que eles desejavam não era uma forma de democracia, mas uma democracia de forma. Sinalizando que se tratava de impedir a participação direta das massas no processo. Isto é, Vargas não servia mais para as classes dominantes associadas ao imperialismo.

Embora Vargas tenha iniciado o processo de retorno democrático das instituições, convocando as eleições para 2 de dezembro de 1945, ele não transmitiu o cargo para o presidente eleito, o general Eurico Gaspar Dutra. Na noite de 29 de outubro, um grupo de generais, chefiado pelo Ministro da Guerra, Góis Monteiro, lançou às ruas da capital da República quase toda a tropa disponível da 1ª Região Militar. Segundo Bandeira, Góis Monteiro executava a Diretiva 1 do plano de “defesa da ordem contra a ação subversiva”. Assim terminou a ditadura do Estado Novo e depois de 12 anos os cidadãos brasileiros puderam votar para presidente de novo. Foi também a primeira vez que as mulheres votaram para presidente, em 2 de dezembro de 1945.

A democracia burguesa voltou usando os métodos golpistas e autoritários do Estado Novo, pois Dutra manteve os mecanismos repressivos do regime anterior. Repressão contra a classe trabalhadora e perseguição aos comunistas seguiram na ordem do dia. Ainda que o período de 1945 a 1964 seja de aparente liberdade democrática, a crise política continua com várias tentativas de golpes, conspirações e ações desestabilizadoras, recordando o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 e a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Esse ambiente de crise culmina com a eclosão do golpe militar em 1º de abril de 1964.

Quando pensamos em democracia, estamos observando o Estado liberal, pois delimitar e enquadrar o conceito sobre democracia é fundamental para compreendermos qual democracia que estamos usando como objeto de análise da sociedade brasileira. Restringindo ao campo analítico, sobre a democracia liberal contemporânea, Bobbio (1998) afirma que:

Nesta concepção liberal da Democracia, a participação do poder político, que sempre foi considerada o elemento caracterizante do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto. A participação é também redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito. Mas se esta liberdade é conceptualmente diversa das liberdades civis, enquanto estas são meras faculdades de fazer ou não fazer, enquanto aquela implica a atribuição de uma capacidade jurídica específica, em que as primeiras são chamadas também de liberdades negativas e a segunda de liberdade positiva, o fato mesmo de que a liberdade de participar, ainda que indiretamente, na formação do Governo esteja compreendido na classe das liberdades, mostra que, na concepção liberal da Democracia, o destaque é posto mais sobre o mero fato da participação como acontece na concepção pura da Democracia (também chamada participacionista), com a ressalva de que esta participação seja livre, isto é, seja uma expressão e um resultado de todas as outras liberdades. Deste ponto de vista, se é verdade que não pode chamar-se, propriamente, liberal, um Estado que não reconheça o princípio democrático da soberania popular, ainda que limitado ao direito de uma parte (mesmo restrita) dos cidadãos darem vida a um corpo representativo, é ainda mais verdadeiro que segundo a concepção liberal do Estado não pode existir Democracia senão onde forem reconhecidos alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo (BOBBIO, 1998, p. 324).

Barbé (1998) também apresenta as diferenças entre golpe de Estado e revolução. Tal explicação conceitual se faz porque na literatura parte-se da caracterização da revolução como um processo que instaura um novo ordenamento político e jurídico e contrapõe-se ao golpe de Estado que só realiza mudanças de menor porte.

Assim, entendemos que na América Latina não houve revoluções, mas simplesmente tomada de poder por meio de golpes de Estado, executados por agentes burocráticos do Estado, os militares, para manter ou alterar o poder que ameaçava o *status quo* das oligarquias liberais latino-americanas, bem como os interesses externos. Para reforçar os conceitos apresentados acima, de acordo com Bianchi,

(...) o sujeito do golpe de estado moderno é (...) uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (BIANCHI, 2016, p. 8).

Portanto, “En este sentido, si bien hablar de golpe de Estado implica hablar de Estado, la deposición llevada a cabo es en realidad de un gobierno y no de un Estado” (VELADOR; IBARRA, 2019, p. 32). Neste sentido, a modernização e ampliação dos mecanismos de golpes de Estados ganhou novas formas com os avanços tecnológicos. Como bem apresenta Korybko (2018), a "guerra híbrida" faz parte da estratégia estadunidense de poder hegemônico no Sistema Internacional, pois assim como adota a estratégia de isolar o poder russo na Eurásia, também a usa na periferia (América Latina, África e Ásia).

O "neogolpismo" na América Latina está diretamente ligado às geoestratégias estadunidenses, uma vez que a aplicação de "guerra híbrida" na região visa desestabilizar governos progressistas que buscam independência nas relações entre os países do centro do poder. O BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a forte presença da China na região é um fator de perigo para o poder

hegemônico estadunidense. Soma-se a isso a reabilitação russa no Sistema Internacional.

Na sequência apresentamos um breve relato sobre o conceito de "guerra híbrida". Ainda que não seja nosso objetivo detalhar toda a concepção do termo e suas variações, acreditamos que seja importante já que ela é um novo plano de guerra que transcende todos os outros:

Em seu âmago, a guerra híbrida é o caos administrado. Ela começa com um vírus que subverte o sistema social do Estado-alvo, e, se seus enxames e vanguardas pseudo-guerra não convencional (por exemplo, indivíduos do Pravy-Sektor*) não conseguirem tomar o poder pela força ou intimidar o governo a abdicar por contra própria, então uma guerra não convencional de verdade tem início. A etapa final, o início da guerra não convencional, é a nova contribuição complementar às revoluções coloridas que compõem a teoria da guerra híbrida. Ela foi apreendida das experiências de fracasso das revoluções coloridas na Bielorrússia, no Uzbequistão e em outros lugares onde essas tentativas de golpe foram iniciadas sem nenhum plano de apoio (guerra não convencional). Unidas em um só pacote (como se viu na Síria e, até certo ponto, na Ucrânia), o objetivo derradeiro da combinação revolução colorida mais guerra não convencional (guerra híbrida) é o caos sistêmico (KORYBKO, 2018, p. 35-36).

A "guerra híbrida" nasce das teorias militares estadunidenses e suas táticas são empregadas conforme o contexto de cada Estado-alvo. No caso brasileiro, podemos entender que foi usado o método de "caos administrado" e o *lawfare* para desestabilizar os governos Lula (2003-2010) e Rousseff (2011-2016). Consideramos a definição de "neogolpismo" apresentada por Vitullo e Pereira da Silva (2020), caberia entender o "neogolpismo" como um tipo de golpe de Estado que preserva certas aparências legais e se processa preferencialmente por meio das instituições vigentes e do cumprimento de ritos formais.

No Brasil o "neogolpe" foi construído desde a ascensão do primeiro governo de Lula (2003-2006), que sobreviveu ao Escândalo do Mensalão, e foi reeleito para o segundo mandato (2007-2010), com alta popularidade. Sua sucessora, Rousseff, foi

eleita em 2010 e reeleita em 2014, mesmo após o advento das Jornadas de Junho de 2013.

Assim, paulatinamente, as estruturas jurídicas brasileiras foram utilizadas para enfraquecer o Partido dos Trabalhadores (PT) desde os anos iniciais do governo Lula com o Escândalo do Mensalão (2005). O Ministério Público Federal (MPF) apurou desvios fraudulentos de verbas públicas de cerca de R\$ 101 milhões que foram usados como pagamentos de “mensalidades” aos parlamentares, de diversos partidos políticos. Para apuração dessa denúncia, o inquérito (INQ 2245) foi autuado em 26/07/2005 no Supremo Tribunal Federal (STF). Após diversas sessões e julgamentos, a denúncia foi recebida contra 40 acusados em 28/08/2007. Na sequência, em 12/11/2007, o Inquérito 2245 foi convertido em ação penal (AP 470). Após todas as fases da ação penal, o julgamento foi iniciado em 02/08/2012. Por fim, o STF condenou membros da cúpula do PT, como José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), José Genuíno (ex-presidente do PT) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT) por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, além de diversos outros envolvidos nos esquemas. Porém, em 2014, estes foram absolvidos de crime de formação de quadrilha.

Já as manifestações de junho de 2013 foram protagonizadas, inicialmente, pelo Movimento Passe Livre (MPL), criado oficialmente em 2005, durante a Plenária Nacional do Passe Livre (parte da programação do Fórum Social Mundial de Porto Alegre). Ou seja, há anos já estava organizado em inúmeras cidades brasileiras, tendo como objetivo programático a defesa do passe livre e da estatização do transporte coletivo, e como instrumento imediato de lutas a convocação de mobilizações em oposição aos reajustes no preço das tarifas. Nos últimos anos, o MPL comandou importantes manifestações em várias capitais brasileiras (como Florianópolis, Recife, Salvador e Vitória). Desta forma, a história MPL não começou em junho de 2013, mas se pode dizer que a história das Jornadas de Junho de 2013 começou com o MPL.

Em junho de 2013 as manifestações ocorridas em São Paulo extrapolaram as barreiras e rapidamente espalharam-se por todo o país. Entre 6 a 12 de junho, realizaram-se três protestos em São Paulo, com participação crescente e enfrentamento da repressão policial, bem como o silêncio da grande mídia. A convocação do “Quarto Grande Protesto”, para o dia 14 de junho, foi duramente criticada pela mídia e pelos dois principais jornais de São Paulo, como se vê na seguinte nota:

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro - e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população (ESTADÃO, 13/06/2013).

No entanto, mesmo com a campanha midiática visando sua deslegitimação, os protestos reuniram um número de manifestantes muito superior ao das manifestações anteriores e obtiveram adesão de muitas cidades brasileiras, de grande, médio ou pequeno porte. Todavia, os meios midiáticos passaram a apoiar as manifestações após uma repressão da polícia que deixou várias pessoas feridas, inclusive uma jornalista da *Folha de São Paulo* que teve o olho atingido por uma bala de borracha (CALIL, 2013 p.382).

Com o passar dos dias, o número de manifestantes aumentou cada vez mais, porém com pautas muito distintas, ou seja, o que era uma reivindicação passou a ceder lugar para bandeiras de natureza “anti-políticas” e “anti-partidos”, substituídas por temas como inflação e custo de vida, corrupção e, em especial, a promover ataques contra a PEC 37, que visava estabelecer uma divisão de funções entre investigação (Polícia Federal), acusação (Ministério Público) e julgamento (Juiz). A “casta jurídica” que queria concentrar todas essas funções conseguiu, com o apoio da mídia, a não aprovação da PEC 37. O discurso anticorrupção passou a

ganhar força, junto ao discurso de controle de gastos públicos. Como afirma Souza “Todos os golpes de Estado tiveram a corrupção como norte, precisamente porque ela se presta sem esforço a ser tomada arbitrariamente contra o inimigo político de ocasião” (SOUZA, 2016, p.12).

Dessa maneira, aquilo que começou como algo abstrato em junho de 2013, tornava-se algo mais concreto e perigoso. No ano seguinte, em 2014, foi deflagrada a Operação Lava Jato, um conjunto de operações controversas, realizadas pela Polícia Federal e conduzidas pelo MPF, para apurar fatos relacionados à lavagem de dinheiro e corrupção, com o envolvimento de parlamentares, doleiros, agentes públicos, empresários, empresas estatais, especialmente a Petrobras, e também empresas privadas. O combate à corrupção foi o propósito declarado da Operação, mas é importante observar quem são os atores envolvidos nesta ação e quais são os instrumentos, pesos e medidas utilizados nesta trajetória. Destacamos o protagonismo do juiz responsável pela operação, Sérgio Moro, atualmente eleito Senador, que teve sua figura de super-herói construída gradualmente ao longo desta operação judicial, tendo usado de "combinação estratégica de prisão preventiva, delação premiada e de divulgação de elementos do processo para a imprensa” (FONTAINHA; LIMA, 2018, p. 60).

Importante destacar que grande parte dos partidos brasileiros foram investigados na Operação Lava Jato, e que o PT é apenas um deles. Porém, há uma distorção da realidade no imaginário popular, principalmente com o fomento da mídia e a estratégia da direita neoliberal. Todas essas movimentações foram apoiadas pelos meios midiáticos, empresariais e da classe dominante brasileira.

Os brasileiros foram massacrados durante anos por uma cobertura jornalística extremamente enviesada, com pouco espaço para o contraditório, dominada pela mensagem de que a política é sinônimo de corrupção, em que o PT é o maior responsável pela corrupção que assola o país. Essa estratégia surtiu efeito junto à opinião pública, embora haja sinais de que ela tenha atingido um ponto de esgotamento. Mas se isso é real, o

dano feito à legitimidade das instituições democráticas também o é (KERCHE; FERES JR, 2018, p. 4).

Neste mesmo período aconteceram as eleições, quando Rousseff foi reeleita. Porém, o candidato adversário, Aécio Neves, não aceitou o resultado das urnas e questionou a Justiça Eleitoral sobre os procedimentos operacionais de contagem de votos nas urnas eletrônicas.

Apesar da oposição não obter sucesso judicial nessas tentativas iniciais, criou-se um clima político pouco saudável. O PSDB, (...), se engajou na campanha de remoção de Dilma, que incluiu várias ações, entre elas a aproximação com grupos da nova direita e a articulação, junto com setores do PMDB e outros partidos conservadores, de uma frente de oposição que paralisou o novo governo Dilma. (...). Ao não reconhecer sua derrota na eleição, o PMDB colocou em risco a democracia brasileira (KERCHE; FERES JR, 2018, p. 3).

Nesta conjuntura de crise política interna, aliada ao aumento da crise econômica internacional, o segundo mandato de Rousseff já começou conturbado e se agravou progressivamente. A bomba relógio foi construída lentamente e estourou em 31 de agosto de 2016, resultando em um *impeachment*, sem fundamentação ou crime de responsabilidade fiscal, da primeira e única mulher eleita democraticamente e legitimamente como presidenta do país. Assim,

O impedimento da presidente, contudo, sem crime de responsabilidade claramente identificado, em afronta aberta às regras estabelecidas, marcou a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder. Foi violado um dos requisitos básicos que o autor liberal, Robert Dahl, apresentou para democracia eleitoral: o princípio da intercambialidade, que, na prática, significa que nenhum grupo ou indivíduo tem poder de veto sobre a maioria gerada nas urnas (MIGUEL, 2016, p. 473).

Desta forma, o mandato de Rousseff foi interrompido por um processo de *impeachment* golpista, sob a alegação do que ficou midiaticamente conhecida por “pedaladas fiscais”; que na verdade é o uso de decretos de crédito suplementar, prática que foi e ainda

é adotada por vários outros governos no âmbito federal, estadual e municipal, sem terem sido tipificadas como crime passível de *impeachment*.

Nos parece oportuno ressaltar que os mesmos discursos utilizados pela direita para legitimar o golpe militar de 1964 estiveram presente nas falas dos deputados favoráveis à abertura do processo de *impeachment*, ou seja, novamente a religião e a família foram usadas como mecanismo de golpe. Assim, com 367 votos favoráveis e 137 votos contrários, tendo 7 abstenções e 2 ausências, o Brasil sofreu outro golpe, desta vez midiático-parlamentar. (FRIGO; DALMOLIN, 2017, p.10).

Alguns autores descartam a tese de golpe para caracterizar o *impeachment* de Rouseff, por exemplo, Limongi argumenta que ela foi destituída por perder apoio parlamentar ao tentar mudar ou querer acabar com “esquemas consolidados de corrupção envolvendo acordos partidários” (LIMONGI, 2017, p. 8). Isto é, não deu proteção a sua base política no Congresso que era alvo da Operação Lava Jato e nem estabeleceu acordos partidários para ampliar sua base. Isto teria aberto brechas para que o governo fosse “bombardeado pelos dois lados, tanto pela direita quanto pela esquerda” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017, p.92).

No entanto, o que nos chama a atenção é que justamente na secessão que viria a decretar a retirada de Rouseff do poder, o então deputado, Jair Bolsonaro, proferiu uma fala perniciosa e maldosa no intuito de abalar ainda mais o estado emocional da presidenta, pois ela sempre expressou publicamente as repercussões psicológicas negativas que as torturas sofridas na ditadura causaram em sua vida. Este discurso mencionou e exaltou um dos principais torturadores da ditadura:

Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos da casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha (vaias e aplausos). Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o

pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, das nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 17/04/2016).

Embora a redemocratização brasileira tenha se iniciado em 1989, com eleição direta para presidente da república, a transição, que ocorreu entre 1985 a 1989, se realizou ainda sob tutela militar, apesar da Assembleia Constituinte de 1988. Portanto, de fato, é a partir da eleição presidencial de 1989 que a sociedade civil assume o protagonismo no processo de escolha de seus governantes, assumindo também sua concepção liberal, (BOBBIO, 1998).

Assim, considerando os métodos utilizados para o afastamento de Rousseff em 2016, acreditamos que o que houve foi um golpe, mesmo que alguns digam que os mecanismos foram conforme o Estado Democrático de Direito e que os processos seguiram os trâmites legais previstos na Constituição brasileira.

Mas não foi somente a crise econômica e política que conduziu aos caminhos que levaram ao golpe. Também a misoginia, o machismo e o preconceito presentes na sociedade brasileira se converteram em armas nas mãos dos golpistas. Neste cenário, procuramos ressaltar no próximo subitem que Rousseff sofreu o processo golpista de *impeachment* aprovado por um Congresso Nacional majoritariamente masculino, conservador, branco e patriarcal.

Os estereótipos em torno das mulheres que ocupam cargos políticos

De acordo com Perrot (2007), ao longo da história, as mulheres foram silenciadas e tiveram sua atuação na esfera pública barrada, ou seja, sempre estiveram em desvantagem. Todavia, a autora está pensando e analisando as mulheres na Europa, assim é cabível pontuar que na sociedade latino-americana esse tipo de mentalidade se vincula ao processo de colonização que impôs a dominação e a supremacia masculina através do patriarcado.

Assim, o fim do colonialismo e a instauração da modernidade deixou seus resquícios nas formas de pensar, na cultura, nas crenças, nas relações de trabalho, na autoimagem, na forma de enxergar o mundo, nas preferências e comportamentos da sociedade moderna.

A partir do que foi dito acima, é importante ressaltar que as mulheres nunca estiveram ausentes da história. Embora a historiografia oficial as tenha silenciado, já que por muito tempo a história foi escrita exclusivamente por homens e para homens, quando representadas, as mulheres eram estereotipadas e descritas como incapazes de atuar no meio social e político. Porém, mesmo durante o regime ditatorial no Brasil, as mulheres mostraram seu papel social para além de "mães e filhas dedicadas", o que proporcionou uma maior inserção no espaço público:

A participação feminina nas organizações de militância política e luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, pode ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo no que era designado, à época, como próprio das mulheres, colocando em questão a tradicional hierarquia de gêneros (NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2007, p.360).

Vale destacar que as mulheres tiveram uma grande contribuição política no período da ditadura militar, seja apoiando o golpe, como as mulheres de direita, da CAMDE (Campanha das Mulheres pela Democracia), ou em organizações de esquerda que atuavam contra o regime militar, armadas ou não.

As mulheres de militância da direita são majoritariamente conservadoras de classe média, "típicas donas do lar", que frequentavam a igreja, tinham influência dentro da comunidade onde viviam e usavam o catolicismo como uma arma anticomunista. Também organizam caminhadas como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que mobilizou toda comunidade, inclusive o comércio e o transporte, com o objetivo de modificar a opinião pública para torná-la favorável ao golpe de 1964. Por sua vez, as que lutavam contra a ditadura eram geralmente jovens intelectualizadas de classe média, ou seja,

estudantes universitárias ou que já tinham alguma formação, em sua maioria, professoras, que faziam parte de um grupo privilegiado, não por ser abastado, mas por ter mais oportunidades em termos de capital cultural.

Para as mulheres que lutavam contra a ditadura, a repressão, perseguição política, clandestinidade e o exílio eram um meio de sobrevivência e de articular ações contra o governo. De acordo com Cardoso (2005, p. 41), durante os “anos de chumbo”, ou seja, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, várias mulheres foram para o exílio onde começaram a se familiarizar com pensamentos e ideais feministas onde fundaram grupos feministas. Cabendo então ressaltar que a militância feminina na esquerda, pelo menos nos primeiros anos que sucederam ao golpe, não foi considerada especificamente como feminista.

A reação dos companheiros afetivos e de luta, com esses novos pensamentos libertários não foi das melhores, muitos proibiam suas companheiras de participarem de reuniões de cunho feminista alegando que seriam assuntos “pequeno-burgueses” que tirariam o foco da luta maior (PINTO, 2003, p.45). Todavia, mesmo em uma atuação de extrema importância nessa luta maior:

Poucas ocupavam postos de direção nas organizações de esquerda. Outro fator importante é que a condição da mulher não tinha relevância na vida das organizações de esquerda, pois não era tratada política ou teoricamente. Somente após a reorganização da esquerda brasileira, no final dos anos 1970, a questão da mulher passou a ser debatida (COLLING, 1997, p.67).

Desta forma, os entraves eram muitos e estavam por toda parte: os militares, os militantes homens, as mulheres não militantes, a família, etc. Sempre havia um motivo de desconforto em relação às atividades femininas, ou por razões políticas ou por motivos morais. Além do machismo instaurado dentro do próprio movimento de guerrilha. Assim, a repressão e a sociedade conservadora criaram o estereótipo que por pegarem em armas essas mulheres eram seres “desviantes”, “putas comunistas”,

“masculinizadas”, “mais feias que as demais” e assim por diante. Para as forças de opressão:

Mulheres militantes constantemente tinham sua sexualidade posta em questão. Acreditavam, os ditadores, que uma figura capaz de entrar em uma luta armada e confrontar-se com o governo, desobedecendo às leis e a ordem estabelecida, tinha dois motivos: interesse em manter relações com vários homens ou uma condição sexual “não adequada”, o lesbianismo (MEDEIROS; LEMANSKI; MEDEIROS; HEES, 2014 p.3).

Adicionalmente, destacamos a violência física e psicológica sofrida pelas mulheres que lutavam contra a ditadura, pois eram constantemente associadas à imoralidade, o que legitimaria, portanto, a humilhação e a violação de seus corpos nos porões dos órgãos de repressão. Várias mulheres foram assassinadas, presas, abusadas sexualmente e torturadas. A gravidez não era impedimento para as torturas, bem como as crianças e os companheiros usados como instrumentos de pressão, tudo “justificado” pela necessidade de urgência nas informações sobre os transgressores do regime (TOMAZONI, 2015, p. 47).

Dentro deste contexto de violência, evidenciamos a trajetória de militância política daquela que anos depois se tornaria a presidenta do Brasil. Rouseff, ao chegar no mais alto escalão da política brasileira mostrou que as mulheres podem, e devem, ocupar este espaço público, pois ficar nos bastidores é muito pouco para o protagonismo que exercem perante a sociedade.

Vale destacar aqui dados biográficos. Rouseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 de dezembro de 1947. Para Amaral: “Dilma recusou o destino comum das jovens da sua classe, que seria fazer o curso da escola normal e tornar-se professora, como fizeram a mãe e tias” (AMARAL, 2012, p.49). De maneira oposta, ela se aprofundou em leituras de autores como: Karl Marx, Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado. Iniciou, assim, aos 16 anos de idade, sua militância política em organizações de esquerda clandestinas de combate ao Regime Militar, como a Organização Nacional Operária (Polop), Comando de Libertação

Nacional (Colina) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Durante sua militância na Polop, foi responsável por imprimir o material e cuidar da contabilidade do grupo, tornando-se uma das membras mais importantes da organização, quando sua atuação se intensificou, mesmo depois da entrada no curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em 1967. Neste mesmo ano, casou-se com o militante e jornalista Cláudio Galeno. Contrariando as convenções da época, a união ocorreu somente no civil, pois uma grande cerimônia festiva e tradicional era demasiada burguesa em sua concepção (AMARAL, 2012).

As formas de lutar contra a ditadura geram discussões dentro dos grupos, como a Polop, quando o país estava no comando de Costa e Silva, o segundo presidente do regime militar. A divergência girava em torno de fazer ou não parte da luta armada, das chamadas guerrilhas, inspiradas principalmente pela Revolução Cubana. Em 1968, Rousseff passou a fazer parte da Colina, formada pelos mineiros que saíram da Polop, pela oposição de ideias a respeito da luta armada. Já no final do ano de 1968, a organização Colina praticou seu primeiro assalto ao Banco do Brasil (AMARAL, 2012, p.66).

Neste período, um dos aparelhos da Colina funcionava na residência de Rousseff e Galeno. Ela cuidava da contabilidade do grupo, como havia feito na Polop, pois devido ao alto grau de miopia, atirar e participar dos assaltos não seria seguro (ela até chegou a fazer um treinamento militar no Uruguai, porém não passou além de montar e desmontar um fuzil).

Em 1969, ocorreram as primeiras prisões de companheiros do grupo, que foram levados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde começaram a vivenciar a tortura por parte deste órgão da repressão do regime militar. No mesmo ano, após mais um assalto a um banco, a Colina teria o início de seu fim. Rousseff e Galeno passaram a ser procurados pelos agentes da ditadura e acabaram saindo de Minas Gerais e se mudaram para o Rio de Janeiro. Nessa altura, ela era responsável por preparar,

através de contatos e documentos políticos, a fusão da Colina com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Separada pela distância do companheiro, passou a se relacionar com Max, codinome Carlos Araújo, aquele que se tornou seu segundo companheiro afetivo (AMARAL, 2012, p.72).

A esta altura Estela, codinome de Dilma, bem como Vanda e Luísa, atuava na organização VAR-Palmares. O grupo que seria responsável pela Ação Grande, assim chamada por ser considerada a maior expropriação – assalto – daquele período. Todavia, não participou do assalto, continuou a cuidar da contabilidade e do dinheiro levantado nas operações. Ainda em 1969, o terceiro presidente do período militar assumiu a presidência, Emílio Garrastazu Médici. Com um governo que entrou para a história como o mais repressor do regime militar, foi chamado de “Anos de Chumbo”, devido ao aumento expressivo da censura, repressão política, cassação, violência etc. Durante este período, mais especificamente, 1970, Rouseff foi presa, enfrentou sessões de pau-de-arara, choques elétricos, socos e palmatória (AMARAL, 2012).

Após deixar o Presídio Tiradentes, foi morar com os sogros em Porto Alegre para ficar perto do seu companheiro, que cumpria pena na cidade. Foram viver juntos após a soltura dele, em 1974. Nesse período, ela se formou em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em 1977 teve a filha Paula. Dois anos depois, seria iniciada a campanha pela Anistia. Mesmo não estando à frente do movimento, foi ela quem levou o manifesto do Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo para Porto Alegre no intuito de recolher assinaturas (AMARAL, 2012).

Em 1980, filiou-se ao PDT (Partido Democrático Trabalhista), como assessora do partido na Assembleia Legislativa. Em 1993, tornou-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul, onde continuou durante o mandato do governador Olívio Dutra (1999–2003). Em meio ao cenário de disputas e divergências entre o PDT e o PT, optou por se filiar em 2001 a este último. Após a posse de Lula, em 2003, tornou-se Ministra de Minas

e Energia. Em 2005, foi escolhida para o cargo de Chefe da Casa Civil. Já em 2010 foi indicada pelo mesmo a pleitear a presidência, tornando-se presidenta do Brasil entre os anos de 2011 e 2016 (VIEIRA; XAVIER, 2018, p.7).

Importa enfatizar que Rousseff reúne diversos elementos que quebram com a lógica aceita pela sociedade ou pelos tidos como "cidadãos de bem": mulher divorciada que militou contra a ditadura em um espaço de poder. Evidentemente não ficaria imune aos ataques desferidos por setores da mídia, da classe média conservadora e da esfera política composta em sua maioria por homens que buscam coibir ou determinar o campo de atuação feminina nesse meio.

Considerações Finais

As questões de gênero permeiam a sociedade e se imbricam na consolidação de quais papéis são ou não aceitos. Ou seja, mesmo a democracia brasileira sendo representativa, nem todos os grupos sociais são de fato representados na política formal, como, por exemplo, as mulheres, a população LGBTQIA+ e os negros.

Em sociedades conservadoras, como a brasileira, em que as desigualdades são tantas, as mulheres ainda enfrentam obstáculos significativos para sua inclusão na esfera política, pois após 35 presidentes, somente em 2011 a primeira mulher chegou a tal cargo e mesmo assim sofreu um processo de destituição, sendo este de cunho fortemente patriarcal. Importa ressaltar que as mulheres não são impedidas de participarem da política, porém sua participação é menor e as que participam são estereotipadas e oprimidas.

Assim, acreditamos que a eleição da primeira mulher ao cargo mais elevado da República escrachou o machismo na política e nos demais setores sociais, mas também demonstrou que as mulheres conseguem furar a bolha e ocupar espaços, em uma luta árdua, que também inclui múltiplas violências, como as sofridas por Rousseff.

Referencias

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores*, Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Sextante, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBÉ, Carlos. golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1998.

BARREIRA, Irllys. Chuvas de papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. São Paulo, *Relume Dumará*, 1998. 234 páginas.

BIANCHI, Álvaro. *O que é um golpe de estado?* 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160429155536/http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 674 p. Tradução de Carmem C. Varriale et al.

BOLSONARO, Jair Messias. *Câmara dos Deputados do Brasil*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/#>>. Acesso em: 24 nov. 2022

BRANDALISE, Camila. Impeachment de Dilma mostrou ódio à mulher, diz autor de livro nos EUA. *Universa, Uol*, 17/05/2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/17/impeachment-de-dilma-e-machismo.htm>>. Acesso em 11 de maio de 2022.

CALIL, Gilberto Grassi. "Embates e disputas em torno das jornadas de junho." *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 47 (2013).

CAMPOS, Lorraine Vilela. "Novo Ensino Médio"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/novo-ensino-medio-entenda-reforma.htm>. Acesso em 11 de maio de 2022.

CARDOZO, José Eduardo Martins; FRANCO, Renato Ferreira Moura. “Resposta à interpelação judicial emitida pelo STF”. Petição 6126/DF. Brasília, 7 de junho de 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/crise/dilma-explica-a-rosa-weber-que-foi-golpe-por-mais-de-100-fontes/> Acesso: 10 de agosto de 2022.

COLLING, A. M. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997

DIAS, Leticia Otero. O feminismo decolonial de Maria Lugones. 8^o ENEPED UFGD. 5^o EPEX – Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão. UEMS. Janeiro/2015

FRIGO, Diosana; DALMOLIN, Aline Roes. *Tensionamentos entre liberdade de expressão e discurso de ódio: Jair Bolsonaro e o impeachment de Dilma Rousseff*. Artigo (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/1-3.pdf>>. Acesso em: 18 nov 2022.

FONTAINHA, F; LIMA, A. “Judiciário e crise política no Brasil hoje: do mensalão à lava jato”: In: KERCHE, Fábio; FERES JR., João (Orgs). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

KERCHE, Fábio; FERES JR., João. “Introdução”: In: KERCHE, Fábio; FERES JR., João (Orgs). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 173 p. Tradução de Thyago Antunes.

LIMONGI, Fernando. “Impedindo Dilma”. *Novos Estudos Cebrap*, ed. especial, pp. 5-13, junho de 2017.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. “A crise atual e o debate institucional”. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 36, n. 3, pp. 79-87, 2017

MACHADO, Maria das Dores. “O Neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia”. In: BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero*,

Neoconservadorismo e Democracia: disputas e retrocessos na América latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Cap. 2. p. 83-134.

MEDEIROS, Lisiane Alonço de; LEMANSKI, Rosana Moretto; MEDEIROS, Valquíria Trezciac; HEES, Carlos Renato. *Mulher: Militância, ditadura e repressão*. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2004/resumos/historia/salao/224.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 216 p.

MIGUEL, Luis Felipe. “A democracia na encruzilhada”. In: *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PEREIRA DA SILVA, F. *Fin de la marea rosa y neogolpismo en América Latina*. 2017. Disponível em: <http://www.academia.edu/29936322/Fin_de_la_marea_rosa_y_neogolpismo_-_Fabricio_Pereira>. Acesso em: 28 AGO. 2022.

PINTO, C. R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, R.S., PITILLO, J.C.P., VILLAMAR, M. (org.). *América Latina na encruzilhada*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16(2), p. 5-22, jul/dez. 1990.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. *Revista Thesis Juris-RTJ*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

VELADOR, Octavio Humberto Moreno; IBARRA, Carlos Alberto Figueroa. golpe de Estado y Neogolpismo en América Latina. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 150-172, jan. 2019. Trimestral.

VIEIRA, M. R. XAVIER, T. T. *Dilma Rousseff: O papel da mulher na política brasileira*. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Sobre as autoras e os autores

Ana Karolina Morais da Silva. Doutoranda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI/UNILA). Pesquisa os impactos das relações entre as grandes potências para regiões periféricas do sistema internacional, com foco na América Latina e no Oriente Médio.

André Luís André. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi professor do curso de Geografia e é professor do Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina (PPGICAL), ambos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atualmente é docente do Departamento de Geografia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) onde coordena o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal de Sergipe (PIBID/UFS). Também é membro e Diretor Técnico do Instituto de Pesquisa de Geografia Econômica da América do Sul (Instituto GeoLab) e coordenador do Grupo de Estudos de Geopolítica e Economia Política Urbano-Regional.

Besna Yacovenco. Graduação em Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina e Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pesquisa principalmente os seguintes temas: soberania, geopolítica e integração regional, com foco no papel da energia nos países centrais e nos países periféricos. Atualmente é analista do Instituto

Guaicuy, na Assessoria Técnica Independente Paraopeba para as populações atingidas pelo rompimento criminoso das barragens da Mina Córrego do Feijão (Brumadinho- MG), da mineradora Vale S.A, em janeiro de 2019.

Bianca Gabriele Mariz de Albuquerque. Tecnóloga em Gestão Ambiental pela Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ). Bacharel em Ciência Política e Sociologia da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Especialista em Ensino de História e América Latina (EHAL) também pela UNILA. Tem experiência na área de Gestão Ambiental e Política Eleitoral.

Daiane Soares de Lima. Bacharel em História-América Latina, Especialista em Ensino de História e América Latina (EHAL) e mestranda em Integração Contemporânea na América Latina (PPGICAL), na linha de pesquisa “Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais”, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Possui também formação em História Licenciatura pela Faculdade União das Américas (UNIAMÉRICA). Tem realizado estudos em torno das temáticas de gênero, feminismo e história e cinema.

Daniel Feldmann. Economista pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutorado no Laboratório Sophiapol na Universidade Paris X – Nanterre, na França. É professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) onde tem lecionado e pesquisado nas áreas de economia brasileira e economia política.

Daniel Inclán. Bacharel e mestre em História e doutor em Estudios Latinoamericanos pela Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Pós-doutor pelo Instituto de Investigaciones Económicas da mesma

universidade, onde também integra o Observatório Latinoamericano de Geopolítica. Atua como docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latinoamericanos da UNAM. Seus temas de estudos enfocam o papel da violência na trajetória do capitalismo contemporâneo.

Fabio Luís Barbosa dos Santos. Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Autor de “Uma história da onda progressista sul-americana” (Elefante: 2019) entre outros livros traduzidos para o francês, o espanhol e o inglês. Apresentou a série “Caminhos Latinos” do podcast “Pulso Latino”, disponível entre outros trabalhos em: <https://fabioluiscom.wordpress.com/>

João Roberto Barros II. Doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor do Programa em Integração Contemporânea na América Latina (PPGICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Autor de “Poder pastoral e cuidado de si em Michel Foucault” (2020) e “Biopolítica no Brasil: uma ontologia do presente” (2022). Coordenador do Observatório Evangélicos e Política na América Latina.

Juan Agulló. Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (França). Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea de América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atualmente é co-coordenador do Diploma Superior em Geopolítica do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e membro do Comité Ejecutivo da Association for Borderlands Studies (ABS). Ao longo da sua carreira atuou como professor visitante em universidades latino-americanas como a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e a

Universidad Central de Venezuela (UCV). www.linkedin.com/in/juan-agullo, <https://www.researchgate.net/profile/Juan-Agullo>

Loudmia Amicia Pierre-Louis. Bacharel em História-América Latina, Especialista em Ensino de História e América Latina (EHAL) e mestre em História (PPGHIS) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A pesquisa na especialização intitula-se “O Caribe Insular e o Haiti - uma radiografia da história acadêmica no Brasil (2010-2020)” e no mestrado “A patrimonialização no Haiti: O Parc National Historique e a comunidade de Milot (1980-2020)”. Seus temas de interesse são: patrimônio cultural; Estado-nação; memória social; (de)colonialidade; história oral.

Marcela Landazábal Mora. Graduada em Artes Visuais pela Universidad Nacional de Colombia (UNAL). Mestre e doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Fez um pós-doutorado no Instituto de Investigaciones Estéticas da UNAM. Pesquisadora do Centro Nacional de Direitos Humanos (Comissão Nacional de Direitos Humanos CNDH-México). Sua linha de pesquisa se concentra nas diásporas e migrações sul-sul - Sudeste Asiático e América Latina - ; geopolítica da periferia, com uma perspectiva de gênero; paisagem de fronteira e outras formas de memória na fronteira da América Latina; pensamento anticolonialista no Caribe francófono.

Patricia Sposito Mechi. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É docente da área de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos no Ciclo Comum de Estudos, e do Programa de Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), na linha de pesquisa “Estado Política e Institucionalização”. É autora do livro “Protagonistas do Araguaia” (2016), vencedor do prêmio de pesquisa Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Pesquisa temas relacionados à

violência institucional, estados de exceção, memória, ditaduras, direitos humanos.

Rejane Carolina Hoeveler. Mestre e doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é pós-doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Co-organizadora com Felipe Demier do livro “A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil” (Mauad, 2017). Temas de especialidade: Neoliberalismo e políticas sociais na América Latina; História Contemporânea das Américas; Democracias e Ditaduras contemporâneas; feminismo.

Renata Peixoto de Oliveira. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora da UNILA junto ao curso de Relações Internacionais e Integração e o mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD). Foi professora do Programa de Mestrado Integração Contemporânea na América Latina (PPGICAL) de 2014 até 2021, também tendo sido sua coordenadora (2020-2021). Lidera o grupo de pesquisa CESPI-AMÉRICA DO SUL (CNPQ) e participa do grupo Democratización en América Latina en Perspectiva Comparada (DALC-ALACIP). Atua principalmente com os seguintes temas: Neoliberalismo; sistemas políticos; democracia e Política Externa; região Andina.

Sérgio Pedro da Silva. Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e mestrando em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), na linha de pesquisa “Estado Política e Institucionalização”, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação Visual.

Tatiane de Melo Cardoso Freitas. Bacharel em Letras - Inglês/Português - pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e licenciada

em Letras - Inglês/Português - pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP) Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), na linha de pesquisa “Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais”, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Integrante do Grupo de Pesquisa: ¡DALE! - Decolonizar a América Latina e seus Espaços.

Tereza M. Spyer Dulci. Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado realizado no Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Coordenadora da Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL) e docente no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Vice-líder dos Grupos de Pesquisa: ¡DALE! - Decolonizar a América Latina e seus Espaços e Descolonizando as Relações Internacionais.

Vania Alvarado Saldivia. Bacharel em Relações Internacionais e Integração e em História-Licenciatura pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestre em Integração Contemporânea América Latina (PPGICAL) também pela UNILA e especialista em “Memórias, direitos humanos e resistências” e “Epistemologías do Sul” pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Enfoca-se principalmente nos seguintes temas: história e memória; batalhas pela memória e revisionismo histórico; usos políticos do passado; ditaduras; história recente do Chile; movimentos sociais.

Wendy Ledix. Graduado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestre e doutorando em Saúde Coletiva pelo Departamento de Medicina

Preventiva da Universidade de São Paulo (USP), na linha de pesquisa “Ciências Sociais e Humanas em Saúde”. Tem experiência em Vigilância Sanitária e Epidemiológica; Saúde mental e Estudos sobre Migração, Trabalho e Saúde. Atua nas subáreas: promoção da saúde, prevenção de doenças e riscos ocupacionais. É membro do Grupo de Estudos “Impactos das Novas Morfologias do Trabalho sobre a Vida dos Trabalhadores”, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP).

A ascensão da extrema direita na América Latina e no Caribe tem desafiado muitas(os) estudiosas(os). Enfrentando este desafio pesquisadoras(es) de diversos países da região (Brasil, Chile, Colômbia, Haiti, México e Venezuela) e em diversos momentos de suas trajetórias acadêmicas, apresentam aqui suas reflexões, fomentando o debate crítico a respeito de um dos temas mais complexos do nosso tempo.

ICAL-UNILA 

